



SÉRIE SOCIOLOGIA

**Dito, feito e percebido
controvérsias, performances e
mudanças na arena da maconha**

Marcílio Dantas Brandão



**Dito, Feito e Percebido:
controvérsias, performances e mudanças
na arena da maconha**

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
École des Hautes Études en Sciences Sociales
Centre d'Études des Mouvements Sociaux

Série Sociologia

Marcílio Dantas Brandão

**Dito, Feito e Percebido:
controvérsias, performances e mudanças
na arena da maconha**



Recife 2018

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitora: Profa. Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos

Diretor da Editora: Prof. Lourival Holanda

Vice-Diretor da Editora: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Flávio Gonzalez

Catalogação na fonte

Bibliotecária: Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

B817d Brandão, Marcílio Dantas.

Dito, feito e percebido [recurso eletrônico] : controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha / Marcílio Dantas Brandão. – Recife : Ed. UFPE, 2019.
(Série Sociologia).

Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-1103-2 (online)

1. Sociologia. 2. Drogas. 3. Maconha – Aspectos sociais. 4. Movimentos sociais. I. Título. II. Título da Série

301

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2019-026)



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50.740-530
Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

*As muitas pessoas que até hoje sofrem efeitos
do problema da maconha.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho decorre de uma pesquisa doutoral que teve duração de cinco anos (2012 a 2016). Os agradecimentos de um trabalho com esta duração seriam muito extensos para abranger todas as pessoas e instituições que de algum modo colaboraram com sua realização, mas – correndo um grande risco de falha e omissão – vou me limitar aos mais relevantes.

Primeiramente, registro a importância do apoio recebido em forma de bolsas de estudos, inicialmente de *Laspau – Academic and Professional Programs for the Americas* e, mais tarde da Capes – Comissão para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A primeira me deu a oportunidade de realizar um intercâmbio acadêmico internacional que fez germinar as sementes dessa pesquisa. A segunda possibilitou a bolsa de doutorado que me manteve durante o período de efetiva realização do estudo.

Agradeço ainda:

À Editora e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, que oportunizaram esta publicação.

Às instituições que me receberam como doutorando: *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e Universidade Federal de Pernambuco. E, respectivamente, ao Centro de Estudos dos Movimentos Sociais (CEMS-EHESS) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPE). Aqui, os agradecimentos poderiam se multiplicar, mas nomeando apenas os respectivos orientadores, agradeço especialmente a Daniel Cefaï e Remo Mutzenberg, ambos contribuíram para “enquadrar”

a prática de pesquisa e escrita, mas também para não desaninar frente às dificuldades da vida.

À minha própria família, incluindo os Narloch e Ruoso, mas especialmente ao filho, Rudá. A ele, aproveito para me desculpar pelas muitas vezes em que tentando ler ou contar histórias, eu misturei as dele com as minhas, as de crianças com as de adultos, as dos bichinhos com as da plantinha, passando inadvertidamente das histórias fantásticas que ele curtia para a fantástica arena da maconha que eu pesquisava. A meus pais, agradeço a espécie de moratória que têm me concedido e espero que a vida nos dê tempo para a reaproximação.

Sem repetir a menção aos orientadores, registro minha gratidão aos avaliadores da tese: José Luiz de Amorim Ratton Jr., Luciano Oliveira, Michel Agier, Paulo César Pontes Fraga e Silke Weber. Eles sempre demonstraram disposição para alumiar veredas interpretativas que possam ser proveitosa para a continuidade da minha trajetória. Ainda entre professores, registro a relação de apoio tecida, de modo tão fraterno, com o antropólogo Edward MacRae (da UFBA) que, desde nosso primeiro encontro na Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, em 2012, dispôs-se a contribuir.

A amigos e amigas generosas que me acolheram no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, em diferentes momentos, para hospedar, para ouvir o que me inquietava ou dizer o que também me orientava. Ao tradutor Julien Zeppetella (que também tem se tornado amigo), responsável pela revisão dos trechos em francês.

Aos grandes sujeitos desta pesquisa e parceiros no Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco. Aos pioneiros da Marcha da Maconha de Recife, que pude conhecer e que não hesitaram em colaborar. Ao Movimento Antiproibicionista de um modo geral e, em particular, às Alas Feministas dos coletivos antiproibicionistas que fundem e difundem as pautas de igualdade e abolição de penas nos vários lugares em que atuam.

LISTA DE SIGLAS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

| | |
|------------|---|
| ABA | -Associação Brasileira de Antropologia |
| ABESUP | -Associação Brasileira de Estudos Sociais sobre o Uso de Psicoativos |
| ABORDA | -Associação Brasileira de Redução de Danos |
| AD | -Álcool e outras drogas |
| ALEPE | -Assembleia Legislativa de Pernambuco |
| ALESP | -Assembleia Legislativa de São Paulo |
| ANVISA | -Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| CAPE | -Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco |
| CAPES | -Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPS | -Centro de Atenção Psicossocial |
| CEBRID | -Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas |
| CEMS | <i>-Centre d'Étude des Mouvements Sociaux</i> (Centro de Estudos dos Movimentos Sociais) |
| CFM | -Conselho Federal de Medicina |
| CID-10 | -10ª atualização da Classificação Internacional de Doenças |
| CIM | <i>-Classification Internationale des Maladies</i> (Classificação Internacional de Doenças) |
| CNFE | -Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes |
| CPD | -Centro de Prevenção às Dependências |
| CPDOC | -Centro de Pesquisa e Documentação |
| CPI | -Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CPTRA | -Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo |
| CREMEPE | -Conselho Regional de Medicina de Pernambuco |
| CRP | -Conselho Regional de Psicologia |
| CRR Drogas | -Centro de Referência Regional sobre Drogas |
| CTTU | -Companhia de Trânsito e Transporte Urbano |

| | |
|----------|---|
| D.A. | -Diretório Acadêmico |
| DCE | -Diretório Central de Estudantes |
| DP | -Diário de Pernambuco |
| EHESS | - <i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i> (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais) |
| ENCAA | -Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas |
| ESALQ | -Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (atualmente vinculada à USP) |
| FAFIRE | -Faculdade Frassinetti do Recife (antiga Faculdade de Filosofia do Recife) |
| FAFOP | -Faculdade de Formação de Professores |
| FGV | -Fundação Getúlio Vargas |
| FIOCRUZ | -Fundação Oswaldo Cruz |
| FP | -Folha de Pernambuco |
| FUNDARPE | -Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco |
| FUNESO | -Fundação de Ensino Superior de Olinda |
| GEAD | -Grupo de Estudos sobre Álcool e Outras Drogas |
| GIESP | -Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas |
| HC | - <i>Habeas Corpus</i> (medida judicial) |
| JC | -Jornal do Commercio |
| Libelu | -Liberdade e Luta |
| MMM | -Movimento Marcha da Maconha |
| MP | -Ministério Público |
| NEIP | -Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos |
| ONG | -Organização não-governamental |
| ONU | -Organização das Nações Unidas |
| OSI | -Organização Socialista Internacional |
| PM | -Polícia Militar |
| PPGS | -Programa de Pós-Graduação em Sociologia |
| PSB | -Partido Socialista do Brasil |

| | |
|----------|---|
| PSOL | -Partido Socialismo e Liberdade |
| PT | -Partido dos Trabalhadores |
| PT-PE | -Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco |
| RAID | -Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências |
| RE | -Recurso Extraordinário (medida judicial) |
| RELARD | -Rede Latinoamericana de Redução de Danos |
| RENCAA | -Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas |
| RD | -Redução de Danos |
| SBS | -Sociedade Brasileira de Sociologia |
| SDS-PE | -Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco |
| SEJE | -Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco |
| Se Liga! | -Associação de Usuários e ex-Usuários de Drogas do Brasil |
| SENAD | -Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas |
| SUS | -Sistema Único de Saúde |
| STF | -Superior Tribunal Federal |
| SUDENE | -Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| THC | -tetra-hidrocanabinol (a principal substância psicoativa contida na maconha) |
| UFPE | -Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRJ | -Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFRPE | -Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| UnB | -Universidade de Brasília |
| UNESCO | <i>-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) |
| UNICAP | -Universidade Católica de Pernambuco |
| UNIFESP | -Universidade Federal de São Paulo |
| UPE | -Universidade Estadual de Pernambuco |
| USP | -Universidade de São Paulo |

APRESENTAÇÃO

A publicação que você tem em mãos se situa num amplo campo de estudos sobre transações, controvérsias, mobilizações de interesses e disputas de autoridade em relação à maconha. Este tema, em suas múltiplas dimensões, tem sido objeto de diferentes áreas de conhecimento. A contribuição e inovação de “Dito, feito e percebido” está em seu foco: as “performances de reivindicação coletiva de mudanças de normas legais e sociais” – especialmente uma: a Marcha da Maconha. A pesquisa que originou esta obra buscou compreender “como algumas pessoas se mobilizam para defender a alteração das normas de regulação das transações com esta planta e seus derivados”. Daí, sua originalidade e contribuição para a análise de processos internos aos movimentos sociais que configuraram a emergência de ações coletivas – manifestações, performances, mobilizações e articulações para repercussão de notícias que dão visibilidade a demandas de mudança. Há que se observar, ainda, a conexão que o autor constrói com contextos históricos, políticos e sociais que vão muito além dos agentes diretamente envolvidos com a Marcha da Maconha.

Para atingir seus objetivos, o autor mobilizou recursos teóricos e metodológicos coerentes com seus propósitos. No caso do Brasil, são raras as análises de processos sociais sob a ótica do pragmatismo que é o ponto de partida do estudo aqui apresentado. Mobilizando uma ampla constelação de conceitos, a publicação é coerente com os termos de Dewey (1927), segundo o qual “o sentido das coisas reside nas consequências que elas produzem em interação com outras coisas”. Assim, como parte de sua própria constelação, Brandão apresenta e maneja conceitos como: público, problema público, arena, *frame*, normas legais e sociais, moral, cruzadas morais e simbólicas, experiência, performance, perspectiva, percepção etc. Nesta composição, dialoga

com uma bibliografia abrangente, pertinente e pouco usual na sociologia brasileira, cuja mobilização resulta em construção muito coerente.

Ainda em coerência com a perspectiva teórica de Brandão, destaco seu trabalho etnográfico, cujo principal método é o da observação participante, no qual é central sua experiência vivida na Marcha da Maconha e na gestão de políticas sociais voltadas para jovens e pessoas que usam drogas. Complementado com entrevistas biográficas, o método de pesquisa que origina este trabalho é uma contribuição destacável que – por si só – já justificaria esta publicação.

Este trabalho demonstra a maturidade intelectual e o domínio teórico e metodológico do autor na demonstração dos processos de construção, mudanças e performances de reivindicações coletivas favoráveis à maconha.

Por fim, destaco a clareza e elegância da escrita, o que faz desta publicação uma leitura aprazível e estimulante.

Remo Mutzenberg

Recife, maio de 2018.

PREFÁCIO

A Marcha da Maconha: como investigar um problema público?

Dez anos se passaram desde que Marcílio Dantas Brandão me procurou para orientar seu trabalho de mestrado. Inicialmente, o acolhi na EHESS (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*) e o acompanhei até o final de seu doutoramento em sociologia. Digo que “acompanhei” por força de expressão, pois, em verdade, algumas vezes seria mais apropriado dizer que eu me surpreendi com seu trabalho. Este foi o caso, por exemplo, da tese que agora se apresenta como publicação. Depois de um bom tempo sem notícias, o Marcílio reapareceu com uma tese quase pronta, demonstrando que tinha aprendido bastante por meio de suas leituras e dos seminários que acompanhou na EHESS e, em particular, no Centro de Estudos dos Movimentos Sociais (*Centre d'Étude des Mouvements Sociaux*).

A primeira parte do livro dele apresenta o quadro de análise em que se inscreve: uma teoria dos públicos e dos problemas, inspirada pelo livro de John Dewey, *The Public and its Problems* (1927). Confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que se ligam, estas pessoas tentam definir o problema, determinar causas, identificar atores, atribuir motivos, estabelecer responsabilidades. Associam-se e organizam-se, fazem ouvir suas vozes, enquanto tentam convencer e mobilizar outras pessoas ou organizações. O objetivo que emerge dessa dinâmica coletiva de circunscrever, regular ou suprimir o que foi definido como situação

problemática – no caso deste livro, a proibição da maconha – é o que Dewey chama de “público”. Por isto, podemos dizer que Marcílio inscreve sua pesquisa no quadro do pragmatismo e da recepção deste no Brasil. Algumas intuições deste livro poderiam ser revisitadas com os Estudos de ecologia humana (1948), de Donald Pierson, ao alcance da mão, e com as questões que Robert E. Park colocava sobre o processo político que leva à formação de problemas públicos (VALLADARES, 2017).

Para acompanhar a formação do público em torno da legalização de narcóticos, Marcílio recorre a uma sociologia histórica e reconstitui uma série de ciclos de atenção pública ao problema da maconha. Isto é um modo de reativar a preocupação da sociologia de Chicago com a história natural dos problemas públicos – uma perspectiva apresentada na *Green Bible*, o manual de Park e Burgess (1921) chamado de *Introduction to the Science of Sociology* e usado por todos os estudantes de sociologia em Chicago até os anos 1950. Segundo este método histórico-genético, só podemos compreender uma dinâmica de problematização e de publicização se reconstituirmos sua gênese e apresentarmos as fases de seu desenvolvimento. O estudo de caso sobre a Marcha da Maconha é o ponto de entrada na história do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (CAPE) e da transformação dos modos de perceber e valorar a maconha – até a sua legalização como meio terapêutico para certas patologias. Em paralelo à análise de documentação histórica, Marcílio pratica a observação participante, este é o caminho privilegiado de sua pesquisa que durou cinco anos (2012-2016). A maior parte dos dados deste livro vêm daí, de uma experiência de primeira mão possibilitada pela observação participante do pesquisador sobre o problema pesquisado.

Marcílio tem um sentido agudo da qualidade dramática do mundo social, o que se exprime pelo uso que faz da metáfora do teatro e da performance. Entre as obras em que se apoia, vale destacar, de Victor Turner, Dramas, campos e metáforas (2008 [1974]) e *The Anthropology of Performance* (1987); de Joseph Gusfield, *The Culture of Public Problems* (1981) e *Performing Action* (2000); os trabalhos pioneiros de Erving Goffman sobre *The Presentation of Self* (1959); mas também a

antropologia política do John Comerford (2000) e a sociologia cultural do grupo de Jeffrey Alexander em Yale (2006). Deste conjunto, Marcílio retirou ideias que mesclou e empregou adequadamente. Assim, o autor se aproximou de uma análise que aponta o mundo social como uma cena, um palco, principalmente quando tem situações problemáticas gerando conflitos – neste caso, uma arena de combates simbólicos) e estratégias de encenação para convencer plateias, sensibilizá-las e mobilizá-las (CEFAI, 2017). A reversibilidade das posições de produtor e receptor de performances é abordada, nesta obra, por meio de uma discussão acerca de elementos como a distinção entre públicos “integrais” e “acidentais”, retomada a partir de Richard Schechner, com uma referência à figura do “espect-ator”, de Augusto Boal. Neste tocante, a ideia de jogo, conforme exposta por Melucci et Mutzenberg, também ganha relevo.

A segunda parte deste livro se esforça para determinar a natureza do problema em uma linha de longa duração, ressaltando diferentes ciclos – econômico, médico, securitário e de protesto – que se interpenetram. Seguindo William Hutchinson (1975), e também sob influência de um artigo famoso de Anthony Downs (1972), este trabalho expõe uma reconstrução de “quadros” de atenção pública à maconha no Brasil. Tal reconstrução é útil, mesmo que tenha uma formulação um pouco brusca quando invoca (com Lília Schwarcz) o racismo como fator de passagem da maconha-remédio para a maconha-problema, no início do século XX. Marcílio recenseou um número considerável de textos, tentando contextualizá-los em relação a seus autores e retratando uma narrativa histórica que lhe permite apontar diversos momentos, formas e conteúdos de problematização. Teria sido útil comparar legislações internacionais de interdição ou de regulação do uso de drogas, mas Marcílio tem razão de insistir sobre as especificidades do caso brasileiro nas escolhas da agenda securitária.

Os conflitos de jurisdição profissional entre alopatas e homeopatas (abrindo o caminho para uma conexão com a ecologia das profissões de Andrew Abbott, 1988) e as estratégias de reforço da segurança nacional no período de ditadura operaram na determinação do status da maconha e também são tematizados na segunda parte

do livro. Ao final desta parte, a partir de trabalhos da Faculdade de Medicina de São Paulo, Marcílio descreve um último ciclo que denominou de “antiproibição”. Chega-se, então, aos novos movimentos sociais dos anos 1960 e à nova relação com drogas como forma de experiência contracultural, que tem importante presença artística e está na fonte de muitas reivindicações de descriminalização da maconha. Esta segunda parte permite desmembrar a multiplicidade dos quadros que se interpenetram ao longo do tempo, com temporalidades variáveis e momentos de controvérsia que, a cada vez, provocam a emergência de novos repertórios de argumentação. Assim, temos uma espécie de arqueologia das camadas históricas da arena pública em torno do problema da maconha, com uma atenção forte à dimensão cultural da arte de protestar (JASPER, 1997). E, voltando ao Gusfield (1989), o leitor entende que este problema da maconha teve múltiplos proprietários no Brasil até que se acabasse a possibilidade de identificar algum no momento presente.

A terceira parte do livro – duas vezes mais ampla que as outras – carrega o título “Como nos mobilizamos?”. Aqui, de modo elegante, Marcílio evoca a ideia de “drama in performance”, de Raymond Williams (1954), para insistir sobre a co-autoria do escritor do texto dramático com outros agentes que se ocupam da encenação, dos equipamentos de som e luz, das vestimentas, dos acessórios e de tudo o que se precisa para fazer um drama. Esta seção focaliza o Movimento da Marcha da Maconha (MMM) – um eco da *Global Marijuana March*, iniciada em Nova Iorque, em 1998. A análise dos quadros de experiência e de ação (GOFFMAN, 2012 [1964]) passa então a recortar sequências históricas mais curtas, de 2000 aos dias de hoje, nas quais o autor se encontra na posição de testemunha assim como de narrador e de analista. Isto lhe permite empregar a primeira pessoa, o “eu”, próprio ao observador participante. Ele divide esta história em quatro fases: antecedentes, até 2007; ameaças, 2008-2011; confirmação, 2012-2015; e reinvenção, a partir de 2016. Assim podemos esboçar o desdobramento dessas fases:

1) Marcílio começa por desenhar o cenário político e administrativo do Pernambuco, com um personagem-chave, catalisador

do tema em foco, Marcílio Cavalcanti, sindicalista trotskista da O. S. I. e atual agente redutor de danos da Prefeitura do Recife. Dispondo de redes de contatos políticos e sindicais, criou a Associação de Usuários e ex-Usuários de Drogas do Brasil, a “Se Liga!”. Tendo participação marcante no início da Marcha da Maconha, ele mais tarde se afastaria do Movimento. Já com a história do Cavalcanti, se torna evidente que um problema público também é formado pelo entrelaçamento de muitas histórias individuais, como as de Binho e Gojoba, relacionados com movimento estudantil, partidos políticos, legisladores, gestores e gestão pública, cientistas e profissionais diversos. Nesta parte, Marcílio nos mostra a importância da análise de situações específicas – uma reunião na sede do Partido dos Trabalhadores e um debate no Palácio do Governo Estadual (sobre o Plano Estadual de Segurança Pública – Pacto pela Vida, 2007). Tudo isto contribui para formar uma arena pública regional, por meio de uma experiência coletiva em que também estão envolvidas “missões religiosas, experiências psiquiátricas e intervenções terapêuticas”. No esforço de mostrar o que emoldura o quadro, Marcílio remonta à criação da Assistência a Psicopatas de Pernambuco (anos 1930) e segue apresentando o Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA), o SOS Drogas, o grupo especializado em dependência química no Hospital das Clínicas. O marco final da fase de antecedentes do Movimento pela Legalização na região é apontado como sendo o seminário organizado pela Se Liga! sob o nome de “Maconha no Brasil”, em 2007.

2) Passando à própria Marcha da Maconha, iniciada em 2008 em Recife, Marcílio nos dá uma descrição com informações recolhidas diretamente, de primeira mão. Uma das forças desta pesquisa é o fato de Marcílio ter se mostrado capaz de combinar suas capacidades de pesquisador, com sua visão de membro da administração pública e ativista de base do movimento que estuda. Assim, ele consegue mostrar as indeterminações e incertezas da ação coletiva. Curiosamente, a Marcha não foi proibida. Por quê? Além disso, tem várias outras questões: como se forma o sentimento de pertencimento à Marcha da Maconha? Por quais vias se constitui uma experiência coletiva de “maconheiros”, que

pouco a pouco se identificaram como um coletivo? Esse processo de identificação coletiva é indissociável da territorialização inicial desta Marcha no “lugar dos maconheiros” – o Recife Antigo, nos arredores da Rua da Moeda. Assim, o movimento se enraíza no espaço local, em uma área onde a maconha e os maconheiros já eram conhecidos. Outra dimensão da identificação coletiva é a produção de um campo de significados (meaning-work), dos quais se destacam as palavras de ordem: “Legalize já!”, “Não quero traficar, mas quero fumar”, “O abuso de drogas é ruim, mas a guerra às drogas é pior”, até o “Fora Temer!” de 2016! Marcílio mistura assim sociologia cultural e sociologia política. O último momento importante é o da representação na arena pública. Parece que os líderes dessa história não têm mandato, não exercem função de comando, mas ganham sua representatividade devido à qualidade de suas performances, e provavelmente às suas capacidades de coordenação, de energização e de fortalecimento do movimento. Daí, emerge uma questão que parece atravessar todo o trabalho: como assegurar a continuidade dessa organização, onde parece existir uma rotatividade muito rápida da liderança, pouca formalização das estruturas, e uma grande variabilidade das emoções coletivas?

3) O usuário de maconha se torna militante de uma causa e, por meio de sua Marcha, junta-se à onda de movimentos sociais em Recife a partir do ano de 2008. A oposição conservadora, essencialmente líderes evangélicos, reúne descontentes. A fachada legalista, ordeira e pacífica da Marcha da Maconha suscita críticas no interior da própria Marcha. Consecutivamente à decisão do Supremo Tribunal Federal de autorizar a realização de Marchas da Maconha em qualquer parte do país em 2011, a Marcha de Recife amplia seu percurso, atrai novos participantes. Novos líderes emergem e uma nova comunidade, que se auto-intitula União de Coletivos da Marcha da Maconha de Recife, cria seu site *Facebook* em 2012. Vários laços se estabelecem com o Partido Pirata e o PSOL, além do PT e do Partido Verde. Toda esta dinâmica coletiva conduz à formação do Coletivo Antiprobacionista de Pernambuco (CAPE), em 2013. Em paralelo, devido à articulação de plataformas comuns, nasce a Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (RENCAA)

– que reconhece vários tipos de uso, vários “maconhismos”. No quadro desse processo de crescimento, diversificação e oficialização, Marcílio continua a traçar o retrato de ativistas, como Luiz e Ingrid. A história do problema público se confunde com a história dessa mobilização multiforme de várias organizações. A história da mobilização cresce junto com uma multiplicidade de histórias individuais e coletivas, alimentam-se mutuamente, sustentam-se. A dinâmica coletiva da Marcha da Maconha se encaixa nas dinâmicas do movimento antimanicomial e do feminismo – o que favorece novas alianças e hibridizações entre organizações locais. O CAPE coopera com um número cada vez maior de grupos de ativistas e a Marcha se torna um forte vetor de protesto coletivo na cidade de Recife, com diversos apoios logísticos, intelectuais e políticos (segmentos da Universidade, Fiocruz, Frente Drogas e Direitos Humanos etc.). Pessoas doentes formam uma “ala terapêutica” e assim a Marcha deixa o “lugar dos maconheiros” e vai se aproximando do “corredor dos movimentos sociais”. Isto consolida a ideia de que “A Marcha é maior que a maconha” – o texto mostra bem como esse movimento ganha amplitude e confirmação.

4) Emergência de temáticas feministas, contramanifestações organizadas por lideranças evangélicas, deslocamento de poder no interior do Movimento, ampliação da cobertura de imprensa, fortalecimento do voluntariado que assegura a acumulação de recursos... estes são alguns dos fatores que contribuem para a “reinvenção” da Marcha da Maconha. Uma nova performance em 2015 em frente ao monumento às vítimas da ditadura militar se converte em celebração à memória das vítimas da guerra às drogas! Em 2016, difunde-se a ideia de desobediência civil, em ruptura com a fachada legalista de poucos anos atrás; assim, organiza-se um “maconhaço” – um show de fumaça coletiva de maconha. Um sub-grupo denominado “Segura a Lombra”, que convidava os manifestantes a apagar seus baseados e guardá-los para depois, perde seu vigor. Parece um momento de desafio à lei e de afirmação positiva de um direito – e claro, de reivindicação pública do que foi considerado um desvio e passou ao centro do processo de reversão do estigma de maconheiro (BECKER, 2009 [1963], GOFFMAN, 1988 [1963]). A politização da

causa na escala local leva o tema ao debate eleitoral; porta-vozes do Movimento disputam as eleições municipais de Recife; ao mesmo tempo que deputados pernambucanos se sensibilizam com o problema. A dinâmica local é acompanhada pela consolidação internacional do movimento de protesto, bem como pelos exemplos de legalização que se multiplicam, como os do Uruguai e de certos estados norte-americanos. O enquadramento terapêutico dissocia a maconha das ideias de morbidez e degeneração. Tudo isto compete para que Marcílio explique que, mesmo que a ordem legal não tenha se transformado, observou-se forte transformação de ordem moral. A contestação ganhou novas formas de delegação política sem perder seu caráter de rede de redes descentralizadas. Marcílio nos faz entrever uma cartografia dessa arena inter-organizacional e mostra bem como uma transformação do perfil dos líderes acompanhou este movimento.

Finalmente, na última parte do trabalho, o autor se dispôs a uma espécie de sociologia moral, referindo-se notadamente à economia moral de E. P. Thompson (1998 [1971]) e à filosofia do direito de J. Dewey (1941). Aqui, ele nos mostra um movimento paradoxal. Quanto mais a Marcha cresce, mais se normaliza – Marcílio fala de um processo de “encareitamento”. Quanto mais a Marcha “encareta”, mais poder ela tem de sensibilização, envolvimento e mobilização de públicos! Quanto mais ela se reduz a um disciplinamento do espaço público pela polícia, mais ela oferece possibilidades de denúncia e de proposição! O livro termina com ambiguidades deste tipo de estratégia de cruzada simbólica (GUSFIELD, 1963). Aponta ainda que se reivindicar como sendo “da Marcha” impedia de se tornar vereador em 2012, mas se torna um trunfo em 2016. Marcílio questiona ainda se a vitória do enfoque terapêutico não conduziria a um novo monopólio da atenção pública, bem como se o desenvolvimento de interesses econômicos não favoreceria a desigualdade e a corrupção em torno dessas “mercadorias políticas”... Essa história do problema público da maconha está ainda aberta, *in the making*, sem que ninguém possa adivinhar quais serão os próximos pontos de bifurcação.

O livro de Marcílio Dantas Brandão cruza uma sociologia moral e política, uma sociologia das mobilizações coletivas e uma sociologia dos problemas públicos. Assim, ele empreende uma espécie de sociologia ecológica e processual, com ênfase sobre os modos de constituição da experiência coletiva, com sensitividade aguda ao mundo social como drama público. Ele mostra como se articulou uma arena pública em torno do problema da maconha no Brasil. O problema se ampliou em direção a uma política antiproibicionista para outras substâncias, além da maconha. Nesta ampliação, veio a englobar outros movimentos sociais na cidade de Recife e no estado de Pernambuco. Marcílio Brandão consegue restituir esta narrativa com grande riqueza de detalhes, seguindo várias temporalidades históricas, circulando entre várias cenas públicas.

Daniel Cefai

Paris, maio de 2018

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. *The system of professions: An essay on the division of expert labor.* Chicago: Chicago University Press. 1988.
- ALEXANDER, Jeffrey. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. In: ALEXANDER, J., GIESEN, B., MAST, J. L. (ed.). *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 29-90.
- BECKER, Howard. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.* Rio: Zahar, 2009 [1963].
- CEFAÍ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. In: *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, 2017. Parte 1: 36, 1, p. 187-213; Parte 2: 36, 2, p. 129-142.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações campesinas.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- DEWEY, John. *Human nature and conduct.* New York: Henry Holt, 1922.
- _____. *The public and its problems.* New York: Henry Holt, 1927.
- _____. My philosophy of law. In: Julius Rosenthal Law Foundation (ed.). *Credos of sixteen American scholars.* Boston: Boston Law Books, 1941. p. 73-85.
- DOWNS, Anthony. Up and down with ecology – the “Issue-attention cycle”. In: *The Public Interest*, v.28, 1972. p. 38-50.
- GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life.* New York: Doubleday-Anchor Books, 1959.
- _____. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.* Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988 [1963].

- _____. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1974].
- GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade: Status politics and the American temperance movement*. Urbana: University of Illinois Press, 1963.
- _____. *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- _____. *Performing action: Artistry in human behavior and social research*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000.
- HUTCHINSON, Harry William. Patterns of marihuana use in Brazil. In: RUBIN, Vera (ed.). *Cannabis and culture*. The Hague, Paris: Mouton, 1975. p.173-183.
- JASPER, James M. *The art of moral protest: culture, biography and creativity in social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.
- PIERSON, Donald. *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins, 1948.
- SCHECHNER, Richard. *Performance theory*. New York: Routledge, 1988.
- THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1971]. p. 150-202.
- TURNER, Victor. *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications, 1987.
- _____. *Dramas, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008 [1974].
- VALLADARES, Licia do Prado. *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio: Editora UFRJ, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. *Drama em cena*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1954].

INTRODUÇÃO

As transações com maconha no Brasil são alvo de interesses, discursos e ações muito diversas que atravessam quase toda a história do país e atualmente experimentam controvérsias por meio das quais seus difusores postulam o reconhecimento de autoridade para orientar o que se faz acerca do tema. A busca deste reconhecimento se dá por várias formas, mas aqui o foco se volta às performances de reivindicação coletiva de mudanças de normas legais e sociais relativas à maconha. Tais performances foram observadas em Recife a partir de manifestações organizadas, realizadas e defendidas em nome do Movimento Marcha da Maconha (MMM). A escolha do local de investigação se deve ao fato da cidade não ter enfrentado nenhum impedimento jurídico ou policial à realização das Marchas da Maconha, desde sua primeira edição em 2008.

Entender por que estas Marchas seguem ininterruptas foi um anseio que atravessou todo o processo de pesquisa. O princípio do trabalho foi uma revisão de literatura que identificou significativa produção de conhecimentos em diferentes épocas e campos de saber, sobretudo aqueles correlatos à economia, saúde humana, direitos e organização social. A recensão bibliográfica não foi orientada por uma obsessão pelos primórdios nem buscou satisfazer desejos de erudição, mas foi o meio encontrado para analisar controvérsias que surgiram em um passado distante e contribuíram para a emergência das condições contemporâneas de reivindicação de mudanças de normas relativas à

maconha¹. As controvérsias sobre o tema incluem rotulações, acusações, defesas, contra-acusações e criminalização de alguns daqueles que se envolvem com elas. A literatura evidencia grande diversidade de atores, argumentos e formas de apresentação. O primeiro achado da investigação permitiu identificar que, no processo de disputa pelo reconhecimento de autoridade, a maconha passou à condição de “problema público” e ganhou uma arena.

Segundo a acepção pragmatista, proposta por Dewey (1927), os “problemas públicos” são fatos que fazem com que algumas pessoas se sintam afetadas e decidam tomar parte em iniciativas de resolução, passando a investigar causas, efeitos, responsáveis e alternativas de mudança, bem como se esforçando para fazer com que suas opiniões atinjam o maior número de interlocutores. Um problema desta natureza pode afetar direta ou indiretamente, por meio de danos pessoalmente sofridos ou de riscos aos quais grande parte da sociedade se expõe pelo fato de haver pessoas envolvidas em situações compreendidas como prejudiciais.

A revisão de literatura atestou que – depois de ser associada a diferentes projetos de desenvolvimento e saúde entre os séculos XVIII e XIX – a maconha passou à condição de problema no Brasil, principalmente a partir do início do século XX. A análise das trajetórias de alguns autores que se dedicaram à questão foi o passo seguinte que deu a perceber que o surgimento desta “arena pública” (CEFAI, 1996) não foi repentino, mas produzido por muita gente há bastante tempo. Na fase problemática do tema, alguns médicos que se autodefiniam como cientistas influenciaram a adoção de uma legislação proibitiva que orienta a ação jurídica e policial até o presente, mas tem seus pressupostos progressivamente contestados.

Contudo, a repressão alimentou resistências que, desde o final dos anos 1970, têm ocupado cada vez mais espaço público e formam um

1 Sob este objetivo – e considerando a ampla produção existente sobre o tema – seria ocioso discutir a história da maconha no resto do mundo. Para uma visão geral, muito bem documentada, da história das drogas, pode-se recorrer a Escohotado (2008). Para a história da maconha, em particular, há inúmeras referências, por exemplo Robinson (1996).

lastro sobre o qual se desenvolvem as controvérsias contemporâneas. Este lastro, compreendido em metáfora agonística e dramatúrgica, está sendo aqui denominado de arena pública, sobre a qual se desenvolvem querelas e performances que disputam o reconhecimento de autoridade. A noção de “arena pública” é, portanto, empregada em seu duplo sentido de “local de combate” e “palco de performances”, conforme sinalizado por Cefai (2002). O autor destaca que este conceito dispõe de sentidos obscurecidos em outras matrizes teóricas dedicadas à ação de um ou mais públicos².

Com a redemocratização do país, a interação entre indivíduos que portam “novos” interesses relativos à maconha conduziu à formação de núcleos em que há cooperação mútua visando a alterar quadros e arranjos administrativo-institucionais, jurídicos, políticos, sociais e econômicos, favorecendo a superação de prejuízos relacionados às transações com esta substância. Neste quesito, merecem destaque os trabalhos artísticos que congregam muitos dos que expressam individual e coletivamente suas contestações, mas – como sinalizado – o foco da análise se volta principalmente para a organização, realização e defesa das Marchas da Maconha em Recife no início do século XXI. A partir disso, foi possível reconhecer o que Mutzenberg (2008) afirma sobre a impossibilidade da “vontade única” no interior de um movimento social e constatar que muitas disputas se passam dentro do próprio MMM.

Procedeu-se à investigação da Marcha da Maconha, buscando entender sua dimensão moralizadora. Afinal, o que subjaz na ação dos marchadores é uma moral, segundo a qual “normalizar” as transações com maconha faz bem à sociedade como um todo. O efeito da normalização, neste caso, é tomado a partir da acepção que lhe dá Goffman (1971) para referenciar o processo de progressão de aparência normal. Empreendida a partir do MMM em Recife, esta ação moralizadora, as reações e mudanças em que seus militantes

² Por exemplo, “espaço público” (HABERMAS, 1962) que carece da dimensão dramática, enquanto a noção de “campo” [como bem observou Ortiz (1983, p. 21) a respeito da obra de Bourdieu] ressalta a dimensão da disputa.

são envolvidos também fizeram parte do objeto desta pesquisa. Observou-se a relação dos marchadores com seus antagonistas, mas principalmente as relações que estabelecem entre si e apontam para reforma e ampliação da causa. Demonstra-se, sobretudo na Parte III deste trabalho, o conjunto de meios empregados pelos marchadores para tentar tornar compreensível e, em alguma medida, aceitável a sua moral em relação à maconha. A ação moralizadora da Marcha se deu principalmente por meios performáticos. À medida que os objetivos são parcialmente alcançados, o Movimento amplia seus horizontes, reforma seus objetivos e se reinventa em meio a tensões internas e externas.

Para fins de introdução, ainda vale dizer: 1) a sociologia pragmatista dos problemas públicos, os estudos da performance, Goffman e outros pensadores interessados por problemas de ordem moral que afetam a vida em sociedade, atravessaram toda a investigação; 2) uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema da maconha no Brasil foi indispensável para demonstrar o teor e a longevidade das controvérsias, bem como contribuiu para revelar modos de produção e reconhecimento de saberes que marcam os diferentes ciclos de atenção a esta planta; 3) a maior parte da pesquisa enfoca performances empreendidas por pessoas que agem com objetivo de alterar normas, junto a eles o pesquisador atuou intensamente no período de observação participante e tenta, neste texto, descrever o que se fez coletivamente em busca de um objetivo comum; e, finalmente, 4) esta publicação aborda alterações percebidas ao longo da investigação, tanto nas trajetórias dos atores investigados quanto na performance de reivindicação coletiva que revela a normalização de transações com maconha na região. A combinação destes fatores justifica o título deste trabalho que evoca o “dito, feito e percebido” por meio da análise de “controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha”.

ARQUITETURA DA TESE

O trabalho tem quatro partes que, em resumo, referem-se ao quadro teórico-metodológico, às controvérsias, às performances e às mudanças relacionadas com maconha no Brasil e, particularmente, em Recife. Há também uma seção com conclusões que almejam sintetizar os principais achados da pesquisa.

A Parte I apresenta referências teóricas e metodológicas que nortearam a investigação. A partir da segunda parte, a abordagem tenta seguir o curso cronológico dos temas abordados: a segunda se concentra em um intervalo de tempo mais longo e distante do presente, a terceira enfoca o período de efetiva realização da Marcha da Maconha em Recife (2008 a 2016) e a última chega até postulações de futuro. Contudo, dentro de cada uma delas, há digressões e *détours* sociohistóricos importantes para a compreensão de seus elementos constitutivos.

Após a reflexão sobre teorias e métodos, ressalta-se o que se entende por maconha e os diversos interesses que a literatura relacionada ao tema no Brasil permitiu identificar. Neste aspecto, são seguidas as pistas traçadas por Hutchinson (1975) que indicou a existência de três ciclos de atenção à maconha neste território, mas – ao estender a reflexão a uma época posterior – o pesquisador identificou a existência de mais um ciclo e tentou demonstrar que atualmente todos eles estão operando. A multiplicidade e simultaneidade dos interesses ampliou a publicidade que as transações com a planta alcançaram recentemente. Ao final da Parte II são destacados argumentos que ratificam a existência atual de um complexo “enquadramento” (GOFFMAN, 1974) que reforça a hipótese de que a questão tenha atingido as características de um “problema público”, tal como teorizado por Dewey (1927). A recuperação de uma longa história de controvérsias sobre o tema demonstrou que foi quebrado o monopólio que vinha sendo exercido por médicos alopatas e apontou os caminhos sinuosos que levaram algumas transações com a maconha a voltarem a ter uma “aparência normal” (GOFFMAN, 1971) na região observada. Esta seção ainda demonstra que a arena em que se apresenta o problema não foi formada por decreto ou “do dia pra

noite”, como resultado da montagem de blocos pré-moldados, mas se desenvolveu em meio a tensões e disputas, manifestações de interesses e prazeres, falas e gestos que envolvem pessoas que tomam parte da apresentação em diversos papéis.

As pessoas que organizam, realizam, assistem e defendem as performances da Marcha da Maconha em Recife, bem como cenários, repertórios, acessórios, bastidores e condições de produção destas performances são o foco da Parte III. Baseada principalmente na observação participante de manifestações reivindicatórias e em entrevistas semidirigidas, esta Parte retrata a gênese do grupo que organiza estas Marchas e começou a atuar como Coletivo Marcha da Maconha – Recife, passando, mais tarde, a se identificar como Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (CAPE). Trata-se de uma Parte mais longa e descritiva que pretende expor o que se disse e o que se fez em marcha e sobre a Marcha da Maconha nesta cidade durante o período observado. Nesta parte e na seguinte, o trabalho assume uma narrativa pessoal em que o papel participante do pesquisador vem à tona, revelando uma escrita em primeira pessoa que demonstra o engajamento nos processos descritos. Espera-se expor a dimensão moral da reivindicação e a importância das trajetórias de alguns indivíduos que desempenharam papel protagonista nessa história. Para tanto, serão reportadas percepções da observação participante das manifestações e de encontros que contribuíram para organizá-las, bem como informações decorrentes de entrevistas e dados extraídos de outras fontes.

Ainda na Parte III, expõe-se o processo de constituição de uma identidade coletiva dos organizadores das Marchas, algo que se deu no próprio processo de organizar, realizar e defender estas manifestações. Vale destacar que esta identidade não é estanque, ela tem se ressignificado e alterado à medida que seus promotores se dão conta de outros aspectos com os quais se relacionam.

Por meio da análise do que foi descrito, mas também considerando o quadro teórico que inspira a pesquisa e uma ampla bibliografia referenciada ao longo do trabalho, a Parte IV intenciona finalizar a discussão sobre mudanças produzidas nesta recente história de reivindicação coletiva.

Trazendo ao centro uma preocupação analítica, procura-se sintetizar o entendimento sobre como a ação cooperada de diferentes indivíduos, formou e reformou a identidade que marcou a Marcha da Maconha de Recife como uma ação coletiva e teve o efeito positivo de proteger os sujeitos individuais que tomaram parte em sua organização. Em que pese a disputa interna sobre os sentidos da ação, retificou-se o rumo da moralização, houve progresso na normalização, mas a arena permaneceu arriscada devido a interesses e práticas conflitantes que subsistem nas performances. Não obstante, esta Parte da Tese desenvolverá a hipótese de consolidação recente do movimento antiproibicionista em Recife, onde curiosamente se destaca a associação de suas lideranças com o feminismo e com a noção de “desobediência civil”.

Esta sociohistória de uma ação coletiva não desprezou a análise das conveniências de alguns líderes exibirem ou omitirem sua participação nessa experiência. Ao enfocar a figura da “liderança” não se desconsidera a pretensão do Movimento Marcha da Maconha de organizar e realizar sua ação de modo horizontal e descentralizado³, porém se atesta um resultado da observação que aproxima alguns personagens das características do “protagonista”, isto é, alguém que se apresenta em uma “linha de frente” e influencia o desempenho do papel de outros atores⁴. Estas figuras protagonistas não se confundem com líderes autocratas e levam a experiência enfocada a algum ponto do caminho entre os “chefes” do século XX descritos por Cohen (2013, 2015) e as “multidões sem mestres” que o mesmo Cohen (2014) observa em protestos como as “jornadas de junho” de 2013 no Brasil.

3 Conforme disposto na Carta de Princípios do Movimento Marcha da Maconha. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/>>. Acesso em 02 de set. 2016.

4 O discurso do protagonismo é bastante frequente no Brasil para abordar política, movimentos sociais e participação cívica. Entre quem trabalha com jovens neste país, a noção de “protagonismo juvenil” se tornou célebre pela difusão dos trabalhos de Antônio Carlos Gomes da Costa (ver, por exemplo, COSTA, 1996) e foi devidamente analisada por Souza (2008). Como Brandão (2016), considera-se bastante imprópria esta difusão tão ampla do termo – pois, apesar de ser frequente, nem sempre é possível identificar figuras proeminentes em ações coletivas.

O trânsito de alguns destes protagonistas em diferentes espaços, portando as mesmas reivindicações e as apresentando sob diversas formas, de acordo com a situação, revelou-se como uma das competências mais importantes para que alguns organizadores tenham se firmado como líderes das mobilizações e sejam reconhecidos como tal por outros membros do Coletivo, pela imprensa e por autoridades estatais. Estes organizadores produzem ressonância entre os espaços que frequentam e os demais atores e espectadores que atingem. Deste modo, desempenham um papel análogo ao do tradutor – em consequência do qual se tornam uma espécie de porta-vozes do Coletivo e difundem elementos das performances enfocadas.

Outro aspecto que releva da observação das performances de reivindicação coletiva é a fusão de parte do público no espetáculo da participação, uma fusão parcial, reversível, transitória, temporária, mas bastante significativa porque indica a possibilidade que os marchadores da maconha têm conseguido para comunicar suas demandas e gerar identidade com outros atores.

Ao longo da pesquisa, alterou-se a ordem moral e o tema da maconha voltou a se aproximar da noção de “remédio”, perdendo muito do enquadramento estigmatizante de vício “mórbido” (para falar como LUCENA, 1987) ou “degenerativo” (segundo DÓRIA, 1915). Assim, até 2016, não se registrou um câmbio significativo do ordenamento legal, mas algumas transações com maconha têm se aproximado do que Goffman (1971) chama de “aparência normal” e é cada vez mais raro o dano ao corpo jurídico individual pelo exclusivo fato de realizar uma transação de consumo de maconha. Como disse um coronel reformado da Polícia Militar de Pernambuco, “Não vou mandar um policial abordar ninguém só porque tá fumando um baseado”⁵. Dez anos depois desta afirmação, é bem provável que afirmações deste tipo tenham se espalhado nas corporações policiais que – como dizia o mesmo

5 A afirmação foi expressa, em 2008, em interação informal na qual o pesquisador desempenhava o papel de colega de trabalho daquele oficial. Ademais, o militar se referia especificamente a jovens urbanos que eventualmente consumiam maconha no bairro do Recife Antigo.

coronel – sentem-se “enxugando gelo”⁶. Por outro lado, em paralelo à normalização da maconha na região, há um alinhamento dos quadros intermediário e global em que a planta e seus derivados voltam a ser disputados por interesses médicos e econômicos, representando o risco da assunção de um novo monopólio sobre o tema.

Sem focar as mudanças de postura policial, a última parte da Tese ainda tematiza alterações de posturas de organizadores e das próprias Marchas da Maconha em Recife. Para tanto, analisa-se a emergência do feminismo na organização e realização da passeata, o desaparecimento de um subgrupo da Marcha que ficou conhecido como “Segura a Lombra” e o caso de organizadores que se envolveram com candidaturas ao Legislativo nas duas eleições municipais que ocorreram durante o processo de pesquisa. A posição de um deputado estadual atingido pela performance dos marchadores e a articulação nacional de antiproibicionistas de diferentes partes do país que vieram a Recife para a realização do I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (I ENCAA) também são tematizadas para postular a importância de ativistas pernambucanos na articulação de um movimento antiproibicionista no Brasil.

As conclusões sintetizam três resultados da pesquisa. O primeiro diz respeito às controvérsias históricas sobre a maconha no país. A segunda conclusão aborda as performances relativas ao tema e postula a existência de diversos maconhismos e um único movimento antiproibicionista. A terceira conclusão põe em relevo as mudanças que foram observadas no período de observação participante, notadamente em Recife, mas sem perder a perspectiva do quadro nacional em que a Marcha da Maconha se insere. Trata-se de um quadro em que há crescente normalização de algumas transações, mas persistem riscos.

6 Esta impressão não se limita ao oficialato, como demonstra o relato de um dos soldados envolvidos na greve, de 1997, da Polícia Militar da Paraíba: “Eu preendi um cara que estava fumando maconha [...]. Infelizmente, encontrei, certa vez, um rapaz de 17-18 [que devido à idade não podia ser preso] com um cigarro de maconha, era viciado. Pedi ao tenente para não filmar, mas ele disse: *vai filmar para esse safado aprender*. O resultado: o rapaz foi filmado, a mãe o expulsou de casa, perdeu o emprego num parque e, seis meses depois, eu o preendi assaltando à mão armada” (ALMEIDA, 2010, p. 359).

Finalmente, retoma-se a dimensão de combate presente nesta arena e aquilo que permite afirmar que a “performance de sucesso” na Marcha da Maconha de Recife conjugou a “fusão” do público com a “difusão” dos *performers*, tentando demonstrar que isso contribuiu para reformar o enquadramento das transações com esta droga na região. No presente, a disposição à desobediência civil e a emergência feminista produzem as novidades que encerram este estudo.

PARTE I

TEORIAS E MÉTODOS

Pas d'omelette sans casser des oeufs.

Não tem omelete sem quebrar ovos.

(Ditado popular)

Como esta publicação está carregada de metáforas, sobretudo aquelas referentes ao teatro, demonstra-se desde já a constante transposição metafórica empregada. Ao afirmar que “não tem omelete sem quebrar ovos”, o objetivo é informar que esta primeira parte é dedicada a apresentar algumas influências teóricas e metodológicas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, mas o ditado também indica que a realização de um produto pressupõe a alteração das partes que o compõem. Ovos são quebrados e mexidos para a produção de uma omelete, assim como discursos e práticas se formam e reformam na produção de uma história.

As teorias e os métodos estão para a pesquisa como ingredientes e receitas estão para omeletes. Não se faz omelete sem ovos e algumas dicas ou aprendizados de como fazer, assim como não se faz uma tese sem conhecimentos e procedimentos ratificados em experiências anteriormente realizadas pelo próprio pesquisador ou por outros. Para omeletes e comidas, em geral, as receitas são uma referência de experiências passadas que deram certo, segundo a perspectiva de mais ou menos degustadores. Os ingredientes são toda a sorte de componentes integrados ao processo de preparar um determinado alimento. Certamente, outros conhecimentos, experiências, interesses,

disponibilidades e constrangimentos do cozinheiro ou da cozinheira também desempenham papel relevante no resultado de seus serviços. Porém, a análise das estruturas e das circunstâncias que operam sobre a ação culinária não costuma aparecer em livros de receita. Além disso, esta publicação também pretende quebrar alguma coisa, pois desmembra o quadro de reivindicações relacionadas à maconha, revelando a multiplicidade de seus elementos, apontando algumas de suas características e tentando descrever os meios pelos quais se fundiram na composição da Marcha da Maconha de Recife.

Aqui, há ingredientes tais como pragmatismo, análise sociológica de problemas públicos, metáfora teatral em sociologia, economia moral e identitária. Tentou-se seguir uma série de procedimentos descritos em documentos decorrentes de iniciativas majoritariamente agrupadas sob o guarda-chuva daquilo que se convencionou denominar “Escola de Chicago”. Há também estruturas e circunstâncias operantes sobre a ação do pesquisador, mas a maioria das reflexões sobre estes aspectos foi deslocada para outro documento, intitulado “quase-diário”, porque se entendeu que não seriam centrais para a tese, assim como as condições de trabalho do cozinheiro geralmente não são o que mais importa para quem busca um livro de culinária.

Esta primeira parte tem o objetivo de apresentar, de modo sintético, os ingredientes utilizados e alguns modos de empregá-los em pesquisas sobre problemas públicos e ações coletivas que visam a mudanças sociais. Porém, desde aqui, tenta-se referenciar a discussão à análise de um caso concreto que envolve maconha, conhecimentos, práticas e normas acerca dela, bem como tentativas de alterar o ordenamento disso tudo.

1.1 PÚBLICO E EXPERIÊNCIA EM PERSPECTIVA PRAGMATISTA

A tradição filosófica conhecida como pragmatismo se iniciou nos Estados Unidos, ao final do século XIX, por intelectuais como Charles Peirce e William James. Enfrentando críticas que apontam muitas diferenças significativas entre seus principais autores, postula-

se a existência de muitos pragmatismos (GROSS, 2007), mas – apesar da grande diversidade – há pontos de interseção na obra de seus fundadores e primeiros difusores (JOAS, 1996, p. 598). Um aspecto que reúne pragmatistas dos mais diversos matizes é a noção de que não existe uma realidade pronta que se apresenta aos indivíduos, tudo está em processo de realização (*in the making*).

Para usar os termos de Dewey (1993 [1938], p. 511), pode-se afirmar que “[...] o sentido das coisas reside nas consequências que elas produzem em interação com outras coisas”⁷. Para este autor, até o que antecede a experiência pode ser afetado por ela. O indivíduo e o ambiente são condições para que se processe uma experiência qualquer e, portanto, eles a antecedem, mas podem ser alterados por ela. A precedência, neste caso, é questão tão esvaziada quanto a reflexão sobre individualismo e comunitarismo na produção de Dewey. Como ele precisou, ao final de sua vida, “[...] o experimentalismo é mais profundo que qualquer outro ‘ismo’” (DEWEY, 1950 *apud* ZASK, 2001, p. 64) e, por meio de um experimento, a compreensão sobre qualquer coisa que o antecedeu pode ser significativamente alterada.

A experiência é provavelmente o pilar mais resistente da obra de John Dewey.

Em sua teoria da educação, o método experimental foi vivenciado e propagado a partir da Escola Laboratório da Universidade de Chicago, criada em 1896, com a participação do autor logo depois de seus dois primeiros anos de atuação como professor daquela instituição. Dirigindo a escola ao lado de sua esposa até o ano de 1904, o casal defendia a participação dos estudantes na definição das atividades escolares – o que levou Dewey (1976 [1916], p. 237) a afirmar que “[...] enquanto não criarmos condições que levem as crianças a participar ativamente da construção de seus próprios problemas e da experimentação de métodos de resolução, elas não serão realmente liberadas e o preço disto é muita tentativa e inúmeros erros”. Em divergência com outros professores, sua esposa foi licenciada da Universidade de Chicago por defender ideias muito semelhantes às do prestigiado cônjuge, o que

⁷ Citação traduzida diretamente pelo autor da Tese, assim como as demais menções a textos referenciados em línguas estrangeiras.

precipitou o afastamento de Dewey e a consequente mudança do casal para Nova York, onde ele começou a trabalhar em 1905 na Universidade de Columbia (JOSEPH; GRAFMEYER, 2007 [1984]).

Em sua teoria política, a experimentação é igualmente importante. Não apenas os problemas infantis ou estudantis motivaram sua reflexão. Como bem sinalizou Pogrebinschi (2014), sua importância ultrapassa largamente os campos da filosofia, da educação e da psicologia, fecundando a teoria política em obras como o pequeno livro intitulado “O público e seus problemas” (DEWEY, 2010 [1927]). Abordando um universo bem mais amplo que a infância e o cotidiano escolar, Dewey (2010 [1927]) discorre sobre o que é público, sobre as diferenças entre público e privado, a natureza e os modos de resolução dos problemas públicos. Acerca desta obra, vale primeiramente apontar que sua noção de público evidencia uma grande diversidade de atores: “[...] todos que são afetados pelas consequências indiretas de transações que julgam necessário observar sistematicamente” (DEWEY, 2010 [1927], p. 95).

As transações de Dewey não se assemelham a uma categoria jurídica que tenha sido “contrabandeada” para a filosofia política. Ele aborda as “transações” como sendo o conjunto de experiências em que necessariamente há mudança dos envolvidos, sejam eles sujeitos da interação ou elementos do ambiente em que se encontram. Enquanto as transações afetam exclusivamente aqueles que estão diretamente envolvidos, trata-se – na concepção de Dewey – de transações privadas. Assim, a distinção entre público e privado não coincide com as diferenças entre individual e social, não se confunde com nenhuma definição de Estado e tampouco se restringe a noções como as de “audiência”, “plateia” ou “espectador”. Qualquer transação realizada por duas ou mais pessoas tem características sociais e pode, inclusive, “[...] ser socialmente valiosa tanto devido a suas consequências indiretas quanto pela intenção de quem a presidiu” (DEWEY, 2010 [1927], p. 93). Deste modo, não há necessariamente uma relação causal entre o caráter privado de um ato e o desenvolvimento de alguma consequência não-social ou antissocial. Porém, o contrário é forçosamente verdadeiro, ou seja: toda transação pública tem consequência social. Os sujeitos diretamente envolvidos

nas transações deweyanas sofrem obviamente seus efeitos diretos, mas também sofrem necessariamente um ou mais de seus efeitos indiretos. O público, assim compreendido, é simultaneamente ator e espectador de mudanças que passa a observar de maneira sistemática a partir do momento que as percebe.

Dewey aponta caminhos para a pesquisa do que vem a ser o público nesta perspectiva:

[...] devemos começar pelos atos que são realizados, não pelas causas hipotéticas destes atos, e considerar suas consequências [...] observar as consequências enquanto consequência significa observar sua conexão com os atos das quais procedem. [...] nosso ponto de partida é o fato objetivo de que os atos humanos têm consequências para outros humanos [...] (DEWEY, 2010 [1927], p. 91).

Em seguida, toma a percepção das consequências como condição para a diferenciação do domínio público e do privado, como sinalizado anteriormente:

[...] algumas consequências [dos atos humanos] são percebidas e esta percepção conduz ao esforço posterior de controlar a ação de modo a assegurar algumas consequências e evitar outras. [...] Nesta distinção encontramos o germe da diferença entre público e privado. Quando são reconhecidas consequências indiretas e há um esforço para regulamentá-las, algo como um Estado começa a existir (DEWEY, 2010 [1927], p. 91-2).

Assim, o critério decisivo para demarcar diferenças entre público e privado não é fixado por princípios ontológicos, legais ou

governamentais, mas se configura em meio às circunstâncias em que se processa a experiência. Neste caminho teórico, pode-se compreender que existem transações com maconha de ambos os tipos. Há aquelas de ordem privada e outras tantas que respondem às características do público deweyano.

A análise da literatura revelou que a repercussão de diferentes opiniões deu lugar a controvérsias sobre o tema desta pesquisa e contribuiu para definir modos de regulação das transações que – além de afetar seus agentes – gera impactos na vida de pessoas e ambientes que jamais estiveram diretamente envolvidos com a questão. Considerando ainda a existência de sujeitos que percebem as consequências da atual regulação das transações com maconha como sendo perniciosas, denunciam este suposto mal, produzem argumentos, mobilizam parceiros, produzem uma comunicação multirreferenciada (não apenas discursiva) para um público que inclui indivíduos direta e indiretamente afetados, organizam e executam ações de reivindicação de mudanças, percebe-se uma publicidade controversa da maconha demandando soluções que estão sendo constantemente oferecidas por diferentes atores da arena em que se manifestam as controvérsias.

Mas quem fala em pragmatismo, reconhece a perspectiva de que fala. Não apenas comprehende toda experiência como uma reinvenção incessante⁸, mas também aponta a sua própria percepção

8 O que não descarta a existência de intervalos em que as atitudes são realizadas de modo “normal” (para falar como Goffman, 1971) ou no “piloto automático” (BECKER, 2007 [1998]). Em verdade, como Schutz e Luckmann (1973) afirmam: o “*taken for granted*” domina o “mundo da vida cotidiana” – isto que permite, por exemplo, que as pessoas utilizem um elevador sem refletir sobre como ele funciona e como elas deveriam agir em caso de pane. A atitude reflexiva sobre a incessante reinvenção da experiência, como destaca Becker (2007 [1998]), só é mobilizada em situações particulares que podem ser consideradas como “problema”. Continuando a metáfora do elevador, pode-se inferir que praticamente ninguém se pergunta como ele funciona todas as vezes que o acessa: Tem correias, propulsor, pistões ou outra tecnologia? Como suas portas se abrem? O que seus botões ativam exatamente? Como abri-lo, caso emperre? O que fazer em caso de pane? Porém, quando algum problema se manifesta, qualquer passageiro pode elaborar, muito rapidamente, essas e outras questões. Mais ainda: ele se colocará em ação, mais ou menos precipitada, só ou junto com eventuais parceiros no problema, nem sempre em coerência com o encadeamento lógico da reflexão à ação, mas eventualmente em

como sendo apenas uma no campo dos possíveis. Aqui, a referência se dirige a outro expoente pragmatista. Quando Dewey assumiu seu posto na Universidade de Chicago, no final do século XIX, seu colega George Herbert Mead o acompanhou naquele Departamento de Filosofia que esteve por muito tempo fortemente relacionado ao Departamento de Sociologia da prestigiada instituição. Tendo participado na experiência pedagógica empreendida pelo casal Dewey, Mead permaneceu trabalhando naquela Universidade por mais de 30 anos, até alguns meses antes de seu falecimento em 1931. Ele desenvolveu novos enfoques para o behaviorismo que o fazem reconhecido até hoje como um dos fundadores da “Psicologia Social” (LEWIS; SMITH, 1987). Além de contribuições para a psicologia, filosofia e teorias da comunicação, Mead também se envolveu muito com a formação de sociólogos que mais tarde seriam conhecidos como integrantes da 1^a geração da Escola [de Sociologia] de Chicago. Foram alguns de seus alunos sociólogos que reuniram notas tomadas em suas aulas e editaram um livro póstumo (MEAD, 1934) que, até o presente, dá boa parte da sustentação de sua presença na tradição escrita, segundo Ritzer (1987, p. 66).

Neste ambiente intelectual, Mead desenvolveu uma noção bastante importante para esta pesquisa, trata-se da ideia de “perspectiva” que está diretamente relacionada com sua teoria do ato, sendo “ato” a “unidade mais primitiva” desta teoria (MEAD, 1982, p. 27). O autor aponta quatro fases do ato, que podem ser traduzidas como: impulso,

simultânea reflexão-ação, outras vezes inversamente orientado da ação à reflexão, voltando ainda a agir até que sua própria destreza, a tecnologia do equipamento ou a administração de serviços volte a operar para restabelecer o funcionamento esperado e permitir finalmente a ascensão ou queda daquele momentaneamente desafortunado. A experiência pública e a vida, de uma maneira geral, apresentam-se de modo análogo ao passageiro de elevador. Os períodos de funcionamento “normal” dominam a vida cotidiana, mas são as panes que estimulam a reflexão dos viventes. Um elevador que passasse mais tempo enguiçado seria insuportável, assim como uma vida de reflexão, pois, como disse o poeta, “o mundo não se fez para pensarmos nele” (Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa). As pessoas são mais propensas a pensar quando algo sai do seu enquadramento habitual no próprio mundo (ambiente) ou no ser que age sobre ele e sofre seus efeitos; mas em geral as pessoas operam no “piloto automático” e reinventam suas formas de atuar no próprio processo de agir.

percepção, manipulação e consumação (MEAD, 1938). Não linearmente dispostas, estas fases constituem o processo elementar da ação humana, pois, segundo Mead (1938), os indivíduos agem com base nos estímulos sensoriais dos quais advêm o “impulso”, sendo que os mesmos sentidos permitem atingir uma “percepção” do que acontece para, *in continuum*, dar condições de refletir com base na bagagem de que o indivíduo dispõe e na possibilidade de efetivamente “manipular” o que acontece para melhor conhecer, decidir e, finalmente, “consumar” um ato.

Nesta complexa teoria integrada das fases do ato humano, estão contidas duas noções caras à pesquisa em tela.

Uma destas noções derivadas da “teoria do ato” de Mead motiva a escolha do título deste trabalho, pois indica a percepção como algo que vai além do dito e feito, mantém relação com estímulos sensoriais, decorre deles e é habitualmente mais associada à visão, mas – como demonstra Mead – é um produto composto por um ou mais impulsos sentidos⁹. Sem constituir nenhum óbice à referida teoria, vale destacar que a conformação da percepção mobiliza ainda uma dimensão intuitiva tão associada aos sentidos quanto às emoções e ao exercício de cognição reflexiva. Percebe-se apenas aquilo que, de algum modo, afeta a quem percebe e gera uma reflexão mais ou menos profunda e durável.

Em seguida, vale destacar a noção meadeana de perspectiva – aqui empregada a partir do que o próprio Mead denominou de “natureza objetiva das perspectivas”. Segundo o autor,

9 Este arrazoado se relaciona com a postulação de Merleau-Ponty (1945) no sentido em que o filósofo francês expõe a percepção como o que “inaugura e funda o conhecimento” (p. 40) por meio de uma intersecção de sentidos e experiências; mas toma muita distância da obsessão em negar a lógica cartesiana e, sobretudo, kantiana que, já em suas primeiras páginas, Merleau-Ponty (1945, p. 4-5) aponta como sendo responsável por uma negação da própria experiência de mundo. A fenomenologia de Merleau-Ponty insiste que a experiência existe a despeito da reflexão que se faz sobre ela. Deste modo, o projeto meadeano não se coaduna com a busca de Merleau-Ponty pelo “momento decisivo da percepção: o surgimento de um mundo *verdadeiro e exato*” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 85, itálico no original) que antecede a própria percepção. Em Mead, não parece haver uma preocupação com a ordem de sucessão experiência-percepção, do contrário, há uma perspectiva de simultaneidade.

[...] as perspectivas têm existência objetiva [...] a perspectiva não é subjetiva. Em outras palavras, ela é sempre um mundo perceptível dentro do qual cresce o que é subjetivo. O subjetivo é aquela experiência do objeto que tem lugar no indivíduo quando a realidade do objeto, pelo menos em alguns aspectos, mente [...] (MEAD, 1938, p. 114).

Continuando, Mead (1938, p. 124) especifica o que entende por “objeto” e como isto se enquadra em sua noção de perspectiva: “[...] objeto é uma experiência na qual há uma relação definida e recorrente entre a experiência passada do organismo e suas expectativas futuras. [...] Toda uma configuração de objetos interligados constitui uma perspectiva”. O autor ainda sustentava – nas primeiras décadas do século XX – que as características de um objeto dependem do meio e da estrutura em que ele se encontra. Apoiando-se na postulação de Kant sobre as cores, por exemplo, afirmou que a qualidade “azul” só existe para organismos fisiologicamente aptos a reconhecer o “azul”. Porém, ele – assim como Peirce – argumentou que para um animal perceber algo como azul, também é preciso que o ambiente ofereça coisas capazes de refletir o azul no espectro. Do mesmo modo, a dureza de uma pedra é condição para que alguém tenha a experiência da dureza daquela pedra. Com isto, fica fácil compreender que a mesma grama que na perspectiva da vaca é vista como comida, seja percebida pelo habitante de uma grande cidade apenas como algo belo e verde que precisa ser regado, adubado e, eventualmente, cortado.

Assim como a ideia de percepção, a noção meadeana de perspectiva tem uma grande importância neste estudo, justificando mais dois destaques.

Primeiramente, é importante reconhecer que uma tese é o produto da perspectiva (ou das diferentes perspectivas) de um pesquisador. Isto não quer dizer que seu autor invente tudo sozinho. Seguindo a teoria de Mead, pode-se dizer que o pesquisador colhe indícios dos estímulos que sente em seu campo de pesquisa, bem como capta algo do que se passa no ambiente acadêmico a que se vincula. Assim, o relato da pesquisa tem também invenções de terceiros,

mas cabe ao pesquisador perceber estas invenções com seus próprios sentidos, afetos e emoções para, em seguida, manipulá-las com base em uma bagagem teórica e metodológica que orienta a consumação das escolhas de palavras para representar percepções e de ordens para suceder a narrativa. O pesquisador é o único responsável pelo que expõe e é importante reconhecer esta exposição como um ponto de vista acerca do problema, bem como compreender que ao falar de “ponto de vista” também se reconhece a possibilidade da existência de “pontos cegos” e lacunas que só podem ser preenchidas com outras leituras e formas de expressão (escritas ou não). Assim, a noção de perspectiva contribui para situar uma tese no contexto de trabalhos atualmente apresentados como pós-modernos, pós-colonialistas ou pós-antropológicos, nos quais não se pressupõe que os pesquisados sejam passivos às investidas do pesquisador ou incapazes de produzir outras impressões sobre o problema¹⁰.

10 Neste sentido, a filosofia e as ciências sociais africanas são uma referência epistemológica importante. Analisando a produção filosófica, Houtondji (2008, p. 151) afirma que “[...] os autores partiam do princípio de que os africanos não tinham consciência da sua própria filosofia e que apenas os analistas ocidentais, que os observavam a partir do exterior, poderiam traçar um quadro sistemático da sua sabedoria”. Este ponto de partida se alastrou para muitas ciências que, de um modo geral, parecem partir da ideia de que africanos não tinham “consciência”, isto é, não conheciam seu próprio conhecimento e careciam da interpretação exógena do colonizador para tomar conhecimento. Muitos intelectuais africanos se insurgiram contra essa epistemologia colonizada, o próprio Houtondji propõe a superação de uma prática científica que ele chama de “extravertida”, voltada para o Ocidente e publicada em línguas estrangeiras (principalmente inglês e francês). Em antropologia, as críticas também se multiplicaram e o pressuposto da alteridade é colocado em questão. Como afirma Borges et al. (2015), acerca da obra de Archie Mafeje, postula-se uma “ontologia combativa” (baseada em “etnografias endógenas”) que não seja orientada por separações disciplinares exógenas. Mais do que interdisciplinar, a pós-antropologia de Mafeje seria “não-disciplinada”, segundo Borges et al. (2015, p. 360). Assim, o que se produz em conhecimentos africanos, como os de Houtondji e Mafeje, é uma ciência indisciplinada que se performa não apenas com base em fatos e discursos, mas na fronteira de conhecimentos endógenos que reúnem elementos distintos para dar sentido ao que se vive. Este trabalho é, em muitos aspectos, influenciado por mais esta epistemologia que procura superar a grande objetivação divisória entre “eu” e “outro”, “pesquisador” e “pesquisados”, bem como reconhece uma multiplicidade de compreensões possíveis sobre o mesmo problema. Adiante, tentar-se-á demonstrar o quanto a mencionada objetivação divisória é obsoleta no desenvolvimento da pesquisa aqui relatada.

Em segundo lugar, a noção de perspectiva de Mead é muito importante porque se liga diretamente à sua concepção de objeto. Segundo Mead (1938, p. 132-3), “[...] objetos são constituídos no interior de perspectivas” e “[...] um objeto só é objetivo na perspectiva de uma comunidade”. A interdependência destas noções atesta que qualquer perspectiva tem uma dimensão determinada pelo caráter objetivo da situação experimentada por um ou mais indivíduos. Neste sentido, Mead se afasta bastante de um arrazoado clássico da Sociologia francesa, segundo o qual, os “fatos sociais” teriam uma natureza particular e poderiam ser tomados como “coisas” que preexistem à experiência de intervenção investigativa.

Nesta pesquisa, uma perspectiva destacada é a do pesquisador, excetuando o mencionado *corpus* bibliográfico, a análise de trajetórias individuais e algumas informações oriundas de entrevistas ou notícias de imprensa, o que resta de dados a analisar foi produzido na sua própria experiência de interação com elementos situados na experiência analisada. Esta postura está em acordo com a teoria etnográfica contemporânea e, como se tentou demonstrar, remonta à concepção meadeana da “natureza objetiva da perspectiva” que é parte de um quadro teórico extremamente importante para a história e a prática da Sociologia.

Tomando o rumo mais direto da Sociologia, vale dizer que, no início do século XX, William Isaac Thomas ocupava, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, uma posição análoga à de Mead. Sendo um dos pioneiros e desenvolvendo uma carreira muito produtiva, Thomas contribuiu para a difusão de uma postura empírica no âmbito da pesquisa sociológica. A adoção desta postura está diretamente ligada à crítica que mais tarde foi dirigida à Escola de Chicago por uma suposta supremacia do empirismo em detrimento da teoria.

Havia mútua influência entre Mead e os sociólogos que atuavam no mais prestigiado centro de Sociologia estadunidense à época. Um sucessor de Mead na Universidade foi, inclusive, um renomado sociólogo chamado Herbert Blumer, que desenvolveu os

princípios do interacionismo simbólico (GROSS, 2007; RITZER, 1987) sob a premissa de que o enfoque sociológico deveria se voltar para o estudo da interação como “ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca” (BLUMER, 1938 *apud* JOAS, 1999, p. 130). Por um lado, Mead se apoiava nas ponderações dos sociólogos para relativizar o behaviorismo, tomando o caráter aberto da interação para abordar a reinvenção incessante da sociedade. Por outro, a perspectiva experimental se destacava junto à sua teoria do *self*, segundo a qual os seres humanos dispõem de um poder de reflexividade que particularizava seu processo de comunicação em relação a outras espécies animais que se limitam à “conversação de gestos” e não desfrutam do que denominou de “símbolos significantes” – alicerce de sua teoria social.

A noção de perspectiva também é importante neste ambiente teórico porque dá base, por exemplo, à ideia de “mundos sociais”, retomada por autores da 2^a Geração da Escola de Chicago, como Anselm Strauss (1978) e Howard Becker (1982), mas já presente em contemporâneos de Mead fortemente apoiados nas próprias reflexões deste autor, como demonstrou Cefäi (2015). A ideia de “mundo social” se tornou trivial, mas era bastante inovadora quando ditada por Mead, nos anos 1920, para afirmar que as pessoas podem se compreender porque partilham dos mesmos “universos de discurso” e fazem coisas juntas, algo bem anterior à sistematização sociológica de noções como “quadro” e “repertório” (de ação, de motivos ou de sentimentos). A compreensão de que há pessoas que partilham os mesmos “mundos” compete para a afirmação de Thomas e Thomas (1928, p. 572) que se tornou conhecida como “teorema de Thomas”: “Se as pessoas definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências”. Este arrazoado de um mundo compartilhado, real ao menos nas consequências para quem o habita, também pode ser compreendido como aplicação empírica e generalização sociológica da noção de consequência de Dewey.

O legado de Dewey e Mead para a sociologia tem sido importante para a Escola de Chicago, tão interessada em reformas sociais quanto o pessoal da mencionada Escola Laboratório. Joas (1999, p. 135) afirma que os dois tiveram uma influência decisiva para o desenvolvimento

do pragmatismo em sociologia e isso teria se dado justamente a partir do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Criado em 1892, sob direção de Albion Small, este Departamento se interessou notadamente pelo estudo do que pudesse representar melhoria das condições de vida em uma cidade marcada por migrações, explosão demográfica e toda sorte de aspectos positivos e negativos da vida em uma grande metrópole. Sobre esta época, Joas (1999, p. 132) fala de um “pragmatismo em versão sociológica” representado pela obra de Thomas¹¹, Park, Blumer e Everett Hughes.

Os meios de se fazer sociologia, naquele lugar e àquela época, não se afastavam das inspirações políticas de seus agentes. Segundo Cefäi e Terzi (2012), Park afirmava que o método de “história natural” dos problemas, vastamente empregado nos primeiros anos de vida daquele Departamento, é a própria história do “processo político” que os engendra. A política aparece

[...] não como um choque frontal entre forças brutais; ela continua a participar da ordem moral de que emerge, dá forma aos conflitos que se declararam em torno de si, organiza os processos de discussão e investigação que lhes constitui e previne a explosão da sociedade civil. Assim, em Park, a gênese dos problemas públicos toma a forma de uma “história natural” (CEFAÏ; TERZI, 2012, p. 11).

11 Segundo se depreende das anotações biográficas constantes na página de internet da *American Sociological Association* (ASA), William Isaac Thomas é o único dessa lista que teve um vínculo relativamente curto com a Universidade de Chicago, onde trabalhou como professor de 1910 a 1918, mas onde também havia se formado sob uma forte influência etnográfica (segundo JOAS, 1999). Envolvido em uma escandalosa relação extraconjugal (segundo ASA) ou vítima de “conspiração contra seu inconformismo político e moral” [segundo Joas, (1999, p. 151)], ele foi demitido da Universidade em 1918 e iniciou um périplo por instituições de diferentes estados americanos até encerrar suas atividades acadêmicas na Califórnia. Não obstante, permaneceu marcado na história da Sociologia como um expoente da Escola de Chicago. Disponível em: <<http://www.asanet.org/about-asa/asa-story/asa-history/past-asa-officers/past-asa-presidents/william-i-thomas>>. Acesso em: 14 de set. 2016. Seu primeiro sucessor no referido Departamento foi Robert Park.

Os autores acrescentam que

Park reivindica uma perspectiva *ecológica e naturalista*. Uma análise pode ser dita “*ecológica*” se a atenção analítica se concentra nas transações que unem um ambiente (físico, histórico, intelectual, político) e os organismos que nele se desenvolvem (agentes individuais e coletivos, problemas, dispositivos técnicos, etc.). A análise é dita “*naturalista*” quando se funda empiricamente na observação, descrição e comparação de “dados naturais” não solicitados pelo pesquisador (CEFAI; TERZI, 2012, p. 11).

A partir da perspectiva avançada por Park têm se desenvolvido várias estratégias e métodos acadêmicos de se aproximar e compreender os problemas públicos. Becker (1985 [1963], p. 153), por exemplo, desenvolveu o que chamou de “história natural da imposição de normas restritivas à maconha nos Estados Unidos”. O próprio Park, juntamente com seu colega Ernest Burgess, ao tratar do ciclo de vida das instituições, dá um belo exemplo sintético da aplicação de sua perspectiva:

Há primeiramente um vago descontentamento e um abatimento generalizado. Em seguida, surge um movimento popular violento, desordenado, mas entusiasmado. Finalmente, o movimento toma forma, direção e organização, formula uma doutrina e dogmas; é aceito, estabilizado, legalizado. O movimento morre, a instituição fica (Park e Burgess, 1921 *apud* CEFAI, 2007, p. 51).

Desenvolveu-se uma ampla agenda de pesquisa sociológica que teve grande importância acadêmica desde os anos 1920 até ser ofuscada em Chicago por uma interpretação restrita em termos de teoria da rotulação ou pelo próprio interacionismo, após a morte de Mead, a aposentadoria de Burgess e a partida de Park para a Universidade Fisk e de Blumer para a Califórnia. Em outras partes dos Estados Unidos, consolidava-se uma tradição funcionalista ao mesmo tempo que começavam a emergir novos enfoques metodológicos, notadamente aqueles orientados por estatísticas refinadas, em muito tributárias do desenvolvimento computacional.

Da ampla paleta de inspirações naturalistas que remontam a Park, destaca-se a construção ideal-típica de problemas sociais sistematizada retrospectivamente por Spector e Kitsuse (1973) que apontam quatro fases atuantes como leis: 1) publicização de reivindicações por um grupo que define determinada condição como sendo danosa, 2) reconhecimento da legitimidade da demanda e sua consequente institucionalização, 3) insatisfação com as respostas adotadas por instituições burocratizadas e 4) invenção de novas alternativas. Em que pese o fato desta “história natural dos problemas sociais” influenciar a pesquisa em tela, é importante apontar que esta tipologia restringe as reivindicações à lógica de valores e interesses que não são esmiuçados pela análise de interações concretas, mas tomados aprioristicamente e não suficientemente percebidos como sendo também constituídos no processo de reivindicação.

Em outras palavras, pode-se dizer, como Simmel (1996), que os valores e interesses das pessoas são tão duais quanto a ponte e a porta que servem tanto para dar passagem quanto para impedi-la. Neste sentido, a pesquisa acerca de problemas sociais poderia ir bem mais longe se não estivesse limitada a identificar valores e interesses, mas dedicasse atenção à questão de como eles são elaborados, reelaborados e mobilizados em determinadas situações; uma operação deste tipo permitiria ultrapassar a constatação de que existem “pontes” e “portas” (no sentido simmeliano), em direção à busca da compreensão de como elas estão sendo utilizadas pelos sujeitos que participam de sua

construção, manutenção e reforma. E, neste sentido, toma-se o próprio Simmel (1983 [1908], p. 59-60) para enfocar como problema sociológico também a forma e não apenas o conteúdo¹².

Este trabalho não seguiu um manual determinante dos métodos de pesquisa que vetasse, por exemplo, a demanda por parte do pesquisador de informações específicas – o que foi feito diversas vezes, tanto em interações informais quanto em momentos mais ritualizados, do tipo que inspira a qualificação de “entrevista semiestruturada” (BLANCHET; GOTMAN, 2010). Assim, não há uma vinculação estrita com o “interacionismo simbólico”, com a “história natural” ou com a “ecologia humana”, mas certamente o trabalho releva uma preocupação pragmatista que atravessa todas estas perspectivas sociológicas. Em resumo, pode-se dizer que esta pesquisa buscou compreender como se processaram as ações que são aqui enfocadas, quais papéis foram desempenhados por seus diversos executores e pelo público afetado, quais relações estas ações mantêm entre si e com o mundo em que estão imersas.

Avançando uma eventual crítica sobre o que pode ser considerado como um certo “perspectivismo”, vale retomar um velho debate inglês relatado por Gusfield (2000, p. 9) sobre os interesses de conhecimento de Bentham e Coleridge. O primeiro buscava saber “o que era verdade”, enquanto o outro procurava descobrir o que as coisas significavam. Posicionando-se junto a Coleridge, esta pesquisa também depõe sua dúvida com um movimento que se tornou conhecido como “virada cultural” das ciências humanas e sociais, responsável por um redirecionamento do foco das disciplinas deste campo que progressivamente têm passado a se ocupar mais da busca dos significados das ações para os públicos em que são relevantes, nos tempos e ambientes em que acontecem. Esta mudança se produz em detrimento da busca de

12 As ideias de Simmel influenciaram a Escola de Chicago, tanto por Small que o traduziu e publicou desde o final do século XIX no *American Journal of Sociology*, quanto por Park que teve Simmel como “mestre” durante sua única experiência de formação acadêmica em sociologia, na Alemanha, no início do século XX (MORAES FILHO, 1983). A importância de Simmel para a formação de Park e deste para o desenvolvimento da Escola de Chicago também ganham atenção de Joas (1999), dentre muitos outros analistas de histórias da Sociologia.

causas ou verdades ontológicas e transcedentais que sejam capazes de explicar uma grande variedade de experiências. Vista desta perspectiva, a cultura aparece em Gusfield (2000, p. 9) como um conjunto muito amplo de “[...] pressuposições, categorias e perspectivas que habilitam os atores a dar sentido a suas próprias experiências”. Isto posto, é possível afirmar que esta tese trata da cultura dos marchadores da maconha de Recife.

Neste referencial teórico em que abundam referências ao desenvolvimento do pragmatismo, de suas aplicações na Sociologia dos Estados Unidos e de um processo recente de tradução, sistematização e crítica empreendido por cientistas sociais europeus, há também de se ressaltar ressonâncias no Brasil.

Em primeiro lugar, destaca-se a grande influência do pensamento de Dewey na consolidação de uma reforma educacional brasileira que desde meados do século passado vem sendo referida como movimento por uma “Escola Nova”. Neste sentido, merecem destaque os estudos do baiano Anísio Teixeira, fortemente influenciado por John Dewey (BOMENY, 2001, p. 9), bem como a multiplicação empreendida por Teixeira nas ciências e práticas da educação em âmbito nacional. Porém, os ventos acadêmicos espalham sementes pragmatistas em outras searas, como destaca Pogrebinschi (2014) ao tratar da importância da obra deweyana para a ciência política, em particular para os estudos de teoria democrática que têm se desenvolvido mais recentemente a partir de experiências brasileiras.

Os ecos de Dewey e do pragmatismo na antropologia brasileira são ainda mais fortes. Desde a passagem do cientista social estadunidense Donald Pierson e sua contribuição aos estudos de comunidade, notadamente a partir da experiência de pesquisa acerca do homem do São Francisco, desenvolvida na década de 1950, sob os auspícios do que viria a ser a SUDENE, conforme relata Maio (2009), a antropologia tem sido um campo disciplinar em que a tradição pragmatista se mantém fecunda no Brasil. Em meio antropológico, há influência pragmatista em autores importantes, como Gilberto Velho, bem como estímulo à reflexão contemporânea de um amplo grupo que se expressa bastante por meio de periódicos como as Revistas Antropolítica (UFF) e Dilemas (UFRJ).

Uma sociologia desenvolvida em solo nacional e ricamente imbricada com a teoria antropológica passou a ocupar espaço nesta ecologia a partir da forte influência da cooperação internacional de gente como Isaac Joseph que, estabelecido na França nos anos 1990, coordenou com Roberto Kant de Lima um projeto intitulado “Espaço público, conflitos e democracia numa perspectiva comparada” desenvolvido em parceria entre a Universidade de Paris X – Nanterre, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Como relata Mello et al. (2011, p. 482), esta cooperação está na origem de uma série de

[...] missões de curta e longa duração estabelecidas nos dois sentidos entre os dois países, almejando a construção de uma relação acadêmica sólida em torno de Isaac Joseph que, embora não fosse o único, era sem dúvida o personagem central do acordo. Por seu turno, Daniel Cefäï, colega de Isaac Joseph em Nanterre, tinha coordenado de 1997 a 1999 um programa de intercâmbio com Vera da Silva Telles, Maria Célia Paoli e Cibele Risek, da Universidade de São Paulo (USP), conduzindo assim a vertente *paulista* da rede (MELLO et al., 2011, p. 482).

A colaboração continuou profícua. Atravessada de dons e contradons, ela contribuiu para atualizar a reflexão acerca das relações entre pragmatismo, Escola de Chicago e as ciências sociais contemporâneas. Não obstante, esta cooperação interdisciplinar, interinstitucional e internacional vem fecundando a produção acadêmica de pesquisadores que se dedicam notadamente à compreensão do espaço público urbano e da ação coletiva a partir de um enfoque etnográfico tão caro à tradição inaugurada pelo pragmatismo estadunidense.

1.2 METÁFORA TEATRAL E PERFORMANCE

Ainda em meio a considerações teóricas, é útil desenvolver o tema dos atos e das falas, pois esta pesquisa se refere a essas duas questões. Dirigindo-se à ordem discursiva, mais habitual e rotinizada no âmbito das ciências humanas e sociais, mas também se referindo a uma ordem que, de modo generalista, pode-se chamar de “teatral”, buscou-se levar em consideração a complementaridade do que é dito e feito.

A ordem teatral tem alguma tradição acadêmica, acumula décadas de reflexão, muitas experiências e publicações, mas é certamente menos copiosa na sociologia e enseja maiores esclarecimentos. A pesquisa em ciências sociais valoriza bastante o que é dito. Os discursos são objeto habitual de atenção, registro, descrição e análise acadêmica. Na realidade, essa tradição é anterior e ultrapassa com muita folga o mundo da ciência. Desde a Antiguidade Clássica, especula-se sobre separações entre o dito e o feito. A “Poética”, de Aristóteles, por exemplo, examina a tragédia grega a partir de seis categorias analíticas funcionalmente moduladas entre si e agrupadas em dois polos: *mythos* (que é a própria trama, a ação da qual decorre a tragédia) e *opsis* (espetáculo, apresentação). As interpretações posteriores destes termos de análise, frequentemente enaltecem a dimensão do *mythos* em detrimento do espetáculo, como é possível constatar em Scott (1999). Porém, subscrevendo as ideias de Ramos (2010), pode-se identificar casos dramatúrgicos em que há “simultaneidade absoluta” entre ação e fala, trama e espetáculo. Nas ciências sociais, alguns percursos teóricos e metodológicos se distanciam das análises centradas no que se diz e tematizam também as condições em que se diz (AUSTIN, 1962; BOURDIEU, 1982b). Outros ampliam a reflexão, enfocando o próprio discurso como um conceito *passe partout* em que é possível encaixar uma grande diversidade de experiências ou, como diria Derrida, “Tudo é discurso”.

Porém, há de se considerar que os aspectos que não emergem na racionalidade ou nas emoções da ordem do dito, oralmente ou por escrito, com finalidades narrativas, argumentativas ou retóricas, também têm seu espaço no meio sociológico. No Brasil, a noção de “ritual” é uma das chaves analíticas que vêm sendo empregadas

por quem almeja alcançar uma ordem de ação que não seja apenas discursiva. Os trabalhos neste sentido já são numerosos, notadamente na área da antropologia. A referência a trabalhos de Victor Turner (1967 e 1969, mais tarde traduzidos para o português) tem sido incontornável neste âmbito e alimenta, por exemplo, reflexões acerca de campanhas eleitorais (BARREIRA, 1998) e até um estudo sobre uma Marcha por direitos: a “Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, organizada pelo Movimento Sem Terra no ano de 1997 e analisada por Chaves (2000). Há ainda os que afirmam se dirigir a um só tempo ao que é dito e feito, como Comerford (2000). Contudo, mesmo no caso de Comerford (2000), o dito e o feito parecem estar apartados na análise, como se viessem de “províncias”¹³ muito diferentes.

Aqui, a investigação acerca de manifestações reivindicatórias buscou se dirigir ao dito e feito como sendo pertencentes a uma mesma ordem que será doravante chamada de “ordem da performance”, na qual nem sempre é possível encontrar uma “simultaneidade absoluta”, mas certamente pode se constatar o efeito de experiências de dimensão gestual (cuja percepção demanda principalmente o sentido da visão) que competem com outras do tipo discursivas (que são percebidas com mais recurso à audição) e ainda várias outras que se tornam perceptíveis na intercessão de conhecimentos, sentidos e emoções.

A escolha da metáfora performática se deve a uma série de fatores. Segue-se em parte os ensinamentos de Gusfield, reconhecendo que metáforas levam de um ponto a outro

[...] para surpreender, mostrar semelhanças onde convencionalmente há diferenças e indiferenças.

13 Alfred Schutz desenvolve o conceito de “províncias finitas de significado” a partir da discussão estabelecida por William James acerca da existência de diferentes “ordens de realidade”. Segundo James (1891), cada ordem de realidade corresponde a um “subuniverso”, dentre os quais ele nomeia aqueles das coisas físicas, da ciência, das relações ideais, dos ídolos e do sobrenatural. Porém, Schutz (1979, p. 248-9) enfatiza a dimensão da experiência em detrimento da ontologia que subjaz na discussão de James e opta pela difusão de um novo termo em que reconhece que “[...] um conjunto de nossas experiências [se] [...] constitui como províncias finitas de significado”.

Poetas utilizam para fins estéticos. Cientistas para transpor o hiato entre seus pensamentos e os conhecimentos populares. Cientistas sociais utilizam para descobrir significados e perspectivas que a ação torna possíveis (GUSFIELD, 2000, p. 4).

Mas, a apresentação desta obra (GUSFIELD, 2000), lançada na reta final das publicações de um sociólogo maduro¹⁴, demonstra a prudência de um estudioso que aponta sua caracterização da metáfora com uma precaução bastante importante: “[...] metáforas também distorcem, enganam e cobrem tanto quanto descobrem” (GUSFIELD, 2000, p. 4). Assim, pode-se compreender que há muitos tipos de metáfora e que elas são capazes de produzir um grande número de efeitos. Uma mesma metáfora – aqui inicialmente chamada de “teatral” – aparece como “dramatistic” na obra de Burke (1968), “dramaturgy” em Goffman (1959 e 1963) e, de modo semelhante, emerge como “ritual” em Turner (1967 e 1969) e na literatura brasileira citada há pouco (BARREIRA, 1998, CHAVES, 2000, COMERFORD, 2000).

Uma longa discussão poderia se estabelecer acerca das particularidades de cada um destes empregos da metáfora e da associação entre drama, ritual e performance, desenvolvida por Turner (1986 e 1987, por exemplo) em período posterior a seus quase dez anos de atuação profissional na Universidade de Chicago (CAVALCANTI, 2013). Porém, o foco aqui será, por um lado, a tematização de Gusfield sobre a associação entre beber e dirigir nos Estados Unidos, tema que ele abordou com bastante apoio nas pistas traçadas pelo crítico literário Kenneth Burke. Por outro lado, Goffman será tomado como outra figura de proa pela relevância que tem para a sociologia da ação coletiva. O limite do enfoque ritual se deve à sua reduzida dinâmica e fluidez. Os rituais respondem a lógicas pré-determinadas de ação, parecem bastante próximos do discurso perlocutório e do ato ceremonial [por

¹⁴ Nascido em 1923, formou-se em Chicago e atuou principalmente na Universidade da Califórnia, da qual se reproduz um registro de seu obituário em 2015, aos 91 anos de idade. Disponível em: <http://ucsdnews.ucsd.edu/feature/sociology_department_founder_joseph_gusfield_91_dies>. Acesso em: 03 de ago. 2016.

mais que Turner (1969) insista em diferenciá-los], eles cristalizam hábitos retransmitidos em diferentes gerações. Em resumo, rituais não se reinventam da noite para o dia. Já a performance pode ser compreendida como a própria dinâmica da invenção, aproxima-se dos *happenings*, das intervenções artísticas de caráter efêmero, dos *sit-ins*, do “escracho”, do *charivaris*¹⁵ e, na perspectiva de análise aqui adotada, podem reunir o dito e o feito em uma mesma ordem de realização em que a presença de um público tem importância decisiva.

Antes de conduzir o foco à performance, vale a pena fazer um *détour* sobre as trajetórias e produções de Goffman e Gusfield, expoentes de uma tradição acadêmica oriunda do Departamento de Sociologia de Chicago, do qual foram alunos à mesma época que Howard Becker, Eliot Freidson e outros tantos notáveis sociólogos.

Começando por Goffman, recuperam-se inicialmente impressões de Gilberto Velho sobre este sujeito a quem Velho (2002) descreveu como um “personagem excêntrico”, bastante atento à etiqueta e aos rituais de interação. Descrevendo sua estadia no Rio de Janeiro em 1978, Velho (2002) postula que Goffman não teria se desligado de suas referências nativas por um único dia, demonstrando-se preocupado, por exemplo, em se manter informado das variações da bolsa de Nova York. Seja pelo caráter pessoal excêntrico ou porque a travessia das fronteiras nacionais de reconhecimento custam a se processar, Erving Goffman demorou a ser traduzido e empregado nas ciências sociais brasileiras. Considerando que intensificou a publicação dos resultados de seus estudos em meados dos anos 1950, constata-se que a tradução de sua obra tardou longos anos, mas, como afirma Martins (2008), sua atualidade continua

15 Uma espécie de concerto dissonante de utensílios de cozinha, gritos, assobios e apitos que já foi bastante usual para mostrar a reprovação de uma comunidade a determinados casamentos ou denunciar a conduta chocante por parte de uma pessoa qualquer (Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/definition/charivaris>>. Acesso em: 22 de fev. 2016). Por analogia, pode-se dizer que os atos de “escracho” realizados nas imediações de residências de antigos militares que colaboraram com a ditadura no Brasil se assemelham mais aos *charivaris* por se realizarem em espaços públicos do que os “panelaços” da classe média contra os pronunciamentos da Presidenta da República em cadeia nacional de rádio e televisão nos anos 2010. Uns vão às ruas, outros geralmente se limitam às varandas de bairros privilegiados.

irrefutável e, apesar de seu trabalho ter sido concebido notadamente em meio à sociedade estadunidense dos anos 1950 a 1970, seu instrumental analítico é útil para quem busca compreender as interações humanas em diferentes sociedades contemporâneas. O desdém de seus críticos se anuncia na referência a aspectos ditos microssociológicos, conforme já foi apontado no Brasil por Gastaldo (2008). As insinuações de uma importância supostamente secundária para o estudo das interações também estão presentes nas ciências sociais dos Estados Unidos e da Europa. A estas insinuações, o sociólogo parece responder ao afirmar, em sua obra mais extensa e sistemática, que “trata apenas de assuntos que vêm em segundo lugar” (GOFFMAN, 2012 [1974], p. 37). O necrológio assinado por Bourdieu (1982) e reproduzido em vários países, ao invés de homenagear, sugere que o pensamento do autor seja menor ou menos importante, pois classifica de “infinitamente pequeno” aquilo que Goffman descobre e apresenta.

Mesmo que as inflexões de Goffman sobre economia e política não sejam explícitas, ninguém duvida que a política se processa por meio de encontros, desencontros, compartilhamento ou disputa, como bem apontou Borreca (1993). Ademais, as relações de especulação e troca que constituem domínio econômico pressupõem a realização de rituais e performances cuja análise teria muito a ganhar caso aproveitasse algumas pistas goffmanianas. Em todas estas situações, diferentes pessoas compartilham o que o autor denomina de “foco comum de atenção”. Quando há encontro, os atores manejam suas “fachadas” pessoais visando a expressar o que lhes parece mais adequado à situação e a seus interesses. O encontro sempre se processa de acordo – ou em conflito – com a situação na qual ele se realiza, ele acontece em função da situação.

Goffman postula que quanto mais e melhor se conhece as “propriedades situacionais” de uma “ocasião social”, mais êxito é possível obter na busca de um objetivo e, além disso, seu estudo sobre o comportamento em lugares públicos aponta reflexões úteis para entender, por exemplo, como são tomadas decisões que interferem na organização política e econômica de um determinado agrupamento. Como têm mostrado alguns cientistas sociais, Goffman não é somente o sociólogo do infinitamente pequeno, seu legado é importante para a

sociologia política (GAMSON, 1985) e, como assinala Cefaï (2012), ele tratou desde seu primeiro texto (GOFFMAN, 1951) dos símbolos da estratificação que são definidos por leis, pela opinião pública e condições socioeconômicas.

A complexidade da vida em copresença, o trânsito em espaços onde se encontram outras pessoas e a necessidade de se expressar frente aos outros são alguns dos fatores que Goffman aponta como operantes para a escolha de posturas adequadas a cada situação. Segundo ele, os casos em que a copresença impele as pessoas a compartilhar um “foco principal de atenção” constituem “ocasião social” que rompe a ordinária “desatenção civil” e conduz os indivíduos a escolher um “porte” adequado e a agir com a “deferência” necessária à expressão de seu próprio caráter. O comportamento em lugares públicos, segundo Goffman (1963), não considera somente características individuais, mas também expectativas sobre expectativas, ou seja, como os indivíduos imaginam que as pessoas com quem interagem direta ou indiretamente podem reagir às suas ações. A escolha de doses adequadas de deferência e tipos apropriados de porte em espaços públicos é fundamental para o sucesso da interação. No entanto, se o manejo da “fachada” individual se torna excessivamente explícito, é provável que a interação se converta em disputa e a ocasião se transforme em conflito.

Estas não são questões irrelevantes, elas impõem um desafio constante para a conduta humana, especialmente quando os membros desta espécie se encontram entre seus pares. Salvo casos em que as pessoas copresentes sejam “alienadas”¹⁶, o comportamento de um membro do encontro (“ajuntamento” de co-presentes) depende de uma ampla série de considerações sobre o que pretende expor de si e o que espera que as pessoas entendam. Neste caminho se desenvolve a metáfora teatral em Goffman, revelando que ele se preocupa mais em como as pessoas agem “em meio” ao público de modo análogo ao dos atores em palco, “frente” a um público.

16 Goffman se refere à noção de “alienação” tanto para tratar de doentes mentais quanto de crianças e empregados domésticos, por exemplo. Em algumas de suas obras (GOFFMAN, 1959 e 1963), ele também mobiliza o conceito de “não-pessoas” para se referir a estas mesmas categorias de indivíduos.

Como já sinalizado, Erving Goffman, Howard Becker e Joseph Gusfield fizeram sua trajetória de pós-graduação na cidade de Chicago do final dos anos 1940 ao início da década seguinte, tendo, portanto, estudado com o que naquele momento já era uma “velha guarda” da Escola de Chicago. Dos três, a obra de Gusfield é a única que não ultrapassou a barreira da tradução para o português. Nenhum de seus livros foi publicado em língua portuguesa e as referências à sua literatura ainda são pouco frequentes entre cientistas sociais lusófonos. Antes de discorrer sobre as diferenças que ele pontua nas metáforas teatrais de Goffman e de Burke, vale ressaltar que sua obra se dedica a questões que demonstram a minimização do caráter “natural” ou “normal” de determinadas situações que são definidas como opostas ao “interesse público” e que, portanto, “devem ser erradicadas ou atenuadas pela ação pública” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 113). A este tipo de situação, Gusfield dá o nome de “problema social”.

Em sua perspectiva, um tema recorrente é o dos controles das transações com álcool nos Estados Unidos. Em Gusfield (1981 e 2012 [1989]), o cerne da preocupação parece ser a busca de responder como uma determinada configuração de significados relativos a um tipo de situação se tornam incontestáveis. Para tanto, a noção de “propriedade do problema” é muito importante, mostrando-se alinhada com a compreensão de Dewey (1927), como demonstra o trecho a seguir:

“Ser proprietário” de um problema (GUSFIELD, 1981), é se ver investido do reconhecimento e das obrigações que lhe são associadas para assegurar um elevado grau de atenção e credibilidade conferido tanto pela existência do problema quanto pelas informações e ideias que lhe concernem. “Ser proprietário” de um problema social, é deter a autoridade de enunciar que uma situação é “problemática” e propor algo para remedíá-la. É ter o poder de orientar e dirigir a organização dos recursos – leis, opiniões, meios de aplicação, bens

e serviços – para contribuir com a solução do problema. [...] No séc. XIX e início do XX, as igrejas protestantes eram as principais “proprietárias” do problema do álcool. Elas perderam este *status* ou tiveram de compartilhá-lo com instituições médicas, governamentais e universitárias. As indústrias de cerveja, vinho e os espirituosos têm tentado acabar com a propriedade do problema por meio de slogans, como “o erro é do homem e não da garrafa” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 118-9).

Quando os significados de um problema são contestados e disputados, a “propriedade” é ameaçada e, à medida que a contestação cresce e ganha publicidade, é possível que o estado de consenso moral associado à propriedade do problema seja rompido. Em caso de ruptura, não há mais ninguém ou nenhum grupo em condição de “articular, definir e controlar as situações de um modo aceitável para o conjunto da sociedade” (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 128). Esta ruptura se dá, segundo Gusfield (1981), por meio de operações dramáticas, narrativas e retóricas. Esta tríplice e simultânea operação que dramatiza, descreve e busca convencer ou persuadir¹⁷, demonstra a atenção do autor não apenas às articulações discursivas, mas também aos gestos ou, em uma palavra, pode-se dizer que Gusfield volta sua atenção à performance que caracteriza a publicização de um problema por ângulos distintos e capazes de abalar o consenso de ordem simbólica que sustenta sua propriedade. Em texto posterior, Gusfield (2012 [1989]) amplia o raciocínio para problemas que ultrapassam largamente o quadro do alcoolismo, fazendo referência à entrada de certas condições no campo

17 Convencer e persuadir são diferentes meios de vencer uma disputa discursiva, suas diferenças são apontadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2009 [1958]), retomando a tradição aristotélica. Ambos representam a vitória de uma forma particular de compreender uma questão, a etimologia ajuda a entender o efeito de “vencer junto com outras pessoas” como sendo algo próprio à ideia de “convencimento”; enquanto a noção de “levar outrém a seguir uma opinião” é algo que está mais relacionado com a “persuasão” e não decorre necessariamente do compartilhamento de compreensões.

do Direito e da ação pública. Os exemplos são numerosos: deficiências físicas, mulheres, crianças, homossexuais, pessoas privadas de liberdade, dependentes químicos, etc.

Gusfield (2000) aprofundou a análise da dimensão performática do processo de disputa de significados que possibilita a ruptura da propriedade de um problema público. Ele toma todo o comportamento humano como performance, revelando “[...] semelhanças entre ações planejadas ou encenadas do mundo da arte [...] com a performance não-teatral” (GUSFIELD, 2000, p. 2). Reconhecendo a influência dos primeiros trabalhos de Goffman, Gusfield ensaia um distanciamento desta fase goffmaniana porque a considera muito sujeita à preocupação com o “gerenciamento das impressões” dos atores pelos próprios atores. Afirma que somente em fase posterior, Goffman (1974 e 1981) elabora algo que conceitualmente o aproxima mais, tanto do próprio Gusfield quanto de Kenneth Burke. O distanciamento de Gusfield em relação a Goffman se deve ao interesse de compreender tanto os significados de quem realiza quanto aqueles de quem assiste à performance, posto que ela “[...] cria a ocasião e a oportunidade para que quem a vê interprete em termos e entendimentos que podem estar deslocados ou ser contraditórios às intenções do ator” (GUSFIELD, 2000, p. 6). Assim, em contraponto aos primeiros trabalhos de Goffman, Gusfield se interessa pelo público e não pelos atores, pelo jogo e não pelos jogadores, à moda que ele reconhece herdar do mencionado Kenneth Burke, mas não ignora a presença de sujeitos treinados nas apresentações performáticas.

Afastando-se um pouco da história da Sociologia, é preciso reconhecer uma intensa colaboração interdisciplinar para compreender do que tratam os estudos de performance. Não apenas a produção de Burke, mas também antropologia, teoria e experimentação teatral são fundamentais para avançar neste entendimento. A importante análise acerca do potencial de contribuição destes diferentes campos disciplinares com a teoria sociológica, apresentada em Teixeira (1998), destaca a sociologia política e as seminais reflexões apontadas por Borreca (1993), avançando com a menção a outros artigos do periódico estadunidense *Drama Review* e chegando à “[...] perspectiva

dos *performance studies* [...] desdobramento mais contemporâneo e sofisticado da perspectiva dramatúrgica” (TEIXEIRA, 1998, p. 93).

Além de Burke, Goffman e Turner, Teixeira (1998) dá relevo à contribuição do antropólogo e diretor de teatro experimental Richard Schechner, a quem Victor Turner (1982, p. 7) reconhece o papel fundamental no início de sua mudança do mundo do ritual para o do teatro. O encontro da antropologia com o teatro experimental contemporâneo, faz parte das interações disciplinares ressaltadas por Cavalcanti (2013) como potentes para o desenvolvimento dos estudos de performance, nos quais a antropóloga ressalta

[...] ampla confluência do interesse pela performance vindo tanto do campo artístico (Glusberg, 2009; Lopes, 2003) como do movimento conceitual de diversos campos de conhecimento como a linguística (Austin, 1962; Peirce, 1969; Searle, 1969), a literatura oral (Zumthor, 2009), a etnomusicologia (Seeger, 1994), estudos de folclore (Bauman, 1977) e a própria antropologia (Malinowski, 1972; Tambiah, 1968; 1973) (CAVALCANTI, 2013, p. 423).

De Schechner, vem uma definição bastante repetida, segundo a qual a performance seria uma espécie de

[...] comportamento restaurado [...] que não envolve a apresentação de habilidades, mas que tem a ver com o distanciamento entre o *self* e o comportamento social, semelhante ao que se estabelece entre o ator e o papel que ele desempenha no palco. O distanciamento cria a virtude de os atos poderem ser repetíveis ou restauráveis de formas e em versões variadas. Entre essas, Schechner lista shamanismo, exorcismo, transe, ritual, dança e

teatro convencionais, ritos de iniciação, dramas sociais, psicanálise e outras terapias. Essas várias versões consistem em performances porque criam realidades que existem num plano diferenciado em relação à vida cotidiana, mesmo que dela se nutram (TEIXEIRA, 1998, p. 94).

Ainda na antropologia, Teixeira (1998) mobiliza a noção de *deep play* (GEERTZ, 1973) traduzida como um “jogo absorvente” no qual o engajamento individual faz emergir algo relevante. A performance é, segundo Teixeira (1998), um similar deste “jogo”.

Porém, é preciso ponderar sobre a possibilidade de haver boas e más performances. Não há referências a este tipo de classificação na obra de Schechner (1985 e 1988), mas sua associação da performance à noção de “eficácia” (em contraponto àquelas do tipo “entretenimento”) aponta o potencial que o autor reconhece como capaz de gerar uma “transportação” (*transportation*) análoga à transformação ritual, mas necessariamente transitória. Uma performance eficaz, nesta perspectiva, pode reorientar o comportamento de quem se engaja como *performer* ou como público, gerando a capacidade de redefinir posições, papéis e status de atores sociais, mas vale lembrar que – como destaca Silva (2005, p. 50-1) – “nenhuma performance é puramente ‘entretenimento’ ou absolutamente ‘eficácia’”.

Finalmente, na teoria da performance de Schechner (1988) há mais uma noção valiosa para esta pesquisa. Trata-se da distinção do público de uma performance em duas categorias: “integrais” e “acidentais”. Sendo uns capazes de se alinhar em um ou mais aspectos de conteúdo ou forma apresentados e, os outros, correspondendo ao padrão mediano de público teatral que não procura acessar os bastidores, cumprimentar os artistas e nem mesmo discute a peça ao se encerrar a apresentação.

Em síntese, a noção de performance aplicada nesta pesquisa reúne propriedades transpostas do mundo do teatro e já bastante tematizadas em Sociologia. A performance inclui dimensões do gesto e do texto desempenhados em um corpo de cena (palco) que dispõe de diversos recursos periféricos, como bastidores, coxias, camarins, cortinas, luzes,

sons e outros. Trata-se de um amplo conjunto de elementos mobilizados para a realização de um ato capaz de alterar o comportamento de *performers* e espectadores. Por mais frequente que venha a ser, a performance guarda alguma distância da vida cotidiana. Fala-se disso também em outros contextos; é comum a referência à performance de um esportista e, progressivamente, tem-se tornado mais frequente a aplicação no mundo dos negócios do qual se depreende uma suposta “performance de mercado”. Na arte contemporânea, a performance tem sido empregada para a produção de obras que são a própria interação entre artistas e seu público. Este sentido da performance artística é o mais profícuo para a análise aqui empreendida.

Assim como no teatro, a performance da arte contemporânea só se realiza junto a um público. Enquanto não há público, tem-se ensaio, preparação, treinamento ou alguma outra coisa, mas não performance. Contudo, não se espera do público de uma performance o que Goffman (2012 [1974], p. 169) atribui como expectativa em relação à plateia teatral, à qual “só se pode pedir atenção, consideração e o pagamento da entrada”. A performance – mais do que as peças de teatro – anseia um “público integral” que possa contribuir para alterar o desenvolvimento do espetáculo planejado. As ações e reações do público são, portanto, decisivas para a realização performática¹⁸. Espera-se muito mais que

18 Um exemplo de reordenamento do curso da performance que decorre da intervenção do público é o de Marina Abramovic, que se dispôs a passar seis horas imóvel em uma sala de exposições, junto a 72 objetos que o público poderia utilizar para intervir em seu corpo. Segundo Bonfitto (2013, p. 125-6), “Dentre os objetos dispostos sobre a mesa, há uma pistola carregada com balas verdadeiras, uma rosa, um frasco de perfume, um sino, correntes, alfinetes, tesouras, canetas [...] a exploração do risco e do descontrole se dá através da liberdade total concedida ao público, que poderia interagir como quisesse. As dinâmicas comportamentais que envolveram o coletivo de pessoas presentes no Studio Morra variaram do extremo cuidado à agressividade mais brutal. Os espinhos do cabo da rosa são usados para arranhá-la produzindo sangramentos, a gilete produz igualmente cortes e o seu sangue é literalmente chupado por membros do público; suas roupas são rasgadas e a pistola carregada de balas é colocada em suas mãos e virada para a cabeça com o seu dedo posicionado no gatilho. A certo ponto, a performance é interrompida pelos organizadores preocupados com os desdobramentos que poderiam emergir da violência crescente manifestada pelo público”. Trata-se da última performance da série *Rhythm*, realizada pela artista em 1974, em Nápoles.

atenção e consideração de um público performático; bem como muitas vezes é dispensado o pagamento de entrada.

Finalmente, vale também destacar que a performance tem a possibilidade de colocar as “emoções em trabalho”, tema que será retomado adiante a partir da síntese de Quéré (2012) acerca da emoção na obra de Dewey.

Aqui, opta-se pelo emprego da noção de performance em detrimento de outras correlatas, como rituais e representações. Há vários caminhos para justificar esta escolha. Primeiramente, a performance parece mais adequada para abordar o ato de reivindicar em Marcha como sendo uma realização teatral de *script* e papéis definidos de modo dinâmico, por meio de acordos efêmeros e fluídos que orientam *performers* e espectadores a ocupar um palco que não estabelece barreiras físicas entre uns e outros, onde se produz a hibridização dos papéis que faz da figura do marchador uma espécie de “espect-ator” (BOAL, 1999)¹⁹. Em seguida, vale destacar que a noção de performance supera as fronteiras do ritual, cuja realização responde a obrigações e constrangimentos rotinizados nas relações entre seus executores. A noção de representação, por sua vez, carrega uma dimensão de falso: quem representa tem um papel pré-definido, sabe que está representando, o que e como representar, carece de um grande treinamento. A representação (ou encenação, como também se chama no mundo do teatro) é um ato para profissionais. Diz-se cotidianamente que as pessoas apresentam: estudantes apresentam

19 Como um intruso neste território bibliográfico, o teatrólogo brasileiro Augusto Boal é omitido nos citados textos de teatro ou de intercessão entre teatro e ciências sociais. Contudo, a noção de “espect-ator” que emprega em seu “Jogos para atores e não-atores” (BOAL, 1999), apesar de não reconhecer no público do teatro uma plena capacidade de desempenhar diferentes papéis, aponta algumas circunstâncias em que este público pode ser “enganado” (para usar um termo de GOFFMAN, 1974) e representar sem saber que representa. Com base nessa transmutação do papel da plateia, Boal desenvolveu o “teatro invisível”; mas tentou (com o “teatro-fórum”) superar a enganação do público convidando membros da audiência a se envolver em espetáculos que tratavam de diversos modos de opressão. Seu convite ao público buscava conscientemente alterar os finais de suas peças. Muitas destas experiências estão descritas no texto citado (BOAL, 1999), merecendo destaque aquelas desenvolvidas em França, Suíça e Itália, quando o autor vivia sob asilo político na Europa.

trabalhos, trabalhadores se apresentam para o serviço, interlocutores se apresentam uns aos outros, jornais apresentam notícias, ciências apresentam conhecimentos, livros apresentam histórias, programas midiáticos têm apresentadores etc. A representação fica reservada ao mundo profissional da fantasia; até mesmo quando se trata de uma representação eleita por representados – caso em que habitualmente não se consulta os representados para validar uma encenação em nome do coletivo a que se representa.

Como esta tese trata de um “mundo real” em que pessoas contestam, reivindicam e propõem, a tentativa será descrever e analisar apresentações observadas na Marcha da Maconha de Recife sob influência da referida literatura que constitui uma vasta área de conhecimentos reunidos em torno da noção de “estudos de performance” em ciências sociais e teatro²⁰. Além das referências já mencionadas, destaca-se a contribuição da sociologia cultural, de Jeffrey Alexander, da qual se extrai a ideia de que uma “[...] performance de sucesso depende da habilidade de convencer outras pessoas de que a performance é verdadeira” (ALEXANDER, 2006, p. 33).

O “modelo forte” de Alexander indica que uma performance de sucesso gera “refusão” da coletividade envolvida porque se aproxima da noção de “como-ritual” (*ritual-like*). Neste sentido, as postulações desta tese ponderam o modelo traçado por Alexander, inspirando-se nele, mas também tomando alguma distância. A noção de “sucesso da performance” será abordada, notadamente a partir de uma categoria constante no referido modelo: a fusão – aqui entendida como efeito de uma performance sobre aqueles que são inicialmente afetados por ela na

20 Aqui não há expectativa de cobrir a vastidão destes estudos, não se mencionou, por exemplo, as análises da teoria feminista dos “atos performativos do gênero” (BUTLER, 1988) que – apoiando-se em um entendimento muito particular de uma teoria dos atos que reúne Mead, Merleau-Ponty e Husserl – aborda a questão de “gênero” como sendo uma construção determinada pelo comportamento humano. O trabalho empreendido nessa pesquisa não destoa do enquadramento de “performance de confronto político” na obra de Charles Tilly (1983) e Sidney Tarrow (2009), apesar destes autores não terem sido previamente tomados como referências teóricas ou metodológicas para observar a ação coletiva. Outros estudos foram ignorados, tão somente porque a pretensão não é inventariar essa discussão, mas apenas apontar suas influências para a pesquisa em tela.

condição de espectador, mas que passam a desempenhar algum papel de maior relevância que o da maioria da plateia, isto guarda bastante analogia com a aplicação da noção de “eficácia” sobre o “público integral” da teoria da performance desenvolvida por Schechner (1988). No entanto, as noções de “*de-fusion*”²¹ e “*re-fusion*” presentes no modelo de Alexander (2006) foram desprezadas em detrimento de uma ideia de “difusão” que constitui o “sucesso dos *performers*”. Observando fusão e difusão nas performances da Marcha da Maconha, tentou-se entender seu sucesso e eficácia.

A fusão é o que liga *performers* e espectadores, enquanto a difusão²² emergiu na pesquisa como sendo uma noção útil para expressar as capacidades disponíveis em alguns *performers* para adaptar suas falas e gestos em função dos diferentes palcos e audiências em que se apresentam. Estas duas características têm se mostrado fundamentais para o sucesso das performances observadas. O emprego destas ideias continua a seguir uma perspectiva metafórica e, portanto, não se espera que a fusão gere plena dissolução das partes em um todo homogêneo, mas apenas refcrcie a capacidade de “engrossar o caldo” e ampliar a Marcha com a inserção de novos espectadores que continuam a traçar suas trajetórias individuais, apesar de sua integração com uma causa coletiva. Por outro lado, a noção de difusão referenciou as possibilidades dos ativistas atingirem outros públicos que não costumam estar por onde a Marcha passa, mas que se sensibilizam com suas performances em outras situações. Nas performances dos marchadores é, por vezes, difícil

21 No modelo de Alexander (2006), “*de-fusion*” é o efeito contrário ao da fusão, possível de se traduzir na ideia de “desagregação”; por outro lado, sua ideia de “*re-fusion*” tem o mesmo efeito de fusão, mas só se observa depois de um fenômeno desagregador.

22 Como bem observa Bringel (2011, p. 57), “A noção de ‘difusão’ tem uma longa trajetória no estudo dos movimentos sociais nos Estados Unidos e é utilizada por Tarrow (2005; 2010) como aqueles elementos e mecanismos que permitem entender como discursos, demandas, experiências e repertórios de protesto se disseminam entre diferentes lugares, em alguns casos muito distantes uns dos outros”. Assim, é mais uma vez notável a relevância da “*contentious politics*” para o enfoque de práticas abordadas neste trabalho. Para Tarrow, há três formas principais de difusão: relational (com interação humana direta), não-relacional (mediada por mídias, por exemplo) e mediada por terceiros. Na ação dos marchadores, observa-se as três formas de difusão.

identificar elementos comuns aos usados nas Marchas, mas é justamente a capacidade de adaptação que amplia as possibilidades de “transportação” e permite que uma mesma causa chegue a diferentes públicos.

Vale ainda destacar que, apesar da frequente referência a uma suposta origem na língua inglesa, o termo “performance” se forma por justaposição e derivação de dois termos latinos: “per” e “forma”, atestando uma etimologia que liga as noções de forma e ação. Relacionando-se, portanto, com o importante pressuposto pragmatista de que algo se forma pela própria ação. O prefixo “per” indica o meio pelo qual algo se faz, associando-o ao substantivo “forma”, que indica os limites que conferem uma configuração particular a um corpo, completa-se o termo “performance”. Turner (1982, p. 13-14) reconhece uma antiga origem francesa para o termo, a saber: “*parfournir*” que significa “completar”. Agier (2004, p. 146) relembra a relação com o antigo termo francês “*performance*”, derivado de “*parformer*” e cujo significado se aproxima das ideias de “realizar” e “executar”. Algumas línguas derivadas do latim – como português, francês, italiano e espanhol – não têm um verbo diretamente associado a esta palavra, mas em inglês há um (*to perform*) cuja conjugação indica claramente as ideias de produzir algo no próprio exercício da produção.

Não por acaso, este verbo está incrustado no título do último livro de Gusfield (2000) e ao longo de grande parte da sua obra. *To perform* indica um ato que poderia ser traduzido com o neologismo “performar”. Porém, habitualmente, busca-se alternativas aos neologismos, poupando os tradutores de longos desenvolvimentos acerca da morfogênese idiomática. Em espanhol, por exemplo, chega-se a traduzir o verbo pela própria ideia de “fazer”, como aplicou Carballo (2008) ao tratar da obra de Jeffrey Alexander. A tradução para o português de Williams (2010 [1954]) considerou o termo como sinônimo de “cena”²³. Aqui, nesta obra, a ideia de performar aparece como “fazer”, “apresentar”,

23 O problema das traduções em língua portuguesa é um velho conhecido no mundo da sociologia. O sentido de termos traduzidos são eventualmente alterados. Ver o exemplo clássico de “*presentation*”, vertido para “representação” na tradução de Goffman (GASTALDO, 2008, p. 150). Na mesma tradução, pode-se destacar a redução da noção de “self” para “eu” - o que altera bastante o sentido do termo, posto que o “eu” é apenas uma parte do “self”.

“empreender”, “desenvolver” ou “realizar” uma performance, mas também é eventualmente conjugado o neologismo “performar” devido à riqueza de sentidos que carrega.

Assim como na maioria dos trabalhos teatrais, diz-se mais ou menos coisas enquanto se realiza uma performance. Não há relações de incompatibilidade, exclusão mútua ou supremacia do dito sobre o feito ou vice-versa. Sob esta perspectiva, dedica-se grande parte deste trabalho à descrição da performance empreendida pelos marchadores – algo que ocupa a maioria do quase-diário, mas também integra o corpo da tese porque é parte do objeto de investigação. Espera-se que um trabalho de análise acerca de um problema público, que foca a performance nesta perspectiva, supere o fetiche sociológico da suspeita que pressupõe a incontornável existência de algo por cima, por baixo ou por trás que determina o curso de uma ação. Assim, tenta-se evitar a obsessão daquilo que muitos sociólogos apontam em termos de “estrutura” e outros – que não depõem os termos – parecem também empregar. A descrição e análise da performance de uma ação coletiva não é limitada às aparências: ela foca no que se faz, tentando entender o quê, quem, quando, onde, por que, com quem, contra quem e como se faz. Espera-se que estas questões permitam dar a conhecer não apenas as condicionantes da estrutura, mas também a dimensão de agência que impele *performers*, espectadores e outros colaboradores a tomar parte em atos e falas que se sucedem em um lugar e tempo específicos. O “como” ou as “aparências” são apenas uma das dimensões da análise das performances dos marchadores, até porque se sabe, desde Goffman (1959, p. 70), que “embora normalmente as pessoas sejam o que aparecem, as aparências podem ser manipuladas”.

Finalmente, vale dizer que, considerando o protagonista como sendo aquele que age à frente de uma determinada performance, pode-se afirmar que uma performance coletiva tem atores em ordens diversas e subsequentes: secundários, coadjuvantes ou ainda aqueles que fazem alguma figuração também prescrita, planejada e às vezes até ensaiada. No entanto, uma performance de sucesso é aquela em que o público (ou parte dele) desempenha um papel importante no desenrolar do

drama e se integra com aqueles a que assiste, de modo que – mais ou menos – espectadores passam a ocupar novas posições no conjunto da performance. Reproduzindo do quase-diário uma digressão relativamente longa que se refere a uma situação observada em outra reivindicação coletiva realizada em Recife em janeiro de 2016, espera-se demonstrar um exemplo da fusão de um elemento da plateia:

Encerrado o filme, encontro um casal de amigos [...] eles tinham feito um percurso semelhante ao meu: tinham passado pela Praça do Derby para acompanhar o protesto convocado pela Frente Pernambucana pelo Transporte Público. Também não encontraram conhecidos e resolveram ir ao cinema para aguardar a passagem dos manifestantes pelas imediações do Cine São Luiz. Enquanto conversávamos, Karina chegou e fomos os quatro para a Av. Conde da Boa Vista na direção contrária à prevista para o percurso dos manifestantes. De fato, percebemos que havia uma passeata vindo em nossa direção; tal percepção se deu não exatamente pela visualização dos manifestantes, mas o primeiro sinal da manifestação foi dado por pessoas que apressavam o passo e passavam por nós demonstrando nervosismo: uma criança chorava puxada pela mãe que a segurava fortemente pela mão e andava muito rapidamente; um indivíduo com farda da CTTU²⁴ corria pela calçada da Avenida na mesma direção em que a manifestação seguia (sentido subúrbio-centro, do Derby para a Guararapes) gritando copiosamente:

²⁴ Companhia de Trânsito e Transporte Urbano, organização pública vinculada à Prefeitura da Cidade do Recife que, dentre outras atribuições, é responsável pela regulação do transporte coletivo de passageiros na capital pernambucana.

- Baixa as portas! Baixa as portas!

Os comerciantes seguiam a recomendação. A população se demonstrava influenciada por aquele “manifestante”, os trabalhadores do comércio estavam baixando as portas e fechando seus estabelecimentos, os transeuntes buscavam se afastar o mais rápido possível, alguns curiosos se acumulavam sob as marquises das lojas da Avenida, uma garoa fina caía e a noite começava a se formar.

Nós quatro continuamos nossa marcha rumo ao encontro dos manifestantes e avistamos da Rua do Hospício um grupo que se encontrava entre o Shopping e o Atacado dos Presentes. Avistamos mais viaturas de polícia que propriamente manifestantes. Paramos pouco depois da Rua do Hospício e ficamos observando o movimento. Nós estávamos preocupados, Karina já tinha destacado o cara da CTTU “plantando o terror”. Daniel parecia bem chateado com aquilo e falou que era tudo “orquestrado” e que “Esse cara tá fazendo isso justamente pra assustar as pessoas!”. Karina avistou um amigo que vinha um pouco à frente da passeata, ela o chamou pelo codinome “hippie” e perguntou o que tava acontecendo. Ele respondeu que “Um batedor caiu, a turma juntou, vaiou e pegaram a máquina do cara do JC”. Dito isso, seguiu seu caminho e foi ao encontro de seu companheiro de percurso que bem poderia ser chamado de “punk”. A improvável dupla hippie e punk se afastava enquanto o protesto se aproximava. Não contei, mas provavelmente havia mais policiais que manifestantes. Havia dezenas

de “batedores” - policiais que fazem a ronda em motocicletas. Havia também dezenas de viaturas e outras muitas dezenas de policiais cercando os manifestantes, sobretudo à frente e atrás do cortejo. Entre tantos policiais, havia em torno de duas centenas de manifestantes que teimavam em manter seu percurso; um carro de som ao final do cortejo e, a partir dele, muitos discursos contra a polícia e o governador. Em resumo, os manifestantes denunciavam que a polícia tentava impedir o direito que tinham de protestar, tinham confiscado a máquina de um fotógrafo, intimidavam vários manifestantes; acrescentavam ainda que o governo Paulo Câmara “é uma farsa” e “não cumpre o que prometeu”.

Depois dos manifestantes, as polícias e, em seguida, os muitos ônibus que se acumulam quando tem alguma passeata nesta Avenida que é um importante eixo viário da cidade.

Acompanhamos o protesto até a Ponte da Guararapes. [...] De volta à Avenida, na esquina da Rua do Hospício, uma senhora ainda repercutia o que vira: “Eu tou com eles. Eu não vou pra rua não, eu nem pago transporte, mas tou com eles... quando aumentar, vocês tudinho vão tá com eles também. Os meninos têm razão. É um absurdo!”. As lojas já estavam abertas novamente e os ambulantes haviam voltado para os seus pontos (quase-diário, 15/01/2016).

Ao final do relato, percebe-se que o “palco” tinha passado e a Avenida voltara à sua rotina, mas alguns espectadores continuavam por ali e uma idosa que assistira à performance não apenas parecia

estar convencida da pertinência da reivindicação, como também desempenhou um papel que – embora não se assemelhe ao protagonismo – é mais relevante que o de muitos espectadores e talvez tenha algum potencial de influenciar opiniões e ampliar as possibilidades das demandas se fazerem ver, ouvir e afetar outras pessoas. Assim, reconhece-se o óbvio fato de que os protagonistas desempenham o papel de condutores da amplificação de uma causa, mas o sucesso da performance em que se engajam também depende da fusão de espectadores e de sua consequente transportação à condição de atores, mesmo que tal mudança seja transitória ou reversível. Pensando o iô-iô como símbolo deste processo de reversibilidade dos espectadores, pode-se também inferir que o cordão do iô-iô se quebre e dê lugar a novos atores. Quanto mais cordões de iô-iô se rompem na performance, mais sucesso ela alcança e, com isso, torna-se difícil a identificação das posições dos atores na ordem da performance e qualquer classificação em termos de protagonismo.

A reversibilidade de posições no contexto da performance reivindicatória favorece o compartilhamento de responsabilidades e a emergência de uma identidade coletiva. Quando não há um legado identitário transmitido pelo nascimento (como no caso das identidades de sexo e raça) ou por outras condições (como o trabalho) que ocupam grande parte da vida dos que tomam parte em uma ação coletiva, a definição de quem compõe o sujeito coletivo que pode ser denominado “nós” em uma ação reivindicatória deste tipo²⁵ não é necessariamente dada antes da ação. O sujeito coletivo ao qual se opor também tem uma certa fluidez. A senhora que defendeu os manifestantes da Frente Pernambucana do Transporte Popular, por exemplo, disse que se identificava (“eu tou com eles”) e fez algo que demonstrou sua alteridade em relação à ação, pois ela não acompanhou a manifestação, experimentando um momento de transportação que pode ter sido único

25 O termo “ação reivindicatória” não está sendo empregado em função de seu enquadramento jurídico que, no Código Civil Brasileiro (Art. 1228), regula processos de contestação de propriedade, mas se reconhece a analogia com esse debate sobre posse e legitimidade da propriedade.

e extremamente efêmero. Ela ainda sinalizou que, em determinadas circunstâncias, os membros daquele público poderiam “tá com eles também”. O aumento da passagem, segundo ela, poderia representar o que aqui tem sido metaforicamente chamado de ruptura do fio do iô-iô. Assim, caso um ou mais daqueles que assistiram à performance tivesse acompanhado o gesto (de protestar em passeata) ou reproduzido a ideia (de contestar o aumento), haveria uma fusão de espectadores até o momento em que o fio fosse restabelecido e o iô-iô voltasse a funcionar revertendo-lhes à condição de plateia.

Neste sentido, reconhece-se a influência de uma teoria identitária *à la* Melucci, na qual a fluidez do processo de identificação coletiva dá lugar a um grande número de contestações e mudanças que se passam entre os próprios membros do sujeito coletivo. Segundo Melucci (1995, p. 44), a identidade coletiva é “[...] uma definição produzida em interação e compartilhada por muitos indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) e tem a ver com as orientações da ação e o campo de oportunidades e constrangimentos em que a ação acontece”. Isto foi verificado na experiência analisada, posto que, para os sujeitos do Coletivo, o que dizem, o que fazem e como se reconhecem e apresentam é algo que tem se formado e reformado ao longo da pesquisa em uma espécie de “jogo” (para usar a metáfora de MUTZENBERG, 2002) em que não há só competição em foco, mas também cooperação.

Além de constatar a fluidez da identidade coletiva de marchador (ou, mais tarde, antiproibicionista) e a “transportação” que constitui uma fusão transitória e reversível de membros do sujeito coletivo, também é importante ressaltar a duplicidade de efeitos do processo de identificação. Segundo Jasper e McGary (2015), a identidade coletiva tem vantagens e desvantagens. Transpondo estes polos em termos de benefícios e riscos, os autores expõem uma síntese sob o título “Efeitos exemplares de identidades coletivas”, conforme se reproduz a seguir:

Tabela 1: Efeitos exemplares de identidades coletivas

| | Internos | Externos |
|-------------------|--|--|
| Benefícios | <ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade • Auto-orgulho • Fortalecimento de redes e organizações | <ul style="list-style-type: none"> • Projeção de poder • Aptidão para demandar direitos em nome do grupo • Aura de inevitabilidade |
| Riscos | <ul style="list-style-type: none"> • Integração imperfeita com identidades individuais • Solidariedade restrita ao grupo | <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de incorporar novas identidades • Risco de reforçar estigma, especialmente para indivíduos • Dificuldade de assimilação pelos indivíduos • Poder de alguns líderes ‘representarem’ o grupo • Cooptação comercial |

Fonte: JASPER; MCGARY (2015, p. 3)

Tomando esta dupla condição do processo de identificação coletiva, observou-se seus efeitos no Movimento Marcha da Maconha em Recife, bem como se analisou alguns fatores que operam para que membros reconhecidos como organizadores da Marcha utilizem ou não este aspecto de suas trajetórias em performances que se dão em outros momentos e competem para a difusão da causa defendida coletivamente.

1.3 QUADROS E MOVIMENTOS EM MEIO À AÇÃO, EMOÇÃO E MORAL

Também é importante destacar que a ação coletiva desenvolvida pelo Coletivo Marcha da Maconha – e, mais tarde, pelo Coletivo Antiproibicionista – tem todos os elementos de “VUNC” que caracterizam os movimentos sociais na concepção de Charles Tilly

(2010 [2009]). O acrônimo VUNC representa as características de valor, unidade, número e comprometimento no modelo traçado por Tilly em que estes elementos aparecem com a seguinte acepção:

[...]

valor: comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignatários e mães com crianças;

unidade: emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos;

número: contagem de participantes; número de assinaturas em petições; quantidade de mensagens dos partidários; capacidade de encher as ruas;

comprometimento: enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios, subscrições e/ou atos de benemerência ostensivos (TILLY, 2010 [2009], p. 137-8).

Por mais estranho que possa parecer a afirmação de que há “valor” em uma marcha que reivindica uma questão historicamente estigmatizada, espera-se que o relato da pesquisa possa demonstrar um quadro de ação em que estão presentes não apenas um dos exemplos de valor listados por Tilly, mas todos eles. As fotografias que demonstram a presença de crianças, cadeirantes e portadores de síndromes, bem como o vídeo de um jovem que se apresentou como pastor anglicano na edição de 2012, não serão utilizados por diversos motivos, desde aqueles de ordem técnica até os limites legais da exposição não-autorizada. Porém, a dimensão descritiva desta obra tentará atestar essas presenças pela caracterização das performances empreendidas por estes atores de valor. Ademais, esta não é uma característica eventual que pode ser

observada em um ou outro momento da Marcha da Maconha, mas se trata de uma constante do Movimento que progressivamente tem ampliado o emprego de crianças e pessoas doentes, acompanhadas de familiares e médicos, em uma clara demonstração do processo de atribuição deste tipo de valor à causa. O ápice deste processo em Recife se mostra na presença de uma criança acompanhando uma parte da Marcha em 2015 em uma cadeira de rodas conduzida por seus pais e pelo médico que lhe prescrevera medicamento à base de maconha. Os demais elementos do modelo de Tilly também serão explicitados na descrição dos processos de reivindicação, incluindo a consideração da polêmica sobre o “número” – este grande fetiche da opinião pública.

Seja por constatar as características postuladas pelas teorias da política contenciosa (de Tilly), dos novos movimentos sociais (de Touraine e Melucci) ou ainda porque o elenco principal e alguns roteiros da experiência analisada utilizam a expressão²⁶, esta obra se refere à Marcha da Maconha como parte de um “Movimento”, em clara referência à noção de “movimento social” presente neste universo teórico. Contudo, vale ponderar que a pesquisa não ratifica as noções de que o movimento social seja a experiência de “grupos sociais que não têm recursos próprios” e sempre têm por base a “ação coletiva de confronto”, conforme disposto por Tarrow (2009, p. 18-9). A terceira parte deste trabalho expõe situações de colaboração de atores bastante empoderados do MMM em Recife com alguns de seus principais antagonistas.

Partilha-se o entendimento de que não há movimento social sem “ação coletiva”²⁷ e, por isto, também se emprega esta noção que parece

26 Há inúmeras referências à noção de “movimento” e “movimento social” nos arquivos dos ativistas da Marcha da Maconha. Cf.: *GMM-MMM Yahoo Group with public archive*. Disponível em: <<http://health.groups.yahoo.com/group/mmmworld/>>. Acesso em: 16 de jul. 2012. Assim como, a experiência nacional vem sendo apresentada sob este termo. Cf.: Movimento Marcha da Maconha. *Carta de Princípios*. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 21 de out. 2016.

27 Aqui, vale destacar a coerência com revisão da literatura brasileira acerca dos movimentos sociais: “Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2008, p. 14).

mais ampla e isenta da adoção precipitada das perspectivas de “luta de classes”²⁸ e “conflito”²⁹ que rondam as teorias dos novos movimentos sociais e da política contenciosa. Adotar esta perspectiva não significa negar denúncias, contestações ou disputas, mas expressa a preocupação de observar e descrever antes de classificar e analisar. Ainda ponderando sobre teoria dos movimentos sociais, vale destacar que as características que conformam um movimento social e permitem reconhecer uma identidade coletiva são muitas vezes formadas e reformadas ao longo de experiências concretas, perceptíveis e, portanto, passíveis de descrição e análise. Nestas experiências de ação coletiva, como destaca Jasper (1997, p. 101), “emoções, moralidade e conhecimentos são inseparáveis”.

Considerando ainda que nem todos os movimentos sociais têm características herdadas por seus membros desde o nascimento ou construídas antes da identificação coletiva, buscou-se compreender nesta pesquisa quais características têm garantido a identificação de membros a uma causa coletiva que conforma um conjunto de experiências que vêm sendo desenvolvidas há alguns anos e continuam a se transformar. Se, por um lado, o conjunto revela linhas de continuidade, há que se considerar também a grande diversidade e mudança que o Movimento Marcha da Maconha tem experimentado ao longo de seus dez anos de atuação em Recife. Nada disso, comprometeu ou negou a existência de uma identidade coletiva, mas permitiu nuanciar qualquer teorização que a tome como recurso apriorístico sem o qual não haveria movimento social, bem como deu condições de empreender uma análise em termos de reconhecimento, usos e desusos dessa identidade de acordo com as situações em que seus membros se envolvem e as expectativas que desenvolvem.

28 Segundo Touraine (1974, p. 104), “o movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção da historicidade em uma coletividade concreta”.

29 Segundo Tilly (2010, p. 136), os movimentos sociais são “uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrém; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda”.

Em alternativa ao desenvolvimento de uma análise focada exclusivamente em termos de identidade e movimento, tomou-se o caminho que Cefaï (2007) apontou como sendo oriundo de um legado pragmatista de Dewey e Mead que foca o conceito de “sociedade de públicos”, sendo a noção de “públicos” apontada como

[...] processos de associação, cooperação e comunicação que emergem sem parar de modo transversal às esferas de experiência [...], simultaneamente ciosos das tensões entre indivíduo e coletivo, instituição e emergência, interesse e significado, contexto e ação. Uma reflexão menos preocupada em revelar a unidade de um sujeito político, identificar a estrutura de classe ou recensear recursos de mobilização do que em apontar ambiências de experimentação e comunicação, crítica e conflito, fazer conhecer e tornar inteligíveis momentos de configuração dos problemas públicos (CEFAÏ, 2007, p. 466).

Tentou-se seguir uma teoria da ação coletiva, conforme Cefaï (2007) apresenta a partir dos pressupostos de produções científicas que englobam: 1) o legado da sociologia de Chicago, 2) as teorias da Ação Racional e da Mobilização de Recursos, 3) a teoria dos (novos) movimentos sociais e 4) as postulações de Goffman sobre a análise de situações e o que se pode traduzir como “molduras interpretativas da ação social”, para usar uma conceituação que vem sendo aplicada no Brasil por Silva (2013). Sem expectativas de colocar em revista a ampla bibliografia que compõe este quadro teórico, vale destacar que seu emprego evita análises excessivamente racionalistas, utilitaristas e estratégicas, sendo os polos dos pressupostos de Cefaï (2007) as principais referências para a observação participante da Marcha da Maconha em Recife.

Isto posto, vale ainda destacar um aspecto frequentemente desprezado em trabalhos científicos. Trata-se da dimensão emocional que atravessa a vida cotidiana das pessoas e dos movimentos. Como diz Dewey (*apud* QUÉRÉ, 2012, p. 135): “É preciso que um problema seja sentido para poder ser enunciado”. Apoiando-se em uma dezena de textos de John Dewey e revisando alguns outros estudos acerca da “configuração emocional”, Louis Quéré estabelece uma agenda de pesquisa acerca das “emoções na experiência pública” que não se limita a analisar a gestão das emoções. A natureza objetiva do pensamento pragmatista emerge na teoria deweyana das emoções apresentada por Quéré (2012), servindo de base para a crítica de qualquer argumentação exclusivamente subjetiva e apoiando um raciocínio em que a emoção não tem uma natureza própria a si mesma, mas está diretamente ligada à situação e seus “referentes objetivos”. Não é possível separar uma emoção de seu(s) objeto(s) nem da situação que a suscita.

Voltar ao hipotético exemplo do elevador³⁰ em pane pode contribuir para esclarecer que as emoções suscitadas em uma situação como esta não permitem estabelecer paralelos e fronteiras claras entre razão, ação e emoção. Assim como as perspectivas, as emoções têm uma natureza objetiva que se estabelece não apenas devido ao sujeito, mas também em função do ambiente situacional e dos recursos materiais de que ele dispõe. Quéré destaca o uso por Dewey do termo “função” que, na sua acepção matemática, não implica causalidade, mas estabelece relação entre elementos de conjuntos distintos. Assim, o elevador e o fato dele não funcionar corretamente são apenas aspectos relacionados com as emoções que têm lugar em uma situação como a de um elevador que falhou com alguém dentro dele. Mas dizer que determinados fatores são “apenas relacionados” não quer dizer que eles não tenham importância.

Para Dewey, segundo Quéré (2012, p. 146), “[...]a emoção é mais suscitada pelo caráter ‘problemático’ de uma situação: ela é uma resposta ao incerto, ao duvidoso, ao precário e ao ambíguo (...). Ela tanto pode paralisar quanto energizar para a ação em busca de soluções”.

30 A frequência deste exemplo deve deixar claro que a semelhança com situações corriqueiras nos elevadores do CFCH-UFPE não é mera coincidência.

A indeterminação de uma situação é, portanto, particularmente capaz de suscitar emoção, atenção, raciocínio, buscas, descobertas, decisões etc. A relação de aspectos tão distintos é determinante para agir ou não agir. Para compreender e imaginar saídas para problemas públicos, Dewey convida a reunir dois aspectos que foram muito distanciados na modernidade: razão e emoção.

As lógicas de mercado e de guerra, que subjazem em trabalhos inspirados por muitas vertentes racionalistas e marxistas, ofuscaram a dimensão emotiva da ação coletiva, reservando-lhe a enfoques exclusivamente subjetivistas. Contudo, na prática, o que se vê em protestos sociais são pessoas movidas por muitas coisas, inclusive emoções. Assim, vale registrar que a observação participante empreendida nessa pesquisa também foi inspirada por esta perspectiva objetiva de relevância emocional para a ação.

Para operacionalizar a pesquisa, recorreu-se à história³¹ da maconha no Brasil, subordinando-a a uma análise pragmatista de experiências contemporâneas de reivindicação de mudança observadas a partir da metáfora performática que integra dimensões discursivas e gestuais sem, contudo, dispensar uma análise do contexto em que estão inseridas e das trajetórias dos atores que as organizam. Estes recursos presidiram a busca da percepção do processo de mudança do enquadramento das transações com maconha em Recife, seja alterações no âmbito normativo da lei ou das relações sociais que incidem cotidianamente sobre a ação dos atores direta e indiretamente afetados

31 Trata-se de uma referência interdisciplinar à história como “[...] uma ciência humana como as outras [...] [que] estabelece conexões no tempo, busca uma concatenação rigorosa, narra uma trama” (SCHWARCZ, 2008, p. 161). A historiografia forneceu pistas teóricas e metodológicas que contribuíram para buscar compor uma história baseada na empatia, na “[...] capacidade de identificação do historiador com os motivos dos agentes da história” (SCHWARCZ, 2008, p. 180). Assim, vale ressaltar que a ciência histórica também influencia esse projeto investigativo pela leitura prazerosa de ecléticos pernambucanos, como Gilberto Freyre; de Thompson (1971), apoio para tratar da “normalização” como linha de continuidade entre os costumes e a lei, passando pela norma social; ou ainda da “configuração narrativa” à la Ricoeur (1983). Tudo isso, sob a perspectiva de uma “história a contrapelo” que preside a sétima tese de Benjamin sobre o conceito de história e recomenda a busca de pontos de vista dos vencidos, das vítimas.

por estas transações. E, neste sentido, é oportuno colocar mais um esclarecimento conceitual empregado nesta pesquisa: a noção de *frame*³², conforme difundida por Goffman (2012 [1974]) e as possibilidades de alinhamento de diferentes quadros.

Goffman (1976) indica que os indivíduos que participam de uma mesma situação precisam entender suas posições no ambiente que os cerca, incluindo os demais sujeitos com quem interagem. Isto é o que lhes permite um certo “alinhamento” com o que pretendem expressar de si e a postura que consideram adequada para cada situação. Esta preocupação com a conduta apropriada está presente desde sua tese de doutoramento (GOFFMAN, 1953) e atravessa sua produção sociológica, bem como tem sido frequentemente retomada para analisar o que se convencionou chamar de “interação face a face”. A competência de perceber a si e aos outros parece ser constitutiva de qualquer interação e as pistas traçadas por Goffman já foram aplicadas para tratar desde as novas tecnologias de comunicação (LING, 2008) até a ação pública frente a autoridades governamentais (GAMSON, 1985), bem como serviram ao próprio Goffman (1976) para analisar anúncios comerciais em que perfilou uma concepção de gênero.

Dentre as aplicações recentes do legado goffmaniano, destaca-se o seminal trabalho de Gamson (1985) que provavelmente inspira um grande número de cientistas sociais dedicados ao que tem sido denominado “*frame perspective*” em análise de ações coletivamente concertadas e realizadas. Porém, tentando referenciar o que o próprio Goffman (2012 [1974]) aponta como sendo sua ideia de “*frame*”, aplique-se o conceito para buscar entender tanto o que é significativo para que os sujeitos da Marcha da Maconha de Recife definam sua atuação em um período muito recente, quanto para compor um “quadro de referência” de debates e práticas relativas à maconha no Brasil em um intervalo de tempo bem mais longo. A ideia pode ser traduzida como “quadro”,

32 A palavra denota em português dois sentidos principais: “quadro” e “moldura”. Sendo um continente e outro conteúdo do enquadramento. “Quadro” é o que costuma ser apresentado envolvido por uma “moldura”, mas em inglês (e, portanto, no original goffmaniano) a mesma palavra representa as duas coisas, embasando a aplicação de ambos os termos para traduzir a noção de “*frame*”, conforme se fez, por exemplo, em Silva et al. (2013).

mas também como “moldura” e ocupa posição central neste trabalho. Goffman afirma tê-la extraído da obra do biólogo e antropólogo Gregory Bateson (1972), onde diz ter encontrado o termo “mais ou menos no sentido em que pretendo usá-lo” (2012 [1974], p. 29). Isto atiçou a curiosidade de entender um pouco do sentido aplicado por Bateson e, particularmente, uma concepção se destaca nesta pesquisa:

A moldura à volta de uma imagem, se a considerarmos como uma mensagem para dar ordem ou organizar a percepção do observador, diz: “conceda atenção àquilo que está dentro e não dê atenção àquilo que está fora” (BATESON, 1972, p. 193).

Bateson, na referida passagem, referia-se à metacomunicação que identificou em animais que observava em um zoológico. Ele afirmava que estes animais tinham a capacidade de emitir sinais que permitiam a seus pares diferenciar a luta da brincadeira de luta. Goffman não tratou nem analisou animais não-humanos, mas usou o termo “*frame*” para ampliar seu enfoque na “análise de situações”, afirmando que

[...] as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos (...). Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (GOFFMAN, 2012 [1974], p. 34).

Este é um referencial importante para toda esta pesquisa, notadamente para a observação participante da Marcha da Maconha de Recife, na qual o pesquisador buscou identificar a moldura e descrever

o quadro do qual participou, bem como revelar os enquadramentos (per)formados pela ação de organizadores e marchadores – o que inclui diversos elementos do contexto em que se deu a experiência, mas também se relaciona com uma história pregressa de objetos e sujeitos envolvidos. Empregar Goffman, nesta perspectiva de análise de quadros, molduras e enquadramentos, significa tomar a noção de *frame* como mediadora entre indivíduo e sociedade ou, ecoando Velho (2008, p. 146), como instrumento analítico da percepção, da construção e da ação de indivíduos na realidade social. Os quadros podem ser identificados na ação de um indivíduo, mas também se mostram na interação. Para analisá-los é preciso apontar uma série de aspectos relevantes da experiência, pois uma mesma sequência de gestos e sons pode resultar em algo totalmente diferente caso se passe junto a parceiros ou adversários, no trabalho ou no lazer, na casa ou na rua, em público ou no privado.

Da obra de Goffman (1971), toma-se ainda a noção de “aparência normal” para tentar entender como cresceu a tolerância à maconha na Marcha da Maconha de Recife. À progressão da aparência normal, denomina-se “normalização”. Relembrando a raiz comum com a noção de “norma” legal ou socialmente constituída, destaca-se que Goffman (1971, p. 239) afirma que, para um indivíduo, “as aparências normais significam que não há perigo em dar continuidade às atividades que vem realizando”. Deste modo, os indivíduos que organizam, realizam e marcham nas manifestações enfocadas demonstram que seu enquadramento do fumo de maconha como algo “normal” progrediu de maneira significativa. Isto está relacionado com uma valoração positiva da maconha na escala moral da sociedade afetada pela performance dos marchadores. Assim, o tema entrou em plataformas eleitorais, oportunizou a difusão dos marchadores e a fusão de novos sujeitos à performance de reivindicação coletiva e, sobretudo, fez com que o ato de fumar maconha fosse progressivamente tolerado em diferentes espaços da cidade. Apesar da aparente moralização normalizadora de algumas transações com maconha, persistem riscos que serão discutidos especialmente na Parte IV.

A ação coletiva é frequentemente compreendida como algo violento, radical ou inconsequente, mas os movimentos sociais, como diriam Touraine ou Mellucci, são habitualmente enfocados como ações orientadas a finalidades específicas e comprehensíveis. Sejam eles mais ou menos “novos”, muita tinta já correu em textos acadêmicos que tratam da questão. Talvez já tenha ficado claro, mas vale ressaltar que o esforço empreendido ao longo desta pesquisa foi de agir junto a pessoas que partilhavam um mesmo objetivo para buscar identificar o que e como elas faziam para tentar convencer outras pessoas de que seu objetivo poderia ser bom para todos. Este convencimento decorre da ascensão de valor positivo para o objetivo pretendido na escala moral da sociedade local. Assim, apesar do muito conhecimento produzido sobre movimentos sociais no mundo ocidental, o pesquisador foi a campo não para entender em que perspectiva teórica a experiência poderia se enquadrar, mas sim para tentar perceber como aquelas pessoas com quem conviveu por alguns anos planejavam, realizavam e defendiam suas ações visando a associar seu objetivo comum a valores e práticas reconhecidas como positivas pela maior parte da população a que atingiam.

Em temas controversos, a valoração positiva enfrenta necessariamente a disputa com outros grupos e neste processo são mobilizados argumentos, performances, sentimentos, emoções – potenciais de reconhecimento e difusão que contribuem para a produção do que Gusfield (1981) chama de “donos do problema”. Assim, é importante reservar algum espaço nesta reflexão teórico-metodológica para abordar usos costumeiros, modos compartilhados de agir, performances habituais em diferentes sujeitos individuais e coletivos, fronteiras reconhecidas socialmente, convenções respeitadas pela maior parte das pessoas envolvidas em determinadas situações e normas consubstanciadas em dispositivos jurídicos e administrativos que têm valor positivo no corpo social em que se manifestam. De um modo geral, estes fatores competem para a afirmação de uma ordem moral legitimada por grandes agrupamentos sociais atuantes em uma mesma época.

Esta ordem moral tem lugar na pesquisa a partir do pragmatismo de Dewey (1927, 1930 e 1941), mas também de fontes diversas, das quais vale destacar: 1) uma certa linha de continuidade que pode ser encontrada

dos costumes compartilhados até as normas morais e legais, conforme analisado pelo historiador social britânico Edward Palmer Thompson (1998) que tematizou ações coletivas na Inglaterra setecentista com base na refutação da conclusão simplista de certos analistas que explicaram aquelas manifestações pelo simples fato de que havia pessoas com fome. Para Thompson, a fome pode ser um ponto de partida, mas jamais seria a linha de chegada de uma análise adequada de fenômenos tão diversos quanto os que foram enquadrados no termo “motins da fome”. 2) uma aplicação heterodoxa dos conceitos de “cruzada” moral (BECKER, 1985 [1963]) ou simbólica (GUSFIELD, 1963 e 1981) que embasaram abordagens inovadoras para o problema da regulação de transações com drogas. A heterodoxia aqui não é de todo inovadora, posto que Mathieu (2005) já chamou atenção para o fato de que o empreendimento moralizador pode ser aplicado tanto a aspectos conservadores de padrões tradicionais de comportamento quanto à busca de mudanças. Especificamente em relação às drogas, Santos (2011) também aplicou a metáfora de “empreendimento moral” ao se referir às Marchas da Maconha. E, finalmente, 3) a declaração colhida pelo pesquisador, junto a simpatizantes locais da Marcha da Maconha, de que esta manifestação tinha “encaretado”. Nesta seção, o objetivo é tentar demonstrar de que modo estas referências se integram à pesquisa.

A síntese de Dewey (1930 e 1941) sobre moral e Direito será mais desenvolvida na Parte IV, por enquanto é importante destacar que o autor não enfoca a moral como determinante transcendental da ação, mas como conjunto tripartite do qual dois aspectos são bastante dinâmicos (DEWEY, 1930). Sua perspectiva do Direito é igualmente dinâmica, focalizada nas noções de atividade e interação. A análise dos elementos constitutivos do Direito é feita por Dewey (1941) a partir da bela metáfora de um rio, cujas margens são mais ou menos constantes, mas não imutáveis. Nesta alegoria deweyana, a correnteza corresponde à ação social³³.

33 Aqui, salta à percepção, uma possível analogia com o poema “Sobre a violência”, de Brecht (2000, p. 155), que alerta para o fato de se considerar “violento, o rio que tudo arrasta”, mas habitualmente se desconsiderar as condicionantes e imposições que ele sofre de suas margens (ressaltadas no poema), das intempéries climáticas que pode levá-lo a cheias ou ainda da intervenção humana capaz de mudar sua direção.

A análise de Thompson (1998 [1971]) acerca dos “motins da fome” reconhece que nos fenômenos analisados havia fome e, do mesmo modo, aqui não se nega que nas Marchas da Maconha haja razão, motivo, discursos, práticas e emoções relacionadas à maconha, mas se postula que a configuração da performance dos marchadores seja orientada por muitas outras questões além daquelas estritamente relacionadas com o que lhes fez conhecidos. A observação e análise aqui relatadas tentarão demonstrar que justificativas em termos de “cansaço por tanta opressão”, “afirmação de direitos individuais”, “fim do tráfico” e “aproveitamento de potenciais da maconha” – se tomados isoladamente – serão absolutamente insuficientes para compreender as condições de emergência e continuidade ininterrupta das manifestações observadas em Recife. Todos estes aspectos são importantes para a Marcha da Maconha nesta cidade, mas eles formam um só e mesmo quadro de atuação que é emoldurado também pelas trajetórias pessoais dos organizadores e por aquilo que aparece em Thompson (1998, p. 212) como sendo uma moral adjetiva fundada no compartilhamento de obrigações e deveres por cada um dos membros que querem o bem do todo em que estão inseridos.

Em Thompson (1998 e 1998 [1971]), há uma clássica oposição que guarda uma analogia com a tradição marxista de análise das lutas de classes. O historiador trata dos membros “pobres” de determinadas comunidades inglesas; muitos dos quais se rebelam contra os detentores dos meios de produção agrícola devido à elevação dos preços de artigos considerados de “primeira necessidade”. Nos embates que analisou, Thompson reconheceu a existência de diferentes fases, por meio das quais, em alguns casos, os pobres logravam a manutenção de preços de acordo com os “costumes” que, segundo o autor, são uma categoria baseada em: antiguidade, constância, certeza e razão. Assim, Thompson reconhece a carência de ordem material como um elemento da ação coletiva, mas não encerra sua análise neste ponto e apresenta diversos fatores que competem para a vitória dos pobres nos motins da fome inglesa do século XVIII, muitos aspectos da análise se referem à ordem moral paternalista que imperava à época sobre as relações econômicas. O modelo que Thompson denomina de “economia moral” é oposto,

em sua obra, ao de tipo liberal que revela uma tradição economista então nascente e denominada por Thompson (1998 e 1998 [1971]) de “economia política” ou “economia de mercado”.

Em resumo, Thompson (1998 e 1998 [1971]) estuda eventos habitualmente apresentados como “motins da fome”, tecendo sua descrição e análise a partir de uma perspectiva que reconhece

[...] uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros [...] [que] tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (THOMPSON, 1998 [1971], p. 152).

Assim, o trabalho de Thompson não focou o estudo da fome, apesar de tê-la tematizado nos mencionados artigos, inclusive recenseando eventos em que houve níveis alarmantes de desnutrição e faltou ação coletiva direta que merecesse o enquadramento em termos de “motim”. Do mesmo modo, aqui não se enfoca a maconha, mas ela é um tema incontornável para a compreensão de como algumas pessoas se mobilizam para defender a alteração das normas de regulação das transações com esta planta e seus derivados. Nesta obra, a maconha serve como uma ponte (no sentido de SIMMEL, 1996) para analisar circunstâncias em que algumas pessoas chegam até os lugares onde podem afirmar seus entendimentos acerca do problema e propor soluções. Estes lugares são ordenados por complexos pressupostos de autoridade, responsabilidade, organização e reconhecimento que constituem um enquadramento moral no qual os marchadores, a um só tempo, contribuem para definir os quadros de ação e são enquadrados

por eles. A influência buscada em Thompson não intenciona transpor anacronicamente a economia moral dos pobres ingleses do século XVIII, mas dá a conhecer um modo de investigação que parece útil à busca do que há de moral na reivindicação coletiva realizada pelos marchadores da maconha em Recife no início do séc. XXI.

Passando para a sociologia dos processos que visam alterar a ordem moral, ressalta-se inicialmente o trabalho de James Jasper (1997). Sem usar diretamente o termo “cruzada”, o autor insere seu estudo dos movimentos sociais em um quadro moral que pode ser alterado por atividades de protesto. Os movimentos sociais, para Jasper (1997, p. 5), são “[...] esforços, concertados e relativamente sustentados por grupos organizados de pessoas comuns [...] que tentam mudar algum aspecto de sua sociedade por meios extra-institucionais”. Estes protestos sociais que o autor adjetiva como “morais” são de diversos tipos, mas têm dimensões constitutivas comuns, sendo algumas “básicas” e outras “derivadas”. No primeiro grupo, Jasper (1997, p. 44) agrupa recursos instrumentais (como dinheiro, tecnologias, habilidades e capacidades físicas das pessoas envolvidas), estratégias (procedimentos de ação face a antagonistas), cultura (emocional, moral e cognitiva) e biografia (experiências prévias das pessoas envolvidas). Como dimensões derivadas do protesto, Jasper (1997, p. 44) arrola “estruturas políticas, redes sociais e organizações formais”. Mobilizando ainda os sociólogos Mustafa Emirbayer e Ann Mische, Jasper (1997, p. 65) reconhece que o protesto moral é orientado pela expectativa de produzir “novos meios de fazer, sentir e pensar”.

A revisão contemporânea do conceito e das práticas de “cruzada moral”, tal como indica Mathieu (2005), revela a aplicabilidade deste dispositivo analítico a um universo de reivindicações que buscam abalar controles heterônomo. Assim, é pertinente considerar que não somente aqueles que agem por motivações conservadoras podem empreender uma cruzada moral, mas qualquer grupo que busque consolidar normas de conduta para o conjunto de uma determinada sociedade. Segundo Mathieu (2005), a cruzada moral não se confunde com a adesão a ideais “conservadores” ou “reacionários”. Empreender uma cruzada

moral é realizar um “protesto moral” e significa trabalhar em prol do reconhecimento social de determinados valores e práticas como sendo universalmente válidos. Aspectos antiquados do comportamento social têm sido historicamente estudados com base neste enquadramento de ordem moral, mas sua aplicação pode ser útil para a análise de muitos fenômenos sociais.

Santos (2011) aplicou o instrumental teórico de Becker (1963) e Gusfield (1981) em sua análise sobre a influência de “paixões morais” nas atuais leis relativas a drogas no Brasil. A “paixão” e o “vício” moral são influências que põem em detrimento o que Santos denomina de “perspectiva racional”. Dentre as conclusões de sua investigação acerca da legislação brasileira sobre drogas (mais especificamente, cinco substâncias: maconha, tabaco, bebidas alcoólicas, *ayahuasca* e *salvia divinorum*), destaca-se que

[...] para todos os casos estudados nesta dissertação, a atuação dos empresários da moral se deu a partir de uma mesma metodologia. Observamos que, independente do viés da legislação que pretendem construir, os atores sempre operam a partir de uma mesma fórmula. As múltiplas verdades oficiais sobre a maconha, desde as primeiras proibições do século XX até a recente articulação antiproibicionista dos dias de hoje, foram todas construídas de maneira análoga entre si e também análoga à forma como ocorreu com as outras drogas estudadas. Assim, a organização de passeatas como a “Marcha da Maconha” difere daquelas promovidas pela *Anti-Saloon League* que promoveu a Lei Seca apenas quanto ao conteúdo da legislação cuja demanda se pretendeu construir, mas equiparam-se quanto a um mesmo objetivo geral – a criação de uma norma legal quanto ao uso de uma droga (SANTOS, 2011, p. 97).

Subscrevendo o raciocínio deste autor no que tange à ação moralizadora empreendida na Marcha da Maconha, torna-se necessário frisar a afirmação de Becker (1985 [1963], p. 171), segundo a qual “As regras são produtos da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como empreendedores morais”. O próprio Becker, na referida obra, expõe o interesse de investigar tanto a ação de quem cria quanto a daqueles que fazem cumprir as regras. No entanto, sua maior contribuição reside em mostrar como a ordem moral incide no desenvolvimento de novas normas a partir da ação de figuras a quem Becker (1963) denomina de “reformador cruzado”.

Outros sociólogos têm empregado a metáfora das cruzadas para debater o processo de desenvolvimento e adoção de novas normas. A análise de Gusfield (1963) acerca da *Woman's Christian Temperance Union* (União de Mulheres Cristãs pela Temperança) é certamente um bom exemplo. Gusfield utilizou o termo “cruzada simbólica” para analisar a ação de mulheres cristãs contrárias a qualquer transação com bebidas alcoólicas. Becker (1963), por sua vez, ao falar de “cruzada moral” anti-maconha, tematizou a ação de outros grupos religiosos. Ambos os grupos tiveram forte influência na proibição de transações com drogas nos Estados Unidos. Especificamente em relação à maconha, ainda segundo Becker (1963), os cruzados estadunidenses dos anos 1930, sustentavam a hipótese de que a substância tinha origem demoníaca. Becker (1985 [1963], p. 172) esclarece que “[...] quem participa das cruzadas não se preocupa somente em levar os outros a se conduzir ‘bem’, [...] mas acredita que é bom para os outros se conduzir ‘bem’”. As performances empreendidas por estes atores coletivos espalharam as controvérsias em outras arenas, ampliando-lhes a visibilidade, a audiência e incidindo diretamente sobre sua significação. Estes grupos protestantes demarcaram posições de fachada a partir das quais demandaram medidas rigorosas de controle das transações com álcool e maconha. A fachada com que se apresentavam, conforme

mostraram estes autores, positivou moralmente a abstinência de álcool e outras drogas em muitas experiências humanas. Todo este processo ampliou a significação política do debate, assignando em um determinado momento a falta moral decorrente do fato de consumir bebida alcoólica e maconha.

Nesta pesquisa, uma das hipóteses que será discutida é a de que as performances do Movimento Marcha da Maconha estejam contribuindo para a produção de um lugar para algumas transações com maconha na ordem moral da região enfocada.

1.4 MÉTODOS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Além de uma perspectiva teórica herdada de uma corrente pragmatista que remonta a Dewey, Mead, Thomas e Park, esta pesquisa se orientou metodologicamente por ensinamentos do interacionismo simbólico praticado por sociólogos frequentemente categorizados como associados a uma segunda geração da Escola de Chicago, como Herbert Blumer, Raymond Gold e Howard Becker. Há ainda uma inspiração analítica em grande parte devida a trabalhos no âmbito da sociologia dos problemas públicos e as já referidas influências de uma “ciência indisciplinada” (como a que vem sendo feita por cientistas sociais africanos na contemporaneidade) e de uma “história a contrapelo”.

O trabalho de campo foi iniciado pela busca de ampliar a participação do próprio pesquisador no processo observado. Para tal engajamento, tentou-se seguir a recomendação básica de Blumer (1969, p. 86), segundo a qual: “Para capturar o processo, o pesquisador deve realizar o papel de alguém que atua junto com aqueles que estuda”. Dito de um modo mais simples, fez-se como Becker (1985 [1963], p. 107) uma pesquisa cujo método consiste em “partilhar trabalho e lazeres” com os pesquisados.

No caso aqui relatado, o pesquisador é alguém que age a partir de sua posição situada em um *cohorte geracional* distinto da

maioria dos pesquisados, muitos dos seus gostos e prazeres também se diferenciam, a rotina ordinária de seu dia-a-dia só ampliou a frequência de circunstâncias de “encontro casual” durante um período de pouco mais de dois anos em que esteve vinculado a uma Prefeitura da região, trabalhando com a gestão da política de drogas. Assim, os encontros entre pesquisador e pesquisados foram, em sua grande maioria, artefatos do duplo engajamento nas atividades de pesquisa e ativismo. Em momentos pontuais, as buscas tiveram reciprocidade (como, por exemplo, quando os organizadores da Marcha escolheram e convidaram o pesquisador para falar em audiência pública sobre “Uso medicinal da maconha”, na Câmara Municipal de Recife, em 2013 ou, ao final de quatro anos de interações, quando o Coletivo de Recife já ensaiava voos mais amplos e difundia sua luta abolicionista para outras transações com drogas, não apenas em Pernambuco, mas em todo o país). Tratava-se já de postular uma posição central para o coletivo pernambucano no ambiente nacional de “luta antiproibicionista”. Neste momento, as demandas dos pesquisados ao pesquisador se multiplicaram; surgiram telefonemas à noite e em feriados, bem como encomendas de textos sobre assuntos específicos que estavam sendo pautados na Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (RENCAA) que fora criada durante a Cúpula dos Povos, na cidade do Rio de Janeiro, em 2012, mas se tornou mais notável a partir de 2016 por ocasião do I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (ENCAA), realizado em Recife e majoritariamente organizado por ativistas pernambucanos. Contudo, vale destacar que a aceitação mútua destes diferentes tipos de sujeitos envolvidos na pesquisa gerou uma empatia que, em alguns casos, os aproximou da condição de amigos com quem realmente se tornou possível partilhar lazeres descolados do trabalho.

Vale ressaltar que a legislação brasileira contém interdições explícitas e as normas sociais locais também têm dimensões resistentes ao estudo de práticas que permanecem ilegalmente classificadas, como o ato de fumar maconha³⁴. Assim, o pesquisador tentou executar o difícil plano de expor na Tese apenas aspectos da experiência que fossem mais relevantes para a compreensão dos meios pelos quais os marchadores agem e se transformam sem, contudo, ultrapassar a condição de respeito ao princípio ético elementar de não fazer mal àqueles sobre os quais porta a pesquisa (CEFAÍ, 2010). Assim, é preciso reconhecer que foi evitada a descrição, por exemplo, de alguns atos presenciados ou praticados pelo pesquisador que também competiram para que ele próprio fosse ratificado como membro do grupo e sobre os quais possa pesar alguma dúvida acerca da adequação ao ordenamento jurídico nacional e às normas sociais locais. Tal precaução esteve presente em outros trabalhos de inspiração semelhante, como relatou explicitamente o antropólogo Gilberto Velho [em entrevista ao sociólogo Maurício Fiore (VELHO, FIORE, 2008)] sobre sua pesquisa de doutorado que abordou atos ilícitos praticados por jovens usuários de maconha e cocaína no Rio de Janeiro dos anos 1970.

34 No Brasil, o ato de fumar maconha constitui um “crime de menor potencial ofensivo”, tipificado na Lei 11343/2006. A sanção a este ato não prevê privação de liberdade, mas aplicação de penas alternativas. A diferença entre “fumar” e “tradicar” produz uma grande mudança nas penalidades associadas a cada uma destas transações penais e não há critérios objetivos na legislação nacional para qualificar nenhum dos dois crimes. Portanto, uma mesma quantidade de maconha pode ser considerada como sendo para “uso próprio” de uma pessoa em determinada situação ou como “tráfico” em muitos outros casos. Na prática, a condição física, discursiva e financeira do portador, bem como as circunstâncias do flagrante, da apreensão e do consequente registro pela autoridade competente constituem um primeiro julgamento a que são submetidas as pessoas detidas por um destes motivos. Não são raras as situações em que se postula a “plantação do flagrante” por parte das autoridades, isto é, a inclusão de alguma quantidade da substância em meio às posses do detido para justificar um primeiro registro da autoridade tipificando a apreensão como tráfico. O tema é objeto de uma recente dissertação de Mestrado em Direito (GONÇALVES, 2016) baseada em observação das atividades desenvolvidas por policiais e pessoas detidas na Central de Plantões da Capital (órgão vinculado à Polícia Civil de Pernambuco, situado em Recife). Algumas interdições ao estudo antropológico de transações com maconha são abordadas por MacRae e Vidal (2006).

A ideia de manter um registro sistemático das experiências vividas em situação de pesquisa atravessou todo o período de doutorado que culmina neste texto e conduziu a elaboração paralela do documento intitulado “quase-diário”, que tematiza vivências e *insights* do pesquisador em diferentes momentos da experiência de pesquisa. Sem pretensões de publicação, o quase-diário também foi organizado em quatro partes – assim descritas em sua apresentação:

[...] a primeira [...] é um relato das aproximações iniciais do tema em minha vida. [...] Em seguida, eu dedico uma parte mais longa do texto para tratar de minhas aproximações como pesquisador do local de investigação, dos atores e das instituições que estiveram envolvidas no processo que investiguei. A terceira parte é uma reflexão sobre a sedimentação do projeto de pesquisa, passando por três ou quatro diferentes intenções, o projeto de doutorado finalmente se concretizou como um estudo aprofundado sobre um único caso – o que certamente não é um acaso, mas se deve também a algumas contingências tematizadas nesta parte do trabalho. Finalmente, há uma quarta parte – mais extensa – em que registro observações relacionadas à pesquisa nos diferentes anos em que acompanhei a Marcha da Maconha em Recife (quase-diário, p. 5-6).

Deste modo, espera-se justificar a escolha de reservar a análise da própria trajetória do pesquisador para um espaço específico que constitui um documento de caráter mais intimista, cuja narrativa é desenvolvida em primeira pessoa do singular e que teve o objetivo de oferecer suportes à reflexão e escrita da tese. Ao longo da elaboração da tese, recorreu-se com muita frequência a este quase-diário, além de uma grande parte dele ter sido literalmente sistematizada, transcrita,

escrita e reescrita em período que se sobrepõe à escrita da Tese. A rigor, o quase-diário é um grande conjunto formado por oito cadernos ou blocos de anotações em papel, milhares de fotografias digitais, centenas de horas de registros de áudio e mais algumas horas de registro em vídeo que revelam, por exemplo, as mudanças operadas sobre o próprio pesquisador. Porém, uma revisão retrospectiva destes registros deu origem ao documento sistematizado do qual foi transscrito o texto citado anteriormente.

Sintetizando, muito brevemente, a trajetória da observação participante, vale destacar que a primeira imersão na organização da Marcha da Maconha de Recife, enquanto pesquisador, foi acompanhada por uma forte preocupação de justificar a presença e anunciar alguns recursos que estavam sendo utilizados, como o telefone celular que fazia as vezes de gravador e máquina fotográfica. O quase-diário registra estratégias previamente definidas pelo pesquisador para negociar sua presença e o uso de seus instrumentos de trabalho. O uso destas estratégias nunca se revelou necessário. O acompanhamento da própria Marcha em 2012, primeiro ano de efetiva pesquisa de campo, foi uma verdadeira maratona em que o pesquisador corria para ver, ouvir, sentir, perceber, fotografar e ainda tentar registrar em áudio e vídeo alguns recortes de sua perspectiva do cortejo: depois de fazer algumas anotações atrás dos manifestantes (ainda no local da concentração), disparou literalmente na carreira para a frente da Marcha e registrou outras impressões para, em seguida, “invadir” um *shopping center* e observar a deambulação a partir de cima (sobre uma passarela do referido centro comercial que liga seu prédio principal ao edifício que lhe serve de garagem). Do alto, ao lado de espectadores alheios ao que se passava, tentou registrar algumas opiniões daquelas pessoas que estavam em um *shopping center*, em pleno domingo, e se depararam com um ato de protesto. Não obstante, aquele ano também teve muitos registros do pesquisador de “dentro” da Marcha.

No ano seguinte, uma rede de relações externas foi mobilizada e o pesquisador conseguiu apoio de dois amigos que vivem em outra cidade e se dispuseram a viajar, acompanhar a experiência e produzir

registros fotográficos e audiovisuais em diversos pontos análogos aos que ele correra sozinho um ano antes e revisitara, na véspera, com a intenção de apresentar a seus colaboradores algumas posições que permitiriam observar de modo panorâmico a passeata que seria realizada pela primeira vez em novo endereço, passando pelos bairros Derby e Boa Vista.

Os anos subsequentes foram testemunhando uma progressiva transferência de atenção da manifestação para os processos organizativos que a precediam e as ações e reflexões que a sucediam, bem como viram se tornar ociosa a preocupação de anunciar ferramentas de trabalho em encontros com os “pesquisados”. Não houve mais o convite e treinamento de agentes externos para registrar impressões da Marcha. Ao cabo de dois ou três anos de investigação, todos que ocupavam o lugar de organizadores daquele ato já tratavam o pesquisador como alguém que os pesquisava, mas que também era um “brother”, um “parceiro”, podia ser chamado de “bicha”³⁵ sem constrangimentos. Em um estágio de interação como este, o gesto de direcionar câmera ou gravador para um organizador já não tinha muita semelhança com o mesmo gesto realizado por alguém externo ao processo.

Ao longo do período de pesquisa de campo, 2012 a 2016, o acompanhamento das atividades de organização e realização da Marcha da Maconha de Recife teve o objetivo de permitir a compreensão de como os organizadores interagem entre seus pares, entre os demais marchadores e entre outras pessoas que não os acompanham em sua Marcha, mas demonstram algum interesse sobre ela. Esta compreensão foi se produzindo por meio da inserção do pesquisador na interação. Deste modo, pesquisar marchadores foi se afastando da grande divisão habitual entre pesquisadores e pesquisados, dando lugar à possibilidade de compreender – por exemplo – como defensores da regulamentação

35 Originalmente, o termo é uma denominação vulgar aplicada aos homossexuais masculinos, mas a pesquisa constatou um uso intimista e amigável que se estende entre indivíduos de todos os gêneros, independentemente de suas práticas sexuais. Como disse um dos organizadores da Marcha, tratar-se de “bicha é mais uma forma de solidariedade com um setor oprimido” (Eduardo Nunes, em depoimento informal ao pesquisador, em 2015).

de transações com maconha agem de modo particular nas diversas cenas em que suas reivindicações podem produzir efeitos destacáveis. Em meio à busca de compreensão, o pesquisador também era provocado a agir e respondia às provocações agindo. Não deixou de participar da maioria dos atos e discursos a que foi chamado. Isto posto, ratifica-se que a observação participante ocupa lugar central na metodologia dessa pesquisa.

As atividades que foram acompanhadas propulsionaram a reflexão sobre questões do tipo: Como os ativistas decidem o que demandar e onde apresentar suas demandas? Como aproveitam suas relações profissionais, familiares e amigáveis para apresentar suas reivindicações? De que modo – e em qual medida – as experiências precedentes contribuem para que organizem suas táticas e estratégias de afirmar a existência de um problema e as alternativas de que dispõem para tentar solucioná-lo? Em quais circunstâncias, como, por que, com quem, contra quem – e com quais argumentos e práticas – os ativistas da Marcha da Maconha se apresentam no espaço público para defender sua causa? Além de marchar, o que fazem durante a Marcha? O que tem mudado nesta Marcha, nas pessoas que se engajam nela e na sociedade como um todo? Tentando esclarecer questões como estas, a pesquisa seguiu um roteiro fundado na participação ativa em experiências vivenciadas pelas pessoas sobre as quais ela se refere.

As entrevistas exploratórias, realizadas em 2011 e 2012, com defensores da regulamentação das transações com maconha, apontaram uma receptividade mútua entre ativistas e pesquisador. A continuidade da pesquisa, após o estabelecimento da co-tutela internacional de tese de doutorado na UFPE, no ano de 2013, foi acompanhada da intensificação das relações com os sujeitos pesquisados e da consequente participação sistemática nas reuniões do Coletivo Marcha da Maconha de Recife, onde o pesquisador tomou parte na organização da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos e na formação do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco.

Além da inserção em um campo de ativismo social que visa mudar as leis de drogas, o pesquisador também se envolveu com a gestão

governamental de ações que visam a resolver (ou reduzir) problemas relacionados com drogas em um município da Região Metropolitana de Recife. Como assessor técnico da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, entre julho de 2013 e dezembro de 2015, o pesquisador esteve envolvido principalmente em três missões: 1) supervisionar pesquisa que visava a identificar representações sociais sobre drogas e usuários de drogas nesta localidade, 2) monitorar ações de diversas Secretarias Municipais que compunham o Plano Municipal de Ações Integradas sobre Drogas e 3) implementar um programa local de redução de danos decorrentes de transações com drogas. No âmbito deste trabalho, houve possibilidade de discutir as diretrizes de ação daquele município com gestores locais, estaduais e federais que apoiavam iniciativas naquela cidade – isto favoreceu o acesso e a interlocução com autoridades públicas em momentos além do trabalho na Prefeitura, bem como possibilitou conhecer outras pessoas engajadas com o tema das drogas que não participavam diretamente das reivindicações analisadas, mas demonstraram alteração de sensibilidade às demandas dos marchadores. Ainda em relação a este trabalho, vale destacar que ele permitiu uma interação mais constante com alguns protagonistas da performance enfocada, a saber: Priscila Gadelha, Anamaria Carneiro e, em menor prazo, Gilberto Lucena Borges. Estes três *performers* – além de ativistas da Marcha da Maconha de Recife – foram colegas de trabalho do pesquisador em diferentes projetos da referida Prefeitura.

Assim, os cinco anos de pesquisa asseguraram uma relação de proximidade e interação com autoridades públicas e ativistas, permitindo ao pesquisador desempenhar papéis que transitam entre a participação e a observação, como postula Gold (2003 [1958]) ao reconhecer que os pesquisadores desempenham uma multiplicidade de papéis sociais nas interações que estabelecem visando à realização de seus trabalhos de campo.

O início do doutorado foi marcado por um período de trabalho junto ao Centro de Estudos dos Movimentos Sociais, em Paris, do final do ano 2011 até o início de 2013. Correspondendo à época de maior dedicação à análise da bibliografia acerca da maconha no Brasil, este

período foi favorecido pela extensão e qualidade do acervo da Biblioteca da *Maison des Sciences de l'Homme* que – integrada a uma rede internacional de bibliotecas – deu condições de acessar e analisar um *corpus* literário que cobre um campo de conhecimentos que ultrapassa vastamente as ciências humanas e permitiu identificar quatro ciclos de atenção à maconha nesta região (BRANDÃO, 2014) em que as áreas da economia (notadamente agrícola), saúde, segurança e sociedade se sobressaem por meio da produção de dezenas de autores que escreveram sobre o assunto entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Destacando dez destes autores que lançaram questões relevantes e desenvolveram trajetórias exitosas nos campos da política, da economia e/ou da produção literária academicamente reconhecida, tenta-se demonstrar alguns dos meios pelos quais duas versões acerca da chegada e do papel desempenhado pela maconha neste território foram repetidamente omitidas na primeira metade do século XX, legando às gerações posteriores uma única versão e produzindo o efeito de suspensão provisória da controvérsia sobre o tema nos registros intelectuais.

Esta revisão da literatura não professa, portanto, a certeza de um Ricoeur (1971, p. 534) no fato de que “o que o texto diz agora importa muito mais do que o autor quis dizer”. Tampouco tem a pretensão de um Gadamer (1975 *apud* ALEXANDER, 1999, p. 76) que afirma a determinação do texto pela “totalidade do curso objetivo da história”. De fato, os textos referenciados, principalmente na Parte II, foram interpretados com base no que eles próprios dizem, mas cotejados às impressões sobre o tempo e o lugar em que disseram, as trajetórias dos autores e destinatários de seus conteúdos e ainda os interesses de emissores e receptores, incluindo o pesquisador autor desta Tese, é claro.

Além da análise bibliográfica, a primeira etapa dos estudos doutoriais foi importante para ampliar a discussão sobre a relevância da circulação internacional de saberes e de “sabidos”, por meio dos seminários conduzidos por Afrânio Garcia Jr. no âmbito do Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo que este brasileiro coordenou por longos anos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

Finalmente, mas não menos importante, o período de doutorado vivido na França foi fundamental para ampliar conhecimentos acerca das relações entre o pragmatismo e as ciências sociais, por meio de seminários, orientação e grupo de estudos dirigido por Daniel Cefaiï.

Já no Brasil, o ingresso, em 2013, na co-tutela junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, possibilitou a participação em cursos ofertados por esta Universidade e o acesso a referências importantes para aprimorar a abordagem do problema investigado. Dentre os cursos, vale destacar aquele conduzido por Silke Weber, em 2014, sobre a Sociologia das Profissões, no âmbito do qual a noção de Gusfield de “propriedade do problema” foi aplicada à pesquisa e será adiante restituída. Em encontros de pesquisadores, como os da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), firmou-se um canal de discussão especializada acerca da literatura sobre o tema, para o qual foram organizadas diferentes comunicações (BRANDÃO, 2012 e 2013). Ainda na UFPE, Remo Mutzenberg assegurou o acompanhamento sistemático do processo de escrita da tese e a orientação atenta aos avanços do pesquisador em meio a seu campo de pesquisa – o que completou as condições de realização deste trabalho que foi beneficiado por uma bolsa concedida pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vale ainda ressaltar que o pesquisador havia integrado a equipe do Governo de Pernambuco, como consultor da extinta Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE), entre meados de 2007 e 2008, coordenando a metodologia de consulta popular sobre as demandas dos jovens pernambucanos – o que se tornou objeto de pesquisa de mestrado (BRANDÃO, 2011) e de um recente artigo (BRANDÃO, 2016). Além disso, o trabalho no Governo de Pernambuco possibilitou estreitar relações entre o pesquisador e dois membros do Coletivo Marcha da Maconha Recife, tendo sido um facilitador da consulta popular e um assistente da SEJE. A mais idosa das mulheres que figurou entre apoiadores da primeira edição da Marcha da Maconha de Recife também esteve envolvida com ações daquela extinta Secretaria Especial.

As relações com as pessoas pesquisadas favoreceram a construção de laços de interação análogos aos que Becker (1963) manteve com os artistas que fumavam maconha e eram – a um só tempo – seus colegas e tema de sua pesquisa sobre o desenvolvimento das carreiras de músico e de maconheiro na cidade de Chicago em meados do século passado, bem como guarda alguma semelhança com as relações estabelecidas por Gilberto Velho (1975) com jovens de classe média usuários de drogas de quem ele foi vizinho no Rio de Janeiro e sobre quem ele estudou padrões de interação amigável. No entanto, ao focalizar modos de reivindicação, o pesquisador se afasta de certos limites deontológicos que atravessaram o trabalho de quem recentemente tematizou a produção (IULIANELLI, 2006; IULIANELLI, FRAGA, 2011), o comércio (BARBOSA, 1998) e os usos (CAVALCANTI, 1998; MACRAE, SIMÕES, 2000; VELHO, 1975) de maconha no Brasil.

Avançando na corda-bamba que vai da “pura observação” à “plena participação” e transitando entre os múltiplos papéis identificados por Gold (2003 [1958]), foi possível compreender que o Movimento Marcha da Maconha no Brasil é composto por diversas pessoas que organizam marchas homônimas seguindo o modelo da *Global Marijuana March* (Marcha Mundial da Maconha) iniciada em Nova York no ano de 1998. A Marcha é a principal manifestação do movimento que ganhou este nome e que, em resumo, está orientado para a realização de diversas atividades com a finalidade de sensibilizar a população sobre a necessidade de discutir alternativas à repressão das transações com maconha. Desde 1999, estas manifestações têm se multiplicado pelo mundo inteiro, tendo chegado ao Brasil pelo Rio de Janeiro – cidade que sediou a primeira destas Marchas no país, no ano de 2002³⁶.

36 Repertoriada em mensagens eletrônicas trocadas por organizadores de Marchas da Maconha nesta época por meio de um grupo de discussões pela internet: *GMM-MMM Yahoo Group with public archive*. Disponível em: <<http://health.groups.yahoo.com/group/mmmworld/>>. Acesso em: 16 de jul. 2012. Igualmente repertoriada em recente inventário do movimento internacional. Disponível em: <http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March_2002_map>. Acesso em: 28 de ago. 2016. Porém, há relatos que remontam ainda mais esses primórdios no Brasil, com uma edição isolada da *Global Marijuana March*, igualmente no Rio de Janeiro, no ano 2000. Disponível em: <https://youtu.be/OjWYqHjv_ys>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

A transnacionalização desta iniciativa poderia ser a única questão de um estudo doutoral, pois os impactos de eventuais mudanças nas normas relativas à maconha em um país podem repercutir intensamente em seus vizinhos e nas rotas internacionais de produção, beneficiamento, distribuição e consumo de drogas. Além disso, a colaboração de atores internacionais e a circulação de ideias e práticas além das fronteiras de um país contribuem para ampliar os repertórios do Movimento enfocado. Porém, a transnacionalização deste Movimento seria outra pesquisa. Por ora, o que se busca relatar é como a maconha foi enquadrada em diferentes ciclos de atenção em uma história nacional de longa duração e, sobretudo, como ela tem sido “performada” na organização e realização de experiências de reivindicação coletiva em uma história local de curta duração e ainda presente. As poucas referências a experiências estrangeiras servem, portanto, ao objetivo de busca de compreensão do quadro de ação.

O local enfocado é a cidade de Recife, onde a primeira manifestação consensualmente denominada Marcha da Maconha ocorreu no ano de 2008 como parte do movimento internacional que congregou os organizadores locais sob a identidade inicial de “Coletivo Marcha da Maconha – Recife”. Uma sucessão de mudanças se processou desde o início das manifestações, mas esta é a única cidade do Brasil em que a Marcha se iniciou antes da decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF, 2011) e nunca foi impedida.

Na experiência enfocada, destacou-se um fluxo de lideranças e, sobretudo, inflexão e crescimento da identidade coletiva que atestou o anseio dos organizadores de ampliar seu objeto e ultrapassar as barreiras da capital pernambucana. Assim, organizadores da Marcha da Maconha de Recife consolidaram uma atuação coletiva que os tornou conhecidos como parte do “Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco – CAPE”. Porém, dentre as mudanças percebidas, também se destacou o fim da atuação do subgrupo intitulado “Segura a Lombra”, que tinha por missão restringir o consumo de maconha durante a realização do ato. Algumas das muitas mudanças desta Marcha corroboram a hipótese de reversão do estigma de maconheiro, já apontada em Brandão (2013).

A análise biográfica (ROBERTS, 2002) foi usada para compreender a trajetória de vida, os constrangimentos socioeconômicos e as condições de circulação das ideias de alguns autores das primeiras controvérsias sobre a maconha no Brasil; mas também foi uma referência muito importante para a compreensão da atuação dos organizadores das mobilizações reivindicatórias, notadamente daqueles que protagonizaram os diferentes períodos desta história de reivindicações coletivas – o que foi possível juntamente com o emprego da observação participante e de entrevistas semidirigidas. Sobre o método de análise biográfica empregado, vale destacar que ele não postula o desenvolvimento de trajetórias lineares, consistentes e constantes para os indivíduos que enfoca, tampouco se sustenta apenas em uma fonte de informação. Neste caso, as trajetórias foram compostas retrospectivamente pelo pesquisador com base na observação participante, na análise de documentos produzidos por terceiros (escritos e audiovisuais), bem como nas informações colhidas em entrevistas individuais com protagonistas desse processo.

Uma primeira rodada de entrevistas (supramencionadas como “exploratórias”) aconteceu em 2011 e 2012. A segunda foi realizada em 2016 com o objetivo específico de coletar informações biográficas. Todas aconteceram na Região Metropolitana de Recife, majoritariamente na capital, mas também em Jaboatão dos Guararapes e Olinda, de acordo com a conveniência das pessoas entrevistadas. As últimas entrevistas permitiram compor um quadro semelhante ao dos primeiros escritores que tematizaram a maconha, onde estão relatados alguns aspectos de suas trajetórias pessoais, ressaltando relações familiares e a importância que estes ativistas têm nos quadros profissionais e políticos em que se inserem. A convivência com as pessoas entrevistadas permitiu aprofundar o conhecimento sobre suas trajetórias e traçar um relato mais detalhado do que aquele desenvolvido para sujeitos que escreveram sobre o tema em séculos passados. Esta desigualdade não prejudica a análise, posto que o foco da investigação é a ação coletiva de reivindicação contemporânea de mudança de normas relativas à maconha e não a controvérsia histórica sobre o tema; para os fins a

que se propõe esta pesquisa, as informações da trajetória de vida dos escritores do passado parecem plenamente suficientes a demonstrar sua inserção e influência nos diversos ciclos de atenção ao tema na história do Brasil.

O método biográfico é um estudo marcado pela objetivação da vida de um único indivíduo. Revigorado no âmbito da historiografia pelo notável trabalho de Carlo Ginzburg (1980) que, a partir da análise de práticas e ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição no séc. XVI, na região do Friuli italiano, revelou muito sobre a cultura produzida pelas classes populares que viviam naquele lugar àquela época, bem como lançou pistas sobre a organização das cidades na Europa pré-industrial em que os moinhos ocupavam um lugar muito particular. O método biográfico também encontra grande potência no âmbito da Sociologia, a exemplo do que se pode depreender das análises de Norbert Elias (1993) sobre a trajetória do músico Mozart, cuja compreensão depende certamente da capacidade de recensear sua ação individual, mas também está ligada à “configuração” sobre a qual ele atuou, mormente limites e oportunidades que sua situação oferecia como possibilidades de escolha. No âmbito específico da Sociologia das Profissões, o método biográfico também influencia o trabalho de célebres pesquisadores, como Eliot Freidson, um filho de judeus russos estabelecidos nos Estados Unidos, que – formado em sociologia – insistiu muito para encontrar seu nicho de pesquisa no âmbito da Sociologia da Medicina, no qual se tornou bastante reconhecido e contribuiu para confirmar o caráter decisório da ação de indivíduos na transmissão e aplicação de conhecimentos.

A observação participante em encontros que favoreceram a manifestação pública coletiva foi o procedimento mais utilizado para compreender a ação coletiva. Os encontros enfocados não são da mesma natureza, talvez até fossem mais apropriadamente denominados pelo que Goffman (1963) chama de “situações de co-presença”. Foram observadas diferentes reuniões que objetivavam a organização ou realização de Marchas, mas também encontros casuais e interações de indivíduos que, além do ativismo social, realizavam outros trabalhos que possibilitavam

a presença simultânea nos mesmos ambientes. Estes diferentes encontros afetaram de algum modo as relações entre organizadores e contribuíram para apertar os laços que os uniam, tornando possível que agissem em conjunto, apesar de nuances e eventuais diferenças sobre o sentido e a prática da ação. Por outro lado, observou-se também um bom número de desencontros, desentendimentos e momentos em que as diferenças foram mais fortes do que aquilo que unia estes manifestantes.

Da observação-participação, resultaram muitos registros feitos pelo pesquisador que fez circular atas de presença, gravou áudios, fotografou e anotou muita coisa durante os acontecimentos de que participou, mas a revisão sistemática do material teve de esperar até que, ao final de 2015, passasse a organizar o que intitulou de “quase-diário” – um meta-registro, baseado nos vários registros mencionados, nas memórias pessoais e em uma espécie de bricolagem de informações coletadas em interação pessoal ou nas páginas de *Facebook* dos organizadores da Marcha e nos sites de veículos de comunicação.

O intervalo entre observação e sistematização dos registros se deu por circunstâncias de ordem pessoal em que o pesquisador esteve envolvido ao longo da investigação. Dentre elas, vale destacar a distância da família que permaneceu na França ao início do trabalho de campo. A distância impôs longas viagens internacionais que garantiam alguma convivência familiar. O estabelecimento da co-tutela, em 2013, impôs a necessidade de cursar disciplinas – obrigatorias no âmbito da formação doutoral no Brasil. O trabalho em Jaboatão levou à empolgação do pesquisador no planejamento de uma nova política municipal dirigida ao segmento da população que tinha mais problemas publicamente relacionados com drogas. Tudo isso demandou um tempo precioso que, em boa parte, foi retirado do que deveriam ser momentos de registro reflexivo das atividades de pesquisa. Assim, o pesquisador não deixou de acompanhar as atividades que os organizadores da Marcha da Maconha realizavam em Recife e região, mas sua etnografia até meados de 2015 teve muito mais “etno” que “grafia”.

Aqui, vale destacar uma breve digressão sobre o que representa essa ideia de “etno” em oposição a “grafia”. De modo semelhante ao descrito por Favret-Saada (2005 [1990]), as práticas pesquisadas

afetaram o pesquisador. Vendo-se simultaneamente enredado em tarefas de estudante, trabalhador, pesquisador, pai, filho e amante, a cordabamba em que se movia como pesquisador também era balançada por outros pertencimentos, outros aspectos da realidade que lhe atraíam ou repulsavam. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que, como a vida cotidiana, reconhece sua interação com vários elementos concorrentes e simultâneos. O que se fez, portanto, foi uma pesquisa não prescrita e rotinizada nos limites de um expediente pré-definido com métodos e técnicas testados e recomendados por outros ciosos e experientes pesquisadores. Uma pesquisa vivida sobre a cultura dos marchadores que estava se tornando também do pesquisador. Assim, o pesquisador não imaginou ou representou a vida de marchador, mas participou dessa vida por um período de cinco anos em que fez muito mais do que ler e escrever acerca dela.

Isto não quer dizer que não haja “grafia” ao longo do trabalho de campo aqui referido, mas significa que esse texto não resulta apenas de impressões traduzidas em palavras. A sistematização do quase-diário foi um trabalho retrospectivo sobre a observação participante, sua produção mobilizou elementos que ele não comporta e que significam emoções, afetos e lembranças habitualmente apartadas da produção acadêmica, mas que aqui desempenharam um papel fundamental para estabelecer a relação entre pesquisador e pesquisados. Organizado cronologicamente, o quase-diário tenta descrever situações e apontar pistas de reflexões para a análise empreendida aqui, nesta obra decorrente da tese. O esforço de sua elaboração tem como marco inicial, a primeira aproximação do pesquisador com o tema, quando ainda cursava o Ensino Médio e se chocava com o preconceito dirigido à maconha e seus usuários, encerrando-se com observações acerca das eleições municipais de 2016. Porém, os registros referentes ao efetivo período de realização de Marchas da Maconha em Recife, 2008 a 2016, são os que mais significativamente emolduram a tese, pois permitem revelar as etapas de desenvolvimento da reivindicação coletiva observada a partir da descrição densa de atividades e pessoas que se engajaram na sua organização, realização e defesa.

Assim, vê-se que a pesquisa se estendeu por cinco rigorosos anos de participação ativa do pesquisador na mobilização analisada, mas também ultrapassou este período, pois remonta a memórias anteriores que foram manejadas no “quase-diário” – fundamental para a restituição das percepções do pesquisador sobre encontros e desencontros vividos de modo participativo. Como qualquer trabalho, as pesquisas também precisam acabar; o marco de encerramento do trabalho de campo, neste caso, foi a eleição municipal realizada em outubro de 2016.

PARTE II

DE QUEM É O PROBLEMA?

Em que circunstâncias pensamos que as coisas são reais?
(JAMES, 1891, p. 287)

Tratar de controvérsias pressupõe a constatação de que seus autores e promotores buscam responder à questão que motivava Bentham no mencionado debate com Coleridge. Isto significa que há quem afirme a existência de uma verdade acerca de um tema. Mesmo que a pesquisa em tela tenha tomado uma posição junto a Coleridge, vale destacar que estudar as disputas de enquadramentos da maconha em um longo período da história nacional se revelou um caminho útil para compreender como isso contribuiu para a formação do quadro atual em que não é fácil (talvez até impossível) identificar “a” verdade. Assim, é útil recapitular a história dessa substância no Brasil para expor as múltiplas verdades que ela experimentou em diferentes momentos e que, atualmente, enfrenta simultaneamente. Neste sentido, pode-se antever a busca daquilo que James denominou “circunstâncias de realidade” e, para tanto, esta parte da Tese se volta à apresentação de conhecimentos relevantes no Brasil em um período concentrado entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Uma periodização tão extensa inviabiliza o aprofundamento de interpretações sobre sua diversidade interna, mas dá condições de perceber que a diversidade comporta agrupamentos circunstanciais aqui denominados “ciclos de atenção”. Em determinados momentos, os conhecimentos envolvidos

em um ou outro destes ciclos parecem revestidos pelas características de autoridade, mas nos dias de hoje os interesses e atores são muito diversos e configuram um novo ciclo no qual é impossível reconhecer um arrazoado de conhecimentos como sendo inquestionável. Assim, há uma multiplicação de aspectos e circunstâncias de realidade que estão em simultânea validade e impedem a afirmação de uma única verdade sobre a maconha na contemporaneidade nacional.

Neste sentido, vê-se que os ciclos de atenção ocupam uma posição análoga à dos “quadros” de ação e interpretação social. Porém, há maior imprecisão sobre o que lhes emoldura e a simultaneidade com que operam na época contemporânea transforma o conjunto do quadro atual em obra surreal na qual se integram elementos muito diversos. Antes da chegada ao quadro contemporâneo em que coexistem elementos oriundos de diferentes ciclos de atenção à maconha, há pelo menos três outros ciclos que já haviam sido identificados por Hutchinson (1975) e são aqui denominados: econômico, médico-científico e securitário. Suas denominações indicam os principais interesses que os põem em ação.

A discussão dos textos enfocados nesta Parte II foi associada à análise de aspectos das trajetórias de vida dos autores e, principalmente, de suas relações com alguns campos de atuação profissional, política, econômica e militar –, permitindo entender que um determinado grupo de produtores de conhecimentos, bem acomodado no ciclo médico-científico, alcançou uma posição praticamente indiscutível no debate acerca da maconha no Brasil no início do século XX. A este grupo se associa a noção de “donos do problema” (GUSFIELD, 1981) que foi anteriormente introduzida e perpassa todo este trecho do trabalho. Os donos do problema influenciaram de modo decisivo a moral da história e as políticas de Estado relativas à maconha, contribuindo para definir os contornos da norma social e jurídica.

Após o final da última ditadura civil-militar no país, multiplicaram-se novas e velhas controvérsias pela força da ação de grupos insatisfeitos com a normatização jurídica e social que o tema enfrentava. Aí, já é outra história que se desenha notadamente a partir dos anos 1970 e dá condições de emergência às performances que serão abordadas na Parte III. Por enquanto, o principal objetivo é demonstrar

que um determinado grupo teve autoridade publicamente reconhecida como indispensável para o tratamento do problema da maconha no Brasil e, progressivamente, esta autoridade vem sendo questionada em um verdadeiro processo de “ruptura da propriedade do problema”. Não obstante, esta seção também ratificará a exposição do que está sendo denominado “problema público”. Assim, espera-se que esta parte do trabalho aponte os caminhos pelos quais os feitos e, principalmente, os escritos por alguns interessados pela maconha se tornaram verdade de um modo que representa o famoso aforismo de Vico, segundo o qual “o verdadeiro e o feito se convertem”.

A análise de uma literatura que se estende por três séculos comprova que não há uma verdade transcendental acerca do tema e muitas verdades que tiveram seu lugar no debate nacional sobre maconha reaparecem na cena contemporânea entre aqueles que reivindicam mudanças de normas. Por isso, foi importante a recensão de um *corpus* tão amplo e difuso: para entender de onde vêm e como se formaram alguns argumentos e práticas atualmente mobilizadas pelos antiproibicionistas de Pernambuco.

2.1 MACONHA NO BRASIL

A planta descrita por Lineu em 1753 (LINNAEI, 1753) sob o nome de *Cannabis sativa L.* tem aplicações milenares e muitos sinônimos³⁷, alguns dos quais também são conhecidos há muito tempo. Aqui, utiliza-se prioritariamente o termo “maconha” por ter sido o mais observado ao longo da pesquisa. A planta tem diferentes subespécies nas quais se altera a concentração de fibras, canabinoídes e, principalmente, varia o nível

³⁷ Sem pretensão de estabelecer uma lista exaustiva, reproduz-se alguns dos termos empregados pelos interlocutores da pesquisa ou pela literatura para se referir à planta: aliamba, baga, bagana, bagulho, *base*, baseado, beck, belota, *bhang*, boi, bola, bomba, camarão, capeta, cigarrinho caboclo, cigarrinho do capeta, cigarrinho do diabo, cigarrinho matuto, cigarrinho natural, chocolate, coisa, coisinha, diamba, dirijo, D2, erva, erva do diabo, erva maldita, erva sagrada, fininho, fino, finório, fumo, fumo d’Angola, fumo da lata, fumo de caboclo, ganja, haxixe, *hemp*, jererê, liamba, manga rosa, marafa, *marihuana*, maria joana, *mary jane*, massa, matinho, mato, mato seco, natural, pega, pinguinha, palha, pren, pren-pren, santa massa, skank, solto, tocha, vela, 4 e 20.

do tetrahidrocannabinol (THC – seu principal componente psicoativo). Todas as variedades contêm elementos psicoativos e suas denominações mudam de acordo com o momento histórico em que são empregadas, mas também com o espaço e a função a que se referem. Entre negros, ribeirinhos e indígenas brasileiros, a grande diversidade lexical contrasta com as aplicações industriais que geralmente adotam os termos “canabis”, “canábis”, “cannabis” ou “cânhamo”. Em estudos acadêmicos, também é possível notar alguma variedade, mas predomina a denominação adotada por Lineu, à qual se associa habitualmente o adjetivo “científico”.

A palavra “maconha”, frequentemente apresentada como oriunda de línguas africanas, é um anagrama de “canhamo” – conforme já apontava o botânico português Manuel Pio Corrêa que atuava no Brasil no início do século XX (CORRÊA, 1926). Segundo Cavalcanti (1998), o termo “maconha” é um substantivo recente nos dicionários de português e, como indica Velho (1981), a palavra se implantou na sociedade brasileira por meio de representações sociais que fizeram das transações com esta planta uma verdadeira categoria de acusação. O enfoque pejorativo tem se reduzido devido à difusão de substâncias consideradas mais danosas e, por outro lado, a emergência de discursos e práticas destacando potenciais benefícios da maconha também vem contribuindo para romper com o regime de acusação ao qual ela e seus usuários foram expostos.

Dentre os poucos pontos que se aproximam do consenso, destaca-se a origem exótica da planta no continente americano. Na literatura analisada, apenas Mott (1986, p. 119) problematiza a questão afirmando que ela só poderia ser respondida com base em uma investigação paleobotânica. O dissenso se amplia muito quando se trata das hipóteses de como ela teria chegado ao Novo Mundo; há quem fale em origem africana ou asiática, há ainda quem fale em transposição por europeus. Contudo, a grande maioria da literatura afirma a aclimatação ao território brasileiro depois que os europeus passaram a explorar essas terras.

A relação dos europeus com esta substância no Novo Mundo parece ter se iniciado por interesses econômicos e geopolíticos, como postulam, por exemplo, os historiadores Cláudio Bento (1992) e Arno Wehling (1972), o jurista Guido Fonseca (1994), o médico Álvaro Rubim de Pinho (1975) e o agrônomo Manuel Pio Corrêa (1926).

Além de benefícios econômicos, os europeus parecem ter recorrido a propriedades terapêuticas. Cintra (1930 *apud* HUTCHINSON, 1975) afirma que a Imperatriz Carlota Joaquina consumia uma efusão de maconha para aplacar suas dores. O uso medicinal perdurou no Brasil pelo menos até o início do século XX, quando cessaram os anúncios em anuários médicos de cigarros de *cannabis* importados da França para tratar bronquites, asma e doenças pulmonares (CARLINI, 2005).

Contudo, o uso frequente por negros e mestiços conduziu a maioria dos estudiosos a adotar no século XX a hipótese de introdução clandestina por africanos. A doxa racista também contribuiu para que o interesse de estudar maconha se transmutasse dos termos de “remédio” econômico e medicinal para aqueles de “problema” causador de degeneração e vício. Afinal, como afirma Schwarcz (1993), o racismo foi o paradigma científico que imperou no Brasil a partir da virada do século XIX-XX. O valor negativo que se atribuiu à planta dominou os debates na primeira metade do século XX, mas – mesmo assim – havia controvérsias.

Dos interesses médicos alopáticos, alimentou-se o ciclo securitário que gerou a proibição das transações com maconha em todo o território nacional em 1932 (BRASIL, 1932), o que antecede a proibição norte-americana e dá base para nuançar uma hipótese muitas vezes repetida, segundo a qual o Brasil apenas reproduz diretrizes estadunidenses no que tange a drogas. Os textos e as trajetórias biográficas foram úteis para demonstrar que a questão é bem mais complexa e, no mínimo, deve-se reconhecer que havia influência mútua dos dois países em relação à maconha.

Seguindo o que Downs (1972) denominou “ciclos de atenção” (*issue-attention cycle*), agrupou-se diferentes enquadramentos do tema em quatro ciclos de atenção à maconha no Brasil, revelando alguns sujeitos importantes e tentando expor o processo de sucessão de interesses econômicos, terapêuticos, científicos, racistas, geoestratégicos, políticos, jurídicos e culturais em que estão emoldurados. Apesar de afirmar que suas hipóteses se aplicam a um grande número de problemas sociais (como pobreza, racismo, transporte público, educação, drogadição, desemprego, etc.), a análise de Downs (1972) se concentra em questões ambientais observadas nos Estados Unidos no início da segunda metade

do século XX. Segundo este autor, os ciclos de atenção são curtos e capazes de gerar pressão suficiente para causar mudanças efetivas. Dispostos em cinco fases, cada ciclo de atenção experimenta um processo que se incia com a percepção de condições indesejáveis, passando pelo alarme eufórico e a ação pública que propõe soluções, chegando até a assunção de responsabilidades executivas e o desenvolvimento de instituições que se ocupam da execução das medidas adotadas para solucionar o problema. Finalmente, os ciclos de atenção de Downs se encerram com um estágio que ele denomina de “pós-problemático”, no qual se observa o declínio da atenção pública. Este modelo guarda analogia com o arrazoado de Park e Burgess (1921) sobre o “ciclo de vida das instituições”, posto que reconhece a reconfiguração dos problemas após a formatação de instituições e procedimentos especificamente relacionados às questões que buscam resolver. Contudo, a análise de Downs (1972) não aprofunda a reciprocidade de influência entre opinião pública e ação governamental, bem como questiona a pertinência da “percepção pública” que, segundo o autor, “nem sempre reflete mudanças reais” e se enraiza na “comunicação midiática”.

Aplicando o modelo de Downs (1972) à análise de outro problema, o antropólogo Harry William Hutchinson (1975) estabeleceu um importante panorama histórico para a investigação dos padrões de uso da maconha no Brasil. A despeito de uma subscrição integral do esquema extremamente sintético de Downs, a exegese da literatura nacional sobre o tema da maconha seguiu a periodização identificada por Hutchinson (1975) empregando a noção de “ciclos de atenção” para abordar três destes ciclos relativos à maconha no país. Considerando o período analisado por Hutchinson (1975), subscreveu-se sua classificação, pois os atores e interesses que ele identificou até a publicação do referido texto são os mesmos que aparecem aqui elencados nos três primeiros ciclos. Porém, os anos que se seguiram àquela publicação, ampliaram a publicidade de outros atores e interesses, conduzindo à divisão do ciclo securitário em segmentos favoráveis e contrários à maconha. Do polo favorável tem emergido iniciativas contestadoras do atual enquadramento legal e social do tema. Baseadas na reivindicação da abolição de penas relativas às transações com maconha, as iniciativas

contestadoras se agrupam em torno da noção de antiproibicionismo que será oportunamente apresentada como principal recurso de identificação do novo ciclo de atenção à maconha.

Para tratar dos três primeiros ciclos, a análise biográfica foi um recurso auxiliar à exegese dos textos e contribuiu para identificar pontos de apoio dos argumentos desenvolvidos pelos atores de cada ciclo, bem como aspectos de suas trajetórias individuais que tenham sido úteis para o reconhecimento de determinados argumentos como autoridade em relação ao tema. Alguns dos indivíduos mais importantes para esta análise são identificados no próximo quadro que sintetiza aspectos de suas trajetórias de vida, ressaltando a importância que tiveram nos campos profissionais, políticos e econômicos com os quais se relacionaram, bem como ressaltando (na coluna “citado por”) quais dentre eles repercutiam as ideias de seus antecessores.

Tabela 2: Interessados em maconha no Brasil, séc. XVIII-XX

| Texto cód. | ano | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|---------------|------|--|--|--|---------------|
| FLC | 1769 | Antônio Gonçalves Pereira de Faria Nasceu antes de 1747, em Portugal. † Depois de 1785, fora do Brasil | Empreendedor agrícola. Pioneiro da exploração lusitana do cânhamo no Brasil, esteve à frente de cultivos apoiados pela Coroa Portuguesa nos atuais territórios estaduais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Foi responsável pela Feitoria Real do Linho-Cânhamo (1782-1785). | Apresenta ao Rei de Portugal, D. José I, e informa ao Marquês do Lavradio (Vice-Rei do Brasil), a importância do cânhamo para a economia. Solicita também terras, isenção de impostos e direito de produzir o linho-cânhamo no Brasil. | REL |

Cont. Tabela 2

| Texto cód. | ano | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|---------------|------|---|---|---|---------------|
| REL | 1789 | Luiz de Vasconcellos e Sousa † 1809, Rio de Janeiro | Vice-Rei do Brasil (1779-1790) Seria ocioso para os limites deste trabalho discorrer sobre a biografia de um Vice-Rei Europeu do Séc. XVIII. Devido a seu lugar na nobreza, pode- se depreender origem rica e boas condições de educação e socialização. No caso deste Vice-Rei, vale ainda destacar que também governou colônias portuguesas na Ásia e legou à posteridade a fama de bom administrador. | Afirma necessário estimular produção do cânhamo por razões econômicas. Ao fim de seu mandato no Brasil, apoiou a publicação de instruções sobre agricultura, mineralogia e manufaturas. Neste projeto editorial se incluem as traduções realizadas pelos irmãos Andrade sobre cânhamo. O Vice-Rei é o único deste <i>corpus</i> a citar o concidadão que o precedeu na escrita sobre maconha no Brasil, destacou o empreendimento administrado por Faria e também não foi referenciado no restante do <i>corpus</i> . | - |
| PHY | 1881 | Alexandre José de Mello Moraes 1816, Villa de Alagoas (atual Marechal Deodoro) – AL † 1882, Rio de Janeiro | Médico. Órfão aos 11 anos de idade, foi tutelado por dois tios frades, em Salvador, onde estudou medicina. Deputado federal pelo Estado de Alagoas (1869- 1872). Presidiu o Instituto Homeopático Brasileiro. Defendeu a abolição da escravatura. Escreveu muitos livros de história do Brasil. Sua bibliografia contabiliza mais de 60 publicações que vão desde análise literária a narrativas de batalhas militares, passando por muitos textos acerca da homeopatia. | Como Hanhemann e outros homeopatas, Mello Moraes recomendava o emprego de cannabis para tratar muitas doenças, a lista de aplicações na obra mentionada é bastante extensa e diversificada. O autor é ignorado por todos os outros deste quadro, bem como são ignorados os seus colegas homeopatas, os compêndios e anuários médicos que propagavam medicamentos à base de maconha no Brasil dos séculos XVIII e XIX. | - |

Cont. Tabela 2

| Texto cód. | ano | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|---------------|------|--|---|--|--------------------------|
| FM | 1915 | José Rodrigues da Costa Dória † 1938, Salvador | 1859, Propriá (SE) Médico, catedrático de medicina legal na Faculdade de Direito da Bahia. Filho de família tradicional da então pujante cidade de Propriá. Foi Conselheiro municipal de Salvador (1895-96), deputado estadual e federal (quatro mandatos, entre 1897 e 1937) por Sergipe, governador de Sergipe (1908-1911). Não deixou vasta bibliografia. | O texto de 1915 teve informações contestadas a partir do ano seguinte, mas é o documento mais citado no <i>corpus</i> analisado. Menciona o povo negro como responsável pela implantação clandestina da planta e do vício de fumá-la no Brasil. Postula que este vício tem efeito degenerativo e é mais frequente nas “classes baixas” do “norte” do país. | FM2, CA, VD, CS |
| CA | 1916 | Manuel Raimundo Querino † 1923, Brotas (BA) | 1851, Santo Amaro da Purificação (BA) Desenhista, estudioso da cultura negra da Bahia. Filho de negros libertos, pai carpinteiro, órfão aos 4 anos de idade, foi tutelado pelo Conselheiro Dantas, liderança política de Salvador. Tornou-se professor de desenho de diversas escolas, jamais concluiu o curso de desenho na Escola de Belas Artes, ocupou cargos públicos na Bahia. Foi Conselheiro municipal de Salvador, pelo Partido Operário (1890-91 e 1897-99). Deixou uma dezena de obras sobre a cultura de negros na Bahia, geografia, artes e desenho | O texto enfocado apresenta sinônimos da planta, discorre sobre seu emprego no candomblé e contesta o papel de destaque que Dória atribui à maconha na cultura africana, especialmente nos candomblés da Bahia. | CS |

Cont. Tabela 2

| | Texto cód. | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|------|-----------------------|---|---|--|-----------------------|
| VD | 1918 | 1889, Piracicaba (SP) † ? | Engenheiro agrônomo. Nascido e criado no interior de São Paulo, formou-se pela ESALQ em sua terra natal. Foi Presidente do Serviço Florestal do Brasil, mais tarde ocupou a Diretoria de Ensino na Secretaria de Agricultura de São Paulo. Não foi localizado nenhum registro de sua atividade em docência. Publicou cerca de dez livros: textos de agronomia, ensaios literários, memórias de sua terra natal e o referido estudo sobre o “vício de fumar diamba” | Apesar da formação em agronomia e atuação concentrada em SP, seu mencionado texto trata das consequências de fumar maconha no Maranhão e Piauí. Nega usos industriais e terapêuticos da planta no Brasil, afirma introdução por negros, vício e loucura entre os que a fumavam. Assim como os que escreveram sobre aplicações terapêuticas e utilidades econômicas da maconha, o texto do agrônomo também não é mencionado pelos demais autores aqui arrolados. | - |
| DPUB | 1926 | Manuel Pio Corrêa 1874, Porto – Portugal † 1934, Paris – França | Botânico. Filho de editor português, dedicou-se ao estudo de aspectos botânicos, econômicos e industriais das plantas. Membro de mais de uma dezena de instituições científicas no Brasil e na Europa. Seus trabalhos deram origem a importantes publicações, dentre as quais os seis volumes do “Dicionário das Plantas Úteis do Brasil”, publicados a partir de 1926 pelo Ministério da Agricultura do Brasil. Sua bibliografia completa inclui cerca de 150 trabalhos. Quando faleceu, era pesquisador do Museu de História Natural de Paris. No âmbito do referido Ministério, no qual trabalhou no início do séc. XX, publicou muitos de seus trabalhos. | Menciona o cultivo para produção de tecido, aponta existência de plantações no território que se estende do extremo sul do país até Minas Gerais. Relata apoio do Império Lusitano desde o século XVIII, destaca testes financiados pela Coroa Portuguesa nos territórios dos atuais estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Ausência mais surpreendente no <i>corpus</i> bibliográfico. Devido à sua atualidade científica e econômica, previa-se que algum dos interessados pela maconha ao longo da primeira metade do século XX ressaltasse a produção de Corrêa sobre o tema, mas isso não foi verificado. | |

Cont. Tabela 2

| Texto cód. | ano | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|---------------|------|--|--|--|---------------|
| FM2 | 1932 | José Cavalcanti Lucena da Mota Silveira 1909, engenho Paróis (PE) † 1997, Recife | Médico. Catedrático de Psiquiatria na Faculdade de Medicina do Recife. Presidiu a Associação Brasileira de Psiquiatria. Foi perito da OMS para o tema da psicodependência de drogas. Sobrinho-neto do Barão de Lucena, herdou nobreza, boa instrução e socialização da família materna. Iniciou estudos antes do tempo regulamentar, começou o curso de medicina em Salvador e concluiu no Rio de Janeiro, com apenas 20 anos de idade. Trabalhou em diversos países, deixou uma vasta obra que provavelmente ultrapassa a centena de textos publicados na área de medicina. Desenvolveu sessenta anos de investigação sobre a clínica psiquiátrica. | Abordou o tema em mais de uma dezena de artigos. Inicialmente, ratificou impressões de Dória. Em seguida, negou a relação entre consumo de maconha e impulso ao crime; apontou a necessidade de pesquisa suplementar e, finalmente, tratou a psicodependência de drogas como "estado mórbido do qual a psiquiatria deve se ocupar". Influenciou muitos profissionais da saúde a partir de sua posição na Faculdade de Medicina, ou ainda como clínico e pesquisador dedicado. Também influenciou a formação de serviço social no Brasil. É o autor da mais longa produção sobre maconha no <i>corpus</i> desta pesquisa. | - |

Cont. Tabela 2

| Texto cód. | ano | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|-----------------------|------------|---|--|---|-----------------------|
| CS | 1933 | Gilberto Freyre 1900, Recife † 1987, Recife | A vasta bibliografia sobre o autor torna ociosa a extensão de comentários sobre sua trajetória, mas aqui vale ressaltar pelo menos dois fatos: 1) foi deputado federal (1946-1950) e articulou a criação de um Instituto de Pesquisas Sociais no Nordeste (atual Fundação Joaquim Nabuco) que até o presente tem papel importante em sua área de estudos; 2) apoiou a Escola de Psiquiatria Social de Recife, fundada por seu primo Ulysses Pernambucano – a quem sempre foi leal e solidário, mesmo sob ameaças dos ditadores varguistas que levaram o psiquiatra à prisão. | Frente à vastidão de sua obra, pode-se dizer que produziu pouco sobre o tema, mas o cita em pelo menos quatro publicações. Na obra citada, descreveu a planta, efeitos de seu consumo e a repressão que sofria à época. Em 1937, afirmou que a maconha dividia espaço com o carnaval sob anuência dos senhores de engenho. Mais tarde (1960) postulou que a planta fosse um símbolo do Nordeste, endossando a tese atualmente hegemônica de que a maconha marca mais o Nordeste do que outras regiões. Seu enfoque sobre o tema retrata o conjunto de sua obra que enaltece o que é atualmente considerado “mito” da democracia racial. | - |

Cont. Tabela 2

| Texto | Autor | Atuação política, profissional e/ou administrativa | Posicionamento sobre maconha | Citado por |
|--------------|---|--|--|-------------------|
| CNFE 1943 | Roberval Cordeiro de Farias 1893, Rio de Janeiro † ? | Médico. Família marcada por uma tradição profissional: pai e quatro irmãos militares. Quando as ações da CNFE se iniciaram em 1936, seu nome teve consenso entre oficiais que se ocupavam das relações exteriores e médicos que comandavam o Ministério da Educação e Saúde. Mais tarde, foi diretor do Departamento Nacional de Saúde e Ministro da Saúde (governo Dutra). Presidiu a CNFE por quase 20 anos. Seu irmão Osvaldo Cordeiro de Farias participou das mais importantes batalhas e insurreições militares no Brasil entre os anos 1920 e 1960. Foi chefe da polícia de São Paulo nos anos 1930, governou o RS (como interventor designado por Vargas, 1938-1944), coordenou na Europa tropas brasileiras aliadas à 2ª Guerra Mundial, criou e presidiu a Escola Superior de Guerra em 1949, governou PE (1955-1958), afastando-se para assumir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, onde participou da articulação do golpe que depôs João Goulart e o elevou à condição de Ministro do Interior. | Junto com outro médico irmão de general (Bizarria Mamede), Farias revigorou a ideia de que a maconha era a droga mais perigosa do Brasil, justificando medidas intensas de repressão a seu uso, notadamente no Nordeste do país. Redigiu diversas comunicações importantes para a estruturação de medidas repressivas, organizou reuniões e colóquios em vários estados do país com a finalidade de fortalecer os aparatos repressivos responsáveis por fazer cumprir a lei e manter a ordem. Articulou e dirigiu o Convênio Interestadual da Maconha nos anos de 1940. Dentre suas publicações mais importantes sobre o tema, destacam-se os artigos reunidos em BRASIL, 1958. O artigo citado aqui é um balanço do trabalho realizado pela CNFE até 1943, onde se identifica a prioridade à repressão das transações com maconha em detrimento de outras drogas e sugestão de estímulo a estudos desenvolvidos por médicos para enfocar a "maconha sob o ponto de vista social". | - |

Fonte: BRANDÃO, 2017

Legenda:

FLC – Condições para estabelecer a sementeira e Fábrica do Linho Cânhamo – relatório de 17/07/1769. Trata-se do único texto do *corpus* que não foi analisado em sua integralidade, mas a partir de preciosos registros acerca da publicação e do autor, colhidos em Sousa (1789) e outros textos que dispõem de alguma chancela acadêmica no campo jurídico (FONSECA, 1994) ou histórico (WEHLING, 1979).

REL – Relação instructiva e circunstanciada para ser entregue ao seu successor. Rio, 20 de agosto de 1789. Reproduzido na Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, tomo 4, 1842. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de J. P. da Costa. n. 13, abril de 1842 (p. 3-42) e n. 14, julho de 1842 (p. 129-167). As páginas 150 a 159 tratam especificamente da exploração de cânhamo no Brasil.

PHY – Phytographia ou Botanica Brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1881. 462 p.

FM – Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. Trabalho apresentado no *II Pan American Scientific Congress*, Washington, 27 dez. 1915. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.1-14]

CA – Costumes Africanos no Brasil. Originalmente publicado na Bahia, em 1916, aqui referido a partir de sua reedição [Vol. 15, Bibliotheca de divulgação scientifica, sob a direcção de Artur Ramos]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

VD – Sobre o Vício da Diamba. Anais Paulista de Medicina Cirúrgica. São Paulo. v. IX, n. 12. 1918. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.15-24]

DPUB – Diccionário das plantas úteis do Brazil e das exóticas cultiváveis. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1926.

FM2 – Os fumadores de maconha em Pernambuco. Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife. Ano 4, n.1, p.53-96. 1932. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.207-238]

CS – Casa-Grande e Senzala, Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt, 1933.

CNFE – Relatório apresentado aos senhores membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. 1943. Reimpresso em: BRASIL. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Maconha, coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro. 2a ed., 1958. (p. 105-113)

A escolha dos autores³⁸ ressalta: 1) importância econômica da planta para o Brasil antes da Independência (Faria e Sousa); 2) relevância terapêutica para a homeopatia (Mello Moraes); 3) polêmica centralidade na cultura africana (Dória e Querino); 4) exótica produção dos cientistas da flora, tanto pelo lado do agrônomo paulista que escreveu sobre casos de adição maconhista no Maranhão e Piauí (Iglésias) quanto do botânico português de vastíssima bibliografia que é absolutamente ignorado pelos demais estudiosos da maconha em sua época (Corrêa); 5) proeminência pernambucana no debate (Lucena e Freyre); e, finalmente, 6) os fundamentos operacionais da lógica repressiva que impera no terceiro ciclo de atenção (Farias).

Dada a vastidão do tempo e da bibliografia que o tema ensejou no Brasil, há que se considerar uma certa arbitrariedade da parte do pesquisador sobre a delimitação do que analisar, mas vale ressaltar que, mesmo que estes autores estejam longe de formar todo o conjunto intelectual relacionado à maconha, eles expressam a grande diversidade existente e permitem desenvolver o raciocínio de ciclos de atenção que preside esta seção. Com esta revisão bio-bibliográfica, tenta-se demonstrar que a diversificação, emergência e publicização progressiva de interessados pela maconha configura a existência de um “problema público”, de acordo com a tradição pragmatista expressa por Dewey (1927).

38 A ausência dos irmãos Andrada se justifica porque as publicações em que se envolveram (MARCANDIER, 1799 [1758] e VELLOSO, 1799) não eram propriamente escritas por eles, mas traduções de obras europeias redigidas originalmente com base em experiências do Velho Mundo.

2.2 CICLO ECONÔMICO

Considerando reais as circunstâncias descritas por alguns estudiosos como Dória (1915) e Corrêa (1926), observa-se que a maconha estaria presente no Brasil desde os primórdios da colonização portuguesa porque os africanos escravizados a teriam introduzido clandestinamente e difundido seu uso para finalidades que os autores denominavam “entorpecentes” e, contemporaneamente, pode-se chamar de recreativas ou ritualísticas. Assim, teria havido um momento inicial de transações com maconha em meio a um universo mágico-espiritual e recreativo próprio à cultura de povos africanos escravizados no Brasil. Contudo, a revisão da literatura não identificou muitas hipóteses acerca disso; não havia, à época dos primórdios da colonização brasileira, uma cultura lettrada capaz de legar à posteridade muitos indícios fiáveis sobre o modo de vida dos escravos.

Assim, subscreve-se a hipótese de Hutchinson (1975), identificando nos registros econômicos o que é possível chamar de um primeiro ciclo de atenção à maconha no Brasil. A revisão da literatura permitiu identificar que o cultivo desta planta foi estimulado pela Coroa Portuguesa no sul do Brasil-Colônia a partir de meados do século XVIII (BENTO, 1992; MENZ, 2005; WEHLING, 1979). Segundo Menz (2005), a medida buscava reduzir importações da Espanha, França e Rússia para Portugal; no entanto, Wehling (1979) e Bento (1992) também postulam que a iniciativa tenha representado um esforço de povoamento e consolidação de domínios portugueses no sul da América. O incentivo alcançou São Paulo

“[...] a 4 de agosto de 1785, [quando] o Vice-Rei envia carta ao chefe do governo pedindo esforços no sentido de promover o cultivo do cânhamo [...] remetia ao porto de Santos dezesseis sacos com 39 alqueires de sementes desse vegetal” (FONSECA, 1994, p. 16).

Sabe-se que havia derivados têxteis do cânhamo nas primeiras embarcações portuguesas, cujas cordas e velas eram feitas com esse material (PINHO, 1975; ROBINSON, 1996). Sabe-se também que, nos primórdios da exploração portuguesa no Novo Mundo, os viajantes lusitanos já conheciam o uso recreativo da planta, como demonstra relato de Garcia Orta³⁹ sobre usos que observou em Goa, no século XVI (ORTA, 1891 [1563]).

Pouco mais de dois séculos se passaram entre a chegada dos portugueses às Américas e a decisão de estímulo oficial da Coroa Lusitana à produção e beneficiamento da planta no Brasil; o Império promoveu testes de cultivo nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no século XVIII (CORRÊA, 1926). Menz (2005) relata estímulo semelhante no Rio de Janeiro, à mesma época. Além disso, as missões jesuíticas já cultivavam a planta para a produção de tecido (MIRANDA NETO, 2010). Os jesuítas de diferentes nações europeias a cultivavam visando à produção de tecidos que servissem para “cobrir as vergonhas dos indígenas” que pretendiam catequizar entre o século XVI e sua expulsão em 1759 (MIRANDA NETO, 2010).

Tomando todos estes registros como indícios, pode-se apontar como bastante relevante a hipótese de que a planta também tenha sido introduzida por europeus com finalidades geopolíticas e econômicas que contavam com anuência da Igreja Católica e do Império Português. Assim, constata-se que as controvérsias sobre a maconha são longas, largas e profundas; elas comportam dimensões diversas e altamente complexas. Alguns historiadores remontam a introdução da planta a período anterior à expulsão dos jesuítas – que teriam-na trazido para estas terras com a finalidade de inseri-la no processo de catequização da

39 Este autor alcançou uma posição de grande celebridade no séc. XVI, tendo vivido nas Índias Ocidentais com o também célebre Luís de Camões, Orta é o responsável pela publicação da principal obra de sua época acerca das plantas daquela região e, segundo Carneiro (2002, p. 14), deu “[...] para a medicina uma nova luz, que os antigos não conheciam”. Após sua morte, a Inquisição perseguiu sua família e censurou sua obra, mas ele já tinha atingido uma grande repercussão que autoriza a postular que suas ideias acerca da maconha fossem bastante conhecidas entre intelectuais e viajantes, notadamente portugueses.

população indígena (MIRANDA NETO, 2010) por meio da produção de tecidos. No entanto, é mais corrente a hipótese de que seu cultivo tenha se consolidado ao longo do século XVIII devido ao interesse lusitano de dominar o extremo sul das Américas e desenvolver a economia colonial neste território então disputado com os espanhóis (BENTO, 1992; MENZ, 2005). Apesar de toda essa controvérsia e, considerando também o texto de um ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (WEHLING, 1979), parecem confiáveis as fontes historiográficas que apontam a importância do cânhamo para o desenvolvimento da economia em época anterior à Independência do Brasil.

A planta esteve no centro das preocupações dos colonizadores lusitanos no século XVIII, época em que as fronteiras do território português no Novo Mundo ainda estavam se definindo e o que atualmente é o sul do Brasil vivia em contestação com colonos de outra origem, notadamente espanhóis. Isto certamente alimentou as preocupações dos governantes portugueses, motivando a publicação de obras traduzidas por ninguém menos que dois irmãos do patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada. Antonio Carlos verteu textos ingleses que constam em um volume (VELLOSO, 1799), enquanto Martim Francisco traduziu o francês Marcandier (1799 [1758]). As obras consistem basicamente em instruções de cultivo, beneficiamento e comércio de cânhamo, a principal matéria-prima para a indústria de cordas e tecidos à época. Estes tradutores, de origem paulista, tiveram grande destaque na política nacional e ocuparam os principais postos da gestão da economia brasileira, tendo sido Ministros do Império do Brasil no início do Primeiro Reinado e, mais tarde (depois do exílio), junto a Pedro II⁴⁰. Vale lembrar que o primeiro reinado brasileiro coube ao primogênito de Portugal, o que significou a manutenção de muitas diretrizes e lideranças.

40 Os mencionados irmãos viveram banidos na Europa entre 1823 e 1829. Como se aprende na educação básica, a abdicação de Pedro I, em 1831, deu condições para que os Andrada retomassem lugar de destaque e o primogênito, José, tornou-se tutor do príncipe herdeiro do trono do Brasil (SOUZA, 1922).

Antes da publicação das traduções dos irmãos Andrada, a planta já participava dos principais empreendimentos que aportavam neste território: as Grandes Navegações. Os derivados de maconha circulavam pelo Novo Mundo na forma de tecidos e cordas (HERER, 1985; PINHO, 1975; ROBINSON, 1996 e 1999). Os jesuítas já haviam cultivado e beneficiado cânhamo em meio aos indígenas (MIRANDA NETO, 2010; MOTT, 1986; WEHLING, 1979). Porém, não foi possível encontrar indícios de um verdadeiro debate sobre o tema no período, pois, todos os registros até o final do século XVIII, referenciam-no de modo positivo.

Um primeiro achado importante desta revisão de literatura é que a maconha ganhou sua primeira publicização no Brasil não como problema, mas como parte da solução econômica ventilada por notáveis políticos locais no século XVIII. O vice-Rei Luís de Vasconcellos dedicou várias páginas do relatório final de seu governo para tratar do cultivo de cânhamo (SOUSA, 1789). Os irmãos Andrada gastaram suas penas escrevendo sobre o tema quando viviam na Europa, durante uma estadia que antecedeu o exílio e foi realizada para que pudessem estudar na metrópole lusitana. Ali, verteram os textos ingleses (VELLOSO, 1799) e franceses (MARCANDIER, 1799 [1758]) para o português, sob a rigorosa supervisão de um frei católico – igualmente entusiasmado com o remédio que o cânhamo representava para o desenvolvimento e a economia do Novo Mundo.

Como demonstrado anteriormente (BRANDÃO, 2014; DOMINGUES, 2001), o referido frei, originário das Minas Gerais e conhecido como José Mariano da Conceição Velloso, contava com o apoio da Coroa Portuguesa devido aos interesses estratégicos daquele Império que estimulava a produção e difusão de conhecimentos necessários para a economia e a saúde. Após o encerramento de sua administração no Brasil, em 1790, o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos voltou a Portugal levando o frei que se tornou membro da Academia de Ciências e passou a desenvolver uma intensa atividade editorial marcada principalmente pelo período em que esteve à frente da Tipografia do Arco, entre 1799 e 1801. Organizando dezenas de obras, o frei tratou de história natural, botânica, agricultura, mineralogia e manufaturas.

Em seu trabalho, destaca-se “O Fazendeiro do Brasil” – conjunto de 11 volumes de instrução para diferentes culturas agrícolas, editado com o objetivo de esclarecer e estimular a produção agropecuária no Brasil. Em nota introdutória a um dos textos supramencionados, o frei relata a implantação do cânhamo no Brasil, destacando como pioneiro D. João V (Rei de Portugal, 1707 a 1750) e, como restaurador, Luiz de Vasconcellos (Vice-Rei do Brasil, 1778-1790):

A primeira lembrança do estabelecimento do Linho Canamo ao sul do Brazil foi do Augusto Avô, e Bisavô de VOSSA ALTEZA REAL, que mandou passar para aquelle continente cultivadores que lhe dessem princípio mas não se conseguia fruto algum de hum estabelecimento de primeira necessidade para a Marinha Portugueza pelo desleixo dos Generaes que o governaram; o que sendo constante ao Excellentíssimo Luis de Vasconcellos e Sousa nos dias de seu governo promoveu o seu reestabelecimento com tanto ardor e energia quanto era o conhecimento que tinha da grandeza do bem que resultaria a huma Nação navegadora e ao seu Supremo Imperante (VELLOSO, 1799: intro).

A importância destas obras se complementa com a informação de que foram traduzidas justamente por dois irmãos Andrada que, depois de concluírem seus estudos na Europa, retornaram ao Brasil e tiveram grande destaque na política, ocupando os principais postos de coordenação da economia brasileira após a Independência, sendo Martim, Ministro da Fazenda em dois períodos (1822-1823 e 1840-1841) e Antonio, Ministro dos Negócios do Império (1840-1841). Considerando ainda que missionários jesuítas de diferentes nações europeias também cultivaram cânhamo no Brasil visando à produção têxtil entre o século XVI e sua expulsão em 1759 (MIRANDA NETO, 2010), torna-se bastante relevante a hipótese de que a planta tenha sido

introduzida por europeus com finalidades geopolíticas e econômicas que contavam com anuência da Igreja Católica e do Império Português. Obviamente não se pode afirmar que esta tenha sido a única porta de entrada da maconha no Brasil. Por outro lado, a literatura permite atestar que interesses da elite local e europeia favoreceram a adaptação desta planta ao atual território brasileiro e que seu cultivo aqui se desenvolveu também em função de sua relevância econômica.

No mesmo período em que os portugueses desenvolviam o cultivo de maconha no sul e sudeste do atual território brasileiro, há indícios de que os jesuítas experimentavam-no em diversas missões no Novo Mundo (LEVENE, 1952; MIRANDA NETO, 2010) e outros lusitanos tentavam consolidar um empreendimento produtivo no Grão-Pará (ALBUQUERQUE, 1784; DOMINGUES, 2001). O atual território nordestino, até esta época, não parecia integrar o mapa do cultivo de maconha no Brasil – o que é apenas mencionado como uma possibilidade viável por Burton (1869). Porém, vale ressaltar que a cultura do cânhamo nas colônias não era uma particularidade dos jesuítas ou do Império Lusitano: a busca de substituir importações (notadamente da França e da Inglaterra) foram fatores que também orientaram cultivos desta natureza em colônias americanas do Império Espanhol, como se depreende das análises de Levene (1952, p. 106) sobre o cultivo com finalidade de produzir o tecido linho-cânhamo no Vice-Reino da Prata nesta mesma época.

A substituição da planta na indústria têxtil por outras espécies (das quais não se conhecem propriedades psicoativas) fez com que o entusiasmo econômico pelo cânhamo se reduzisse bastante no século XIX, mas – como se depreende de relatos de viajantes (TSCHUDI, 1953 [1840]) – a planta já estava aclimatada no atual território nacional e seus usos haviam se difundido. Em paralelo às mudanças na indústria têxtil, o Brasil assistiu à chegada de uma nova tendência médica nas primeiras décadas do XIX: a homeopatia. Considerando que os arautos da homeopatia afirmavam valores terapêuticos da maconha, pode-se compreender que a partir desta época tenha emergido o ciclo de atenção que será focalizado na próxima seção e que inaugura a profusão de controvérsias e disputas sobre utilidades e riscos desta planta para a saúde humana.

2.3 CICLO MÉDICO-CIENTÍFICO

Além de aplicações na fabricação de cordas e tecidos, parte da literatura reconhece, relata e incentiva o uso terapêutico da planta no Brasil, mas o ciclo nacional de atenção médica-científica à maconha é subdividido em dois polos, sendo um propulsor da ideia de remédio e outro difamador que associou a planta às noções de degeneração, vício e doença. A história dessa intriga se funde e confunde com a própria história das contendas entre duas vertentes da medicina: homeopatia e alopatia. Nesta seção, demonstra-se que os alopatas venceram a disputa e conquistaram a propriedade do problema no início do século XX, orientando de modo decisivo a regulamentação proibitiva das transações com cannabis na posteridade.

Um personagem de destaque na primeira fase deste ciclo foi o médico e escritor Alexandre José de Mello Moraes, o qual recomendou o emprego da erva no tratamento de catarata, amaurose, catarro, gonorreia, impotência, dores dos rins, retenção da urina e espasmos (MORAES, 1881). Contudo, a trajetória pessoal de Moraes não favoreceu seu reconhecimento. Nascido em Alagoas, em 1816, ficou órfão aos 11 anos de idade. A fatalidade familiar impulsionou sua partida para a Bahia, onde passou a viver sob a tutela de dois tios frades. Estudou medicina em Salvador, graduando-se em 1840. Iniciando sua profissão na capital baiana, ele empregava espécies locais no tratamento de seus pacientes e, a partir da chegada dos pioneiros da homeopatia no Brasil, juntou-se aos inovadores e passou a difundir esta especialidade das ciências médicas. Moraes publicou vasta obra médica e historiográfica, além de ter editado o periódico intitulado “Médico do Povo” (NAVA, 2003, p. 30) e publicado diversos folhetos visando à difusão da homeopatia iniciada pelo alemão Samuel Hahnemann⁴¹.

A cannabis continuou presente na farmacopeia homeopática e tem sido, desde então, objeto de estudos terapêuticos, como demonstra a

41 Hahnemann propunha o emprego de cannabis no tratamento de inúmeros males, tendo registrado 330 sintomas e efeitos da planta no organismo humano (HAHNEMANN, 1921 [1834], p. 320-333).

tese de doutorado em medicina de Georg Martius que em 1855 propunha “[...] expor a maconha e sua história natural [...] que nos últimos anos tem atraído progressivamente a atenção do mundo médico” (*apud* GROTHENHERMEN, 2009 [2004], p. 27). No Brasil, médicos e imprensa também difundiram aplicações terapêuticas dessa planta. Os anúncios de cigarros de cannabis importados da França para o tratamento de diversas doenças apareceram em jornais de fins do século XIX até pelo menos 1905 e

Ainda na década de 1930, a maconha continua a ser citada nos compêndios médicos e catálogos de produtos farmacêuticos. Por exemplo, Silva Araújo e Lucas (1930) enumeram as propriedades terapêuticas do extrato fluido da Cannabis: ‘Hypnotico e sedativo de acção variada, já conhecido de Dioscórides e de Plínio, o seu emprego requer cautela, cujo resultado será o bom proveito da valiosa preparação como calmante e antispasmódico; a sua má administração dá às vezes em resultados, franco delírio e allucinações. É empregado nas dyspepsias..., no cancro e úlcera gástrica... na insomnia, nevralgias, nas perturbações mentais... dysenteria chronica, asthma, etc.’ (CARLINI, 2005, p. 8-9).

No entanto, os métodos homeopáticos eram alvo de fortes críticas. Desde os primórdios da homeopatia, alopatas e políticos importantes realizavam uma campanha visando a invalidar profissionalmente os saberes homeopáticos, refutando seus praticantes no plano ético e excluindo a prática do reconhecimento legal-institucional no Brasil até os anos de 1970. Segundo Luz (1996, p. 60), as relações dos homeopatas com seus pacientes eram frequentemente apontadas como delito profissional (charlatanismo), moral (sedução, sexo) e penal (assassinato, envenenamento).

Não bastasse a escolha de um caminho profissional heterodoxo, Moraes ainda se posicionou a favor de outro tema então controverso: a abolição da escravatura (que defendeu durante seu mandato de deputado federal pelo estado de Alagoas, 1869-1872). A crítica de historiadores a suas pretensões historiográficas (ABREU, 1931 [1882]) provavelmente também contribuiu para que sua produção caísse em descrédito e – assim como seus predecessores interessados em maconha – Moraes é omitido na maioria dos textos produzidos sobre o tema no período subsequente, sendo atualmente mais lembrado por sua célebre descendência (que inclui diplomatas, como seu bisneto que era também compositor, Vinícius de Moraes).

Apesar da ampla difusão e da importância para a economia e a homeopatia, muitos textos escritos no Brasil sobre esta planta na primeira metade do século XX omitiram ou negaram esses fatos, referindo-se à maconha como se fosse uma espécie clandestinamente importada por escravos africanos para uso entorpecente. O médico José Rodrigues da Costa Dória, nascido em Sergipe e formado na Bahia, participou em 1915 do 2º Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington. Na ocasião, apresentou o trabalho intitulado “Os fumadores de maconha. Efeitos e males do vício” (DÓRIA, 1915), texto frequentemente mencionado como sendo o primeiro estudo de caráter científico produzido no Brasil para tratar dos efeitos desta planta para a saúde humana. O documento apresenta o ato de fumar maconha como um vício pernicioso e degenerativo que representa uma vingança dos negros para com seus “irmãos brancos, mais avançados em civilização” (DÓRIA, 1915, p. 16). Os argumentos do autor se coadunavam com a doxa científica da época, já referida a partir do texto de Schwarcz (1993), segundo a qual a “raça branca” era tomada como geneticamente superior.

Para justificar a hipótese de importação clandestina da África, Dória se apoiou em estudos botânicos e sinônimos que encontrou para a planta no Nordeste. Apesar de enumerar aplicações na medicina popular, este foi mais um dos autores que não mencionou a importação dos medicamentos europeus citados por Carlini (2005), omitiu a literatura

homeopática e contestou a existência de efeitos terapêuticos. Negando que houvesse aplicação industrial desta planta no país, ressaltou que seu consumo se concentrava no Norte e se dava principalmente entre negros, índios e mestiços pertencentes a camadas sociais “baixas” que se reuniam para fumar a erva em diferentes tipos de cachimbo. Segundo o autor, os que utilizavam a planta por meio do fumo ou de efusões buscavam alucinações, excitação, sorte, bem-estar e felicidade que, em caso de abuso, poderiam se reverter em depressão das funções nervosas. Dentre os efeitos mencionados, destacam-se: delírios, loucura, agressividade e violência. Ainda segundo este estudioso, este vício produzia graves consequências criminosas. Tendo sido conselheiro municipal de Salvador, deputado e governador de Sergipe (1908-1911), além de professor das Faculdades de Medicina e de Direito da Bahia⁴², pode-se afirmar que Dória gozou o prestígio de uma carreira profissional respaldada pelo Estado e pela ciência. Portanto, não surpreende que suas ideias tenham sido bem recebidas e que ele tenha sido o autor mais citado nos estudos sobre maconha no Brasil ao longo do século XX. No que tange a esta planta, sente-se até hoje a influência deste político estudioso.

Representando o Brasil na 2ª Conferência Internacional sobre o Ópio, organizada pela Liga das Nações em 1924 (LEAGUE OF NATIONS, 1925), em Genebra, outros dois médicos – segundo Lucena (1934) – teriam conseguido a proibição da venda de maconha. Lucena afirmou que o Dr. Pernambuco Filho teria então declarado que a maconha era “pior do que o ópio” e que ele já havia tratado mais de uma centena de casos de dependência. Assim, Lucena vaticinou que a experiência do médico não foi questionada e influenciou a primeira classificação da maconha como entorpecente, adotada pela Liga das Nações em 1925. O país era então apresentado como grande consumidor de maconha e o interesse inicial de produzir e beneficiar cânhamo para contribuir na

42 Segundo o verbete do CPDOC-FGV acerca do renomado autor, sua carreira no ensino de nível superior se iniciou na Faculdade de Medicina, em 1885, na área de medicina legal e toxicologia, estendendo-se em seguida para a Faculdade de Direito da Bahia no início da década seguinte quando se iniciou o novo curso em que foi professor de medicina legal. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-rodrigues-da-costa-doria>>. Acesso em: 08 de ago. 2016.

consolidação de domínios coloniais e no desenvolvimento econômico, já suplantado pelo suposto risco de degeneração, passava à condição de problema que alguns médicos afirmavam poder tratar.

Para conter o que apresentavam como “vício perigoso”, os médicos alopatas receitaram remédio jurídico. Propagando a necessidade de criar e fazer cumprir medidas repressivas, alguns deles se aplicaram bastante na tarefa aqui enfocada sob o prisma da “legalização” por entender que visa a produzir leis sobre práticas então realizadas à revelia de enquadramento legal. O país conhece limitações legais à maconha desde 1830, quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro proibiu sua venda e uso (DÓRIA, 1915). Nesta primeira lei brasileira relativa à maconha, a pena de prisão para o usuário contrasta com a multa ao vendedor, demonstrando a convivência do policiamento dos costumes com o liberalismo econômico. Contudo, as restrições iniciais não alcançaram grande repercussão e, apesar das interdições em Santos (1870) e Campinas (1876), as detenções só viriam a se multiplicar depois das três primeiras décadas do século seguinte (VIDAL, 2009), quando alguns “homens de sciencia” encontraram forte apoio das Forças Armadas. E, como destaca Cavalcanti (1998), no pós-guerra o combate à maconha se tornaria uma questão de segurança nacional.

Mas, antes de passar ao ciclo de atenção securitária, vale destacar que, ao longo da primeira metade do século XX, a denominação dos males associados à maconha continuava incerta, mas os médicos haviam sido reconhecidos como os principais estudiosos da planta em questão e havia se firmado uma virada do debate que levou a maconha da condição de remédio à origem de males. Neste contexto tão dirigido por médicos alopatas, a hostilidade aos saberes e recursos homeopáticos era notória, mas persistiam controvérsias e alguma atenção econômica perdurava em relação à maconha, por exemplo, nas orientações de cultivo do cânhamo que até 1946 faziam parte do currículo de cursos práticos da Secretaria de Agricultura de São Paulo (ALESP, 1942). Tais orientações soavam mais como anacronismo e a primazia dos médicos alopatas era tão ofuscante que botânicos aclamados no Brasil e no exterior, como Pio Corrêa, não tiveram textos selecionados para

a publicação organizada na década de 1950 pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE). O médico que presidiu essa comissão por aproximadamente 20 anos, entre as décadas de 1930 e 1950, indica cinco prioridades, das quais se destaca aquela que estimula os médicos a estudar a “maconha sob o ponto de vista social” (FARIAS, 1958 [1943]). Esse corte corporativista atesta que os especialistas reconhecidos pelos governantes eram os médicos, então apreciados como os principais profissionais autorizados a produzir um saber de valor científico que justificasse a fiscalização e a repressão. A vertente homeopática da medicina estava proscrita e durante boa parte do século XX a interdição se estendeu para todas as práticas e remédios que lhe eram associados, inclusive a maconha.

No processo de elaboração e difusão da atenção médica-científica alopática sobre este tema, o pernambucano José Lucena desempenhou importante papel. Ele assumiu, em 1932, o cargo de médico da Assistência aos Psicopatas de Pernambuco e tomou um rumo diferente de seu conterrâneo Gilberto Freyre no que tange à abordagem de questões de raça. Em relação a Rodrigues Dória, vale destacar que, por um lado, ele desloca a maconha do esquema da “degenerescência” para o da “doença”; por outro, ele ratifica ideias de seu predecessor. Os primeiros textos deste pernambucano acerca da maconha foram publicados em 1934 e 1935 nos “Arquivos da Assistência aos Psicopatas” e neles (LUCENA, 1934 e 1935) se destaca a multiplicidade de denominações que o levam a inferir (como DÓRIA, 1915) que a planta teria sido introduzida na região por africanos. Apresentando o perfil dos usuários que observou, o autor afirmou que a maconha era usada predominante por homens, menores de 25 anos, pobres, analfabetos, mestiços e negros. Os dois textos apresentam seu método de investigação, baseado na observação direta e na própria experiência de consumo⁴³.

Em estudos posteriores, Lucena (1939) ratifica que fumar cigarro preparado à base dessa planta gera “desordens perceptivas” e está “associado ao desenvolvimento de psicoses”. Anos depois (LUCENA

43 Muito antes, por exemplo, de Labate, Fiore e Goulart (2008, p. 28) fazerem “[...] a defesa do experimentalismo empírico de substâncias psicoativas como uma possível ferramenta para a compreensão do ‘fenômeno das drogas’”.

1948 e 1950), relativiza suas primeiras conclusões e indica a necessidade de pesquisa suplementar. Lucena (1968) analisou ainda as relações entre “canabismo e reações delituosas” por meio do estudo de 269 casos de “maconhistas” privados de liberdade em Pernambuco, concluindo que fumar maconha não impele ao crime, mas “libertaria o indivíduo de suas inibições e as ações resultantes seriam tão variadas quanto as personalidades subjacentes”. Considerando o que Cavalcanti (1998) afirma que se difundia na imprensa no período entre as duas Guerras Mundiais, José Lucena inovou nessa discussão e chegou a conclusões (LUCENA, 1968) que contestam a ideia que lhe precedera, segundo a qual o uso da maconha impulsionava o crime.

Os textos de José Lucena indicam que, ao longo do século XX, a associação entre maconha e doença mental estava se difundindo entre especialistas e a ideia de que maconheiro era pobre se consolidava para grande parte da população que acessava as hipóteses dos médicos alopatas ou da imprensa. Lucena é somente um dos muitos psiquiatras que seguiram a hipótese de relação entre maconha e doença mental, porém seu destaque nessa corporação profissional esclarece a difusão dessas ideias. Em 1933, ele iniciou sua atividade de professor na Faculdade de Medicina do Recife sem se afastar dos serviços que prestava à Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, onde viria a exercer as funções de diretor do Manicômio Judiciário e diretor geral. Nos anos 1950, realizou pós-graduação nos Estados Unidos e na França (para onde voltaria como profissional convidado na década seguinte). Participou da criação da Associação Brasileira de Psiquiatria, a qual presidiu durante três anos da década de 1970 e onde consta como um dos “grandes nomes” no Museu da Psiquiatria Brasileira⁴⁴. Sendo internacionalmente reconhecido por sua produção relacionada às drogas, ele foi nos anos 1980 perito da Organização Mundial de Saúde para o tema da dependência às drogas. Seu último texto sobre a questão (LUCENA, 1987) assinala que a psicodependência do consumo de drogas é um estado mórbido de cujo tratamento a psiquiatria deve se ocupar.

44 Disponível em: <http://www.museudapsiquiatria.org.br/grandes_nomes/exibir/?id=3>. Acesso em: 21 de abr. 2013.

Assim, ao longo de um período relativamente longo e por meio da ação de muitos sujeitos que expressavam uma atenção médico-científica sobre a maconha, a planta passou da condição de remédio à causa de doença. A produção dos atores da segunda vertente deste ciclo deu suporte à emergência de normas legais válidas para todo o território nacional no que tange às transações com maconha, bem como orientou a adaptação de agências estatais preexistentes e favoreceu o engajamento de profissionais que, enquanto representantes do Estado, assumiram a missão de tentar fazer cumprir o novo ordenamento legal. Operando pelo menos três anos antes de ser regulamentada, a CNFE foi regulamentada em 1939 com a finalidade de “fixar a cooperação de todos os órgãos encarregados da fiscalização do comércio e uso de entorpecentes e da repressão do seu tráfico e uso ilícitos” (CASTRO, 2009, p. 375).

Ainda em busca de compreender as razões pelas quais o conhecimento homeopático não atingiu a mesma notoriedade que aqueles produzidos no âmbito da medicina alopática, vale destacar que a ciência médica professada pelos alopatas destacou com maior ênfase os efeitos deletérios associados ao uso indevido da substância. O já mencionado Carlini (2005) afirma que os anúncios de cigarros de *cannabis* importados da França para o tratamento de diversas doenças apareceram em jornais brasileiros de fins do século XIX até pelo menos 1905 e as aplicações terapêuticas perduraram ainda algumas décadas, mas continua seu texto indicando que os compêndios médicos também destacavam riscos: “[...]a sua má administração dá às vezes em resultados, franco delírio e alucinações” (CARLINI, 2005, p. 9).

Além dos supostos riscos a que os remédios homeopáticos eram associados, os procedimentos desta subdivisão profissional também eram alvejados por fortes críticas daqueles que empregavam os métodos precedentes. Assim, os alopatas tentavam desqualificar os saberes de seus concorrentes afirmando que a eficácia de seus medicamentos e procedimentos não eram verificáveis à luz da ciência médica. Foi este tipo de raciocínio que levou às acusações de charlatanismo e desvio moral na relação com os pacientes. Também houve homeopatas acusados na

esfera penal por supostamente terem realizado procedimentos que induziram à morte de seus pacientes. Estas acusações são analisadas por Luz (1996) que encontra justamente os alopatas como principal fonte de acusação, mas – apesar de todo o esforço de detratamento – aponta-se que durante o reinado de Pedro II

A homeopatia era não apenas mais acessível às camadas mais pobres, que os homeopatas procuravam atender gratuitamente, mas também mais assemelhada às práticas curativas populares e uma bem-vinda alternativa às sangrias, purgas, vomitórios, sanguessugas e outros métodos agressivos da terapêutica “oficial”. Estas mesmas vantagens relativas conquistavam simpatizantes na alta sociedade da Corte, ciente da difusão do sistema hahnemanniano na Europa e também mais céptica quanto à superioridade da medicina convencional (COELHO, 1999, p. 126-7).

Com este *status positivo* e tendo adeptos na alta sociedade, o governo imperial inicialmente não reprimiu as atividades do Instituto Homeopático criado no Brasil em 1844. A Escola Homeopática mantida pelo Instituto obteve reconhecimento oficial e seus egressos tiveram o direito de prestar um exame de suficiência nas faculdades de ciências médicas. Caso fossem aprovados neste teste, os indivíduos formados pela Escola Homeopática podiam exercitar legalmente a medicina.

Porém, os alopatas não descansaram até alcançar uma difamação que conseguisse deter a homeopatia. Dispostos a usar tudo que pudessem empregar contra seus concorrentes, os alopatas – devidamente representados na Academia Imperial de Medicina – levantaram a hipótese de que o fourierista fundador do Instituto Homeopático do Brasil, o francês Benoit Mure, estivesse envolvido com uma conspiração comunista para depor o Imperador. A acusação precipitou o retorno de Mure para a Europa em 1848 e reforçou a campanha de difamação

da homeopatia. Apesar dos esforços de figuras como Alexandre José de Mello Moraes, eleito novo presidente do Instituto Homeopático do Brasil, em 1851, (COC/FIOCRUZ, 2013), esta subdivisão da medicina demorou muito a retomar a confiança que o Estado lhe concedera inicialmente. Assim, os conhecimentos homeopáticos foram excluídos da jurisdição médica até o reconhecimento legal desta especialidade no Brasil nos anos 1970 (LUZ, 1996).

A disputa entre alopatas e homeopatas permite constatar que a arena de embates profissionais não se desenvolve apenas entre campos diferentes, mas também tem espaço para conflitos que se dão no âmbito de uma mesma profissão. Como Abbott (2003) postulou sobre a medicina em Nova York no século XIX, o processo de profissionalização passa por combates intraprofissionais. Assim, a difamação de homeopatas se processou junto à desqualificação de seus saberes e métodos, bem como o detimento dos remédios homeopáticos.

À hegemonia das hipóteses alopáticas na legislação sobre maconha, adiciona-se a notável discriminação social com que a planta foi tratada por muito tempo em um Brasil racista que assistia à multiplicação da hipótese de associação entre a planta e os negros. Esta conjunção de fatores rendeu aos médicos alopatas sua identificação como “donos do problema público da maconha”. Desde a intensificação das controvérsias sobre a homeopatia, em meados do século XIX, a planta tem sido tratada como sendo parte da jurisdição médica, mas não de qualquer parte e sim daquela que se auto-affirmava “reconhecida pela ciência”: a medicina alopática. O descrédito a estudiosos dos costumes africanos no Brasil (como Manuel Querino) e a recomendações da economia agrícola (ALESP, 1942) não foi substituído pela nota de rodapé no célebre texto do cientista social pernambucano Gilberto Freyre (1933) que ratificava as ideias de Querino (1916), nem pela insistência do pernambucano em elevar a planta a uma condição mais importante (FREYRE, 1937) ou a colocá-la ao lado da cana-de-açúcar no rol de plantas que marcam o Nordeste (FREYRE, 1960).

De todos os ângulos que se pode observar, é possível constatar que o ciclo de atenção posterior reforçou a autoridade médico-científica

que por quase um século excluiu completamente a homeopatia do seu território e desrespeitou conhecimentos que destoavam da ciência médica alopática. Por isto, atesta-se que os conhecimentos da medicina alopática foram os mais expressivos na regulamentação legal das transações com a maconha no Brasil ao longo do século XX. Porém, a retomada do estudo de propriedades terapêuticas da planta nos anos 1960, a regulamentação da homeopatia como uma especialidade médica nos anos 1970, o fim do último período ditatorial no país e a profusão de novas controvérsias em diversas jurisdições profissionais apontaram caminhos para a ruptura da propriedade deste problema.

2.4 CICLO SECURITÁRIO⁴⁵

Em mais uma interpretação heterodoxa, tomando como referência Lucena (1934) e Carlini (2005), bem como informações sobre a atuação de outros dois médicos nos anos 1920, inicia-se esta seção ponderando que o Brasil não é mero reproduutor de diretrizes internacionais no que tange à difusão de normas legais proibitivas em relação à maconha.

Frequentemente se afirma o papel diretivo dos Estados Unidos na adoção internacional de proibições em relação às drogas, o que teria se ampliado a partir da Primeira Conferência Internacional do Ópio, firmada em Haia em 1912 (LEAGUE OF NATIONS, 1922). Sem contestar esta afirmação tão bem fundamentada, por exemplo em Rodrigues (2004), vale ponderar que em relação à maconha, o Brasil já tinha várias prerrogativas proibicionistas e as transações

45 Vale ressaltar que o termo empregado por Hutchinson (1975) para denominar este ciclo de atenção é a forma composta “*law and order*”, mais frequentemente traduzida como “lei e ordem”. Aqui, talvez pela forte influência da língua francesa, utilizou-se o termo “securitário” para denominar este ciclo explicitamente motivado pelas questões de ordem pública. Em francês, segundo o *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales* (<http://cnrtl.fr/definition/s%C3%A9curitaire>), o termo “*sécuritaire*” designa o que é “conforme à noção de segurança pública”. Em português, segundo o Dicionário Eletrônico Priberam (<https://www.priberam.pt/dlpo/securitário>), o termo é um adjetivo cuja primeira acepção significa “relativo a segurança”.

com a planta vinham sendo proscritas em feiras nordestinas desde o século XIX (DÓRIA, 1915), no Rio de Janeiro desde 1830, Santos em 1870 e Campinas em 1876 (VIDAL, 2009). Considerando que somente a partir da Segunda Conferência Internacional sobre o Ópio, finalizada em fevereiro de 1925, que a maconha passou a se destacar no contexto internacional das proibições, vale a pena refletir acerca do que teria levado a incluir esta nova substância na “lista negra internacional”. Tomando por referência as considerações de Lucena (1934) e Carlini (2005), destaca-se o papel do brasileiro Pedro Pernambuco Filho – um dos médicos que representou o Brasil naquela Conferência em que declarou que a maconha era “mais perigosa que o ópio” e solicitou sua inclusão na classificação internacional de entorpecentes.

Ainda segundo Lucena (1934), Pernambuco Filho teria afirmado haver tratado mais de uma centena de viciados e sua autoridade de profissional experiente não teria sido questionada. O país estava então sendo apresentado internacionalmente como grande consumidor de maconha e o interesse inicial de produzir e beneficiar cânhamo para contribuir na consolidação de domínios coloniais e no desenvolvimento econômico, já suplantado pelo risco de degenerar a raça brasileira, passava à condição de problema de saúde que alguns médicos afirmavam poder tratar. Para tanto, o remédio que propunham era de ordem jurídica.

Considerando ainda que a legislação nacional que proíbe as transações com maconha surgiu no ano de 1932 (BRASIL, 1932), tem-se um amplo conjunto de fatores que permitem remontar a origem do proibicionismo em relação à maconha no Brasil a período anterior aos anos 1930 e, mesmo que sua consolidação nas práticas policiais só se concretize com a difusão das operações da CNFE (criada em 1936), ainda se tem uma cronologia que antecede a proibição da maconha nos Estados Unidos. Pode-se afirmar que o país teve seu próprio nascedouro proibicionista e não apenas reproduziu diretrizes norte-americanas. Isto que talvez seja válido para outras drogas é, portanto, questionável no que diz respeito especificamente à maconha. O papel

de médicos brasileiros e a história da proibição no Brasil parece ter influenciado muito mais os Estados Unidos e o mundo do que habitualmente se afirma⁴⁶.

Depois de proibida a maconha, os médicos se destacaram no controle dessa proibição. Abordando inicialmente o caso de Eduardo Bizarria Mamede, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, na década de 1930, mais tarde professor dessa faculdade, deputado estadual durante os anos 1940 e 1950, secretário estadual de educação,

46 No entanto, a proibição da maconha tem sido mais investigada nos Estados Unidos. Autores como Becker, Goode e Herer descreveram, analisaram e denunciaram o perverso efeito social da moralização proibitiva de transações com maconha. Goode (1993), por exemplo, avança bastante na aplicação da noção de “empreendedores de moral”, que fora desenvolvida por Becker (1963), para demonstrar como os agentes do órgão que daria origem à DEA (*Drug Enforcement Administration*) retroalimentavam seus interesses, difundindo efeitos danosos da maconha, recomendando adoção de medidas repressivas e, *in continuum*, demonstrando – com os dados decorrentes de suas próprias apreensões – que havia uma contínua escalada do “vício”. Ora, é óbvio que após a interdição criminal de uma determinada conduta, passará a existir a possibilidade de reprimir e, consequentemente, sancionar pessoas que realizem as transações que passaram a ser consideradas criminosas. A imprensa estadunidense difundiu copiosamente os dados de encarceramento decorrentes destas transações e, consequentemente, o órgão de controle ampliou seus argumentos para demandar reforços. O fato deste efeito tautológico das políticas proibicionistas estar bem analisado por cientistas sociais e ativistas estadunidenses não significa que ele tenha surgido por ali nem que os meios de seu desenvolvimento naquele país sejam replicados no Brasil. A bem da verdade, é importante lembrar que a interdição das transações com maconha em território brasileiro antecedeu a proibição desta planta nos Estados Unidos. Herer (1985) ainda destaca o interesse de determinados grupos econômicos em proibir a maconha nos Estados Unidos, afirmando que o chefe do Departamento Federal de Narcóticos nos anos 1930, Henry Anslinger, defendia estes interesses por objetivos familiares já que era casado com a sobrinha de Andrew Mellon, grande acionista das indústrias Du Pont e dono da petrolífera Gulf Oil – para quem a fibra do cânhamo e o óleo da semente de maconha eram ameaça aos produtos sintéticos que fabricava. Como afirmou o ex-Secretário Nacional Antidrogas (do Brasil), Walter Maierovitch, pode-se dizer que nos Estados Unidos “A maconha foi proibida por interesses econômicos, especialmente para abrir o mercado das fibras naturais para o náilon” (Walter Maierovitch, In: Superinteressante, ed. 179, agosto de 2002, reportagem “A Verdade Sobre a Maconha”. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/a-verdade-sobre-a-maconha>>. Acesso em: 26 de ago. 2016).

saúde e assistência social da Bahia (1963-1967)⁴⁷. Seu estudo sobre maconha, publicado em 1945, em revista científica de Pernambuco, sob o título “Maconha, ópio do pobre”, traça um histórico da repressão:

De poucos anos a essa parte, ativam-se providências no sentido de uma luta sem tréguas contra os fumadores de maconha. No Rio de Janeiro, em Pernambuco, Maranhão, Piauhy, Alagoas e mais recentemente Bahia, a repressão se vem fazendo cada vez mais enérgica e poderá permitir crer-se no extermínio completo do vício. [...] No Rio, em 1933, registravam as primeiras prisões em consequência do comércio clandestino da maconha. Em 1940, a Polícia Bahiana detia alguns indivíduos (MAMEDE, 1945 *apud* CARLINI, 2005, p. 10).

Ratificando que a repressão seria o caminho adequado à erradicação do vício, Mamede afirmou a necessidade de concentrar esforços para combater a maconha e não outras drogas. Este raciocínio evidencia uma proposta para-cirúrgica de supressão dos “fumadores de maconha” do corpo social; a operação deveria ser realizada por policiais que expurgariam a sociedade de seus usuários e comerciantes. Os indivíduos que utilizavam a substância já vinham sendo apresentados como escória social e seu hábito fora apartado dos demais consumos de drogas na capital nacional pelo menos duas décadas mais cedo, quando Botelho e Pernambuco Filho (1924) apresentaram o vício em drogas como fenômeno social considerado elegante, exceto pela maconha que afirmavam ser consumida principalmente por membros das camadas sociais que eles denominavam de “classes perigosas”, ou seja: pretos, pardos e pobres. Entretanto, Mamede demonstra que não havia mais espaço (pelo menos nos discursos) para comerciantes da substância; estes também passavam a ser objeto de perseguição policial.

47 Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=502>>. Acesso em: 08 de abr. 2016.

Voltando a tratar da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), é importante destacar que seu primeiro presidente, Roberval Cordeiro de Farias, foi um médico, nascido no Rio de Janeiro em 1893, cujo pai e quatro irmãos seguiram carreira militar, alcançando o alto oficialato (CAMARGO, GÓES, 1981). Quando as ações da CNFE se iniciaram em 1936, ele foi consensualmente aceito pelos oficiais militares que se ocupavam das relações exteriores e os médicos que comandavam a área de saúde do Ministério da Educação e Saúde. Anos depois, tornou-se diretor geral do Departamento Nacional de Saúde e assumiu interinamente o comando do ministério em 1946, durante o governo Dutra⁴⁸. A coletânea de artigos sobre maconha organizada pela CNFE, nos anos 1950 (BRASIL, 1958), deve-se a seu empenho em difundir uma concepção que também servia de justificativa para reprimir hábitos e ideias de uma parte da população. Entre os 31 artigos da coletânea, Farias assina três e se mostra empenhado em reprimir o que considerava um vício perigoso. Relatando missão de 1943 nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, afirma que até recentemente não havia repressão à planta e seu uso era corrente entre “[...] indivíduos da classe baixa, desamparados de assistência social e menores abandonados, os chamados ‘maloqueiros’ [...] criminosos e reclusos nas penitenciárias” (FARIAS, 1958 [1943], p. 112). Segundo o autor, o uso que se fazia entre o povo brasileiro era devido à ignorância dos riscos à saúde e os plantadores desconheciam a lei que impedia tal cultivo. Porém, Farias indica a existência de

[...] intermediários, que sabem o valor da planta pelo lucro que proporciona e que incentivam a sua cultura junto aos nossos ingênuos sertanejos, aos quais pagam uma ninharia para revendê-la aos viciados, por bom preço e exportá-la em contrabando para outros pontos do país e para o estrangeiro [...] (FARIAS, 1958 [1943], p. 112).

48 Disponível: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/gaspar-dutra/ministerios>>. Acesso em: 13 de jul. 2013.

Segundo Farias (1958 [1943]), o lucro dos contrabandistas era elevado devido à situação de guerra que levara à instalação temporária no Brasil de estrangeiros de “categoria social mais elevada” que consumiam a planta. Citando o major Pulcherio, apresentado como secretário de segurança da Bahia, o autor relatou que os estrangeiros, ligados à marinha mercante e de guerra dos Estados Unidos, pagavam preços elevados pelo produto e atraíam para o tráfico novos vendedores que ansiavam lucro fácil.

Contudo, o raciocínio do ilustre médico seria refutado por um dos marinheiros estadunidenses que, anos depois, tornar-se-ia antropólogo. Trata-se de Harry William Hutchinson, um dos assistentes de Charles Wagley em pesquisa financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre relações raciais no Brasil no início dos anos 1950 e, mais tarde, professor de diversas universidades, notadamente Universidade de Miami, onde serviu durante dezenove anos ininterruptos⁴⁹.

Hutchinson investigou o tema das relações raciais em comunidades rurais no interior da Bahia, tendo posteriormente se dedicado ao estudo da medicina tradicional dessa região. Wagley partilha com Eduardo Galvão a condição de primeiro antropólogo que tratou do consumo de maconha entre índios brasileiros (WAGLEY; GALVÃO, 1949) e Hutchinson (1975) viria a tratar deste tema no já mencionado artigo que investiga os padrões de uso da maconha na região que estudava há aproximadamente duas décadas⁵⁰. O antropólogo apresentou diferentes modos de uso da planta, questionou se ela teria

49 Disponível: <http://www.college.columbia.edu/cct_archive/mar04/obituaries1.php>. Acesso em: 27 de mar. 2012.

50 O referido artigo (HUTCHINSON, 1975) integra uma publicação internacionalmente antológica para os estudos acerca da maconha. Organizada pela renomada antropóloga Vera Rubin, a volumosa publicação resultou de um conjunto de 35 conferências apresentadas em Chicago em agosto de 1973, durante um simpósio internacional intitulado “Cross-Cultural Perspectives on Cannabis”. Além de aspectos antropológicos, a obra aborda questões religiosas, econômicas, médicas, psicológicas, botânicas, farmacológicas e jurídicas; reunindo autores como o botânico norte-americano Richard Evans Schultes, a antropóloga polonesa Sula Benet e o psiquiatra brasileiro Álvaro Rubim de Pinho.

realmente sido introduzida por negros escravizados, discorreu sobre a sinonímia e apresentou uma nota pessoal afirmando que ele

[...] era membro do grupo de estrangeiros que teria supostamente usado maconha em meados dos anos quarenta, enquanto estava numa região do nordeste do Brasil com a Marinha. [...] Durante aqueles dois anos, não me aproximei do uso de *cannabis* nem do vocabulário relacionado ao tema.

O meu primeiro trabalho no campo antropológico foi feito numa comunidade rural de cultivo de cana-de-açúcar no estado da Bahia entre 1950 e 1951. Retornei às minhas anotações de campo e não encontrei nenhuma menção aos sinônimos de *cannabis* em nenhuma das receitas farmacêuticas populares que eu coletei. Nem tampouco fumei conscientemente ou vi qualquer pessoa fumar *cannabis* (HUTCHINSON, 1975, p. 173).

Assim, passados vários anos, a afirmação relatada por Farias (1958 [1943]) é apontada como perjúrio por um dos sujeitos envolvidos no caso. Isto demonstra que os dados em que se apoiava a CNFE estavam eivados de um certo “higienismo social” e da ideologia securitária que se consolidou no país após o final da Segunda Guerra, sob influência e financiamento da administração dos Estados Unidos.

O movimento militar, iniciado na década de 1920 com um levante de tenentes que demandavam mais celeridade na progressão de patentes, repercutiu e tomou contornos ideológicos importantes a partir da ascensão de Vargas e dos militares que o apoiaram em 1930. Um irmão de Roberval Cordeiro de Farias participou desta e de todas as tentativas revolucionárias protagonizadas por militares entre 1922 e 1964, foi chefe de polícia no revoltoso estado de São Paulo em 1931 e, depois de controlado o levante paulista, foi interventor federal na

administração do Rio Grande do Sul. Em 1945, voltando-se mais uma vez contra um antigo aliado, Osvaldo Cordeiro de Farias participou do golpe que afastou Vargas e extinguiu o Estado Novo. Depois de trabalhar no exterior e estagiar na Escola do Estado Maior do Exército Norte-Americanano, participou da criação da Escola Superior de Guerra e foi seu primeiro comandante em 1949, voltou a apoiar Vargas e se tornou General do Exército em 1952, assumindo o comando da zona militar norte, sediada em Recife e vencendo a eleição para o Governo de Pernambuco em 1955 com apoio das forças conservadoras da região. Consolidava-se então o que viria a ser conhecido como “doutrina de segurança nacional”; Cordeiro de Farias assumia papel importante na formação e condução de uma elite militar disposta a alterar a ordem socioeconómica (CAMARGO; GÓES, 1981), passando ao ápice da carreira militar e assumindo a patente de Marechal do Exército, em 1965, já depois da tomada de poder pelos militares.

Tendo postulado em 1950 a presidência do importante Clube Militar do Rio de Janeiro, Cordeiro de Farias representou os defensores da participação de estrangeiros (supostos detentores de capital técnico e financeiro) na exploração do petróleo em território brasileiro. As posições deste militar se tornaram mais evidentes quando renunciou ao governo de Pernambuco para assumir, em 1958, a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cargo que ocupou por dois anos até ser nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e se envolver com o golpe que depôs João Goulart e levou mais uma vez os militares ao topo da administração nacional. Dessa corrente, também faziam parte o ex-presidente Dutra e alguns generais golpistas, como Jurandir Bizarria Mamede, irmão de outro médico supracitado.

O general Mamede ganhou notoriedade em 1955 quando, no enterro de um ex-ministro da guerra, discursou ressaltando a resistência anti-Vargas que o falecido protagonizara e conclamando as Forças Armadas a impedir a posse de presidente e vice-presidente eleitos (CAMARGO; GÓES, 1981, p. 450). O episódio ampliou o debate nas Forças Armadas sobre a ruptura da ordem legal e a deposição do Presidente, mas a campanha por respeito à legislação nacional –

capitaneada pelo marechal Lott – assegurou o mandato de Juscelino Kubitschek. Porém, nada deteria os golpistas que, poucos anos depois, levaram Castelo Branco à Presidência da República e muitos generais ao comando de ministérios, incluindo Cordeiro de Farias, três futuros presidentes e o também general Juracy Magalhães, que presidiu a Petrobrás e proferiu a célebre frase que, para muitos, simbolizou a tendência militar que governou o país entre 1964 e 1985: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”⁵¹.

Pelo suposto perjúrio em relação aos estrangeiros maconheiros, revela-se bastante provável que os interesses da doutrina de segurança nacional tenham influenciado também a CNFE. A impressão de que era necessário fortalecer as agências da “lei e ordem”, especialmente as Forças Armadas, foi o principal resultado da difusão da hipótese de que a maconha produzida no Brasil servia ao tráfico internacional. O revestimento de intriga internacional para as transações com maconha reforçou a ideia de que a cooperação entre diferentes nações seria indispensável para enfrentar o problema em uma época em que a repressão às transações com essa droga se destacava justamente nos Estados Unidos. Deste modo, pode-se subscrever o raciocínio de Magalhães (1994, p. 113), segundo o qual o controle repressivo das transações com droga no Brasil fez parte da estratégia de fortalecimento das forças autoritárias que usaram a ideia de “proteção à saúde” como mais uma “distorção deliberada do escopo legal, pois, de outro modo, o controle jurídico-policial não encontraria respaldo algum”.

Os interesses aqui agrupados em volta da ideia de “segurança” são provavelmente os mais presentes nas ciências sociais que se ocupam de investigações relacionadas com maconha no Brasil. Entretanto, este ciclo de atenção é, paradoxalmente, um dos mais obscuros. A literatura enfocada não trata das relações entre médicos e generais, mesmo que seus vínculos sejam estreitos e que a maioria dos estudos indique que a repressão à maconha se acentuou sob a ditadura. Tampouco publicações mais recentes, como “História da maconha do Brasil” (FRANÇA, 2015),

51 Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes>. Acesso em: 08 de ago. 2016.

abordam esse tema; os que o fazem – a exemplo de Ramos (2015) – ainda deixam vários pontos a esclarecer.

Assim, o impacto das relações entre a elite militar e a médico-científica na configuração da política de drogas nacional resta um aspecto a aprofundar tanto para a história da maconha quanto para a história das drogas de um modo geral. Nos limites desta Tese, importa apenas demonstrar que o ciclo de atenção securitária à maconha no Brasil se apoiou em argumentos médico-científicos respaldados por militares que promoviam a ideologia da “lei” e da “ordem” para alienar liberdades individuais e comerciais em benefício de uma preocupação assentada em termos de “segurança nacional”. A ideia de intervenção estatal para proteger a saúde das pessoas que usam drogas foi apenas um artifício retórico que ultrapassou as fronteiras da ciência médica para justificar a intervenção securitária.

Contudo, apesar de ratificar a literatura contemporânea no que tange à afirmação de que se ampliou a repressão às transações com drogas durante a ditadura de 1964-1985, deve-se ponderar que a questão não estava livre de controvérsias e vale citar alguns fatos daquela época que já apontavam críticas respeitosas (ou amedrontadas) à legislação sobre o tema:

- I Congresso Paulista do Ministério Público (São Paulo, dezembro de 1971);
- I Congresso Brasileiro de Criminologia (Londrina, outubro de 1973); e, principalmente,
- I Congresso Internacional sobre o Uso de Tóxicos pela Juventude Universitária (São Paulo, 1974).

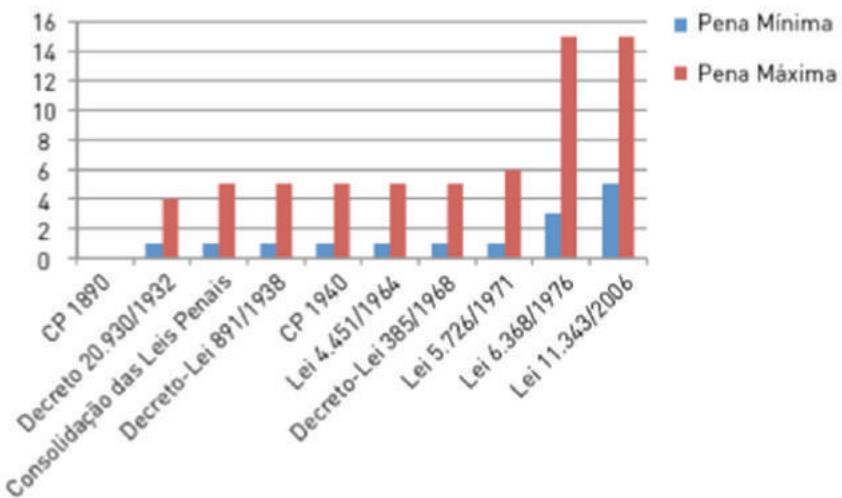
Estes eventos, majoritariamente ocupados por juristas, assim como algumas publicações recenseadas por Franceschini e Oliveira (1975), denunciavam ineficácia das medidas de prevenção ao uso de drogas e incapacidade de tratamento dos problemas associados às transações com maconha e outras drogas. Além disso, estes fatos também foram marcados pela crítica à insuficiência de meios repressivos

e à imprecisão de categorias como “bando ou quadrilha”, “traficante e assemelhados”, “experimentadores primários”, “usuários reincidentes” e “infratores viciados” – termos presentes na legislação firmada sob os Governos Médici e Geisel (Lei 5.726, de 29 de outubro de 1971; Lei 6368, de 21 de outubro de 1976 – esta que perdurou até a atual Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006).

Naquele período de ditadura já se colocava a questão sobre quais medidas seriam adequadas para o tratamento de pessoas que consumiam uma ou mais substâncias tornadas ilícitas. O debate da época legou registros para a posteridade principalmente no meio jurídico; podendo ser demonstrado pelas palavras dos magistrados paulistas Fraceschini e Oliveira (1975, p. 12): “[...] como deve ser considerado? Um doente, necessitado de desintoxicação e cura, ou um delinquente, merecedor de condenação e encarceramento?”. E, em 1979, começam a surgir decisões inovadoras, como a do juiz Álvaro Mayrink da Costa (então juiz do 2º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro), que absolveu um indiciado por porte de maconha (COSTA, 1985, p. 95). Segundo Robinson (1999, p. 106), uma outra decisão do mesmo juiz, tomada em agosto de 1980, pondera que “a maconha já faz parte dos usos e costumes da sociedade de hoje [...]. Considerar como crime esta prática atenta contra os direitos humanos e as garantias individuais. É uma herança nefasta do Estado totalitário”. Em seguida, multiplicaram-se as absolvições relacionadas a transações com maconha e se consolidou uma crítica no âmbito jurídico à inadequação da legislação sobre drogas, como atestam os significativos relatos de advogados e juízes como Batista (1985), Costa (1985), Silva (1985) e Toron (1986).

Apesar do debate e das controvérsias, o mais importante resultado do ciclo foi o recrudescimento das medidas repressivas, com elevação muito significativa das penas aplicáveis em transações com drogas ilícitas, notadamente aquelas tipificáveis como “tráfico”, como se depreende das informações constantes no próximo gráfico que expõe em seu eixo vertical o número de anos de privação de liberdade:

Gráfico 1: Evolução das penas relativas a tráfico de drogas ilícitas



Fonte: BOITEUX; PÁDUA (2013, p. 15)

A visão do consumidor de drogas como “doente” que precisa de cuidados estava se consolidando e, ao mesmo tempo, difundia-se a ideia de “traficante” que passava progressivamente a enquadrar qualquer pessoa que fosse reconhecida como envolvida em transações de produção⁵² e comércio de drogas proscritas. O Gráfico 1 expõe a elevação das penas relativas a tráfico, tendo a última Lei ampliado a pena mínima de três para cinco anos de prisão e mantido o enquadramento desta conduta no rol dos “crimes hediondos”, ou seja, aqueles que não são passíveis de fiança e têm, dentre outros prejuízos, maiores restrições para progressão de regime e redução de pena.

Enquanto as penas para os crimes de tráfico cresciam, as sanções decorrentes do consumo de substâncias ilícitas seguiam o caminho oposto até chegar à atual legislação (Lei 11.363, de 23 de agosto de 2006)

52 A pena neste caso é severa: além de todas as sanções previstas para o crime de tráfico, a Constituição Federal determina (em seu Art. 243) expropriação imediata, sem nenhuma indenização, das terras onde forem encontrados cultivos ilegais de plantas psicotrópicas.

em que a “posse para uso pessoal” e o próprio “uso” de drogas ilícitas deixou de ser uma conduta tipificável como crime passível de privação de liberdade⁵³. O efeito dessa mudança legislativa foi a ampliação da população encarcerada no país, dando a entender que as forças policiais passaram a qualificar um maior número de apreensões de droga como sendo tráfico. Houve acréscimo de 111% do número de pessoas privadas de liberdade pelo crime de tráfico de drogas no país entre 2007 e 2012, passando de 15,5% para 25,2% do total da população carcerária nacional no mesmo período (BOITEUX; PÁDUA, 2013, p. 25-26).

Portanto, pode-sedizer que as últimas alterações legislativas sobre drogas no país resultaram em uma inversão da lógica de policiamento dos indivíduos e liberação do mercado. O quadro produzido a partir do ciclo securitário de atenção à maconha se alastrou para todas as drogas tornadas ilícitas e resulta na busca perversa de encarcerar produtores e, principalmente, comerciantes de drogas. Na prática, o encarceramento se limitou à “ponta” da rede de tráfico: preservando aqueles que detêm grande capital, movimentam maiores quantidades e têm influência política⁵⁴ e, por outro lado, atingindo majoritariamente homens, jovens,

53 Vale ressaltar que qualquer forma de uso e a posse para uso pessoal de substâncias ilícitas continuam a ser consideradas crime. A novidade se resume à inclusão deste tipo de crime no rol de “menor potencial ofensivo”, para os quais são vedadas as penas privativas de liberdade.

54 Apenas para ilustrar o problema na contemporaneidade, vale citar o caso que ficou conhecido como “Helicoca”: “Em 24 de novembro de 2013, o helicóptero da empresa Limeira Agropecuária, do então deputado por Minas Gerais Gustavo Perrela (Partido Solidariedade), filho do senador Zezé Perrela (PDT), foi apreendido pela Polícia Federal. O piloto, Alexandre José de Oliveira Júnior, trabalhou para o deputado em cargo de confiança, com salário pago pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e seu trabalho oficial era o de transportar o deputado e o senador para eventos políticos. Apesar de (ou justamente por...) envolver aliados próximos ao então presidenciável Aécio Neves (PSDB), a leniência em torno do caso não foi característica apenas midiática. Assim foi que a investigação sobre a apreensão de meia tonelada de pasta base de cocaína – uma das maiores da história do Brasil – não seguiu adiante, por motivo de supostas provas ilícitas utilizadas no processo. As quatro pessoas presas em flagrante pela Polícia Federal estão agora soltas. Enquanto isso, qualquer ‘zé ninguém’, pego com pequena quantidade de maconha, vai preso por um bom tempo, como a maioria absoluta dos presos por tráfico” (SOUTHIER, 2016, p. 86).

negros e, sobretudo, pobres; moradores das periferias de grandes cidades ou trabalhadores rurais castigados pelas intempéries e pelas precárias políticas de desenvolvimento no campo.

A literatura sobre a seletividade punitiva no Brasil é mais recente e extremamente ampla; sem aprofundar uma digressão sobre este debate, vale registrar – além dos trabalhos de Luciana Boiteux (que vem alertando também para o crescimento do número de mulheres encarceradas devido ao enquadramento no crime de tráfico) – a investigação empreendida por Oliveira (2006) sobre os “mecanismos do tráfico de drogas” e os estudos de caracterização deste crime no Rio de Janeiro (D’ELIA FILHO, 2007) e em Recife (GONÇALVES, 2016).

Muito criticado no âmbito do Direito, o ciclo securitário alimenta um sistema punitivo que apresenta tendências de mudança, como se depreende, por exemplo da recente (23/06/2016) decisão de processo (HC 118533) no âmbito do STF, estabelecendo nova jurisprudência sobre a figura penal do “tráfico privilegiado”, isto é, o tráfico de drogas praticado por réu primário, sem antecedentes criminais. A partir desta decisão do STF, o “tráfico privilegiado” deixou de ser crime hediondo⁵⁵.

2.5 CICLO ANTIPROIBICIONISTA

Manejando referências de muitos outros ciclos, dando-lhes novos sentidos, negando-lhes ou ratificando-lhes, os sujeitos envolvidos no ciclo antiproibicionista defendem a regulação estatal de transações como produção, beneficiamento e circulação de maconha. Quanto ao consumo, geralmente mostram-se liberais, demonstrando uma perspectiva de direito que empodera o indivíduo no governo de seu próprio corpo.

Além de argumentos legalistas, os sujeitos do ciclo antiproibicionista se apoiam bastante em novos argumentos do ciclo médico-científico que vem sofrendo significativas alterações desde os anos 1960, como atestam os estudos de Elisaldo Carlini, professor e

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=319638>>. Acesso em: 22 de ago. 2016.

pesquisador de Psicofarmacologia, que reconhece a atual normatização sobre a maconha como tendo sido estabelecida com base em preconceitos e mentiras que têm gerado mais problemas que o próprio consumo da substância (*apud* MARCOLIN, ZORZETTO, 2010). Apesar dessa constatação, Carlini e alguns de seus colegas atualmente interessados pelo tema refutam a hipótese de legalizar o consumo recreativo da planta, defendendo alterações muito específicas na legislação nacional. Segundo Carlini (2005), o panorama nacional do debate médico-científico sobre a maconha começou a mudar nos anos 1960 a partir de pesquisas iniciadas em São Paulo com o objetivo de identificar e medir efeitos da planta por meio de experimentos em animais. Os estudiosos ligados à Escola Paulista de Medicina (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP) passaram a difundir resultados de investigações que apontam benefícios desta planta para a saúde humana.

Retomando a análise de trajetórias pessoais, apresenta-se um derradeiro personagem do ciclo médico-científico: Elisaldo Carlini. Nascido em 1931, Carlini iniciou os estudos na Escola Paulista de Medicina em 1952, formou-se médico cinco anos mais tarde e partiu para os Estados Unidos em 1960 para realizar mestrado na Universidade de Yale. De volta ao Brasil, em 1964, trabalhou em algumas instituições até assumir em 1970 o posto de professor e pesquisador da Escola em que se formou (a atual Faculdade de Medicina da UNIFESP). Ao lado de seu antigo mestre de Farmacologia, José Ribeiro do Valle (também estudioso da maconha), Carlini passou a lecionar o que era então uma novidade: Psicofarmacologia. Além de aulas, ele desenvolveu e orientou inúmeras pesquisas; podendo-se gabar de coordenar o grupo que entre os anos 1970 e 1980 publicou mais de 40 trabalhos sobre maconha em revistas científicas internacionais (CARLINI, 2005). Os laços de cooperação que possibilitaram esta importante produção acadêmica deram origem ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) nos anos 1980, sob direção de Elisaldo Carlini.

Dentre as descobertas possibilitadas pelas pesquisas do grupo ligado à UNIFESP, cabe destacar alguns aspectos mencionados por

Carlini (2010) para apontar possíveis efeitos positivos da administração de *cannabis* no tratamento de problemas de saúde:

- redução de dores, náuseas e vômitos decorrentes de quimioterapia;
- tratamento da caquexia (perda exagerada de peso decorrente da inapetência) em pacientes de AIDS e diversos tipos de câncer.

Além dos efeitos assinalados por Carlini (2010), Malcher-Lopes (2014) destaca aplicações eficazes no tratamento de autismo e epilepsia, bem como outros médicos têm observado o papel auxiliar da maconha em terapias de substituição a opiáceos, como relataram Labigaline et al. (1999), Silveira e Moreira (2006). Fabrício Pamplona (2014) em trabalho de revisão de literatura ainda aponta medicamentos à base de maconha que estão sendo testados com sucesso para problemas de esclerose e dores neuropáticas.

Porém, os aspectos mais impactantes das recentes investigações biomédicas se referem ao potencial neuroprotector de algumas substâncias presentes na maconha e atualmente conhecidas como canabinóides. Sobre este potencial, Malcher-Lopes e Ribeiro afirmam:

Neste início de século XXI, acredita-se que os canabinóides possam estar envolvidos na remodelação dos circuitos neurais, na extinção de memórias traumáticas, na formação de novas memórias e na proteção de neurônios (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007, p. 8).

Caso se confirmem as hipóteses relatadas por Malcher-Lopes e Ribeiro (2007), a maconha passará a ocupar uma posição central nos interesses médicos porque dará condições para o que os referidos autores apontam como sendo uma “verdadeira revolução” da medicina. Como os autores afirmam, há muito pouco tempo os neurologistas acreditavam que as células neurais não podiam se regenerar. Entretanto, registros recentes de regeneração de neurônios têm reorientado a agenda de

pesquisas neste campo e conduzem os estudiosos a buscar compreender as condições desta regeneração. Malcher-Lopes e Ribeiro (2007) destacam a contribuição de alguns canabinóides neste processo. Em outras palavras: a maconha – que por muito tempo foi considerada como responsável por “queimar neurônios” – passou a ser investigada como provável salvadora deste tipo de célula.

Depois de apresentar estes recentes argumentos médico-científicos que parecem favoráveis à maconha, vale destacar que associações profissionais, como a Associação Médica Brasileira, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Ordem dos Advogados do Brasil ratificaram a conclusão final de um simpósio promovido em 2004 pelo CEBRID e pela então Secretaria Nacional Antidrogas: “[...] mesmo sendo retirada a maconha da lista IV [da Convenção Única de Narcóticos, de 1961 – UN, 1961] [...] não implica, sob nenhuma hipótese, em sua legalização ou descriminalização” (CEBRID, 2004). Apesar da diversidade de profissões reunidas no simpósio, a proeminência dos médicos foi destacável, a maioria das palestras e intervenções do plenário sendo proferidas por membros da jurisdição médica. Os demais cientistas, assim como os advogados, atuaram mais como figurantes que ratificavam as conclusões sistematizadas pelos donos do problema.

Em alguns espaços de atuação de médicos, a maconha tem sido bastante discutida, o CEBRID é um bom exemplo. A partir destes espaços, os médicos continuam tentando influenciar as diretrizes em diversos campos relacionados com o tema, especialmente os sistemas de saúde, justiça e segurança pública. O evento de 2004 não foi o primeiro encontro organizado por médicos para propor alterações legislativas e acordos internacionais relativos à maconha, como é possível verificar pela seguinte declaração de Elisaldo Carlini:

As tentativas oficiais de fazer a medicina aceitar no Brasil a maconha como medicamento vêm antes da década de 1990. Em 1995, como secretário nacional da Vigilância Sanitária, eu coordenava

o registro de medicamentos no país. Falei para o ministro da Saúde, Adib Jatene, que desejava organizar dentro da Vigilância Sanitária uma reunião para discutir se o delta-9-THC poderia ser licenciado como medicamento contra náusea e vômito na quimioterapia do câncer. Ele concordou e falei com o presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes, Luiz Mathias Flack, que também aceitou. Os dois abriram a reunião. Mas não conseguimos fazer nada. Os médicos não aceitaram (MARCOLINI; ZORZETTO, 2010, p. 10).

Ainda não tendo ganho a disputa no interior da jurisdição médica, é muito provável que o CEBRID e outros segmentos do ciclo médico-científico continuem a organizar eventos, publicações, discursos e outras atividades que promovam a alternativa que postulam como mais adequada para o problema da maconha. Em maio de 2010, um novo simpósio foi organizado pelo mesmo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Tratava-se desta vez do Simpósio Internacional sobre Maconha que, segundo Carlini, tinha o principal objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica e propor ao governo brasileiro a aceitação da maconha para uso médico. O que, nos termos de Carlini, seria possível porque

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que a maconha pode ser medicamento – apesar da proibição da Convenção Única de Entorpecentes, de 1961 – desde que os países oficializem uma agência especial para Cannabis e derivados nos seus ministérios da Saúde (*apud* MARCOLINI; ZORZETTO, 2010, p. 8).

Até o momento, o Brasil não criou nada análogo a uma Agência Nacional de Maconha, mas é fato que os trabalhos de Carlini, do

CEBRID e de médicos e cientistas ligados a outros grupos de estudo têm contribuído para ampliar o debate e difundir muitas informações inovadoras sobre os efeitos da maconha. No entanto, vale ressaltar que o Dr. Elisaldo Carlini se posiciona pessoalmente contrário ao que se convencionou chamar de “legalização da maconha” (MACRAE; SIMÕES, 2000; MARCOLINI; ZORZETTO, 2010). Ele ressalta que a substância porta riscos à saúde e não deve ser regulada por princípios econômicos ou recreativos, defende a liberação e o apoio à pesquisa biomédica, bem como a legalização da produção, do beneficiamento, do comércio e do consumo para fins médico-terapêuticos. Certamente o papel deste médico e do grupo ao qual ele está ligado reforça a postulação de uma nova conversão que – além de reabilitar o uso terapêutico – pretende reforçar a propriedade dos médicos sobre o problema por meio de alterações legais que assegurem mais um monopólio de sua jurisdição: a prescrição de maconha.

Mesmo sob o risco de contribuir para a monopolização do direito de prescrever quando, quanto e como usar maconha, os atores do ciclo antiproibicionista têm difundido bastante os estudos de figuras como Carlini.

Mas, saindo do ciclo de atenção médico-científica para voltar ao ciclo da segurança, pelo qual os antiproibicionistas também são afetados, vale destacar que o ciclo securitário também foi marcado por efeitos contrários aos esperados por seus proponentes. As medidas restritivas de liberdade que caracterizaram a ditadura iniciada em 1964 foram acompanhadas da emergência de novos interessados na maconha. Frente aos limites impostos pelo governo militar, alguns usuários fizeram da droga um emblema da luta por respeito às liberdades individuais e coletivas, como atesta o testemunho do professor Salinas Fortes, da Universidade de São Paulo (USP), em referência ao período:

Como rigorosos militantes fumávamos desbragadamente todos os dias, da aurora ao crepúsculo, do banheiro à cozinha, da mesa à cama, da roupa à nudez, cavalgando em loucura

nossos sonhos visionários. Militantes rigorosos e corajosos em contestação permanente, cada fósforo aceso como ato de protesto contra tudo e todos. Na verdade, dávamos prosseguimento, da forma possível, às fracassadas tentativas de existência e organização política de toda uma geração. Prosseguímos no mesmo combate, transfigurando-o (FORTES, 2012 [1988], p. 94).

A prática de fumar maconha, relatada como um meio de resistência cultural de afro-brasileiros (FREYRE, 1937) e indígenas (HENMAN 1980, 1986; WAGLEY; GALVÃO, 1949), manteve-se sob o ideário ao qual Gilberto Freyre a tinha associado de forma pioneira, contudo passou a envolver diferentes classes sociais. O que foi considerado como prática concentrada no Nordeste se difundiu entre camadas médias da população de diversas regiões (CAVALCANTI, 1998; MACRAE; SIMÕES, 2000; VELHO, 1975). Entretanto, vale relembrar que, até o início do século XXI, a maior parte dos detidos pelo envolvimento com essas transações continuam a ser homens, jovens, negros e pobres (BOITEUX; PÁDUA, 2013).

Em que pese a relativa limitação do símbolo de resistência cultural ou política da maconha na sociedade brasileira, a associação da planta a esse tipo de resistência atesta que a controvérsia ultrapassou os círculos econômicos e médicos. De forma conflituosa, sob a ditadura militar, o debate se ampliou para diferentes setores da sociedade, quer fossem favoráveis ou contrários. Muitas formas de expressar opinião se somaram às discussões, mas atores passaram a falar de maconha para grandes audiências, outras ciências passaram a se interessar pela questão que assim foi se tornando mais notável. As táticas e estratégias de que os militares se utilizaram para reprimir tiveram também o efeito adverso de estimular resistências e contribuir para o crescimento da atenção à maconha, bem como impulsionaram a diversificação dos discursos e dos sujeitos interessados pelo tema. Assim, os consumidores de maconha não foram somente pacientes das alterações que a sociedade produzia acerca de sua imagem, mas disputaram uma concepção de si próprios como

resistentes dentro de um contexto extremamente opressivo, algo que a descrição de Salinas Fortes (2012 [1988]) retrata de modo exemplar.

No início dos anos 1970, o consumo de drogas por camadas médias urbanas do Rio de Janeiro foi objeto da pesquisa doutoral de Velho (1998 [1975]) que constitui um marco dos estudos antropológicos sobre transações com drogas em grandes cidades brasileiras. Preservando o anonimato das pessoas que investigou e publicando resultados somente 23 anos depois de concluir seu doutorado, o autor indica que consumir maconha e cocaína era comum entre jovens da classe média carioca e integrava o processo de definição de padrões e hierarquias no interior dessa geração.

No meio artístico, a planta estava presente desde muito antes, registrada em romances no início do século XX⁵⁶, cantada desde os anos 1930 em versos de Noel Rosa⁵⁷ ou ainda mais cedo (se considerarmos as loas mencionadas em 1918⁵⁸). Conhecida dos artistas, as referências à planta nas artes do Brasil também se ampliaram a partir dos anos 1970. Uma das duplas musicais mais famosas do país, Roberto e Erasmo Carlos, compôs o clássico “Maria Joana”, cujo título já expõe uma das muitas denominações populares da planta; vale ressaltar que a música foi gravada apenas por um dos membros da dupla, Erasmo, no LP “Carlos, Erasmo”, de 1971. Em paralelo, multiplicavam-se as repercussões sobre a relação de artistas com a maconha. Como exemplo, pode-se citar alguns casos de detenção destacados por Mundim (2006, p. 72-73): em 1970, os músicos do grupo Novos Baianos e, mais tarde, em 1976, Gilberto

56 Recorrendo à importante revisão bibliográfica feita por Cavalcanti (1998), identifica-se o uso da “diamba” por um personagem de Viriato Correia, em obra intitulada “Minaretes”, publicada no Maranhão, em 1902. No entanto, como o próprio Cavalcanti (1998, p. 83) afirma “[...] está por ser realizado o estudo das citações da maconha e do maconhismo na literatura nacional”.

57 “Quando o samba acabou”, gravado originalmente pela Odeon em 1933 na voz do “bacharel do samba” Mário Reis. In: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/mario-reis/discografia>>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

58 Iglésias (1918) apresenta versos relativos à maconha que eram cantados no Vale do Mearim, no Maranhão, durante o consumo da erva.

Gil foi preso e condenado à internação em hospital psiquiátrico por portar maconha e afirmar que a substância não lhe fazia mal nem o influenciava a prejudicar ninguém⁵⁹.

Nos anos seguintes, mesmo sob censura, muitos trabalhos musicais abordaram o tema, tornaram-se populares e metaforizaram problemas vividos à época da ditadura. A canção “O mal é o que sai da boca do homem”, apresentada em 1980 por Pepeu Gomes, Galvão e Baby Consuelo⁶⁰ no Festival da Canção promovido pela Rede Globo, é um exemplo destacável. Então identificados como *hippies*, os músicos propagaram um trocadilho com a palavra (“baseado”) que define um dos principais modos de consumo da maconha e, por meio da metáfora da posse, denunciaram a extorsão e a seletividade do tratamento dispensado aos fumadores de cigarros feitos com esta planta:

Você pode fumar baseado
baseado em que você pode fazer quase tudo
Contanto que você possua
mas não seja possuído.

(Pepeu Gomes, Galvão e Baby Consuelo, 1980)

Depois de encerrada a última sequência de governos militares, a música brasileira foi um meio pelo qual vários artistas nacionais continuaram a levar a reflexão sobre problemas ligados à maconha até palcos de diversas partes do país. Do samba (onde Bezerra da Silva figura com destaque) até o *reggae*, o *rock*, o *brega*, o *funk* e o *hip hop* contemporâneos, a planta tem marcado sua presença.

Ainda sob ditadura, o cinema nacional também tocou o tema em uma obra que permanece como marco de questionamentos sociais e

59 Diversas reportagens, incluindo trechos do julgamento e impressões do artista sobre o episódio, estão disponíveis na internet, mas vale destacar a vídeo-reportagem contendo descrição dos policiais envolvidos na operação e comentários do artista sobre o caso. Disponível em: <<https://youtu.be/j6dvh3rJhWI>>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

60 Artistas que haviam integrado o já mencionado e então extinto grupo musical Novos Baianos.

denúncias de arbitrariedades das autoridades da época. O filme “Pixote, a lei do mais fraco” (BABENCO, 1981), um campeão de bilheteria⁶¹, expõe um personagem conhecido como “Fumaça” que se torna amigo do protagonista Pixote a partir do momento em que compartilha com ele um cigarro de maconha. Entre as muitas agruras da vida detenta, Pixote acompanha a dor e a morte do amigo.

Do palco para as ruas, bares e casas – passando pelo rádio e pela televisão –, músicas, filmes e seus intérpretes serviram para a difusão de muitas reflexões relacionadas aos problemas da época, inclusive no que diz respeito à maconha. Além destas linguagens artísticas, o teatro marcou seu ponto de reflexão sobre o tema. Neste campo, o ator e dramaturgo José Celso Martinez de Corrêa é bastante contundente ao afirmar que “Não se trata de liberar a maconha, ou o usuário, ou mesmo o bode expiatório: o traficante, mas de ir no ponto Tabu: a Indústria Armamentista”⁶². Segundo Zé Celso, a planta aporta grandes benefícios e “incomensurável” potencial econômico, devendo portanto ter produção regulada pelo Ministério da Saúde e uso esclarecido pelos Ministérios da Cultura e da Educação.

Em 1982, segundo Rocco (1999), o tema da descriminalização da maconha apareceu no debate eleitoral da primeira eleição pluripartidária depois de iniciada a ditadura. Apesar de ainda ficar limitado ao eixo Rio-São Paulo, na campanha para as eleições daquele ano Caterina Koltai e Ruth Escobar, respectivamente candidatas a vereadora pelo PT e deputada estadual pelo MDB em São Paulo; e Liszt Vieira, candidato a deputado estadual pelo PT do Rio de Janeiro, abordaram o problema da maconha em suas propostas. Caterina Koltai tinha formação em Sociologia e, mais tarde, faria doutorado em Psicologia e passaria a atuar como psicanalista e professora universitária; ela não se elegeu. Ruth Escobar, atriz e produtora cultural, feminista engajada na

61 Em 2015, ocupava a 73^a posição no *ranking* do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), da Ancine (Agência Nacional do Cinema) para filmes nacionais. Disponível em: <<http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/2105-2016.pdf>>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

62 Disponível em: <<http://blog.teatrocincia.com.br/?cat=112>>. Acesso em 13 de jun. 2012.

defesa da anistia ao final do regime militar, elegeu-se deputada estadual e, nas eleições seguintes se reelegeu, pelo PDT. Por fim, Lizst Vieira, eleito deputado estadual no Rio de Janeiro, foi defensor público naquele estado e, mais tarde, tornou-se doutor em sociologia (pelo IUPERJ) nos anos 1990, passando também a atuar como professor universitário.

Estes candidatos tinham muito em comum: defenderam causas polêmicas como a maconha, o feminismo, o aborto, o fim do crime de adultério, o antiracismo e tantas outras; tiveram problemas com a ditadura – o que rendeu exílio a Lizst Vieira, represálias a Caterina Kolta e uma memorável invasão violenta ao Teatro de Ruth Escobar em São Paulo, no ano de 1968, ao final de uma apresentação do espetáculo Roda Viva, com texto de Chico Buarque e direção de José Celso Martinez Corrêa. Além disso, eles representavam parcelas sociais com elevados níveis de instrução que não conseguiam produzir consenso no interior dos grupos políticos a que se ligavam à época. Lizst Vieira, por exemplo, em recente entrevista acerca do ambientalismo que defende, declarou algo que certamente se aplica à questão da maconha: “[...] eu fui metralhado pelo PT. A gente enfrentou uma oposição interna muito grande porque era o partido da luta de classes, isso não cabia, não estava nos manuais. Aliás, bem na verdade, nem no Marxismo nem no Liberalismo [...]”⁶³. Na mesma entrevista em que fez esta declaração, Lizst Vieira ainda declarou que seu único apoio vinha da classe média intelectualizada, incluindo dois notáveis defensores da maconha como Carlos Minc e Fernando Gabeira.

Deixando as artes e as eleições um pouco de lado, toma-se de volta o rumo da ciência, destacando que as publicações de cientistas sociais sobre o tema se multiplicaram após o fim do governo militar. O interesse já parecia consolidado nas ciências sociais dos anos 1980⁶⁴, como atesta uma significativa lista de estudos (ADIALA, 1986; HENMAN, 1986; MAGGIE, 1985; MISSE, 1985; PESSOA JUNIOR,

63 Entrevista a Marcos Sá Corrêa, Lorenzo Aldé, Carolina Elia, Andreia Fanzeres e Ana Antunes. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/10936-oeco14061/>>. Acesso em: 17 de ago. 2016.

64 O historiador Henrique Carneiro vai ainda mais longe, remonta ao início do século XX a emergência da Sociologia e da Antropologia como “corrente interpretativa do consumo de maconha no Brasil” (CARNEIRO, 2011, p. 90).

1986; RONCA, 1987; VELHO, 1985), mas o receio de prejudicar as pessoas envolvidas em transações com maconha postergava algumas publicações, como a mencionada Tese de Gilberto Velho, defendida em 1975 e publicada somente em 1998 (VELHO, 2008 [1975]).

Com a derrocada da ditadura e publicização de inúmeros debates, a Associação Brasileira de Antropologia, interpelada por Luiz Mott, em 1984, aprovou por unanimidade “a criação de um grupo de trabalho específico que reunia pesquisadores interessados em discutir e divulgar trabalhos sobre o uso da Cannabis” (MACRAE; SIMÕES, 2000, p.111). Na ocasião, Mott apontou o fumo de maconha como sendo uma “prática tradicional” para diversos segmentos da sociedade, tanto em zonas rurais quanto urbanas (MOTT, 1986). Embora de forma menos expressiva, pode-se afirmar que alguns atores do campo jurídico também se debruçaram sobre o tema à época (BATISTA, 1985; COSTA, 1985; SILVA, 1985; TORON, 1986).

Atualmente, na arena das ciências sociais, dentre os muitos grupos de estudos constituídos e atuantes, vale destacar pelo menos três frentes de pesquisa iniciadas em diferentes partes do país. No Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, fundado em 1999 a partir de iniciativa do sociólogo Michel Misso que, desde os anos 1970, investiga fenômenos à margem da legalidade. Reunindo antropólogos, historiadores e sociólogos, mas também psicólogos e advogados, formou-se em 2001, em São Paulo, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), que se dedica ao “problema das drogas”. Por fim, o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas (GIESP), formado na Bahia, em 2005, por pesquisadores de humanidades e biomedicina, dedicase ao estudo do consumo dessas substâncias. Esses grupos difundem perspectivas inovadoras. Trabalhando notadamente sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, Misso (1985, 1997; MISSE; VARGAS, 2010) aponta diferentes configurações sociais que interferem tanto quanto (ou, talvez, mais que) as leis para caracterizar uma transação como ilegal. Anthony Henman, por sua vez, teve importante papel de estímulo à ação do grupo iniciado em São Paulo, a publicação que

ajudou a organizar nos anos 1980 demonstra a multirreferencialidade dos estudos com que se envolveu (HENMAN; PESSOA JUNIOR, 1986). Do NEIP, ressalta-se ainda o trabalho historiográfico que revela o longo passado de drogas como a maconha, sua importância econômica e difusão em diferentes camadas sociais (CARNEIRO, 2002). Na Bahia, o antropólogo Edward MacRae e o médico Antonio Nery Alves Filho têm contribuído para o trabalho de pesquisadores que, como eles próprios, revelam diferentes valores e sentidos das transações com esta substância (NERY FILHO et al., 2009).

Nos anos subsequentes à Ditadura, casos envolvendo maconha repercutiram nacionalmente e contrastaram com experiências anteriores cuja visibilidade foi bastante limitada à esfera local de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife (VALENÇA, 2010). A partir dos anos 1980, o país consolidava seu processo de redemocratização e testemunhava a disseminação e diversificação dos usos da planta. Os estudos de Velho (1975) no Rio de Janeiro, de Simões em São Paulo, de MacRae em Salvador (MACRAE; SIMÕES, 2000) e Cavalcanti (1998) nas cidades de Recife, Olinda e Maceió apontaram a diversidade de seus usos em grandes cidades. Cavalcanti (1998) chega, inclusive, a estabelecer dois “tipos ideais” de maconheiros: “ocultos” e “bandeiroso”. Sendo uns facilmente estigmatizados e apontados como consumidores de maconha porque “dão bandeira” e os outros podem ser indivíduos com as mais diversas aparências.

Mesmo considerando que o uso de maconha seja uma prática criminalizada no Brasil e o fato disso poder causar medo em pessoas que são questionadas sobre o tema, o levantamento realizado no ano 2000 em 107 cidades brasileiras com população superior a 200 mil habitantes apontou que 6,9% dos entrevistados, oriundos de diferentes classes socioeconômicas, declaravam já ter fumado maconha, enquanto 1% afirmava usar frequentemente (“pelo menos duas vezes por semana”) (CARLINI; GALDUROZ, 2001)⁶⁵.

65 Alguns anos depois, em 2005, um novo levantamento domiciliar eleva para 8,8% a estimativa de uso de maconha ao menos uma vez na vida pela população brasileira (CEBRID, 2006). O uso frequente, “nos últimos trinta dias”, por sua vez, passa de 1 para 1,2% (CEBRID, 2006).

No âmbito legislativo, Fernando Gabeira é um dos que apresenta questionamentos há vários anos. Ele representou uma das principais posições favoráveis no Congresso Nacional quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, em 1994, e o Governo Federal – por meio do Ministério da Justiça, então comandado por Nelson Jobim, decidiu promover debate sobre o assunto e reflexão sobre alternativas relativas à maconha no Brasil. Mais tarde, em 1996, Gabeira, ainda deputado federal, foi interpelado pela Polícia Federal por ter importado 5,5 kg de sementes de cânhamo visando estudar sua aplicação na indústria têxtil⁶⁶. No mesmo ano, o grupo musical *Planet Hemp* vendeu 150 mil cópias do álbum intitulado “Usuário”, cujo grande sucesso é a canção “Legalize Já”. Os músicos foram detidos sob acusação de “apologia às drogas”, o que motivou declarações contrárias à prisão, foi bastante difundido pela imprensa e analisado em uma dissertação de mestrado em Sociologia (MUNDIM, 2006). Por meio de um *habeas corpus*, os artistas foram liberados alguns dias depois. Mantendo a polêmica, lançaram um segundo álbum, em 1997, (“Os Cães Ladram mas a Caravana não Pára”) que vendeu mais de 250 mil cópias e provocou uma nova detenção.

Além do célebre caso de Gabeira e da emergência do *Planet Hemp*, o ano de 1996 também contou com declarações destacáveis na história recente das controvérsias sobre o tema: as posições explicitadas pela antropóloga Ruth Cardoso, na condição de primeira-dama da República⁶⁷, e por Marcelo Alencar, então governador do Rio de

66 Reportagem da revista *Veja*, “O bagulho sumiu” (06/10/1999, p. 26), afirma que as sementes apreendidas em 16 de maio de 1996 foram enviadas pelo Ministério da Justiça para análise no DEA americano. Constrangido a se explicar inúmeras vezes, Gabeira escreveu uma obra de síntese sobre maconha e suas múltiplas aplicações (GABEIRA, 2000).

67 Tendo orientado a Tese de Doutorado de Gilberto Velho (1975), Ruth Cardoso provavelmente conhecia bastante o tema quando se posicionou favorável à descriminalização do consumo de maconha durante programa de televisão voltado para adolescentes no início daquele ano de 1996. O caso é relatado em maiores detalhes por Cavalcanti (1998, p. 26) a partir de reportagem do Jornal *O Globo*, de 09/02/1996.

Janeiro⁶⁸. Outro caso bastante conhecido é o da jornalista conhecida como Soninha Francine, demitida da TV Cultura em 2001, depois de ter declarado que fumava maconha⁶⁹.

Neste ínterim, da derrocada da ditadura militar aos dias de hoje, a juíza aposentada do Rio de Janeiro, Maria Lúcia Karam, oficiais das forças policiais nacionais e outros magistrados brasileiros têm se reunido à iniciativa internacional intitulada Agentes da Lei contra a Proibição e conhecida pela sigla LEAP (do inglês *Law Enforcement Against Prohibition*) para defender uma perspectiva que pode ser bem representada por um dos pontos da Carta de Princípios da LEAP no Brasil: “o uso de drogas por parte de adultos, ainda que perigoso, é algo que diz respeito à liberdade individual até onde não afetar a liberdade ou a segurança de terceiros”⁷⁰.

Neste sentido, como afirma Karam:

A proibição se baseia na distinção arbitrariamente feita entre substâncias psicoativas que foram tornadas ilícitas (como a maconha, a cocaína, a heroína, etc.) e outras substâncias da mesma natureza que permanecem lícitas (como o álcool, o tabaco, a cafeína, etc.). Tornando ilícitas algumas dessas drogas e mantendo outras na legalidade, as convenções internacionais e leis nacionais introduzem uma arbitrária diferenciação entre

68 “[...] propôs plebiscito sobre a questão, admitindo a possibilidade de ‘fumar maconha para formar opinião’”. Ver: Folha de S. Paulo, de 22/01/1996, *apud* Cavalcanti (1998, p. 26).

69 Revista Época, nº 183 (19/11/2001). Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/20011119/especial1b.htm>>. Acesso em: 13 de ago. 2016. Após entrevistar 14 pessoas que declararam usar maconha, a revista instalou outdoors expondo suas fotos e o texto “Eu fumo maconha”, o que prejudicou entrevistados como Soninha, o cartunista Angeli e o músico Otto. Ver: Folha de S. Paulo: “Para Angeli título está fora de contexto” (21/11/2001). Disponível em: <<http://observatoriiodaimprensa.com.br/news/showNews/asp281120017.htm>>. Acesso em: 13 de ago. 2016.

70 Disponível em: <<http://www.leapbrasil.com.br/missao/principios>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

as condutas de produtores, comerciantes e consumidores de umas e outras substâncias: umas constituem crime e outras são perfeitamente lícitas [...]. Esse tratamento desigual de atividades similares claramente viola o princípio da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, não se podendo tratar desigualmente pessoas em igual situação (KARAM, 2013, p. 2).

A ação da LEAP e de seus membros, dentre os quais destaca-se ainda Jorge da Silva (Coronel reformado da PM do Rio de Janeiro), Gerivaldo Alves Neiva (Juiz de Direito, Bahia) e Orlando Zaccone (Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro), tem difundido a ideia de que a proibição de certas drogas não é apenas um equívoco jurídico, mas também origina um conjunto de riscos e danos mais graves do que aqueles provocados pelas próprias drogas, pois “Com a proibição, o Estado acaba por entregar o próspero mercado das drogas tornadas ilícitas a agentes econômicos que, atuando na clandestinidade, não estão sujeitos a qualquer limitação reguladora de suas atividades” (KARAM, 2013, p. 5). A respeito da nova legislação de drogas (Lei 11.343/2006), os membros da LEAP sempre foram céticos, pois, como afirma Karam (2008), ela continua a violar princípios do Estado de Direito, negando garantias fundamentais aos indivíduos que realizam transações de produção, distribuição e consumo de determinadas substâncias tornadas ilícitas.

Mais recentemente, os estudos sobre o potencial econômico da planta têm se multiplicado e reativam a associação à lógica desenvolvimentista. Sem estender grandes considerações acerca do tema, ressalta-se apenas o trabalho organizado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados do Brasil (SILVA et alli, 2015, p. 6) que representa um “[...] esforço para contabilizar uma parcela do impacto econômico da legalização da maconha por meio da extração e de estimativas realizadas com os escassos dados disponíveis”. Tal estudo aponta diversos aspectos importantes do debate econômico contemporâneo acerca das transações com maconha, destacando-se alguns aspectos:

[...] mais de trinta países cultivam o cânhamo como uma *commodity* agrícola, comercializada no mercado global. A China é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de cânhamo e derivados (...). No Brasil, as plantações de maconha estão presentes em todos os Estados e no Distrito Federal (SILVA et alli, 2015, p. 7).

Considerando a população estimada de 152.483.995 de pessoas entre 12 a 65 anos em 2015, de acordo com a Estimativa da População do IBGE e que a prevalência de uso da maconha no mês foi de 1,8%, em 2005, calculou-se, de forma conservadora, que 2.744.712 pessoas usam maconha mensalmente no Brasil, supondo-se a manutenção da proporção de usuários desde 2005 (SILVA et alli, 2015, p. 8).

Em conclusão, os autores do estudo realizado pelo Legislativo Federal apontam que os benefícios econômicos da regulamentação da maconha no Brasil se elevariam anualmente a, aproximadamente, “[...] R\$ 5,7 bilhões, não contabilizado o mercado de maconha medicinal e a possibilidade de expansão do mercado com a comercialização de novos produtos derivados da erva” (SILVA et alli, 2015, p. 6). Ademais, os autores estimam uma redução de custos da ordem de R\$ 1 bilhão / ano decorrente de economia no sistema prisional em que, no ano de 2014, havia 45.553 indivíduos sentenciados e cumprindo penas decorrentes de porte e tráfico de maconha, segundo os autores.

Abrindo parêntese para mais uma referência estadunidense, lembra-se que Szasz (1992) afirma que o processo de legalização da maconha teria se iniciado nos Estados Unidos na segunda década do séc. XX. Para o autor, a legalização ocorre quando há tentativa de restringir, impedir ou regular determinadas atividades por meio da criação de leis. No caso brasileiro, este processo antecede a proibição da venda e do consumo do “pito de pango” no Rio de Janeiro, em

1830. Contudo, as reivindicações recentes que postulam a abolição de penas para transações com maconha representam uma iniciativa de legalização bastante distinta das precedentes e conectada a demandas que se multiplicam também em outros países (ROCCO, 1996). Além dos mencionados casos bastante mediatizados, as demonstrações ou declarações de uso, bem como as demandas de legalização se ampliaram e diversificaram a partir dos anos 1970, contribuindo para configurar desde então o ciclo aqui chamado de “antiproibicionista”. Outros, como Júlio Delmanto (2013, p. 15), situam este surgimento um pouco mais tarde, no início dos anos 1980, mas as manifestações relatadas por Valença (2010) em universidades no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como as movimentações de rua descritas e analisadas por Cavalcanti (1998) em Pernambuco, permitem deslocar para meados dos anos 1970 os primórdios da ação pública antiproibicionista em relação à maconha.

Segundo Valença (2010, p. 290), a primeira manifestação pública pela descriminalização da maconha no Brasil ocorreu em 1976, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Ademais:

Ainda no final dessa década [1970], estudantes de Ciências Sociais da UFRJ editaram o jornal de teor antiproibicionista, *O Patuá*. Também foi emblemático o Primeiro Manifesto Brasileiro pela Legalização da Cannabis que ocorreu na Faculdade de Filosofia da PUC de São Paulo no começo da década de 80, assim como o Primeiro Simpósio Carioca de Estudos sobre a Maconha, o “Maconha em Debate”, que teve curso no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ [em 1983⁷¹] (VALENÇA, 2010, p. 291).

71 O debate reuniu pesquisadores, lideranças políticas (como o então deputado estadual petista Lizst Vieira) e juristas, resultando na publicação de uma coletânea sobre o assunto (SABINA, 1985).

A origem dessa reivindicação também deve considerar a atuação da troça carnavalesca denominada “Segura a Coisa” que, desde o mesmo ano de 1976 (CAVALCANTI, 1998), vem apresentando sua demanda de modo festivo durante a folia momina na cidade de Olinda.

Porém, a ação desenvolvida em alguns *campi* universitários parece ser, de fato, a primeira demonstração de ação pública coordenada que acontece quase simultaneamente em diferentes lugares do país para marcar posição favorável à abolição de penas para transações com maconha. Os eventos referidos por Valença (2010) demonstram a efetiva presença de antiproibicionistas atuando de modo articulado no interior de universidades brasileiras, boa parte deles engajados no movimento estudantil.

Tentou-se demonstrar que a diversificação de interesses pela maconha foi marcada por diversos tipos de contestação e, permanecendo como contravenção às leis, o ato de consumir esta substância perdeu muito da imagem revolucionária a que o professor Salinas Fortes fazia referência (FORTES, 2012 [1988]). É provável que, assim como indica Becker (1963) para o caso estadunidense, os policiais brasileiros tenham passado a considerar o uso dessa droga como um problema menor e menos importante do que muitos outros sobre os quais precisam atuar. Assim, reduziu-se gradualmente a pressão policial para fazer cumprir as leis que impedem o uso da droga, a “luta contra os fumadores de maconha” foi perdendo vigor ao final do período de Ditadura Militar e a repressão ao uso foi concreta e progressivamente limitada a situações em que se identifica a “perturbação da ordem pública” ou o “tráfico”, como relatou o coronel reformado da PM-PE que, em 2008, declarou a já mencionada frase: “Não vou mandar um policial abordar ninguém só porque tá fumando um baseado”.

Mesmo que a configuração das situações de “perturbação da ordem pública” ou “tráfico” dependa da interpretação feita primeiramente por agentes da ordem (policiais) e, em última instância, pelos interpretadores oficiais da lei (juízes), atualmente é razoável postular que a prática de fumar essa droga em muitas grandes cidades brasileiras se aproximou do que Goffman (1971) denomina de “aparência normal”:

Quando o mundo que cerca o indivíduo não insinua nada que fuja do ordinário, quando parece que este mundo lhe permite dar continuidade a seus hábitos [...], pode-se dizer que o indivíduo sente as aparências como ‘naturais’ ou ‘normais’. Então, para o indivíduo, as aparências normais significam que não há perigo em dar continuidade às atividades que vem realizando [...] (GOFFMAN, 1971, p. 239).

Entretanto, como demonstrado anteriormente, consolidava-se ao mesmo tempo uma inversão de prioridades e outra transação com maconha passava a ser alvejada pela repressão: o tráfico. Os mais distantes da normalidade, ou os mais “acusados” (para usar a categoria aplicada por VELHO, 1981), deixaram de ser os “maconheiros” e passaram a ser os ditos “traficantes”.

Nesse contexto em que o consumo desta droga deixava de simbolizar uma grave transgressão no Brasil, surgia um movimento internacional em defesa das transações com maconha. Tal movimento reivindica não somente mudanças legislativas, mas também alteração de normas sociais. Dando base às Marchas da Maconha aqui analisadas, este movimento se apoia na afirmação do direito à livre expressão e está claramente inserido no quadro de ação emoldurado pelo ciclo antiproibicionista. No esforço para destacar a legalidade de sua causa, os marchadores da maconha destacam sua própria diversidade, empregam novos argumentos do ciclo médico-científico, bem como seguem atores da esfera jurídico-policial que estão convertendo o ciclo securitário em termos legalistas que reconhecem e asseguram direitos individuais. Finalmente, consideram a dimensão econômica das transações com maconha como algo útil para destacar o efeito benéfico desta planta que pode atingir altos níveis de produtividade em condições de ambiente natural em várias partes do Brasil, notadamente no Nordeste. Portanto, pode-se afirmar que as atenções do ciclo antiproibicionista relativo à maconha têm se diversificado bastante desde os anos 1970 e a renovação das hipóteses de benefícios terapêuticos, econômicos e sociais contribuiu para a emergência das Marchas da Maconha no país.

2.6 QUEBRANDO A PROPRIEDADE E EMOLDURANDO UM QUADRO MAIS COMPLEXO

Neste estudo das controvérsias históricas sobre a maconha no Brasil, a noção de “propriedade do problema” (GUSFIELD, 1981, 2012 [1989]) foi associada à ideia de “jurisdição profissional” – difundida por Abbott (1988, 2003) para identificar aquilo que é reconhecido como sendo propriedade exclusiva de um determinado subgrupo profissional.

O conceito de “propriedade de problemas públicos”

[...] é derivado do reconhecimento de que nas arenas de opinião e debate público, os grupos não têm os mesmos níveis de poder, influência e autoridade para definir a realidade do problema. A habilidade de criar e influenciar a definição pública de um problema é o que eu me refiro como ‘propriedade’. A metáfora de propriedade é escolhida para enfatizar atributos de controle, exclusividade [...] (GUSFIELD, 1981, p. 10).

Quanto ao que leva Gusfield a se referir a um fenômeno como “problema público”, pode-se perceber que é a frequência com que ele é disputado em conflitos que envolvem diferentes segmentos interessados em “[...] definir ou evitar a definição de uma questão como algo de que a ação pública deva se ocupar (*‘do something about’*)” (GUSFIELD, 1981, p. 10). Segundo as ideias do autor: quem tem credibilidade para despertar a atenção pública, tem autoridade no campo em que gera atenção. Opondo-se a outros indivíduos e grupos, as pessoas que detêm autoridade podem dar visibilidade e audiência para suas formas de considerar um determinado problema e, por este caminho, elas influenciam a percepção moral e cognitiva de determinadas questões. Sob este aparato conceitual, Gusfield analisou especificamente a influência da União de Mulheres Cristãs pela Temperança no processo de definição das estratégias de controle dos problemas envolvendo álcool nos Estados Unidos na virada do século XIX-XX.

Este caminho para abordar a formação da autoridade sobre um tema segue o mapa traçado por Gusfield (1981) que ressalta operações dramáticas, narrativas e retóricas que asseguram reconhecimento. Neste mapa, há uma vereda de atividade científica, na qual estudos avalizados por pares ganham repercussão e passam a influenciar opiniões que ultrapassam as fronteiras da jurisdição profissional em que são produzidos. Contudo, a ciência não é como a Terra, que precinde da ação humana para avançar; ela é feita por homens e mulheres que têm práticas e interesses diversos. O reconhecimento e a aplicação dos achados científicos depende também da capacidade de fazê-los parecer reais e necessários para quem não os produziu. A ciência não é o único caminho que permite alcançar a autoridade. A atividade propriamente política, incluindo o poder persuasivo da propaganda e a força da organização coletiva – bem como o recurso da força física – são outros modos de alcançar algum nível de autoridade.

Em resumo, pode-se afirmar que autoridade e propriedade de problemas públicos pressupõem, como em qualquer sistema econômico, o reconhecimento de outros proprietários, o interesse e alguma subserviência da parte de não-proprietários. À medida que as resistências e questionamentos se multiplicam e crescem em publicidade, pode-se configurar o processo de ruptura descrito por Gusfield (2012 [1989], p. 118-129) em que as disputas de significado se ampliam e dão lugar à produção de novas alternativas de enquadramento e solução do problema.

O sistema de Abbott (1988) também dá relevo a disputas, neste caso se trata de disputas permanentes pelo que o autor denomina “jurisdição” de uma profissão. Estas disputas jurisdicionais estão diretamente associadas com o que a tradição sociológica tem enfocado como sendo a “profissionalização”. Como bem sintetizou Silke Weber, isto representa a dinâmica de divisão do trabalho especializado, algo que foi analisado:

[...] como resposta a necessidades sociais (PARSONS, 1954; GOODE, 1957), como construção social resultante de interações

(HUGHES, 1971), como ação coletiva voltada para assegurar o controle ocupacional (JOHNSON, 1972) ou para garantir o monopólio do poder profissional – neste caso englobando exercício, formação, acesso e avaliação do trabalho realizado (FREIDSON, 1970; 1998) –, como monopólio e fechamento social sobre um mercado de serviços profissionais mediado por projetos de mobilidade social (LARSON, 1977). Mais recentemente, Bourdieu (1989) apresenta o sistema de profissões como campo de poder simbólico, como elemento estruturado e estruturante que legitima a dominação (WEBER, 2007, p. 181).

Segundo Abbott (1988), no processo de definição das fronteiras de uma profissão, a ideia de jurisdição profissional é importante para compreender os interesses e as disputas que emergem ao se atribuir critérios de competência para atuar sobre determinados temas. Neste quesito específico, vale ressaltar que a arena de disputas não é apenas interprofissional: as disputas jurisdicionais são eivadas de embates no interior de uma mesma profissão. Portanto, o processo de profissionalização passa também por combates intraprofissionais, como o próprio Andrew Abbott (2003) postulou sobre a medicina em Nova York ao longo do século XIX. O autor analisou conflitos de jurisdição que – em determinados períodos – resultaram na negação do reconhecimento médico aos adeptos de determinados métodos. Considerando o caso específico de Nova York, o autor informa que em certas épocas os alopatas conseguiram este reconhecimento exclusivo para seu próprio grupo, mas na maior parte da história, alopatas, homeopatas e ecléticos compartilharam com o Estado o poder de definir o que qualificava um determinado agente como sendo médico.

Muito diferente do caso analisado por Abbott (2003), os homeopatas brasileiros passaram mais de um século afastados do reconhecimento oficial de competência para se ocupar de problemas

médicos, sendo oficialmente reconhecidos como profissionais da medicina apenas na década de 1970 (LUZ, 1996). Nesta parte da Tese, tentou-se demonstrar que a noção de competência fundada na ideia de “conhecer cientificamente” foi utilizada pelos médicos alopatas para desqualificar o conhecimento homeopático e se auto-affirmar como autoridade no que tange à maconha e à profissão médica em geral. Controvérsias políticas contribuíram para o detimento da homeopatia no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Deste modo, os conhecimentos da medicina alopática foram os mais expressivos na regulamentação e nas práticas relacionadas com a planta e com todos os produtos utilizados como medicamento e circunscritos à jurisdição da medicina que, por aproximadamente um século, foi exclusivamente alopática. Assim, os médicos alopatas se afirmaram e foram reconhecidos como “donos do problema público da maconha” neste país.

Finalmente, vale destacar que, ao questionar “Como o conhecimento pode estabelecer uma relação consequente com o mundo cotidiano?”, a pesquisa seguiu a resposta apontada pelo próprio autor do questionamento:

Para ter algum impacto sobre o mundo natural ou social, o conhecimento precisa dispor de agentes ou portadores humanos e o impacto que ele tem é influenciado, em parte, pelas características destes agentes. Assim, não se pode entender o papel do conhecimento formal no nosso mundo sem entender as características daqueles que o criam e aplicam (FREIDSON, 1986, p. 9).

Por isso, enfatizou-se a trajetória de alguns autores que se interessaram pela maconha no Brasil do século XVIII à primeira metade do século XX. Esta digressão sobre a história da maconha e de pessoas que se interessaram por ela neste território, teve a finalidade de apresentar os caminhos pelos quais o país adotou uma política restritiva que vem sendo progressivamente questionada. Buscando evitar o risco de tratar

conhecimentos e discursos como base exclusiva para a ação, abordou-se também ações e interações entre diversos atores que postularam autoridade sobre o tema e, eventualmente, conseguiram se fazer reconhecer como detentores de saberes e práticas inquestionáveis que lhes faziam donos de um determinado enquadramento do objeto discutido.

Espera-se ter deixado claro que a propriedade do problema da maconha no Brasil foi coisa de profissionais e também se espera ter conseguido demonstrar a existência de pelo menos três propriedades (ou quadros) deste problema ao longo da história do Brasil: a econômica, a homeopática e, finalmente, esta da medicina alopática que até o presente é uma das principais influências do ciclo securitário. Essa demonstração foi tentada a partir dos indícios oriundos da literatura que permitiu afirmar que determinados conhecimentos (assim como seus difusores) tiveram seu momento de grande autoridade sobre o tema, mas a pretensão aqui não é dissecar os processos de formação da propriedade do problema da maconha em diferentes momentos da história nacional. Pelo contrário, o interesse maior desta investigação se inicia no momento em que os quadros se quebram e a propriedade começa a ruir devido à repercussão de controvérsias sobre o tema ao final da ditadura militar.

O foco principal de atenção ao longo desta pesquisa foi, portanto, a ação coletiva que teve lugar em Recife em período muito recente no qual a ruptura da propriedade já estava configurada⁷². Ao falar em foco não se restringe a metáfora para o sentido da visão, mas se engloba um amplo conjunto de aspectos que atraíram atenção do pesquisador. Assim, um primeiro aspecto que se pode ressaltar sobre a manifestação de reivindicação coletiva de mudança de normas relativas à maconha em Recife é que ela só se tornou possível quando deixaram de existir saberes e práticas inquestionáveis. Ao se acabar a propriedade sobre o problema da maconha, tornou-se possível discutir alternativas para solucioná-lo.

72 Em nível nacional, a impossibilidade de reconhecer argumentos inquestionáveis sobre o tema embasa a conclusão do Relator da Sugestão 08/2014 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (que propõe “regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha”), a saber: “[...] o debate deve continuar e ser aprofundado” (BUARQUE, 2014, p. 14).

Assim como o filme “Quebrando o Tabu” (ANDRADE, 2011)⁷³, esta pesquisa também constata o fim dos elementos que garantiam a manutenção do “tabu” (nos termos do filme) e da “propriedade” (nos termos de Gusfield). Não há mais tabu nem dono do problema da maconha. O relato da pesquisa doravante (e, particularmente, na Parte III) buscará descrever uma das muitas experiências que contribuíram para destruir esta propriedade. Espera-se também deixar claro que elementos dos diversos ciclos de atenção à maconha estão operando na experiência enfocada, mas há destaque para novos atores e oportunidade para a proposição de alternativas. Tudo isso converge para impossibilitar a identificação de um “dono” do problema da maconha no Brasil de hoje. Como já está claro, a experiência abordada é a Marcha da Maconha de Recife.

Contudo, vale ainda ressaltar que a pesquisa permitiu identificar a proeminência de um conjunto de interesses nesta Marcha e no quadro nacional em que ela está inserida. Trata-se de interesses provenientes da jurisdição médica, onde a planta e seus derivados recentemente voltaram a se destacar como elementos positivos. Isto induz ao questionamento sobre a possibilidade do Movimento Marcha da Maconha estar contribuindo para reformar (e não romper nem transferir) o monopólio

73 Documentário que tem como “âncora” (por vezes entrevistador e, em outras, narrador) o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que foi Presidente da República do Brasil e, depois de finalizar seu mandato, tornou-se defensor de uma regulamentação menos restritiva da maconha. Não tendo desempenhado nenhum papel destacável na efetivação de mudanças relativas ao tema quando esteve à frente da Presidência, FHC simboliza a figura do recém-convertido à crença de que a proibição dá origem ao narcotráfico que impõe graves riscos de corrosão do tecido social, da saúde da população e das instituições estatais. O papel de destaque que ele assume no filme – e em muitas outras ações do Instituto que leva seu nome – demonstra a expectativa dos realizadores do documentário (e de alguns analistas, como SOUTHIER, 2016) de que ele seja um ator capaz de converter seus pares a um campo contra-hegemônico. A formação de uma Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, em 2008, e de uma Comissão Global sobre Políticas de Drogas, em 2011, que acumulam contribuições de líderes políticos, intelectuais e empresários de 23 nações diferentes e têm FHC como um de seus ideólogos e mobilizadores é um dos fatores que provavelmente levam a crer no suposto potencial de conversão deste líder político brasileiro. Contando ainda com apoio da poderosa Rede Globo, FHC e o filme em que se envolveu, de fato, parecem ter contribuído para a alteração do debate sobre o problema aqui enfocado, mas estão muito longe de representar a grande diversidade de performances que se referem a ele.

profissional sobre o tema. Caso o direito de prescrever quem, quando e como consumir cannabis no país se mantenha como uma exclusividade de profissionais de saúde⁷⁴, será ratificada uma nova autoridade reconfigurada sob o mesmo senhorio profissional – hipótese que será retomada na Parte IV.

⁷⁴ A nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) responsabiliza a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pela especificação do que são drogas e pela definição de regras de controle especial a algumas delas que podem gerar benefícios terapêuticos. Assim, em janeiro de 2015, a Anvisa alterou as mencionadas regras e definiu “[...] os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de canabidiol [...] por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde” (ANVISA, 2015). Em março de 2016, a Agência incluiu a substância na lista de controle especial (ANVISA, 2016), não mais em caráter de excepcionalidade.

PARTE III

COMO NOS MOBILIZAMOS?

[...] quando, das cenas e das frases mais banais, tentam desencavar uma moral – pequenina, fácil de entender, útil para fins domésticos; quando, em mil variantes, me apresentam sempre a mesma coisa, a mesma coisa e a mesma coisa [...] (TCHEKHOV, 2014 [1897], p. 16)

Esta epígrafe foi retirada da peça intitulada “A Gaivota”, originalmente publicada em Moscou, em 1897. Tentando resumir bastante, pode-se dizer que a trama discorre sobre a curta vida do romancista Trepliov, filho de uma atriz que se recusa a viver com ele para acompanhar o homem que amava e dar continuidade à sua carreira teatral. Pouco depois da recusa da mãe, Trepliov se suicida. O título é, tão somente, uma alegoria relacionada a outro personagem feminino que vivia “livre e feliz como uma gaivota”, mas acaba abatido por um homem. O trecho é fala do próprio Trepliov que – em meio a angústias e lamentos – discorre sobre o gênero teatral que lhe causa repulsa. Na sequência, o protagonista é contrariado por seu interlocutor, Sórin, para quem “É impossível viver sem teatro”.

Acerca deste belo drama juvenil, Raymond Williams (2010 [1954]) desenvolveu uma das mais profundas análises de uma peça teatral que constam em sua seminal obra intitulada *Drama in performance* (cuja tradução brasileira transformou em “drama em cena”). A análise de Williams revela a importância da direção artística em teatro. Tomando por referência a montagem de 1898, dirigida por Stanislavski, Williams apresenta uma característica marcante do teatro moderno, segundo a qual a fala dramática pode ser atribuída a um

autor, enquanto a maioria das ações que a acompanham no palco seja de responsabilidade de outros. A conjunção da fala dramática (texto) com o restante da ação empreendida durante uma apresentação teatral é o que Williams denomina de “drama em performance”.

Sob influência desta teoria da arte dramática bastante coerente com os estudos de performance que se desenvolvem nas ciências sociais contemporâneas, esta parte da Tese discorre sobre performances militantes. Os elementos constitutivos são múltiplos e diversificados, vão desde os próprios *performers*, passando por silêncios, falas, roupas, acessórios, movimentos e gestos, chegando até determinados locais que lhes servem de palcos e são ocupados também por decorações, luzes e sons naturais e/ou artificiais. Há ainda aqueles com quem contracenam. Assim como em palcos teatrais, a hipótese aqui sustentada é a de que as performances militantes podem ter origens narrativas remotas e se desenvolver junto a elementos mobilizados não somente pelos *performers*, mas também por seu público.

Voltando a Trepliov, vale destacar que a curta passagem da obra que conta sua história serve para introduzir a discussão acerca da moral que subjaz na aparente banalidade da ação teatral e de toda a vida. Arendt (1999 [1963]) demonstrou que na ação rotineira de um sujeito, que não desempenhava nada além do papel que lhe cabia em uma performance que ele não dirigia, havia, de fato, um “mal banal” que atravessou a cruel experiência da *Shoah*. Não há dilema quando se realiza uma atividade banal, mas, em geral, a performance e a representação não são banais, elas mobilizam expectativas e valores do bom e do belo que são o substrato da moralidade. A ação coletiva dos marchadores por mais repetitiva que possa parecer ao observador apressado ou desinteressado, expõe, em todo o seu curso, uma ordem moral que orienta o ordenamento legal e social das transações com maconha e das ações em espaços públicos, em geral. O que a pesquisa revela é que esta moral está em permanente reinvenção e, diferente da ausência de dilema analisada por Arendt, a moral que subjaz na Marcha da Maconha de Recife é mais ou menos conhecida por seus agentes; ela emoldura muitos de seus gestos e falas, enquadrando a performance de reivindicação coletiva em uma operação

moralizadora que aqui é também referida em termos de cruzada. O que se poderia dizer a Trepliov, caso houvesse oportunidade, é que há pouca banalidade em um palco. Não somente no texto, mas também no fazer e na conjunção do fazer com o dizer, pode-se encontrar substrato moral, cognitivo e emocional para mover pessoas a agir como parte de uma performance. Caso Trepliov tivesse emprestado uma atenção um pouco mais interessada aos palcos, certamente poderia ter percebido que ali nunca se faz a “mesma coisa” e a moral que reside em cenas e frases de um drama é a mesma que enquadra a ação de uma sociedade em um dado momento histórico, com nuances e modulações que carecem de razão e emoção para se tornarem perceptíveis.

Nesta parte da tese, enfoca-se a “mesma coisa” tentando entender como ela expõe diferenças em cada vez que se realiza. Tenta-se ainda demonstrar como cada fase desta “coisa” se relaciona com as circunstâncias em que se dá. A referida coisa são as edições da Marcha da Maconha realizadas em Recife. Trata-se delas buscando apontar o que foi feito, quem, quando, onde, por que, com quem, contra quem e como fez.

Em um determinado momento, anterior à própria Marcha, o pesquisador é envolvido na história que narra e, em seguida, a partir do início da observação participante, torna-se parte constante dessa história. De modo que, intencionalmente, a narrativa passa a ser conjugada em uma outra pessoa que demonstra o envolvimento direto do autor. Passo, portanto, da linguagem impersonal para uma narrativa em primeira pessoa do singular e do plural.

Faço esta mudança não porque ignoro normas de redação em língua portuguesa, mas sim porque considero necessário demonstrar, neste relato de pesquisa, o jogo de papéis (GOLD, 1958) em que o pesquisador participante se envolve. Em alguns trechos, emprego a primeira pessoa do singular para indicar a particularidade da minha própria percepção frente a este processo. As impressões assim relatadas decorrem de algo que percebi a partir de uma posição relativamente distanciada dos demais agentes dessa pesquisa, isto me aproxima do polo que Gold (1958) denomina de “puro observador”. Em outras passagens,

re corro à primeira pessoa do plural para indicar a narrativa de uma ação ou impressão partilhada com outras pessoas – o que, por sua vez, leva-me para junto do outro polo do jogo descrito por Gold (1958): o do “puro participante”. Entre os extremos, Gold ainda menciona duas posturas mais correntes nesta minha própria experiência de pesquisa, trata-se do “observador-participante” e do “participante-observador”. Assim, desenvolvi minha própria marcha de pesquisa como se estivesse sobre uma corda-bamba e caí muitas vezes para os extremos da participação e da observação.

Esta aventura de pesquisa em corda-bamba não poderia resultar em um texto canônico e impessoal, portanto vamos em frente acompanhando esta narrativa de uma história ao longo da qual pude identificar regularidades e algumas particularidades que, juntas, constituem o cerne desta tese. Espero poder demonstrar que, apesar de utilizar o termo “como” no título desta Parte III, a resposta à questão que orienta esta seção só é possível a partir de um conjunto bem mais amplo de esclarecimentos acerca das condições em que se processam as performances.

De início, destaco que os mais recentes interesses, mencionados anteriormente sob a denominação “antiproibicionista”, são sensíveis à estigmatização dos atores que se envolvem em transações com maconha e, sobretudo, apontam limites das estratégias proibitivas que vêm sendo empregadas sob o argumento da busca de soluções para problemas decorrentes ou associados a estas atividades. A expressão dos portadores destes interesses tem ampliado a frequência de notícias que enfocam a necessidade de estudar mais o tema, revisar as leis e alterar a política de drogas. As demandas de mudança puderam emergir no espaço público alterado pelo fim da ditadura militar. Valença (2010) demonstrou que nos anos seguintes à derrocada da recente ditadura, situações envolvendo maconha passaram a repercutir no espaço nacional, contribuindo para ampliar a dimensão contestatória, anteriormente restrita à esfera local de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife (e, vale acrescentar, Olinda, onde há mais de quarenta anos o Bloco Segura a Coisa demarca sua posição favorável à maconha).

A Marcha da Maconha é uma das experiências contestatórias que alcança mais ampla notoriedade no que tange às atuais leis de drogas. Ela faz parte de um movimento internacional – o Movimento Marcha da Maconha (MMM) – que reivindica não somente mudanças legislativas, mas também mudanças nos modos com que a sociedade se relaciona com a planta, com os produtos que derivam dela, com seus produtores, beneficiadores, distribuidores e consumidores. Esta Marcha se iniciou como “*Global Marijuana March*” em Nova York, no ano de 1998, atingindo diversas partes do mundo e passando a agregar militantes que se esforçam para denunciar efeitos perversos e repercutir notícias relacionadas a potenciais benefícios da maconha. No Brasil, o Movimento se iniciou nos anos 2000.

Enfatizando a diversidade dos atores que se reúnem em torno da ideia de mudar normas relativas à maconha, a continuidade deste Movimento está apoiada em muitos argumentos, práticas e biografias, mas vale destacar um lastro frequentemente ressaltado que é o direito à livre expressão de opinião. Mesmo que algumas manifestações relacionadas ao MMM tenham sido judicialmente impedidas em diversas cidades brasileiras, os militantes se esforçam para destacar a legalidade de sua causa e obtêm adesão significativa de diversos apoiadores do direito a reivindicar novos direitos. A dimensão legal de sua causa é bastante ressaltada e, como disse um dos entrevistados em Recife: “a gente respeitava tanto a lei que a gente queria transformar ela. Se a gente achasse que não era preciso respeitá-la, por que a gente ia querer transformar?” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Considerando o exposto por Valença (2010), constata-se que o protagonismo estudantil na contestação da proibição à maconha foi experimentado em todo o país, mas passando especificamente aos informantes desta pesquisa, este é um dos poucos pontos que une todos os principais organizadores da Marcha da Maconha de Recife. O outro ponto de interseção destacável nas trajetórias destes personagens é o fato de terem fumado mais ou menos maconha ao longo de suas vidas. À exceção destas duas características, o que a pesquisa revelou foram trajetórias muito distintas, marcadas por uma maioria de organizadores

jovens de classe média, mas não se esgotando neste segmento etário e socioeconômico. O gênero predominante entre os organizadores foi o masculino, mas ele não foi o único e há que se ressaltar uma importante dimensão questionadora das relações de gênero, notadamente na atual fase do Movimento.

E, por falar em fase, postulo que a história desta ação coletiva em Recife se divide em quatro: antecedentes (até 2007), ameaças (2008-2011), confirmação (2012-2015) e reinvenção (a partir de 2016). Em cada período, é possível identificar indivíduos que se sobressaem na organização das manifestações locais da Marcha da Maconha. As relações que nutrem com outras pessoas e arenas, seus próprios conhecimentos, interesses, prazeres, problemas e recursos influenciam a mudança da ação enfocada. Por este motivo, tentarei doravante apresentar não apenas o que dissemos e fizemos, mas também ensejo mostrar um pouco dos protagonistas dessa história para apontar a importância de suas próprias trajetórias na formação, manutenção e reforma da reivindicação coletiva. Não obstante, ressalto que a ação de protagonistas não substitui a ação coletiva, mas lhe impulsiona e influencia.

Para o período denominado antecedentes, é difícil precisar um marco inicial, mas é possível afirmar que ele remonta ao início do séc. XX e se estende até o ano de 2007. Os atores que se destacam às vésperas da primeira edição da Marcha da Maconha de Recife são militantes partidários do sexo masculino, vinculados a um dos partidos políticos mais importantes no espectro das esquerdas do país. O período de ameaças vai desde a primeira edição, em 2008, até a decisão favorável no STF, em 2011; nesta época se agregaram novos organizadores das manifestações locais e um deles, que não se identifica com a militância partidária, destacou-se na fase posterior após o afastamento dos primeiros protagonistas. A terceira fase, apresentada sob o título de confirmação (2012-2015), corresponde à maior parte do período de observação participante e é marcada pela diversificação de atividades e continuidade de muitas diretrizes organizativas em um contexto que dispunha do novo elemento representado pela máxima confirmação judicial do direito de realização da Marcha; nesta época, vale destacar

que outros sujeitos ligados a partidos políticos voltaram a disputar a centralidade da orientação do movimento que ampliou seu espectro territorial e temático. Finalmente, uma nova fase se configura a partir do ano 2016 em que os protagonistas são outros, mas alguns pioneiros voltam ao palco e as diretrizes organizativas mudam de modo muito significativo.

A sucessão de protagonistas dessa história revela primeiramente que o Movimento tem fluidez e consegue se renovar por meio de uma certa rotatividade de lideranças. Porém, a análise das trajetórias dessas lideranças permitiu perceber que todos [eles e ela (uma única mulher)] que protagonizaram o processo organizativo tinham passado pela militância estudantil universitária. E, como disse uma destas lideranças, o movimento que une suas trajetórias é marcado por

[...] uns cara que parece que tinham vindo de Woodstock e foram parar [...] no DCE, fumando um baseado, pá [mostra as mãos em paralelo, demonstrando uma grande dimensão para o mencionado baseado] (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Este Woodstock deslocado e anacrônico é o movimento estudantil de nível superior, sendo DCE (Diretório Central de Estudantes) o órgão máximo de representação estudantil de uma instituição de ensino superior no Brasil. O movimento estudantil universitário aparece como um ambiente em que o fumo de maconha é uma atividade revestida de todos os caracteres que Goffman (1971) apresenta como sendo dignos de uma “aparência normal”. Todas as figuras que ocuparam a liderança da Marcha da Maconha em Recife encontraram na organização de estudantes universitários uma ambiência favorável à reprodução de suas transações com maconha e à multiplicação de seus argumentos, táticas e estratégias para defender alterações do ordenamento jurídico e das normas sociais relativas ao tema. Não é à toa que a maioria das reuniões de organização das primeiras edições da Marcha nesta cidade

ocorreram na sede do DCE da Universidade Católica, mas – ainda antes de falar propriamente da Marcha – dedico um pouco de atenção a seus antecedentes e aos primeiros protagonistas.

3.1 ANTECEDENTES, ATÉ 2007

No sertão de Pernambuco muita gente usa chá de maconha pra curar dor de barriga, cólica menstrual, etc. Além disso, eles fumam. Fumam mesmo, normalmente. Depois de malhar na lavoura, no final da tarde, pra dar barato e até pra fazer cocô. [...] A maconha faz parte da vida dessas pessoas [...]

(D'ARAÚJO, 1985, p. 34-35)

Tratando-se de uma pesquisa realizada nesta terra em que a maconha está tão presente no cotidiano de seus habitantes, a fase aqui denominada de antecedentes da Marcha da Maconha de Recife poderia ter seu início marcado em tempos imemoriais, mas a inexequibilidade de uma pesquisa sobre tempos tão distantes levou a definir um período que se estende por quase um século, desde o que se pode chamar de “reforma psiquiátrica”⁷⁵ *avant la lettre*, marcada pela ação de Ulysses Pernambucano à frente da “Assistência aos Psicopatas” no Pernambuco dos anos 1930, até o início do século XXI quando se estruturou na capital do Estado um serviço sistemático de redução de danos associados a transações com drogas. Ao longo de toda esta fase, há um grande número de ações destacáveis desenvolvidas no seio do Estado, mas ela também é marcada pela negação do debate entre lideranças políticas e gestores governamentais, especialmente em 2007, quando se iniciou um novo mandato no Governo do Estado.

75 Inspirado em experiências italianas de meados do século XX e como parte de um amplo quadro de redemocratização, o movimento de reforma psiquiátrica no Brasil se consolida ao final dos anos 1970 e continua até o presente perseguindo seu objetivo de substituir as internações de longa permanência que isolam os pacientes do convívio familiar e da sociedade como um todo.

Começando a apresentação de trajetórias pessoais de ativistas do ciclo antiproibicionista em Recife, apresento um personagem de nome simples e origem privilegiada, que identifica um sujeito aqui enfocado como protagonista da reta final da fase de antecedentes da Marcha da Maconha de Recife. Trata-se de Marcílio Cavalcanti, referido desde as entrevistas exploratórias como importante apoiador das primeiras edições desta Marcha na cidade.

Nascido em Recife, em 1960, o sobrenome deste Marcílio revela uma ascendência privilegiada, pois, em Pernambuco, como afirma um velho ditado, “Quem não é Cavalcanti, há de ser cavalgado” (CADENA, 2011)⁷⁶. O famoso sobrenome foi herdado da família materna, mas a origem também era privilegiada do lado paterno, cujo avô foi delegado de polícia, em Olinda, por muitos anos. A ascendência não assegurou vida fácil ao núcleo familiar composto por ele mesmo, um irmão mais velho, pai e mãe. O pai sofreu um derrame cerebral quando Marcílio tinha seis anos de idade, o que fez com que sua mãe voltasse ao trabalho de professora para complementar as despesas de sustento de uma família que sempre vivera de modo confortável e, repentinamente, viu-se desprovida de boa parte do rendimento do funcionário público federal que devido ao problema de saúde fora precocemente aposentado com bastante perda salarial. Além deste impacto mais direto, a família paterna já sofrera outra perda, pois uma das tias falecera pouco depois da morte de seu marido, deixando três órfãos, dentre os quais está outra personagem importante para a política de drogas em Pernambuco: Ana Glória Melcop.

Começando sua vida de trabalho aos dezessete anos de idade, como funcionário de um banco privado, Marcílio Cavalcanti declara: “Eu, na verdade, venho de uma família de trabalhadores, mas ficou a imagem da moto, da empresa e essa ideia de que eu tinha dinheiro” (entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016). Fazendo referência a Humberto Costa, que também foi bancário e se tornou Ministro e

⁷⁶ A metáfora do sub jugo a que qualquer montaria é submetida, aplicava-se no Pernambuco do século XIX, aos oponentes políticos da família Cavalcanti de Albuquerque, bem como aos escravos e à “populaçā”, segundo Cadena (2011, p. 15).

senador da República, ele disse que não teve um carro presenteado pelo pai, mas “depois de servir muito cafezinho no banco” pôde comprar sua primeira motocicleta.

O início da vida economicamente ativa coincidiu com o início de sua atuação política e, no ano de 1978, vinculou-se à Organização Socialista Internacional (OSI) que mantinha atuação clandestina no país naquele período de ditadura. Pela OSI, ele diz que fez “o contrário do que todo mundo faz”. A Organização insistiu que começasse um curso de nível superior e, além do sindicalismo bancário, fizesse também organização política dos estudantes. Militante que diz ter sido dedicado, Marcílio afirma que seguiu a recomendação e ingressou na Faculdade de Formação de Professores (antiga FAFOP, atual FUNESO), onde por meio do grupo conhecido como Libelu (Liberdade e Luta, “o braço da OSI no movimento estudantil”, segundo entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016) se tornou membro do diretório de estudantes e influenciou a chegada da Libelu em vários outros Diretórios Estudantis, dos quais destacou os cursos de Enfermagem e “parte da” Medicina, ambos da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE).

Demitido do banco, em 1983, por ter participado de uma greve, Marcílio iniciou uma trajetória de trabalho sinuosa: atuou por três anos em um laboratório farmacêutico, do qual diz que

Era muito formal, eu trabalhava até dia de sábado de paletó e fui demitido porque um amigo – que amigo!, um fela da puta! – foi dizer que eu era do movimento estudantil. Eu ainda tentei dizer que ‘oh, eu era do departamento cultural e tal [ri], mas num teve jeito (entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016).

Em seguida, tornou-se vendedor da concessionária pernambucana de uma indústria de equipamentos de escritório, onde diz ter formado uma grande carteira de clientes e ganhado bastante dinheiro. Nesta época, foi expulso da OSI: “Porque eu não participava,

porque eu não tinha tempo, aí me botaram pra fora. Eu só ia a uma reunião. Aí vai militar onde?”.

No ano de 1987, sindicalizou-se novamente e participou da organização do que ele disse ter sido a primeira greve de comerciários depois do Golpe Militar de 1964. No ano seguinte, seu grupo perdeu a eleição para a diretoria do Sindicato dos Comerciários de Pernambuco e ele diz ter desenvolvido sua primeira crise de depressão devido a esta derrota. Em seguida, perdeu mais um emprego, mas não a fidelidade de seus clientes; montou sua própria empresa de representação comercial e passou a comercializar diretamente os produtos que já estava acostumado a vender, além de papel, equipamentos e serviços de impressão, materiais de limpeza e de escritório. A empresa ia bem, negociava com muitos sindicatos e, quando Collor assumiu a Presidência da República e confiscou investimentos bancários, no ano de 1989, ele forneceu produtos e serviços a crédito (“fiado”) para vários sindicatos que atrasaram muitos pagamentos, mas nunca lhe fizeram perder dinheiro.

O que dificultou a vida empresarial foi o alcoolismo:

Eu abria uma garrafa de whisky de manhã e bebia até apagar. Não atendia os clientes. Não entregava mais as coisas no prazo. As cotações, os orçamentos: “Peraí, depois eu faço...”. E, assim, fui perdendo clientes. E somando dívidas, mas eu fiz um cálculo pra cima e pra baixo e disse: “Não. Dá pra parar aqui sem dever nada” (entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016).

Encerrado o empreendimento comercial, inicia-se um empreendimento terapêutico na vida de Marcílio Cavalcanti. A depressão se tornava mais constante e, junto a ela, o alcoolismo e a dependência de outras drogas. Passou por pelo menos quatro clínicas de reabilitação de dependentes químicos e, na última delas, após atingir sua reabilitação, começou a trabalhar – inicialmente, como acompanhante

terapêutico e, mais tarde, como administrador do prédio. Assim, passou oito anos seguidos naquela instituição e, como disseram outros interlocutores da pesquisa, ali ele desenvolveu relações que vão muito além das que caracterizam os binômios médico-paciente e trabalhador-patrão. Tornou-se amigo, especialmente de um dos sócios que fora casado com sua mencionada prima. Nesta época, teceu laços entre atores de distintas “províncias”⁷⁷, notadamente movimento político-sindical e profissionais de saúde dedicados ao cuidado de pessoas que usam drogas. Na última ocasião de entrevista para esta pesquisa, no mês de abril de 2016, ele havia voltado para a clínica graciosamente, apenas por “cautela”, segundo ele, pois a esposa e as filhas estavam viajando e, sozinho em casa, poderia retornar a um padrão intenso de consumo de drogas que o impedisse de realizar outras atividades.

Seu primeiro afastamento da clínica em que trabalhou foi devido à sua assunção ao posto de vice-presidente da Rede Latino Americana de Redução de Danos (RELARD), em 2002. A posição impunha uma agenda intensa de viagens pelo Brasil e América Latina, de modo que os dirigentes da clínica avaliaram que ele não teria condições de conciliar a direção da RELARD com o trabalho que realizava ali, mesmo que contasse com a solidariedade então anunciada por seus colegas que se dispuseram a trocar plantões. Nesta mesma época, pouco antes de assumir o posto na RELARD, participou da criação da primeira Associação de Usuários e ex-Usuários de Drogas do Brasil, a “Se Liga!”.

Tendo dado a conhecer um pouco deste personagem, vale agora destacar sua relação com maconha e o percurso que desenvolveu para chegar até a organização de atos visando a publicizar problemas relacionados com esta substância. A descoberta da droga se dera com a vizinhança do bairro em que morou durante a adolescência, estendeu-se na época dos estudos de nível superior e nunca se encerrou, mas

77 Emprego este termo no já mencionado sentido de “províncias finitas de significado”, conceito desenvolvido por Schutz (1979), como desdobramento da noção de James de diferentes “ordens de realidade”. Schutz (1979, p. 248-9) enfatiza a dimensão da experiência em detrimento da ontologia e difunde este conceito que denota “um conjunto de nossas experiências [que se] (...) constitui como províncias finitas de significado”.

chama atenção sua declaração que ecoa um fato sinalizado por Delmanto (2013, p. 196):

[...] na política [...] num tinha, a gente já levava tanta porrada que se você botasse maconha no meio, aí era que tinha motivo oficial pra reprimir a gente. Já existia essa conversa, mas a gente não enfrentava não. Porque a maconha, diferente do alcoolismo, também sofria repressão dentro do próprio movimento. [...] Não dava pra pedir a legalização da maconha no meio dos companheiros não. Sindicalista num queria não, a OSI, por exemplo, era proibido fumar maconha. A gente fumava, mas era proibido, era eu e uns poucos. Teve um cara da direção nacional que disse: “oh, eu fumo maconha” e foi expulso. Aí, eu num vou dizer não e vou continuar. Então você imagina... e, muitos desses, até hoje é radicalmente contra a maconha (entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016).

Note-se que esta fala se refere à “política”, mas anteriormente ele ressalvara que “no movimento estudantil era diferente”. Nas organizações de representação estudantil, segundo Marcílio Cavalcanti, o uso de maconha era tolerado em espaços menos institucionalizados (“era proibido fumar no D.A.”), mas a “política” a que se referiu na última citação era a da OSI e a do Partido dos Trabalhadores, que ajudou a fundar em Pernambuco e, pelo qual, foi candidato a vereador de Recife no início dos anos 1980, assim como seu ex-companheiro Humberto Costa, o também bancário Jorge Pérez (que foi presidente do PT-PE e delegado regional do Ministério do Trabalho) e Fernando Ferro (mais tarde, deputado federal). Dos velhos companheiros petistas, ressaltou a relação com Ferro, a quem diz ter prestado assessoria durante dezesseis anos, mas só ter sido remunerado em três. Sobre trabalho, vale ainda

ressaltar que, em 2012, tornou-se “Agente de Redução de Danos” da Prefeitura da Cidade do Recife, após a criação desta carreira durante o governo petista de João Paulo Lima e Silva (RECIFE, 2007). Sua admissão na nova carreira, já se deu em um momento que ela estava transfigurada em um grupo mais amplo de “Assistente Técnico em Saúde” (Lei Municipal Ordinária 17732/2011, RECIFE, 2011), cujas ocupações podem ser bastante distintas do que habitualmente se considera “redução de danos”. Este é seu principal vínculo de trabalho até o presente.

Finalmente, vale dizer duas coisas sobre a trajetória de Marcílio Cavalcanti. Primeiro, apesar de ter iniciado diferentes cursos de nível superior, ele nunca concluiu este nível de ensino. Segundo, casou-se com uma enfermeira formada pela UPE que fora sua contemporânea de movimento estudantil e desenvolveu uma carreira profissional destacável no âmbito da promoção da saúde da mulher. Eles têm duas filhas, com as quais vivem no bairro da Tamarineira, zona norte da cidade de Recife, onde também está situado o Hospital Ulysses Pernambucano, junto ao qual ele trabalha atualmente.

Este personagem de trajetória tão densa e sinuosa, organizou – por meio da mencionada “Se Liga!” – a reunião adiante descrita.

3.1.1 Reunião no Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores

Para entender as condições de surgimento da Marcha da Maconha em Recife, é preciso compreender uma longa história de controvérsias, mas também a ação de vários indivíduos que se relacionaram mais recentemente com o tema na região. Para configurar a situação de surgimento da Marcha da Maconha nesta cidade, a performance destes indivíduos em tempos recentes é algo que compete com uma narrativa histórica de mais longo prazo.

No contexto das performances, três situações são destacáveis como importantes precursoras: uma reunião na sede do PT de Pernambuco, o processo de discussão do Plano Estadual de Segurança

Pública e seminários realizados nas duas universidades federais situadas em Recife para discutir o problema da maconha. Apesar da imprecisão quanto à data da reunião na sede do PT, o mais provável é que todas estas situações tenham ocorrido no ano anterior à realização da primeira Marcha da Maconha na capital pernambucana.

Em 2007, o PT comandava o governo municipal de Recife e o governo federal do Brasil. O Partido vivia um momento de grande aprovação popular, havia eleito Lula em 2006 para seu segundo mandato à frente da Presidência da República, bem como governadores de várias Unidades da Federação e parlamentares em todos os Estados do Brasil. Ademais, o governo federal tinha bons índices de aprovação popular. Assim, algumas lideranças do Partido aceitavam, com mais frequência, debater questões que estavam longe de formar consensos. Foi neste contexto que militantes petistas na cidade de Recife decidiram organizar uma reunião para debater a posição da legenda partidária em relação à maconha. Dentre os organizadores da atividade, destacaram-se Binho e Gojoba – à época os dois atuavam no movimento estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco, eram filiados ao Partido dos Trabalhadores e desempenhavam o papel frequentemente denominado de “militantes da base petista”. Além deles, a organização dessa reunião contou com Marcílio Cavalcanti, então assessor do Deputado Federal pelo PT-PE, Fernando Ferro. Os três reconheciam usar drogas ilícitas e já defendiam o que consideravam serem seus direitos de uso.

Os relatos de Marcílio Cavalcanti e Gojoba coincidem em afirmar que, em Recife, a primeira manifestação que esteve mais identificada com o que veio a ser a Marcha da Maconha foi esta reunião na sede do PT no início de 2007. Porém, Gojoba, após reunião do CAPE na casa de Anamaria Carneiro no final de 2015, escreveu-me uma pequena mensagem telefônica afirmando que aquela reunião teria sido realizada antes de 2007. Inicialmente e também durante o encontro na casa de Anamaria, a data que Gojoba apresentava era a mesma que seu então colega de Partido havia apontado nas primeiras conversas comigo. Os dois haviam se comprometido a passar mais detalhes sobre a reunião

e fotos que tinham do momento, mas nunca fizeram. Os relatos eram muito genéricos, até que Marcílio Cavalcanti, em entrevista realizada em 2016, apontou mais detalhes, listou participantes e remontou a data de realização para o ano 2005. Porém, nessa entrevista, Marcílio remontou várias ações a períodos anteriores, dizendo – por exemplo – que a primeira Marcha da Maconha em Recife teria acontecido em 2007 e afirmando que isto seria um ou dois anos depois da reunião na sede do PT. Como abundam registros e declarações de que a primeira Marcha em Recife ocorreu somente em 2008, tomei como mais provável a data inicialmente citada pelos dois interlocutores para a reunião na sede do PT-PE, no bairro de Santo Amaro⁷⁸, em Recife.

Os dois apontaram as mesmas pessoas como tendo sido importantes para a atividade no Diretório Estadual do PT, bem como ressaltaram as presenças de Binho, Rossana Rameh, Maristela Moraes, Alda Roberta, além deles mesmos. Nos depoimentos de Marcílio, aparecem ainda Albanise Pinho, Ana Glória Melcop e Evaldo Melo (então Secretário de Saúde da cidade de Recife). Os dois afirmam que a iniciativa foi de Marcílio Cavalcanti, que – segundo Gojoba – convidou pessoalmente todos os parlamentares do Partido em Pernambuco. O deputado federal Fernando Ferro, segundo eles, respaldava a ideia de que havia necessidade de formar uma posição para o Partido em relação ao tema da maconha.

78 Situado à zona norte da cidade, este bairro se limita com a cidade de Olinda e com o importante bairro comercial da Boa Vista. O território de Santo Amaro é atravessado por importantes vias de circulação automotiva, dando acesso à cidade de Olinda pelas Avenidas Agamenon Magalhães e Cruz Cabugá, bem como se liga ao centro histórico da cidade pela Ponte do Limoeiro. Porém, o mais importante a destacar aqui é que o bairro é fortemente marcado pelo tráfico de drogas e pela violência entre grupos que rivalizam pelo controle deste comércio ilícito. Por este motivo, figura como área prioritária das principais iniciativas de segurança pública na cidade nos últimos anos. Morar no bairro de Santo Amaro significa para seus habitantes uma forte estigmatização social. Dentre os muitos trabalhos que tematizam a vida neste território, pode-se destacar o artigo de Fialho et alli (2015, p. 212) que investiga “[...] ações que vêm sendo efetivadas pelos moradores de Santo Amaro para suplantar o preconceito que recai sobre os mesmos e lidar com os problemas estruturais que enfrentam no cotidiano”.

Em outras regiões do país, alguns parlamentares e militantes petistas vinham declarando apoio à regulamentação das transações com essa droga. Como exemplo, vale citar o caso relatado por Karam (2008, p. 120) de detenção, em outubro de 1986, de alguns jovens, dentre os quais estava Henrique Carneiro, então candidato a deputado federal pelo PT em São Paulo. O grupo se preparava para realizar mais um dos atos que estavam realizando desde maio daquele ano para difundir a proposta de descriminalizar a maconha. No entanto, a plataforma desta campanha era criticada pelos próprios dirigentes do Partido, como apontou Henrique Carneiro em entrevista a Delmanto (2013, p. 211).

O ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva que, de várias formas, simboliza o PT e por muitos anos presidiu o Partido e a República, teve posturas contraditórias acerca da maconha. Em entrevista⁷⁹ ao jornalista Serginho Groisman, em 1996, Lula diz ter brigado a vida inteira “pela descriminalização da maconha”, mas, como destaca Delmanto (2013, p. 216-222), esta postura favorável à descriminalização não durou muito e deu mostras de mudança já nas eleições presidenciais de 2002; consolidando-se nos mandatos de Lula à frente da Presidência da República uma política sem inovações significativas em relação às drogas.

Um pouco mais tarde, o deputado federal Paulo Teixeira (também do PT de São Paulo) falava em Projeto de Lei que alterasse o ordenamento legal relativo à maconha, mas sua iniciativa passou a ganhar maior visibilidade a partir de seus pronunciamentos sobre o tema no plenário da Câmara dos Deputados em 2009⁸⁰ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009) e, principalmente, depois da campanha difamatória

79 Disponível em: <<https://youtu.be/OmeLjHozzw8>>. Acesso em: 31 de ago. 2016.

80 O deputado discorreu sobre “Vinculação entre o narcotráfico e escalada da violência no Brasil. Possibilidade de descriminalização do uso e posse de maconha no País. Sugestões para a ampliação dos serviços de recuperação de dependentes químicos”. Sendo então líder do Governo na Câmara, as declarações de Paulo Teixeira geraram muitas reações contrárias veiculadas pela Rádio e Jornal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/DEPUTADO-NA-VOZ-DO-BRASIL/375688.html>> e <<http://www.camara.leg.br/internet/jornalCamara/?date=2009-10-29>>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

empreendida por Rodrigo Constantino em sua coluna na Revista Veja⁸¹ em decorrência de um episódio que envolveu centenas de policiais militares na USP e resultou na detenção de três jovens estudantes que fumavam maconha no *campus* universitário no ano de 2011. No entanto, Paulo Teixeira nunca chegou a apresentar o Projeto que anunciara e se envolveu com o Projeto de Lei 7270/2014 apresentado somente em março de 2014 por outro deputado (Jean Wyllys, do PSOL-RJ).

Além destes, em diferentes momentos, outros petistas se posicionaram favoráveis a uma ou mais transações com maconha, mas há também uma Ala conservadora no Partido. De modo que a conclusão de Delmanto (2013, p. 276) parece bastante apropriada para descrever o problema da maconha neste agrupamento político:

[...] no caso do Partido dos Trabalhadores, é possível indicar a existência de diferentes posições convivendo em seu interior, como fica claro, por exemplo, na discrepância entre as posições pró legalização da maconha da Ala jovem do partido e os discursos e projetos de sua figura mais importante institucionalmente, a presidente Dilma Rousseff.

Voltando ao Pernambuco e à reunião na sede do PT-PE, vale dizer que ambos os informantes acrescentaram que esperavam a presença do ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa. Não somente o ex-ministro faltou à reunião, como todos os mais importantes líderes do PT local estiveram ausentes, nem parlamentares federais nem o Prefeito da capital pernambucana compareceram à reunião. Assim, os presentes discutiram brevemente a partir de intervenções de Marcílio Cavalcanti e concordaram que o Partido deveria empreender um movimento de

81 A exemplo das matérias assinadas por este jornalista nos dias 17/04/2011 e 01/09/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lider-do-partido-de-dilma-defende-plantio-de-maconha-em-cooperativa-e-diz-que-droga-mesmo-e-um-lanche-do-mcdonald%E2%80%99s/>>. Acesso em: 06 de abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-proposta-estupida-do-lider-do-pt-na-camara-ou-da-natureza-do-mal/>>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

sensibilização da população e reivindicação de mudanças relativas ao tema da maconha em todo o país. Para tanto, seria preciso iniciar manifestações nos mais diversos lugares e quase resolveram começar ali mesmo, manifestando opinião naquela mesma noite pelas ruas do bairro de Santo Amaro. Alguns defenderam a ideia de fazer uma “mini-Marcha” e arrodear uns poucos quarteirões pedindo a “legalização da maconha”, mas – segundo Marcílio Cavalcanti – esta seria uma estratégia precipitada, cuja repercussão poderia ser até negativa, dado o isolamento e improviso de um ato público nestes moldes. Apesar da existência de informações desencontradas sobre esta reunião, meus dois interlocutores afirmaram que esta atividade foi muito importante porque marcou a posição de um grupo político que defendia a maconha em Recife e ajudou a demarcar uma posição do Partido dos Trabalhadores, em Pernambuco.

Contudo, vale frisar que a posição favorável também não é a única presente em relação ao debate acerca da maconha pelas lideranças do PT neste Estado. Em nível municipal, até a migração do vereador Luiz Eustáquio para a Rede, no ano de 2015 (e depois para o PSB), o próprio Partido dos Trabalhadores tinha entre seus quadros um dos maiores defensores das medidas de repressão às transações com drogas ilícitas, inclusive a maconha.

Além dos aspectos destacados, vale mencionar que esta reunião no Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores não foi ressaltada por outros interlocutores desta pesquisa, nem mesmo aquelas pessoas citadas como tendo sido participantes da atividade. Em verdade, parece até que esta atividade foi relegada ao rol do esquecimento e excluída do quadro de antecedentes da Marcha da Maconha em Recife. Quando, na referida reunião na casa de Anamaria Carneiro, em 2015, Gojoba relatou este encontro realizado na sede do PT-PE muitos se surpreenderam, inclusive Ingrid Farias – militante petista, então casada com um dirigente do Diretório Municipal do mesmo Partido. Porém, nenhum dos presentes contestou a existência daquele ato que era apresentado como tendo sido realizado no ano de 2007. Assim, a Linha do Tempo do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco foi traçada a partir daquele ano em que teria ocorrido a reunião mencionada como precursora da Marcha da Maconha de Recife.

3.1.2 Plano Estadual de Segurança Pública, “Pacto pela Vida”

No começo de 2007, Eduardo Henrique Acciolly Campos, neto do ex-governador Miguel Arraes, assumiu o governo de Pernambuco em meio a grandes expectativas de que faria um governo mais comprometido com as classes populares e, ao mesmo tempo, conseguiria re inserir Pernambuco em uma trajetória de desenvolvimento econômico. O mencionado avô de Eduardo Campos esteve em três gestões à frente do Governo do Estado, tendo sido cassado e preso pelos militares durante o seu primeiro mandato, em 1964. O falecimento de Arraes, em agosto de 2005, o impediu de ver o neto ocupar seu antigo posto de governador e as posições mais importantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, o legado familiar serviu para difundir na população uma certa mística de que o jovem descendente pudesse continuar as missões iniciadas pelo falecido⁸².

Conforme indica o relatório do primeiro ano do Governo Eduardo Campos (PERNAMBUCO, 2007b), ele fora eleito com um Plano de Governo baseado na ideia de “modernizar o Estado com participação popular”. As prioridades sociais deste novo governador estavam voltadas para três temas: juventude, mulheres e segurança pública (PERNAMBUCO, 2007b). Assim, ao assumir o Governo, Eduardo Campos tratou de destacar responsáveis para consultas à população acerca destes temas.

A consulta acerca de juventude foi realizada com o objetivo explícito de subsidiar a definição de prioridades para o planejamento orçamentário do período 2008-2011, mas houve um anacronismo entre a elaboração do referido Plano Plurianual – encaminhado pelo Governo à Assembleia em meados de 2007 – e a conclusão da consulta popular, cujos eventos se encerraram em agosto e o relatório final foi entregue em novembro daquele ano (BRANDÃO, 2011 e 2016). As plenárias das

82 Segundo Cortez (2005), Arraes foi o único governador brasileiro a tentar resistir ao golpe militar, recusando-se a deixar o palácio de governo. Em decorrência disto, foi preso e extraditado para a Argélia, de onde desempenhou importante papel na rearticulação da esquerda brasileira.

mulheres se associaram com o “Plano Estadual de Combate à Violência contra as Mulheres”, lançado em outubro de 2007⁸³. O tema da segurança pública foi tocado com mais agilidade e, desde o primeiro mês de governo, montou-se uma equipe coordenada pelo recém-nomeado Assessor Especial do Governador, José de Amorim Ratton Júnior (sociólogo, professor do Departamento de Sociologia, da UFPE) que passou então a gozar de *status semelhante ao de Secretário de Estado.*

A equipe coordenada por Ratton mobilizou atores de diversos segmentos, incluindo policiais, intelectuais e membros de movimentos sociais. Foram realizadas plenárias, sendo uma geral envolvendo os diversos atores e uma plenária final de um dia de trabalho no Palácio de Governo, sob a direção do próprio Governador. Entre as duas plenárias, aconteceram muitas reuniões denominadas Câmaras Temáticas do Fórum Estadual de Segurança Pública – envolvendo membros do governo e da sociedade que atuavam sobre temas correlatos à segurança. Tendo participado da plenária geral, assim como de duas reuniões da Câmara Temática voltada para a discussão de problemas relativos à juventude, eu fui escolhido pelos colegas da Câmara para participar da plenária final em que as propostas elaboradas ao longo do processo seriam socializadas, eventualmente ajustadas ou suprimidas e, finalmente, aprovadas em audiência com o governador, quinze representantes governamentais e outros quinze representantes de organizações da sociedade civil. Todo este processo foi realizado em um curto período de trabalho intenso, ao final do qual, a equipe de Ratton havia coletado mais de 150 propostas que foram levadas à plenária final realizada em 21 de abril de 2007. O processo está descrito no documento intitulado “Pacto pela Vida – Plano Estadual de Segurança Pública”, publicado pela Imprensa Oficial em 7 de maio de 2007 (PERNAMBUCO, 2007).

Das propostas levadas à plenária final, apenas duas não obtiveram consenso e tratavam justamente de transações com maconha. Em aproximadamente oito horas de reunião, o governador leu as 158 propostas que compunham o Plano e cada divergência foi discutida

⁸³ Disponível em: <http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2007/10/not_perambuco_lancamento_plano>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

visando a produzir consensos que só não foram possíveis em dois casos: erradicar o plantio de droga e criar um departamento estadual de repressão ao narcotráfico. A primeira destas propostas era claramente restrita à maconha, referida na discussão como uma “mancha” na história de Pernambuco. A segunda, era mais ampla, dirigia-se a todas as drogas ilícitas e foi defendida por membros da plenária como sendo necessária para “desmantelar” as redes de comércio ilícito de drogas por meio da prisão de seus líderes.

A controvérsia se sustentou na hipótese de que tais medidas poderiam: 1) agravar o problema e impulsionar traficantes a se armar para defender seus negócios e, sobretudo, 2) as transações com maconha e seus derivados gerariam menos danos que drogas comercializadas legalmente, de modo que reprimir as transações com esta substância poderia ampliar o espaço de outras drogas no Estado. A possibilidade de efeitos terapêuticos da maconha também foi referida. Eu mesmo e a assistente social Ana Glória Melcop fomos os dois únicos participantes a defender a supressão daquelas propostas, ambos estávamos ali devido à nossa trajetória de atuação em organizações não governamentais. Destacamos a urgência da discussão sobre o tema, afirmamos que o Governo deveria estimular o debate e não a repressão. Os representantes dos poderes públicos (notadamente o então Secretário de Defesa Social e o próprio Governador) ressaltaram o papel das agências do Estado na manutenção da ordem, tal como estabelecida em lei. Outros participantes tentaram ajustar o texto sem alterar sua essência.

Não havendo consenso, as propostas foram à votação e o resultado foi: 2 votos favoráveis à supressão, 25 contrários e 3 abstenções. Os contestadores que demandavam a supressão daquelas propostas e o estímulo do Governo ao debate sobre a maconha em Pernambuco se associavam, respectivamente, às Câmaras Temáticas de Juventude e de Drogas, mas também à Roda Permanente de Diálogos sobre Políticas Públicas e Juventudes (da qual eu participava) e ao Centro de Prevenção às Dependências (dirigido por Ana Glória).

Em um momento de intervalo, algumas pessoas se aproximaram de mim e declararam voluntariamente as motivações de seus votos.

- O Secretário Especial de Juventude e Emprego disse que não poderia votar contra a proposta que o governador estava demonstrando achar mais adequada.
- Mércia Alves (da Câmara Temática Habitabilidade, integrante do Fórum Estadual de Reforma Urbana), que havia declarado abstenção, pediu desculpa por não ter se sentido segura pra votar. As outras duas abstenções também vieram da sociedade civil: Joana Santos (Câmara Mulheres, ONG Feminista SOS Corpo) e Socorro Santos (Câmara Criança e Adolescente, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) não apresentaram justificativas suplementares durante o intervalo, mas durante a própria votação tinham justificado a abstenção porque não se consideravam capazes de emitir uma opinião para um tema tão delicado, cuja discussão tinha sido tão pequena.

O professor Ratton também comentou a situação, afirmando que eu deveria ter insistido mais no debate porque ainda havia pessoas que não tinham formado opinião. Outras duas convidadas observadoras daquela plenária também me procuraram naquele mesmo intervalo: a petista então Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã de Recife (Karla Menezes) e a socialista que seria sua sucessora (Amparo Araújo, então Ouvidora-Geral da SDS-PE); ambas afirmaram que teriam votado pela supressão.

Ana Glória terminou o dia me convidando a refletir sobre eventuais retaliações que aquela exposição poderia causar. Não havia uma estratégia prévia e um estudo de possíveis consequências daqueles atos, mas ratificamos mutuamente nossas impressões de que não poderíamos sair dali sem questionar aquelas propostas e propor sua supressão. Ao contrário do receio de Ana, o que aconteceu a partir daquele momento foi uma crescente demanda de setores do governo estadual para que colaborássemos com a revisão de diretrizes de ação. Eu próprio participei da referida consulta governamental à juventude e assorei a Secretaria Especial de Juventude e Emprego de Pernambuco durante alguns meses. Ana, por sua vez, tornou-se figura

frequente na discussão sobre políticas de drogas no Governo do Estado e influenciou bastante o Programa Atitude⁸⁴, que é certamente a maior inovação regional em termos de atendimento a pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas.

3.1.3 Emergência do público na reivindicação de mudanças

Apesar da pouca repercussão da reunião na sede do Partido dos Trabalhadores e das diferenças entre uma mobilização social e a situação relatada no Palácio de Governo, as ocasiões abordadas são relevantes para demonstrar que a negação do aprofundamento do debate por parte de lideranças políticas e representantes do Governo Estadual gerou, paradoxalmente, a ampliação da reflexão relativa ao problema da maconha em Recife. Repetindo um termo empregado por Delmanto (2013), pode-se dizer que, os “camaradas” que haviam chegado ao Governo eram “caretas”, mas é importante reconhecer que eles não impediram a reflexão acerca de novos caminhos para ampliar condições de alterar as normas relativas ao tema.

⁸⁴ Formalmente instituído em 2013 (Decreto 39.201, de 18 de março de 2013) sob o título de “Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares”, o Programa foi criado de modo “vinculado ao Plano Estadual de Segurança Pública - Pacto Pela Vida como estratégia de prevenção e assistência prevista na Política Estadual sobre Drogas, instituída pela Lei nº 14.561, de 26 de dezembro de 2011” e tem como primeiro objetivo “desenvolver condições para a independência, o autocuidado e o resgate dos vínculos familiares e sociais por parte dos usuários” (PERNAMBUCO, 2013). Conhecido por seus três eixos de atendimento: i) “Abordagem de Rua”, faz atendimento em locais públicos, buscando gerar vínculos e prestar cuidados básicos à população-alvo; ii) “Centros de Acolhimento-Apoio” realiza acolhimento integral e intensivo para usuários de crack, incluindo serviços de pernoite e alimentação; iii) “Centros de Acolhimento-Intensivo”, funcionam 24h/24h, nos quais os usuários podem residir por período de 2 a 6 meses, conforme gravidade do caso; o Programa ainda oferece a modalidade de “Aluguel Social” que consiste em subsidiar ou ofertar moradia para pessoas que estão em tratamento. Reconhecido nacional e internacionalmente, o Atitude foi agraciado com o “Premio Interamericano Innovación para la Gestión Pública Efectiva- Edición 2015”, da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/sap/dgpe/innovacion/Banco.asp>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

A negação do Governo (comandado pelo PSB) e das principais lideranças locais do então poderoso PT foi, portanto, um elemento decisivo para ampliar a reflexão em outras arenas e possibilitou constatar que estavam se multiplicando os ambientes em que se tornava possível discutir o tema; inclusive com representantes governamentais e partidários. As sanções ao contraditório não foram percebidas e não foram expressas ameaças a partir da polêmica causada pelos *performers* do PT-PE e os dissidentes de algumas propostas do Pacto pela Vida. Do contrário, a exposição nos tornou mais conhecidos na elite petista e no *staff* governamental, contribuindo para que pouco tempo depois a maioria de nós passássemos a ocupar posições estratégicas para a produção de subsídios ou gestão de políticas de drogas, juventude e segurança pública na região: Marcílio Cavalcanti, Gojoba e Ana Glória foram conselheiros estaduais da política sobre drogas, além de terem realizado diversos trabalhos junto a órgãos públicos da região que têm a missão de promover o cuidado de pessoas que usam drogas. Eu mesmo, como já mencionei, trabalhei com o Governo de Pernambuco assessorando a política de juventude; e, em 2008, tornei-me assessor do Governo Federal para um Programa de Segurança Pública que tinha jovens e mulheres como público prioritário. Assim, pessoas que – de vários modos – eram público do Governo e de um Partido passaram à condição de protagonistas de performances reivindicatórias de mudanças nas leis de drogas. Estes foram alguns dos caminhos que seguimos para nos aproximarmos das condições necessárias à reivindicação coletiva em espaço público de mudança nas normas relativas à maconha.

Antes de passar à descrição do que tem sido desempenhado pelos marchadores da maconha de Recife, farei mais um *détour* histórico que considero necessário para colocar em perspectiva uma certa linha de continuidade que liga ativistas contemporâneos a pessoas interessadas por maconha no Pernambuco de outrora. Algumas histórias das jurisdições profissionais da saúde humana (notadamente seu sub-campo atualmente denominado “saúde mental”), Direito e Serviço Social em Pernambuco são os principais pontos de referência, cujas ligações recompõem a linha do tempo das condições de emergência e

dos antecedentes da Marcha da Maconha em Recife. Esta Marcha não surgiu apenas porque havia disponibilidade de argumentos favoráveis ou porque atores contemporâneos ressolveram se engajar nesta causa, mas também é tributária de um legado deixado por aqueles que inovaram na atenção a pessoas que usam drogas e têm problemas relacionados a isso. Antes de descrever e analisar experiências iniciadas em 2008, sob o nome de Marcha da Maconha, considero importante apresentar um panorama que contribuiu para configurar a arena contemporânea em que atuam os marchadores da maconha em Recife.

Nesta história local de atenção a pessoas que usam drogas e desenvolvem problemas relacionados a este comportamento há diversas iniciativas privadas em que se destacam missões religiosas, experiências psiquiátricas e intervenções terapêuticas breves ou contínuas. Por outro lado, há uma longa tradição de atuação governamental. Para os governos, as propostas de solução destes problemas passam pela possibilidade de aprisionamento – o que, supostamente, distancia das transações com drogas aquelas pessoas que têm problemas relacionados a isto. Os governos aprisionam sob a alegação de poupar a sociedade da ação de alguns de seus membros que não agem de acordo com o ordenamento legal.

Porém, a iniciativa governamental neste Estado, desde os anos de 1910, vai além do aprisionamento no que tange ao enfrentamento de problemas relacionados a drogas. Agentes públicos, representantes do Estado nas áreas de Direito, Serviço Social e Psiquiatria têm refletido sobre este tipo de problema desde o início do século passado e percebo que sua atuação contribuiu para o desenvolvimento de um quadro de ação em que as formas atuais de enfrentar estes problemas não sejam reificadas.

Destacando primeiramente a psiquiatria, vale dizer que nos tempos em que esta jurisdição médica se confundia fortemente com as estratégias de aprisionamento, o doutor Ulysses Pernambucano⁸⁵ assumiu em 1917 um posto no então “Hospício de Alienados de Pernambuco” e percebeu que três meninas órfãs e desamparadas estavam

85 Nascido em Recife, no ano de 1892, formado em medicina no Rio de Janeiro, onde se interessou pela psiquiatria que passou a praticar no Hospital Nacional dos Alienados, sob a rigorosa direção de Juliano Moreira, desde o final de seu curso médico.

indevidamente internadas há cerca de três anos: Carlota, Faustina e Virgínia. Reunindo os médicos do Hospício, o Pernambucano redigiu um “memorial” onde esclarecia que as órfãs não tinham perturbações mentais que justificassem isolamento. Noticiando ao então governador do Estado, Pernambucano iniciou uma contenda que foi abafada pela Santa Casa de Misericórdia, de onde as meninas tinham sido expulsas diretamente para o Hospício pelo “simples” fato de não se subordinarem às regras do estabelecimento. O problema só foi equacionado em 1919 com parecer da Sociedade Pernambucana de Medicina em concordância com as posições de Ulysses Pernambucano (NASCIMENTO, 2007, p. 40-1). Tendo ocupado a direção das prestigiosas Escola Normal e Ginásio Pernambucano, aquele médico – pernambucano até no nome – demonstrou muita habilidade para administrar a coisa pública e, após a Revolução de 1930, recebeu o aval do Estado para fundar em 1931 a “Assistência a Psicopatas de Pernambuco” – órgão que foi fundamental para a organização de um grupo de estudiosos preocupados com a coesão social e motivados a resolver problemas de comportamento pelos caminhos da psiquiatria.

Além do tradicional serviço de internação, a Assistência a Psicopatas implementou serviços para doentes mentais não alienados: o Serviço de Higiene Mental e o Manicômio Judiciário. Alguns serviços eram “abertos”, o que significava uma grande inovação para a época e talvez ainda soe contraditório para psiquiatras de linha mais ortodoxa. Muito antes do Ministério da Saúde, sob o Governo Lula, iniciar o Programa intitulado “De volta pra casa”⁸⁶, o Serviço de Higiene Mental daquele órgão criado nos anos 1930 já mantinha o que chamavam à época de “Assistência Hétero-Familiar”, em que o Estado auxiliava financeiramente as famílias que se comprometiam a cuidar de doentes mentais em suas próprias casas. Além do dinheiro, o órgão mantinha “visitadoras” – que não eram prostitutas como aquelas do romance de Vargas Llosa (1973) – mas precursoras do Serviço Social, mulheres que visitavam periodicamente as

86 Um dos avanços do movimento de reforma psiquiátrica, este Programa foi criado pela Lei Federal 10.708/2003 que regulamentou a concessão de um “auxílio-reabilitação psicossocial” a pacientes que tenham permanecido longos períodos em internação psiquiátrica.

residências em que havia doentes mentais e contribuíam com orientações ao cuidado, bem como recolhiam informações para que o Estado pudesse monitorar a situação das pessoas doentes.

O doutor Pernambucano, a Assistência aos Psicopatas de Pernambuco e a Escola de Psiquiatria do Recife também compõem essa história porque a partir de suas atuações se organizou a primeira publicação científica brasileira abordando empiricamente problemas de saúde relacionados ao consumo de drogas. Tratava-se dos “Arquivos da Assistência aos Psicopatas de Pernambuco” que, mais tarde, transformaram-se em “Revista de Neurobiologia” e passaram à tutela da UFPE. Nesta revista, foram publicados os primeiros estudos de José Lucena sobre fumadores de maconha, bem como trabalhos do filho do Pernambucano, o doutor Jarbas Pernambucano de Mello, que escreveu sobre “A maconha em Pernambuco” (MELLO, 1988 [1937]). Como já indicado, estes trabalhos eram baseados em observação de casos empíricos. O grupo de Lucena, por exemplo, fumou cigarros de maconha em suas salas de trabalho no Hospital da Tamarineira e nas dependências do Manicômio Judiciário, conforme descrito em Lucena (1934 e 1935). Para fundamentar suas afirmações sobre o tema, eles anotavam sistematicamente as reações do fumador e daqueles que o observavam.

Assim, apesar do estranhamento provocado atualmente por um termo como “Assistência a Psicopatas”, a história deste órgão está bastante relacionada com a organização de um grupo profissional preocupado com problemas relacionados a drogas. Disposto a enfrentar estes problemas com o desenvolvimento de alternativas diferentes da prisão, Lucena (1968) destacou para a maconha uma conclusão que provavelmente valia para outras drogas e levava o grupo a acreditar e agir com base na hipótese, então contra-hegemônica, de que não eram as substâncias que conduziam pessoas à atuação criminosa.

Ao longo de boa parte do século XX, os sujeitos que atuavam na “Assistência aos Psicopatas” ampliaram seu raio de ação e deram origem ao que ficou conhecido como sendo a “Escola de Psiquiatria Social do Recife”, na qual Ulysses Pernambucano seria o patriarca a quem José Lucena garantiria uma primeira sucessão (NASCIMENTO,

2007). A ousadia e as polêmicas em que se envolveram desde o início de sua atuação conjunta em Pernambuco, rendeu-lhes o afastamento das iniciativas governamentais. O Pernambucano criou um empreendimento privado que inspirou muitos profissionais: o Sanatório Recife, que ocupou o belíssimo imóvel situado nos números 257, 293 e 331 da Rua Padre Inglês, no bairro da Boa Vista. Além disso, Ulysses Pernambucano ocupou diferentes posições na Faculdade de Medicina de Recife, sem – no entanto – jamais conseguir aprovação às cátedras que concorreu. Lucena, por sua vez, como já demonstrado, tornou-se um grande especialista brasileiro para o tema da drogadição e desenvolveu carreira acadêmica de muito sucesso. As gerações posteriores de médicos formados em Recife certamente não passaram imunes ao pensamento destes atores, seja pelos ensinamentos diretos de Lucena ou pelas muitas referências ao Pernambucano na iniciativa privada, na própria Faculdade de Medicina, na famosa Revista de Neurobiologia ou ainda na imprensa que ele ocupou muitas vezes, inclusive por motivos indesejados, como o de sua prisão por suposto envolvimento com o comunismo ainda nos anos 1930.

Deste modo, a criação em 2003 de um ousado Programa de Redução de Danos pela Prefeitura do Recife não pode ser compreendida senão como um capítulo da longa história em que os criadores do Programa são personagens relativamente recentes, mas muito importantes para o surgimento das condições necessárias à interação colaborativa visando alterar as normas legais e sociais relativas às drogas. Falar dessa história local é separar uma pequena área do amplo quadro global em que as medidas de redução de danos se destacam no conjunto das iniciativas de atenção a pessoas que usam drogas. Sem adentrar na reflexão sobre casos internacionais, mas abrindo um breve parêntese para a história desta política no Brasil, vale destacar que

[...] a história da construção da política de drogas brasileira se deu, de um modo geral, em resposta ao processo da Reforma Psiquiátrica (DELGADO, 2005; MORAES, 2005) [...] inicialmente, a

Reforma negligenciou a questão dos transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2001, 2002, 2003a, 2005a) (RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2008, p. 48).

Dito isto, posso relatar o que de vários modos apareceu nas falas de muitos interlocutores ao longo desta pesquisa.

No âmbito das políticas de saúde, a atuação em meados dos anos 1980 de um grupo profissional interessado em construir alternativas ao encarceramento de usuários de droga, foi seguida pela ascensão de alguns de seus membros à direção do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP-02) e do médico Evaldo Melo à Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife, em 2003. Estas posições favoreceram a busca de inovações para enfrentar problemas relacionados com drogas e deram lugar à criação do referido Programa municipal de Redução de Danos, bem como permitiram um diálogo profícuo com a elite nacional da administração da saúde pública – conduzida entre os anos de 2003 e 2005 pelo pernambucano Humberto Costa.

As primeiras iniciativas que se afirmavam parte de uma estratégia de redução de danos no âmbito do Governo do Estado começaram a surgir nos anos 1980. Em 1986, foi criado o primeiro serviço especializado para o tratamento da drogadição, o Centro Eulâmpio Cordeiro de Recuperação Humana. Em 1991, surgiram o Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA) e o SOS Drogas⁸⁷. Na década seguinte, iniciativas da sociedade civil se destacaram no que tange à redução de danos e surgiram, como organizações não-

87 Tratava-se de uma “[...] central pública de atendimento telefônico gratuito, no qual o usuário e a comunidade em geral podia entrar em contato com profissionais especializados em AD para tirar dúvidas, solicitar informações, enfim pedir ajuda para o enfrentamento do problema que estivessem tendo frente à questão. Inicialmente, funcionou com uma equipe de 13 plantonistas, que cobriam o serviço 24 horas, e que foi instalado a partir de uma parceria entre as Secretarias de Justiça, Educação e Saúde do Estado de Pernambuco” (RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2008, p. 53). O serviço foi extinto em 2005 e, de algum modo substituído pelo serviço oferecido pelo Governo Federal e conhecido sob o nome de “Viva Voz” (Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas).

governamentais, o Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências (atualmente conhecido apenas como Instituto Raid, criado em 1993) e o Centro de Prevenção às Dependências (criado em 1999). Um pouco mais tarde, a UFPE também entra nesta história com a criação do Núcleo Especializado em Dependências Químicas, do Hospital das Clínicas da UFPE (NEDEQ), em novembro de 2000, por iniciativa dos Departamentos de Neuropsiquiatria e Terapia Ocupacional (PORTO, 2011, p. 34).

No âmbito da Prefeitura da capital pernambucana, as apostas em redução de danos na política de saúde estruturaram um novo modelo, incluindo reforma do organograma, maiores investimentos e inovações. A redução de danos já vinha sendo experimentada por órgãos municipais de maneira pontual em grandes eventos como o Carnaval, mas

Em 2003, a Secretaria de Saúde do Recife divide em coordenações distintas a área de Saúde Mental, diferenciando-se do modelo preconizado na maioria dos municípios brasileiros, ficando então as questões de transtorno mental e as de álcool e drogas separadas enquanto políticas locais.

De modo que a Coordenação da Política Municipal de Saúde Mental e a Coordenação da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool, Fumo e outras Drogas, também localmente chamada de Programa Mais Vida, começaram a coexistir paralelamente, e assim permanecem nos dias atuais (RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2008, p. 53).

No âmbito da Prefeitura Municipal, multiplicaram-se iniciativas, estruturaram-se Centros de Atenção Psicossocial a Usuários de Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD), Unidades de Desintoxicação, ambulatórios, Casas do Meio do Caminho e a nova carreira profissional de Agentes de Redução de Danos (RECIFE, 2007) e, em 2004, transferiu-se para o município a responsabilidade sobre o Centro Eulámpio Cordeiro e o CPTRA (RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2008, p. 55-56).

Outros grupos profissionais favoreceram a emergência das condições necessárias para a contestação pública e reivindicação de mudança de normas relativas a drogas. Neste sentido, posso destacar assistentes sociais e juristas que fundaram a Escola de Serviço Social de Pernambuco e estabeleceram bases para uma política de ação social no Estado, bem como profissionais de Psicologia que, desde os anos 1980, pela via da saúde mental, têm demonstrado bastante engajamento com o problema das drogas e cientistas sociais que, mais recentemente, organizaram debates em que foram pautadas as relações da maconha com a segurança pública.

A Escola de Serviço Social de Pernambuco surgiu ainda nos anos de 1930 e está ligada, de vários modos, à Assistência aos Psicopatas, notadamente a seu “Serviço de Hygiene Mental”. O surgimento também está relacionado com a implementação do “Código de Menores”, de 1927, que encarregava o Poder Judiciário de proteger e assistir à infância e adolescência. Como destaca Miranda (2008, p. 50), o novo Código autorizava as autoridades judiciais a

[...] proceder todo tipo de investigação, caso fosse necessário, inclusive, de visitar famílias, interditar estabelecimentos de ensino ou de qualquer tipo de instituição voltada para questão da assistência à infância, tornando-se autorizada a inspecionar a própria autoridade pública.

À época, a cidade contava com um único Juiz de Menores para coordenar a ação que o novo Código atribuía ao Poder Judiciário no tocante a crianças e adolescentes. Por mais ativo e produtivo que fosse, aquele Juiz jamais teria as condições necessárias para realizar – ele mesmo – as referidas visitas. Por isso, delegou esta parte do serviço às já mencionadas “visitadoras”, vinculadas ao Serviço de Hygiene Mental da Assistência aos Psicopatas de Pernambuco.

O então Juiz de Menores, Rodolfo Aureliano, ansioso pelo cumprimento de suas atribuições, apontou a necessidade de qualificar a

atividade das visitadoras e empreendeu muitos esforços para concretizar sua intenção. Encontrando apoio no Poder Legislativo, articulou a criação de um Serviço de Assistência e Proteção aos Menores, em 1936. Dentre os motivos pelos quais os menores precisavam de assistência, estava o envolvimento em “vícios deploráveis” como “fumar maconha”, ressaltava uma notícia da época reproduzida em Miranda (2008, p. 168). Em seguida, o juiz lança a pedra fundamental do que viria a ser a Escola de Serviço Social do Recife, ressaltando a necessidade da contribuição de um profissional que tivesse

[...] formação especializada, que desenvolvesse uma ação baseada em pesquisas e métodos científicos tendo em vista prevenir os desajustamentos pessoais ou sociais e promover o ajustamento do indivíduo ou de grupos ao meio ambiente e, ainda, a remoção das condições que tornam este ajustamento difícil para muitos (conforme aula inaugural pronunciada pelo antropólogo René Ribeiro na fundação da Escola de Serviço Social de PE) (MORAES, 1990, p. 13).

Considerando o disposto na Tese de Helena Padilha (2008), pode-se afirmar muito acerca da história dessa Escola e do papel proeminente de Rodolfo Aureliano. Ele reconhecia a necessidade de um perfil profissional diferenciado, não se contentava mais com a ação das visitadoras e começava a vislumbrar o trabalho de “assistente social”. Assim, em 1938, o Juiz de Menores reuniu apoiadores, viajou por outros países, coletou referências nacionais (das precursoras Escolas de Serviço Social de São Paulo – de 1936 e do Rio de Janeiro – de 1937) e internacionais (notadamente chilenas, francesas e belgas), além das suas próprias experiências pedagógicas e assistenciais no Instituto Profissional 5 de Julho, para criar a Escola de Serviço Social do Recife que passou a funcionar como curso de nível superior no ano de 1940. A formação da primeira turma somou três anos de atividades, sendo

os dois primeiros dedicados a estudos teóricos e o último ocupado por estágio de trabalho. Funcionando precariamente na Av. Fernandes Vieira, onde até o presente se encontra a sede de um serviço judiciário estadual dedicado à infância e adolescência, a Escola seria reconhecida pelo Governo de Pernambuco (em 1941) e pelo Governo Federal (em 1956), incorporando-se à Universidade Federal de Pernambuco a partir de 1971 com a criação do Departamento de Serviço Social em que até hoje são formados muitos profissionais que atuam em processos judiciais e em outros tantos serviços de assistência a quem tem problemas relacionados com drogas.

Justamente no Departamento de Serviço Social da UFPE, surgiu o Grupo de Estudos sobre Álcool e Outras Drogas (GEAD) e o Centro de Referência Regional sobre Drogas (CRR Drogas).

O GEAD é

[...] formado por equipe de profissionais das áreas de saúde, sociais e humanas [...], iniciou suas atividades em novembro/2009 com o objetivo de promover a pesquisa na área de álcool e outras drogas, assim como contribuir para a capacitação/ atualização de profissionais (UCHÔA, 2011, p. 9).

O CRR Drogas resulta de parceria firmada em 2012 entre GEAD, UFPE e SENAD com o objetivo de

[...] contribuir com a formação permanente de profissionais que atuavam na área de drogas nas redes de atenção integral da saúde e da assistência social, no Poder Judiciário, no Ministério Público e na Segurança Pública de Pernambuco (ESCOBAR et al., 2015, p. 5).

Ambas as iniciativas são coordenadas desde sua fundação pela assistente social, professora do Departamento de Serviço Social da

UFPE, Roberta Uchôa – que começou a atuar na área no final dos anos 1980 e contribuiu com a implantação do já referido CPTRA, nos anos 1990, sob gestão da Secretaria Estadual de Saúde. Mais tarde, ela viria a colaborar também com a política de redução de danos promovida pela administração municipal do Recife e com ações nacionais promovidas no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR). Esta professora é também conselheira estadual de políticas sobre drogas.

O campo da saúde, a partir dos desdobramentos da reforma psiquiátrica, deu origem a uma política de cuidado de usuários de drogas que alterou a jurisdição da saúde mental no país, incluindo progressivamente a Psicologia. A entrada de psicólogos neste campo não se deu de modo passivo, mas com uma forte disputa pela compreensão de que a saúde se dava também por meio da promoção do bem-estar comunitário. Como afirma Silva (2015, p. 29)

[...] os esforços empreendidos pelos psicólogos da área de saúde nos últimos anos da década de 1980, e no início da década de 1990, estão produzindo transformações no que se refere ao “fazer” profissional. Estas mudanças ocorreram, basicamente, em duas dimensões: através da diversificação da atuação clínica e a partir da apropriação de um novo olhar voltado à saúde mental, com reflexos nas atividades exercidas pelos psicólogos em hospitais e ambulatórios da área, visando à superação do enfoque psiquiátrico sobre as internações dos pacientes [...].

Em nível nacional, diversas ações, normativas, vídeos e publicações do Conselho Federal de Psicologia orientam a prática dos profissionais deste campo com base nas determinações do Código de Ética da Psicologia, que veda – em seu Art. 2º – qualquer tipo de negligência, violência, discriminação, crueldade e opressão às pessoas

que atendem profissionalmente; bem como interdita a indução política, filosófica, moral, ideológica, religiosa e sexual (CFP, 2005). Não mais como nos códigos precedentes, cujas “[...] pretensões implícitas seriam as de reivindicar para a profissão recém-nascida, as prerrogativas e o prestígio da profissão médica” (MELLO, 1983, p. 104), a Psicologia passa a demonstrar que se entende como uma profissão em sentido pleno, que precisa garantir uma deontologia profissional.

No caso de Pernambuco, a Lei 11.064, de 16 de maio de 1994, no esteio da reforma psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde, estabeleceu a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção integral à saúde mental (ALEPE, 1994). A integração se sobressai como um dos valores importantes desta legislação que preconiza a atuação conjunta de diferentes profissionais, sem pressupor superioridade a nenhum deles. As ações do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP-02) convergiram com as do CFP na busca de uma prática profissional que se integrasse com a de outros agentes sem perder a coerência com os princípios éticos da profissão e, assim, estes profissionais contribuíram tanto para reformas legislativas quanto para o desenvolvimento de posturas combativas das práticas que cerceiam a liberdade de pessoas em tratamento de saúde mental ou de problemas associados a transações com álcool e outras drogas. Estes profissionais revelaram práticas de tortura e violação de direitos humanos que se passavam no interior de supostos serviços de tratamento dos problemas mencionados; disputaram narrativas sobre o funcionamento de alguns destes serviços, expuseram-se em fóruns locais, regionais e nacionais de modo a se tornarem reconhecidos como agentes estratégicos para o apoio à nascente causa antiproibicionista em Pernambuco. Assim, comprehende-se que muitas das pessoas citadas pelos primeiros protagonistas da Marcha da Maconha de Recife sejam psicólogos (como Chico e Arturo Escobar) ou, melhor dizendo, psicólogas (como Alda Roberta, Edna Granja, Maristela Moraes, Melissa Azevedo, Poliana Pimentel, Renata Almeida e Rossana Rameh).

Um outro grupo profissional que mais recentemente e, por outros caminhos, veio a se somar na abertura de condições locais para denúncia

e reivindicação de mudança de normas relativas à maconha é composto por atores que tiveram formação em ciências sociais. Eles não têm uma ação conjunta que permita sua comparação com a dos demais grupos profissionais mencionados, mas merecem destaque porque ajudaram a levar a contenda para outros palcos. Desde os tempos de Ulysses Pernambucano na Assistência aos Psicopatas de Pernambuco, não é possível identificar um momento em que sensibilidades, argumentos e práticas inovadoras na política de drogas tenham se aproximado tanto da gestão estadual quanto a partir da ascensão de Eduardo Campos ao comando do governo, em 2007. O debate sobre segurança pública e suas inúmeras interfaces (por exemplo com juventude e drogas) deu acesso ao sociólogo José Luiz Ratton de Amorim Júnior à assessoria especial do governador no primeiro mandato de Campos no Governo de Pernambuco. Nesta posição, Ratton – com apoio de vários de seus alunos e ex-alunos – congregou centenas de atores, reuniu e analisou documentos e estatísticas oficiais, organizou debates e promoveu uma ampla concertação pública para elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública denominado Pacto pela Vida. Como já referido, este Plano deu oportunidade a uma discussão na sede do governo sobre a inadequação da ação repressiva na solução de problemas relativos a drogas. A execução das propostas do Plano também contribuiu para a continuidade das discussões sobre drogas no âmbito da elite governamental e oportunizaram o surgimento do Programa Atitude que, como mencionei, é a grande inovação do governo estadual no que tange a ações relacionadas com drogas.

Além dos grupos profissionais, a ação militante – de algumas organizações comunitárias, de entidades privadas reconhecidas como ONGs e de alguns grupos religiosos – também contribuiu em âmbito local para a publicização da denúncia e da reivindicação. Nestes campos, pode-se destacar respectivamente a Associação de Moradores dos Coelhos, os moradores e associações do bairro Coque e a Koinonia. Porém, um precursor do debate que merece grande destaque se qualifica em uma outra área de atuação, trata-se da tropa carnavalesca Segura a Coisa que, desde 1976, vem organizando sua denúncia de modo festivo durante a festa momina na cidade de Olinda.

3.1.4 Seminário “A maconha no Brasil”

Sem aprofundar a reflexão sobre o mencionado grupo carnavalesco, cuja história já foi abordada por Cavalcanti (1998), passo à última referência que destaco entre os antecedentes da Marcha da Maconha de Recife. Trata-se de um seminário realizado por iniciativa da Se Liga!, com apoio de um bom número de profissionais de saúde, psicologia e assistência social, bem como de uma ONG local. Na verdade, este seminário pode ser considerado como marco de início dos trabalhos de organização da primeira Marcha da Maconha na cidade.

Para maior exatidão, devo frisar que o seminário foi uma atividade dupla, composta por dois encontros realizados em dezembro de 2007 em auditórios das duas universidades federais situadas em Recife. Para estes encontros, os ativistas recifenses trouxeram o antropólogo Sérgio Vidal (que à época atuava na Bahia) para discutir a legalização da maconha no Brasil. Na UFPE, o antropólogo esteve ladeado por um delegado da Polícia Civil de Pernambuco e algumas profissionais de saúde e assistência social atuantes em Recife e região metropolitana. Ali, Vidal teve oportunidade de falar acerca da Marcha da Maconha e convidar a todos os presentes a se juntar ao movimento internacional que – naquela ocasião – ele disse ser motivado pela busca de legalizar a maconha. Gojoba destacou o evento:

Sérgio Vidal teve aqui em 2007. Quem trouxe Sérgio Vidal foi Rossana Rameh, [...] Maristela Moraes, que era do Instituto Papai, hoje tá, eu acho que na UFPB, Melissa [Azevedo], acho que Alda Roberta. [...] a gente fez um debate na Federal, depois fez um debate na Rural. [...] os auditórios ficaram completamente lotados e ficou gente do lado de fora, a gente teve de organizar essa galera pra lutar, né (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Este conjunto de referências tão díspares mobilizou algumas pessoas e lhes deu possibilidades de ampliar argumentos e performances contrárias às estratégias hegemônicas de enfrentamento dos problemas relativos a drogas por meio de proibições, perseguições, encarceramentos e danos ao corpo individual, social e jurídico. A marca de um processo criminal por porte de drogas (até 2006) e por tráfico (até hoje) mancha toda a trajetória de um indivíduo, além de representar um gargalo intransponível no sistema jurídico-prisional e uma interdição dos potenciais econômicos e terapêuticos de muitas substâncias tornadas ilegais. Por outro lado, há aproximadamente um século que as atividades de pesquisa, atendimento e cuidado são relativamente preservadas da criminalização e capazes de gerar uma interação profícua em Pernambuco entre alguns grupos profissionais e usuários de substâncias ilícitas – contribuindo para minorar o efeito perverso da criminalização e desenvolver alternativas para regulamentar transações com drogas.

A figura de Marcílio Cavalcanti no final da fase de antecedentes, mais do que demarcar uma grande capacidade propositiva e alguma eficiência executiva, é importante porque representa a primeira performance de difusão da pauta antiproibicionista na cidade. Não convencido da importância de reivindicar a legalização da maconha, ele declarou:

A gente optou por fazer a Marcha da Maconha não por concordar com a Marcha da Maconha [...], mas pra começar mesmo a engrossar o movimento, ter uma repercussão e apoio internacional. [...] eu não gostava de segurar aquela faixa “Marcha da Maconha” e nunca gostei [...] Mas pra gente não ser isolado, a gente engrossou o movimento da Marcha. Aí tinha no mundo todo e aí a repercussão sobre qualquer situação sobre a Marcha repercutia em todas as cidades que tavam fazendo a Marcha (entrevista Marcílio Cavalcanti, 28/04/2016).

A faixa que ele me disse que gostaria de portar colocaria em destaque uma proposta de regulamentação de todas as drogas, mas na entrevista de 2016 afirmou que, no momento em que surgiu a Marcha da Maconha em Recife, a faixa mais importante que poderia segurar era a que expunha o título daquela manifestação.

O convite de Sérgio Vidal, durante o seminário realizado nas universidades recifenses em dezembro de 2007, selou entendimentos que vinham se processando muitos dias antes entre ele e os que haviam lhe convidado a participar daquela ocasião. Deste modo, o convite funcionou como uma sorte de detonador do processo de organização que originaria logo em seguida a Marcha da Maconha em Recife.

3.2 AMEAÇAS, 2008-2011

No Estado Democrático de Direito, assegurado pela Carta Magna da República, não há como coibir a realização da pretendida Marcha da Maconha
(CARVALHO FILHO, 2009)

Desde 2002, o Brasil está no mapa das manifestações organizadas sob a identidade do Movimento Marcha da Maconha. Até 2007, há registros de novas edições naquela cidade, mas também em Porto Alegre e São Paulo. Nesta última, a manifestação ganhou inicialmente o nome de “Passeata Verde”, nos anos 2003 e 2004. Porém, a repercussão só viria a se ampliar a partir de 2007, quando no Rio de Janeiro foi reunido um número de manifestantes bastante superior ao dos anos anteriores (OTERO, 2007, p. 17). Em 2008, dez⁸⁸ ou onze⁸⁹ cidades brasileiras planejaram e divulgaram Marcha da Maconha, mas somente em Recife não houve decisão judicial que a enquadrasse no crime de apologia ao uso de droga. Em seguida, outras dezenas (talvez

88 Segundo o Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2016

89 Segundo Santos (2014).

centenas) de cidades, nas mais diversas regiões do país, organizaram suas Marchas da Maconha e se viram enredadas em uma intriga judiciária que só viria a se resolver em junho de 2011 com a decisão do STF favorável à realização de marchas ou qualquer manifestação de opinião análoga à Marcha da Maconha (STF, 2011).

Para o caso específico de Recife, remontei a um tempo mais adequado o surgimento de novas sensibilidades, argumentos e práticas relativas aos problemas com drogas em Pernambuco. Assim, espero ter demonstrado que não foi em 2007 (ou poucos anos antes) que governo e sociedade se viram provocados e acolheram demandas que contribuíram para configurar uma arena em que falar sobre o tema dos direitos das pessoas que usam droga não é um tabu intransponível. Apesar de reconhecer 2007 como marco inicial da organização propriamente dita de uma Marcha da Maconha em Recife, fiz um esforço para demonstrar minha percepção de que a fase de antecedentes deste processo se inicia bem antes e guarda muitas histórias sobre a estruturação da própria política de drogas. Devido aos limites de um trabalho monográfico, preciso voltar ao foco principal de atenção do período de observação participante, isto é, às performances de reivindicação coletiva realizadas em relação mais direta com a Marcha. Elas se iniciaram sob muitos riscos e tentativas de impedimento. Por isso, denominei sua fase inicial de “ameaças”, compreendendo o período que se estende da primeira edição da Marcha da Maconha em Recife no ano de 2008 até a tomada de decisão sobre o tema no STF, em 2011.

Em referência à primeira edição, não encontrei registro de medidas impeditivas no âmbito judiciário ou policial. O juiz (Alípio Carvalho Filho) que julgou o processo sobre o tema, em 2009, mencionou um parecer do Ministério Público de Pernambuco (de autoria da promotora Andréa Karla Maranhão) (TV NOVA, 2009). Ele afirmou que, em 2008, o MP-PE entendera como desnecessária a proibição da Marcha da Maconha. Assim, a primeira Marcha na cidade foi planejada, marcada, comunicada às autoridades e realizada sem nenhum empecilho judicial ou policial.

No entanto, a segunda edição não teve a mesma sorte e foi alvo de tentativa de impedimento por parte do mesmo Ministério Público. A partir de provocações de parlamentares evangélicos a outros oficiais do órgão, o MP-PE pleiteou o impedimento judicial por meio de “medida cautelar” visando à proibição da realização da Marcha da Maconha. Trata-se do Processo 001.2009.109617-1, do Poder Judiciário de Pernambuco (Comarca de Recife), julgado no âmbito da 2^a Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes, do qual foi extraído o trecho que serviu de epígrafe a esta seção e integra o Despacho Judicial que, em caráter pioneiro no país⁹⁰, não proibiu a realização daquele ato depois da solicitação por parte de agentes estatais contrários aos objetivos almejados pelo Movimento Marcha da Maconha.

Não apenas na primeira e segunda, mas em todas as edições da Marcha da Maconha de Recife, os membros das polícias têm agido de acordo com as determinações legais e judiciais. Alertando frequentemente sobre algumas regras do jogo da manifestação em espaço público, eles tentam e – em boa medida – conseguem controlar a ocupação das ruas por onde passa essa manifestação⁹¹, bem como ressaltam a possibilidade de incriminação e detenção por apologia e tráfico de maconha. Esta performance policial antes, durante e até depois da performance dos marchadores foi mais percebida no início dessa história, na fase que denomino de “ameaças”, mas – em menor frequência – ela persiste até o presente.

90 Já havia processos relativos ao tema em outros estados do Brasil, mas – como afirma Otero (2013, p. 17) – não eram solicitações de impedimento, mas demandas dos próprios organizadores que, demonstrando a possibilidade de prisão dos manifestantes, solicitavam *habeas corpus* preventivo. O pleito dos organizadores da Marcha da Maconha já tinha sido atendido pelo menos no Rio Grande do Sul (em 2008 – Processo HC 91.080.118.354, de autoria de Salo de Carvalho e Mariana Weigert), mas em Pernambuco houve (em 2009) o primeiro processo (e uma das poucas decisões judiciais), cujo resultado autorizava a Marcha da Maconha em detrimento da solicitação de impedimento.

91 Dentre estas vitórias policiais, posso ressaltar: 1) impedimento da passagem dos marchadores em frente ao Palácio do Campo das Princesas, em 2012; e 2) ocupação de apenas uma via da Avenida Conde da Boa Vista, de 2013 a 2016. Porém, em 2016, ao final do percurso desta edição, os policiais não levaram adiante sua disputa pelo impedimento da contramão e os marchadores seguiram no contrafluxo do trânsito por um trecho da Rua da Aurora.

Para responder “Por que a Marcha da Maconha nunca foi proibida em Recife?” e entender a vitalidade da Marcha nesta cidade, tentei compreender inicialmente os caminhos percorridos por seus organizadores. Neste sentido, as trajetórias individuais tiveram um papel importante e permitiram destacar o papel desempenhado por Marcílio Cavalcanti em sua circulação por diferentes províncias, adaptando sua performance às distintas situações em que se envolvia, mas também a forte influência que exerceu sobre um dos maiores protagonistas da fase de ameaças: Gilberto Bezerra Lucena Borges. Mais conhecido pelo apelido Gojoba que, segundo ele, quer dizer “coisa ordinária, sem muito valor” – Gilberto articulou parceiros em diferentes províncias de sentido, adaptou e difundiu sua percepção da maconha para diversos públicos, capitaneou apoios para uma causa improvável como esta que, dentre outras coisas, buscava a reversão do estigma associado a uma planta por muitos maldita.

Nascido aos seis dias do mês de agosto de 1974 em uma maternidade que tem um de seus sobrenomes, a Barão de Lucena (situada na zona oeste de Recife), este interlocutor esclareceu a origem incomum de seu sobrenome ilustre e conhecido no mundo das drogas:

Vem de Renata [esposa] [...] a gente fez a discussão sobre gênero: Por que só a mulher recebia o nome do marido? Como se tivesse um significado maior o nome do marido do que o da esposa. Então a gente resolveu fazer isso (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Acrescentando que o sobrenome que incorporou de sua esposa não tinha a mesma origem dos médicos pernambucanos, Gojoba ainda explicou que descende de uma família muito numerosa, cujo patriarca é um recifense que se tornou conhecido como comerciante de alimentos e se chamava Odilon Borges. Este seu avô, Odilon, teve 34 filhos, dentre os quais está um outro Odilon que veio a ser pai de Gojoba. A mãe, por sua vez, também descendia de família numerosa, cujo patriarca era operário

do curtume, em Peixinhos, Olinda. Gojoba tem dois irmãos, sendo uma garota mais velha e um rapaz mais jovem e muito parecido com ele. A pequena família formada por seus pais e pelos três filhos vivia no Cordeiro, bairro em que Gojoba nasceu. Ainda criança, mudou-se com a família para a Várzea, bairro do qual guarda mais lembranças como morador e onde vive até hoje.

Pelo lado materno, Gojoba tinha “[...] uma família muito festeira, o que eu lembro da família de minha mãe era festas homéricas, o povo era brincalhão, num era como a família de meu pai não, a família de meu pai era mais formal” (entrevista Gojoba, 19/05/2016) e, mesmo convivendo mais com a família paterna, ele afirma que também adora festa.

Tendo feito quase todo seu processo de escolarização em estabelecimentos confessionais, católicos e protestantes, ele acrescenta que isto não se deu por escolha ideológica, mas somente pelo fato de ser “[...] mais perto do trabalho de meu pai. Uma questão bem prática [...] eu via muita contradição, eu e muitas crianças, né? Porque a escola defendia um ideal e em casa: ‘Não, que nada, né assim também não’” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Seu processo de escolarização foi interrompido por uma fatalidade na adolescência, quando cursava o que corresponde ao atual 9º ano do Ensino Fundamental. Gojoba foi atingido por um tiro de espingarda, pois, ao tentar se afastar de um cachorro, aproximou-se da casa de alguém que tinha uma arma e disparou contra ele. O fato marcou-lhe profundamente a memória e o corpo, passou dias hospitalizado e saiu com uma grande cicatriz na barriga que lhe causava vergonha de andar sem camisa e afetava sua autoestima. Depois disso, ele afirma: “[...] toquei o terror na Várzea e adjacências [...]. Me metia em confusão, andava armado e tudo”, mas nega ter atirado ou ferido alguém gravemente. Foi a época em que aprofundou suas relações com o bairro da Várzea e com a maconha:

[...] já sabia o que era, sabia da fama, isso era por volta de 89, a cena do rock nacional me influenciava, eu com 15 anos queria ver show do Titãs. Aí ia pro show do Titãs lá no Centro de Convenções com minha irmã que era mais velha, às vezes meu pai me levava, ficava lá e ali [eu] fumava maconha porque era rebeldia. E a rebeldia era o quê? Era escutar rock nacional e fumar um [...] (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Nesta época, mudou para uma escola menos exigente “pra poder passar”, participou das manifestações a favor do *impeachment* de Collor, em 1992, montou uma banda de rock com o irmão caçula e alguns amigos e, finalmente, filiou-se ao PT, em 1994, estimulado por Marcílio Cavalcanti.

O pai que desenvolvera uma trajetória profissional ascendente – e se aposentara como auditor da Companhia de Eletricidade do Estado – não desencorajava sua atuação política, mas a mãe – funcionária pública federal – temia muito pelo seu bem-estar, pois lembrava dos recentes períodos de perseguição e violência contra ativistas políticos. O medo da mãe não o desencorajou e ele se tornou um militante trotskysta da corrente interna do PT chamada “O Trabalho” que, diga-se de passagem e reproduzindo Delmanto (2013, p. 200), deriva do nome de um antigo periódico editado pela OSI e atesta mais importância para a influência de Marcílio Cavalcanti sobre o início da vida política de Gojoba.

Em 1996, iniciou seu curso universitário de História, na UFRPE. No início de sua vida universitária se deparou com o já mencionado DCE que o fazia lembrar de Woodstock, onde todos (ou quase todos) fumavam grandes cigarros de maconha. Ali, segundo ele, “foi como estar em casa” e, de fato, algumas de suas experiências na Universidade se assemelham com as experiências domésticas, pois chegou a dormir algumas noites nas dependências da Universidade. Tanta convivência neste ambiente não significava muita dedicação aos estudos e Gojoba foi jubilado em 2004, mas – por meio de um novo Vestibular – retornou

ao mesmo curso na mesma Universidade no ano seguinte, concluindo finalmente sua Licenciatura em História em 2007. Como ele disse:

[...] foi 11 anos pra me formar [...] eu me dediquei muito, Marcílio, em muito tempo da minha vida pra organizar as lutas em que eu acreditava. Claro que a gente tinha condição material pra fazer isso, num precisava trabalhar pra me manter e... podia ter estudado, como fez algumas pessoas... mas [o que] me motivou foi organizar as pessoas pra fazer luta política. Eu fui em todos os estados do Brasil, eu acho, quase todos os estados do Brasil, conheci muita gente, travei muito debate, perdi muito, ganhei, fiz amizade, desfiz, fiz de novo, num é? Tive muitos sonhos [...]. Isso foi um aprendizado também, né (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Seu tempo na Universidade foi ainda marcado pela formação de um novo núcleo familiar. Um primeiro filho, nascido em 2002. Umas segundas núpcias iniciadas em 2004 que permanecem até o presente e deram lugar a mais dois garotos, nascidos em 2006 e 2010.

E, no meio dos sonhos que tem desde os tempos de estudante universitário, há aquele de reverter o estigma que pesa sobre a maconha e alterar as normas relativas a ela.

Já formado e bastante envolvido com a gestão municipal em Recife, na qual começou a trabalhar pouco depois do nascimento do primeiro filho, Gojoba se envolveu em algumas das atividades mencionadas na seção relativa aos antecedentes da Marcha da Maconha. Dentre estas atividades, estava a discussão de um Plano Municipal relativo ao crack e outras drogas em Recife, ocasião em que participou de uma comissão intersetorial “onde a gente fez um grupo muito interessante, um debate muito bom. E aí eu encontro ou reencontro Renata Almeida, Edna Granja, Alda Roberta, Poliana [Pimentel], né, e outras e outras pessoas que ajudaram, Janine, Rei Moura”. Além destes,

ele ainda destacou Maristela Moraes, Melissa Azevedo, Rossana Rameh, Marcílio Cavalcanti, Binho e “outros companheiros da Se Liga!”. Nessas oportunidades e discutindo com sujeitos oriundos de províncias tão diferentes, Gojoba desempenhava suas múltiplas performances, com destaque para sua atuação como gestor público e usuário de drogas ilícitas. Com essa turma (ou a partir dela), referenciando-se em uma longa trajetória local e recentes experiências externas, Recife se inseriu no movimento internacional denominado Marcha da Maconha, a decisão foi ratificada em mais de uma conversa informal ao final de reuniões de trabalho junto à Prefeitura ou em muitos encontros de amigos que conviviam em outros ambientes além do trabalho.

3.2.1 Primeiras Marchas da Maconha em Recife: “lugar de maconheiro”

Em 2008, quando se fez a primeira edição da Marcha da Maconha em Recife, não havia muitas reuniões para discutir a operacionalização desta manifestação, mas isso não significa que ela tenha ocorrido de forma desorganizada. Além das poucas reuniões especificamente realizadas para organizar a Marcha da Maconha, seus protagonistas aproveitavam diversas ocasiões para discutir o que lhes interessava para a efetiva realização da Marcha.

Uma primeira decisão importante foi a escolha tática de “fazer [a Marcha] num lugar de maconheiro” (entrevista Gojoba, 19/05/2016). Tomada a partir de muitas discussões com várias pessoas em diversas situações, esta decisão se baseou na ideia de que se alguém apontasse: “Oh, ali tá cheio de gente fumando maconha’ [...] a gente podia dizer ‘Não, pô, eu fumo aqui todo final de semana” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Segundo Leite (2007), reconhecer um determinado perímetro espacial como “lugar” pressupõe a atribuição de significados compartilhados por um grande número de seus frequentadores. Assim, as fronteiras de um lugar podem se estabelecer de modo físico ou simbólico, pelos limites objetivos de circulação ou por seus usos e limites simbólicos. Contudo, vale ressaltar que Leite (2007) não pressupõe que

haja consenso absoluto no “sentido de lugar”; ele reconhece dissenso e conflitos internos por meio do que chama de “ruídos”. Por isso, afirmo que o território identificado como “lugar de maconheiro” nas primeiras edições desta Marcha da Maconha é uma demarcação socioespacial ruidosa que ultrapassa bastante os limites do planejamento urbano e constitui o que Leite (2007, p. 305) já denominou de “lugar de fuga e refúgio” em meio ao projeto de enobrecimento de uma área da cidade onde os marchadores da maconha passaram a apresentar suas reivindicações. A escolha coletiva deste lugar, reconhecido como “lugar de maconheiro”, para abrigar a realização da Marcha da Maconha em Recife é um dos aspectos que demonstra que, desde o início de sua atuação, os organizadores desta Marcha têm buscado se respaldar em táticas e estratégias de proposição e defesa que são refletidas, discutidas e decididas em coletivo.

Depois de definirem o percurso em uma reunião no início de 2008, os organizadores daquela primeira edição resolveram pagar taxa ao órgão municipal que regula a ocupação do solo urbano da capital, Diretoria de Controle Urbano (DIRCON)⁹². Fizeram este pagamento nos últimos dias da semana que antecedeu a passeata. Em seguida, difundiram informações, especialmente para jornalistas, com o fito de fazer com que os principais veículos de comunicação repercutissem a notícia. Neste processo de contatar a imprensa, destacou-se Neco Tabosa. Alguns jornais efetivamente transmitiram a informação⁹³, devido ao

92 A DIRCON prevê o recolhimento de tributos por manifestações organizadas em espaços públicos de Recife. Os organizadores da Marcha da Maconha nesta cidade pagaram o tributo devido ao município, desde esta primeira edição, conforme relato deles próprios e notícia veiculada pelo grupo Jornal do Comércio em 02/05/2008, sob o título “Organizadores da Marcha da Maconha no Recife pagaram até taxa na DIRCON”. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2008/05/02/organizadores_da_marcha_da_maconha_no_recifepagaram_ate_taxa_na_dircon_r_5200_20190.php>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

93 Dois dos maiores jornais de circulação estadual, o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco noticiaram a previsão de realização deste evento, bem como a imprensa nacional difundiu que “A Marcha deve acontecer apenas em Recife (PE)” (Portal G1, 03/05/2008). Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

caráter inovador da manifestação ou, talvez, pelo fato apontado por um polêmico sambista recifense segundo o qual muitos jornalistas “adoram a massa” (João do Morro - “Lado B do jornalista”⁹⁴). Os interlocutores questionados não lembraram quem efetivamente pagou aquela taxa, mas, como disse Neco, “sempre tinha quem colaborasse, a gente conseguia tudo que imaginava” (entrevista Neco Tabosa, 09/05/2012).

O período de quatro anos que se seguiu a partir daí, aqui denominado de “ameaças”, corresponde às quatro primeiras edições da Marcha da Maconha em Recife. Realizadas entre os anos de 2008 e 2011, estas foram as únicas marchas deste tipo que eu não acompanhei nesta cidade. As imagens recolhidas da manifestação neste período atestam variação no número de participantes, diversidade dos atores envolvidos e o que foi confirmado nas entrevistas exploratórias: semelhança do percurso de deambulação nesta primeira fase.

O local de encerramento destas quatro edições foi a Rua da Moeda, no bairro Recife, atualmente conhecido como “Recife Antigo” ou simplesmente “Antigo”, que, como disse Gojoba, “depois do movimento mangue-beat virou *point*, o Antigo virou *point*, pô, ali, a Tomazina, a Rua da Moeda, a Rua da Moeda é simbólica, né, Seu Rainha, a Soparia [...]” (entrevista Gojoba, 19/05/2016). E, frente a outras sugestões que demandavam uma manifestação à beira-mar, na Avenida Boa Viagem, prevaleceu a ideia de se encontrar e marchar em trechos da cidade que já fossem reconhecidos como “lugar de maconheiro” – era uma forma de evitar problemas e repercuções negativas. O encerramento era o momento previsto para a maior concentração de manifestantes, pois seria ao final da tarde e daria tempo para a chegada de eventuais retardatários ou desavisados que estivessem pela área e resolvessem aderir ao ato. Devido a esta intenção e à expectativa de maior público,

94 Na ausência de registros sobre a gravação desta canção em disco, referencio o áudio disponível no *youtube.com*. Disponível em: <<https://youtu.be/b7lcwZsgkI0>>. Acesso em: 30 de ago. 2016. Reproduzo também um trecho da letra: “[...] jornalista tem uma vida babado, é muita fechação / nos bastidores da mídia, é vida louca, rola tudo e rola pegação / [...] a turma puxa um *beck* pra tirar o estresse e espairecer / Eu tou tirando essa onda / tirando onda com essa raça / de homens e mulheres e gays / de muitos que adoram a massa [...].”

o local escolhido para o encerramento foi “A Rua da Moeda, que tem essa simbologia de liberdade, liberdade, porque já é uma zona mais escancarada [...] isso aí é parte da tática [de pensar onde pode ter uma repercussão favorável]” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Formado por uma pequena área, com cerca de 10 hectares, entre o Rio Capibaribe e o istmo natural que ligava Recife a Olinda e foi adaptado para abrigar o Porto do Recife, o território atualmente chamado de “Antigo” corresponde ao bairro oficialmente denominado “Recife”. Inicialmente ocupado como residência de trabalhadores, entreposto comercial e sede de serviços relacionados ao comércio portuário de uma região marcada pela exportação de derivados de cana-de-açúcar e importação de muitos produtos industrializados, a área foi inicialmente chamada de “povo dos Arrecifes” e enfrentou grandes projetos transformadores: a ocupação holandesa, no séc. XVII; a reforma haussmanniana de modernização nos anos 1910; e o projeto de “revitalização” do final do séc. XX – que pode ser melhor compreendido em termos de “gentrificação” com objetivos de rentabilizar o patrimônio histórico e arquitetônico. Esta sucessão de projetos é analisada de modo bastante aprofundado por Leite (2007).

O bairro tem diferentes polos de uso: a área de moradia, formada pelas Favela do Rato e comunidade do Pilar; o polo de consumo, na Rua do Bom Jesus; um polo cultural, que se estende da Praça do Arsenal da Marinha, passando pelo Paço do Frevo, Torre Malakoff e chegando até o Cais do Sertão; um centro de convergência, em torno do Marco Zero da cidade de Recife (Praça Barão do Rio Branco); e, finalmente, o polo cultural da Rua da Moeda.

Do último polo, vale destacar que seu surgimento se deu sem intervenção planejada pelos poderes públicos, a partir do Bar Pina de Copacabana, de propriedade de um notável animador cultural local conhecido como Roger de Renor, segundo Leite (2007, p. 265). Trata-se de uma corruptela do “Polo Alfândega”, planejado efetivamente pelos poderes públicos como sendo um dos polos culturais do que nos anos 1990 chamavam de “Novo Recife”. O “Polo Alfândega”, assim como a denominação “Novo Recife”, nunca chegou à “boca do povo”; o “Polo

Moeda” foi que efetivamente ganhou uma dinâmica de atividades e discursos populares na virada do século XX-XXI, enquanto as figuras oficiais de “Polo Alfândega” e “Novo Recife” se limitaram a documentos administrativos e projetos de captação de recursos para uma dita “revitalização” do bairro que, na verdade, constituiu-se em uma terceira etapa de transformação da “lingueta” que forma o bairro do Recife, atualmente chamado de Antigo.

Neste sentido, o polo Moeda pode ser compreendido como lugar de refúgio em uma cidade que – como qualquer cidade moderna – rende tributos ao capital. A alternativa foi reconhecida pelo poder público municipal e diversas iniciativas artísticas têm sido promovidas ou incentivadas pela Prefeitura nesse Polo desde os anos 1990, contribuindo para que ficasse marcado pelo movimento cultural *mangue-beat* e se tornasse difícil negar esta identidade e promover outros usos deste espaço. Deste modo, até o presente, o lugar abriga no Carnaval o Festival Rec-Beat e, nas festas juninas, apresentação de pequenas bandas, quadrilhas improvisadas ou artistas ditos “alternativos”, como D. Selma do Coco, Mestre Salustiano e a Banda de Pífanos de Caruaru. Outra característica deste polo é a inversão do sistema de segurança:

Enquanto no Bom Jesus a vigilância ocorria de fora para dentro, ou seja, ela era direcionada para quem não estava no eixo delimitado, no Moeda ocorria o contrário: a vigilância era exercida de dentro para fora (LEITE, 2007, p. 267).

Constata-se, portanto, que não é nenhuma novidade que os frequentadores deste lugar de maconheiro se aventurem nas artes de buscar garantir sua própria segurança. E, sobre ele, ainda vale destacar suas diversas temporalidades contemporâneas

Durante o dia, ela [a Rua da Moeda] nada tem que possa configurar um *espaço praticado*. Como outras ruas do bairro, limita-se a ser um

estacionamento para os inúmeros veículos que ocupam a pequena ilha (LEITE, 2007, p. 221 – itálico no original).

Recentemente, a cena mudou um pouco nos dias de fim de semana, reservando-se o bairro até às 16h ao “ambiente de lazer”, onde a circulação de veículos é restrita e os muitos polos do Antigo se tornam área de circulação de pedestres, ciclistas, patinadores, famílias com crianças, turistas e diletantes em busca de fruição de um tempo livre que é também marcado pela presença de trabalhadores de serviços públicos e privados voltados à recreação. Mas, a partir do entardecer, o Polo da Moeda continua a ser um “lugar” que, nos termos de Gojoba, merece a qualificação “de maconheiro”.

Dito isto, espero ter acrescentado um elemento significativo para compreender porque o percurso dos marchadores da maconha em Recife nos primeiros anos de sua Marcha não se alterou muito. Ele foi concentrado por quatro anos no Recife Antigo. O trajeto percorrido foi de aproximadamente 800 metros nos três primeiros anos. O ponto de partida divulgado era a Rua do Apolo, em frente ao Bar Fogão. Apesar da divulgação deste mesmo endereço entre 2008 e 2010, a Praça do Arsenal da Marinha se tornou local de concentração e início da Marcha da Maconha em Recife. Nestes anos, o Marco Zero foi ponto de passagem dos manifestantes e o destino final foi sempre a Rua da Moeda, onde – como é de praxe – os muitos bares situados na região oferecem opções de lazer para os manifestantes que queiram se divertir ao final da passeata. Este trajeto pode ser percorrido em, aproximadamente, dez minutos de caminhada, conforme exposto na imagem a seguir.

Figura 1: Percurso - Marcha da Maconha Recife, 2008-2010



Fonte: BRANDÃO, 2018

Além das semelhanças de trajeto, vale ressaltar que, nestas primeiras edições da Marcha, destacou-se a presença de um advogado idoso, vestido em trajes habituais ao seu *métier*: paletó escuro e gravata. Em 2008, o referido advogado, chamado Joel Câmara, portou a faixa de apresentação da Marcha por quase todo o percurso, suas opiniões repercutiram em todos os meios de comunicação que noticiaram a manifestação e a sua figura inspirou no ano seguinte a confecção de uma polêmica charge que compôs um convite que será apresentado e discutido adiante. Em 2009, ele se manteve como uma figura de destaque na manifestação, mas, nos anos seguintes, não apareceu mais (em fotos, convites, notícias de imprensa, nem nas próprias Marchas, segundo organizadores).

Assim, vale a pena expor uma destas imagens, difundida pela imprensa à época, expondo Joel Câmara (idoso sorridente), ao lado de outros ativistas que portavam uma faixa durante a Marcha da Maconha de Recife, em 2008. Entre os portadores da faixa, está Marcílio Cavalcanti (com camiseta verde, único a olhar para o lado no momento da fotografia).

Figura 2: Marcha da Maconha Recife, 2008



Fonte: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2008/05/marcha-damaconha-recife-pe.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2016. Foto: Sidclei Sobral / JC online

O noticiário, em 2008, não expôs estimativa de participantes, mas Gojoba afirmou que a Marcha começou “pequena” e, naquele ano, foi acompanhada por umas mil pessoas. Já o noticiário de 2009, indicou a presença de aproximadamente 1,5 mil manifestantes no primeiro ano desta Marcha⁹⁵. As fotos sugerem que houve elevação do número de participantes da primeira para a segunda edição, quando os organizadores estimaram a presença de duas mil pessoas. Segundo a Polícia Militar, este número se limitou a 500. Sobre a edição de 2010, localizei menos notícias de imprensa e as fotografias do ato indicam redução da quantidade de manifestantes. Em 2011, a frequência retornou ao mais elevado patamar dos anos anteriores, de acordo com as notícias da época, a estimativa da PM-PE continuava em 500 e a dos organizadores, 2000.

95 DP, 02/05/2009, “Marcha da Maconha ganha as ruas amanhã”. Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20090205_marcha.html>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

Outro público que se destacou foi o de policiais, sendo notado e registrado por um repórter que estimou a presença de trinta policiais militares no evento em 2008⁹⁶. Reconhecidos pela performance pacífica (CAMPOS, 2013, p. 51), os policiais observaram toda a Marcha, passando a maior parte do percurso dentro de viaturas automotivas climatizadas que seguiam o cortejo devidamente posicionadas à frente e atrás da multidão. Não houve detenção ou relato de abordagem policial a nenhum dos marchadores durante o evento em seu primeiro ano.

Os membros do cortejo mudaram não apenas em quantidade, mas também em adereços. Dentre os objetos que se destacaram entre os manifestantes, estavam claves e lenços de malabarismo, instrumentos musicais, skates, patins, bicicletas e até pranchas de surf; talvez para indicar que pessoas com diversas práticas se engajavam na manifestação.

A primeira edição foi marcada por um grande número de cartazes, algumas faixas e bandeiras portadas pelos marchadores ao longo do percurso. As imagens e palavras expostas nos cartazes expunham aspectos muito diferentes do problema: havia desde as menções genéricas à ideia de “legalização da maconha”, passando pela imagem muito repetida da folha de cannabis (que também se encontrava representada em máscaras e camisetas de manifestantes) e chegando até informações mais polêmicas, como a afirmação de que “Os Estados Unidos têm um convênio com o Brasil e paga 1300 dólares por preso, traficante ou usuário”. Havia ainda menções à ideia de promover “mais saúde e educação, menos prisão”, “maconha cura”, “cânhamo = emprego” e outras tantas que demonstram a diversidade de interesses e significados do problema; somente estas três últimas sequências de palavras reproduzidas de cartazes que circularam no evento já demonstram a atualidade simultânea de interesses que marcaram os três primeiros ciclos de atenção à maconha na história do Brasil.

As faixas no primeiro ano foram apenas duas, sendo uma produzida em tecido de origem vegetal escuro e pintada à mão, transportada à frente do cortejo durante todo o percurso com o nome da

96 Disponível em: <<http://www.caruaru360graus.com.br/v5/noticias/667/marcha+da+maconha+foi+pacifica+no+recife.html>>. Acesso em: 18 de mai. 2016.

manifestação, os dizeres “Legalize já!”, o nome da cidade e o desenho da folha de maconha. A outra faixa informava o nome do evento e o grupo que estava ali em apoio à causa: D.A. de História UFPE. As bandeiras também foram poucas: os vídeos e fotografias permitiram identificar uma pequena flâmula negra representando o apoio de anarquistas e uma grande bandeira de tecido branco com pinturas feitas à mão em um tom amarelo esverdeado e as palavras “Partido Verde” (pintadas em verde escuro). A observação de vídeos e fotografias permitiu constatar que nos anos seguintes desta fase de ameaças, as faixas se diversificaram, mas nunca se tornaram muito numerosas.

Em 2009, além da faixa de apresentação da Marcha, que sofrera uma pequena reforma acrescentando os dizeres “2ª Marcha da Maconha – Recife 2009”, havia uma faixa menor na cor branca, produzida em material sintético, com os dizeres “Marcha da Maconha Paraíba” e muitos desenhos representando a folha de cannabis. A presença desta última faixa decorria do impedimento que os paraibanos haviam encontrado para realizar sua marcha em João Pessoa.

Em 2010, havia uma única faixa, improvisada em tecido de TNT de cor verde. Esta tinha aproximadamente a mesma dimensão da que fora utilizada como abre-alas da passeata nos anos anteriores, ela tinha gravados – com pincel atômico preto – os seguintes dizeres: “Não quero traficar, mas quero fumar. Marcha da Maconha Recife 2010”.

Em 2011, surgiu a faixa que se tornou tradicional e tem sido portada por Ubirajara Ramos, um auditor da fazenda estadual que se inquietou com tanto preconceito em relação à maconha e decidiu estudar a questão, dedicando-se por cerca de dez anos a pesquisas no Brasil e no exterior, ele publicou recentemente uma síntese de suas descobertas (RAMOS, 2015). Neste ano, Bira, como é mais conhecido, mandou imprimir uma faixa em lona com uma afirmação que vem se tornando bastante recorrente no que tange às drogas: “O abuso de drogas é ruim, mas a guerra às drogas é pior”. Acrescida de uma referência à LEAP, mencionada como autora da frase, a faixa tinha ainda o logotipo da Marcha da Maconha impresso em verde sobre branco, na extremidade direita. Acima do logotipo, a inscrição “Recife 2011”.

O número de cartazes aumentou. Vários manifestantes marcharam portando um pedaço de papelão ou cartolina com mensagens curtas de apoio à legalização das transações com maconha. Alguns cartazes faziam referência a Deus e à família, afirmindo coisas como “maconheiro não nasce em chocadeira”, “maconheiro tem família” e “Deus criou a planta. Por que proibi-la?” em clara contraposição à Marcha da Família organizada por parlamentares evangélicos para competir com a da Maconha.

3.2.2 O que se diz em Marcha?

O número de vídeos acerca da Marcha da Maconha de Recife que foram compartilhados na rede mundial de computadores se elevou bastante. Considerando apenas o site *youtube.com*, há apenas dois registros em referência à edição de 2008, sendo um pequeno vídeo amador com duração de 54 segundos e o documentário produzido pela Sete Filmes (GUTERRES et al., 2008). No ano seguinte, há outros dois vídeos. Em 2010, eles somam quatro curtas produções bastante distintas e, finalmente, a edição de 2011 gerou o compartilhamento de uma dezena de registros audiovisuais diferentes no referido site. Para entender o que foi dito e feito durante as poucas horas de Marcha da Maconha, estes vídeos foram um recurso importante, talvez até mais do que as falas recolhidas posteriormente em entrevistas e interações informais com marchadores. Os vídeos permitem a disposição cronológica dos atos, a identificação de agentes e reações, bem como a reprodução de trechos do que foi dito em termos mais exatos – o que nem sempre é possível a partir de uma narrativa oral posterior.

Entre o que foi dito, destaco algumas máximas ecoadas como “palavras de ordem” que marcaram diferentes edições da passeata, mas antes de passar propriamente às palavras de ordem da Marcha da Maconha de Recife, faço mais uma pequena digressão sobre o sentido aqui empregado para o termo que se tornou polêmico nos movimentos sociais locais. Segundo Olivier Reboul (1975), o termo remonta à ideia de *slogan* ou, mais remotamente, reenvia à noção gaélica de “*sluagh-*

ghairm”: o grito de guerra de um clã. Trata-se de uma resolução comum a um grupo que pode ser expressa em uma fórmula discursiva muito breve, com uma única ou com apenas poucas palavras que sejam capazes de incitar e persuadir outras pessoas. Ainda segundo Reboul, é frequentemente impossível descobrir a origem de uma palavra de ordem. Menos que uma ordem propriamente dita, este sentido do termo expressa uma esperança de função persuasiva que, na metáfora aqui empregada, seria algo capaz de fundir grande parte do público à condição de *performer*. Segundo o autor,

Um verdadeiro slogan é o que deixa o adversário sem réplica, que exclui qualquer resposta, que não deixa outra escolha senão calar ou repetí-lo. Essa função “fática” [é] essencial, não apenas para prender a atenção, mas fechar a comunicação sobre si mesma, excluir qualquer interferência (REBOUL, 1975, p. 22).

A ação coletiva costuma ter um ou mais *slogans*, suas palavras de ordem ou “de desordem” (como postulam alguns novos movimentos sociais). Na Marcha da Maconha de Recife não é diferente. Na impossibilidade de precisar de onde vêm tais palavras, pode-se ao menos repertoriá-las e lançar algumas hipóteses sobre sua relação com antigos e novos interesses relativos à maconha.

O já clássico “*legalize it*” e sua variante brasileira “*legalize (já)*” marcam todas as edições da Marcha da Maconha de Recife. Eles estão nas roupas, nos acessórios, em músicas, em cartazes, em faixas e gritos dos manifestantes recifenses; e, provavelmente, estão presentes na grande maioria das manifestações que postulam uma legislação menos proibitiva das transações com maconha no Brasil. Em geral, durante estes atos não se reflete sobre o fato de já existirem leis que pesam sobre os mais diversos tipos de transação que se pode estabelecer com maconha e se cantarola em palavra de ordem um genérico “Olê, olê, olê, olá, *legalize já*”. Eventualmente, há declarações que parecem

reconhecer que já existe uma legalidade sobre a maconha, por exemplo em um cartaz da edição 2012 que afirmava “Não dá pra legalizar uma erva que já é legal pra caralho”. Porém, a diferença entre alterar e criar leis não parece estar presente na maioria das máximas persuasivas nem no anglicismo imortalizado na canção de Peter Tosh (*Legalize it*, 1976, uma espécie de hino de movimentos favoráveis à maconha). Oportuno lembrar que a canção sugere legalizar e não criticar.

As palavras de ordem não se resumem a jargões acríticos e “pedras” do *reggae* que circulam o mundo. Neste caso, um primeiro destaque é o que une muitos desses manifestantes, fundindo-os em uma característica comum, a saber: o fato de se reconhecer como “maconheiro”. Assim, muitos repetem, como credencial de união, uma apresentação que anuncia sua passagem coletiva pelas ruas: “Óia, óia, óia, maconheiro é bôia”. E, se na primeira edição se repetia muito uns versinhos primários que afirmavam algo como: “Êh, êh, êh / Êh, êh, êh / maconha”, o ano posterior veria surgir uma fórmula sintética que vem sendo empregada *ad abusum* para expressar a reversão do estigma do maconheiro em motivo de dignidade: “Sou maconheiro / com muito orgulho / com muito amor”. Esta é provavelmente a canção que mais envolve a multidão; logo que este refrão começa a entoar durante a passeata, ele passa a ser repetido pela multidão e por minutos seguidos se torna impossível estabelecer outra comunicação verbal em meio aos manifestantes.

Além do genérico “legalize (já)”, as demandas, propriamente ditas, dão lugar a palavras de ordem, como:

- “1, 2, 3, 4, 5, 1000, eu quero que a maconha legalize no Brasil”
 - presente desde a primeira edição;
- “Não pode proibir uma erva natural / Queremos plantar maca-nha no quintal”; ou ainda
- “Dilma Rousseff, legaliza o beck” – que coincide com o período do governo Dilma e marca a fase posterior, de confirmação da Marcha da Maconha de Recife

A dimensão moral de regulação da performance dos marchadores aparece na repetição da canção de Bezerra da Silva que afirma “Vou apertar, mas não vou acender agora / Se segura malandro / Pra fazer a cabeça tem hora”. Mas também há espaço para provocações, como “Ei, polícia, maconha é uma delícia!” ou “ôh, ôh, ôh, ôh, cadê o isqueiro? / demorou formar o bonde dos maconheiro”.

As corruptelas da linguagem aparecem de modo criativo em cartazes, como: “Boaconha” e “Legalize dilma vez”, que têm aparecido em diferentes edições desde 2012.

Em 2016, já na fase de reinvenção desta Marcha, as críticas são as mais frequentes palavras deste ato que não estava alheio à crise política que o país enfrentava no momento. Assim, o grupo Globo de comunicação era alvejado com um sonoro “Ei, Globo, o povo não é bobo!”, cartazes e camisetas que afirmavam “Desliga a Globo que melhora”. Porém, o Presidente interino da República era o maior alvo das palavras de ordem daquele ano, cuja síntese se expressa nos simples *slogans*: “Fora Temer!” e “Não, não vai ter golpe!”.

As questões econômicas também aparecem nos *slogans* dos marchadores, em termos de demandas de regulação de mercado varejista, como em 2011: “Assim não dá, ninguém aguenta, abaixo a cinquentinha de sessenta” que, mais tarde, em 2012, sofreu uma atualização monetária e mudou para “Assim não dá, ninguém aguenta, abaixo a cinquentinha de setenta”; mas também em termos de sugestões de políticas de economia agrícola que incidam sobre a propriedade e a acumulação privada de meios e resultados da produção, como em: “O latifúndio é uma vergonha, libere a terra pra plantar maconha”. A referida “cinquentinha” é uma porção de, aproximadamente, cinquenta gramas de maconha que era comercializada nos primeiros anos da Marcha por, aproximadamente, R\$ 50,00; mas sofreu importante inflação e, em 2016, chegou ao patamar de R\$ 100,00.

Outras questões sociais, como educação e segurança alimentar, emergem em palavras de ordem, como: “Arroz, feijão, maconha e educação”, mas indo além das palavras, os marchadores também consolidam gestos de solidariedade. Um exemplo desta solidariedade se

deu com a coleta de doações (roupas limpas e alimentos) para vítimas de enchentes na região Mata Sul de Pernambuco, no ano 2011.

Conhecendo inúmeras “terapias de substituição” – como as que têm sido experimentadas em Paris, na Organização Não Governamental (EGO – *Espoir Goutte d’Or*), dirigida pela pernambucana Lia Cavalcanti –, a maconha também aparece nas manifestações recifenses como sendo um importante agente terapêutico no tratamento da dependência a outras drogas que são apresentadas como potencialmente mais danosas. Ela é indicada como agente redutor de danos decorrentes do uso de *crack* e, em 2011, este foi um tema bastante recorrente nas falas de Flávio Campos que também foi responsável pela proposição de um gesto coletivo de reconhecimento ao Ministério Público de Pernambuco que recebeu uma salva de palmas por demanda deste *performer* quando passaram em frente à sede do órgão naquela edição da passeata.

Aqui é preciso apresentar mais um sujeito que emergiu como protagonista neste período e até o momento só deixou de acompanhar uma edição desta Marcha: a de 2016. Além de colaborar com a organização da manifestação e marchar pela maconha, ele defendeu esta manifestação em diversas circunstâncias. Trata-se de Flávio Campos de Acciolly Neto. À época de início desta Marcha, Flavinho – como era mais conhecido – estudava Terapia Ocupacional na UFPE e ocupava o posto de assessor da Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Governo de Pernambuco. Como Gojoba, Flavinho passou muitos anos vinculado ao curso universitário – que só veio a concluir em março de 2016. A participação no movimento estudantil foi um dos motivos apresentados por ele para justificar o que em 2011 já demonstrava que seria uma longa jornada na Universidade (entrevista Flávio Campos Neto, 26/11/2011). Ele foi membro do Diretório Acadêmico do curso e, como indica o site de internet da seccional Juventude, do Partido Socialista Brasileiro, ao qual é vinculado:

Iniciou a vida política no Movimento Estudantil da UFPE. Participou de vitoriosas campanhas eleitorais de Eduardo Campos, Ana Arraes,

Danilo Cabral, Waldemar Borges, João Fernando Coutinho, Aloísio Lessa, Marília Arraes, todas pelo PSB. Foi secretário executivo do Comitê Intersetorial de Juventude, conselheiro estadual de Políticas Sobre Drogas, vice-presidente nacional e hoje está como secretário nacional de Combate às Opressões da Juventude Socialista Brasileira. [...] também colaborou na implantação de importantes ações do governo do Estado de Pernambuco como o Pacto Pela Vida, Governo Presente, Mãe Coruja, Programa Atitude, Consultórios de Rua, Plano Estadual de Juventude, Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack (JSB, 2012. Disponível em: <http://www.jsb.org.br/not_det.asp?det=80>. Acesso em: 03 de set. 2016).

Além desta longa trajetória para um jovem nascido em 1985, vale ressaltar que ele é primo (em segundo grau) do mítico ex-governador Eduardo Campos, falecido tragicamente em um acidente aéreo durante sua campanha à Presidência da República, em 2014. A relação de parentesco com o ex-governador é frequentemente apresentada como um dos fatores que contribuiu para que Flávio Campos ocupasse postos de trabalho na gestão estadual, gozasse do apoio de líderes de seu Partido para disputar uma eleição para vereador em Recife no ano de 2012 e obtivesse canais privilegiados de acesso a outros gestores estaduais, incluindo aí o Secretário Estadual de Defesa Social que em 2010 insinuou uma das tentativas de impedimento à realização da Marcha da Maconha que será discutida adiante. O parentesco com o governador e o protagonismo de Flavinho na organização, realização e defesa das primeiras edições desta Marcha é certamente um dos fatores que compete para que o Coletivo Recife Resiste publique um texto afirmando que “a Marcha da Maconha parece ser um filho meio ovelha negra do Governo do Estado” (RESITE, 2011) que, em vez de incomodar o Poder, elogia.

Ao ouvir o relato de uma crítica feita por Pagu Bezerra⁹⁷ (em entrevista de 08/05/2012), segundo a qual, a Marcha teria um dono, Flávio Campos reagiu com firmeza e apontou alguns protagonistas desse processo até o ano de 2012:

Se tivesse isso, a gente fecharia e não deixaria que ninguém participasse, mas – muito pelo contrário – as reuniões são abertas, inclusive, nesse ano, eu acho que ninguém do Coletivo antigo tá participando; só Lula. Quem tá participando são pessoas novas e eu acho que isso é ótimo, excelente pro Movimento. [...] Agora, as pessoas que criticam e dizem que tem dono têm de reconhecer que muita gente do Movimento aqui botou seu nome, por exemplo, quando o Ministério Público quis vetar a Marcha num foi o Divino Espírito Santo que baixou lá e reverteu, foram pessoas: fui eu, foi Gojoba [...] Neco também, ele deu entrevista pros jornais. Então num tem isso de dono. Quem fala que a Marcha tem dono é porque nunca participou de uma reunião. [...] dono não tem, mas tem responsável. A gente tem pessoas responsáveis fazendo a Marcha (entrevista Flávio Campos, 15/05/2012).

Flávio Campos é um dos que lança questionamentos à cronologia da Marcha da Maconha em Recife. Além da participação nessa fase de ameaças, ele relatou em entrevista a Lorena Otero (2013, p. 43) que Recife teria Marchas da Maconha desde o ano de 2005, bem como me relatou que uma espécie de pré-Marcha teria sido realizada no ano de 2007. Ambas as referências eram atividades restritas a *campus* universitários da capital pernambucana.

97 Jovem então estudante da UFPE engajada no movimento estudantil universitário e bastante integrada aos comunicadores alternativos do Coletivo Recife Resiste.

3.2.3 Uma faixa e um afastamento

Voltando a um outro personagem que acompanha esta história desde seu período de “antecedentes”, destaco que Marcílio Cavalcanti iniciou seu afastamento da organização do MMM a partir da segunda edição da Marcha da Maconha em Recife. Ele ainda acompanhou a passeata na cidade em 2009 – o que é possível constatar por meio de fotos da manifestação, mas que o próprio Marcílio, durante entrevista, já não estava certo de ter acontecido. Como ele disse, fazendo referência à sua situação pessoal, “Nessa época, já tinha o crack” e sua militância se esfumava junto com as pedras que estava consumindo de modo compulsivo. O afastamento se consolidou quando, em 2010, não conseguiu localizar a faixa que havia sido produzida por um artista do bairro da Várzea especialmente para a Marcha da Maconha de Recife. Utilizada nos anos anteriores como uma espécie de “abre-alas” ou “documento de identidade” da manifestação, aquela faixa ficara sob os cuidados de Gojoba, que até hoje não faz nenhuma ideia de onde possa ter ido parar esse material. Marcílio diz que “se arretou” com o sumiço da faixa e não foi mais pra nada da Marcha da Maconha.

O afastamento deste que é um dos primeiros protagonistas desta performance não está associado a disputas estratégicas, nem do ponto de vista de perda de poder, nem do surgimento de nuances argumentativas ou performáticas das quais discordasse. A causa disso foi uma faixa, ou melhor, a falta dela. O sumiço da faixa suscitou uma emoção que todo pernambucano entende, mas raramente explica: “arretar-se”. Desta emoção decorre um primeiro afastamento que confirma a emergência de novos protagonistas. O sentido do termo “arretar”, que originalmente deriva do francês “arrêter” e, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://www.priberam.com/dlpo/arretar>), significa parar algo que está em curso, tem sido substancialmente alterado no Nordeste do Brasil e passou a ser reconhecido popularmente como sinônimo de qualidade positiva ou de emoção forte. Dizer que algo é arretado significa lhe atribuir aspectos benquistas. Por outro lado, alguém dizer que “arretou-se” ou que “ficou arretado” com alguma coisa, expressa

a ideia de que algo o emocionou de modo tão intenso que impediu a continuidade de seu envolvimento. Neste sentido, um ato que arreta está longe de ser estritamente racional-estratégico; trata-se, em verdade, de um misto de razão e emoção que em algum momento impede a continuidade da participação de quem se arreta.

Obviamente, o afastamento de Marcílio Cavalcanti também se deve à trajetória pessoal deste sujeito que, individualmente, segue seu caminho de altos e baixos, idas e vindas ao domínio da depressão psicológica e dependência química. O seu afastamento se deu em função de um drama pessoal que jamais foi revestido das características de publicidade que condicionam a pauta de discussões dos fóruns de organização, realização e defesa da Marcha da Maconha em Recife. Os organizadores que o conhecem são sensíveis à sua situação, mas não publicizam esta sensibilidade e as poucas menções que me fizeram acerca do tema foram em interações bastante informais e com poucos participantes. Assim, não se arretando a faixa que perambulava por algum lugar desconhecido, arretou-se a participação de um sujeito que foi várias vezes referido como um pioneiro ou um dos “dinossauros” da Marcha da Maconha de Recife.

Enquanto um se afastava, outros se destacavam e, neste segundo processo, a fase de ameaças contou com a importante atuação de um personagem que é jornalista por formação e cineasta por atuação. Conhecido como Neco Tabosa, este baiano, nascido na cidade de Itabuna, no ano de 1978, trabalhou em diferentes emissoras de televisão e na Prefeitura da Cidade do Recife. Sendo descendente de família pernambucana, veio morar em Recife quando ainda era estudante do ensino básico e, nesta cidade, decidiu estudar jornalismo porque à época ainda não existia um curso superior de cinema. Assim, Neco se formou bacharel em jornalismo pela UFPE e acumulou relações com vários jornalistas com quem conviveu como estudante ou colega de trabalho em diferentes experiências.

Interessado pelo tema, Neco que concluíra há pouco seu curso universitário, voltou aos bancos da Universidade para participar, em 2007, do seminário “A maconha no Brasil”. A partir dali, resolveu

propagandear sua disposição em contribuir para a organização da Marcha da Maconha em Recife. Manteve-se em contato com os organizadores e convidados do seminário, reuniu mais informações sobre o MMM e se colocou à inteira disposição para construir o Movimento em Recife. A trajetória (marcada pela interação com jornalistas locais) e a disposição de Neco fizeram com que ele se tornasse mais um dos primeiros a participar da organização desta Marcha, ele se somou a Marcílio Cavalcanti, Gojoba e Flávio Campos, passando a desempenhar o papel informal e espontâneo de assessor de imprensa da Marcha da Maconha em Recife. Isto perdurou até que, em 2012, as vésperas da manifestação coincidiram com o lançamento de um audiovisual que ele me disse ter sido o primeiro filme que dirigiu⁹⁸. A finalização e divulgação do seu próprio filme, também fizeram com que Neco se afastasse da organização e repassasse o contato de outras pessoas para os jornalistas que o procuravam.

A ação de Neco garantiu a já mencionada divulgação do evento por grandes empresas de comunicação e, na intenet, em veículos como um blog que se mantém como verdadeiro arquivo digital de imagens, vídeos e textos relativos ao Movimento Marcha da Maconha. Este blog tem um nome semelhante ao de um livro que teve dois volumes, lançados em 2009 e 2010. O livro se chamou “O fino da massa” (TABOSA, 2009; TABOSA, 2010) e o blog é o “Filipeta da Massa”⁹⁹. Com uma longa e volumosa existência, o blog foi alimentado por Neco Tabosa entre março de 2008 e junho de 2012. Além dos livros e do blog, ele também foi um dos principais responsáveis pela conquista do apoio de outros jornalistas e cineastas na cobertura do evento; tendo, por exemplo, transmitido muitas informações para a equipe de produção de um outro registro importante: o “Recicannabis” (GUTERRES et al., 2008) – o mencionado documentário audiovisual produzido pela Sete Filmes e distribuído em duas partes, com duração total de 16'18”,

98 “A vida plural de Lyka”. Disponível em: <<http://www.mostradofilmelivre.com/14/info.php?c=6878>>. Acesso em: 17 de ago. 2016.

99 Disponível em: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 17 de ago. 2016.

expondo imagens e entrevistas dos participantes da primeira edição da Marcha da Maconha em Recife. A ação deste sujeito contribuiu para a difusão de informações antes, durante e depois da realização das edições da Marcha em que ele atuou de modo mais destacável (2008-2011). Por isso, ele foi um dos convidados a um programa de televisão que, como será descrito adiante, pautou, em 2009, a realização da Marcha da Maconha em Recife.

Gojoba, por sua vez, articulou a difusão de notícias favoráveis à Marcha no ambiente informal de conversas entre militantes petistas, sindicalistas e movimentos sociais; tarefa em que teve apoio de várias pessoas, mas que o deixou pessoalmente identificado como responsável por esta Marcha. Ele afirma que tentou evitar essa associação da Marcha ao nome de uma única pessoa, mas só conseguiu quando se afastou da organização entre 2012 e 2014. Como ele afirmou, tornou-se parte da “turma da Marcha” ou “o menino da Marcha”:

[...] a turma da Marcha foi uma coisa que poxa, marcou, né, aí tinha a Se Liga! também, mas a primeira Marcha demarcou a história antiproibicionista no Estado da gente. A partir daí outros espaços se abriram. A partir daí, no PT, tinha uma galera que tentou me deslegitimar. [...] Eu fiquei conhecido como “o menino da Marcha” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Além das pessoas já mencionadas, o início da Marcha da Maconha em Recife contou também com o apoio de organizações sociais a que algumas destas pessoas se ligavam. Se, por um lado, não é possível afirmar que o PT-PE (como um todo) e a Prefeitura da Cidade do Recife tenham sido parceiros ou apoiadores deste movimento; pode-se, por outro lado, apontar o Centro de Prevenção às Dependências, o Instituto Papai e o Conselho Regional de Psicologia como organizações que deliberavam apoio à Marcha da Maconha. Tal apoio era devido ao engajamento de membros destas organizações no planejamento e execução do principal

ato do MMM. Assim, pode-se constatar que, inicialmente, o rol de apoiadores locais era bastante restrito, mas não foi empecilho para a realização da manifestação enfocada. Contudo, esta manifestação sempre esteve inserida em um movimento internacional de fronteiras mais amplas. Como escreveu Maristela Moraes, em e-mail datado de 4 de maio de 2009: “A Marcha da Maconha do Recife é um grande exemplo da determinação, coragem e organização do movimento antiproibicionista”. Para manter a exatidão, valeria acrescentar à declaração de Maristela que este movimento era restrito à maconha em seu início.

Na sequência de novas edições, a partir do ano de 2009 em que ocorreu uma importante vitória do MMM em Recife, outros atores e organizações se somaram ao apoio e garantia das condições necessárias à continuidade de um ato que passou a ser judicialmente reconhecido como legítimo. Isso demonstra o que tentarei doravante descrever: a adoção de uma identidade coletiva e a fusão de novos atores à performance de reivindicação.

3.2.4 Por que Coletivo?

Na sequência do afastamento de Marcílio Cavalcanti, multiplicaram-se as reuniões para organizar a Marcha, notadamente a partir de 2011. Como nos anos anteriores, estes encontros aconteceram principalmente na sede do DCE da UNICAP, sendo majoritariamente ocupados por membros do movimento estudantil de diferentes instituições. Gojoba, que a esta época já assumira maiores responsabilidades no governo municipal, diz não ter acompanhado muitas dessas reuniões e reconhece que chegou a ter papel determinante para a definição das datas de algumas a que, finalmente, não conseguiu nem comparecer devido aos compromissos que o envolviam no âmbito de seu trabalho junto à Prefeitura. Ele acrescenta que “nessa época era muita reunião quando chegava perto [da data] da Marcha”. Deste modo, outros atores foram se destacando nestes encontros que marcaram a difusão do emprego de uma denominação que, desde 2009, começara a ser utilizada para designar o grupo de organizadores dessa passeata: Coletivo Marcha da Maconha de Recife.

A autodenominação adotada corresponde a outras tentativas de constituição de uma identidade multifacetada sob a qual diferentes indivíduos se juntam e se apresentam em busca de um objetivo comum e em contraposição a outros indivíduos e coletivos. Porém, este raciocínio ainda está longe de expressar a particularidade de constituição do Coletivo aqui enfocado. Autodesignar-se “Coletivo Marcha da Maconha” expressava a identificação com um movimento internacional, mas também tinha bastante a ver com a preocupação de omitir e proteger identidades individuais em um momento em que era mais difícil assumir uma postura favorável às transações com maconha. Apesar desta intenção não ter sido plenamente atingida, ela foi muito bem compreendida e expressa nos traços de um cartunista que, no dia seguinte à primeira edição da Marcha em Recife, publicou a seguinte imagem no Jornal do Comércio (edição de 04 de maio de 2008):

Figura 3: Charge de Samuca, Jornal do Comércio, 04/05/2008



Fonte: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2008/05/samuca-dirio-depernambuco.html>>. Acesso em: 15 de ago. 2016

A postura favorável que todos os membros do MMM compartilhavam publicamente era em relação ao debate¹⁰⁰. Suas manifestações buscavam explicitamente promover debates, mas – apesar do esforço para fazer com que as pessoas não fumassem durante a Marcha – a pesquisa não identificou nessas manifestações nenhuma posição que pudesse ser caracterizada como “contrária à maconha”. Assim, o debate acerca do tema se passava em outros espaços, a Marcha propriamente dita era (e continua a ser) a manifestação de algumas posições desse debate, sendo os argumentos e as performances contrárias expressas em outros fóruns, por outros atores. As únicas ressalvas caberiam a considerações específicas sobre o uso dito “recreativo” ou o consumo da substância por crianças, como é possível constatar nas declarações a seguir.

O discurso de um jovem psicólogo, então conselheiro do CRP-02, apontava os termos da ressalva quanto ao uso recreativo. O discurso proferido de cima de um carro de som, a partir de um microfone que amplificava a mensagem para grande parte dos manifestantes, não parece ter gerado reações, nem positivas nem negativas. Ninguém deu prosseguimento à discussão e aparentemente não houve mais quem se dispusesse a apoiar naquela performance a posição da “categoria” nem tampouco contraditá-la. Segue um trecho do que foi dito naquela intervenção:

Nossa categoria de psicólogos está aqui apoando esse movimento, mas eu queria dizer que nós não recomendamos o uso recreativo de droga alguma, lícita ou ilícita. Nós entendemos que as relações

100 O objetivo do Movimento era “sensibilizar a população sobre a necessidade de discutir alternativas à proibição da maconha”. Cf.: Movimento Marcha da Maconha. *Carta de Princípios*. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.org/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 13 de set. 2012. Como aquele primeiro objetivo parece já ter sido alcançado, o Movimento continuou sua marcha com um objetivo alterado que atualmente é expresso nos seguintes termos: “A Marcha da Maconha Brasil é um movimento social, cultural e político, cujo objetivo é levantar a proibição hoje vigente em nosso país em relação ao plantio e consumo da cannabis, tanto para fins medicinais como recreativos”. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

dos seres humanos com o uso de substâncias psicoativas é complexo e tem importantes transversalidades históricas e culturais que não são consideradas na perspectiva conhecida como guerra às drogas. Portanto, condenamos a violência associada ao tráfico de maconha e consideramos que esta situação – o tráfico – é determinante na geração de violências (CHICO, conforme exposto no vídeo intitulado “Marcha da Maconha do Recife 2010 categoria de psicologos”¹⁰¹)

A ressalva ao consumo de maconha por crianças aparece de um modo generalista que orienta restrição de qualquer droga nesta fase da vida e esteve bem configurada em declarações de Flávio Campos durante a passeata de 2012. Dentre suas muitas falas ao microfone, vale destacar

Não estamos aqui para incentivar ninguém a usar maconha, tentam fazer as pessoas acreditarem que seria esse o nosso objetivo, que fazemos apologia à droga, mas não é isso. A gente sabe que tem gente que fuma maconha e a gente quer ter uma relação mais clara sobre isso. Inclusive, a gente reconhece que fumar maconha em alguns casos pode fazer mal, principalmente para crianças e, por isso, eu digo “Cuidado com as crianças, fumar maconha nessa fase pode trazer prejuízos pra vida toda” (quase-diário, 20/05/2012).

Voltando à escolha da identidade de “coletivo” para autodenominar as pessoas que organizam as Marchas da Maconha na cidade, há que se considerar, primeiramente, a identificação com um movimento internacional que já era composto por agrupamentos denominados “Coletivos”, mas também a preocupação de proteger

101 Disponível em: <<https://youtu.be/Vds0rz0BxpU>>. Acesso em: 31 de ago. 2016.

os indivíduos que se engajam nessa causa e, ainda, uma expressão de frustrações com outros processos de persecução de objetivos comuns, por exemplo, partidos políticos e sindicatos aos quais muitos organizadores da Marcha eram ligados.

Considerando apenas o exposto no site que congrega informações do MMM no Brasil, sobressaltam as características de descentralização, horizontalidade e ausência de líderes:

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um grupo de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada, com um núcleo-central que atua na manutenção do site marchadamaconha.net e do fórum de discussões a ele anexado. Apesar de existir tal núcleo, todo o trabalho é realizado de forma horizontal e coletiva entre uma rede de colaboradores, no qual os textos, artigos e todo tipo de trabalhos são compartilhados de acordo com as necessidades, disponibilidades e engajamento de cada um.

[...] todos somos membros desse Coletivo. Não temos líderes, coordenadores, caciques, nem presidentes. Muito menos presidentes honorários.

Gostaríamos tornar público que as responsabilidades do Coletivo Marcha da Maconha Brasil restringem-se às atuações de manter o site, o fórum e dar apoio na divulgação dos eventos locais. As responsabilidades pelas edições de cada cidade são dos organizadores locais, ainda que o Coletivo apóie essas edições com material de divulgação, procure orientar a melhor forma de realizá-las e ajude no diálogo entre as instituições e indivíduos. (Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/>>. Acesso em: 02 de set. 2016)

Como o foco da observação se voltou para o que dizem e fazem aqueles que se reúnem em Recife para organizar e realizar reivindicações por mudanças de normas relativas à maconha, não me detive a buscar entender se a experiência qualifica os marchadores como parte de um coletivo anárquico, de um movimento social ou de uma formação híbrida de frações de movimentos, sindicatos e partidos políticos. Tentei – por meio da observação participante e da análise de documentos multirreferenciados – identificar o processo pelo qual algumas pessoas se associaram, cooperaram e defenderam suas posições garantindo a realização, em Recife, de manifestações favoráveis a mudança de normas relativas à maconha em uma época que este tipo de ato vinha sendo judicial ou policialmente impedido em diversas cidades do Brasil. Neste processo, percebi uma preocupação constante dos organizadores da Marcha recifense em manter a horizontalidade da participação nas reuniões de organização e a descentralização de responsabilidades que eram assumidas voluntariamente tanto nas atividades prévias, quanto durante e depois da própria passeata.

No entanto, apesar de reconhecer esta orientação comum da ação dos protagonistas, pude perceber que algumas pessoas se repetiam na presença aos encontros relativos à Marcha e na assunção de responsabilidades relacionadas a ela. Nos termos de Gojoba, estas pessoas eram a “turma da Marcha”. Assim, o que se tem na prática é o surgimento de protagonistas que podem muito bem ser considerados “líderes” da Marcha da Maconha de Recife – mesmo que eventualmente não se autodenominem assim ou contestem seu próprio enquadramento em termos correlatos.

Esta figura de “líder”, como já referi na introdução deste trabalho, pode ser situada em algum ponto da linha de divisão entre o “chefe” (COHEN, 2013, 2015) e a “multidão sem mestres” (COHEN, 2014). As pessoas que desempenham o papel de liderança na Marcha da Maconha de Recife não se confundem com a figura de “comandante”, tomando distância das metáforas de guerra, elas se aproximam mais da metáfora dramatúrgica e desempenham um papel que as coloca em posição de destaque no palco em que se apresenta o grupo de que participam. Elas

influenciam as ações de outras pessoas mais porque realizam uma ação admirável, emocionante e inspiradora do que pelo fato de haverem conquistado um mandato de autoridade que lhes permita dar ordens. A própria ideia de “ordem” só se mostrou nessa experiência conjugada com o vocábulo “palavra”, indicando uma locução comunicacional de origem imprecisa e forma simples que pode ser apresentada também como *slogan* e é repetida por manifestantes que se identificam com seu conteúdo. As ordens dos líderes desta Marcha são portanto, no máximo, “palavras de ordem”, mas isto não os torna menos protagonistas da história enfocada.

Pelo menos um dos protagonistas costumava se apresentar como “coordenador da Marcha da Marcha de Recife” durante o período de observação participante, como se depreende da seguinte afirmação

Eu sou coordenador da Marcha da Maconha.
[...] eu fui indicado pra representar a UPE na coordenação da Marcha da Maconha na época, né, em... em 2007. [...] antes de existir o CAPE, Ingrid [Farias], Eduardo [Nunes], eles foram coordenadores de Marcha da Maconha, antes de existir CAPE (entrevista Lula Chagas, 13/09/2016).

Assim, percebo que a Marcha da Maconha de Recife teve quem se reconhecesse como seu coordenador e ainda apontasse outros que supostamente ocupavam a mesma posição. Apesar dessa autodenominação individual não ter sido identificada com frequência, a concentração de responsabilidades relativas à Marcha esteve fortemente posicionada em alguns de seus organizadores ao longo de todo o processo. Os documentos acessados ao longo da pesquisa indicam alguns destes atores na fase de “ameaças” e a observação participante permitiu identificar os que lhes sucederam nas fases de “confirmação” e “reinvenção”. A estes sujeitos, associo a categoria de “protagonistas” do MMM local porque eles estiveram muitas vezes em posições de destaque na performance de reivindicação enfocada.

Em um primeiro momento que antecede a criação do CAPE, como bem destacou Lula Chagas, estes protagonistas se identificavam como parte do referido Coletivo Marcha da Maconha de Recife, o que este entrevistado apontou como sendo

[...] um coletivo organizado, unido pra organizar a Marcha da Maconha. [...] E todas as suas atividades de entorno: debates, palestras e a própria Marcha em si. [...] Todos que chegaram no Coletivo Marcha da Maconha, eles vieram de outras entidades, praticamente. Eles vieram de outros meios, de outras atividades sociais porque justamente a Marcha buscava aqueles que eram mais notáveis na sua atividade, como foi o meu caso na UPE, o mais notável no ativismo canábico naquele momento era eu, então o próprio DCE da UPE foi que me indicou e que me mandou como representante estudantil da Universidade do Estado de Pernambuco (entrevista Lula Chagas, 13/09/2016).

A rotatividade de participação nas reuniões de organização da Marcha da Maconha e das “atividades de entorno” significou ausência de continuidade, coesão, frequência e identidade entre os que compunham o Coletivo Marcha da Maconha. Apesar da concentração de responsabilidades sobre poucas pessoas, a descontinuidade de participação foi uma das características que contribuiu para a renovação de lideranças na organização dessa passeata, permitindo que após o afastamento de seus primeiros protagonistas, outros viessem a ocupar o lugar e manter a organização do Movimento. Em que pese a menção por Lula Chagas de “atividades de entorno”, pude perceber que as atividades se concentravam no mês de realização da Marcha e, a partir de 2014, passaram a ocupar dois períodos específicos: o mês de maio em que habitualmente se realiza a Marcha da Maconha em Recife e o mês de novembro, marcado pelo “Dia internacional de luta pela legalização da cannabis medicinal” (27 de novembro).

Inicialmente, a restrição dos atos aos problemas relacionados com maconha e o fato do coletivo recifense não planejar a realização de passeatas em outras cidades foram os demais fatores que justificaram a primeira denominação de “Coletivo Marcha da Maconha – Recife”.

Em um balanço inicial do processo de enunciação de uma identidade coletiva para o grupo de pessoas que organizou as primeiras Marchas da Maconha em Recife, identifico todos os benefícios e riscos da identificação coletiva que foram tematizados por Jasper e McGary (2015). Em um primeiro momento, destacaram-se os benefícios. Deste modo, ratifico que reconhecer-se como parte de um Coletivo favoreceu a solidariedade entre os membros, o auto-orgulho, defendeu as individualidades por uma assignação de ação em nome do grupo e projetou-lhes um poder coletivo que é, no mínimo, proporcional às partes que o compõem.

3.2.5 Contendas judicial, policial e interna

Como já mencionado, em 2008, não houve nenhuma tentativa de impedimento por parte dos Poderes Judiciário ou Executivo, mas, no ano seguinte, o Ministério Público de Pernambuco (MP-PE) tentou impedir a manifestação e o juiz responsável pelo caso foi favorável aos manifestantes. Segundo o magistrado, sua decisão se apoiava na afirmação do direito de realizar “reunião pública pacífica” e no direito à “livre expressão de opinião”, assegurados na Constituição Federal e em acordos internacionais (CARVALHO FILHO, 2009).

O despacho final do Processo é um documento relativamente sucinto (com extensão de apenas quatro páginas). Ele se inicia com o relato da demanda do MP-PE, cujo objetivo era

[...] impedir a realização da denominada **“Marcha da Maconha”** nas ruas do Recife Antigo, prevista para o dia 3 de maio de 2009, a partir das 14h00, alegando que: a) colheu informações através da Internet da organização de um evento

denominado “Marcha da Maconha”, o qual está previsto para ocorrer no dia 3 de maio de 2009 [...] tendo como finalidade a apologia ao consumo da referida droga. b) Por se tratar de substância entorpecente, o incentivo ao seu consumo, através de um evento público, [...] perfaz a adequação à figura típica prevista no art. 33, inciso 2º, da Lei 11.343/06 [...] e sobram indícios do cometimento do ilícito de apologia ao crime, estatuído no art. 287, do Código Penal (CARVALHO FILHO, 2009, negrito no original).

Em seguida, o documento reproduz argumentos que, segundo o demandante (MP-PE), fundamentariam o impedimento solicitado. Os argumentos são três trechos de comunicação entre organizadores do evento que haviam circulado em uma lista de correspondência eletrônica. Os autores dos trechos citados são Gojoba, Neco Tabosa e alguém que se identificou como P.T. Em suas comunicações, eles ainda mencionam Pintolico e Álvaro Lobo.

Após reproduzir estes trechos, o juiz declara não vislumbrar nenhuma declaração que induza ao uso de maconha ou que “configure a alegada **apologia ao crime**” (negrito no original), arrematando sua argumentação com a declaração de que “Os Internautas pretendem realizar o mencionado Evento com o objetivo de ‘luta pela legalização da maconha’ ou ‘discussão do atual cenário legal da maconha’, uma manifestação de pensamento que lhe é assegurada pela Constituição Federal” (sic). Em seguida, cita artigos constitucionais e outros diplomas legais que embasam sua decisão de: 1º) indeferir o pedido liminar de suspensão da Marcha da Maconha, e 2º) determinar às autoridades policiais o acompanhamento de sua realização. Deste modo, o Doutor Alípio Carvalho Filho, um socialista de uma geração passada, nascido no sertão pernambucano ao final dos anos 1930, no município de Floresta, que é historicamente marcado pelo cultivo de maconha (ALEPE, 2000; IULIANELLI, 2006; IULIANELLI, FRAGA,

2011), tomou uma decisão que contrariava seus pares de outros Estados e antecipava o entendimento que seria posteriormente refletido na decisão do STF (2011). Isso deu muita repercussão para o próprio juiz que à época foi convidado a explicar sua decisão para vários jornalistas e, provavelmente, para muitos interlocutores em ambientes privados.

Dentre as maiores repercussões públicas da decisão, vale destacar sua participação em um programa audiovisual de debates transmitido simultaneamente para internet e quatro emissoras regionais de televisão, o Programa Pedro Paulo na TV, edição de 15/05/2009 (TV NOVA, 2009). Na ocasião, ele foi convidado a explicar as motivações de sua decisão em debate que envolvia, além do juiz e do apresentador, outros três convidados: a Promotora de Justiça do MP-PE, Andréa Karla Maranhão, a gestora de uma ONG que atendia pessoas que usam drogas, Cristina Mendonça e o já mencionado Neco Tabosa – apresentado na ocasião como “divulgador da Marcha da Maconha”. Apesar de muitas provocações, especialmente de Cristina Mendonça e de espectadores que fizeram questionamentos por telefone, o juiz não cedeu à sua compreensão de que a decisão que tomara havia sido a mais adequada ao ordenamento jurídico-institucional do regime democrático nacional. Não obstante, recusou-se a emitir uma opinião sobre seu posicionamento pessoal acerca da regulamentação da maconha no Brasil. Assim, as posições do juiz (em 2009) e da promotora (em 2008) demonstraram uma atuação judiciária que reflete a clássica imagem da Justiça como balança onde se apresentam divergências em uma sociedade democrática que tem espaço para a expressão das contradições do público e, a despeito de suas opiniões pessoais, eles não interditaram o direito de expressão.

Já no ano seguinte, em 2010, reagindo à provocação de um jornalista durante entrevista em programa de rádio¹⁰², o recém-nomeado Secretário Estadual de Defesa Social, Wilson Damázio, declarou-se contrário à manifestação, como demonstra o relato de Neco Tabosa:

102 “Super Manhã”, programa apresentado por Geraldo Freire dos Santos, vai ao ar na Rádio Jornal, de segunda a sábado, das 7h30 ao meio-dia. Tendo trabalhado em várias emissoras de rádio e televisão, o apresentador se tornou conhecido pelo codinome de “comunicador da maioria” e seu programa é um dos noticiários de maior audiência no Estado.

Cinco dias antes da marcha no Recife, o radialista Geraldo Freire recebeu no estúdio da Radio Jornal o Secretário – empossado há menos de uma semana na Secretaria de Defesa Social – o linha dura Wilson Damásio. No finzinho da entrevista, surge a provocação.

“O Senhor sabe que esse ano vai ter no Recife uma passeata chamada marcha da maconha? Que já tem data marcada e a organização já está distribuindo panfletos ensinando a fumar maconha?”

No susto, o Secretário engole a corda.

“Isso é uma atividade criminosa, a difusão desse tipo de entorpecente é considerada crime pela nossa lei especializada da área. Vamos trabalhar junto com as Polícias Militar e Civil para que isso não ocorra. Não podemos, de forma nenhuma, concordar com esse tipo de manifestação. (...) Vamos fazer o possível para proibir”

O repórter Eduardo Machado puxa a corda lançada pelo companheiro e o Secretário dá uma rebolada pra não dizer nem sim nem não.

“Então está proibida a Marcha da Maconha no Recife?”

“(...) É dever da Secretaria de Defesa Social reprimir esse evento, no entanto, vamos consultar o Ministério Público sobre o tema e acatar a decisão que eles tomarem sobre o assunto” (TABOSA, 2010b).

Assim que soube da declaração do chefe da segurança pública no Estado, Gojoba diz que resolveram ligar para a Secretaria e solicitar uma audiência com o titular da pasta. Não lembrando quem fez o telefonema, ele afirma que foram prontamente atendidos e Wilson Damázio recebeu a ele e Flávio Campos para debater o que consideravam ser um direito de manifestar opinião:

[...] a gente chegou lá e ele conversa e tal, educado, né, mas contra. E a gente: “É, mas é seu papel proibir?”. E ele: “Se vocês garantirem que ninguém vai fumar na marcha”. E a gente: “Mas num pode” e perguntou a ele “Tem quantos PM?”. E ele: “Tem cinquenta e tantos mil, tem outros da polícia civil”. [...] Ele falou quantos policiais tinha, acho que 6 mil ou 4 mil policiais civis. Aí eu disse: “É, o senhor tem quase 60 mil homens aí, armados, salário pago, com carro, num consegue fazer o pessoal parar de fumar maconha. Como é que a gente vai fazer? Isso num é papel da Marcha, da organização, impedir que as pessoas fumem maconha, é da polícia. O que a gente garante é que ninguém vai fazer apologia”. Esse era o debate que a gente fazia (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Apesar de ter de enfrentar mais esta ameaça de impedimento, a Marcha da Maconha continuou a ser realizada em Recife, incluindo – dentre outras coisas – pagamento de taxas à Prefeitura e comunicação de poucos jovens idealistas com jornalistas e autoridades estatais.

Os anos seguintes registraram novos impedimentos pelo Brasil afora, mas, em Recife, a marcha seguia ininterrupta desde sua primeira edição em 2008. Em 2011, nova tentativa de interdição foi iniciada por religiosos, que se congregaram em torno de um vereador e de um deputado estadual, para apresentar a demanda

ao MP. Entretanto, a experiência anterior deste órgão parece ter desencorajado os que tentavam cercear o MMM e provavelmente foi um dos motivos de sua ausência no momento de produzir um “Termo de Ajustamento de Conduta” que adiou a manifestação em uma semana devido ao fato de haver uma ampla reunião pública planejada pela prefeitura municipal para o mesmo horário e local previsto pelos organizadores da Marcha.

Além das resistências externas, havia divergências no interior do Movimento. A fachada ordeira, pacífica e legal era uma das motivações de muitas críticas internas de parte dos marchadores que não aceitavam a orientação de negar o uso de maconha ou dizer que o Movimento estava de acordo com as leis. Portanto, havia e ainda há no interior do MMM, pessoas que jamais aceitaram a recomendação de reservar o fumo de maconha para espaços e momentos diferentes da Marcha. Não reconhecem que esta postura seja adequada para expressar os interesses de quem vai à manifestação. Alguns ativistas destacaram desde o princípio sua posição contrária à orientação de não fumar durante a Marcha e não era evidente o sucesso dos organizadores na orientação de fachadas pessoais que convergissem com a fachada coletiva que estavam assumindo de acordo com a ordem, a paz e a legalidade.

Para complicar a situação, em 2009 surgiu uma charge que ofendia notadamente aqueles que já acumulavam insatisfação com a fachada legalista. A charge era acrescida de duas pequenas frases preparadas pelo cartunista Victor Zalma, como se reproduz a seguir:

Figura 4: Charge de Victor Zalma, convite 2009-2012

**SE É PRA FUMAR
NA MARCHA,
É MELHOR FICAR
EM CASA!
FICA EM CASA, DOIDÃO!!!**



Fonte: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 12 de ago. 2012

Victor Zalma é um cartunista pernambucano, radicado em São Paulo desde 2012. Amigo de Neco Tabosa, Zalma acompanhou as primeiras edições da Marcha da Maconha e preparou por iniciativa própria esta gravura que ofereceu aos organizadores da passeata. Inspirada em personagens que acompanharam a primeira edição em Recife, a charge foi utilizada para ilustrar um convite à edição 2009

nesta cidade. Abaixo do desenho, inseriam-se informações práticas, como data, hora e local da concentração. A gravura foi difundida como convite a cada nova edição da Marcha local até 2012, quando o acúmulo de contestações levou os organizadores a aboli-la de seus materiais de divulgação.

Atestando a preocupação dos organizadores em evitar que fumassem maconha durante a Marcha da Maconha, a imagem é uma boa demonstração de como os organizadores ajustam suas próprias performances e tentam regular a de seus companheiros marchadores de modo a evitar que o MMM seja associado a práticas ilícitas. Expondo vestimentas usuais para advogados e demonstrando desprezo para com uma figura estigmatizada que se aproxima do que Cavalcanti (1998) denomina “maconheiro bandeiroso”, a charge apresenta o violento gesto de chutar um dos personagens e reproduz palavras que indicam adequação a um tipo de público. A gravura insinua ainda que os marchadores defendem a legalização da maconha e podem até ser identificados com ela por meio de máscara que esconde o rosto e exponha uma folha da planta, mas se vestem com rigor e não realizam contravenções legais durante suas manifestações em espaços públicos.

A produção desta imagem e seu uso pelos organizadores da passeata como parte de um convite à manifestação retrata uma compreensão aprofundada do que Da Matta (1997) apresenta como sendo constitutivo da organização social brasileira: a oposição entre o espaço público e o privado, a casa e a rua. Seja a casa identificada com quaisquer polos de classe social, como a Casa-Grande e a senzala, os sobrados e os mucambos analisados por Freyre, ou seja ainda uma das figuras contemporâneas do apartamento e do barraco, a casa é – no dizer de Da Matta (1997) – o espaço reservado à intimidade que caracteriza o indivíduo como pessoa, enquanto a rua e o espaço público, de maneira geral, nega a intimidade, ameaça e potencializa a exposição ao perigo, representando “em princípio, [algo] negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora” (DA MATTÀ, 1997, p. 57). Dizer “fique em casa” para um consumidor de maconha que

não consegue passar uma tarde sem demonstrar que fuma é, de algum modo, uma forma de protegê-lo. Expor uma fictícia situação de agressão demonstra a ameaça presente na rua e reproduz o imaginário autoritário e estigmatizante que pesa sobre a figura do “maconheiro bandeiroso”. Por isso, entendo que a fachada manejada pelos organizadores como identidade coletiva nesta primeira fase de ameaças se aproxima daquela professada de um modo geral por uma sociedade resistente ao fumo da maconha.

Além das reuniões da época, das quais o pesquisador não participou e sobre as quais não foi possível encontrar registros, a internet serviu de meio para debater esta charge e muitos outros aspectos que incidem na organização do Movimento. Por isso, a internet foi base para coleta de informações de outros observadores do processo de organização das Marchas da Maconha em Recife, como se depreende dos trechos das mensagens transmitidas por e-mail entre militantes e utilizadas pelo Ministério Público no processo de 2009.

Veja-se, primeiramente, o convite difundido por Gojoba:

Galera beleza, este ano estamos dando continuidade a organização do movimento anti proibicionista em nosso estado, a reunião vai rolar hoje as 19 h no DCE da universidade católica de PE. Só com organização e agindo coletivamente, vamos avançar em nossa luta pela legalização da maconha (*apud* CARVALHO FILHO, 2009).

Em seguida, destaco uma das respostas, apresentada como sendo de autoria de Álvaro Lobo:

Pô galera, na boa, não penso q esse assunto deva ser tão grande importância, pois todo mundo sabe q vai ter polícia, isso é uma grande bobagem, pois em toda a marcha sempre se fumou [...] É até legal q a sociedade veja que numa grande reunião

de fumacê, não acontecem grandes problemas, pelo menos por parte dos maconheiros [...] (*apud* CARVALHO FILHO, 2009).

Outros que participaram da organização de algumas edições esparsas e criticaram muitas decisões implementadas pelo Coletivo Marcha da Maconha foram os ativistas do Coletivo Recife Resiste. Estes chegaram a publicar um libelo contra as escolhas de organização no ano de 2011, onde criticam desde data e local da manifestação até o caráter festivo, supostamente despolitizado, de acordo com a legislação, “ordeiro e pacífico” do Movimento que acusaram de ser governista, como se pode constatar no trecho a seguir:

A Marcha da Maconha em Recife acontece uma vez por ano em dias de domingo no Recife Antigo. Esse dado por si já aponta a festividade despolitizada da Marcha. Marchando de ponte em ponte numa cidade esvaziada, os participantes criam uma simulação de manifestação política que se completa num espetáculo oferecido às câmeras jornalísticas bem posicionadas pra captar a festa exótica. Enquanto isso nos microfones os “organizadores” insistem que se trata de um movimento ordeiro e pacífico, deixando nas entrelinhas que ao contrário de ser um movimento que incomoda o Poder é um movimento que o elogia. Por que inclusive a Marcha da Maconha parece ser um filho meio ovelha negra do Governo do Estado... (RESISTE, 2011).

Na sequência desta publicação, alguns membros do Coletivo Recife Resiste resolveram criar um espaço de discussões em plataforma digital que fosse além da troca de e-mails e que aproveitasse melhor uma rede social que estava se popularizando no Brasil: o *Facebook*. Assim,

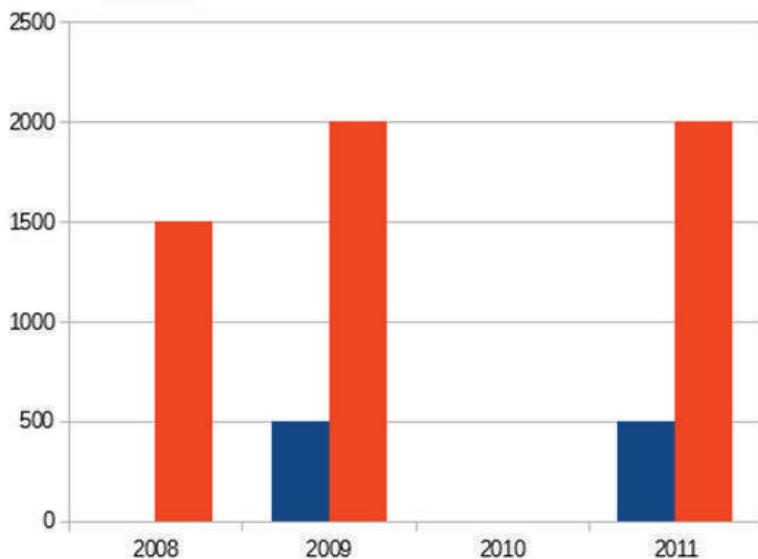
deram início nesta plataforma de comunicação a um grupo aberto sob o nome de “União de Coletivos da Marcha da Maconha Recife”, no qual era possível a qualquer interessado acessar e difundir informações, marcando novas atividades – além de reuniões para organizar a Marcha.

Isto posto, posso afirmar que, em meio a tantas contendidas, a Marcha da Maconha venceu o que até o momento é visto por todos os interlocutores da pesquisa como sendo a fase mais difícil para a manutenção das manifestações. Esta vitória tem a ver com muitos fatores, valendo destacar, da parte de seus protagonistas, a habilidade discursiva e a capacidade de difundir informações favoráveis ao direito de se manifestar. Mas, além da garantia dos direitos fundamentais de uma democracia, o fato destes protagonistas da Marcha da Maconha de Recife terem trajetórias de destaque no meio político local também influenciou a continuidade da manifestação e deu base para uma primeira disputa interna que é bem demonstrada pela crítica do Coletivo Recife Resiste.

3.2.6 Paradoxal fortalecimento a partir do contra-argumento

Conforme já sinalizei, a quarta edição da Marcha da Maconha de Recife, realizada no ano de 2011, foi uma das que contou com o maior número de manifestantes deste primeiro ciclo reivindicatório que não acompanhei diretamente. Considerando notícias publicadas pela imprensa local acerca destes eventos, pude identificar o público estimado pelos organizadores em três destas quatro edições. Por outro lado, a imprensa só noticiou a estimativa de público feita pela PM-PE nos anos 2009 e 2011.

Gráfico 2: Frequência estimada de participantes Marcha da Maconha em Recife, 2008 a 2011



Fonte: BRANDÃO, 2017 a partir de reportagens de jornais locais que referenciam autoridades e organizadores

As divergências de estimativa do número de participantes em protestos têm sido um tema bastante abordado por analistas políticos e sociólogos, o motivo de todo esse interesse é a suposição de que exista uma forte correlação entre frequência a manifestações de protesto e engajamento em movimentos sociais (SWANK; CLAPP, 1999, p. 51). No entanto, este determinismo vem sendo questionado por muitos estudiosos, como demonstrou Biggs (2015) em importante estudo da literatura. A frequência aos protestos ainda tem grande valor para os que se referem a eles, sendo comum encontrar estimativas bastante inferiores entre os adversários – o que já foi discutido também em vasta literatura, a exemplo de McCarthy e McPhail (*apud* BIGGS, 2015) que encontraram uma correlação da ordem de 0,71 entre a expectativa de público divulgada por organizadores e aquela reportada pela imprensa.

Nesta pesquisa, a estimativa de participantes divulgada pelas autoridades se limitou a 0,25 daquela avançada pelos organizadores. Estas diferenças alimentam discursos dissonantes em que os organizadores propagam uma grande adesão representada por um número crescente de participantes na Marcha da Maconha (entrevista Ingrid Farias, 01/07/2016) e os adversários se referem a estes manifestantes como sendo uns “poucos [que] têm voz” (ARAÚJO, 2008, p. 224). No meio dessa contenda, as autoridades governamentais se eximiram da responsabilidade de estimar o número de participantes de muitas manifestações públicas em Recife e, desde 2012, os representantes do Estado não contam ou não divulgam mais suas estimativas do número de participantes em manifestações¹⁰³.

Porém, o que mais importa aqui é perceber que o crescimento do número de participantes foi marcado pela repercussão de contendas com atores que não integram o MMM.

O entrevero com o recém-empossado Secretário Estadual de Defesa Social, em 2010, não repercutiu na elevação da frequência à manifestação, pois aparentemente se esclareceu o equívoco a que os radialistas o haviam induzido. Porém, tanto em 2009 quanto em 2011, a iniciativa de alguns parlamentares evangélicos se manifestarem contra a realização desta Marcha e solicitarem ao Ministério Público de Pernambuco que intervisse junto ao Poder Judiciário na tentativa de impedir a consumação do ato, foi algo que – como se diz popularmente – “deu IBOPE”, isto é, rendeu notícias e mobilizou participantes.

Em 2011, o MP-PE solicitou a mudança de data porque havia um evento para crianças marcado no mesmo local. Os horários das duas atividades eram diferentes: a infantil estava prevista para o horário da manhã, enquanto a Marcha da Maconha se concentra e percorre um trecho da cidade durante a tarde. Apesar da diferença de horário, os parlamentares consideravam necessário alterar a data da Marcha para evitar o encontro entre os públicos das duas atividades. Assim, a Promotoria de Cidadania (do Ministério Público) convocou

103 O que, diga-se de passagem, tem sido válido para diversas manifestações em Recife e outras grandes cidades brasileiras, inclusive nos recentes eventos favoráveis ou contrários à Presidenta da República afastada em 2016.

pessoas apontadas pelos parlamentares como sendo responsáveis pela organização da Marcha. Gojoba e Flávio Campos se apresentaram, sendo o primeiro acompanhado por um amigo que atuava profissionalmente como advogado do PT. A convocação foi feita na semana anterior à data prevista para a Marcha daquele ano; o que implicaria um grande esforço da parte dos organizadores para divulgar uma nova data e não asseguraria que alguém que já tivesse se programado, efetivamente fosse até o local. Assim, os organizadores da passeata apresentaram uma alternativa e firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado pelos dois militantes citados – que não localizaram cópias do documento, mas afirmaram que o conteúdo era muito sintético e os comprometia apenas a deslocar o local de concentração da manifestação para evitar o encontro dos marchadores com o público do evento infantil. E, deste modo, a Marcha nem passou pelos outros polos do Recife Antigo, iniciando e terminando no “lugar de maconheiro”.

Os parlamentares não se contentaram com a alteração dos planos dos marchadores e resolveram também fazer uma manifestação coletiva naquele mesmo dia. Como destacou uma das matérias jornalísticas, “insatisfeitos com a decisão do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que não pediu à Justiça a proibição da passeata, deputados da bancada evangélica articulam a Marcha da Família, como protesto”¹⁰⁴. Assim, em cada lado do Rio Capibaribe, separados por poucas centenas de metros, manifestaram-se os expoentes das extremidades da arena da maconha em Recife. Isso rendeu mais notícias e, considerando que a possibilidade da repercussão também tenha se ampliado em ambientes informais de conversação da militância de partidos políticos, sindicatos, organizações sociais, corporações estudantis e profissionais em que circulavam os signatários do TAC, torna-se possível compreender porque esta edição da Marcha teve uma das maiores frequências que se registrou na fase de ameaças.

104 Jornal do Comércio, 21/05/2011, “Simpaticantes da descriminalização da maconha e ala contrária realizam manifestação neste domingo”. Disponível em: <<http://waerp-design03.blogspot.com.br/2011/05/batalha-das-marchas-nas-ruas-do-recife.html>>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

A existência de sujeitos e propostas antagônicas é condição de reivindicação. A escolha dos modos de agir coletivamente depende, de algum modo, da compreensão de quem são os sujeitos, com quem eles podem contar (ou se identificar) e contra quem dirigirão suas performances. Porém, a identificação dos antagonistas nem sempre é evidente e, neste caso, como os antagonistas resolveram se anunciar, tornou-se mais fácil demonstrar contra o que se reivindicava. Além da dificuldade de identificação do antagonismo por parte dos envolvidos, é difícil dar-lhe uma visibilidade que vá além daqueles que se engajam diretamente na contenda; isto torna compreensível o agradecimento que Flávio Campos faz aos pastores: “eles que colocam a gente na mídia” (entrevista Flávio Campos, 15/05/2012). E eu ainda acrescento que eles favorecem a fusão do público à performance, pois ampliam a insatisfação e motivam o engajamento de quem discorda deles e poderia ser apenas informado ou atingido pela visualização da Marcha da Maconha.

Ainda considerando a dificuldade de identificar quem é parceiro ou adversário, destaco o Partido dos Trabalhadores, junto ao qual organizadores da Marcha da Maconha buscaram e conseguiram algum apoio no início de suas manifestações. Este Partido, por um lado, assegurou seu apoio em vários anos, de diferentes formas; notadamente com o pagamento, por parte de um vereador petista, do aluguel de um carro de som para acompanhar a manifestação. Por outro lado, do mesmo Partido vinham declarações contrárias ao MMM e, por exemplo, uma solicitação de elogio ao promotor que fora contrário à Marcha¹⁰⁵. Em meio às dificuldades de identificar antagonistas e aos riscos de generalizar as classificações, vale destacar que o mesmo MP que em 2009 iniciou uma ação judicial contra a realização da Marcha, desestimulou a continuidade de outra ação judicial que foi postulada por parlamentares evangélicos contra os organizadores da Marcha em

105 A partir de solicitação do vereador Luiz Eustáquio, aprovada por 17 votos contra 7, conforme noticiado pela Folha de Pernambuco, 03/05/2009, “Câmara aprova aplauso para promotor que tentou proibir Marcha da Maconha”. Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20091305_camar.html>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

2011. E, antes disso, havia – por meio de outros representantes – avaliado como “desnecessário” o impedimento judicial da passeata em 2008.

3.3 CONFIRMAÇÃO, 2012-2015

Essas marchas nos afirmam como gente, como sociedade querendo democratizar-se. (FREIRE, 1997)

Introduzir esta seção com uma menção ao patrono da educação nacional, o pernambucano Paulo Freire, pode parecer anacrônico e descontextualizado, mas às epígrafes se reservam muitas possibilidades. Anacrônico porque o trecho reproduzido da última entrevista do pedagogo antecede a realização de qualquer Marcha da Maconha. Descontextualizado porque a referência que Freire fazia naquela entrevista era à Marcha dos Sem-Terra. Porém, ele estendia sua impressão para um conjunto muito maior, declarando:

Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa Marcha que como outras marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo [...]. Eu morreria feliz se visse o Brasil cheio em seu tempo histórico de marchas. Marcha dos que não têm escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que recusam uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser [...] (FREIRE, 1997).

Ele faleceu antes de ver a Marcha destes que recusam uma obediência servil e tentam mudar as normas que lhes são impostas na expectativa de poder melhorar o mundo com as alternativas que apresentam. Por isso, a epígrafe freireana.

Até aqui, eu espero já ter demonstrado que, na fase de ameaças, o principal aspecto que mereceu destaque e favoreceu a continuidade da Marcha da Maconha em Recife foi a orientação geral de não fumar durante o evento. A partir da confirmação judicial do direito de realização desta Marcha se inicia uma transição importante no MMM local. Progressivamente, este Movimento amplia as causas de sua mobilização e vai se convertendo em um movimento contrário a diversas formas de proibição. Mas, antes de tratar da reinvenção do Movimento, vale dizer que – apesar da orientação de não fumar na Marcha, havia várias demonstrações de que os organizadores imaginavam que aquela orientação não seria plenamente seguida. Por isto, escolheram marchar inicialmente por perto de um “lugar de maconheiro”, bem como não assumiram junto ao comando das polícias nenhuma responsabilidade que fosse além de suas capacidades, atestando que não era dever de organizadores da Marcha impedir que as pessoas consumissem o que quisessem, mas – ao mesmo tempo – assumindo uma postura legalista, ordeira, pacífica, conciliadora e democrática que favoreceu a difusão de suas opiniões favoráveis à maconha. Não obstante, as trajetórias pessoais dos primeiros protagonistas locais foi muito importante para que eles pudessem interagir com formadores de opinião e autoridades públicas. Nada disso seria suficiente se suas performances não oportunizassem a fusão de espectadores em suas apresentações. O sucesso da performance foi assegurado também pela capacidade de demonstrar que se tratava de algo verossímil; seus organizadores não assumiram responsabilidades sobre nenhuma performance impossível de desenvolver. Por isso, foi possível a eles conservar a confiança de seus interlocutores.

Deste modo, a síntese da fase de ameaças destaca a capacidade de adaptação de falas e gestos dos protagonistas em função das diferenças situacionais; a fusão de parte do público e o engajamento de jovens líderes experientes no trato com gestores públicos e imprensa. Respectivamente, estes fatores asseguraram: a verossimilhança das performances, permitindo a difusão de opinião favorável à maconha; formação de novas lideranças do Movimento em nível local, garantindo continuidade da ação após o afastamento dos primeiros protagonistas; e,

finalmente, desenvolvimento de estratégias de discurso, ação e interação que não fossem impraticáveis e não incriminassem as performances de reivindicação coletiva. Parafraseando o sambista Bezerra da Silva, pode-se dizer que a mensagem das primeiras Marchas da Maconha em Recife estava muito próxima da ideia de “apertar, mas não acender agora”. O que os organizadores pediam, nem sempre de modo gentil, era: “Se segura, malandro, pra fazer a cabeça tem hora”. A orientação se devia ao fato de saber que “Quando os home da lei grampeia, o coro come toda hora”¹⁰⁶. A difusão da ideia de uma Marcha da Maconha sem maconha fez parte de uma performance adaptada para a imprensa e para aqueles que detinham autoridade. Para usar os termos de Goffman (1963), pode-se dizer que esta ideia era uma “fachada” manejada pelos organizadores com tal verossimilhança que convencia alguns daqueles com quem podiam antagonizar, mas também dava origem a críticas no interior do Movimento.

Assim, no período de ameaças, a Marcha consolidou sua fachada “ordeira, pacífica e em acordo com a legislação”. Considerando o modelo de Alexander (2006), vê-se que o “sucesso” desta fachada performática é inquestionável, pois ela convencia àqueles que a acompanhavam ou eram informados sobre ela. Foi ainda neste período que a Marcha de Recife conquistou seu público que, ao menos em termos numéricos, manteve-se muito semelhante nos anos seguintes – apesar das adversidades climáticas que pesaram sobre ele nas edições de 2014 e 2016, em boa parte realizadas sob chuva. O caráter ordeiro e sua correlata disposição de utilizar meios legais para promover uma alternativa em relação ao problema da maconha contribuiu para

106 Estes últimos trechos destacados entre aspas são excertos da canção “Malandragem dá um tempo”, o *hit* de Bezerra da Silva no álbum “Alô malandragem, maloca o flagrante”, lançado em 1986, vendendo mais de 300 mil cópias. A letra é de autoria de Adelzonilton, Popular P e Moacyr Bombeiro, mas a interpretação mais difundida é, sem dúvida, a do sambista, nascido em Recife e radicado no Rio de Janeiro, que se tornou conhecido como “embajador dos morros e favelas”. Muito ousado, Bezerra da Silva abordou temas polêmicos, como preconceito racial, corrupção política, criminalidade violenta, delação de “bandido”, seletividade penal e tráfico de drogas, notabilizou-se como defensor da maconha. Cf.: In: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/bezerra-da-silva/dados-artisticos>>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

que algumas pessoas compreendessem que aqueles que consomem maconha não fazem só isso nas suas vidas. Ademais, a performance “legalista” garantiu diálogos e algum nível de confiança de sujeitos que inicialmente eram muito resistentes às sugestões dos marchadores. Tudo isso competiu para que a Marcha da Maconha em Recife entrasse em uma nova fase de sua história – na qual o direito à manifestação não era mais questionado. Trata-se da fase de confirmação, que se estendeu de 2012 a 2015.

3.3.1 Direito à liberdade de expressão

Em nível nacional, a partir de 2011, o MMM experimentou um relativo vigor e passou a contar com novos apoiadores do direito de reivindicar novos direitos. A multiplicação de Marchas (tanto aquelas efetivamente realizadas quanto aquelas impedidas por via judicial ou policial) levou o debate a esferas superiores de mediação de conflitos: Ministério Público e Tribunais de Justiça foram acionados para impedir a manifestação em muitas cidades brasileiras até que o processo chegassem ao Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental número 187 (ADPF 187). Iniciada pela Procuradoria Geral da República, em julho de 2009, a ADPF teve início pela argumentação da Procuradora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira postulando que a proibição da Marcha da Maconha violava os artigos 5 e 220 da Constituição Federal, garantidores dos direitos de expressão e reunião (STF, 2011). Assim, iniciou-se mais um longo processo na Suprema Corte nacional, cujo desfecho favoreceu o Movimento Marcha da Maconha – que saiu da contenda fortalecido com a decisão expressa pelo STF, em 15 de junho de 2011, declarando por unanimidade a legalidade de manifestações, como a Marcha da Maconha, cujo foco seja a reunião pacífica para difundir opinião.

A documentação do processo ressalta a ilicitude de “uma reunião em que as pessoas se encontrassem para consumir drogas ilegais ou para instigar terceiros a usá-las”, assegurando, logo em seguida, que “Não é este o caso de reunião voltada à crítica da legalização penal e de

políticas públicas em vigor, em que se defenda a legalização das drogas em geral, ou de alguma substância entorpecente em particular” (STF, 2011, p. 95). Na decisão, ficaram registradas algumas condicionalidades expressas pelo Ministro Luiz Fux, segundo o qual estas manifestações deveriam observar os seguintes parâmetros:

- 1) trate-se de reunião pacífica, sem armas, previamente noticiada às autoridades públicas quanto à data, ao horário, ao local e ao objetivo, e sem incitação à violência; 2) não haja incitação, incentivo ou estímulo ao consumo de entorpecentes na sua realização; 3) não haja consumo de entorpecentes na ocasião; 4) não haja a participação ativa de crianças e adolescentes na sua realização (STF, 2011, p. 153).

No ano seguinte à decisão do STF, consolidou-se uma interpretação dos fatos e das leis de acordo com a do magistrado recifense em 2009. A ressalva supracitada parece descrever a fachada performática que o MMM criara para si em Recife. A partir da decisão da suprema corte nacional, mais de trinta cidades brasileiras testemunharam a realização de Marchas da Maconha apenas em 2012¹⁰⁷. Em geral, estas manifestações não representaram ocasião especial para a prática de atos ilícitos, tampouco este tipo de postura parece ter sido estimulada. Os manifestantes realizaram passeatas mais ou menos volumosas e bonitas,

107 Contudo, ainda houve tentativa de impedir a manifestação em Manaus e Diadema. Segundo o sociólogo Renato Cinco, vereador na capital do Rio de Janeiro pelo PSOL (2013-2016) e envolvido com a organização da Marcha da Maconha nesta cidade, o comandante da Polícia Militar do Amazonas ameaçou pessoalmente os organizadores em Manaus. Já em Diadema, no interior de São Paulo, o prefeito Mário Reali (do Partido dos Trabalhadores) expediu ofício afrontando decisão do STF e proibindo a manifestação. No Rio de Janeiro, ao final da passeata, a ação da polícia provocou conflito com manifestantes e, em Belo Horizonte, houve problemas e dois ativistas foram presos. Cf.: CINCO, R. “Não Vamos nos Intimidar!”. In: Hempadão. Disponível em: <<http://www.hempadao.blogspot.com.br/2012/05/nao-vamos-nos-intimidar-observacoes-168.html>>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

bem como pacíficas na grande maioria dos casos. Porém, como os militantes recifenses haviam indicado ao Secretário de Defesa Social de Pernambuco, não tinham como garantir que não houvesse “consumo de entorpecentes” durante estes atos. Assim, foi possível observar a presença de homens e mulheres oriundos dos mais diversos segmentos sociais e classes etárias. As máscaras e fantasias utilizadas por alguns manifestantes se somaram às músicas, aos cartazes e às palavras de ordem que contribuíram para configurar manifestações criativas que tiveram bastante repercussão nos meios de comunicação de massa e internet. Mas também é importante reconhecer que alguma maconha foi queimada nestes atos pelo Brasil afora.

Em Recife, o percurso da Marcha da Maconha cresceu a partir de 2011, chegando à marca de 1,8 km, mas como se pode observar na próxima figura, ele ainda continuava muito próximo à região da cidade que fazia parte da tática relatada por Gojoba de se manifestar onde já tivesse grande concentração de maconheiros.

Figura 5: Percurso - Marcha da Maconha Recife, 2011 e 2012



Fonte: BRANDÃO, 2018

Apesar do trajeto ter continuado no entorno do Recife Antigo, bem como a concentração e o encerramento continuarem no “lugar de maconheiro”, o novo percurso demonstrou que a Marcha da Maconha estava atravessando suas primeiras pontes em Recife. Estas pontes simbolizam o início da transição para uma fase de mudanças em que o direito de reivindicar novos direitos estava devidamente reconhecido. Assim, podia-se esperar que os marchadores dessem um passo maior do que a obviedade que carecera de reconhecimento da cúpula judiciária nacional, mas eles não fizeram exatamente isso. A Marcha em Recife se manteve muito semelhante durante o período de 2012 a 2015, aqui denominado de “confirmação”. A preocupação em evitar que os marchadores fumassem maconha continuava presente. A busca de uma performance que não violasse pressupostos legais continuava a ser uma das principais características da manifestação. A inovação mais significativa do período se deu fora da Marcha, nos processos de organização e nas discussões que aconteciam em outras situações.

Também seria legítimo imaginar que a garantia do direito de expressão no topo do judiciário nacional, atraísse novos simpatizantes para a causa, mas isso não se verificou em termos numericamente significativos, como já foi sinalizado.

A referida decisão judicial era um dos elementos mobilizados na divulgação do evento, como é possível atestar pela confecção de uma camiseta padronizada para os marchadores que, dentre outras informações, expunha uma imagem representando um carimbo arredondado. Nas extremidades deste “carimbo” havia as palavras “aprovada pelo” e “Marcha da Maconha Recife 2012” e, ao centro deste símbolo, foi gravada a sigla “STF”:

Figura 6: Camiseta Marcha da Maconha Recife 2012



Fonte: Perfil Facebook Marcha da Maconha Recife. Créditos da imagem não informados

As camisetas padronizadas, diga-se de passagem, já não eram novidade. Em alguns anos, houve uma padronização diferente para organizadores e demais marchadores – como em 2011, onde a camiseta dos organizadores foi produzida na cor preta e a que foi vendida aos demais interessados foi branca. A venda destas camisetas tem assegurado o pagamento de algumas despesas necessárias à realização do ato.

3.3.2 Novos organizadores

Como já sinalizado, os protagonistas das primeiras edições estavam mais distantes. E, como afirmou Flávio Campos em 2012, constatamos que

[...] outros coletivos chegaram pra participar, chegaram pra construção da Marcha com muita agressividade, dizendo que num quer, que num pode, que partido num pode participar, quem é de partido num pode participar, que tá servindo de trampolim político pra muita gente, que essas pessoas têm de sair... enfim. Eu fiz: "Oh, quer saber? Eu num tou participando da Marcha pra tá discutindo se a minha participação é legítima ou num é legítima. Eu já dei minha contribuição pra esse movimento e agora toquem aí. Eu ajudo se puder e como puder, mas já dei minha contribuição pra esse movimento". E aí também dei uma afastada [...] (entrevista Flávio Campos, 15/05/2012).

Assim, abriu-se espaço para a emergência de novas figuras nesse processo organizativo.

Em um primeiro momento da fase de confirmação, Lula Chagas parece ter assumido o legado. Em anos anteriores, ele já havia se ocupado da comunicação da passeata a autoridades públicas, bem como tinha sido o responsável por recolher doações e pagar taxas aos órgãos de controle urbano em 2011. Além disso, de modo reativo à criação de uma comunidade no *Facebook* sob o nome de “União de Coletivos da Marcha da Maconha de Recife”, ele também criou um grupo de discussões no *Facebook*, em 2012, sob o nome de “Marcha da Maconha Recife”. Progressivamente, as interações digitais visando ao planejamento da manifestação se concentraram neste novo grupo, cujo nome reproduzia a denominação de um perfil que já atuava naquela rede social há pelo menos um ano e também era gerido por Lula Chagas.

Deste modo, a primeira parte da fase de confirmação da Marcha da Maconha em Recife foi fortemente marcada pela atuação de Lula Chagas. A comunicação por meio da internet já vinha sendo utilizada com muita frequência e com grande repercussão entre os organizadores da Marcha – o que é fácil de constatar, por exemplo, pelo fato do Ministério Público ter recorrido a mensagens trocadas por correio eletrônico para embasar sua petição de impedimento da manifestação em 2009. Mas o advento das chamadas “redes sociais” na internet trouxe a significativa novidade de facilitar a comunicação com um público desconhecido que jamais participara de eventos anteriores do MMM, mas – por motivos diversos – interessava-se pelo tema. O fato de Lula ter criado um primeiro perfil intitulado “Marcha da Maconha Recife” no emergente *Facebook* foi um trunfo para que suas impressões sobre o processo se difundissem. Logo depois, ele criou um grupo de discussões. Assim, concentrou a publicação de relatos breves das reuniões de organização, convites, bem como a difusão dos demais temas que considerasse relevantes. Lula Chagas anteviu o sucesso e a concentração no *Facebook* de suas interações em ambiente virtual ajudou a consolidar seu novo papel de protagonista da organização do MMM em Recife. Esta nova rede social suplantou a precedente *Orkut* e a troca de e-mails.

De modo distinto dos anos anteriores, Lula ficou isolado na organização da Marcha. As reuniões com de organização da passeata, a partir de 2012, foram divulgadas principalmente a partir do referido perfil de *Facebook*. Sempre havia participantes, de modo que podiam ser realizadas, mas – como Lula mesmo destacou (entrevista 13/09/2016): “Teve ano que foram três. Três pessoas colocaram a Marcha na rua [...] o Coletivo da Marcha da Maconha tinha três integrantes e a gente colocou a Marcha na rua”. Além dos três, verifiquei que cada reunião de organização da Marcha costumava ter mais alguns poucos participantes que representavam o papel de novos aderentes ao Movimento e demandavam a revisão de várias questões que tinham sido resolvidas anteriormente. Presenciado três reuniões de organização em 2012, fiquei impressionado com a circularidade da discussão que, na prática, exigia revisar o que já havia sido discutido e resolvido.

Os sujeitos que haviam desempenhado papéis protagonistas nas edições anteriores não estavam participando dessas reuniões e não viram, por exemplo, a impossibilidade de usar o DCE da Universidade Católica que marcou uma época desta organização, coincidindo justamente com o período de gestão de uma diretoria simpática à causa. Os pioneiros não acompanharam de perto o que passou a ser bastante repelido naquele período: a presença de ideias e representantes de partidos políticos na organização e realização da Marcha da Maconha. Ao mesmo tempo em que a presença de Flávio Campos era diretamente questionada, outros eram hostilizados na ausência. Referidos como “dinossauros” por alguns novos organizadores, ficava parecendo que o tempo daqueles havia realmente passado, mas – ao chegar na performance propriamente dita – víamos que eram os militantes de partidos políticos que melhor conheciam aquele palco e os seus recursos. Estando os dinossauros ocupados em outros projetos, surgiam novos protagonistas. Lula reinava nos bastidores, na gestão da informação, nos ensaios, mas na hora do show outros *performers* que conheciam o *métier* partidário passavam à frente. Por mais contraditório que isso possa parecer, Lula Chagas desempenhou um papel que me parece muito próximo à ideia de um “protagonista dos bastidores”.

Em um primeiro momento da fase de confirmação, os militantes do Partido Pirata¹⁰⁸ ocuparam posição de destaque na performance reivindicativa. Este Partido estava se organizando a

108 Originário da Suíça, o Partido Pirata tem como principal estratégia o fim da propriedade privada de informações e tecnologias. Após diversas reuniões de simpatizantes das estratégias do Partido no Brasil, o ato de fundação do Partido Pirata do Brasil aconteceu em Recife em julho de 2012. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/politica/27544-partido-pirata-do-brasil-e-criado-no-recife.htm>>. Acesso em: 16 de set. 2016. Além da fundação e constituição de personalidade jurídica, a legislação nacional exige a coleta de assinaturas de apoio de 0,5% dos votantes na última eleição para a Câmara dos Deputados. Os apoios devem se distribuir por ao menos nove unidades da federação, sendo necessário o apoio de, no mínimo, 0,1% do eleitorado de cada uma destas unidades. Cumpridas essas exigências, é possível registrar a agremiação no Tribunal Superior Eleitoral e, consequentemente, disputar eleições. Disponível em: <<http://www.justiciaeleitoral.jus.br/arquivos/partidos-politicos-fundacao-criacao-e-registro-roteiroseje>>. Acesso em: 20 de set. 2016. Este Partido jamais conseguiu o elevado número de assinaturas de apoio, estimado em 2012 em pouco mais de 490 mil eleitores.

partir do interesse de alguns jovens que tinham influência anarquista em sua formação, o que contribuiu para que sua presença não fosse percebida pelos críticos dos dinossauros como a de mais sujeitos que quisessem utilizar aquela performance como um trampolim para as eleições. Alguns militantes do já tradicional PT passaram a ocupar o espaço com mais frequência, acompanhando reuniões de organização, expressando-se no microfone que habitualmente acompanha a passeata e assumindo posições importantes no cortejo. Não se destacava mais o Partido Verde que havia levado a maior bandeira à primeira edição da Marcha, mas ainda se via Edilson Silva, liderança do PSOL que sempre gozou da receptividade deste público. Ele é o único militante partidário que disputou as diversas eleições¹⁰⁹ realizadas no período e participou de todas as edições da Marcha da Maconha em Recife. Ao ter sua participação publicamente questionada por uma fala de Flávio Campos amplificada pelo microfone na edição de 2012, Edilson rapidamente se dirigiu ao mesmo microfone e foi ovacionado por muitos marchadores, demonstrando o reconhecimento que angariara como político fiel à causa ou o desprezo de que Flávio vinha se tornando alvo. Era um momento em que o Partido Verde estava tomando um atalho à direita, o PSTU¹¹⁰ não tinha presença destacável na Marcha da Maconha de Recife e o PSOL ainda não havia formado uma posição coesa sobre a questão.

Na fase de confirmação, mantiveram-se muitas características do período de ameaças, inclusive a – inicialmente fundamental – fachada de colaboração com a ordem instituída. Ainda em 2012, pagou-se taxa a órgãos públicos, informou-se às polícias e tentou-se atender a todas as recomendações judiciais – seja no âmbito do estado de Pernambuco, seja no Acórdão firmado pelo STF (2011) que incluía as

109 Disputou o cargo de vereador de Recife, em 2012 (obtendo a maior votação naquele pleito, mas não se elegeu porque seu Partido não atingiu o mínimo quociente eleitoral definido pela legislação nacional). Em 2014, candidatou-se (e foi eleito) deputado estadual em Pernambuco. Em 2016, foi candidato a prefeito de Recife.

110 Único partido brasileiro que à época tinha uma posição coesa em relação ao tema da regulamentação das transações com drogas, pois como afirmou Henrique Carneiro, então membro deste partido: “[...] o PSTU já assumiu claramente, do ponto de vista do programa, a noção de legalização de todas as drogas” (*apud* DELMANTO, 2013, p. 273).

mencionadas condicionalidades expressas pelo Ministro Fux. Por outro lado, como será destacado adiante, esta fase da Marcha da Maconha em Recife marcou a diversificação de atividades que lhe eram associadas e viu surgir um novo Coletivo.

Enquanto isso, mais divergências surgiam no interior do Movimento. A reedição do convite com a polêmica charge de Victor Zalma rendeu longos debates em reuniões, e-mail e redes sociais. A imagem e as ideias expostas naquela ilustração representam importantes divergências do MMM. Isto nos permite subscrever o que postula Mutzenberg (2008) acerca da política e dos movimentos sociais: não há uma “vontade única” no interior do Movimento organizado para defender a mudança de leis relativas à maconha. As divergências se revelam também em extratos de comunicação escrita entre participantes de uma rede social em ambiente virtual:

Depois que conseguirmos o direito de fumar e cultivar, fumaremos em lugares apropriados para tal fim. Durante a marcha, temos que mostrar à população e ao governo que somos capazes de agir como cidadãos de bem (Rogério Lapônico, 18/03/2012).

[...] cidadãos de bem, usando terno e gravata, maleta, cheirosos, bem comportados, batendo no rasta “doidão” e aplaudindo a polícia. É bem a cara dessa marcha mesmo [...] (Allan Luna, 18/03/2012).

Contrapondo a charge às posturas observadas durante as Marchas, a evocação do termo “intriga” ganha uma acepção mais próxima da ideia de ação conscientemente deliberada por um ou mais agentes para obter vantagem ou desqualificar opiniões divergentes expressas por atores que não participaram do processo de deliberação.

A charge pode então ser compreendida como parte de uma intriga tramada por organizadores do Movimento contra alguns

daqueles que não participaram das situações e discussões que levaram à decisão de não fumar maconha durante estas Marchas. Trata-se de uma intriga de simbologia violenta que, no entanto, não foi determinante para a realização da situação ilustrada e – apesar da charge e de inúmeros discursos repulsando o consumo de maconha – a observação me permitiu constatar que alguns participantes fumaram cannabis ao longo de todas as Marchas em que estive presente. Para evitar esse tipo de conduta, organizou-se uma comissão que ficou conhecida como “Segura a Lombra”, cuja ação consistia em convidar a apagar os “baseados” e guardá-los para outros momentos. Os que acendiam cigarros de maconha durante a Marcha não eram impedidos, chutados nem expulsos por outros marchadores. A manifestação se constituía portanto em um espaço de tolerância no qual não se reproduziam as tensões decorrentes da ação policial que visa deter o consumo de maconha.

Para ilustrar as divergências internas que persistem na arena virtual, reproduzo mais alguns trechos da discussão realizada em 18 de março de 2012 por meio de mensagens públicas no *Facebook*, após a difusão pelo perfil “Marcha da Maconha Recife” do convite com a ilustração de Zalma. Omito a identificação dos debatedores que não foram consultados sobre sua exposição neste relato:

Comentário 3: Imbecilidade sem limite! Chega a beirar o ridículo essa foto ser postada por um movimento pró-maconha. Idiotas fascistóides!!!! Vão colocar segurança particular no dia da marcha para coibir os ‘abusos’ dos maconheiros?? Que tal infiltrar policiais à paisana para prender a galera??

Comentário 4: é um movimento pró-maconha. Fumar maconha ainda é proibido. Se for pra fumar, fica em casa. A Marcha é um movimento que busca a legalização, mas não se pode buscar legalização em uma marcha com os integrantes da mesma comentendo ilegalidade.

A discussão seguiu com dezenas de comentários, incluindo uma longa justificativa postada a partir do perfil “Marcha da Maconha Recife”:

[...] tudo que foi discutido aqui já tinha sido discutido com as pessoas que estão fazendo parte do coletivo deste ano, e quase todos estão participando do coletivo de organização deste evento pela primeira vez, um cidadão igual a qualquer outro aqui, mandou esta arte para ver se poderia ser usada este ano, e, por motivos óbvios, pelo menos pra maioria, ele não está sendo usado, não faz parte da divulgação deste ano, mas não podíamos simplesmente deleta-lo sem saber a opinião das pessoas, mesmo que sejam “agressivas”, mas aqui já estamos acostumados a sermos agredidos deliberadamente a muito tempo, e esse panfleto não está sendo usado, colocamos ele para que todos tivessem acesso e pudessem opinar sobre sua “agressão” ou “intenção de agredir”, aconteceu um erro de não anotar na postagem “o que vocês acham deste panfleto??”, que foi produzido por alguém que não “é dono da marcha”, e depois o mesmo camarada fez o panfleto que está sendo usado atualmente como oficial, e esta frase “SE FOR PRA FUMAR NA MARCHA, É MELHOR FICAR EM CASA” tem vários sentidos e conotações, e ela foi pensada assim, pra chamar a atenção mesmo, pra levantar debate, pelo visto, quem a idealizou desta maneira acertou, para finalizar, reforçando, este panfleto não faz parte da propaganda oficial da marcha da maconha recife, ele é uma proposta que nos [foi] enviada, e não foi aceito.

Apesar desta tentativa de descredenciar a postagem, houve reação negativa que pode ser sintetizada no comentário seguinte, postado por Lelinha Aragão, uma das jovens então estudante da UFPE que participava de atividades do já mencionado Coletivo Recife Resiste:

organização de uma marcha que tem visibilidade nacional como a marcha de recife não se pode dar o luxo de um amadorismo desses [...] esse cartaz está na página da marcha e todo mundo está vendendo ele aqui [...] se fosse p julgar a arte, que tirasse os dizeres que tem abaixo dela [...] sugiro então, se possível, que edite essa imagem [...] sendo a intenção ou não esse cartaz está servindo como propaganda, E PROPAGANDA NEGATIVA [...]

Dentre as questões apontadas por Lelinha, destacava-se a noção de que a Marcha deveria ser uma “campanha pela descriminalização e não uma campanha para quem fuma ficar em casa”. Ela manteve uma postura bastante crítica à ilustração que, segundo ela, demonstrava que a Marcha de Recife não tinha sentido, mas tinha “dono”. Assim, vê-se que, apesar da conquista na arena judiciária, ainda era preciso vencer disputas no interior do próprio Movimento – o que demandava a invenção de formas que pudessem conciliar interesses tão diversos quanto o de fumar maconha e o de cumprir integralmente as leis.

Voltando a Lula Chagas, vale dizer que este filho e neto de funcionárias públicas, marcadas pelo ativismo sindical e pela viuvez, à época tinha papel central na organização da performance e defendia intensamente a abstenção do fumo de maconha durante a passeata. Nascido em 1976, na maternidade da Encruzilhada, em Recife, Luiz José Oliveira das Chagas nunca morou em Recife. Trata-se de mais um habitante de Olinda que exercita a maioria de suas ocupações de trabalho na capital pernambucana, mas não se afasta da beira-mar de Olinda quando o assunto é lazer e moradia. Depois de seu nascimento, a própria avó que era vizinha da maternidade em que ele nasceu, mudou-se para o bairro de Casa Caiada, onde a família vive até hoje.

Por fatídicos acontecimentos, a família de que Luiz descende se reduziu. O avô partiu quando ele ainda era criança, o pai também, o irmão caçula aos 16 anos de idade. Assim, o jovem cresceu em uma casa de mulheres trabalradoras, sindicalistas e religiosas que ocupavam suas próprias vidas com afazeres domésticos, trabalho em um hospital e organização de uma categoria profissional de administradores de serviços públicos estatais, cuja avó era criadora e a mãe dava fiel prosseguimento. A avó, depois de aposentada, passou a organizar a comunidade católica do bairro em que morava e do vizinho Jardim Atlântico, onde – segundo Luiz – tornou-se responsável pela construção da primeira igreja católica. A formação política se dava, portanto, em casa mesmo, onde acorriam os mais diversos candidatos em épocas de eleições para postular o apoio da matriarca. A família nunca se filiou a partidos políticos e o Luiz, a quem muitos conhecem como Lula, mantém essa tradição.

Nesta família de forte linhagem matriarcal, Lula teve uma adolescência impaciente e agressiva, descrita por ele mesmo como própria da “violência juvenil”. Filho único a partir dos 16 anos de idade, seus vínculos institucionais à época duravam pouco, as escolas não aturavam seu comportamento e ele acumulou expulsões até começar a namorar uma moça que conheceu na vizinhança. O começo do namoro coincidiu com o início do consumo de maconha. Ele afirma que “[...] foi aí que minha impaciência diminuiu, ela não acabou, mas [...] diminuiu bastante” (entrevista Lula, 13/09/2016). A percepção da mudança de comportamento foi algo que ele viu como tendo pesado a favor para que a família aceitasse o fato dele começar a fumar maconha aos 14 anos de idade. Diferente de todos os outros interlocutores dessa pesquisa, a revelação do consumo de maconha para a família se deu antes mesmo disso se tornar um hábito:

Desde o primeiro baseado que eu fumei, quando eu cheguei em casa, eu revelei. Já disse logo. O primeiro baseado que eu fumei. Nunca houve “Ah, como é que vai ser?”. Aquele medo... não, não. A gente tava na festa, na praia, com esse meu

vizinho. Aí no outro dia, de manhã, quando eu me acordei, eu disse “Oh, minha gente, eu fumei um baseado ontem de noite e eu gostei. E agora?”. Foi assim a conversa. Num teve drama não (entrevista Lula Chagas, 13/09/2016).

E assim toda a família sabe não apenas que ele consome esta planta, mas também que participa da organização, realização e defesa de reivindicações por alteração de normas relativas ao tema. Na verdade, a família sabe disso antes de existir Marcha da Maconha em Recife, pois Lula esteve à frente de discussões sobre o uso de drogas no *campus* da UPE em Nazaré da Mata, entre os anos de 2006 e 2007, quando estudava ali.

Casado aos 17 anos de idade e pai aos 19, Lula interrompendo sua vida estudantil por um período de aproximadamente dez anos em que trabalhou muito, como técnico em farmácia de hospitais públicos e privados na Região Metropolitana de Recife.

A Farmácia foi sua formação técnica de nível médio, mas o sonho de estudos era a Geografia e, ao conquistar uma vida mais estável com filho crescido, esposa formada e devidamente empregada, Lula voltou a sonhar, prestou vestibular e iniciou o curso de Geografia na referida UPE no ano de 2006, aos 30 anos de idade. Ali, reativou sua militância no movimento estudantil e se destacou pelas exposições e disputas públicas pela possibilidade de usar drogas no *campus* universitário. Esta exposição lhe garantiu o reconhecimento necessário para que quando se organizasse uma primeira edição da Marcha da Maconha em Recife, os companheiros de movimento estudantil o convidassem a desempenhar um papel mobilizador na performance e favorecessem seu envolvimento desde a primeira edição desta passeata. Contudo, ele só viria a assumir mais destaque na organização desta manifestação depois que finalizasse seu curso universitário que tinha aulas à noite, em outra cidade e dificultava sua participação nas reuniões de organização que – na maioria das vezes – aconteciam à noite.

A intensificação do papel de Lula foi seguida por uma maior participação de egressos da UPE que – assim como ele – apresentaram-se para mim demonstrando suas influências anarquistas. Deste modo,

as reuniões de organização da Marcha da Maconha de Recife a partir de 2011 se tornaram também ocasiões de encontro dos jovens que mais tarde fundariam um núcleo do Partido Pirata em Pernambuco. Dentre os “piratas” que organizavam a Marcha, destacaram-se o próprio Lula Chagas, Marcos Aurélio, Aldênio Alves, Ricardo Wanderley e Fernando Ribamar. Os anos de 2011 e 2012 foram fortemente marcados pela atuação de membros do Partido Pirata na organização, realização e defesa da manifestação. Em 2012, a maior bandeira presente na passeata foi a desse partido: um grande pedaço de pano preto pintado de branco com o símbolo e o nome do Partido Pirata do Brasil. Esta bandeira foi levada pelos simpatizantes do grupo ao longo de todo o percurso, saiu em – ao menos – uma das notícias de imprensa sobre o evento. O coordenador da regional Nordeste do Partido, Marcos Aurélio, deu entrevistas a diversos jornalistas que procuraram organizadores da Marcha naquele ano. Havíamos definido em reuniões prévias que Aldênio Alves falaria com a imprensa, mas no último momento ele se indispôs a dar entrevistas e, como Lula não queria falar com jornalistas, Gojoba e Neco não estavam, surgiu um pirata como porta-voz imediato do ato.

Além do movimento estudantil, da militância pirata e digital, a difusão da performance de Lula se estendia pelos guichês de órgãos estatais de segurança pública e controle de uso do solo urbano, pois entre 2010 e 2012 ele assumiu a tarefa de avisar previamente estes órgãos sobre a realização da Marcha da Maconha, não se eximindo de comunicar o percurso a ser percorrido e pagar taxas durante este período.

3.3.3 Surgimento do Coletivo Antiproibicionista

Mais conhecido pela sigla CAPE, o Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco nasceu, ao final de 2013, com propósito mais amplo que o de seu precedente maconhista. A ideia se originou do desejo de criar em Recife uma ambiência de ação coletiva de antiproibicionistas que não se limitasse aos momentos de Marcha ou aos encontros para organizar edições da Marcha da Maconha na capital pernambucana, pois, como disse Ingrid Farias, há

[...] potência em organizar reuniões pra organizar a Marcha [...] é importante pra que as pessoas se reconheçam organizando Marcha. Tem gente que se reconhece organizando Marcha, tem gente que se reconhece fazendo lambe pra colar nas paredes das ruas. Então é importante ter esse coletivo que se reconheça como ativista pra construir esse espaço de rua, mas é importante também ter um coletivo pra construir o cotidiano, a luta diária [...] (entrevista Ingrid Farias, 01/07/2016).

Assim, ao final da fase de confirmação da Marcha da Maconha em Recife, nascia um novo coletivo que assumia responsabilidades de organização da Marcha, mas demonstrava pretensões mais amplas. E, como as ações dos grupos são realizadas por pessoas, destaca-se logo uma primeira figura proeminente: a citada Ingrid Delcristyan de Assunção Farias Souza, conhecida como Ingrid Farias ou, simplesmente, Ingrid, uma jovem, nascida em Olinda no início do ano de 1989. Inicialmente criada na casa de tios, viu se constituir uma nova família para si a partir dos dois anos de idade, quando a mãe casou com o cidadão que a registrou e se tornou seu pai. Uma trajetória familiar difícil, trabalhos instáveis para o pai e renda pequena para a mãe (professora de educação infantil), contribuiu para que a família se engajasse profundamente na vida religiosa da congregação Batista. O pai se tornou pastor missionário quando ela tinha menos de 10 anos de idade e, junto com a família, passou anos se mudando com frequência em missões de fundação de novas igrejas pelo interior do estado de Alagoas. Com isso, a vida religiosa foi sua primeira experiência de articulação social:

[...] a Igreja – como pra muitas pessoas – serviu como um primeiro espaço pra me botar no mundo, pra me botar pra fora. Mesmo pequena assim, mesmo criança, eu já cuidava das crianças da EBD, a Escola Bíblica Dominical, mainha era

mulher do pastor, foi mulher do pastor muitos anos, então ela tinha essa função e eu ajudava (entrevista Ingrid, 01/07/2016).

Entre 9 e 16 anos, Ingrid mudou de cidade a cada seis meses em uma missão evangelizadora que, sem direito de escolha, a envolveu. A instalação definitiva na região metropolitana de Recife, aconteceu quando iniciou o último ano do Ensino Médio, aos 16 anos de idade. A família resolvera passar um natal em Recife com outros parentes e tomara a decisão de continuar na capital pernambucana. Organizou-se tudo para que continuassem a vida nessa cidade. Ingrid se matriculou em uma escola da região e começou a namorar. Aí, o pai recebeu uma proposta que julgava ser muito boa e decidiu voltar a família para Alagoas. Ela não aceitou a decisão, resistiu, apanhou do pai, mas conseguiu convencê-los de que poderia ficar morando só. Daí em diante, seus engajamentos extrafamiliares se multiplicam e intensificam.

Primeiramente, envolveu-se com novos trabalhos que realizava simultaneamente. Iniciou seu curso universitário de Biologia, aos 18 anos de idade, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2007; o que faz com que ela tenha sido contemporânea de Gojoba nesta instituição. Em paralelo aos estudos, continuava seus trabalhos e assumia cada vez mais responsabilidades em uma empresa de telefonia móvel multinacional. Durante o segundo ano de faculdade, iniciou um estágio como professora de Ensino Fundamental. O trabalho na companhia telefônica causou uma lesão muscular que lhe rendeu quase dois anos de licença médica, entre 2010 e 2011. Nesta época, ela afirma que o movimento estudantil estava precisando de militância na Universidade Católica de Pernambuco e, como ela estava sem trabalhar, resolveu fazer algumas disciplinas do seu curso naquela Universidade em que ganhou espaço em meio à organização estudantil, tornando-se Presidente do Diretório Central de Estudantes. Esta é a época em que se amplia seu engajamento com o Partido dos Trabalhadores, junto ao qual encontrou também um companheiro com quem partilhou anos de

sua vida em uma relação monogâmica que se estendeu de 2011 a 2016. Juntos, tiveram um filho, em 2012. Mais tarde, ela desiste do curso de Biologia, faz nova seleção e ingressa no curso de Serviço Social que até o final de 2016 não havia concluído.

Por um bom tempo, apesar de sua intensa dedicação ao PT, Ingrid se sentiu tratada apenas como “mulher de Eduardo” e a militância antiproibicionista lhe deu espaço para mostrar que tinha suas próprias ideias, como é possível constatar a seguir:

O PT chega em 2010 [...]. Claro que várias relações aconteceram com o PT e com UJS, com PTB e com vários outros partidos, isso de tá um pouco ali, um pouco aqui, mas não tá em canto nenhum, não ser filiada a canto nenhum. Mas o PT não, quando eu chego na [Universidade] Católica, o PT, Eduardo [Nunes] fez um movimento de cooptação pesado, ele e várias pessoas do PT me cooptaram e isso foi pra várias coisas [...], mas o PT é horrível. O PT, inclusive, não aceita uma pessoa como eu que não aceita tá encaixada apenas num lugar, entendeu? Que num posso ter a condição de tá com todo mundo? Aí o povo da outra tendência tem de ser meu inimigo e num sei o quê, rola umas coisa assim pesada e a CNB era muito pesada, muito pesada. Eu entrei no PT pela CNB¹¹¹. Eu saí da CNB, rolou um processo de transição no PT e pras pessoas me reconhecerem foi através do campo das drogas, foi

111 Tendência interna do Partido, a CNB (Construindo um Novo Brasil) é a sucessora da “Articulação dos 113”. Trata-se do grupo majoritário nas disputas internas. Em 2009, seus membros estavam à frente de 22 dos 27 diretórios estaduais. Até 2014, figuras muito expressivas na política nacional integravam a CNB, a exemplo de Humberto Costa, Ricardo Berzoini, Luiz Dulci, Benedita da Silva, João Vaccari Neto, José Dirceu e Lula. Disponível em: <<http://www.rudaricci.com.br/origens-das-tendencias-pt/>>. Acesso em: 05 de set. 2016.

através da militância das drogas que as pessoas me reconheceram no PT porque antes eu era a mulher de Eduardo (entrevista Ingrid, 01/07/2016).

Mas a vida de Ingrid não se resume a Igreja, trabalho, movimento estudantil, drogas, PT e maternidade. Em verdade, a Igreja está cada vez menos presente e seus demais engajamentos se fortalecem mutuamente, demonstrando como a capacidade de difusão de um *performer* contribui para o sucesso de sua performance, como se depreende da seguinte declaração

Eu construí grito dos excluídos, movimento estudantil, passe livre, num sei o quê e tal, outras pautas pra além das drogas, eu era conhecida e era mobilizada em outras pautas também pra além das drogas, mulheres [...], mobilização pela democracia. Eu fiz parte de todos esses movimentos, principalmente dessas mobilizações contra o aumento de passagem, que foram as mobilizações que mais me repercutiram pra fora e, inclusive, fizeram que o tema das drogas repercutisse pra fora. [...] As pessoas me respeitaram porque eu militava. Eu militava em causas que eram importantes, entendeu? E eu trazia uma causa que podia ter uma importância porque eu tava falando, já que eu era uma pessoa que mobilizava coisas importantes... (entrevista Ingrid, 01/07/2016).

Assim como para outros sujeitos anteriormente mencionados, seria necessário apresentar muitas outras características para mostrar quem são, mas para as finalidades desta obra, o que ainda há de mais importante para ressaltar da trajetória de Ingrid Farias parece ser sua

disposição de circular em todos estes espaços carregando uma mesma demanda, como ela própria ressaltou acerca de sua atuação em vários fóruns e manifestações do movimento feminista, tratava-se

[...] de ir lá, de construir o movimento, de dar sangue pro movimento, mas de dizer “Oh, tou aqui, mas tou aqui pra dizer que as mulé tão lá encarcerada, presa, e a gente num tá fazendo porra nenhuma. Vamo lá, o que é que a gente vai fazer? Tou aqui, vamo botar o ato na rua, vamo construir, mas e as mulheres presas, num é pauta não?” (entrevista Ingrid, 01/07/2016).

As mulheres presas a que se refere, são as mesmas que Boiteux e Pádua (2013, p. 24) advertem que passaram a ser o segmento populacional que mais cresce nos registros de privação de liberdade desde a última alteração da lei de drogas no país. Ademais, as presas não são quaisquer mulheres, mas sobretudo aquelas que vivem em situação de maior vulnerabilidade e que, muitas vezes, já tiveram cônjuges e familiares presos por envolvimento com o tráfico; vindo em decorrência disso a também se envolver com o tráfico para conseguir manter sua própria vida ou colaborar com a de seus entes queridos que estão nas prisões.

Ingrid Farias participava da construção de um movimento antiproibicionista que nascia próximo da luta antimanicomial¹¹² e, ao mesmo tempo, arraigava-se a outras causas, como o desencarceramento, o feminismo e as reivindicações juvenis, mobilizadas principalmente por estudantes. Construir simultaneamente estes movimentos correlatos, garantia a possibilidade de difundir as pautas de uns a outros. Assim, ela é uma jovem liderança do Partido dos Trabalhadores, engajada principalmente com o movimento feminista e a causa antiproibicionista, mas contribui com vários outros movimentos sociais, estuda, cuida do filho, trabalha e certamente realiza outras muitas atividades.

112 Sobre o movimento de luta antimanicomial no Brasil, pode-se recorrer, por exemplo, a Lüchmann e Rodrigues (2007). Vale destacar a importância deste movimento para a reforma psiquiátrica no Brasil.

Mas, como diz o ditado, “uma andorinha só não faz verão”. Ingrid se ligou a outros atores para criar o Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco, em meados de 2013. Inicialmente, ela destaca Eduardo Nunes, Felipe, Fran Silva, Hélder Lopes, JP, Maria, Natália Mesquita, Tomás e Renato Barros. Aqueles cujos sobrenomes foram mencionados são os que continuaram na organização e realização de atividades do CAPE, mas ainda destaco a participação de dois outros jovens que – além de Tomás e Maria – estudavam Direito na UFPE àquela época e colaboraram com a redação de um manifesto antiproibicionista, divulgado em 16 de outubro daquele ano, pelo *Facebook*, marcando o surgimento do CAPE. Dentre as ideias expostas naquele documento, há referências

[...] a um sistema viciado, com imensos lucros [...], aos policiais e governantes corruptos, que são parte da folha de pagamento do tráfico; aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, presente militarmente em diversas partes do globo supostamente para combater o tráfico de drogas; ao Estado, que utiliza [a proibição] de maneira a segregar, encarcerar e mesmo assassinar setores excluídos da sociedade; ao setor financeiro internacional, sustentado por uma complexa rede de corrupção e lavagem de dinheiro; aos donos de clínicas, à indústria farmacêutica e das demais drogas lícitas, todos aqueles que lucram com a desinformação alheia (CARTA COLETIVO ANTIPROIBICIONISTA PE À SOCIEDADE – 16/10/2013).

A motivação deste Coletivo era pensar e agir em alternativa a tudo isso. O documento se encerra com a declaração de que o Coletivo nascente é uma iniciativa “permanentemente aberta a novos membros e contribuições, organizado SEM hierarquia” para debater “argumentos moralistas e interesses econômicos” e “colocar a mão na massa para organizar outro tipo de sociedade” (CARTA COLETIVO ANTIPROIBICIONISTA PE À SOCIEDADE – 16/10/2013, caixa

alta no original). A abertura às contribuições demonstra um caráter de constante reinvenção do grupo que nasceu – no *Facebook* em 27 de setembro de 2013 – como Coletivo Deslegalize, insinuando uma intenção de desobediência civil que esteve poucos dias presente em sua denominação, pois, em 04 de outubro de 2013, o perfil de *Facebook* teve nome alterado para os termos que o identificam até o presente: “Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco”.

Antes de ganhar um nome, o grupo tinha uma ação, da qual vale destacar reuniões presenciais e discussões em ambiente virtual, mas também um evento apresentado por vários de seus membros como sendo o marco inicial da ação do CAPE: uma audiência pública na Câmara Municipal de Recife, realizada por solicitação – e com o apoio – do vereador Osmar Ricardo (do PT) para discutir “Uso medicinal da maconha” a partir de intervenções do médico Rodrigo Cariri, do sociólogo autor desta obra, do então Delegado responsável pelo Departamento de Repressão ao Narcotráfico, Renato Melo, de Ingrid Farias e do vereador mencionado. A audiência aconteceu no dia 6 de maio de 2013¹¹³, poucos dias antes da Marcha daquele ano. A partir dali, a presença dos membros do que viria a ser o CAPE não seria mais secundária na Marcha da Maconha, eles passaram à frente da performance e foi possível constatar que se tornaram *performers* destacáveis, pois ocuparam posições estratégicas, carregaram faixas, usaram bastante o microfone e passaram a ser referenciados em notícias que repercutiam o ato.

Assim como o nome não nasceu de modo definitivo, o CAPE não teve membros claramente identificáveis nos seus primeiros meses de vida. Além dos citados na entrevista com Ingrid Farias, uma análise quantitativa das postagens realizadas no referido grupo de *Facebook*, indica a participação ativa de Lula Chagas, Aldênio Alves e Ricardo Wanderley – sujeitos que então se identificavam como parte do Coletivo Marcha da Maconha. Das centenas de mensagens postadas naquele fórum até o final do ano 2013, o campeão de emissão de notícias foi Lula Chagas, com exatamente 60 postagens, seguido por Ingrid Farias, com 36 mensagens no período. As postagens destes

113 Disponível em: <<http://www.recife.pe.leg.br/noticias/audiencia-publica-debate-uso-medicinal-da-maconha>>. Acesso em: 05 de set. 2016.

se voltavam principalmente para a agenda de atividades do CAPE (marcando, alterando e relatando encontros), difusão de materiais úteis para discussão (entrevistas, vídeos, textos, notícias de imprensa), mas eventualmente também divulgavam algo fora do foco, como notícias de um bloco de carnaval, de uma atividade acadêmica, de uma música ou piada de que haviam gostado, sendo especialmente Lula responsável pela maioria destes eventuais desvios. As demais postagens eram bastante diversas, muitas notícias relacionadas à maconha, mas também algumas outras causas que mobilizavam movimentos sociais locais, como críticas às administrações públicas da região e o debate sobre o Cais de Estelita¹¹⁴ que estava alvejado pelo interesse imobiliário de grandes grupos que pretendem erguer nessa região um conjunto de grandes prédios comerciais e residenciais.

114 Área próxima ao centro da cidade ocupada por diversos galpões que, até meados do século XX, tinham importância para a logística comercial da região devido à sua proximidade da região portuária. Os galpões estão desocupados há décadas, muitos estão em ruínas, mas sua localização à beira do Rio Capibaribe e a recente intervenção paisagística deste Cais gerou grande valorização e forte especulação imobiliária. Segundo Melo (2016), o terreno em questão tem cerca de dez hectares e foi arrematado em leilão por um consórcio de três grandes empresas da construção civil no ano de 2008. “Esse consórcio vislumbra construir no local um complexo imobiliário de alto padrão nomeado ‘Novo Recife’ [mais uma vez!]. Quando a iniciativa veio a público, em 2012, a legalidade do leilão, o processo administrativo que levou à aprovação do projeto na Prefeitura do Recife (PCR) e os impactos socioambientais do empreendimento passaram a ser amplamente discutidos pela sociedade civil. O grupo Direitos Urbanos (DU), origem do Movimento Ocupe Estelita (MOE), surgiu nesse momento. [...] A derrubada dos galpões teve que ser suspensa em função da ocupação [iniciada em 21 de maio de 2014]. Em meio à luta política, os jovens acampados foram ensaiando uma vida em comunidade. Mesmo a violência da reintegração de posse [em 17 de junho de 2014] não findou de vez a experiência do acampamento. Alguns ocupantes resolveram permanecer abarracados embaixo do viaduto Capitão Temudo, situado próximo do Cais, e só saíram de lá em 10 de julho. Foram, portanto, 51 dias de ocupação. Daquela época até hoje muita coisa aconteceu. A novidade mais recente, datada de 30 de setembro de 2015, é a investigação por parte da Polícia Federal de fraudes no leilão de 2008” (MELO, 2016, p. 52-3). Rocha (2015) problematiza a condição de classe da maioria destes ocupantes que foi muito usada para sua classificação em termos de “desocupados”, “vagabundos” e “maconheiros”, pois a maioria não se incluía na rotina do trabalho por “expediente”, mas sim em grupos profissionais que trabalham por “projetos”, sem horários pré-determinados. Ademais, Rocha (2015) alerta que as propostas do MOE não foram suficientes para estabelecer alianças fortes e duradouras com as classes populares que reconheciam no “Novo Recife” oportunidades de trabalho e renda para a população local.

Dentre as postagens dos dois campeões, destacavam-se aquelas que se referiam à organização e realização da Marcha da Maconha. Com o surgimento deste grupo, passou a existir mais um canal de divulgação de atividades do MMM para Lula Chagas, mas Ingrid Farias e muitos outros, inclusive eu, também passamos a discutir neste fórum digital questões especificamente voltadas à Marcha da Maconha. Ao longo do ano seguinte, 2014, foi bastante recorrente a divulgação de reuniões do CAPE (e não do Coletivo Marcha da Maconha) que tinham o objetivo de organizar a Marcha da Maconha em Recife. Por isso, postulo que o novo Coletivo tenha assumido progressivamente muitas responsabilidades que o levaram a suplantar de várias formas a atuação de um Coletivo Marcha da Maconha, integrando alguns membros da “velha” coletividade. Até o ano de 2016, houve um período relativamente longo em que não se divulgavam mais atividades exclusivamente organizadas pelo Coletivo Marcha da Maconha – Recife. Isto mudou às vésperas da realização do Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas que consumia muita dedicação dos membros do CAPE e não envolvia uma parte da velha guarda organizadora da Marcha.

A entrada deste novo ator coletivo e sobretudo a atuação de novos petistas nessa performance fez com que a difusão da pauta maconhista nos órgãos públicos desenvolvesse um outro caráter. Não se tratava mais de percorrer guichês para comunicar percurso e pagar eventuais taxas, mas sim de articular com parlamentares e gestores públicos algumas condições de apoio à manifestação, suporte e garantia deste direito caso ele viesse a ser ameaçado. Assim, de 2013 em diante, a Marcha da Maconha de Recife deixa de pagar taxa e muda sua estratégia de comunicação com a gestão pública estatal, bem como se consolida um novo percurso que vem marcando esta manifestação desde a edição daquele ano.

3.3.4 Novo endereço: “corredor dos movimentos sociais”

Dentre as ações realizadas pelo CAPE em seus primeiros anos de atuação, destaco debates realizados após a exibição de trabalhos audiovisuais, seminários temáticos, ações de redução de danos em festas

e espaços públicos, organização e realização de manifestações coletivas em locais públicos, articulação de uma Frente Pernambucana de Drogas e Direitos Humanos e, principalmente, o Festival de Cultura Canábica, iniciado em 2014.

As discussões a partir de trabalhos audiovisuais não eram propriamente uma novidade na experiência pernambucana do MMM. Em anos anteriores foram organizadas exibições de filmes seguidas de debate, realizadas em diferentes locais da cidade sob os nomes de “Cine Massa” e “Cine Sativa”. A partir do surgimento do CAPE este tipo de atividade se tornou mais frequente, ultrapassou as fronteiras de Recife e ganhou um nome que se consolidou em meio aos ativistas: “THCine”. Além do nome, surgiram também um logotipo, alguns protagonistas e, mais tarde, um projeto de sustentabilidade que envovia captação de recursos públicos por meio da disputa de editais da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Entre os protagonistas do THCine, destacaram-se Natália Mesquita, Dayvid Banner e Thor Neukranz em diferentes momentos.

Os seminários do Coletivo vêm sendo realizados uma vez por ano, no mesmo mês em que se dá a Marcha da Maconha. A primeira edição, realizada em 2014, aconteceu na semana anterior à Marcha. Em seu primeiro ano, a atividade ocorreu no grande auditório da faculdade das freiras católicas situada na Av. Conde da Boa Vista (FAFIRE). Os convidados para estimular o debate foram: o mencionado delegado responsável pelo Departamento de Repressão ao Narcotráfico, a médica uruguaia Raquel Peyraube, a assistente social e professora da UFPE Roberta Uchôa e o médico pernambucano Rodrigo Cariri. Com capacidade para 450 pessoas, o auditório ficou lotado, com algumas pessoas sentadas nos degraus das extremidades e do corredor central do recinto. O governo estadual e uma prefeitura da região apoiaram o evento, garantindo passagem e hospedagem para a convidada externa, bem como a reserva do auditório e uma pasta com papel e caneta para participantes previamente inscritos. Em 2015, o maior apoiador deste seminário foi a FIOCRUZ, por meio do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, localizado em Recife, onde aconteceu a atividade com maioria de convidados da região e programação que se estendia das 13 às 21 horas do dia 29 de

maio, um dia inteiro de chuva torrencial, alguns dias depois da Marcha daquele ano. Mesmo com a forte chuva, a atividade foi realizada com, aproximadamente, 60 participantes que resistiram – em grande maioria – até o final da programação. Entre os convidados externos daquele ano, estavam a advogada e professora da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), Luciana Boiteux, e o delegado de polícia do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone. Em 2016, o seminário antiproibicionista foi, na verdade, um encontro nacional que será abordado adiante, o ENCAA, que durou três dias e reuniu mais de 400 pessoas de 19 estados do país, com apoio de órgãos do governo federal, partidos políticos, mandatos parlamentares, ONGs, redes de pesquisa e organizações internacionais.

As ações de redução de danos em festas e nas ruas têm acontecido em parceria com muitos outros atores, desde o Governo do Estado (por meio do Programa Atitude), passando pela Prefeitura de Caruaru e até empresas que organizam grandes festas conhecidas como *raves*. Neste campo, também vale destacar a participação de ativistas pernambucanos em iniciativas de outros estados, notadamente Bahia e Ceará, bem como a colaboração de ativistas de outros estados em atividades realizadas em Pernambuco. Este intercâmbio fortalece a posição de Ingrid Farias na direção da ABORDA – Associação Brasileira de Redução de Danos, que ela ocupa desde 2014 por eleição entre pares. Porém, no que tange à redução de danos, as psicólogas Priscila Gadelha e Anamaria Carneiro também são ativistas do CAPE que merecem destaque por articular e participar da execução de muitas das referidas parcerias.

A articulação da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos se iniciou antes mesmo que os participantes do CAPE tivessem lançado esta sua identidade coletiva. A Frente teve uma atuação importante até o ano de 2015, envolvendo atores muito diversos e demonstrava uma interação frequente e sistemática com alguns movimentos sociais, notadamente aqueles dos campos antimanicomial, feminista, negro, e partidário, com destaque para Partido Pirata, PT e PSOL, mas também com eventual participação de membros do PSTU e PCB. Nesta Frente, profissionais da Psicologia também tiveram papel importante, seja aqueles que atuavam há mais tempo nas fileiras da reforma psiquiátrica antimanicomial, seja a turma mais recentemente chegada a este campo,

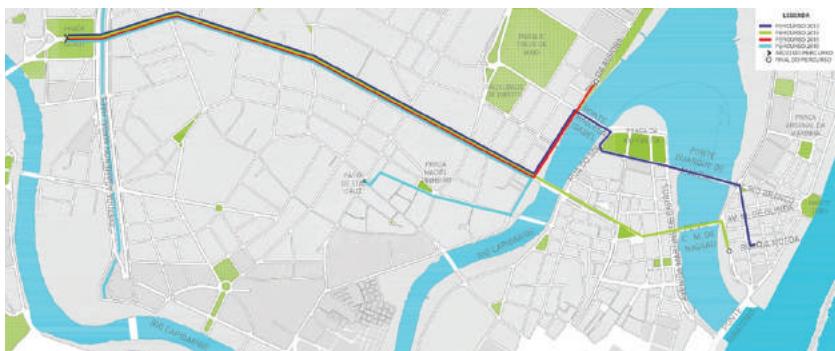
como as bioenergéticas ligadas à Libertas Assessoria e as gestoras públicas Priscila Gadelha e Anamaria Carneiro. A participação de lideranças do CAPE na articulação da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos fortaleceu os argumentos que Ingrid e Eduardo Nunes haviam defendido em encontro tático eleitoral do Partido dos Trabalhadores que em um mesmo ato, realizado em 2012, decidiu não lançar candidato próprio para disputar o Governo de Pernambuco e aprovou uma moção de apoio à legalização da maconha em votação apertada¹¹⁵.

A dificuldade de consolidar a atuação do Partido Pirata no Brasil favoreceu a adesão de alguns de seus membros ao PSOL, incluindo Fernando Ribamar – que será oportunamente apresentado devido ao papel protagonista que desenvolve na fase de reinvenção da Marcha em Recife. Assim, ex-piratas que acompanharam muitas reuniões de organização e participaram de diversas edições dessa passeata maconhistas, tornaram-se psolistas e certamente fortaleceram a opinião favorável que já existia em nível regional em relação ao tema da regulamentação antiproibicionista da maconha, pois – como já mencionado – uma das principais lideranças do PSOL em Pernambuco é marchador conhecido de todas as edições do ato em Recife.

No que tange propriamente à Marcha, destaco que o primeiro ano de existência do CAPE foi marcado pelo deslocamento e ampliação do percurso da passeata. Ela saiu do que Gojoba havia denominado de “lugar de maconheiro” para o que eu classifico como “corredor dos movimentos sociais”. Os marchadores passaram a percorrer um trajeto quatro vezes maior que o dos primeiros anos. Contudo, permaneceram características da performance de colaboração com antagonistas e o percurso que, em 2013, previa passagem pela Ponte da Avenida Guararapes (Ponte Duarte Coelho) foi levemente desviado por orientação dos policiais militares que acompanhavam a manifestação. Assim, andamos um pouco mais e atravessamos o rio pela Ponte Princesa Isabel, sob a ressalva e a formação de um cordão de policiais que impediam a passagem pela frente do Palácio do Governo.

115 Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/pt-de-pernambuco-aprova-mocao-de-apoio-a-legalizacao-da-maconha-23032014>>. Acesso em: 05 de set. 2016.

Figura 7: Percurso - Marcha da Maconha Recife, 2013-2016



Fonte: BRANDÃO, 2018

Os entendimentos de organizadores e policiais sobre o percurso foram discretos e tiveram o protagonismo de Lula Chagas que estava posicionado à frente do cortejo e havia se apresentado aos policiais durante a concentração na Praça do Derby. Ali, apresentou-se como um dos responsáveis pela manifestação. Nos anos seguintes, o final do trajeto oscilou, mas foi mantida sua identidade com vários outros movimentos sociais que marcham apresentando suas reivindicações por boa parte deste mesmo caminho, com concentração inicial na Praça do Derby em todos os anos entre 2013 e 2016.

Por isso, postulo que este percurso tenha se tornado uma espécie de “corredor dos movimentos sociais” que contestam o estado atual dos problemas sociais. O corredor se estende da Praça do Derby até a Ponte da Av. Guararapes, atravessando uma área central da cidade pela Av. Conde da Boa Vista e atrapalhando a circulação de veículos em um dos principais eixos viários, que é a Av. Agamenon Magalhães. Por este caminho também marcharam, nos últimos anos, pernambucanos em defesa da democracia e contrários à deposição da Presidente Dilma Rousseff, mulheres que organizam e realizam a Marcha das Vadias, trabalhadores e trabalhadoras rurais que realizam o “Grito da Terra” e “excluídos” que fazem um ato de denúncia na data de comemoração da Independência do Brasil (o “Grito dos Excluídos”). O final de percurso destes movimentos varia

bastante, mas a Praça do Derby e a Avenida Conde da Boa Vista têm sido fortemente marcadas por estas manifestações.

Em 2014, o final da Marcha da Maconha foi no Cais da Alfândega (a dois quarteirões de distância da Rua da Moeda), passando diretamente pela Ponte Duarte Coelho. Em 2015, o encerramento foi no *skate park* situado no Cais da Rua da Aurora, antes de atravessar o rio, quase em frente à Assembleia Legislativa. E, em 2016, mais uma vez os marchadores se mantiveram do mesmo lado do rio, encerrando sua manifestação no pátio da Santa Cruz, em frente a uma antiga igreja católica. Ambos os locais de encerramento nos últimos dois anos se situam no bairro Boa Vista.

No local e momento de encerramento da Marcha da Maconha em Recife, o CAPE organizou em 2014 e 2015, o Festival da Cultura Canábica. Trata-se de um evento artístico que reúne músicos favoráveis às reivindicações que chegam às ruas nessa passeata. Com o Festival, garante-se entretenimento e lazer aos marchadores ao final de sua deambulação e projeta-se a identificação de alguns artistas locais com a causa.

Em 2014, o Festival da Cultura Canábica contou com dois palcos e dezenas de atrações que se apresentaram no Cais da Alfândega. Havia desde o Som na Rural¹¹⁶ até a música eletrônica, passando por Isaah e Catarina de Jah. A localização, as atrações musicais e a lotação do espaço levaram a muitas comparações daquele I Festival de Cultura Canábica com o já tradicional polo alternativo de Carnaval que acontece no mesmo lugar e se chama Rec Beat.

Em 2015, o II Festival foi realizado no Cais da Aurora, com a intenção adicional de promover belos espaços da cidade que estavam sendo progressivamente estigmatizados. Mais uma vez, o Som na Rural estava presente e – neste ano – acompanhou todo o percurso da passeata.

116 Vale ressaltar que o “Som na Rural” é um projeto de difusão musical desenvolvido por Roger de Renor – o mesmo personagem que, segundo Leite (2007), esteve ligado à criação do Polo da Moeda, no Recife Antigo, no início dos anos 2000. O projeto consiste em realizar espetáculos musicais e, eventualmente, deambular com músicos em um veículo antigo, customizado, iluminado e multicolorido, popularmente conhecido como “Rural”. O veículo serve de meio de transporte (sempre conduzido pelo próprio Roger), palco e suporte para equipamento de amplificação de som. Alguns dos espetáculos têm sido registrados e transmitidos como episódios do programa homônimo dirigido por Roger de Renor para a emissora de televisão pública nacional, a TV Brasil. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/somnarural/sobre>>. Acesso em: 04 de out. 2016.

Havendo um único palco à beira do rio, os marchadores se integraram aos skatistas e desfrutaram as apresentações em um espaço projetado e utilizado como pista para a prática de *skate*. A percepção do pesquisador é que palco, atrações e público foram menores nesta segunda edição.

Já em 2016, o III Festival da Cultura Canábica aconteceu na noite anterior à Marcha da Maconha, na Praça da Várzea, próximo à Universidade que havia sediado o ENCAA. Novamente havia dois palcos. A programação, a infraestrutura e os sentidos do Festival foram discutidos com moradores do bairro em reuniões prévias, de modo que muita gente foi atraída a participar do evento. Garantiu-se um grande número de atrações musicais e, muito provavelmente, o maior público destes Festivais até o momento. Como evento cultural do ENCAA, o Festival atraiu também personalidades locais que não puderam acompanhar todo o Encontro, mas aproveitaram a ocasião para rever velhos camaradas. Assim, na noite de 26 de junho de 2016, a Praça da Várzea recebeu dezenas de grupos musicais, milhares de visitantes, entre os quais duas figuras de referência para dois diferentes momentos da política de drogas em Pernambuco, o já citado Evaldo Melo e o ex-dirigente do Programa Atitude, Rafael West, que não haviam acompanhado todo o evento, mas aproveitaram aquela noite de sábado para saudar companheiros que estavam ali.

Além do Festival e da mudança no percurso, ampliado já no primeiro ano de atuação do CAPE, alguns novos elementos da performance de reivindicação coletiva merecem destaque.

A articulação mais intensa com o movimento feminista trouxe uma nova pauta para o centro da passeata: o machismo. Assim, em 2014, surgiu a faixa e a prática de realizar um encontro prévio de mulheres antiproibicionistas a partir do *slogan* “A guerra mata, o machismo também”. Não apenas discutindo e marchando juntas, estas mulheres agregaram uma dimensão provocadora e incoerente com o ordenamento jurídico-institucional: algumas delas pixavam as ruas por onde passavam, deixando um rastro mais duradouro de “feminismo antiproibicionista” e, com isso, dividiam opiniões entre os próprios marchadores, levando alguns (a maioria homens) a se posicionar de modo contrário e declarar que este tipo de atitude “não tem nada a ver”.

Outros (muitas mulheres, mas também alguns homens) entoavam junto com elas “A revolução será feminista ou não será”.

A criação de alas foi observada nesta fase de confirmação da Marcha da Maconha em Recife, há as mulheres antiproibicionistas que marcham juntas e portam seus próprios adereços, faixa e cartazes, mas também uma ala da redução de danos, majoritariamente composta por profissionais e, eventualmente, beneficiários do Programa Atitude – estes profissionais marcham com seus uniformes de trabalho e deixam bastante clara a sua vinculação com um programa governamental. A ala terapêutica surgiu igualmente em 2014, com a presença de crianças e jovens que fazem tratamento de saúde à base de medicamentos derivados da maconha, acompanhadas de parentes e profissionais que lhes prestam assistência, estas crianças e jovens não chegam até o final da passeata que desde aquele ano tem acontecido em dias de chuva, impedindo a continuidade de pessoas que têm saúde debilitada.

Da ala terapêutica, veio uma declaração que em 2014 levou vários marchadores ao choro: uma jovem, que aparentava pouco mais de 20 anos de idade e tinha dificuldades de expressão vocal e locomoção, fez um discurso emocionado no momento de concentração, afirmou que passara 13 anos sem poder caminhar e graças à maconha estava ali naquele dia disposta a marchar ao menos alguns metros. Ao final, ela deixou uma pergunta: “Como alguém pode ser tão cruel pra proibir que eu use o que me faz viver?”.

Em 2015, a presença de uma criança acompanhando uma parte da Marcha em uma cadeira de rodas conduzida por seus pais e pelo médico que lhe prescrevera medicamento à base de maconha foi outra marca forte do que está sendo chamado de ala terapêutica.

Finalmente, em 2016, a dita ala terapêutica foi uma das maiores e mais bem organizadas no momento de concentração; ela contou com participantes vindos do interior do estado e também da Paraíba, alguns (pelo menos dois) em cadeiras de rodas, todos vestidos com uma camiseta padronizada, tinham faixa e *banners*, deram entrevistas aos veículos de imprensa presentes, fizeram fotos com muitos outros marchadores, especialmente alguns que viriam a ser candidatos nas eleições daquele ano. Porém, a forte chuva que começou a cair ainda no momento de concentração, os impediu de acompanhar a Marcha propriamente dita.

As discussões que antecedem a passeata têm servido para atualizar e multiplicar os argumentos, bem como fortalece laços ativistas; os seminários colocam na cena atores de reconhecida autoridade – alimentando, qualificando e difundindo elementos presentes em discussões prévias. Isto tudo somado aos muitos “elementos de valor” (para usar a expressão de TILLY, 2010 [2009]) que ocupam a Marcha, principalmente em sua Ala Terapêutica, asseguram maiores possibilidades da manifestação se manter na agenda midiática em uma época em que não é mais novidade nem parece associada a uma contravenção legal.

3.4 REINVENÇÃO, A PARTIR DE 2016

Nada se cria, nada se perde; tudo se transforma.
(LAVOISIER, 1777)

Como propugnava Lavoisier, há mais de dois séculos, não é possível criar a partir do nada. Constatando que a fase de “confirmação” da Marcha da Maconha em Recife oportunizou o surgimento do CAPE, a ampliação e diversificação de atividades do MMM, bem como o deslocamento das manifestações do “lugar de maconheiro” para o “corredor dos movimentos sociais” da cidade, percebi também que apareceram novos protagonistas. Somados a seus precursores, os novos sujeitos que acumularam responsabilidades sobre esta performance não questionaram publicamente os métodos, as táticas, as estratégias, os argumentos e os discursos de seus antecessores, mas começaram a desempenhar performances tão distintas que permitem falar de uma “reinvenção” da Marcha da Maconha que se destaca, em Recife, no ano de 2016, com a associação desta manifestação a uma identidade mais ampla de “antiproibicionista”, na qual “A Marcha da Maconha é maior do que a maconha”.

O longo processo de reivindicação coletiva gerou muita repercussão, tendo referenciado muitas notícias na imprensa local e nacional. Por isso, julguei importante repertoriar reportagens publicadas sobre o tema e ainda acessíveis em meio digital. Considerando apenas notícias veiculadas pelos três principais grupos de comunicação da cidade (Diário de Pernambuco

– DP, Folha de Pernambuco – FP e Jornal do Comércio – JC) ou por grandes empresas de comunicação sediadas em outras regiões do país, como Band, EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), Globo (incluindo CBN), Terra e Uol, cheguei ao seguinte quadro:

Tabela 3: Lista de notícias sobre a Marcha da Maconha em Recife, 2008-2016

| Antes | Ano data da Marcha | Durante e depois |
|--|--------------------------|---|
| 02/05 – JC anuncia realização da Marcha, em matéria intitulada: “Organizadores da Marcha da Maconha no Recife pagaram até taxa na Dircon: R\$ 52,00” ¹¹⁷ 03/05 – Portal de notícias da Rede Globo noticia que apenas Recife tem Marcha da Maconha assegurada pela Justiça ¹¹⁸ | 2008 4 de maio | 04/05 – Uol informa sobre a realização da passeata em seu portal de notícias ¹¹⁹ 05/05 – FP ¹²⁰ e JC ¹²¹ repercutem a realização da Marcha da Maconha em Recife |
| 02/05 – DP noticia “Marcha da Maconha ganha as ruas amanhã” ¹²² | 2009 3 de maio | 03/05 – Blog do Sistema JC – “Marcha da Maconha do Recife teve até vovô e vovó” ¹²³ 13/05 – FP noticia a Marcha e enaltece a tentativa do MP de impedir a manifestação ¹²⁴ |

117 Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2008/05/02/organizadores-da-marcha-da-maconha-no-recife-pagaram-ate-taxa-na-dircon-r-5200/>>. Acesso em: 31 de out. 2016.

118 Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>>. Acesso: 16/09/2016.

119 <http://mais.uol.com.br/view/k77arz6psxw4/marcha-da-maconha-2008—recife-040270E4B193C6?types=A&>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

120 Disponível em: <http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/clipagem20080505_maconha>. Acesso: 16/09/2016.

121 Disponível em: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2008/05/marcha-da-maconha-recife-pe.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

122 Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

123 Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20090305_marchahtml.html>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

124 Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20091305_camara.html>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

Continuação da Tabela 3

| Antes | Ano data da Marcha | Durante e depois |
|--|--------------------------|---|
| 29/04 – JC noticia polêmica declaração do então Secretário de Defesa Social em programa de rádio no dia anterior ¹²⁵ 02/05 – JC afirma que a Marcha acontecerá no domingo seguinte ¹²⁶ | 2010 9 de maio | - |
| 20/05 – JC noticia que a Marcha da Maconha em Recife acontecerá com restrições impostas em acordo com o MP-PE ¹²⁷ 21/05 – JC volta ao tema, em matéria que ressalta a organização de manifestação contrária, mobilizada por parlamentares evangélicos ¹²⁸ | 2011 22 de maio | 22/05 – Blog JC noticia que “Ironia com evangélicos dá o tom na Marcha da Maconha do Recife” ¹²⁹ . O portal de notícias Terra noticia participação de duas mil pessoas, ressaltando aplausos dos manifestantes ao MP-PE e realização simultânea de outra marcha convocada por evangélicos que contou com menor número de participantes, segundo a reportagem ¹³⁰ 23/05 – Uol veicula vídeoreportagem ressaltando a realização simultânea de duas marchas contrárias em Recife ¹³¹ |

125 Disponível em: <http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html>. Acesso em: 16 de set. 2016.

126 Disponível em: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2010/05/marcha-da-maconha-ganha-as-ruas-jornal.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

127 Disponível em: <<http://filipetadamassa.blogspot.com.br/2011/05/marcha-damaconha-recife-2011.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

128 Disponível em: <<http://waerp-design03.blogspot.com.br/2011/05/batalha-das-marchas-nas-ruas-do-recife.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

129 Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/05/22/ironia-com-evangelicos-da-o-tom-na-marcha-da-maconha-do-recife/>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

130 Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/marcha-da-maconha-reune-cerca-de-2-mil-pessoas-no-recife,fe2a0970847ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

131 Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/k77arz6psxw4/marcha-da-maconha-04024C993572DCA91326?types=A&>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

Continuação da Tabela 3

| Antes | Ano data da Marcha | Durante e depois |
|--|--------------------------|--|
| 18/05 – DP ¹³² e 19/05 – Blog do Sistema JC ¹³³ noticiam entendimentos dos organizadores da Marcha da Maconha de Recife com representantes do MP-PE | 2012 20 de maio | 22/05 – Blog do Sistema JC repercute a realização da Marcha, a partir de matéria noticiando que o vereador Luiz Eustáquio criticou o MP-PE por não ter tentado impedir a realização dessa manifestação ¹³⁴ 23/05 – Rádio Jornal (Sistema JC) repercute realização da Marcha afirmando que a manifestação “não contribui para o debate acerca de efeitos nocivos” ¹³⁵ |
| - | 2013 19 de maio | 19/05 – JC ¹³⁶ e o portal de notícias Band ¹³⁷ noticiam a realização da Marcha |

132 Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?Materia=20120518102653>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

133 Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2012/05/18/mppe_recomenda_liberacao_da_marcha_da_maconha_no_recife_131072.php>. Acesso em: 16 de set. 2016.

134 Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2012/05/22/vereador_do_recife_critica_ministerio_publico_por_nao_interceder_contra_marcha_da_maconha_no_domingo_131334.php,> acesso: 16/09/2016.

135 Disponível em: <<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2012/05/23/marcha-da-maconha-nao-contribui-para-o-debate-sobre-os-efeitos-nocivos-do-consumo-2636>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

136 Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/05/19/marcha-defende-legalizacao-da-maconha-83637.php>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

137 Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000599538/Marcha-da-Maconha-re%C3%83Bane-mil-pessoas-em-Recife.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

138 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/05/04/interna_vidaurbana,501963/marcha-da-maconha-e-movimento-contra-as-drogas-vao-as-ruas-hoje-no-recife.shtml>. Acesso em: 11 de ago. 2012.

Continuação da Tabela 3

| Antes | Ano data da Marcha | Durante e depois |
|--|--------------------------|---|
| 04/05 – DP noticia a realização simultânea de duas Marchas relativas ao mesmo tema, afirmando que se trata de uma favorável e outra contrária às drogas ¹³⁸ | 2014 4 de maio | 04/05 –Globo ¹³⁹ , blog JC ¹⁴⁰ , JC Online ¹⁴¹ e DP ¹⁴² repercutem a Marcha, ressaltando: presença de médica uruguaia envolvida com a regulação estatal da maconha naquele país, forte chuva durante a manifestação e encerramento com atividades artísticas. |
| 17/05 – DP ¹⁴³ e blog do Sistema JC ¹⁴⁴ anunciam que a Marcha da Maconha será realizada em Recife | 2015 17 de maio | 17/05 – DP ¹⁴⁵ , blog do Sistema JC ¹⁴⁶ e CBN Recife ¹⁴⁷ noticiam a realização da Marcha |

139 Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/marcha-da-maconha-reune-cerca-de-500-pessoas-na-ruas-do-recife.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

140 Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/05/04/chuva-nao-atrapalha-marcha-da-maconha-mas-politicos-levam-falta-na-manifestacao>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

141 Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/04/marcha-no-recife-pede-descriminalizacao-da-maconha-126896.php>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

142 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/05/04/interna_vidaurbana,502034/marcha-da-maconha-atravessa-o-centro-do-recife.shtml>. Acesso em: 16 de set. 2016.

143 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/17/interna_vidaurbana,576866/domingo-tem-marcha-da-maconha-e-festival-de-cultura-canabica-no-recife.shtml>. Acesso em: 16 de set. 2016.

144 Disponível em: <<http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2015/05/17/marcha-da-maconha-sai-na-tarde-deste-domingo-no-derby-547046.php>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

145 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/05/17/interna_vidaurbana,576899/marcha-da-maconha-ganha-as-ruas-do-centro-do-recife.shtml>. Acesso em: 16 de set. 2016.

146 Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/05/17/pedindo-a-descriminalizacao-da-maconha-marcha-vai-do-derby-a-rua-da-aurora-181611.php>, acesso: 16/09/2016.

147 Disponível em: <<http://www.cbnrecife.com/noticia/recife-recebe-9%C2%AA-edicao-da-marcha-da-maconha>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

Continuação da Tabela 3

| Antes | Ano data da Marcha | Durante e depois |
|--|--------------------------|---|
| 20/06 – Rádio Jornal ¹⁴⁸ e Uol ¹⁴⁹ informam que a Marcha em Recife terá participação de ativistas de outras partes do Brasil | 2016 26 de junho | 26/06 – A Agência Brasil ¹⁵⁰ , Globo ¹⁵¹ , DP ¹⁵² , FP ¹⁵³ e JC ¹⁵⁴ noticiam a Marcha com ativistas oriundos de diversas partes do país. |

Fonte: BRANDÃO, 2017

A análise destas reportagens revela que as notícias foram mais numerosas e extensas em três situações: surgimento (2008), contemporaneidade com contra-manifestação organizada por líderes evangélicos (em 2011 e 2014) e reforma da causa (2016). Este último fator de grande repercussão da Marcha da Maconha está diretamente associado à presença de ativistas de outras partes do Brasil na manifestação realizada em Recife.

148 Disponível em: <<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/06/20/marcha-da-maconha-recife-tera-participacao-de-grupos-de-todo-brasil-47310>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

149 Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/p2gx743dpezc/ingrid-farias-marcha-da-maconha-recife-04024E9C3462C0C95326?types=V,F,S,P,T&>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

150 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/marcha-pela-legalizacao-da-maconha-reunemanifestantes-de-16-estados-no-recife>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

151 Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/06/marcha-da-maconha-pede-legalizacao-para-uso-medicinal-e-recreativo.html>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

152 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/06/26/interna_vidaurbana,652176/mesmo-com-chuva-9-marcha-da-maconha-tem-adesao-no-recife.shtml>. Acesso em: 16 de set. 2016.

153 Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/blogdafolha/?p=239496>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

154 Disponível em: <<http://m.radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/06/27/marcha-da-maconha-promove-discussao-sobre-uso-medicinal-do-canabidiol-47485>>. Acesso em: 16/09/2016.

Na reta final de “antecedentes”, a Se Liga! e Marcílio Cavalcanti eram frequentemente referenciados pela imprensa para tratar de questões relativas ao uso de drogas a partir de uma perspectiva de direitos dos usuários. O surgimento da Marcha da Maconha, em 2008, reforçou o papel de Gojoba, de modo que ele passou a ser referenciado como liderança da manifestação que buscava novos direitos para usuários e demais afetados pelas transações com maconha. Na sequência, cada uma das fases supramencionadas foi marcada pela mudança de lideranças que são referenciadas pela imprensa para repercutir a manifestação.

A rotatividade de liderança é reconhecida também no interior do Movimento e reproduzida neste texto pela referência a diferentes protagonistas. Deste modo, espero ter explicitado ainda mais a relevância de sintetizar informações sobre as trajetórias dos indivíduos que vêm sendo reconhecidos como lideranças destas manifestações e acrescento a lista de entrevistas que realizei com estes *performers* destacáveis.

Tabela 4: Lista de entrevistas a protagonistas da Marcha da Maconha em Recife

| | ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS | ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS |
|---------------------------------|--|-------------------------|
| AMEAÇAS | | |
| Flávio Campos | 26 de novembro 2011 15 de maio 2012 | - |
| Gilberto Lucena Borges (Gojoba) | 9 de agosto 2011 | 19 de maio 2016 |
| Neco Tabosa | 8 e 9 de maio 2012 | - |
| CONFIRMAÇÃO | | |
| Lula Chagas | 15 de maio 2012 | 13 de setembro 2016 |
| REINVENÇÃO | | |
| Fernando Ribamar | - | 03 de setembro 2016 |
| Ingrid Farias | - | 01 de julho 2016 |

Fonte: BRANDÃO, 2017

Omiti a fase de antecedentes nesta tabela, devido à sua grande extensão cronológica e à impossibilidade de seguir um mesmo método e recolher depoimentos diretamente com a maioria dos envolvidos neste período que se iniciou no início do século passado, mas vale frisar que também entrevistei Marcílio Cavalcanti, Ana Glória Melcop, Lelinha Aragão, Pagu Bezerra, Ricardo Wanderley e Dayvid Banner – os dois primeiros se enquadram na fase de antecedentes.

Espero ter deixado claro que o Movimento Marcha da Maconha há muito não se restringe à realização de Marchas da Maconha e seus ativistas em Recife (assim como em muitas outras cidades) organizam publicações, atos reivindicatórios, encontros de estudos e intervenções artísticas motivados pela ideia de abolir penas relativas a transações com droga. Inicialmente, uma única substância ocupava o centro dessas iniciativas, mas a temporada restrita à maconha durou pouco e, progressivamente, as ações destes sujeitos estão ultrapassando as barreiras da maconha e configurando uma atenção às drogas de um modo geral. Abordando atividades recentes da Marcha da Maconha em Recife, espero doravante poder demonstrar que seus organizadores estão contribuindo para alargar o quadro à medida em que ampliam o escopo de sua ação para muitas outras substâncias e territórios.

3.4.1 Fusão local

A despeito do papel desempenhado antes da performance propriamente dita, alguns fatores contribuem para que muitos marchadores se transportem, ao menos momentaneamente, para a condição de *performers*. Alguns marchadores – que não podem ou não querem participar da organização prévia da passeata – contribuem para a realização do ato por outros meios. Um bom exemplo é a aquisição de camisetas. Como já mencionei, os recursos desta venda asseguram pequenas despesas que não são viabilizadas por organizações ou pessoas que apóiam o Movimento, a exemplo da compra de água para convidados aos seminários, músicos e equipes de trabalho dos Festivais de Cultura Canábica.

Outro elemento que favorece a fusão do público são as músicas. Os vídeos da fase de ameaças indicam que nos primeiros anos predominavam músicas estrangeiras, em especial, o estilo *reggae*. Já na fase de confirmação, apesar da inegável presença do *reggae* de inspiração jamaicana, as canções nacionais e, especialmente, as que de algum modo se ligam à história local, ganharam mais destaque. Assim, cresceu a frequência de reprodução de canções de Bezerra da Silva, Nação Zumbi ou o famoso hino de Pernambuco, ao som dos quais muitos marchadores se agitam e entoam trechos em um coro improvisado e forte. Os músicos locais que apoiam as reivindicações e graciosamente se apresentam nos palcos do Festival de Cultura Canábica também favorecem a emergência das artes locais neste mundo da maconha recifense. Além disso, eles atraem marchadores; não sendo raro encontrar alguns que estejam procurando durante a Marcha da Maconha o local em que o músico que ele admira irá se apresentar.

A adesão de marchadores às tarefas que antecedem a realização da Marcha é outro fator que demonstra uma forte disposição para a ação conjunta. Apesar de todos os protagonistas se queixarem, de algum modo, da desigualdade de engajamento e compromisso dos ativistas, sempre é possível contar com algumas pessoas para fazer o que é necessário para a consumação dos atos do MMM em Recife. Formam-se comissões para os mais diversos tipos de atividades, desde costurar papéis para blocos de anotações também vendidos para ajudar a custear despesas até a elaboração de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Toda a produção dos Festivais de Cultura Canábica também é garantida por ativistas que trabalham voluntariamente.

Na repercussão dessas passeatas, um derradeiro elemento que destaco é mais explicitamente performático. Incorporada à passeata em 2015, uma intervenção artística em meio ao cortejo ganhou destaque nas reportagens sobre a manifestação nas edições de 2015 e 2016. Trata-se de um momento em que o público se aproxima muito da noção de “público integral” de Schechner (1988) e passa a desempenhar um papel que interfere no desenvolvimento do ato e se reveste de características mais relevantes que a maioria das plateias tradicionais.

Em 2015, esta intervenção foi uma performance – planejada previamente e executada sob esta denominação – consistindo em uma parada junto ao monumento às vítimas da Ditadura Militar, situado no

cais da Rua da Aurora. Este monumento é uma escultura popularmente conhecida como “Tortura Nunca Mais”, reproduz a imagem de um homem nu pendurado sob tortura na posição conhecida como “pau de arara”. Segundo a Prefeitura da cidade (RECIFE, s/d), trata-se do primeiro monumento em memória aos mortos e castigados pela Ditadura brasileira. Inaugurado em 1993, ele resulta de um concurso nacional de projetos realizado pela Prefeitura de Recife em 1988. Nesta parada, os organizadores convidaram todos os marchadores a acender velas que haviam comprado e deslocado previamente para aquele local. Ingrid (que, pela primeira vez, não acompanhara o trajeto da Marcha) nos esperava naquele local e à medida que nos aproximávamos ouvíamos suas instruções, amplificadas por um megafone. Ela nos pedia para distribuir e acender as velas em memória às vítimas da guerra às drogas. Era a hora do crepúsculo e, apesar do vento à beira-rio, a concentração de marchadores impunha barreiras ao vento e nos possibilitava manter muitas de nossas velas acesas enquanto alguns militantes da Luta Antimanicomial se revezavam na leitura de um voto de desprezo às políticas de “guerra às drogas, aos pobres e aos loucos”. Ao final da leitura, fomos convidados a fazer um minuto de silêncio durante o qual um dos poucos barulhos que percebi foi das máquinas fotográficas que permitiram, minutos depois, a repercussão de imagens da manifestação em redes sociais, blogs e jornais. As repercussões neste ano focalizaram esta performance.

No ano seguinte, 2016, foi repetido o convite para homenagearmos as vítimas dessa guerra, mas as circunstâncias foram muito diferentes. A Marcha daquele ano aconteceu no último dia do ENCAA e o trabalho prévio do CAPE ficou concentrado na organização do próprio ENCAA. A crise política decorrente do processo de *impeachment*¹⁵⁵ da Presidente da República pelo Congresso Nacional,

155 Trata-se de processo contra Dilma Rousseff, eleita em 2014 para segundo mandato à frente da Presidência da República. Seu segundo governo, cuja previsão se estendia até 31 de dezembro de 2017, foi reduzido pelo *impeachment* movido por juristas que a acusaram de crime de responsabilidade fiscal. O processo se iniciou em 02 de dezembro de 2015 com a aceitação da denúncia pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A partir daí, sucederam-se discussões e votações na própria Câmara e no Senado Federal, resultando no afastamento provisório do cargo em 12 de maio de 2016 e na destituição definitiva em 31 de agosto de 2016.

instalara uma insatisfação bastante difusa entre nós que estávamos organizando aquela manifestação. As diferenças de Lula Chagas com um modo de organização feminista da Marcha da Maconha em Recife e sua assunção de responsabilidades junto a um novo trabalho, permitiram a ampliação de espaço para atuação protagonista de outros ativistas na organização do MMM local. Neste novo contexto, estavam se tornando frequentes os convites à “desobediência civil”. E, apesar de Gojoba haver retomado naquele ano um papel de destaque na organização deste Movimento, ele não fez mais referência a necessidades táticas ou estratégicas de coerência com o ordenamento legal brasileiro.

Assim, antes da Marcha, discutimos sobre a realização de uma nova “performance” durante o trajeto que seria realizado em 2016 e decidimos realizar um “maconhaço”, algo que pode ser descrito como uma parada da passeata em local de maior concentração de espectadores (entre o *shopping center* da Av. Boa Vista e a Ponte da Av. Guararapes) e o fumo público e compartilhado dos cigarros de maconha que as pessoas tivessem consigo no momento. Em favor do “maconhaço”, havia o fato de algo semelhante ter acontecido na Marcha de São Paulo naquele ano¹⁵⁶. Assim, sob o mesmo convite do ano anterior (“Acendam suas velas em memória às vítimas da guerra às drogas”), não fizemos leitura de documento previamente elaborado, nenhum minuto de silêncio, nenhum gesto solene, nenhuma distribuição de velas de parafina, mas atendemos ao chamado com o acendimento de inúmeros cigarros de maconha (e também de tabaco) que foram fumados por muitas pessoas, ali mesmo, em plena Av. Conde da Boa Vista. Além dos cigarros, foram acendidos sinalizadores de fumaça (adquiridos previamente) com a intenção de ampliar o que veio a ser um verdadeiro “fumacê”.

Quem novamente emitiu o convite foi Ingrid Farias, ela o fez um pouco depois do local que havíamos definido inicialmente. Assim, o “maconhaço” foi consumado na esquina da referida avenida com a Rua da Aurora, atrapalhando o trânsito e chamando atenção de muitos moradores naquele trecho que concentra o maior número de unidades

156 Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/05/14/marcha-da-maconha-2016-paulista_n_9975278.html>. Acesso em: 15 de out. 2016.

residenciais do bairro Boa Vista, entre grandes edifícios de pequenos apartamentos. Logo depois, a Marcha seguiu na contramão pela Rua da Aurora até a Rua da Imperatriz, avançando em seguida pela Praça Maciel Pinheiro e Rua do Aragão, chegando ao Pátio da Santa Cruz pela rua do Texas Bar, onde se encerrou a passeata com a apresentação de algumas atrações musicais. Para ilustrar o “maconhaço”, reproduzo uma imagem que expõe um novo protagonista desta história (Fernando Ribamar, ao canto esquerdo da imagem) e duas figuras de destaque dos primórdios destas manifestações (Edna Granja, de mão erguida, ao centro da fotografia e Gojoba, ao canto direito).

Figura 8: “Maconhaço” – Recife 2016



Fonte: Perfil *Facebook* Mídia Ninja. Créditos da imagem não informados

Mais uma vez o que repercutiu nas notícias sobre o ato foi o momento intitulado “performance” ou “maconhaço”. São deste momento, a maioria das imagens reproduzidas nas notícias que

recenseei sobre a Marcha deste ano. Tendo acompanhado *in loco* cinco edições da Marcha da Maconha nesta cidade e outras tantas pelo mundo, a percepção que tenho é de que este foi o episódio de maior fusão entre público e *performers* que já presenciei ao longo destas manifestações. Muitos marchadores atenderam ao convite, agitaram-se, sorriram, demonstraram satisfação, levantaram os braços efusivamente, gritaram, agitaram seus cigarros e sinalizadores para o alto e me fizerem perceber a multidão como se ela estivesse tomando uma forma quase única que seria difícil impedir que avançasse na contramão por onde decidisse seguir. Os policiais apenas observaram aquela cena que, sob a minha perspectiva, tinha pouca semelhança com o que fizemos nos anos anteriores.

Mais tarde, três ativistas, sendo uma de Campinas (interior de São Paulo), vieram me dizer que temeram que algo de grave acontecesse, notadamente quando passamos pela Rua da Imperatriz (uma rua estreita e exclusivamente reservada a pedestres), por onde o carro de som não conseguiu passar. Estes ativistas temerosos se mostraram impressionados que a polícia não tivesse feito nenhuma tentativa de impedimento. A única coisa que me ocorreu como resposta foi afirmar que eu também me surpreendera. Sem o serviço de amplificação de som na Rua da Imperatriz, a passeata havia perdido sua principal referência de centralização de manifestantes e a multidão seguiu de modo mais autônomo, batendo fortemente e amassando várias portas de ferro daquela rua quase exclusivamente comercial; alarmes foram disparados neste trecho e eu cheguei a pensar que alguma daquelas portas fossem ceder. Só reencontramos o carro de som no Pátio da Santa Cruz.

A partir do maconhaço, não houve mais “centralismo democrático” e restou pouca semelhança com a identidade “ordeira, pacífica e legal” que caracterizou as fases precedentes da Marcha da Maconha em Recife. Quando o carro de som já não conseguiu mais acompanhar os manifestantes, a Marcha estava se aproximando do seu final. Chegando ao Pátio, muitos de nós nos dispersamos e nem eu, com minha gana de pesquisador que queria participar de toda a Marcha, consegui ficar para assistir às apresentações artísticas. Nós estávamos

exaustos com os três dias de ENCAA. Desde a véspera do início do Encontro, eu e outros ativistas do CAPE havíamos nos instalado no Centro de Apoio a Eventos da UFPE, onde dormimos, em média, aproximadamente quatro horas por noite. Apesar do cansaço, alguns membros do CAPE e vários participantes do ENCAA foram para a sede do Coletivo aquela noite e se prolongaram em confraternização pelo que consideramos um Encontro de muito sucesso.

Finalmente, vale dizer que a fusão local dos marchadores da maconha em Recife também se fortalece por uma busca de prazer que faz dos nossos encontros uma oportunidade de partilhar conhecimentos, práticas e produtos que desejamos. A atividade de organizar, realizar e defender a Marcha da Maconha de Recife é oportuna para se informar, difundir informações e partilhar tanto argumentos e substâncias quanto práticas e sonhos. Os encontros relacionados a esta Marcha são também uma fonte de amor e pude perceber que vários relacionamentos conjugais se formaram ao longo do período e entre as pessoas com quem pesquisei.

3.4.2 Colaboração nacional

Acabei de descrever aspectos que favoreceram a fusão de marchadores e permanecem restritos à esfera local, sendo, portanto, insuficientes para compreender como a atuação dos antiproibicionistas recifenses contribuiu para fortalecer a articulação de atores oriundos de outras partes do país. Para avançar na compreensão do processo de colaboração nacional que orientou o Movimento ao conjunto das transações com droga, recorro à narrativa de criação da Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (RENCAA), a partir de 2012.

Esta rede federa atores e grupos que participam da organização, realização e defesa de Marchas da Maconha em diversas partes do Brasil. A proposta de articulação ganhou forma às vésperas da “Cúpula dos Povos”, realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro. O evento antecedeu a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e se manteve em paralelo ao período oficial desta Conferência

realizada naquele ano e conhecida como “Rio+20”. A Cúpula dos Povos foi um grande encontro de membros de organizações sociais que, em sua maioria, não poderiam participar da Conferência propriamente dita, mas pressionavam para que suas considerações fossem levadas até o encontro da ONU. O objetivo do encontro organizado pela sociedade civil foi, segundo organizadores: “dar voz às comunidades diretamente ligadas às regiões mais afetadas pelos problemas socioambientais da atualidade”¹⁵⁷. O encontro estranhamente se integrou à Conferência como “evento paralelo”. Realizada na área central do Rio de Janeiro, a dezenas de quilômetros da Barra da Tijuca, onde aconteceram as atividades oficiais da Conferência, a Cúpula dos Povos contou com a presença de aproximadamente quinze mil participantes oriundos principalmente do Brasil e de países da América Latina.

Seguindo a ideia das Nações Unidas que divulgara uma denominação abreviada de sua Conferência fazendo referência aos vinte anos que a separavam da Conferência precedentemente realizada na mesma cidade para discutir as questões ambientais (Rio 92), ativistas antiproibicionistas também aproveitaram sua própria história para denominar seu encontro: utilizaram o nome da cidade que sediaria seu evento e os números “4” e “20”, que correspondem ao histórico horário em que muitas pessoas se reúnem para fumar maconha¹⁵⁸. Assim, alguns ativistas que participavam das Marchas da Maconha de diversas cidades do país e estariam na “Cúpula dos Povos” resolveram fazer um evento paralelo ao que já era paralelo. O encontro dos ativistas da Maconha

157 Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html>. Acesso em: 11 de out. 2016.

158 Há muitos mitos sobre a escolha destes números para simbolizar uma atitude pró-maconha. Uma história bastante repetida destaca a prevalência da cultura norte-americana, onde há um intervalo habitual de atividades escolares e profissionais por volta das 16h20. Os números 4 e 20 se tornaram símbolos da cultura maconhista. O dia 20/04 (ou 4/20, como é gravado em inglês) se tornou uma data internacional de luta pró-maconha. As Marchas da Maconha costumam se iniciar às 16h20, o local de concentração da passeata no Rio de Janeiro é em frente ao número 420 da Av. Vieira Souto, na Praia de Ipanema e uma grife de roupas e acessórios 420 surgiu em Fortaleza (Ceará) e se tornou bastante conhecida por confeccionar vestimentas e acessórios ilustrados com maconha ou com os referidos números.

se intitulou “Rio+4e20”. A partir deste encontro se fez uma Marcha da Maconha fora de época, 16 de junho de 2012, às 16h20, avançando dos jardins do Museu de Arte Moderna para as áreas em que estavam concentrados milhares de trabalhadores com e sem-terra, rurais e urbanos, indígenas e representantes das chamadas “minorias sociais”, além de estudantes e esquerdistas de diversos matizes. Esta Marcha surpreendeu a muitos participantes da Cúpula dos Povos. De modo geral, pode-se dizer que ela foi recebida com graça; alguns se juntaram à passeata, outros aplaudiram e somente a Polícia Militar se mostrou contrária à manifestação.

Como Delmanto (2013) documenta de modo exaustivo, os movimentos sociais brasileiros se manifestaram pouco sobre o tema das drogas e, muitas vezes, suas manifestações são favoráveis à proibição. Deste modo, a performance realizada na Cúpula dos Povos teve um significado muito importante para o MMM, mas a importância da Rio+4e20 não se restringe à referida manifestação e reside principalmente no estabelecimento de uma agenda de colaboração entre grupos e ativistas pró-maconha. Juntos, estes ativistas acreditaram que suas buscas por mais apoio teriam melhores resultados. A partir daquele encontro, decidiram fazer uma reunião anual da articulação que criaram ali: a mencionada Rede Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas – RENCAA.

Apesar da Rede e de sua agenda de encontros anuais ter surgido em 2012, suas discussões ficariam limitadas por mais quatro anos às plataformas de comunicação digital ou a encontros casuais de ativistas em diferentes eventos realizados no Brasil e em outras partes do mundo. Apenas ao final de 2015, passou-se a discutir com mais detalhes a organização de um encontro nacional presencial que fosse realizado para discutir especialmente os interesses da RENCAA. As discussões sobre o que viria a ser este Encontro continuaram majoritariamente por meios digitais até que decidíssemos, sob grande insistência de Ingrid Farias, realizar o primeiro Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas – I ENCAA, em Recife. Efetivamente realizado nesta cidade entre os dias 24 e 26 de junho de 2016, o I ENCAA aconteceu no

meio de um processo de mudanças na própria organização e realização da Marcha da Maconha em Recife. Devido aos objetivos e limites desta obra, não farei uma descrição densa e volumosa do Encontro, mas tentarei destacar alguns de seus aspectos que contribuem para que eu afirme que o coletivo pernambucano vem tentando incidir em uma perspectiva nacional de ampliação das Marchas da Maconha para uma ação antiproibicionista.

Em primeiro lugar, ratifico que a Rede de Coletivos e Ativistas que promoveu o Encontro existia há quatro anos e definira a realização de uma reunião anual desde o seu primeiro ano de atuação, mas – até que ativistas do CAPE provocassem a organização deste grande encontro presencial e ofertassem as condições necessárias para abrigar o evento – as interações da RENCAA vinham se limitando a ambientes virtuais ou oportunidades de encontros casualmente viabilizados por outras agendas. Deste modo, a provocação inicial de Ingrid Farias, a assiduidade de membros do CAPE aos fóruns virtuais de organização do Encontro, a articulação de apoios por parte de alguns destes membros (em que vale destacar a própria Ingrid, mas também Priscila Gadelha), bem como o tino empreendedor de Fernando Ribamar e uma boa dose de ousadia criaram as condições de realização da atividade. Apesar de destacar um certo protagonismo aqui, não estou insinuando que tenha faltado colaboração substancial de ativistas de outros estados, alguns dos quais eram igualmente assíduos às discussões preparatórias e foram também decisivos para a conquista de apoios e a produção de inúmeros subsídios necessários à realização do evento.

Um segundo aspecto destacável é o objetivo do encontro que, como eu mesmo destaquei em entrevista publicada no segundo dia de ENCAA, pela Agência Brasil, da EBC, foi pensado para elaborar um anteprojeto de lei de iniciativa popular de regulação das substâncias atualmente ilegais. Esta elaboração, portanto, não se limitava à maconha e

Sem diferenciar uma ou outra droga, sem
diferenciar que uma seja melhor ou pior que outra,
e entendendo que é possível mudar o mundo

para melhor a partir de uma relação menos esquizofrênica e mais regulada com as drogas que temos hoje no Brasil. O projeto é um ponto de partida bastante utópico, mas que tem grandes potenciais positivos, não vai detalhar o que deve ser feito com cada uma das substâncias, mas vai estabelecer princípios, diretrizes para todas as substâncias que hoje são consideradas drogas¹⁵⁹.

A diversidade de participantes também é outro aspecto remarcável, pois o Encontro reuniu mais de quatrocentas pessoas provenientes de dezenove estados brasileiros, de todas as regiões do país, sendo muitos ativistas que participam da organização, realização e defesa de Marchas da Maconha, mas também pesquisadores, professores universitários e profissionais envolvidos em serviços de atenção a pessoas que têm problemas relacionados às drogas. Muitos assumiram voluntariamente as tarefas necessárias ao evento, assim vimos um professor universitário fazendo o primeiro turno da equipe de cozinha, de 5h às 7h; e duas gestoras públicas da Prefeitura de Caruaru transportando passageiros e alimentos, em seus veículos particulares. A maioria dos participantes era composta por mulheres e o grupo de trabalho com maior frequência discutiu as interfaces entre “antiproibicionismo e feminismo”. Além das pessoas que acompanharam a maior parte do ENCAA, a atividade ainda contou com a passagem de dois deputados estaduais de Pernambuco e vários políticos da região que viriam a ser candidatos a vereador nas eleições municipais de 2016.

Os apoios conseguidos para a realização do evento são outro aspecto destacável. Realizado nas dependências da UFPE, o ENCAA contou com uma espécie de “defensora” institucional da sua relevância. Este papel foi desempenhado pela já referida professora Roberta Uchôa, do Departamento de Serviço Social desta Universidade, uma profissional que há muito capacita e articula atores do campo de atenção a pessoas

159 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/movimentos-discutem-mudancas-nas-politicas-antidrogas>>. Acesso em: 08 de out. 2016.

que usam drogas, posiciona-se a favor de medidas proibitivas das transações com drogas, mas sempre destaca a importância de debater o tema com quem sofre os problemas decorrentes dessas restrições. Roberta intermediou discussões com o próprio Reitor da Universidade, com a diretoria do Departamento que cedeu os espaços de discussão e com a administração universitária que se ocupa do Centro de Apoio a Eventos, dos espaços de lazer e dos transportes no *campus* principal da UFPE. Assim, o evento foi realizado nas dependências da Universidade que ainda disponibilizou infraestrutura de hospedagem e preparação de alimentos para os participantes.

Além do importante apoio desta Universidade, contamos com a parceria da Senad e da Fiocruz que viabilizaram passagens e ajuda de custo para a participação de convidados que vieram de locais mais distantes, como Rio Grande do Sul, Acre, Piauí, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. A Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas, Universidades de outros estados, grupos de pesquisa de diversas regiões, ONGs, partidos políticos, prefeituras e diversos mandatos parlamentares também foram articulados em apoio ao evento; garantindo, por exemplo, o deslocamento de grandes caravanas oriundas dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia.

O objetivo inicialmente previsto para o Encontro não foi plenamente atingido e terminamos as discussões sem aprovar o Anteprojeto que chegou a ser esboçado com a certeza de que ainda precisaríamos discutir muito para conseguir elaborar um Projeto de Lei que expressasse a complexidade do problema. Porém, o Encontro teve o importante resultado de fortalecer laços de cooperação mútua entre ativistas de várias partes do país e difundir, em meio aos realizadores de Marchas da Maconha, uma perspectiva segundo a qual não poderíamos continuar restritos à discussão e reivindicação de mudanças relativas a uma única substância, pois isto estaria longe de remediar os principais problemas sociais decorrentes de uma política de drogas que pune principalmente os indivíduos que compõem as parcelas mais vulneráveis da população.

3.4.3 Difusão pelo mundo

Se, por um lado, a própria ideia de realizar uma manifestação sob o nome e o modelo de Marcha da Maconha tem uma origem internacional capaz de influenciar a decisão de engajamento de alguns defensores de direitos¹⁶⁰ de pessoas que usam drogas em Recife, é preciso também reconhecer que a circulação de algumas destas pessoas que desempenham (ou desempenharam) papéis protagonistas nessa história é igualmente significativa para a continuidade da performance. De outros lugares do mundo, estes protagonistas receberam muitas influências, como a descrição do seminário intitulado “A maconha no Brasil” demonstrou. Eles têm manejado [ou “manipulado”, se quisermos continuar com os termos de Mead (1938)] essas influências. Antes disso e, seguindo ainda a teoria do ato de Mead, posso afirmar que estas influências deram impulso, alteraram a percepção, permitiram a manipulação e se somaram na definição da consumação de um ato coletivo de reivindicação que é a Marcha da Maconha. Um ato que, como dizia Marcílio Cavalcanti, não tinha a faixa que ele queria, pois surgiu restrito a uma única substância.

Porém, a percepção também se influencia pela experiência pregressa e os conhecimentos que estes atores já detinham, pois – como mencionei na Parte I – adoto a hipótese segundo a qual os sentidos e a “bagagem” de que o indivíduo dispõe dão condições de refletir e possibilidades de efetivamente manipular o que percebe para melhor conhecer, decidir e, finalmente, consumar um ato. Os pioneiros da Marcha da Maconha reagiram aos relatos de Sérgio Vidal, a seus estímulos e provocações para o desenvolvimento dessa passeata na capital pernambucana. Assim, definiram as condições de realização de uma Marcha que, com a pretensão de se fazer possível e sustentável, produziu táticas e estratégias muito particulares. A primeira tática significou a escolha de se apresentar no “lugar de maconheiro”. Em seguida, apareceram as estratégias que moldaram a fachada da manifestação como “ordeira, pacífica e legal”.

160 Aqui me refiro tanto aos direitos formalmente reconhecidos quanto àqueles ativamente demandados em Marchas da Maconha.

Há dois poréns a destacar para compreender como se deu uma primeira mudança importante que já estou introduzindo:

1) Não há vontade única no interior de um movimento social e atores de ordens distintas manifestaram, desde os primórdios, uma repulsa às escolhas táticas e estratégicas dos organizadores desta Marcha. Agravando a situação, surgiram símbolos que significaram uma identificação com os processos de estigmatização de um tipo de usuário de maconha: o “bandeiroso”. Ao difundir um símbolo (Figura 4) como o que foi apresentado na figura de um Convite difundido entre 2009 e 2012 por muitos organizadores do ato, eles traziam para o interior do seu Movimento um dos maiores obstáculos que precisariam superar na fase de ameaças. Por outro lado, o símbolo e as práticas que lhe são associadas, notadamente, o impedimento de fumar maconha foi algo que favoreceu uma valoração positiva do Movimento na escala moral de parcela conservadora da sociedade pernambucana – o que certamente contribuiu para a normalização de algumas transações com maconha na região.

2) Esta Marcha é parte de um movimento e, portanto, está carregada de dinâmica. À medida que emergiam outras percepções sobre as possibilidades e limites de ação, surgiam novos discursos (incluindo argumentos, músicas, palavras de ordem e cartazes) e mudavam as práticas. Este processo de mudança é igualmente influenciado pela sucessão não-linear das fases do ato humano e, portanto, pressupõe o desenvolvimento de novas percepções, manipulações e consumações. Assim, não apenas os ditos e os feitos mudavam, como também seus protagonistas: afastavam-se uns atores, agregavam-se outros, aqueles que continuavam sofriam muitas mudanças. Surgia, portanto, um novo elenco, com uma distinta ordem de apresentação no palco móvel desta performance.

Assim passamos de Marcílio Cavalcanti a Gojoba, Neco e Flavinho; destes a Lula Chagas e, finalmente, chegamos a Ingrid Farias e Fernando Ribamar – cada um agregando suas próprias percepções por meio de um Movimento que, segundo sua carta de princípios, anseia horizontalidade e ausência de líderes¹⁶¹, mas na prática tem atores que manipulam habilmente os elementos que percebem como importantes para a continuidade do ato e, consequentemente, tornam-se reconhecidos como protagonistas (nas minhas palavras), “coordenadores” (segundo Lula) ou “meninos da Marcha” (segundo petistas que viam Gojoba desta forma). O acesso a saberes e práticas distintas se somou à possibilidade de circulação destes protagonistas por diferentes ambientes que favoreceram a adoção de novos sentidos para sua própria ação. As condições de família, amizades, escolaridade, atuação política (em partidos, sindicatos e, sobretudo, movimento estudantil e reivindicações coletivas em espaços públicos) e trabalho formavam um lastro para a ação individual que favorecia a difusão da causa maconhista em diferentes arenas, bem como ampliava os estoques de argumentos e de ação. Por tudo isso, apresentei informações biográficas de alguns sujeitos que protagonizaram essa história, pois considero que elas permitem perceber as condições de que dispõem (ou dispuseram) para se dedicar à performance na arena da maconha.

Porém, a circulação de alguns protagonistas por outros lugares do mundo lhes permitiu perceber novas possibilidades de ação que transcendem à experiência local e pretérita. Circulando alhures, atentos ao que se passa no que tange aos problemas decorrentes de transações com drogas, gente como Marcílio Cavalcanti (a partir de sua posição na direção da RELARD) e Ingrid Farias (notadamente após sua assunção à gestão da ABORDA) recolhe indícios de que é possível e necessário pedir mais ou, como diz o ditado, descobrem que “o buraco é mais embaixo” e passam a difundir as ideias de que para alterar os problemas sociais existentes em relação às drogas é preciso lutar por uma causa mais ampla que o direito de fumar maconha. Além disso, passam a receber notícias

161 Cf.: Carta de Princípios – Movimento Marcha da Maconha. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.net/>>. Acesso em: 02 de set. 2016.

de primeira mão, conhecem outros atores e organizações importantes no quadro intermediário e global em que atuam, empoderam-se enfim de informações e possibilidades de ação que acessam por diferentes vias.

Focalizei os casos de Marcílio Cavalcanti e Ingrid Farias pelo destaque que eles demonstraram em suas próprias performances, mas também pela frequente referência de outros atores do MMM a estas duas figuras que tiveram apoio de pessoas e organizações pernambucanas que realizam serviços de redução de danos. Assim, eles foram reconhecidos não apenas como apresentadores de uma performance, mas também como representantes das performances de outros indivíduos e coletivos. A postulação de seus respectivos postos na RELARD e na ABORDA também lhes foi fortalecida pelo fato de se reconhecerem como usuários de drogas lícitas e ilícitas. Outras figuras (notadamente profissionais de Psicologia) poderiam ser igualmente destacadas como importantes para as fases de antecedentes, ameaças e reinvenção desta Marcha, mas a condição particular de se afirmar como usuários de drogas lícitas e ilícitas deu a Marcílio e Ingrid a condição de falar e agir sobre uma questão da qual têm experiência prática e que, de muitos modos, tinham delegação de outros experientes.

Esta última característica de experiência é percebida e mencionada como sendo algo valoroso por muitos interlocutores, mesmo aqueles que – como a professora Roberta Uchôa – discordam substancialmente das propostas defendidas por Marcílio e Ingrid. As posições diretivas que ocuparam (e ainda ocupa, no caso de Ingrid Farias) foram conquistadas por uma ação que os tornou reconhecidos por pares que usam drogas e por profissionais que não se apresentam como usuários ou usuárias, mas sim como cuidadores e cuidadoras de pessoas usuárias de drogas.

As trajetórias de suas vidas têm muitas experiências marcantes em Recife, mas se somam às importantes posições que assumiram na RELARD e na ABORDA para lhes permitir novas e mais amplas possibilidades de circular pelo mundo, captar informações, articular apoios, reunir exemplos de atuação, influenciar seus pares ativistas e difundir suas compreensões acerca de problemas relativos não apenas à

maconha, mas também a outras drogas. Os saberes e reconhecimentos que atingiram nestas experiências de socialização, trabalho, atuação política, consumo de drogas e circulação pelo mundo contribuíram para que suas posições em relação ao MMM se tornassem ainda mais importantes para aqueles que constroem a Marcha da Maconha em Recife.

Dito isto, acredito que seja possível compreender que a ideia de ampliar esta Marcha rumo a outras substâncias não é uma novidade recente em Recife, era intenção presente desde o início, tanto nas expectativas aqui discutidas a partir da trajetória de Marcílio Cavalcanti, quanto no horizonte dos interesses de alguns outros pioneiros. Porém, isto só viria a se aproximar da realidade em 2016 e, como tentarei discutir na próxima Parte, esta mudança se deu porque os objetivos em relação à maconha já haviam sido parcialmente atingidos. Não precisando mais se ocupar de pensar e agir para restringir o fumo de maconha na Marcha da Maconha, os organizadores se liberaram para inventar práticas de reivindicar mudanças mais amplas. Como me disse Marcílio Cavalcanti, parece que “finalmente a Marcha ficou interessante”. Eu acrescento que ela se tornou interessante para aqueles que querem mais que maconha.

PARTE IV

EM QUE MUDAMOS?

A natureza, variada, rica e fecunda em seus produtos, nunca marcha de salto; uma imensa cadeia une todos os seres, fazendo transições tão admiráveis, que só a vista perspicaz do observador pode conhecer e apreciar.

(MORAES, 1854, p. 2)

Introduzir uma parte do trabalho que versa sobre mudanças das formas e dos conteúdos da manifestação coletiva por um excerto de discussão biológica – datado de mais de cem anos, enaltecedo as capacidades do observador – pode parecer presunção de quem se propõe a identificar e descrever mudanças onde muitos falam de continuidades. Porém, eu não tenho pretensão de exclusividade, reconheço o caráter relativo do conhecimento e a parcialidade de qualquer investigação. Em outras palavras, posso dizer que considero as limitações da produção científica em relação a seu próprio contexto ou a seu “paradigma”, se quisermos utilizar os já difusos termos de Kuhn (1970). Assim, ratifico a ideia já mencionada de que “Toda forma de ver é também um modo de não ver” (BURKE, 1935, p. 49).

Esta parte do trabalho se volta a pequenas e potentes mudanças que se processaram não na natureza, mas em uma coletividade social, cujos membros se integram mais como em rede do que como em cadeia. Tratam-se de mudanças que podem ou não ter sido percebidas por outros, mas que certamente estão relacionadas com a produção de diferentes edições da Marcha da Maconha em Recife e foram percebidas por mim em decorrência do meu próprio engajamento como pesquisador participante deste processo de mudança.

Apesar do período de observação participante (2012-2016) não ter sido acompanhado de numerosas mudanças de normas legais válidas para todo o Brasil, minha percepção alcançou outras mudanças sobre as quais dedicarei meu foco principal de atenção nesta Parte IV.

No que tange à sociedade brasileira como um todo, não tive a pretensão de observar, descrever e analisar mudanças relativas à maconha. Contudo, algumas alterações desse tipo atravessaram narrativas precedentes e foram abordadas principalmente nos trechos que tematizam, de modo mais específico, os ciclos securitário e antiproibicionista. Outras voltarão à tona nesta Parte porque uma conjuntura nacional de crise econômica, política e institucional tem afetado muito os rumos da ação enfocada.

No tocante às normas legais, boa parte da discussão foi apresentada quando abordei o ciclo securitário de atenção à maconha, mas ainda é importante afirmar a possibilidade de algumas transações com maconha serem descriminalizadas por via judiciária, pois se encontra no STF um Recurso Extraordinário (RE 635659), iniciado em fevereiro de 2011, demandando “descriminalização do porte de drogas para uso pessoal”¹⁶². Até 10 de setembro de 2015 (data da última movimentação deste processo até o final de setembro de 2016), havia três votos parcialmente favoráveis, sendo necessário apenas mais um voto na mesma direção para que o entendimento do Relator passe a ser considerado como jurisprudência para casos futuros. Caso se consolide o voto favorável que falta, apenas o porte de maconha para uso pessoal deixará de ser considerado crime, as demais transações atualmente criminalizadas carecerão de novos processos legislativos ou jurisprudenciais para que sofram alguma alteração.

As mudanças de impacto nacional provavelmente têm alguma contribuição da ação coletiva que enfoco, mas – dentre outras coisas – a ação advocatícia no âmbito judiciário e a difusão de ideias favoráveis à maconha em grandes veículos de comunicação também competem para

¹⁶² Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4034145>>. Acesso em: 22 de set. 2016.

a reforma da jurisprudência relativa ao tema. E vale lembrar que a ação midiática e as ações no Supremo Tribunal Federal não integraram os objetivos da minha investigação. O que busquei ao longo desta pesquisa foi, principalmente, a percepção de mudanças que estejam mais fortemente relacionadas com a atuação da Marcha da Maconha em Recife.

Deste modo, abordarei a ampliação da causa que mobiliza pessoas a participar desta Marcha. A mudança gerou a alteração da identidade coletiva dos organizadores e colocou em questão sua principal manifestação. Como dizia uma das faixas expostas em 2016: “A Marcha é maior que a maconha”. Para muitos, tornou-se insuficiente marchar pela maconha, mas, na falta de algo maior que congregue e aproveite o acúmulo das performances pregressas, continuamos a realizar a manifestação. Boa parte da ampliação se deve ao alcance parcial dos objetivos perseguidos: difusão de ideias, fusão (mesmo que parcial e transitória) de novos atores às performances reivindicatórias e aproximação das transações com maconha do rol da normalidade. Isto tornou ocioso o subgrupo intitulado “Segura a Lombra”, fez com que alguns marchadores abordassem potenciais benefícios da maconha em suas estratégias político-partidárias e difundiu a transação de consumo de maconha em lugares públicos da região. Assim, os ativistas que acompanho em Recife não restringem mais sua causa à legalização da maconha, tornaram-se antiproibicionistas e esta Parte tentará evidenciar o que isto significa. Tais mudanças não livram de riscos; pelo contrário, ampliam-nos em vários sentidos. Fumar maconha se aproximou muito do quadro da normalidade, mas outras transações com maconha e a ação coletiva permanecem muito arriscadas.

Ao mesmo tempo em que os marchadores emolduram um novo quadro para sua performance, respondem à nova moldura em que sua ação está inserida, demonstrando reconhecer que no atual contexto nacional a própria ação coletiva aparece como contravenção e ganha um novo alinhamento prático em termos de “desobediência civil”. Atuar em uma performance desobediente pressupõe identificação com atores e movimentos que agem sob perspectivas correlatas. Deste modo, a

passeata se tornou uma performance inconveniente e constrangedora para defensores do *impeachment* presidencial ou para aqueles que duvidam que o machismo seja uma característica da sociedade contemporânea que atravessa as mais diversas situações e, por isso, relaciona-se com qualquer movimento social.

Nesta Parte, tentarei ainda apresentar um último *performer* protagonista da fase de reinvenção, alinhavar as trajetórias pessoais que se entrecruzaram na produção desse Movimento e mostrar a importância de entender quem e como se faz uma ação, não apenas por quê. Finalmente, apresentarei elementos que me parecem relevantes para demonstrar que o feminismo emergiu como uma forte marca do antiproibicionismo em Recife.

4.1 NOVA MORAL DA HISTÓRIA

Tanto já foi dito acerca da moral em filosofia e ciências sociais que se torna difícil abordar o tema em uma pesquisa sociológica que pode seguir caminhos muito diversos sobre a questão. Como venho tentando demonstrar, desde a introdução, perceber o que há de moral na Marcha da Maconha de Recife não é um exercício de identificação pura e simples de padrões de comportamento coletivo em lugares públicos, mas uma busca de compreender como esses padrões operam e se modificam em uma história de curta duração enfocada diretamente pela observação participante.

Distanciando-me da abordagem de uma moral “elementar” e religiosa (*à la* Durkheim), bem como de um fundamento “imperativo” da ação humana (*à la* Kant), busco enquadrar minha argumentação em um debate acerca da moral adjetiva que atravessa, qualifica e influencia a vida cotidiana, fluindo e mudando de acordo com tempo, espaço, estruturas, atores, público e demais recursos periféricos em que se manifesta. Portanto, sinto-me mais próximo da historiografia social britânica e do pragmatismo que da filosofia moderna e das raízes de uma escola sociológica francesa. A perspectiva pela qual enquadro a ação observada é a de continuidade entre os costumes e as leis, tal como

postula Thompson (1971) e Dewey (1941); mas também reconheço o poder da sociedade sobre esta linha de continuidade (BECKER, 1963; DEWEY, 1927; GUSFIELD, 1963 e 1981; MATHIEU, 2005).

Dentre os campos pelos quais as sementes do pensamento de John Dewey se espalharam há ainda um que eu abordei de modo muito superficial: o Direito. Aos oitenta anos de idade, em 1940, o filósofo foi convidado a uma conferência sobre a filosofia jurídica na Universidade Northwestern. Havia pouco, ele presidira, em 1937, a famosa Comissão que ganhou seu sobrenome e teve a missão de julgar (por meio de um tribunal extraordinário internacional) as acusações de Stalin e do regime comunista soviético contra Leon Trotsky.

O convite da Northwestern estimulou o filósofo a reunir suas reflexões anteriores sobre a natureza e a finalidade do Direito, o que resultou na publicação de “*My Philosophy of Law*” (DEWEY, 1941), que a socióloga Liora Israel e o jurista Jean Grosdidier consideram ser a “síntese mais apropriada de sua posição relativa ao Direito” (ISRAEL, GROSDIDIER, 2014, p. 163). Esta posição não destoa do valor atribuído por Dewey à experiência e tematiza o Direito como “atividade” e “interação” de humanos, de modo que

[...] o que compõe o Direito não são fatos – no sentido que poderíamos chamar de durkheimiano – mas processos, coisas que se passam, coisas que não são finitas nem estáveis, nas quais é preciso levar em consideração a espessura do tempo, a duração (ISRAEL; GROSDIDIER, 2014, p. 163).

Neste sentido, o próprio Dewey lança uma metáfora esclarecedora e útil para entender a continuidade existente entre o costume e a norma. Trata-se de considerar o Direito como se fosse um rio.

O leito, em sua relação com o entorno, é o fato primário. A corrente pode ser comparada com os processos sociais e suas diversas ondas [...]. As

margens, comparáveis aos costumes, são estáveis, são situações constantes que limitam e também dirigem a corrente (DEWEY, 1941, p. 78-9).

Porém, não há estabilidade absoluta no curso de um rio. Há cheias e secas que alteram, de modo natural, as margens dos rios, bem como existe um grande número de intervenções humanas capazes de mudar a direção e o volume de um rio por maior que ele seja, a exemplo do que está acontecendo nesse momento no Brasil com o projeto de transposição do Rio São Francisco.

Assim, Dewey (ainda antes de Thompson) nos ensina que o Direito é uma forma de transposição do costume à regra ou, como afirmam os especialistas:

A regra jurídica é algo que evolui necessariamente, não apenas pela pressão de acontecimentos macrossociais, mas também pelo cotidiano que lhe inscreve em práticas sociais. O Direito é algo como uma realização (*effectuation*), uma prática situada que se comprehende em seu meio, mas que tem igualmente efeitos sobre o meio (ISRAEL; GROSDIDIER, 2014, p. 167).

Além do caráter situado do Direito, Dewey (1941, p. 78) alerta que a palavra reúne “regras jurídicas”, “produtos legislativos”, “atividades administrativas” e “decisões jurisdicionais” que entram em ação por meio das escolhas de pessoas que ocupam o lugar de juízes e dão forma prática ao que chamamos de Direito. Como qualquer outra decisão humana, as decisões dos juízes também se processam com base em percepções, estoque de conhecimentos correlatos e capacidade de efetiva manipulação dos elementos que compõem o caso. No contexto decisional que, em Direito, liga-se à vertente acadêmica conhecida como “realismo jurídico” e tematizada no referido artigo de Israel e Grosdidier (2014), o que há de mais importante para minha investigação é a dimensão moral do Direito como consequência da ação social.

Para Dewey (1930), há três fatores que configuram a moral. O primeiro, de tipo teleológico, é o “bem pelo bem” que, em resumo extremamente simplista, posso dizer que corresponde à impressão de que um indivíduo bem informado e intencionado só poderia desejar e fazer o que é bom. Em outras palavras, reúnem-se na moral teleológica os aspectos cognitivos, as crenças e os desejos em uma relação diretamente proporcional. Em segundo lugar, há uma moral de tipo deontológica, na qual há supremacia de um aspecto universal, semelhante ao “imperativo” kantiano. Trata-se, portanto, de uma moral ontologicamente determinada e transcendente. Finalmente, o terceiro tipo de moral abordado por Dewey (1930) é o da “virtude” na qual os valores do “bem” não são previamente fixados, mas respondem à dinâmica de atribuição de valor em que se escrutina a própria moral.

Como já foi destacado para diferentes finalidades, a exemplo do mencionado texto que coloca em perspectiva a análise da ação jurídica na obra de Dewey (ISRAEL; GROSDIDIER, 2014), mas também no debate propriamente filosófico (ANDERSON, 2014), a reflexividade moral presente em Dewey enfatiza a dimensão teleológica e, principalmente, a dimensão da “virtude” na busca da compreensão dos elementos morais da ação humana. Dewey recusa uma teoria da moral como imperativo transcendente e nos convida a pensar a ação cotidiana e o Direito a partir de uma teoria da moral na qual o “bem” é o que embasa e permite projetar um “bem comum” no presente e no futuro. A moral não é, portanto, um pressuposto estático e conservador de práticas tradicionais; ela é imanente, dinâmica e objetiva (no sentido que Mead nos legou à noção de objetividade). Esta perspectiva, assim como as demais perspectivas de reflexão acerca da moral, prioriza a noção do “bem coletivo” como substrato do “comum”. Há uma convergência em qualquer perspectiva de abordagem da moral: o bom, o belo e o justo para uma coletividade como elementos norteadores do enquadramento moral.

Reconhecendo também a importância da produção simbólica na configuração da ordem moral, retomo a ideia que já introduzi e afirmo que os marchadores estão empreendendo uma cruzada pela reforma do enquadramento moral da maconha. Isto não significa que

eles cheguem às “vias de fato” e destruam com as pontas de suas armas todos os antagonistas com que cruzarem, mas tão somente postulo que se esforçam para mudar a ordem moral a partir da assignação de um lugar no seu interior para a maconha e os “maconheiros”. Como Becker (1985 [1963], p. 172), reconheço que “quem participa das cruzadas não se preocupa somente em levar os outros a se conduzir ‘bem’, (...) mas acredita que é bom para os outros se conduzir ‘bem’”. Pesquisei sob esta perspectiva, buscando perceber o que e como as pessoas que participam da Marcha da Maconha em Recife estão tentando produzir essa mudança. Muitos objetivos pretendidos pelos marchadores foram parcialmente alcançados, de modo que algumas transações com maconha se aproximaram da normalidade. Foi o caso da discussão, da reivindicação coletiva e do consumo de maconha. Esta entrada (ou retorno) da maconha à aparência normal é o que dá base para o reconhecimento de uma alteração da ordem moral relativa ao tema.

As pessoas que organizaram as primeiras Marchas da Maconha em Recife se empenharam em demonstrar a aceitação de muitas regras impostas ao jogo da manifestação pública por meio de leis nacionais e dispositivos administrativos locais e estaduais. Tentando respeitar plenamente o ordenamento jurídico, partilharam definições com alguns daqueles a quem contestavam. Estes fatores paradoxais competiram para a ascensão do Coletivo Marcha da Maconha na escala moral da sociedade pernambucana que, progressivamente, foi integrando novos membros na performance marchadora e jamais impediu sua presença no debate e na ação pública.

Os organizadores das manifestações enfocadas não assumiram compromisso de fazer algo que não pudessem; esforçaram-se para criar uma fachada de disposição à colaboração com as autoridades, mas evitaram habilmente a assunção de missões que lhes eram impossíveis (como a de impedir o fumo de maconha, proposta do Secretário de Defesa Social de Pernambuco, em 2010). Assim, desempenharam uma performance verossímil e garantiram o desenvolvimento de uma relativa confiança entre antagonistas que passaram a representar partes de uma mesma “equipe” que, nos termos de Goffman (1959), correspondem ao

ajuntamento de pessoas que objetivam a “manutenção de uma situação” no quadro da normalidade. Posso afirmar que não apenas marchadores, mas também as autoridades com que se relacionaram, dispuseram-se a manejá-la fachada de coerência da Marcha da Maconha com a normalidade legal.

Como afirma um ditado popular: “Se não pode vencê-los, junte-se a eles” e, de algum modo, é isto que alguns policiais vêm fazendo ao acompanhar esta Marcha na cidade. Desde 2008, quando os policiais passaram a maior parte do percurso seguindo os marchadores dentro de suas viaturas climatizadas, até o último ano observado (2016), muitos deles acompanharam a passeata e eu tive oportunidade de conversar com alguns. Nos anos que acompanhei esta manifestação, os policiais também a acompanhavam, sempre com seus veículos e motocicletas por perto, mas com alguns oficiais seguindo a pé em meio aos demais manifestantes. Eles sempre foram muito menor número que os manifestantes, mas a postura não-violenta de sua parte tem sido bastante para que sua presença seja destacada em muitas repercussões do ato, como já referenciei anteriormente a partir de notícias de imprensa.

Tendo trabalhado com a gestão da segurança pública, pensei que poderia encontrar algum policial que eu conhecesse previamente, mas isso jamais ocorreu no trabalho de campo que realizei para esta pesquisa. Mesmo sem conhecimento prévio, em duas ocasiões, tive êxito na tentativa de estabelecer uma conversação em meio ao serviço que eles realizavam durante Marchas da Maconha em Recife. Em 2013, ao final da passeata (já depois de ter chegado ao “lugar de maconheiro”), um policial jovem me disse que era “constrangedor” estar naquela manifestação com a orientação de “garantir a segurança de todos”, pois em muitas outras situações eles tinham de “reprimir essas pessoas”¹⁶³. Em 2015, um policial que aparentava ter mais idade e ceticismo, declarou no momento de concentração, para mim e Lula Chagas: “Vamo acabar logo com isso. Diz aí seu nome [se dirigindo a Lula]. Vocês dão logo o ‘showzinho’ de vocês, eu vou-me embora e fica tudo do mesmo jeito”.

163 Importante ressaltar a existência de “incentivos perversos” que, desde o lançamento do Pacto pela Vida, premiam os policiais de Pernambuco em relação diretamente proporcional ao volume de apreensão de drogas ilícitas no Estado (GONÇALVES, 2016).

Em 2016, já não foi a própria Marcha e sim uma manifestação de solidariedade de policiais com a causa do MMM que me chamou atenção: alguns membros da diretoria do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (incluindo seu então Presidente, Áureo Cisneiros) manifestaram apoio à candidatura de Thiago Carvalho a vereador de Recife. Em evento de lançamento desta candidatura (que será adiante descrito), eu fui convidado a falar com base no tema “Como a legalização da maconha pode tornar o mundo melhor?” e ali encontrei dois homens que se apresentaram como policiais e outros dois que mais tarde Thiago me diria que também eram da Polícia Civil de Pernambuco. Esta candidatura teve a difusão de alternativas antiproibicionistas em relação à maconha como um de seus pontos fortes.

A partir da fachada de colaboração entre antagonistas, os marchadores amplificaram sua proposta de mudança do atual quadro de normalidade. Assumindo que precisavam respeitar as regras do jogo, organizaram uma performance inicialmente de acordo com a ordem moral que estigmatiza a maconha e aqueles que realizam transações com ela. A charge (Figura 4) que serviu de convite para as passeatas entre os anos de 2009 e 2012 aponta como os próprios organizadores da Marcha da Maconha contribuíram para reforçar uma imagem estigmatizada. Além disso, alguns organizadores conheciam o rito jurídico-administrativo necessário para a realização da Marcha e não o contestaram, assumindo o encargo de taxas e a oferta de informações à Prefeitura e ao Governo do Estado, bem como negando a associação da Marcha à ideia de “encontro para fumar maconha”. Isto contribuiu para que a manifestação caísse nas graças de um público que inclui importantes agentes midiáticos, como jornalistas que têm assegurado a presença de repercussões sobre essa ação em diferentes veículos de comunicação.

O efeito do referido convite somado à interdição de fumar maconha na Marcha da Maconha resultou em insatisfação e denúncias entre os próprios membros da performance. Estas diferenças internas geraram longas discussões em reuniões presenciais e redes sociais que tematizaram a organização da Marcha, revelando uma disputa de

significados e sentidos no seio do Movimento e em paralelo a processos judiciais. A vitória jurídica de repercussão nacional, em julho de 2011 (STF, 2011), somou-se às insatisfações no interior do MMM de Recife, levando à produção de novas imagens sobre a manifestação e assegurando, progressivamente, a fusão de outros argumentos e causas sociais à sua performance de reivindicação coletiva.

Em meio à transformação da performance, (demorou, mas) chegou uma liberação tácita do consumo de maconha na manifestação e uma tolerância prática de todos que eram afetados por esta transação. Ativistas e policiais não tentaram mais impedir o uso desta droga durante a Marcha da Maconha de Recife a partir de 2014. Os policiais constrangidos (para usar o termo empregado por um deles, em 2013) a acompanhar aquela Marcha passaram a desempenhar sua performance com base em novos elementos de uma fachada que demonstrava mais uma representação da ignorância que algum tipo de colaboração. Utilizo o termo “representação” no sentido profissional da fantasia que abordei na Parte I. Os policiais passaram a “fazer de conta” que não viam, não sentiam nem percebiam que havia maconha no ar, nos baseados, nos lábios, nas mãos, nos bolsos, nas bolsas, nas mochilas e em muitos outros lugares dessa manifestação. O “lugar de maconheiro” nesta Marcha deixava de ser circunscrito a um pequeno polo da cidade e passava a ocupar espaços muito diversos.

Em outras palavras, a percepção da mudança de performance dos marchadores (incluindo policiais) me conduz a afirmar que a própria manifestação contribuiu para a moralização e a normalização da mobilização e de algumas transações com maconha.

Como disse uma marchadora não envolvida na organização: “encaretaram” a Marcha. Certo! A hipótese é admissível nos primeiros momentos da história desta performance de reivindicação coletiva. Para admiti-la basta considerar “carea” como sendo um conjunto de condições de adequação ao ordenamento jurídico e social, de reconhecimento e repercussão positiva para um vasto público diretamente atingido pela performance ou informado dela pela mediação de terceiros. No entanto, a pesquisa também fez perceber

que a Marcha careta e moralizada, contribuiu para a visibilidade e amplificação de propostas renovadoras do quadro atual de restrições à maconha. A Marcha careta, moralizada ou positivamente valorizada por um público numeroso que incluía alguns antagonistas de suas próprias demandas, superou importantes resistências e garantiu a continuidade da contestação do ordenamento jurídico-administrativo com o qual colaborou em determinadas situações. Isto demonstra que nem só de conflito com antagonistas se move a ação coletiva. Eventualmente, a performance de cooperação – inclusive com antagonistas – pode resultar em condições que favorecem a manutenção da situação de contestação. Assim, parece haver uma relativa subversão de um enquadramento corrente, pois, em muitos casos (GOHN, 2008; TARROW, 2009, TILLY, 2010), analistas dos movimentos sociais pressupõem conflito constante entre os polos antagônicos da ação, mas a experiência analisada em Recife demonstra que também há nuances de movimento social que se aproximam da metáfora do jogo cooperativo – ao menos em alguns momentos.

Tomando o frescobol como metáfora exemplar de um jogo cooperativo, eu destaco que a atração e prazer desta brincadeira não consiste em impedir que o parceiro bata e rebata a bola, mas justamente em manter a situação de jogo, manter a bola no ar entre batidas dos diferentes jogadores. O melhor resultado do frescobol é atingido quando todas as pessoas envolvidas estão aptas a desenvolver uma performance de qualidade capaz de manter a bola no ar por muito tempo e em acordo com algumas regras, como a de não deixar a bola quicar no chão e manter batidas alternadas entre os jogadores. Uma partida de frescobol que respeite suas regras básicas e imponha uma dinâmica intensa, movimento ágil e constante para a bolinha é algo que atrai o interesse de qualquer espectador que entenda do assunto. Não importam as eventuais diferenças que distanciam os jogadores, se aceitarem jogar frescobol, eles tentarão manter a situação. Reconheço os limites dessa metáfora e não estou insinuando que marchadores vão às ruas para jogar apenas entre si. Eu sei que o objetivo dos marchadores não é brincar até atingir algum nível de satisfação pessoal; percebo também

que, diferentemente de jogadores de frescobol, marchadores pretendem envolver mais e mais gente em seu jogo. Resguardadas essas diferenças, ainda reconheço que a dimensão colaborativa do jogo permite nuançar as hipóteses de muitas teorias dos movimentos sociais que apontam este tipo de atividade apenas como disputa.

Neste sentido, vale ressaltar que, em Recife, jogadores muito diferentes aceitaram entrar no jogo da Marcha da Maconha porque reconheceram nela elementos verossímeis e atores que conheciam e manejavam bem as regras do jogo. As autoridades receberam a notícia (e também os tributos), enviaram seus oficiais para desempenhar seu próprio papel na performance e contribuir com a manutenção de uma situação que fora traçada por algumas pessoas com quem antagonizam frequentemente. Na arena da maconha – em meio a seus antagonistas – representantes de autoridades governamentais jogaram um pouquinho de um jogo cooperativo como o frescobol, insistindo com frequência em relembrar quais eram as regras do jogo, mas colaborando para manter a bolinha no ar em meio a batidas que vinham de todos os lados. Por um lado, os policiais atacavam relembrando as regras e disciplinando o jogo ao definir, por exemplo, que apenas uma faixa da Avenida poderia ser ocupada. Mas também eram atacados por marchadores que se dirigiam a eles para entoar uma de suas palavras de ordem: “Ei, polícia, maconha é uma delícia”.

Apesar da circunstancial colaboração com antagonistas, a Marcha da Maconha de Recife não somente continuou a desempenhar seu papel de acusação, denúncia e proposição, como renovou seus quadros, reinventou suas formas de atuar, ampliou as fronteiras de sua ação e diversificou seu repertório argumentativo, passando a reivindicar mudanças relacionadas a todas as substâncias tornadas ilegais no Brasil e se identificando com a defesa de outras vítimas de opressão. Por mais diferentes que fossem, alguns jogadores se aproximaram e inclusive resolveram se apoiar em outros jogos, como os das eleições de 2016, em que policiais civis apoiaram um organizador da Marcha da Maconha.

Assim, percebi que a disputa na arena da maconha nem sempre se dá entre antagonistas, mas às vezes se situa entre *performers* que têm muitas propostas correlatas e intenções performáticas distintas. Ambos, antagonistas e marchadores, acreditaram na performance de fachada da Marcha da Maconha em Recife e desempenharam seus papéis considerando a fachada como real e agindo em função disso. No período de ameaças, a performance contraditória foi mais exercitada por marchadores que por seus habituais antagonistas. Em seguida, as sucessivas vitórias dos marchadores na arena judiciária local (CARVALHO FILHO, 2009) e nacional (STF, 2011), juntou-se à habilidade em manipular os elementos da situação em seu próprio benefício (oferta de informações e pagamento de taxas à administração pública) e a assunção parcial dos termos impostos pelas autoridades regionais (audiência com o Secretário de Defesa em 2010). Assim, os marchadores puderam continuar insistindo e diversificando a apresentação de argumentos favoráveis às transações com maconha, favorecendo a progressão da tolerância tácita das autoridades governamentais e o distanciamento de antagonistas sociais que já deixaram de acreditar na possibilidade de impedir esta manifestação. Deste modo, emergiu um lugar para a maconha em meio à ordem moral da região. Neste lugar cabe ao menos o consumo de maconha e a discussão das transações que lhe envolvem.

Pode-se dizer que a nova moral da história da maconha em Recife aproximou a planta, seus *performers* e alguns de seus usuários do lado positivo das contendas moralizadoras, seja porque percebeu que os consumidores de maconha não necessariamente farão mal à sociedade por causa desse costume, seja porque reconheceu potenciais benefícios da substância para a saúde humana ou ainda por ter entendido algo acerca do prejuízo que as medidas repressivas causam ao Estado e à sociedade que deixa de aproveitar recursos públicos que poderiam ser empregados em medidas mais eficazes.

4.2 NORMALIZAÇÃO ARRISCADA

Tenho me esforçado para demonstrar que aquilo que se passa na Marcha da Maconha é um processo análogo ao que Becker (1963), Gusfield (1963 e 1981) e Mathieu (2005) classificam como sendo uma cruzada. De modo geral, espero ter deixado claro que organizadores e demais participantes da Marcha afirmam pretensões universais e defendem ideias, como:

- A maconha pode fazer mal, mas a guerra contra ela faz certamente um mal maior. Além disso, a maconha tem menos riscos para a saúde humana do que outras drogas regulamentadas de modo menos proibitivo, como álcool e tabaco.
- A maconha pode fazer bem, portanto, é preciso desenvolver estudos sobre ela e isto depende de mudanças nas leis nacionais e internacionais sobre o tema. Entre os possíveis benefícios de uma regulamentação menos restritiva das transações com a planta e seus derivados, os marchadores destacam a saúde humana, a economia e a segurança pública.
- Manter uma política proibitiva, análoga à guerra contra aqueles que transacionam com maconha, tem alto custo, baixo resultado e muitos efeitos perversos, de modo que a sociedade teria muito a ganhar com uma alteração legal que permitisse a arrecadação de contribuições e tributos em decorrência dessas transações e não gastasse recursos públicos tentando proibi-las.

As experiências de proibição às drogas foram incapazes de extinguir as substâncias alucinógenas ou entorpecentes e, mesmo que seja possível extinguir alguma droga, a humanidade tem recursos para inventar cada vez mais substâncias capazes de alterar o comportamento e a percepção humana.

Para performar tudo isso, os militantes do Movimento Marcha da Maconha organizam suas manifestações no Brasil, caracterizando o

que se pode considerar como uma nova cruzada interessada em afirmar que seria melhor regular legalmente as transações com este vegetal e seus derivados.

Um elemento que não pode faltar em uma cruzada é a disputa.

Nas cruzadas contemporâneas, as disputas são geralmente de tipo “simbólico”, como diria Gusfield (1963 e 1981). Apesar de serem notórios alguns casos de agressão mútua entre portadores de diferentes perspectivas em muitas casas legislativas e atos reivindicatórios, os novos cruzados não costumam se atacar fisicamente para defender seus ideais em processos públicos de reivindicação. Na nova cruzada moral relativa à maconha, há marchadores de um lado e, no outro, tem uma grande diversidade de sujeitos que resistem às ideias defendidas pelo MMM e insistem em conservar ou reforçar o ordenamento jurídico e as normas sociais que classificam esta planta como ilegal e prejudicial. Chamando uns de marchadores e outros de antagonistas, tentei demonstrar que suas disputas têm conformado uma verdadeira arena pública que se estende inclusive no âmbito judiciário de diversos estados brasileiros onde os antagonistas têm iniciado diversos processos contra os marchadores e suas manifestações. Entre os antagonistas, abordei dois subgrupos: os governamentais e os sociais; sendo que uns ocupam alguma posição na gestão das instituições de governo e de Estado, enquanto os outros agem a partir de posições em meio à sociedade civil, seja por meio da imprensa, das religiões ou de movimentos e organizações sociais.

Além de marchar e se defender judicialmente, os ativistas da Marcha da Maconha fazem muitas outras coisas. Acompanhando a trajetória de alguns marchadores pernambucanos, pude perceber que eles emergiram depois que o governo de Pernambuco decidiu no ano de 2007 priorizar a erradicação das plantações de maconha. O Estado, marcado pela presença desta planta, tem boa parte de seu território conhecida há algumas décadas como grande produtora e o governo já havia demonstrado muito interesse em apagar esta marca da história recente (ALEPE, 2000), mas o primeiro mandato de Eduardo Campos renovou esta disposição. Considerando, como Passetti (1991, p. 61),

que a separação entre produtores e consumidores de drogas seja uma “ficção”, postulo que este território tão produtivo de maconha também tenha um consumo significativo¹⁶⁴.

Em muitos momentos e lugares de Pernambuco, a prática de fumar maconha já foi apresentada como sendo difusa e constante, por exemplo: nos sambas e batuques (DÓRIA, 1915), nos catimbós (BARBOSA, 1928), nos engenhos e canaviais (FREYRE, 1937), às margens do Rio São Francisco (PIERSON, 1972), em todo o sertão pernambucano (D'ARAUJO, 1985), nas periferias das grandes cidades e nos carnavales de Recife e Olinda (CAVALCANTI, 1998). Nos dias de hoje, a difusão parece ainda mais ampla e, como diz o jovem compositor e intérprete de *funk brega* do Recife, conhecido como MC Reino:

... todo mundo fuma!
O Boco fuma, MC Dinho fuma/
o Cego fuma, todo mundo fuma!
[...]
aqui nessa porra é todo mundo maconheiro!
(MC Reino, “Todo mundo fuma”)

Dizer que na região “é todo mundo maconheiro” é, obviamente, uma hipérbole, um exagero intencional da linguagem que pode ser eficaz se entendido dessa forma e aplicado, de fato, como um indicativo da presença de transações com maconha nas mais diversas camadas sociais do Estado.

164 As estimativas de consumo da maconha em contextos em que ela é proibida são provavelmente subdimensionadas, como atestam diversos estudos, inclusive os da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados do Brasil (SILVA et al., 2015). Dentro os dados mais significativos e atuais, destaca-se o resultado do II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas (CEBRID, 2006) que estima que 8,8% da população brasileira tenha usado maconha alguma vez na vida e 1,2% seja dependente desta substância. Comparando resultados com o I Levantamento (realizado em 2001), constata-se um pequeno crescimento do número de experimentadores e usuários de maconha no Brasil. As estimativas não apresentam dados específicos para Pernambuco. O III Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas foi realizado em 2015 com uma amostra superior ao seu precedente, mas os resultados ainda não foram publicados.

A ampla difusão da droga na região associada à frustração de sucessivas tentativas de impedir a realização da Marcha da Maconha na capital pernambucana, indicam que falar de maconha e reclamar mudanças não é uma prática interditada pelas autoridades estatais que parecem não apenas coerentes com os dispositivos legais de um Estado democrático, mas também insinuam alguma sensibilidade para com o discurso e a ação de marchadores que tentam demonstrar que as medidas proibicionistas têm gerado maus resultados e carecem de alternativas. Assim, os marchadores da maconha de Recife puderam apresentar alternativas ao planejamento da ação estatal em segurança pública, em 2007, bem como tiveram reconhecida a licitude da Marcha da Maconha na região desde seus primórdios.

Mesmo que as autoridades locais e regionais não tenham apoiado diretamente a continuidade da discussão do problema nem tampouco avalizem publicamente transações com maconha além do quadro discursivo, tornou-se ociosa a restrição ao fumo de maconha na Marcha da Maconha em Recife, mas ela permaneceu por toda a fase aqui denominada de “confirmação”, perdendo vigor com a mudança de protagonistas até desaparecer completamente da performance em 2016, quando se concretizou o que está sendo chamado de “reinvenção” da Marcha e do MMM. Isto indica que a performance só mudou depois que estava consolidada uma nova moral para a maconha e as pessoas que organizam uma Marcha em seu nome.

4.2.1 Pode fumar baseado e pedir voto

A restrição ao fumo de maconha na Marcha da Maconha de Recife não foi assumida como um compromisso de seus organizadores junto às autoridades com que negociaram, mas, na prática, foi operacionalizada desde a primeira edição da Marcha por um subgrupo de organizadores que ainda não apresentei devidamente. Também antes de ganhar um nome, este subgrupo tinha uma ação que, diga-se de passagem, era bem difícil: restringir o consumo de maconha durante a realização de sua Marcha. A consolidação desta missão foi perseguida em meio a justificativas que expressavam claramente a estratégia definida por aqueles

que então protagonizavam a performance – consistindo, basicamente, em uma relação direta com quem estivesse fumando maconha durante a manifestação. O nome que se firmou para esta seção do Movimento foi “Segura a Lombra” que, apesar da semelhança com a denominação da troça carnavalesca “Segura a Coisa”, realizava uma ação bastante distinta.

Ao se aproximar dos fumadores, os integrantes do “Segura a Lombra” convidavam a apagar os “baseados” e guardá-los para outros momentos, para que pudesse garantir que a Marcha se tornasse conhecida e reconhecida como uma manifestação de acordo com as leis. Isto lhes parecia e se revelou capaz de contribuir para o fortalecimento de uma percepção pública que compreendesse que estes marchadores tinham direito de manifestar publicamente as suas opiniões relativas à maconha. Esta performance de pleno acordo com a legislação e as normas sociais era vista pelos primeiros protagonistas como algo que poderia favorecer a conquista da publicidade que pretendiam. Como consequência de uma publicidade favorável à reivindicação coletiva, os primeiros protagonistas e muitos marchadores demonstravam acreditar que poderiam ampliar as possibilidades de fazer com que sua Marcha fosse vista, ouvida, percebida e compreendida até por quem não fosse diretamente afetado por ela. A ação do “Segura a Lombra” demonstrava a crença de seus membros na ideia de que, caso a Marcha se convertesse em um “encontro de fumace”¹⁶⁵, isto chamaria mais atenção do que aquilo que realmente queriam repercutir que era a necessidade de alterar as normas e leis.

O subgrupo teve bastante trabalho nos primeiros anos de Marcha da Maconha em Recife. Na primeira edição, sua ação decorreu de modo relativamente espontâneo a partir de orientações bastante genéricas definidas em encontros que antecederam a passeata. A partir da segunda edição, o subgrupo passou a discutir à parte, em reuniões específicas. Nestas reuniões, definiam estratégias de aproximação de quem estivesse fumando maconha durante a Marcha e ensaiavam discursos para convidar eventuais fumantes a apagarem seus “baseados”. Apesar do sucesso parcial da missão, desde o ano 2014, o subgrupo não

165 Hipótese lançada sob estes termos por um dos marchadores e referida no Despacho judicial que assegura o direito de realização da segunda edição da Marcha da Maconha em Recife (CARVALHO FILHO, 2009).

entrou mais em pauta nas reuniões de organização, tampouco gerou a necessidade de fóruns específicos para definir métodos de impedir que marchadores fumassem maconha durante a Marcha da Maconha.

O fato do “Segura a Lombra” ter se tornado desnecessário não significa que as pessoas tenham aprendido ou aceitado marchar sem fumar, mas indica a consolidação de uma reforma da ordem moral que assegura um lugar para a maconha em seu interior. Esta mudança não se deve exclusivamente a organizadores e marchadores, tampouco postulo que as pessoas atingidas pela Marcha da Maconha tenham perdido os sentidos e passado a ignorar a visão, os cheiros e os demais efeitos provocados pelos baseados que se tornaram mais frequentes nestes atos. Mudaram e não se perderam os sentidos, assim, as pessoas passaram a experimentar os efeitos dos baseados de modo mais tolerante, insinuando o retorno de um enquadramento normal.

Abordar o desaparecimento do “Segura a Lombra” dos discursos e performances me parece um modo de escapar do que Cefaï (2007, p. 493) aponta como sendo um fetiche dos sociólogos da ação coletiva que se dedicam mais “à coisa dita que à coisa feita, mostrada e percebida”.

Deste modo, espero demonstrar que apesar de não haver uma alteração substancial da norma legal relativa ao tema, é possível perceber que a norma social passou a apresentar um outro enquadramento que inclui progressivamente o consumo de maconha. As alterações das normas legais continuam estacionadas no âmbito Legislativo¹⁶⁶

166 Há discussão sobre o tema nas duas casas legislativas federais. A Câmara dos Deputados tramita, a passos lentos, o Projeto de Lei 7270/2014, cuja ementa “regula a produção e comercialização da maconha”. Apresentado em março de 2014 pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o projeto teve sua última movimentação em 06 de fevereiro de 2015, segundo o site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=608833>>. Acesso em: 05 de out. 2016. Dado o reduzido efetivo de deputados federais do PSOL e o baixo nível de envolvimento de outros parlamentares com esta demanda legislativa, é provável que o PL 7270/2014 continue estagnado por muito mais tempo. O Senado Federal, por sua vez, reagindo à sugestão popular encaminhada a seu portal eletrônico e-cidadania, em 11 de fevereiro de 2014 (cf.: nota 71), discute “[...] o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal” (BUARQUE, 2014, p. 01), mas também não adotou nenhuma medida legislativa definidora de alterações legais em relação ao tema.

e o ordenamento jurídico das transações com drogas também está travado no Poder Judiciário¹⁶⁷. Até o momento, há ¾ de possibilidades de desriminalizar o “porte para uso pessoal de maconha” no âmbito judicial, pois foram concedidos três dos quatro votos necessários para esta mudança no Supremo Tribunal Federal. Contudo, as demais transações com maconha e todas as outras substâncias ilícitas continuam passíveis das penas previstas na legislação atual.

Percebe-se, portanto, que o ato de “fumar baseado” está alcançando a condição de normalidade postulada pelos ex-Novos Baianos e por Gilberto Gil desde os anos 1970 ou, ainda antes, pelo cientista social pernambucano Gilberto Freyre (1937). Em vários pontos de Recife, esta normalidade parece ter entrado no ordenamento social; o “lugar de maconheiro” cresceu e se multiplicou, tornando-se cada vez mais comuns os efeitos do fumo de maconha em vários espaços públicos desta cidade. Assim, destaco a possibilidade de regulamentar as transações com maconha devido à constatação de que elas entraram no curso da normalidade. Este é o caminho mais próximo das trajetórias antiproibicionistas observadas em Recife. Aos poucos, ele vai sendo pavimentado e alguns resultados começam a surgir quando se percebe, por exemplo, argumentos dos antiproibicionistas se repetindo nos discursos de candidatos a eleições na região. Além do já mencionado Edilson Silva que, desde 2008, afirma a pertinência de uma regulamentação menos restritiva da maconha, ainda poderíamos destacar Albanise Pires (Presidente Estadual do PSOL, em 2016) que foi candidata ao Senado em 2014 e ocupou parte de seu curto tempo de propaganda em rádio e televisão com o debate sobre a “legalização da maconha”. Valeria ainda citar muitos candidatos do PSOL às eleições legislativas municipais de 2016, mas vou me ater a Thiago Carvalho que – assim como Flávio Campos (do PSB) – participou da organização de várias Marchas da Maconha. Entre estes dois organizadores do MMM em Recife, um considerou que esta questão prejudicou sua trajetória política e foi decisiva para que algumas lideranças partidárias não o apoiassem em 2012, quando foi candidato a vereador de Recife; o outro considera a maconha como um de seus trunfos para a campanha ao mesmo cargo, em 2016.

167 Cf.: nota 162.

Iniciando suas atividades em busca de votos para a vereança com um evento intitulado “Chá de Ideias – Como a maconha pode tornar o mundo melhor?”¹⁶⁸, realizado em julho daquele ano eleitoral, Thiago Carvalho divulgou este “Chá” como sendo um debate com o sociólogo autor desta obra e o médico Pedro Mello, atuante no Hospital das Clínicas da UFPE e conhecido pela defesa que tem feito dos efeitos terapêuticos da maconha. Nascido em 1982, Thiago Carvalho não desempenhou muitas atividades que permitam apontá-lo como um dos protagonistas da organização da Marcha da Maconha nesta cidade. Porém, ele participou de muitas edições desta passeata e, desde 2014, colabora com sua organização: acompanha reuniões, assume e cumpre tarefas que contribuem para tornar possível sua realização. Ele ficou marcado pela gestão do tempo e da ordem das falas ao microfone durante as três mais recentes edições desta Marcha. Vinculado ao PT por vários anos, ele trabalhou com a gestão da política de juventude ao final do governo João Paulo (2001-2009) e durante todo o mandato de João da Costa na Prefeitura de Recife (2009-2013) – ambos eram então seus correligionários partidários. Contudo, em 2016, ele migrou para o PSOL onde buscava apoio partidário para se lançar candidato a vereador. Antes da mudança de partido, Thiago se graduou em História e se tornou professor da rede estadual de Ensino Médio.

Com a expectativa de promover outras discussões ao longo de sua campanha, Thiago organizou um espaço de debates na área central da cidade, próximo ao Mercado da Boa Vista e uma página no *Facebook* para divulgar a agenda e a repercussão dos encontros que organizou sob o título “Chá de Ideias”. O debate sobre a maconha era o primeiro da série que ele previa. Na plataforma *Facebook*, foram convidadas 1,6 mil pessoas; das quais 197 afirmaram que compareceriam e 89 atestaram ter comparecido. Dentre os ausentes, estava o outro debatedor que pela manhã havia informado ao organizador sua impossibilidade de participar. Além das informações práticas, como horário (19h), data (05 de julho de 2016) e endereço, a divulgação do evento nessa rede social não deixava margem para dúvidas:

168 Realizado no dia 05 de julho de 2016, o evento marcava o lançamento de uma pré-campanha, pois, de acordo com a legislação eleitoral, o período oficial de campanha só começaria em meados de agosto.

A pauta do nosso debate ainda é estigmatizada, polêmica e desconhecida por boa parte da população, mas enquanto a gente não socializa informação qualificada, não supera o preconceito e ainda espera paciente, tem uma juventude preta e pobre sendo torturada, criminalizada, encarcerada, muitas vezes até mesmo sendo morta pela “guerra às drogas”.

Essa guerra fracassou! A proibição segregava, prende e mata [...]. Uma nova política pode diminuir a violência, a corrupção, o encarceramento em massa e o genocídio dos nossos irmãos pobres, negros e periféricos.

(evento *Facebook* “Chá com Ideias”, de Thiago Carvalho, 05/07/2016)

O local do encontro era um dos antigos sobradinhos do bairro da Boa Vista, frente estreita e grande cumprimento. O imóvel fora alugado especificamente para abrigar um comitê de campanha de Thiago Carvalho. O ambiente foi preparado de modo rápido, barato e ecológico. O interior do imóvel havia sido recentemente pintado com tinta branca, um grande salão – que ocupa aproximadamente os 2/3 finais do térreo do imóvel e deve ter uma área em torno de 60-80 m² – foi ocupado com duas grandes mesas em suas extremidades e vários caixotes de madeira que serviram de bancos aos participantes do encontro. Sobre uma das mesas colocaram água, chá, café e biscoitos. Sobre a outra havia um projetor e um microfone. Nas paredes havia dois ventiladores, uma faixa da Marcha da Maconha Recife 2015, um *banner* da candidatura de Thiago Carvalho (cujo slogan era “um sonho que se sonha junto”), cartazes e bandeiras do PSOL, sendo uma grande bandeira amarela com o sol representado em um desenho vermelho, nome e número do Partido e um cartaz branco com a sigla PSOL tendo a letra “o” substituída pelo desenho de uma folha de maconha. Eu cheguei antes do horário marcado, pude conversar com outros participantes do encontro,

descobrindo a grande diversidade de apoiadores da candidatura: jovens de diversos lugares da cidade, a maioria ex-aluno de Thiago, ex-colegas de Universidade, alguns atuais colegas professores, ex-militantes petistas, antiproibicionistas que participam da organização da Marcha da Maconha e policiais civis.

Minha intervenção no “Chá” foi precedida por uma apresentação do propósito do evento – feita por Fran Silva. Ainda antes que eu usasse a palavra, Thiago também fez uma saudação, agradecendo a presença de todos e me apresentando como “especialista em maconha”. Minha intervenção durou pouco mais de duas horas, mas boa parte foi ocupada pela apresentação das pessoas presentes e por um debate que motivou a expressão de vários presentes. Assim, começamos efetivamente o encontro por volta das 19h30 e nos prolongamos até quase 22h.

Em relação à frequência, chamou-me atenção a presença de Jesualdo Campos (candidato a prefeito de Olinda, também pelo PSOL) e as ausências dos presidentes do Diretório Municipal e Estadual do Partido, Edilson Silva e Albanise Pires que eram respectivamente candidatos a prefeito e vereadora no Recife. Estas ausências demonstravam o desalinhamento de Thiago com o *staff* do Partido. Por outro lado, a presença de Jesualdo Campos atestava sua proximidade com uma tendência minoritária no PSOL, estimulada pelo protagonismo de Jesualdo no Diretório Municipal do PSOL na vizinha cidade de Olinda. Esta tendência contou com o apoio de lideranças políticas vinculadas ao Sindicato de Policiais Civis de Pernambuco, ao qual o escritório de advocacia dirigido por Campos presta assessoria.

Ao longo dos quarenta e cinco dias de campanha oficial, Thiago me pediu apoio mais uma vez e me “bombardeou” com propagandas digitais. O segundo apoio que me solicitou na campanha foi para elaborar um texto que não vi se chegou a difundir, mas que eu lhe apresentei sob o título “50650 motivos para ser a favor da regulamentação das drogas” – o número no título era uma hipérbole que apontava a identificação do candidato Thiago Carvalho naquela eleição. Fiz o texto com satisfação por diversos motivos, inclusive porque, de algum modo, ele me reduzia a frustração de não poder colaborar com a campanha que acontecia na reta final de meu doutorado, no momento em que eu estava em plena escrita da tese.

Este evento e toda a campanha de Thiago Carvalho valorizou sua trajetória em favor da abolição das penas relativas a transações com drogas. Ele difundiu este aspecto de sua trajetória pessoal em muitos de seus materiais de campanha, bem como afirmou ter falado deste tema em várias ocasiões em que pediu voto. Cotejando esta postura com a de Flávio Campos em campanha para o mesmo cargo quatro anos antes, é notável que Thiago se mostrou mais à vontade para difundir este aspecto de sua trajetória. As mudanças de ordem moral e a normalização crescente de transações com maconha na região favoreciam a difusão de seu engajamento na Marcha da Maconha e a vinculação a um Partido que se mostrava a favor da regulamentação das transações com drogas coroava sua estratégia de campanha que foi bastante alimentada pela denúncia do fracasso da política de guerra às drogas tanto para a população pobre que é prioritariamente alvejada por esta guerra, quanto para os policiais que são constrangidos a levá-la a cabo.

Assim, para quem conheceu os dois referidos candidatos, a campanha de Thiago Carvalho se mostrava muitas vezes mais verossímil que a de Flávio Campos. As imagens destas campanhas atestam igualmente que Flávio usou uma fachada que não lhe era habitual, difundindo fotografias com maquiagem e vestimentas elegantes, enquanto cotidianamente costumava usar camisetas e calças jeans desgastadas, como – diga-se de passagem – muitos de nós ativistas homens que fazemos a Marcha da Maconha em Recife nos vestimos com frequência. Assim, não somente a fala, os gestos, mas também o figurino de Thiago se mostrava mais coerente com sua trajetória; em muitas de suas fotos e na maioria dos vídeos de sua campanha ele utilizou calças jeans e camisetas escuras, como costuma se vestir.

O resultado, em número de votos¹⁶⁹, assegurou maior adesão ao projeto de Flávio Campos. Porém, é preciso considerar o potencial significativamente superior de apoio que o PSB detinha em um período de proeminência nacional, ocupação do Governo de Pernambuco e diversos assentos legislativos que, de acordo com a legislação eleitoral

169 A partir de análise dos dados difundidos pelo sistema Uol, com base em resultados aferidos pelo Tribunal Eleitoral. Para 2012, os dados estão disponíveis em <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2012/1turno/pe/recife>>, acesso em 16 de out. 2016. Para 2016: <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2016/1turno/pe/recife>>, acesso em 17 de out. 2016.

brasileira, asseguravam mais recursos para campanha. Não obstante, eu também destaco o peso do nome e da tradição política da família, marcada no presente pela atuação do governador Eduardo Campos. A votação de Flávio Campos, como candidato a vereador de Recife, em 2012, foi 2078 votos (0,18% dos votos válidos).

A votação de Thiago Carvalho, em 2016, somou 1197 votos (0,14% dos votos válidos), mas é importante ressaltar que ele não capitalizava pessoalmente nenhuma herança política familiar e o Partido pelo qual foi candidato (o PSOL) está muito longe do volume de recursos do PSB em Pernambuco. As eleições de 2016 colocaram Thiago Carvalho à frente de lideranças importantes de seu próprio Partido, como Zé Gomes (que fora candidato a Governador, em 2014) e Roberto Numeriano (liderança histórica do PCB que foi candidato a prefeito de Recife, em 2012). Assim, Thiago ficou na sétima posição em relação ao número de votos recebidos pelos candidatos a vereador pelo PSOL naquele ano. Enquanto, Flávio ocupou a décima colocação em seu Partido no ano em que concorreu ao mesmo cargo.

Em relação ao percentual dos votos para vereador conquistados por seus respectivos Partidos, a diferença favorece Thiago Carvalho, pois este obteve 5,1% dos votos dirigidos ao PSOL e seus candidatos em 2016, enquanto Flávio Campos teve 2,0% dos votos do PSB e seus candidatos em 2012. Vale lembrar que o PSB foi o Partido mais votado em Recife nos dois referidos pleitos eleitorais, obtendo 11,7% dos votos válidos para vereador em 2012 e 15,5% em 2016. O PSOL obteve, respectivamente, 1,8% e 2,7%; registrando um crescimento relativamente maior que o do PSB.

Esta breve descrição da campanha de Thiago Carvalho e as poucas comparações que estabeleci com a de Flávio Campos e os resultados eleitorais que os dois obtiveram têm o objetivo de demonstrar que não apenas se tornou normal fumar maconha na Marcha da Maconha e em vários pontos de Recife, mas também passou à normalidade social pedir voto afirmando que reivindica e vai continuar a reivindicar a regulamentação de transações com maconha e outras drogas, mesmo sabendo que isso não é competência do Legislativo municipal. Não identifiquei indícios de que defender esta ideia tenha significado perda relevante de votos para quem assumiu a postura antiproibicionista.

4.2.2 Risco de monopólio profissional

Apesar de algumas pessoas se apresentarem nas Marchas da Maconha como “não-usuários” de maconha, é possível perceber que marchadores e consumidores de maconha se fundem em muitos aspectos desta performance, muitos se tornam marchadores da maconha justamente porque a consomem e gostariam de continuar a poder fazer isso sem ser importunado por autoridades estatais. Por outro lado, muitos políticos e profissionais de áreas distintas da medicina parecem não reconhecer que as transações com maconha sejam um problema público na atualidade brasileira e internacional.

Alguns políticos que postularam cargos em nível local e eram simpáticos à regulamentação da maconha não souberam responder como poderiam agir de modo favorável à regulamentação na posição parlamentar que almejavam. Ainda pior, alguns – como Flávio Campos – negaram essa possibilidade, chegando a afirmar que isto o prejudicou em 2012 quando concorreu ao mandato de vereador em Recife.

Por exemplo, eu fui conversar com uma liderança local do meu partido, uma pessoa que poderia me apoiar, mas ele disse que pra ele e pras pessoas que votam com ele essa questão da... da... droga é uma questão em que eles são muito conservadores. Aí, eu disse: “Oh, fulano, eu como vereador não posso pautar essa questão da legalização. Seria uma hipocrisia da minha parte, eu, como vereador não vou poder fazer nada. O que eu posso, enquanto vereador, é tá ampliando os espaços de tratamento, ampliando os consultórios de rua, aprofundando a política de redução de danos no meu Estado e dentro do município. Eu posso tá ampliando as Casas no Meio do Caminho, isso são políticas de drogas que, com certeza, eu vou tá pautando, mas segurar a bandeira da legalização, enquanto vereador, eu vou tá me aproveitando de um tema que eu só vou tocar

quando eu for candidato a deputado federal. [...] Só se eu criar a República do Recife Antigo ou uma coisa assim [ri], mas eu acho que é pouco provável [ri] (entrevista Flávio Campos, 15/05/2012).

Deste modo, merece destaque a emergência de um grupo de políticos interessados por este tema e dispostos a concorrer a mandatos eletivos municipais em 2016 pautando, dentre outras coisas, a necessidade de alterar as leis de drogas no país. Antes mesmo do “Chá de Ideias” promovido por Thiago Carvalho em julho de 2016, eu fui chamado a reuniões que tinham o objetivo de tentar responder à questão de como este problema pode influenciar a ação de um parlamentar municipal. Em outros termos, tratava-se de discutir “O que um vereador pode fazer para regulamentar transações com drogas?”. Uma destas reuniões foi realizada na sede do PSOL de Pernambuco no mês de maio de 2016, congregando pouco mais de uma dezena de candidatos a vereador dos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Nesta ocasião, apenas uma das pré-candidatas presentes não era filiada ao PSOL. Mais tarde e, por sugestão decorrente do encontro na sede do PSOL, formou-se um Grupo de Discussão no ENCAA para refletir sobre “Ação Parlamentar antiproibicionista” que contou com a presença de boa parte do grupo anterior, mais alguns pré-candidatos do PT, PCB e PCdoB dos referidos municípios e de mais alguns que incluíam Caruaru e Paulista, totalizando pré-candidatos de onze municípios diferentes – sendo cinco pernambucanos. Nesta ocasião, o debate contou com a presença do advogado Emílio Figueiredo, do historiador Henrique Carneiro e de outros participantes do ENCAA envolvidos em ações antiproibicionistas em sete estados do Brasil.

Este recente interesse político, bem como a atuação de profissionais do Direito, do Serviço Social, da Psicologia e das Ciências Sociais, testemunham um frágil equilíbrio dos interesses presentes na arena da maconha e é constantemente ameaçado pela difusão de um aspecto reconhecido como sendo bastante positivo para a sociedade como um todo: o potencial terapêutico da planta. Ao mesmo tempo que este aspecto se revela como um grande trunfo dos marchadores, ele configura a possibilidade de emergência de um novo monopólio sobre o tema.

Para destacar a relevância do aspecto terapêutico em performances do MMM, vale a pena tomar alguma distância em relação ao foco da observação, descrevendo e analisando uma situação que se passou na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2014, a Marcha da Maconha na capital carioca teve uma espécie de Comissão de Frente formada por crianças doentes que acompanharam parte do percurso, sob chuva, em carrinhos conduzidos por seus familiares. Estas crianças realizavam tratamentos com produtos derivados da maconha, sua presença e posição de destaque atesta a urgência da legalização da maconha para fins terapêuticos, mas também me faz atentar para algumas questões, como: Que preços estão dispostos a pagar os que querem (ou precisam de) uma nova regulamentação das transações com esta substância? A que ponto a exposição da dor pode contribuir para alterar a norma? O quanto isso tem de vexame para indivíduos que deveriam ser duplamente resguardados, pela condição de infância e de doença? Longe de poder responder às questões que me instigaram ao observar as imagens da Marcha no Rio de Janeiro àquele ano¹⁷⁰, eu ainda formulei uma questão que trouxe para o debate interno ao CAPE: Apoiar a regulamentação da maconha para fins medicinais

170 Destaco a descrição de duas das muitas imagens que reuni da Marcha carioca daquele ano. Ambas foram publicadas por Matias Maxx, editor de uma publicação nacional “especializada em maconha”, a “Sem Semente”. As duas fazem parte de um conjunto de fotografias que expõem crianças usuárias de medicamentos derivados de maconha, especialmente à base de canabidiol. O conjunto de imagens, por sua vez, integra uma reportagem do mencionado editor, intitulada “A Marcha da Maconha do Rio fez a cidade chorar tanto que quase alagou!”. As fotografias que mais me impactaram se intitulam “Maconha: Uns gostam, outros precisam” e “A ala medicinal fez até o céu chorar”. Além dos mencionados familiares, há advogados e profissionais de saúde retratados nestas imagens, bem como ativistas e organizadores da manifestação. Há também os carrinhos de bebê em que as crianças são transportadas, camisetas padronizadas para os participantes da dita “ala medicinal”, guarda-sóis improvisados como guarda-chuvas e chuva, muita chuva. Algumas das crianças retratadas parecem desacordadas e nenhuma das fotografias desta série expõe um sorriso ou brincadeira infantil. As duas imagens que destaquei expõem uma garota parcialmente coberta por um plástico que devia protegê-la da chuva e ela aparentava estar desacordada pela estafa ou por complicações de saúde. Disponível em: <<http://www.semsemente.com/2014/a-marcha-da-maconha-do-rio-fez-a-cidade-chorar-tanto-que-quase-alagou/>>. Acesso em: 16 de out. 2016.

não seria uma forma de restaurar o monopólio dos profissionais da saúde sobre o tema da maconha? Na reunião em que apresentei este questionamento, vi o debate desestimulado por ativistas do CAPE sob o argumento de que regulamentar o uso terapêutico da maconha seria apenas “um passo para uma regulamentação mais ampla”. Nos anos seguintes, vi crescer a participação de doentes em condições análogas tanto na Marcha carioca, quanto na recifense e em outras Marchas da Maconha pelo mundo afora.

Respeitando o entendimento dos colegas do CAPE, não insisti no debate que ensaiei fazer pessoalmente, mas ressaltarei aqui alguns aspectos que me fazem duvidar que exista uma linha de continuidade evidente entre estas duas demandas de regulamentação. Na verdade, a luta pela regulamentação do uso medicinal de maconha por pessoas doentes tem muita urgência, pois significa considerável melhora das condições de vida em muitos casos graves, especialmente epilepsia refratária¹⁷¹ (ARAUJO; ERICHSEN, 2014). Por isto, esta luta vem acumulando muitas vitórias importantes e bastante restritas a finalidades terapêuticas. No Brasil, a Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) responsabiliza a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pela especificação do que são drogas e pela definição de regras de controle especial para algumas delas que podem gerar benefícios terapêuticos. Assim, em janeiro de 2015, sob demanda crescente de muitos familiares de doentes e sob pressão de diversos processos judiciais reivindicando o direito

171 A eficácia do tratamento desta doença com canabidiol é o alvo de um documentário audiovisual de longa-metragem realizado no Brasil, em 2014, sob o título “Ilegal” (ARAUJO; ERICHSEN, 2014) e retratado como “um dos melhores filmes do ano” por críticos de cinema de publicações relativamente bem conceituadas, como Barbieri Jr. (Disponível em: <<http://vejasport.abril.com.br/blogs/miguel-barbieri/2014/10/10/illegal-maconha-documentario-legalizacao/>>). Acesso em: 16 de out. 2016). O filme focaliza a peleja de Katiele Fischer, moradora de Brasília e mãe de Anny, uma menina que à época das filmagens tinha cinco anos de idade e portava um tipo raro de epilepsia refratária (síndrome CDKL5). A doença provocava diversas convulsões que a garota sofria diariamente. Muitos medicamentos foram tentados sem sucesso na redução dos sintomas da patologia. Informada de que o canabidiol poderia trazer resultados eficazes, Katiele iniciou a peleja que inspirou muitas outras ações que têm assegurado o direito de importação do medicamento e, eventualmente, o custeio das despesas pelo governo brasileiro.

de tratar pessoas com medicamentos derivados de maconha, a Anvisa alterou as mencionadas regras e definiu “os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de canabidiol [...] por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde” (ANVISA, 2015). Em março de 2016, a Agência incluiu a substância na lista de controle especial (ANVISA, 2016), não mais em caráter de excepcionalidade.

Por outro lado, o Conselho Federal de Medicina restringe a prescrição destes medicamentos apenas para casos de epilepsia refratária e determina que somente três especialidades médicas (psiquiatras, neurologistas e neurocirurgiões) estão habilitados a fazer uso deste poder de prescrição. Além disso, a restrição normativa da ANVISA à aquisição dos produtos por importação significa o impedimento de produzir e beneficiar estes medicamentos no Brasil, bem como representa um procedimento de alto custo e grande burocracia que, na prática, restringe muito o uso dos medicamentos à base de maconha no país.

Acionando o sistema judiciário e, sobretudo, o Ministério Público, algumas pessoas que necessitam de tratamento com esta medicação têm conseguido vitórias importantes que asseguram o direito de uso a alguns daqueles que não têm as condições financeiras e administrativas necessárias ao cumprimento dos procedimentos para importação. Assim, em 2015, o Ministério da Saúde informa que “realizou 23 compras de medicamento à base de canabidiol, totalizando um gasto de R\$ 816,2 mil”¹⁷². Não apenas o Governo Federal tem sido judicialmente provocado a atender às necessidades de tratamento destas pessoas doentes, algumas Unidades da Federação também têm sido constrangidas legalmente a arcar com as despesas e os procedimentos burocráticos de importação dos medicamentos à base de maconha, chegando inclusive a ser recentemente solicitada pelo Ministério Público Federal a prisão de Ministro e Secretário de Saúde do Estado de São Paulo. O pedido de prisão foi feito em abril de

¹⁷² Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,procurador-pede-a-prisao-de-ministro-e-secretario-por-canabidiol,10000025408>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

2016 em decorrência do descumprimento de decisão judicial, datada de abril de 2015, determinando o fornecimento pela rede estatal (SUS) do medicamento canabidiol a crianças e adolescentes portadores de encefalopatia epiléptica e síndrome de lennox-gastaut no estado de São Paulo. A decisão judicial vinha sendo desrespeitada desde janeiro de 2006, segundo o procurador autor do pedido de prisão. Ainda segundo o mesmo procurador da República, a interrupção do tratamento “representa prejuízo da saúde das crianças e adolescentes, além de ofender a dignidade da Justiça”¹⁷³.

A forte presença do potencial terapêutico da maconha em esferas de decisão médica, administrativa e judicial me levam a ponderar que ao mesmo tempo que o MMM avança para uma ação articulada de caráter nacional, há concessões administrativas mediadas pelo sistema judiciário em benefício de pessoas doentes, mas também de um segmento profissional que é a classe médica habituada a pautar sua atuação em uma delimitação de fronteiras estritas dentro do seu próprio território. Há uma grande diferença entre o que pretende o MMM e a intenção de médicos e familiares de doentes que necessitam de derivados de maconha para tratamentos urgentes de saúde. Até o presente, há pontos de equivalência entre suas demandas e tem sido possível marchar juntos pela maconha em muitas cidades do país, agregando uma dimensão de valor importante para a emergência da maconha na ordem moral nacional.

Apesar de não ter parâmetros equivalentes ao que vi no Rio de Janeiro em 2014, o debate e a performance em prol do uso medicinal de maconha está crescendo em Recife. O tema ganha espaço – como demonstra a realização da audiência pública na Câmara Municipal (em 2013), o ato pela maconha medicinal (2014) e a presença nas Marchas (desde 2014) de doentes que mudaram de vida a partir do tratamento com derivados de maconha. Os antiproibicionistas têm reconhecido, replicado e fortalecido demandas de uso terapêutico. No entanto, precisam sempre redobrar cuidados e justificativas para obter

¹⁷³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/04/mpf-pede-prisao-de-ministro-da-saude-e-secretario-estadual-de-sp.html>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

apoio daqueles que se fundem às performances de reivindicação a partir da descoberta desta urgente e eficaz aplicação da maconha. Qual correlação de forças se estabelece entre estes grupos e as mudanças da legislação de saúde que o Brasil tem sinalizado? Até quando pode durar essa atuação conjunta? O que é possível ganhar com ela? São muitos os questionamentos que poderia fazer, mas como estou me aproximando do final, vou tentar apontar pelo menos uma resposta: os antiproibicionistas, médicos e pacientes que se juntam à Marcha da Maconha não querem exatamente a mesma coisa.

É preciso reconhecer e é relevante assinalar que as transações com maconha para finalidades terapêuticas estão desenvolvendo uma trajetória muito mais rápida em direção à alteração de normas. A edição do Programa Fantástico, na poderosa Rede Globo, em 08 de maio de 2016¹⁷⁴, demonstra porque essa onda terapêutica avança tão rápido. Dentre muitas afirmações sobre o poder terapêutico da maconha (para casos de epilepsia e síndrome de Dravet), aquela edição do referido programa global apresentou o depoimento de uma mãe (chilena) afirmando que sua filha “renasceu” depois que iniciou o tratamento anticonvulsivo com canabidiol. Algumas mães brasileiras são apresentadas na reportagem, sendo duas envolvidas em redes clandestinas de produção e beneficiamento do medicamento usado por seus filhos. Outra é apresentada como alguém que gasta muito para importar legalmente o medicamento. Esta está longe de ser a primeira reportagem do Programa favorável à regulamentação da maconha, o tema vem sendo abordado desta maneira naquela programação televisiva desde, pelo menos, o ano de 2011¹⁷⁵. A chegada do tema à poderosa e tradicional Rede Globo de Televisão é um sinal não apenas de que doentes têm aumentado suas possibilidades de viver mais e melhor, mas também um atestado de que os profissionais de saúde estão a poucos

174 Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/edicoes/2016/05/08.html>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

175 Conforme se depreende da leitura de uma matéria, publicada pela Revista Veja, em 30/05/2011, sob o título “A maconha no Fantástico”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-maconha-no-fantastico-a-reportagem-dos-11-contra-1-e-os-supostos-57/>>. Acesso em: 16 de out. 2016.

passos de incluir mais um item em seu monopólio. Não apenas na Rede Globo, mas no cinema, em jornais e revistas, debates parlamentares e judiciais, estes são os profissionais apresentados como “especialistas” ou “grandes especialistas”. Recentemente, como venho apontando, eles emergiram também no “mar de gente” que se reúne para Marchas da Maconha em diversas cidades do país e do mundo. E, como eu disse que eles não querem exatamente a mesma coisa, resta saber até quando marcharão juntos e por quê?

4.2.3 Interesses econômicos

Alguns representantes de grupos religiosos e de agências promotoras da “lei e ordem” defendem o respeito à legislação em voga e ao que chamam de “bons costumes”. Junto a eles, poderíamos talvez situar, por meios diferentes, outros sujeitos que se beneficiam das atuais condições em que as transações com maconha acontecem.

Considerando, primeiramente, o cultivo desta espécie em Pernambuco, vale dizer que esta atividade tem representado uma alternativa de esconderijo e de manutenção econômica para cidadãos que se sentem banidos do seu meio de origem por alguma contravenção anteriormente praticada. Apontando o cultivo de maconha como mais rentável que cultivos lícitos na região, Iulianelli e Fraga (2011) descrevem quatro modelos para esta atividade no “Polígono da Maconha”, a saber: “agricultura familiar”, “sociedade”, “assalariamento” e “meeiro”. Os autores afirmam ainda que esta plantação

[...] requer menos insumos, menos trabalho e, geralmente, [é] a que proporciona maior retorno financeiro para o agricultor. Sua especificidade em relação a outras culturas é a necessidade de o trabalhador se manter acampado no interior da roça para evitar roubos por outros plantadores ou por quadrilhas de traficantes (IULIANELLI, FRAGA, 2011, p. 30).

O cultivo, segundo Iulianelli e Fraga (2011), exige a permanência dos cultivadores junto ao “roçado” durante todo seu ciclo de produção e beneficiamento. Situadas em áreas cada vez mais distantes e de difícil acesso aos centros urbanos, as “roças” de maconha têm sido um refúgio para quem enfrenta outros problemas e foge do enquadramento legal.

Segundo informações da CPI Estadual do Narcotráfico (ALEPE, 2000), a maconha produzida em Pernambuco é majoritariamente distribuída em Pernambuco e nos Estados vizinhos, sendo comercializada em uma forma muito próxima da condição *“in natura”* (o dito “fumo solto” ou apenas seco e “prensado”). Quanto àqueles que atualmente realizam este comércio, tentarei demonstrar que a mudança de leis pode alterar bastante seus “meios de vida”.

Muitas práticas de corrupção atravessam a produção e o comércio de maconha em zona rural e urbana (enfocadas no referido inquérito parlamentar empreendido pelo Legislativo Estadual, ALEPE, 2000). Estes sinais de corrupção indicam a existência de diversos beneficiários da atual legislação. Considerando as “mercadorias políticas”¹⁷⁶ que integram essas transações, podemos postular que estes beneficiários provavelmente não se interessem em mudar as normas que disciplinam a questão. Ademais, como afirmam Iulianelli e Fraga (2011), além de plantadores e comerciantes, há muitos atores que extorquem estes trabalhadores, alimentando aquilo que Michel Misso (1997) classifica como “ligações perigosas” e caracterizando um “mercado de proteção” que parasita trabalhadores e alimenta a violência.

Reconheço três fatores de risco preponderantes na economia ilícita de maconha em Pernambuco. Primeiramente, há uma cultura agrícola difícil que se dá em condições de aridez natural, repressão legal e frequente extorsão policial. Em segundo lugar, existe um mercado político-administrativo corrupto que, como já sinalizei, parasita os trabalhadores

176 Segundo Misso (1997, p. 94), as “mercadorias políticas” são “o conjunto de bens ou serviços compostos por recursos ‘políticos’ (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de ‘corrupção’ é um dos tipos principais de ‘mercadoria política’ ilícita ou criminal”.

agrícolas e comerciais, alimentando práticas viciosas de policiais e agentes do Estado. E, finalmente, há exposição de toda a população aos riscos desta ilegalidade, por vezes regulada de modo violento com armas e munições cada vez mais perigosas tanto para quem está diretamente envolvido quanto para quem pode ser indiretamente afetado.

Apesar de não focalizar plantação e comércio de maconha, considerei necessário esse *détour* sobre a situação pernambucana para demonstrar que o interesse econômico por esta planta na região persiste. Trata-se de um interesse que remonta a um passado recente – diferente de outras regiões como o sul, o sudeste e o norte do país, onde há registros fiáveis de cultivos de maconha desde o século XVIII. A adaptação da planta no atual território nordestino parece ser mais recente, tendo sido sinalizada como uma região de grande potencial para este cultivo por Burton (1869), mas só referida como realidade a partir dos trabalhos do cientista racista que foi Rodrigues Dória (1915). Enfim, o interesse econômico pela maconha em Pernambuco tem um passado, mas tem sobretudo um presente, rentável e perigoso, que vem ganhando progressivamente novos enfoques que evidenciam outra face da nova moral da história da maconha no Brasil.

Como inovação do enfoque da economia da maconha em Pernambuco, destaco a repercussão do déficit que as transações com esta planta impõe ao Estado desde que se intensificou sua repressão. Tal déficit é referido em valores hipoteticamente elevados, mas bastante mal conhecidos, pois não se sabe efetivamente quanto se gasta para coibir transações com maconha. Presente na Marcha da Maconha de Recife, desde sua fase de ameaças, a denúncia sobre o equívoco que gera este déficit aparecia em cartazes, como os já mencionados “mais saúde e educação, menos prisão”. Porém, recentemente, a denúncia do mau uso do dinheiro público em relação à maconha ganhou um novo portador e foi referida, ao final do ano 2015, em meio a um debate sobre a crise econômica. Ninguém menos que o Presidente da Assembleia Legislativa defendeu que o Governo Federal deveria regulamentar e recolher tributos sobre a produção e o comércio de maconha. Esta defesa foi feita em pronunciamento público no Palácio do Campo das Princesas

(sede do Governo Estadual). Ele apontou que sua sugestão permitiria uma inversão de despesas do Estado e, deste modo, em vez de gastar com repressão, o Estado poderia aproveitar a planta como alternativa econômica¹⁷⁷.

De acordo com o parlamentar, a maconha seria tão rentável em Pernambuco que poderia rapidamente tirar o Estado da crise em que se encontrava. Apesar de, muito antes das declarações de Guilherme Uchôa, o potencial econômico vir sendo referido durante a Marcha da Maconha e em outras iniciativas de ativistas pró-regulamentação, eu destaco a fala deste parlamentar por dois motivos principais, o primeiro é o óbvio fato do poder e do prestígio político que este cidadão alcançou ao longo de sua trajetória como magistrado, político e deputado estadual que está há anos à frente da Alepe; mas também ressalto a mudança que a referida proposta significa nas posições do parlamentar.

Considerando sua trajetória, destaco o fato deste deputado ser um cidadão nascido nos anos 1940 e, portanto, já idoso e distante do senso comum contemporâneo que associa jovens à maconha. Além disso, Uchôa não corresponde ao perfil que a ciência, desde Dória (1915), tem associado prioritariamente à ideia de admirador da maconha, pois ele não é jovem, pobre nem negro. Ele atuou como juiz de Direito em Pernambuco até o início dos anos 1990, quando se afastou de suas atividades profissionais para disputar eleição de deputado estadual. Nesta condição, conseguiu a façanha de se eleger e exercer cinco vezes consecutivas o posto de Presidente do Legislativo Estadual¹⁷⁸. Pelas ocasiões que tive oportunidade de encontrá-lo ou fui informado de suas atuações (práticas ou discursivas), eu jamais pensei nele como um “maconheiro” e imagino que deve ser muito difícil, para

177 Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/11/09/interna_politica,609217/presidente-da-alepe-defende-comercializacao-da-maconha-contra-a-crise-economica.shtml>. Acesso em: 06 de out. 2016.

178 O último destes mandatos vem sendo cumprido sob inúmeras controvérsias acerca da legalidade do último pleito, conforme aponta reportagem do Jornal do Comércio datada de 20 de abril de 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/04/20/tjpe-determina-volta-de-guilherme-uchoa-a-presidencia-da-alepe-177575.php>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

qualquer pessoa, imaginá-lo dessa forma, pois ele me parece um velho conservador, marcado pelo oportunismo político, apoiando o governo de turno independente da coloração partidária ou da matriz ideológica.

Passando especificamente a seus posicionamentos relativos à maconha, recupero em ordem cronológica alguns momentos importantes de sua trajetória. Em primeiro lugar, relembro que ele acompanhou a CPI Estadual do Narcotráfico e o relato dos trabalhos dessa Comissão (ALEPE, 2000) não apontam nenhum indício de que o já Presidente do Poder Legislativo tivesse algum contraponto sobre a Lei de Drogas nacional. Assim como os demais parlamentares que se expressaram naquele processo legislativo, ele demonstrou a necessidade de fazer cumprir todas as leis que estavam em voga. Mais tarde, presente à referida plenária final de discussão do Pacto pela Vida (PERNAMBUCO, 2007), Uchôa não emitiu opinião no debate das propostas relativas à maconha. Assim, seu recente pronunciamento a favor da regulamentação e tributação de transações com maconha demonstra que passou recentemente a ter e expressar publicamente opinião favorável à mudança da legislação relativa às drogas.

A opinião de Uchôa não se confunde com a dos marchadores, apesar de ter argumentos equivalentes em, pelo menos, um ponto: a maconha tem grande potencial econômico. Ademais, em que pese a particularidade da declaração do Presidente da Alepe em meio a um contexto de grave redução de receitas do Estado, reconheço um relativo alinhamento com a causa defendida pelos marchadores. Não tenho como responder como ele produziu este novo enquadramento para sua reflexão acerca da maconha, mas posso lançar a hipótese que de tanto ver e ouvir falar sobre estes potenciais benefícios, ele cedeu à opinião pró-regulamentação sob interesses prioritariamente econômicos.

Por outro lado, destaco que até muito recentemente não havia estudos fiáveis sobre quanto poderia se arrecadar a partir de uma regulamentação estatal menos proibitiva das transações com maconha. Um pouco desta carência foi remediada pela investigação realizada pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (SILVA et al., 2015), na qual a hipótese de regulamentação das transações com maconha no

país permitiu estimar benefícios econômicos de R\$ 5,7 bilhões / ano. Este estudo foi bastante difundido, notadamente por um veículo de comunicação da poderosa Organização Roberto Marinho, detentora da Rede Globo de Comunicação (jornal O Globo, em matéria datada de 09 de junho de 2016¹⁷⁹) e motivou uma revisão empreendida por membros da Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas, em 2016, que atualiza e multiplica o potencial econômico destas transações.

O novo estudo (YOSHIMA, ELIAS, 2016) criticou a estimativa de mercado feita por Silva et al. (2015) com base em um levantamento realizado no Brasil em 2005, onde a prevalência de consumo de maconha era de 1,8% para a população com idade entre 18 e 65 anos. Yoshima e Elias (2016) elevaram a estimativa de prevalência de consumo, considerando dados do Uruguai e do Colorado. Após a regulamentação das transações com maconha, o pequeno país e o estado norte-americano tiveram prevalência de consumo de cannabis bastante elevada – o que provavelmente se deve mais à ausência de risco em declarar que consome maconha do que a uma efetiva elevação de consumo, segundo os autores. Assim, Yoshima e Elias (2016) estabeleceram uma posição intermediária entre a prevalência de consumo observada no Uruguai em 2014 (6,5%) e no Colorado em 2016 (9,0%) e elevaram a estimativa de prevalência brasileira para 7,5% da população com idade entre 18 e 65 anos. Ademais, o novo estudo atualizou os preços de mercado e chegou a uma estimativa de receita anual da ordem de R\$ 41 bilhões (YOSHIMA, ELIAS, 2016), quase oito vezes mais que o valor estimado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (SILVA et al., 2015).

Além dos estudos sobre o potencial econômico do mercado de maconha, a novidade mais relevante para o objetivo dessa pesquisa é a difusão por outros atores políticos da denúncia de que o Estado vem dispensando grandes recursos em políticas repressivas ao invés de aproveitar seu potencial regulador para reformar a propriedade do problema e produzir riqueza lícita com a inserção de uma nova mercadoria no quadro legal.

179 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/comercio-formal-de-maconha-movimentaria-57-bilhoes-no-brasil-19468621>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

O debate sobre o potencial econômico da maconha não é limitado a sobrevoos panorâmicos sobre aspectos da ciência econômica que sejam reconhecidos como tendo impactos nacionais. Alguns agentes regionais importantes para a regulação das transações políticas e econômicas também repercutem os argumentos do potencial benefício econômico da regulamentação da maconha, como demonstreia a partir da recente posição expressa por Guilherme Uchôa. Além disso, existe uma dimensão performática a se considerar nessa controvérsia, pois o papel e o palco em que Uchôa se expressa são importantes para ampliar as possibilidades de impacto de suas posições. As declarações que mencionei há pouco foram feitas por um oficial aposentado do Poder Judiciário a partir de sua atual posição de Presidente do Poder Legislativo, na sede do Poder Executivo de Pernambuco. Assim, temos um forte indício de que a arena da maconha em Pernambuco e no Brasil está voltando a ser mais fortemente ocupada por interesses econômicos que têm pretensão de licitude. No caso específico, a mudança de postura do Presidente do Poder Legislativo tem indícios suficientes para postular que ele seja influenciado pela difusão dos *performers* da Marcha da Maconha. A nova possibilidade de alteração legislativa por interesse econômico configura mais um caminho de mudança que poderá ser seguido caso as transações com esta planta e seus derivados não sejam regulamentadas com base em propriedades medicinais ou em sua entrada no rol da normalidade social.

Este caminho de mudança que começa a ser trilhado por parlamentares conservadores, como Guilherme Uchôa, implica alterações muito diferentes das pretendidas pelos marchadores. Como uma parte das transações com maconha se aproximaram da normalidade, tornou-se possível difundir as mais diversas intenções relativas ao tema, inclusive as de Uchôa que postula uma regulamentação de transações com maconha devido a seu potencial econômico, mas caso isso venha a se concretizar teríamos provavelmente o desenvolvimento de condições legais adequadas para grandes cultivos, beneficiamento industrial e distribuição em larga escala, como se tem com o tabaco no Brasil contemporâneo. Do ponto de vista do liberalismo econômico, é

inegável que muitos interessados nestas transações teriam algo a ganhar com uma mudança dessas, mas – caso este seja o caminho a se consolidar na dinâmica legislativa brasileira relativa à maconha –, quem mais ganhará com isto serão as grandes corporações industriais e comerciais capazes de suportar a logística necessária ao desenvolvimento de mais um amplo filão de mercado. Sob esta perspectiva, o grande risco é que a maconha seja regulamentada, mas as pessoas não desenvolvam suas capacidades produtivas e fiquem majoritariamente submetidas aos interesses capitalistas de grandes corporações que venham a se ocupar da produção, beneficiamento e distribuição da mercadoria em larga escala.

4.3 NOVOS PERSONAGENS, UM “APARELHO” E LIGAÇÕES COM OUTROS MOVIMENTOS

Abordando, dentre outras coisas, o fim do “Segura a Coisa”, o potencial terapêutico da maconha e a trajetória de um importante deputado estadual de Pernambuco, espero ter “alinhavado” alguns pontos que caracterizam a entrada da maconha na ordem moral recifense e a consequente normalização de algumas transações com esta substância. Agora, voltarei a tratar de trajetórias pessoais, abordando a história de um antiproibicionista contemporâneo que na reinvenção da Marcha da Maconha tem desempenhado um papel destacável para que eu possa compreender como a performance que analiso tem mudado mais substancialmente. Este é o último personagem da história recente que euuento nesta obra. Ele é Fernando Ribamar Viana Neto.

Nascido em 10 de agosto de 1972, em Belém-PA, filho de nordestinos que migraram devido à oportunidade de trabalho que o pai encontrou na execução de um projeto do Governo Federal no norte do país, em plena época de “milagre econômico” sob ditadura militar. Fernando tem um único irmão, igualmente nascido em Belém. Ainda criança pequena, quando o referido projeto dos militares foi concluído na Amazônia, Fernando migrou da capital paraense, com sua família, para Natal-RN. O pai fora integrado à equipe do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Porém, o casamento dos pais não durou muito e, depois de quatro ou cinco anos na capital potiguar, veio a separação.

Fernando e o irmão se mudaram com a mãe para Recife, onde a família materna havia se instalado depois que o avô falira na Paraíba. O pai, pouco tempo depois, migrou para São Luiz, onde vivia a maior parte de sua família. Como Fernando me disse: “é um povo meio cigano”.

Fernando chegou em Recife com oito anos de idade e foi viver na zona norte da cidade, mas – mantendo a tradição familiar – mudou-se bastante. Estudou em diferentes escolas, cursou eletrotécnica, no Ensino Médio, na antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco (atual IFPE), mas nunca concluiu porque não obtinha nota suficiente para aprovação nos exames de Física. Por isso, resolveu fazer um curso supletivo e prestar o vestibular em que foi aprovado para o curso de Administração, na UFPE. Sem muita convicção da escolha profissional, ele diz que escolheu o curso porque “tinha lido um livro que falava que já que você num sabe o que você quer fazer, faz administração que depois você pode fazer qualquer coisa”. Os estudos de administração também não geraram nenhum diploma, pois nessa época Fernando acabara de casar e a chegada do primeiro filho, Pedro, em 1992, fez com que ele aceitasse a proposta do pai de trabalhar em São Luiz do Maranhão.

Assim, a pequena família partiu para junto do patriarca, mas não prosperou o negócio que montaram após a aposentadoria do pai de Fernando. Tratava-se de uma pequena empresa distribuidora de bebidas que, segundo o entrevistado, era

[...] praticamente uma repartição pública [ri] tinha sete sócios o depósito de bebida [rindo] [...]. Aí era muito difícil fazer com que o negócio funcionasse de uma forma assim, vamos dizer, tão familiar. Trabalhávamos no depósito, eu, um primo e meu irmão e ainda tinha de pagar um funcionário [ri] (entrevista Fernando Ribamar, 03/09/2016).

Transferindo o curso da UFPE para a Universidade Estadual do Maranhão, manteve-se nos estudos de administração e se envolveu com a empresa júnior da Universidade. A falência do comércio familiar foi remediada pelo suporte ofertado pela família paterna, o recurso

proveniente do trabalho em projetos da empresa júnior universitária e por algo que ele diz que ajudou “a livrar a bolacha”: um estágio de trabalho na Caixa Econômica Federal.

Em São Luiz, a esposa iniciou um curso superior e a vida seguia relativamente bem até que um tio materno resolveu convidá-lo para um novo trabalho em Recife. A esposa se animou muito com o retorno para sua terra natal e Fernando ficou tentado com as novas possibilidades de trabalho e renda. Mudaram-se em 1996, quando Arraes já estava em seu terceiro mandato à frente do Governo de Pernambuco. A empresa do referido tio firmou um contrato de logística com a Secretaria de Educação do Estado. Fernando veio administrar esse contrato que inicialmente garantia o transporte da merenda escolar para as escolas de quase toda a rede estadual de ensino. Segundo ele, isso movimentava muito dinheiro e a família pensou que estivesse rica devido ao fato de ter de gerenciar somas que sempre aumentavam, pois os contratos foram se multiplicando e a empresa chegou a assumir responsabilidades de construir escolas e outros estabelecimentos públicos para o Governo de Pernambuco.

O novo trabalho lhe trouxe possibilidades de adquirir um automóvel e uma casa, em Olinda, próximo à família da então esposa. Depois destas aquisições se separou, deixando “organizada a vida da ex-mulher” que acabara de concluir o curso superior em Pedagogia. Fernando não conseguiu transferir seu curso de volta para Pernambuco e prestou novo vestibular, mas também não conseguiu aproveitar as disciplinas que havia cursado na UFPE e no Maranhão. Assim, desistiu de dar continuidade à vida universitária e “mergulhou” no trabalho. Até o final do governo Arraes, trabalhava muito e diz que a vida estava bem. O problema foi o governo seguinte, pois a empresa não conseguiu renovar ou firmar novos contratos com o Estado e acumulou dívidas que a levaram à falência em 2001.

Depois de tantas falências de empresas (do avô paterno, do pai, dos tios) em que foi atingido, Fernando resolveu estudar Direito e iniciou o curso em uma faculdade privada. Porém, ele não pôde continuar o curso porque, a partir do segundo ano, não conseguiu mais pagar as mensalidades. À época, ele vivia com a mãe de sua segunda

filha, Malu, nascida em 1999. Esta segunda companheira o influenciou a estudar para concurso público. Estudaram juntos e foram aprovados em um concurso para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), agência de Afogados da Ingazeira, município do sertão de Pernambuco, situado a aproximadamente 400 km de distância de Recife.

Ali, Fernando Ribamar desenvolveu uma outra relação com a política e descobriu a importância do Estado como mediador do jogo econômico, o trabalho com a seguridade social lhe exigia reconhecer a condição especial de pequenos produtores rurais dependentes da agricultura familiar que tinham direito à aposentadoria especial, mesmo sem contribuir para o sistema previdenciário. Porém, este reconhecimento era fonte de corrupção e, segundo ele, era muito comum que os oficiais do Estado cobrassem vantagens indevidas aos segurados especiais da Previdência Social. Assim, a chegada dele e de outros nove funcionários à agência local do INSS mudou completamente o panorama local. Tratava-se do início do Governo Lula e havia dezoito anos que o INSS não realizava um concurso público para admissão de novos funcionários. A chegada dos novatos naquela agência praticamente dobrou a equipe de trabalho.

Fernando permaneceu ali por três anos, mas depois que separou da sua então esposa, resolveu fazer um novo concurso e se tornou funcionário do Ministério Público em 2006 no mesmo município por mais três anos. Finalmente, em 2009, submeteu-se a uma seleção interna e conseguiu promoção funcional e transferência de lotação para Olinda, voltando a viver com a mãe e o filho mais velho. No ano seguinte, a filha também decide morar com ele e até hoje permanecem juntos, o pai e os dois filhos. A família se apoia em muitas atividades cotidianas, assim como brinca e milita junto por meio de uma troça carnavalesca, festas que frequentam simultaneamente, movimentos sociais e protestos de que participam em família.

Todos estes deslocamentos – de endereço e de situação financeira – permitiram que este protagonista acessasse um conhecimento do mundo a partir de posições muito diversas. Isto parece ter desenvolvido em Fernando Ribamar uma capacidade de resiliência e adaptação que lhe favorecem a possibilidade de desempenhar múltiplos papéis quase

ao mesmo tempo. Assim, ele manteve sua rotina de funcionário público no sertão pernambucano sem fumar maconha para evitar a exposição decorrente da procura por este produto que ele afirma ainda ser muito estigmatizado naquela região. Mais tarde, de volta à região metropolitana de Recife, manteve o papel de funcionário público, mas integrou novas performances em sua trajetória, com destaque para as personas do pai e do político sindicalista. A insatisfação com os rumos da representação dos trabalhadores do órgão a que servia, levaram-no a disputar uma vaga na direção do Sindicato de Servidores do MP-PE junto com um grupo de insatisfeitos que saiu vitorioso em 2015. Em paralelo, Fernando se envolveu com o processo que já relatei de fundação do Partido Pirata, mas a impossibilidade de consolidar o novo Partido, fez com que ele e muitos “piratas” optassem pela filiação ao PSOL que já estava formalmente reconhecido pelas autoridades político-eleitorais do país.

Uma vida de tanta circulação e empreendedorismo se reencontrou com outra que já conhecia desde os tempos da adolescência na Escola Técnica em que foi estudante contemporâneo de uma jovem chamada Eva Duarte. Enquanto ele perambulava “meio cigano”, de cidade em cidade, tentando ganhar a vida, a jovem conhecida por muitos como Evinha, também fazia sua trajetória: estudou comunicação social e jornalismo, casou e descasou, teve um filho, manteve-se moradora de Olinda, aprendeu a fazer origami, assessorou ONGs e políticos locais e, finalmente, está se formando cabeleireira. O reencontro fez com que os dois se aproximassesem e iniciassem uma história de amor. Assim, acostumamo-nos avê-los juntos, habitualmente com uma cervejinha, quase sempre bem dispostos e andarilhos que parecem incansáveis e mantêm a opção de viver sem carro particular em uma cidade que tem um péssimo sistema de transporte coletivo. A atuação de Eva e Fernando tem sido compartilhada em muitos palcos, eles atuam juntos em diferentes coletivos da militância social e há três anos brincam juntos o Carnaval, em meio à Troça Empatando tua Vista, com suas próprias fantasias de Capitão Presença e Ledinha.

O Capitão Presença é originalmente um desajeitado super-herói das histórias em quadrinho de Arnaldo Branco; seu principal heroísmo consiste em “salvar” amigos e amigas. Neste caso, “salvar” é

tão somente partilhar um “baseado” com aqueles que estão desprovidos. Fernando dificilmente encontraria um personagem mais adequado para representar, pois de fato ele já “salvou” muita gente. Porém, a Ledinha tem um papel muito limitado nessa história e, apesar da importância do apoio à ação heroica, estes personagens resolveram repensar a performance da heroína para lhe assegurar um papel mais de acordo com o poder que ela detém. O processo de revisão deste papel está em pleno curso, mas ainda precisaremos aguardar um novo Carnaval para ver no que ele vai resultar.

Repensar o papel desta heroína significa atribuir um sentido feminista à ação deste casal que não entrou nessa história apenas como uma curiosidade, uma anedota ou uma tentativa de demonstrar o caráter politicamente correto de alguns membros do MMM. A atuação conjunta destes dois apresenta elementos que se destacam na atual identificação do antiproibicionismo com outros movimentos sociais, pois eles estão integrados ao CAPE, à Troça Empatando tua Vista e à Ferramenta Sinistra, coletivos em que difundem as questões políticas com que se identificam e que, de modo panorâmico, eu posso apresentar como sendo um conjunto de reivindicações por espaços urbanos públicos, belos e seguros; meios de comunicação democrática e abolição de penas relativas às transações com drogas.

Reconhecer o papel secundário e quase-acessório da Ledinha nessa história significa compreender a presença constante e difusa dos símbolos de opressão machista na sociedade local. Perceber isto e buscar superar esta contradição transformando a identidade figurada da heroína é algo que me leva a postular que o feminismo tenha passado a ocupar um lugar central na história deste casal e de todo o Movimento que estou enfocando.

Estes personagens têm performances tão difusas que motivam seu reconhecimento por nomes distintos, variando o primeiro de Fernando e Ribamar para Capitão e Presença. Enquanto Eva é referida tanto como Eva quanto como Evinha, Leda e Ledinha. As suas próprias atuações dão condições para a fusão de outros agentes que em muitas situações anteriores se limitavam à condição de espectadores. Eles não assumem o tom professoral nem se expressam muito em meio às grandes

coletividades que se reúnem em eventos como o ENCAA e a Marcha da Maconha, mas suas atitudes parecem inspirar muitos de nós e motivaram o engajamento no trabalho de organização do ENCAA e de manutenção do CAPE, de uma forma geral, como tentarei demonstrar doravante.

Sobre a atuação inspiradora de Fernando junto ao CAPE, destaco primeiramente que ele foi o grande articulador da criação de uma sede para este Coletivo. Aproveitando a oportunidade lançada pelo PSOL que estava desocupando quatro salas em um antigo casarão no bairro Boa Vista, ele propôs, no início de 2016, que alugássemos uma das salas, dividindo o espaço e as despesas com outros dois coletivos que mencionei: o grupo carnavalesco denominado “Troça Empatando tua Vista” e empreendedores de intervenções urbanas que se autodenominam “Ferramenta Sinistra”.

O primeiro destes grupos foi criado a partir de reflexões sobre a cidade que está cada vez mais verticalizada e tem seu ordenamento mais orientado pela lógica do mercado imobiliário que pelo interesse de produzir espaços urbanos públicos, belos e seguros. Assim, os prédios que se multiplicam têm impedido tanto a vista quanto o usufruto público de territórios valorizados. Tratam-se de áreas privatizadas com elevado valor pecuniário que ajudam a consolidar a transformação da cidade em mercadoria. Metaforizando essa discussão pela visão limitada que os prédios impõem à paisagem urbana, alguns jovens ativistas pernambucanos decidiram, a partir de discussões informais durante a ocupação do Cais de Estelita, repercutir o tema no Carnaval de 2014 com esculturas feitas com cano de PVC, tecido branco e tinta preta. Os canos formavam estruturas quadrangulares com dimensões entre 3 e 4 metros de altura por 0,6 a 0,8 metro de largura. Estas estruturas são cobertas com tecido branco e pintadas com tinta preta para representar portas, portões, janelas e varandas de prédios. Transportadas pelos ativistas em meio às aglomerações carnavalescas, estas esculturas são posicionadas em frente a palcos de atrações artísticas ou a camarotes de autoridades estatais e grandes grupos empresariais, os ativistas da Troça Empatando tua Vista incomodaram a fruição do carnaval de alguns foliões e oportunizaram a discussão de sua pauta em muitas interações informais e midiáticas.

A Ferramenta Sinistra, por sua vez, é um grupo de amigos motivados a utilizar suas competências em benefício de diversas intervenções urbanas com as quais se identificam. Assim, o grupo tem uma atividade de imprensa clandestina, editando folhetos e panfletos majoritariamente propagadores de valores anarquistas, além de produzir material para eventos de outras organizações sociais, como o próprio CAPE para o qual a Ferramenta produziu cadernos, camisetas e óleo de maconha vendidos pelos ativistas em 2016 para contribuir com o custeio das despesas de realização do ENCAA.

Estes dois grupos, em que Fernando Ribamar também desenvolve uma atuação de destaque, necessitam de espaço para seus encontros e para guardar os materiais que produzem. O CAPE não é diferente. O espaço necessário para guardar materiais e abrigar encontros dos antiproibicionistas pernambucanos sempre foi compartilhado com outras finalidades. Assim, algumas reuniões aconteceram em ambiente universitário (notadamente a Faculdade de Direito da UFPE e a UNICAP, situadas na região central de Recife), mas sobretudo na casa de seus integrantes – onde também eram guardados materiais do Coletivo até o aluguel compartilhado da sala no antigo casarão do PSOL. Deste modo, resolia-se um problema e nós ganhávamos o que Fernando Ribamar gosta de chamar de “aparelho”¹⁸⁰, além disso, ampliava-se nossa articulação com outros ativistas da cidade, pois muitos membros da Troça e da Ferramenta não são os mesmos do CAPE. Porém, o novo espaço trouxe uma demanda extraordinária: captar mensalmente o recurso necessário para pagar o aluguel. E, além disso, alguém precisava assumir a responsabilidade junto ao locatário formal (que continuava a ser o PSOL) e aos ativistas de quem seria

180 Note-se que o termo “aparelho” entra nessa história pelo uso coloquial feito por um de seus personagens. Não obstante, verifica-se a impertinência da conceituação marxista, derivada de Gramsci pela via althusseriana que comprehende todo aparelho como um recurso “de Estado” (ALTHUSSER, 1974). No Brasil, notadamente sob a ditadura militar, o termo designava qualquer local usado como esconderijo, abrigo para reuniões clandestinas e depósito de materiais (impressos, armas, dinheiro, equipamentos etc.) que pudesse ser utilizados por ativistas políticos que tinham sua atuação proscrita à época. Assim, o “aparelho”, neste sentido, é um espaço de refúgio, suporte e organização da militância.

necessário recolher contribuições financeiras para custear as despesas do espaço. Esta responsabilidade foi assumida por Fernando.

À medida que Fernando Ribamar propunha encontros para traçar estratégias de captação de recursos e promover ações que motivassem a ação do CAPE além do período da Marcha, consolidava-se uma atuação protagonista deste novo ator do Coletivo. Tal atuação tem garantido melhor organização interna, bem como interação e colaboração com outros coletivos inspirados por princípios de descentralização e horizontalidade organizacional. Isto foi marcante ao longo do processo de organização do ENCAA e contribuiu para que os ativistas inovassem na postura assumida na realização da Marcha da Maconha de Recife em 2016. Vale ressaltar que o protagonismo de Fernando Ribamar se consolidou em um momento de crise política nacional em que sentimos fortes riscos sobre os potenciais de ação coletiva contestatória da ordem instituída. Por isso, o próprio Ribamar afirma que “Só nos resta desobedecer” (entrevista Fernando Ribamar, 03/09/2016).

A difusão da performance deste ator também contribuiu para a fusão de membros dos diferentes coletivos em que ele se envolve. Assim, alguns antiproibicionistas passaram a colaborar com atividades da Ferramenta Sinistra e brincar carnaval com as esculturas que empatam a vista. Por outro lado, os sinistros e empatadores de vista afluíram no ENCAA e na Marcha da Maconha de 2016, bastante dispostos a reformar a performance de reivindicação coletiva. Ainda vale ressaltar que o imóvel compartilhado por coletivos autogestionários tem sido utilizado por outros ativistas da cidade, como militantes da Luta Antimanicomial e grupos feministas, mas também serve como espaço de apoio para que ativistas exponham suas habilidades, ofertem seus produtos e serviços (como uma companheira cozinheira que eventualmente leva seus quitutes para vender ali e capoeiristas que organizam uma roda de capoeira uma vez por semana na varanda do casarão). Finalmente, vale dizer que o ambiente é utilizado para festejar muitas conquistas, servindo também de local para encontros de aniversários e confraternizações.

Dentre as atividades na sede do CAPE que envolvem outros parceiros, destacarei o processo formativo realizado em maio de 2016, durante três dias de diferentes finais de semana. Os eixos desta formação foram: auto-organização, comunicação e feminismo. A auto-organização teve intervenção inicial de uma militante anarquista de Recife que passou alguns anos fora da cidade, realizando seus estudos de graduação e mestrado, mas também animando ações de um coletivo anarquista de atuação secreta; após a apresentação de um texto de referência sobre princípios anarquistas de organização coletiva, ela discorreu sobre sua própria experiência e orientou um debate a partir de questionamentos dos antiproibicionistas presentes. O tema da comunicação foi conduzido com “prata da casa” e facilitado por Eva Duarte e Dayvid Banner, motivando discussões sobre ferramentas de comunicação e segurança na internet, bem como exercícios práticos de produção de notícias que preparavam os ativistas para fazer a cobertura midiática do Encontro que estávamos organizando. Finalmente, vale dedicar um pouco mais de atenção à formação relativa ao feminismo, que é uma causa mais recente em meio ao antiproibicionismo e tem atravessado muitos de nossos discursos e performances.

A facilitação da formação relativa às interfaces entre feminismo e antiproibicionismo ficou a cargo de Carmen Silva. Jornalista por formação, Carmen tem atuado como educadora e assessora de movimentos sociais, bem como realizou estudos de pós-graduação em Sociologia, tendo defendido sua tese de Doutorado no mês anterior à formação do CAPE. Seu tema de trabalho e estudo é o movimento feminista. Coube a mim convidá-la a participar deste momento formativo, pois eu a conheço há alguns anos e havia compartilhado com ela algumas experiências de estudos e intervenção social. Porém, a sugestão de seu nome veio de Ingrid Farias e foi aceita com entusiasmo pelos demais integrantes das reuniões que abordaram esta atividade. Devido ao meu engajamento pessoal nessa atividade específica, reproduzo sem alterações alguns trechos do quase-diário. O primeiro, a seguir, expõe o início da discussão daquela manhã de sábado:

[...] a pergunta de Ju Silva “Agora que nós somos maioria de mulheres, como é que vocês, meninos [se referindo a mim e a Fernando], se sentem num movimento com maioria de mulheres assim como nós, empoderadas?”

Fernando: Eu aprendo muito. Acho que aprendo a estabelecer outras relações de gênero sem nem mesmo estar nesse movimento de gênero. A gente aprende na prática.

Antes que eu esboçasse qualquer resposta, Ingrid entreviu: “Superamos opressões, é isso o antiproibicionismo. Aqui, por exemplo, eu não me lembro de nenhum, nenhum mesmo, momento em que a gente tenha vivenciado essa opressão de gênero, ou de classe, ou de raça. Aqui, no coletivo de Pernambuco.”

[...]

Eu ponderei que o Movimento Marcha da Maconha, em momentos anteriores, foi acusado de um certo elitismo. De modo que se não vemos a opressão entre nós, podia existir alguém que visse. Acrescentei que não era um elitismo restrito à noção de classe socioeconômica, mas um elitismo de quem se portava como tendo acesso à informação e restringindo estas informações apenas para quem já as tem (quase-diário, 14/05/2016).

Em seguida, o debate avançou para uma reflexão sobre o que motiva a ação do movimento social. A partir de suas próprias experiências com o feminismo, Carmen introduziu a importância da dor e da revolta para a ação:

Tem muito mais do que oportunidade e conflito movendo as mulheres e as pessoas feministas. Por exemplo, a dor é uma dimensão importante da mobilização de mulheres; muitas de nós nos engajamos porque queremos enfrentar situações de opressão que começam com uma dor, uma violação, muitas vezes sexual, mas às vezes uma violação porque a gente vê que os meninos em casa têm opções muito diferentes das nossas. Coisas muito ruins podem ser oportunidade também, por exemplo, agora, esse golpe [contra a Presidente da República] tem sido uma grande oportunidade para que nos juntemos e façamos coisas contra esse golpe, pelo menos para denunciar e expressar nossa insatisfação. A gente pega revolta nas pequenas coisas. Outro exemplo é o MST, lá no Acampamento da Democracia, vir procurar na tenda das mulheres informações sobre o que fazer com a carne que recebeu de doação. Por que não vão na tenda do Levante Popular, da Juventude ou da Igreja? Algumas mulheres “subiram nas tamancas” com isso e eu acho que é assim mesmo, a gente pega revolta nas pequenas coisas também (quase-diário, 14/05/2016).

E, finalmente, Carmen Silva tematizou o que eu havia discutido com ela em outras oportunidades: uma identidade de opressão comum que tem lugar no próprio corpo de feministas e antiproibicionistas:

Tem vários depoimentos de mulheres adultas e até de senhoras idosas que afirmam que suas vidas teriam sido diferentes se elas tivessem conhecido o feminismo antes. Às vezes é coisa simples, como a possibilidade de se masturbar. Imaginem

a liberação de uma senhora idosa, negra, com um corpo que foge aos padrões atuais de beleza feminina e descobre que ela pode encontrar prazer sozinha, com seu próprio corpo. Hoje, as meninas jovens e lindas, muitas delas, têm dificuldade para encontrar um parceiro homem que lhes satisfaça, imagina para uma senhora nessas condições, isso pode ser mais difícil, então é importante conhecer as múltiplas possibilidades de prazer e o feminismo também é isso, é essa antiproibição sobre o corpo da mulher, é o fato de dizer e fazer com que a mulher possa decidir sobre seu próprio corpo (quase-diário, 14/05/2016).

Assim, o ano de 2016 se iniciou com uma maior identificação do CAPE com a causa feminista e com outros coletivos de ação social. O compartilhamento do espaço físico com outros ativistas sociais e a inserção da pauta feminista na militância antiproibicionista marcou o princípio da reinvenção que teve seu ápice no ENCAA.

Eu poderia ainda tomar outros exemplos de *performers*, como Ingrid Farias e Dayvid Banner, que frequentemente nos convidam a ultrapassar as causas que nos unem. A partir destes dois, poderia abordar a discussão de práticas bissexuais que lhes motivam a tentar produzir uma incidência sobre o Coletivo Antiproibicionista. Porém, a incipiente da difusão de uma identidade bissexual e o maior reconhecimento da associação do CAPE com o feminismo por outros atores me fizeram perceber que este tema ainda está longe de ocupar um lugar análogo ao que o feminismo vem conquistando nessa história. Como tentarei mostrar na próxima seção, associar-se ao feminismo tem sido um dos processos que contribui para o afastamento de antigos protagonistas da Marcha da Maconha em Recife. Para evitar interpretações equivocadas, ainda ressalto que não estou supondo que a identidade bissexual seja mais facilmente aceita por aqueles que questionam o empoderamento das mulheres e a reinvenção do MMM a partir de uma perspectiva

feminista, mas ecoo o que me disse Banner: “Eles ainda nem entenderam o que pode ser isso, acham que um dia a gente é gay e no outro vira machinho. Não aceitam que a gente seja as duas coisas e outras tantas”.

4.4 REFORMA DA CAUSA

Não identificando indícios suficientes na literatura nem muitos relatos atuais que remontem a um tempo longínquo, considero que o movimento antiproibicionista no Brasil esteja ainda em vias de consolidação. Apesar de reconhecer a existência de um ciclo antiproibicionista em relação à maconha desde o final dos anos 1970, não subscrevo a cronologia que estabelece “o nascimento do antiproibicionismo no início dos anos 1980” (DELMANTO, 2013, p. 14) ou ainda antes (como postula CARNEIRO, 2016, p. 129). Contudo, concordamos com a ideia de que as Marchas da Maconha, nos anos 2000, estabeleceram as condições para “consolidação e difusão do antiproibicionismo no Brasil” (DELMANTO, 2013, p. 14). Antes delas, o que havia de mais semelhante com o movimento antiproibicionista eram diferentes maconhismos, alguns dos quais reivindicavam abolição de penas para transações com esta única droga. Com raras exceções, o único antiproibicionismo de que se pode falar no Brasil antes das Marchas da Maconha é exclusivamente relativo à maconha.

Assim, o marco de difusão que vale para o país, é igualmente observado no caso específico de Recife, de modo que a Marcha da Maconha nesta cidade está diretamente ligada à consolidação de um movimento local que se afirma antiproibicionista. De uma interpretação específica sobre os problemas do mundo, do sofrimento de situações repressivas e da participação nas Marchas da Maconha se iniciou a atuação de um grupo que se autodenominou “Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco” – CAPE. E vale lembrar que se afirmar antiproibicionista em Pernambuco guarda alguma semelhança com dizer que “se arretou”, pois em geral se entende o que isso significa, mas raramente alguém consegue explicar.

Nas duas primeiras seções desta Parte IV, tratei de aspectos mais relacionados com mudanças percebidas na moldura de ação dos marchadores, ou seja, na sociedade em que se inserem. Doravante, enfocarei as mudanças percebidas no próprio Coletivo que responde pela organização da Marcha da Maconha em Recife, destacando especialmente a consolidação do antiproibicionismo e a emergência feminista.

4.4.1 Consolidação antiproibicionista

Ao questionar Ingrid Farias sobre o antiproibicionismo, recebi declarações concentradas sobre dois aspectos: a intenção de ultrapassar os limites da Marcha da Maconha e a cronologia de uso do termo. Refletindo sobre a questão, ela afirmou que

[...] em São Paulo surge antes daqui o termo antiproibicionista. E no Rio de Janeiro também, porque inclusive a galera no Rio de Janeiro organiza em 2013 um encontro estadual antiproibicionista. Que é o ano que a gente faz o CAPE aqui. 2014 a gente faz o primeiro seminário antiproibicionista aqui [...] 2013, o CAPE fez sabe o quê? Você tava inclusive na mesa: um debate sobre a legalização medicinal da maconha, no dia 27 de novembro, na Câmara [...] porque o coletivo antiproibicionista surge depois da Marcha [...] a galera colou e disse “não, então vamos fazer um documento”. Fez um documento e pá, num sei o quê, lançou o Coletivo. Lançou, eu acho, que foi nesse negócio aí, dia 27 de novembro (entrevista Ingrid Farias, 01/07/2016).

Em seguida, ela reconhece que contar essa história e encontrar a ordem de sucessão dos acontecimentos é difícil, pois o CAPE não mantém um arquivo muito confiável de suas realizações. E, finalmente,

ela passa a falar de tensões internas à organização da Marcha da Maconha que motivaram a formação de um novo grupo que se identificava em uma pauta mais ampla, pois

[...] não era consenso de dialogar outras práticas. Entendeu? Faziam um discurso muito por alto, assim, da juventude negra, mas gênero, economia, essas questões mais estruturantes não queriam, achavam que tinha de dialogar pelo viés canábico, que tinha de ser uma coisa canábica, que é muito o discurso que a maioria dos homens heteronormativos que organizam as marchas do Brasil inteiro fazem, que é “Não vamo se associar a essa imagem dos cracudo”.

A maioria são da classe média, são da universidade, vêm de um outro espaço de privilégio. Então eles querem ser um movimento canábico e não querem ser associados ao movimento dos cracudo que é vulnerável, que usa droga, que vende droga (entrevista Ingrid Farias, 01/07/2016).

Elá aponta essas restrições logo após falar da atuação de Flávio Campos na organização da Marcha, mas a visão de um movimento restrito à maconha também prevalece nas intenções de mobilização social de Lula Chagas que afirma que esta restrição é compartilhada por muitos pioneiros desta Marcha. Ele afirma que

[...] foi tão incitado uma transferência da Marcha da Maconha pro CAPE, por essa minha radicalização maconha, maconha, maconha. Eu tou aqui pela maconha [batendo uma mão fechada na outra aberta, repetidas vezes], eu tou aqui pra legalizar a maconha. Eu sei que o feminismo é importante, eu sei que a parada gay é

importante, eu sei que o direitismo é importante, mas EU ESTOU AQUI PRA LEGALIZAR A MACONHA [falou estas últimas palavras mais lentamente enquanto continuava batendo uma mão fechada na outra aberta]. Eu comecei assim e vou terminar assim. Então, hoje, muitos daquela época também se veem assim (entrevista Lula Chagas, 13/09/2016).

Assim, o movimento antiproibicionista se espalha por uma seara que vai além dos interesses de alguns maconhistas que organizaram as primeiras Marchas da Maconha nesta cidade. O afastamento dos protagonistas pioneiros vinha se desenhandando desde 2014, quando o CAPE já havia passado à linha de frente de organização e realização da manifestação.

Sob o contexto de crise política que rendeu a destituição das funções da Presidenta da República, em 2016, consolidou-se a saída de Flávio Campos desta performance. Ele era o único dos protagonistas da Marcha da Maconha que defendia a medida drástica que é o *impeachment*. Ele nunca conseguiu envolver seu Partido (o PSB) na causa pró-regulamentação da maconha e talvez tivesse ainda mais dificuldade se tentasse ampliar a reivindicação para outras drogas atualmente ilícitas. Assim, sua participação na Marcha de 2015 já foi um ato bastante solitário em meio à multidão, pois desde que sua presença fora questionada na organização da passeata em 2012, ele deixara de participar das reuniões prévias e sua continuidade no cortejo se tornou limitada ao momento específico de realização da passeata. Em 2013 e 2014, ele ainda usou o microfone e apresentou alguns argumentos favoráveis à regulamentação da maconha. Em 2015, foi ao ato de bicicleta, seguiu todo o percurso empurrando sua *bike*, conversando eventualmente com quem estivesse por perto, mas não usou o microfone e não ficou para o Festival de Cultura Canábica que sucedeu a manifestação.

Lula Chagas, por sua vez, manteve uma postura muito semelhante à que descrevi na Parte III em termos de “protagonista de

bastidores”. Ele participava das reuniões de organização da Marcha e assumia tarefas especificamente relacionadas com a Marcha da Maconha, mas – como em 2014 e 2015 – nossas reuniões sempre discutiam outras coisas, como: seminários, THCine, Festival de Cultura Canábica, encarceramento de pessoas pretas e pobres, discriminação e opressão a mulheres e “minorias” sexuais, processos legislativos e administrativos que envolviam transações com diversas drogas em Pernambuco e no Brasil como um todo, ele teve ocasião para demonstrar o incômodo que sentia e, mais tarde, relatou-me nos seguintes termos:

Hoje não existe mais o debate só sobre maconha.
Hoje o que existe é o CAPE que é, é... [mais um que
não consegue me dizer o que é antiproibicionismo]

[...] nós saímos de um contexto fechado,
concretizado apenas com a Marcha da Maconha.
E hoje as pessoas que organizam a Marcha da
Maconha pertencem ao CAPE, ao Coletivo
Antiproibicionista, então hoje já existe uma ala
feminista, então hoje já existe um contato com a
parada gay, já existe... então hoje eu percebo que
ele tá mais amplo [...]

[...] hoje existe uma ala feminista no CAPE. Eu
num entendo; eu entendo, mas não comprehendo.
Por quê? [...] ser mulher é proibido? Então, assim,
eu tou aqui pra legalizar a maconha. Então, os
problemas do feminismo, da mulher brasileira,
da mulher em seu contexto todo, eu entendo,
eu corroboro com o ativismo de vocês, mas eu
num posso... ou eu legalizo a maconha, ou eu
me concentro em legalizar a maconha ou eu vou
trabalhar no ativismo feminista, pô. (entrevista
Lula Chagas, 13/09/2016).

Demonstrando ressentimento e afirmando que há outros pioneiros da Marcha da Maconha que compartilham o mal-estar e pedem para refundar o Coletivo Marcha da Maconha, Lula afirma que “se eu refundar o Coletivo Marcha é como eu tou dizendo, eu vou retirar a Marcha do CAPE, o CAPE não vai ter mais nada com a Marcha da Maconha [...]”, vai ser antiproibicionista, feminista, direitista, abolicionista pra lá”. A sequência de relato de incômodos continua e ele chega a afirmar a existência de “pessoas que hoje trabalham junto com o CAPE [que] são contrários à Marcha da Maconha” e que seria contra até a “legalização da maconha”.

Tendo exercitado bastante uma posição mais próxima do polo que Gold (2003 [1958]) chama de “puro observador”, mudei de postura ao final da entrevista com Lula Chagas quando já tínhamos passado de uma hora e meia de gravação e eu havia ouvido bastante sobre seus incômodos com o CAPE. Pendi para o lado do “puro participante” e fiz a seguinte ponderação:

[...] não é mais nem papel de entrevistador, é papel de camarada mesmo, que fez movimento junto, que fez alguma coisa junto na vida. Eu acho que ali não tem ninguém que seja contra uma mudança nas leis que garanta uma forma menos proibitiva para as relações com a maconha. Talvez sejam contra a forma de atuar. Como você deve lembrar muito bem, lá em 2011, 2012, tinha muita gente de movimentos sociais de Recife, bem progressistas, bastante de esquerda, mais libertários do que muitos de nós, talvez, que eram bastante contrários à Marcha da Maconha porque não aceitavam aquela performance que a gente apresentava naquele momento, que era uma performance mais legalista de fazer uma Marcha, como Gojoba dizia muito naquela época: “pacífica, ordeira e legal” que respeitasse todo

o ordenamento jurídico e lutasse justamente pra mudar esse ordenamento jurídico. De tanto respeitar a lei, quer mudar a lei. Era algo que se dizia muito até 2012, por ali. E, nesse sentido, se fazia um esforço muito grande pra que as pessoas não fumassem na Marcha. Tinha gente que achava isso caretíssimo, muito retrógrado e boicotava a Marcha, se negava a participar, falava mal da Marcha onde quer que fosse. Não porque fossem contrários à legalização da maconha, mas sim porque eram contrários à forma como a gente ia pra rua e a partes do nosso discurso. Talvez o que exista hoje seja uma contrariedade, uma diferença em relação a algumas formas de atuação, tanto da parte de quem fazia a Marcha antes quanto de quem tá fazendo a Marcha hoje. Eu acho que tem desentendimentos aí que não são em relação a uma mudança da lei (Marcílio D. Brandão em entrevista com Lula Chagas, 13/09/2016).

Assim, aproximei-me do final da última entrevista com Lula Chagas tentando estabelecer uma postura conciliadora que reconhece as diferenças, mas tenta produzir outra compreensão sobre sua existência.

Até aqui, relatei algumas expectativas que Flávio Campos e Lula Chagas nutriam em relação à Marcha da Maconha porque elas me parecem importantes para compreender o afastamento deles. Diferente de Marcílio Cavalcanti e Gojoba, os últimos afastamentos a que venho me referindo foram devidos a uma significativa diferença de concepção sobre o MMM e os rumos de sua Marcha. A pretensão de Lula Chagas por uma identidade imutável e exclusivamente maconhista se juntou com a identificação de Flávio Campos a um grupo político e uma prática favorável ao *impeachment*, resultando no isolamento destes pioneiros no interior do MMM ressignificado pelo CAPE como um movimento antiproibicionista. O mal-estar advindo da posição de isolamento

provavelmente foi decisivo para que os dois não comparecessem à edição 2016 da Marcha da Maconha em Recife.

Com a abordagem das trajetórias e posições de Flávio Campos e Lula Chagas, espero ter demonstrado: 1) que a dimensão biográfica incidiu na decisão de participar e deixar de participar do Movimento enfocado e 2) o quadro político nacional foi determinante para o afastamento de um deles. Deste modo, as trajetórias pessoais e uma “dimensão derivada” [que é a da “estrutura política”, nos termos de Jasper (1997)] parecem ainda mais relevantes para o engajamento do que a pertinência dos argumentos e o valor da manifestação performada na Marcha da Maconha de Recife.

Mas, voltando ao que é ser antiproibicionista..., visto o grande arrodeio que fiz, fica parecendo que eu também não sei responder esta questão. E esta aparência tem muita verdade, pois qualquer resposta é transitória e parcial já que se tarta de um “movimento” e se nós soubéssemos exatamente o que ele é e para onde ele quer nos levar, significaria que ele já teria parado. Parafraseando Park e Burgess (1921), eu posso dizer que se o entusiasmo e a dinâmica do movimento tivesse passado, o próprio movimento teria morrido, não mudaria mais e, portanto, poderia ser explicado. Contudo, isso não é verdade. O movimento antiproibicionista é jovem e está bastante vivo, reinventando-se em meio à sua própria ação.

Inspirando-me nos termos de Goffman (1974), posso apenas dizer que o quadro de ação antiproibicionista engloba diferentes dimensões de tempo, espaço e significados. Elas eventualmente se alinham e estão sempre disponíveis para alterar o tom da ação. Não apenas argumentos de diferentes épocas e conhecimentos de diversas jurisdições profissionais são integrados à performance, mas também práticas correntes em distintos territórios inspiram e reinventam constantemente os significados da ação de antiproibicionistas de Recife e de outras partes do mundo.

O quadro de ação do movimento antiproibicionista alinha simultaneamente três níveis conjunturais em sua configuração, como se houvesse três molduras diferentes para um mesmo quadro. Um primeiro

nível é de tipo local, expõe histórias, trajetórias, conhecimentos, práticas, razões, emoções e sentimentos de atores que têm uma atuação cotidiana conjunta. Um segundo, de tipo intermediário, vai buscar apoio em experiências próximas, mas não instaladas em uma mesma localidade, permitindo intercâmbio e fortalecimento mútuo de agentes de lugares distintos que produzem convergência entre si. E, finalmente, um quadro global incide sobre a ação antiproibicionista que considera o ordenamento legal nacional e internacional e busca incidir sobre ele, eventualmente colaborando com antagonistas e sempre buscando sua própria inserção neste quadro.

Conforme afirma Cefaï (2009, p. 17), percebe-se que o poder que está em jogo em um processo que visa produzir novas respostas para um problema público não pode ser compreendido somente em termos de adequação ou resistência a normas instituídas, mas também precisa considerar a potência instituinte de novas atitudes e direitos (do lado do Estado) e a ação concertada de um público incomodado com a situação atual. A adoção de novas soluções para o problema é algo que também pode ser abordado em termos de “institucionalização” (LOURAU, 1975) de novos modos de enfrentá-lo. Como dizem Park e Burgess (1921), a instituição é o que sobra quando o movimento morre. A vida e a morte de um movimento social é algo que acontece em público, por meio de processos nos quais diferentes atores desempenham seus papéis frente a plateias que às vezes também emergem como *performer* do espetáculo instituinte [conforme demonstrou Boal (1999) ao teorizar sobre o híbrido papel de “espect-ator” em seu teatro-fórum]. No caso enfocado, o movimento antiproibicionista está em seus primeiros dias e em vigoroso crescimento, enquanto o movimento maçonista também permanece bastante vivo. Apesar do avanço da normalização de algumas transações com maconha na região, ainda há poucos sinais de institucionalização da maconha em Pernambuco e no Brasil. Até o momento, os dois movimentos estão atuando em uma mesma arena, sobre a qual há muitos outros atores. Porém, adiantando uma das conclusões, reconheço que é impossível precisar até quando e como pode sobreviver esta atuação conjunta.

Considerando a novidade da atuação de um *performer* como Fernando Ribamar na fase de “reinvenção” da Marcha da Maconha de Recife, percebi o surgimento de um agente individual que inspira e atrai por sua própria atuação e não por argumentos. A realização do ENCAA nas dimensões que já apresentei implicaram a responsabilidade de organizar condições de inscrição, repasse de informações, estrutura de alojamento, alimentação, debates, lazer, segurança, etc. para mais de quatrocentas pessoas que passaram três dias reunidas em uma grande cidade que, para muitos, era absolutamente desconhecida. Isto impôs uma demanda de trabalho em dimensão maior e em natureza diferenciada das atividades precedentes do MMM em Recife. Para tanto, foi importante ter um ponto de apoio com alguma estrutura necessária para as atividades prévias ao Encontro – o que o “aparelho” do CAPE assegurou em grande medida. Além disso, foi preciso tempo e disposição para o trabalho, o que Fernando Ribamar ofertou de modo a organizar a sua própria rotina e a inspirar a de outros ativistas que seguiram os horários que ele se dispunha a estar no “aparelho” organizando materiais, articulando apoios, repassando informações aos que haviam se inscrito previamente e atendendo demandas imprevistas que se multiplicavam à medida que se aproximava a data do Encontro. Os imprevistos se espalhavam desde a logística do evento à saúde de seus organizadores, passando obviamente pelas muitas contas que precisavam ser fechadas para que ninguém perdesse com esta iniciativa.

Assim, a atitude de Fernando Ribamar de disponibilizar aproximadamente quatro horas de cada um de seus dias para estar na sede do CAPE durante as três semanas que antecederam ao ENCAA foi algo que ampliou a fusão dos organizadores às vésperas do Encontro. Não apenas aqueles que participavam habitualmente das reuniões do CAPE, mas também outros ativistas se fundiram nesta atitude de trabalho. Jovens estudantes ligados à UJS; psicólogos e psicólogas; assistentes sociais; profissionais da redução de danos atuantes em Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife; bem como ativistas de outros estados que vieram para Recife alguns dias antes do evento, são alguns daqueles que se aproximaram da figura de espect-atores do processo de organizar o ENCAA.

4.4.2 Emergência feminista

Um registro feito durante a Marcha da Maconha em Recife no ano de 2016 permite abordar muitas das ideias que venho desenvolvendo neste texto. A identificação com a resistência à destituição da Presidenta da República aparece por meio do “Fora Temer”, gravado na faixa conduzida pelos manifestantes naquela Marcha. A ideia de que “A Marcha da Maconha é maior que a maconha”, ressaltando a ultrapassagem das fronteiras de uma substância é a principal mensagem escrita na mesma faixa que aparece na imagem. O comprometimento de marchadores é possível de visualizar nesta fotografia que expõe a todos molhados e apenas um protegido por um guarda-chuva em meio a uma manifestação que transcorreu majoritariamente sob chuva. Finalmente, a imagem expõe a posição central de uma liderança feminina (Ingrid Farias, que aparece de costas, à frente do cortejo, com microfone em uma mão e a outra erguida enquanto entoava uma palavra de ordem).

Figura 9: “A Marcha da Maconha é maior que a maconha” - 2016



Fonte: Comunidade Facebook Marcha da Maconha Recife. Foto: Maíra Acioli

A descrição de trajetórias individuais de protagonistas dessa transformação teve o objetivo de demonstrar que não apenas o quadro de conhecimentos sobre maconha se tornou mais complexo e reativou interesses econômicos e terapêuticos, mas também seus portadores se diversificaram, passando a incluir fortemente mulheres ativistas e promovendo a identificação do movimento antiproibicionista com o ideário feminista de busca pela superação de opressões constitutivas do patriarcado que marca profundamente a sociedade brasileira.

Historicamente apresentadas como mais alvejadas por diretrizes políticas e normas legais proibicionistas, era de se esperar que pessoas negras e pobres passassem à linha de frente da causa antiproibicionista. Porém, a atenção focalizada em Recife nos levou a perceber que foram mulheres feministas que passaram a ocupar lugar de destaque na organização, realização e defesa dos atos do MMM e, principalmente, do CAPE. Isto me faz retomar o que disse Marcílio Cavalcanti (entrevista 28/04/2016) sobre o período de atuação clandestina de grupos políticos no país: “a gente já levava tanta porrada que se você botasse maconha no meio, aí era que tinha motivo oficial pra reprimir a gente”. Talvez este seja um dos motivos pelos quais pobres e negros não tenham ocupado um lugar de destaque na denúncia dos equívocos da Lei de Drogas no país, afinal sua situação é, em muitos aspectos, mais vulnerável que a de outros segmentos sociais. Para pessoas pobres e negras, associar-se a um tema por tanto tempo maldito poderia reforçar o estigma de que são alvo habitual em Recife e no país como um todo.

Na ausência de figuras mais associadas com os segmentos historicamente mais afetados pela repressão de transações com drogas, destacaram-se outras pessoas, sendo muitas mulheres. Além de Ingrid Farias, que desempenhou um papel protagonista e sobre quem já apresentei informações detalhadas, outras mulheres atuaram nos primórdios desta Marcha e, mais recentemente, destacaram-se no CAPE jovens feministas, como: Priscila Gadelha, Anamaria Carneiro, Carolina Barros, Fran Silva, Natália Mesquita, Juliana Silva e Thaís Sousa.

Apesar de conhecerem dados sobre o crescimento do número de mulheres privadas de liberdade em decorrência do tráfico de drogas, estas feministas parecem destacar que a pena sofrida por mulheres é ainda mais socialmente definida do que administrativa e legalmente determinada. Elas apontam com vigor uma norma social estigmatizante e prejudicial que incide sobre si, mas também sobre as transações com maconha e outras drogas. Com elas, tem se reformado as táticas e estratégias da Marcha da Maconha em Recife, do Coletivo que a organiza e de todo o Movimento em que se insere. A atuação que empreendem nesse processo tem sido fundamental para que o CAPE se mantenha em ação. Na fase de reinvenção da Marcha da Maconha, em que o próprio ato de marchar coletivamente por mudanças demonstra estar se aproximando da noção de “desobediência civil”, a forte influência destas mulheres que afirmam que “A revolução será feminista ou não será!” significa que elas portam uma disposição renovada e capaz de motivar para a ação em contexto adverso em que o jogo cooperativo da performance de reivindicação coletiva está bastante ameaçado.

Por aspectos como estes, as mulheres feministas têm fortalecido o Movimento e se fortalecido cada vez mais no interior deste nascente movimento. A ação articulada de mulheres criou uma ala feminista na Marcha da Maconha de Recife. A colaboração delas com seus pares de outras regiões do país, ao longo do processo de organizar e realizar o ENCAA, deu condições para a formação de uma Rede Nacional de Mulheres Antiproibicionistas. Esta espécie de “RENCAA” feminista tem articulado ações em diversas partes do Brasil e do exterior, planejando e buscando captar recursos para suas atividades por meio de projetos co-financiados por organizações como a Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas e grupos internacionais como a *Open Society Foundation*. A aurora deste movimento antiproibicionista é, portanto, marcada pelo protagonismo de mulheres feministas e, qualquer que seja o resultado da reinvenção da Marcha da Maconha em Recife, o efeito desta onda feminista tende a ser inegável.

Vale ainda destacar que o feminismo que está influenciando o antiproibicionismo não rejeita a presença masculina, parece estar orientado por perspectivas sociopolíticas e teóricas do hemisfério sul¹⁸¹ e mantém identidade com outros movimentos (como aqueles formados por pessoas negras, moradoras de periferias, prostituídas, vitimadas pela prisão etc.). Não parece mais usual a imagem de feministas “machas, feias e mal-amadas” – que marcou os primórdios do movimento feminista no Brasil, segundo Margareth Rago (2001, p. 58). As mulheres feministas que integram o CAPE são majoritariamente jovens e expõem diversos tipos físicos, múltiplas características comportamentais e práticas性uais discutidas por algumas delas sem constrangimentos no interior do Coletivo.

Finalmente, vale dizer que se trata de uma emergência feminista de pessoas jovens identificadas com articulações de mulheres das classes populares e com outros movimentos que reinventam as formas de atuar politicamente. Neste sentido, destaco que as referidas feministas antiproibicionistas se articulam com a Marcha Mundial das Mulheres e com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, coletividades marcadas pela presença de mulheres das classes populares; bem como ressalto sua participação nas Marchas das Vadias¹⁸².

181 Sem rejeitar, no entanto, elaborações potentes de pioneiros que, como Nancy Fraser (1999), apontam a retórica do “público” como uma classificação de consequência prática para a exclusão de problemas das mulheres do rol de interesse e ação do Estado. Em outras palavras, as feministas antiproibicionistas demonstram entender muito bem que o privado e o feminino também podem ser enquadrados como problemas de ordem pública.

182 “A Marcha das vadias é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no campus, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437). Desde então, outras Marchas das Vadias têm surgido em diversos lugares do mundo. Em 2012, o Brasil entrou no mapa destes protestos e, segundo as mesmas referidas autoras (GOMES; SORJ, 2014), o número de cidades a realizar este tipo de marcha no país continua a crescer todos os anos.

O feminismo que emergiu e atravessa o movimento antiproibicionista local está buscando reinventar categorias heteronormatizadas em um passado colonial patriarcal que colocou o gênero masculino em sobreposição ao feminino, ofuscando fórmulas simbólicas do universo da mulher na vida cotidiana. Trata-se de um feminismo experimental, que transita por caminhos diversos, avança sobre os domínios de diferentes fronteiras simbólicas e inverte a heteronormatividade da enunciação dos problemas. Trata-se de um feminismo que une os diferentes gêneros em formas comunicacionais que subvertem a gramática moderna masculinizada e evoca a todos e todas pela via das conjugações e terminações femininas. Trata-se ainda de um feminismo que dá lugar para que nos enunciemos como “bichas” e, relembo que – como disse um integrante do CAPE –, tratar-se de “bicha é mais uma forma de solidariedade com um setor oprimido” (Eduardo Nunes, em depoimento informal ao pesquisador, em 2015) e é também uma forma de exercitar uma outra norma de comunicação gendrada¹⁸³ sobre o feminino.

Porém, se reconhecermos que a escrita gendrada no masculino invisibiliza a dimensão feminina de pessoas envolvidas em textos e ações; não teremos muita dificuldade em reconhecer também que uma genderização feminina vai, do contrário, ofuscar o que há de homens nessa história. E, deste modo, podemos reconhecer que o feminismo que experimentamos ainda não encontrou seu “lugar-entre”, sua forma de reconhecer o que o poeta (Gilberto Gil, em “Superhomem”) diz que é “a porção mulher” que o homem carrega sem, contudo, deixar de ser homem. Assim, o binarismo biologicista ainda está longe de ser superado em meio ao antiproibicionismo, mas é notável a busca de sua superação.

183 “[...] sendo a leitora gendrada marcada pelos seus pertencimentos de gênero, não de sexo” (Nadilza Moreira, In: “O que você entende por leitora gendrada e leitora feminista?”. Disponível em: <<http://mulhereliteratura.blogspot.com.br/2011/08/o-que-voce-entende-por-leitora-gendrada.html>>. Acesso em: 19 de out. 2016). Em outras palavras, a “comunicação gendrada” não é determinada pelo sexo biológico, mas pela identidade de gênero.

Além da comunicação em que viramos “bicha”, a emergência feminista tenta levar a ação antiproibicionista para uma maior identificação com o gênero feminino. Isto incomoda alguns ativistas e, como venho descrevendo desde o final da Parte III, afasta determinados pioneiros e alimenta expectativas de divisão do Movimento que enfoquei ao longo desta pesquisa.

A emergência feminista somada à disposição para a desobediência civil podem contribuir para o isolamento de ativistas antiproibicionistas. Em vez de ação reivindicatória coletiva – que pressupõe um eventual jogo colaborativo com antagonistas –, o que está se desenhando é a produção de uma nova ordem moral alternativa e paralela à ordem instituída. Neste caso, perderemos as possibilidades de diálogo e de incidência sobre a moral que determina as normas legais e sociais instituídas e reconhecidas por amplas parcelas do público a que se dirigem.

CONCLUSÕES

De todas as coisas certas,
a mais certa é a dúvida.

(BRECHT, 1926)

Retirada do drama identitário “Um homem é um homem”, a passagem em epígrafe é parte de uma complexa história em que um personagem tenta se passar por outro e acaba executado. De uma fase de transição do Brecht anárquico para um marxista entusiasmado pelo edifício comunista, a peça pode ter uma análise combinada com a precedente “Casamento burguês” (BRECHT, 1919) – na qual não havia espaço para alternativas. O bem-estar aparente de uma recepção de casamento se perde à medida que as interações entre os convidados avançam e as máscaras caem. O indivíduo se apequena e não sobra nenhum otimismo em relação à burguesia. Ao final daquela festa de casamento de 1919, não restou muito além da vergonha. Já na fase posterior, Brecht havia identificado o “novo mundo” do comunismo que só “acabaria de nascer” quando “matasse” o que lhe antecedia. Enfim, a doutrina marxista em seu modo de teatro didático em que o autor começava a se lançar.

Ambas as peças discorrem sobre situações de dúvida que a maioria dos leitores e espectadores busca impulsivamente resolver: “Como um estivador pode se enredar tão profundamente na aventura quixotesca do personagem de 1926?” ou “Por que estes noivos não precipitaram o fim da celebração de 1919?”. Porém, no mundo da

fantasia, que é o teatro propriamente dito, o futuro cabe inteiramente ao autor. No mundo real, o que quer que isso venha a significar, as coisas não são bem assim. Por mais que alguém se dedique como o personagem brechtiano que afirma:

Falei e ouvi muitas pessoas
Cuidadosamente, eu ouvi muita gente
Havia aqueles que diziam: isso é certo!
Mas, passado um tempo e voltando ao assunto,
Não diziam o mesmo que antes
e de outras coisas diziam: isso é certo!

(BRECHT, 1926, p. 50)

O final da história não cabe a nenhum de seus personagens individualmente; é importante conhecê-los e tentar entender as ações e os contextos em que elas acontecem. A partir daí, é possível, de modo prospectivo, avançar alguma percepção sobre a história, mas o certo mesmo é a dúvida. Este é o mote conclusivo desta pesquisa que não permite apontar certezas acerca do futuro das transações com maconha no Brasil, mas atesta que a ordem moral relativa ao tema vem sendo alterada e, sobretudo, permite afirmar que as performances de reivindicação coletiva que incidem sobre esta mudança também estão em constante mudança.

De modo geral, estas conclusões pretendem sintetizar a longa história de controvérsias sobre maconha no Brasil (conclusão primeira) e, de modo bastante particular, expor o processo de alteração de uma reivindicação coletiva que ocupava o “lugar de maconheiro” e passou ao “corredor dos movimentos sociais” na cidade de Recife entre 2008 e 2016 (conclusão segunda). Este processo de mudança carrega riscos que podem conduzir a um resultado muito diferente do que pretendem os organizadores da Marcha da Maconha (conclusão terceira). Por fim, a pesquisa deu a perceber que a mudança de normas não depende apenas do que se diz sobre um tema, mas também do que se faz e de como

as pessoas se sentem na tentativa de alterar o quadro em que o tema se insere. O processo de mudança progride em relação direta com o avanço da aparência normal para o que se diz e o que se faz em relação a uma situação pretendida ou já realizada em contradição com as normas legais ou sociais. A conjunção entre o que é dito e feito constitui a performance que, neste caso, tem mudado bastante e nos leva a postular a vivência atual de uma reinvenção que aproxima a Marcha da Maconha de Recife de um ato de “desobediência civil” bastante influenciado por perspectivas feministas (conclusão final).

PRIMEIRA: QUATRO OU CINCO SÉCULOS DE HISTÓRIAS DA MACONHA NO BRASIL

Considerando as hipóteses identificadas na literatura analisada, verifica-se que a maconha estaria presente no atual território brasileiro desde o início da colonização por europeus que impuseram a transferência forçada de africanos trazidos para trabalhar como escravos no Novo Mundo. Caso sejam verdadeiras as hipóteses de que estes indivíduos, submetidos a condições desumanas, tenham conseguido trazer consigo e difundir no Brasil a erva que usavam para finalidades recreativas e ritualísticas, a planta se encontra neste território há cerca de cinco séculos. Porém, considerando as fontes documentais que atestam o cultivo de cânhamo para finalidades industriais, verifica-se que a história da difusão da maconha no território brasileiro seria um pouco mais curta e teria se iniciado depois que os jesuítas sistematizaram uma estratégia de ocupação do Novo Mundo.

A despeito destas controvérsias, tentei estabelecer uma breve síntese da história da maconha no Brasil. Tomando como referência alguns marcos da difusão desta planta no território nacional, elaborei o próximo quadro, buscando situar os principais marcos e características que foram referidos na discussão sobre os ciclos de atenção.

Tabela 5: Marcos, períodos e características de difusão da maconha no Brasil

| Marco de difusão | Período | Principais características |
|--|--------------------------------------|--|
| Escravidão negra | Desde o séc. XVI | Uso recreativo e ritualístico por africanos |
| Missões jesuíticas | Principalmente a partir do séc. XVII | Cultivo e beneficiamento para finalidades têxteis |
| Fazendas reais e Feitoria do Linho-Cânhamo | Séc. XVIII | Exploração pela Coroa Portuguesa para fins industriais (principalmente produção de cordas) |
| Difusão da homeopatia | Meados do séc. XIX | Uso medicinal |
| Racismo científico | Virada de séculos XIX-XX | Forte associação à cultura negra e difusão de supostos danos à saúde física e moral, iniciando o problema da maconha no Brasil e difundindo controvérsias sobre o tema |
| Era Vargas | A partir dos anos 1930 | Receita alopativa de remédio jurídico: criminalização das transações com maconha em todo o território nacional (BRASIL, 1932), difunde o problema |
| Regime Militar | A partir de 1964 | Elevação das penas e recrudescimento do aparato repressivo, cujo efeito paradoxal difundiu para a maconha o símbolo de resistência |
| Contemporaneidade | A partir do final de 1970 | <ul style="list-style-type: none"> • Falência do sistema proibitivo-criminalizante: superlotação judicial e carcerária, seletividade punitiva etc. • Difusão de novas drogas • Emergência de estudos sobre potenciais econômicos e terapêuticos • Reivindicações populares |

Fonte: BRANDÃO, 2017

Sobre esta sucinta cronologia, ainda vale destacar que a associação da planta à região Nordeste do país passou a ser difundida sob o marco do racismo científico, muito bem configurado na obra de Rodrigues Dória (1915).

SEGUNDA: DOS MUITOS MACONHISMOS A UM ANTIPROIBICIONISMO

Como demonstra uma vasta literatura sociológica, a consolidação democrática que o país viveu a partir da derrocada do último período de Ditadura, no final dos anos 1970, foi acompanhada da ampliação do espaço para a expressão de diferenças e potencialização de conflitos (SADER, 1988; DOIMO, 1995). Neste contexto de redemocratização e maior participação popular, o território de Pernambuco, reconhecido como principal zona de produção nacional de maconha, é uma região onde as diferentes posições relativas ao tema estão bem sedimentadas. A ascensão de novo governo estadual, em 2007, foi marcada por amplas discussões sobre o futuro da região. A discussão de um plano de segurança pública, intitulado “Pacto pela Vida”, levou o debate sobre maconha para a elite da administração estadual, revelando a importância de uma questão que já havia sido discutida por parlamentares, operadores do Direito e estudiosos, no ano 2000, na Comissão Parlamentar de Inquérito estadual do narcotráfico (ALEPE, 2000; IULIANELLI; FRAGA, 2011). O Pacto pela Vida envolveu neste debate atores tradicionalmente relacionados com a segurança pública, mas também as secretarias de educação, de saúde e de cultura, bem como representantes de associações civis ligadas a essas e outras áreas, como mulheres, negros e jovens, do campo e da cidade. Apesar de não ter gerado nenhum compromisso do governo estadual para a proposição de debates futuros acerca do tema, os encontros de planejamento do “Pacto” revelaram um respeito mútuo que permitia a expressão de controvérsias oriundas de três significativos polos relativos à maconha: um focado na noção de desvio que deve ser extirpado da sociedade; outro apoiado na importância econômica e no direito individual do

cidadão bem informado decidir se deve ou não se envolver com ela e, por fim, um terceiro que enfatiza o potencial terapêutico da planta.

A realização de uma reunião sobre legalização da maconha na sede do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores e de um seminário estadual acerca da “maconha no Brasil”, que ocorreu nas duas universidades federais sediadas em Recife, foram as últimas atividades que caracterizaram uma fase de antecedentes da Marcha da Maconha de Recife que se estendeu até o final do ano 2007.

Em 2008, realizou-se pela primeira vez uma Marcha da Maconha na capital pernambucana. Sem impedimentos judiciais ou policiais, desde aquele ano, esta Marcha vem se repetindo pelo menos uma vez por ano na cidade. Uma das principais características que a pesquisa revelou como capaz de manter esta continuidade foi a disposição de muitos marchadores a desempenhar performances que estivessem de acordo com o ordenamento jurídico e sua consequente negativa de assumir, junto às autoridades estaduais, responsabilidades que não poderiam cumprir, como a de impedir que pessoas fumem maconha. Assim, os marchadores lidaram com uma performance verossímil de manifestação de opinião em acordo com o ordenamento jurídico local e nacional. Isto contribuiu para a fusão de uma parte dos sujeitos que se agregaram às Marchas da Maconha inicialmente na posição de espectadores, mas assumiram papéis mais relevantes para a realização da performance. Alguns destes que se transportaram à condição de *performers*, oscilam entre os polos de espectador e *performer* da Marcha da Maconha, desenvolvendo trajetórias iô-iô. Eventualmente, rompem-se os fios que os prendem e alguns ficam em condição mais permanente de *performer* desta Marcha. Esta ruptura, que gera a fusão do público, possibilita a renovação de lideranças e, consequentemente, favorece a vitalidade do Movimento Marcha da Maconha em Recife.

A fase denominada “ameaças”, que se estendeu entre 2008 e 2011, impeliu os primeiros protagonistas desta história a se relacionarem com seus principais antagonistas na perspectiva de encontrar pontos comuns que assegurassem um enquadramento da Marcha da Maconha na condição de legitimidade organizada, lícita e pacífica. Assim,

as performances individuais dos protagonistas se adaptaram às situações de contestação em que foram envolvidos, mas a habilidade retórica e a verossimilhança de seus atos lhes possibilitou desenvolver níveis significativos de confiança entre antagonistas sem, contudo, comprometer a causa pela qual se mobilizavam.

Finalizadas as ameaças, a partir de 2012, novos sujeitos se destacaram na organização destas performances de reivindicação coletiva e agregaram algumas atividades durante a nova fase aqui denominada de “confirmação”, de 2012 a 2015. O Coletivo que organizava a Marcha da Maconha passou a realizar um seminário anual sobre questões relevantes para as políticas de drogas, bem como atividades pontuais e discussões a partir de obras audiovisuais em diversas comunidades da região. Esta atuação diversificada atraiu o interesse de agentes atuantes em outras regiões, contribuindo para que os novos protagonistas dessa história reformassem sua própria identidade coletiva e ampliassem seu raio de atuação geográfica e temática; assim, o que era Coletivo Marcha da Maconha de Recife se tornou Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (CAPE) e a causa que mobiliza seus participantes deixou de ser apenas a maconha e se aproximou da reivindicação pela abolição de penas e consequente regulação estatal das transações com todas as substâncias que possam ser consideradas drogas.

Neste contexto de reforma do movimento local, o CAPE tem tentado influenciar um debate que vai além de Pernambuco e da maconha, inaugurando uma nova fase aqui chamada de “reinvenção”, que se inicia no ano de 2016 e pode ser representada na simples frase exposta em uma grande faixa durante a edição de sua passeata deste ano: “A Marcha da Maconha é maior que a maconha”. Em meio à reinvenção, antiproibicionistas de diversas partes do país convergiram na iniciativa de promover um encontro nacional que foi majoritariamente assegurado pelo empenho e disponibilidade de ativistas do CAPE em organizar e realizar o que veio a ser o I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (I ENCAA), ocorrido em Recife, de 24 a 26 de junho de 2016, com a participação de mais de 400 ativistas provenientes de 19 estados do Brasil.

Esta história da Marcha da Maconha em Recife mostra ainda que os sujeitos que se envolvem com sua organização mudam bastante: inicialmente eram jovens militantes de partidos de esquerda que se destacavam ao lado de um jornalista; em seguida, jovens apartidários com tendências políticas anarquistas disputaram as principais diretrizes deste processo; até que, por fim, emergiram novas lideranças que se dispuseram a romper com a lógica legalista que atravessara toda a história pregressa desta Marcha e passaram a propor atos de desobediência civil, como os representados pelo fumo coletivo de maconha em plena Avenida Conde da Boa Vista durante a Marcha de 2016.

A renovação de lideranças e a consequente reinvenção da Marcha da Maconha de Recife está ocorrendo em um período de graves alterações nos rumos da nação; a crise econômica e política se alastrou, levando setores conservadores da sociedade brasileira a postular o *impeachment* da Presidenta da República e a levar ao comando da nação um sujeito que responde a inúmeras acusações de improbidade e que não goza da legitimidade popular assegurada pelo voto direto dos eleitores nacionais. Em paralelo, avança a pintura de um quadro de ameaças às liberdades individuais e a muitos direitos conquistados a duras penas passadas. Neste contexto, como disse um novo líder da Marcha da Maconha: “só nos resta desobedecer” (entrevista Fernando Ribamar, 03/09/2016).

Assim, a referida Marcha vai migrando de uma identidade “ordeira, pacífica e legal” para outra que se aproxima da “desobediência civil”. O convite dos organizadores da passeata para que todos os marchadores acendessem suas velas não teve muita semelhança em 2015 e 2016. Na primeira vez que se fez este convite, ele representou um simbólico gesto de reverência àqueles que tombaram vítimas da guerra às drogas; ali, os marchadores acenderam velas de parafina previamente adquiridas pelos organizadores para que fossem dispostas em torno do monumento “Tortura Nunca Mais”, enquanto militantes da luta antimanicomial liam um voto de desprezo às políticas de “guerra às drogas, aos pobres e aos loucos”. Em 2016, o mesmo convite (“acendam suas velas em memória às vítimas dessa guerra”) não foi acompanhado

de nenhum minuto de silêncio, nenhum gesto solene, nenhuma distribuição de velas de parafina, mas atendido pela multidão que sacou seus “baseados” e “carburou” ali mesmo, em pleno cruzamento da Av. Conde da Boa Vista com a Rua da Aurora, atrapalhando o trânsito e – um pouco antes – de seguir na contramão.

Talvez esta nova performance não tivesse se tornado possível se a Marcha não vivesse anteriormente sua fase “ordeira, pacífica e legal”. Talvez ainda fosse diferente, caso a ordem institucional não fosse vista como ameaçada naquele momento em que a Presidenta da República estava às vésperas de ser destituída do cargo para o qual fora eleita, mas o fato é que, neste longo processo de mudanças, a Marcha da Maconha realmente passou a ser maior que a maconha e passaram a caber nessa manifestação não apenas as reivindicações de abolição de penas e mudança de normas relativas a drogas, como também diversas outras demandas de movimentos populares, desde homossexuais, prostitutas, população de rua até doentes em fase terminal, passando ainda pelo movimento estudantil e pelos partidos políticos. Assim, pode-se compreender que o Movimento Marcha da Maconha esteja saindo de seu “lugar de maconheiro” para o “corredor dos movimentos” sociais. A mudança está em curso não apenas em Recife e Pernambuco. A adesão de ativistas de diversas partes do Brasil ao ENCAA, em 2016, demonstra que organizadores de Marchas da Maconha nos mais diversos rincões do país corroboram a ideia de que esta Marcha se tornou maior que a maconha.

Como um exercício de síntese da mudança em Pernambuco, estabeleci alguns marcos que ajudam a compreender a sucessão de diversos maconhismos e a emergência do movimento antiproibicionista após alguns anos de atuação do “maconhismo legalista” na região.

Tabela 6: Dos muitos maconhismos ao antiproibicionismo em Pernambuco

| Denominação | Surgimento | Referências |
|------------------------|--|--|
| Maconhismo popular | indeterminado | O consumo de maconha é referido, por exemplo, em Freyre (1933, 1937, 1960 e 1963) como prática imemorial corrente entre classes populares do Nordeste ao longo do século XIX. |
| Maconhismo científico | A partir dos anos 1930 | Gilberto Freyre (1933) descreve sua experiência de uso para entender os efeitos da droga. Lucena (1934 e 1935) descreve o método de investigação que empregou para estudar efeitos da maconha. A base do método era a observação direta e a própria experiência de consumo. |
| Maconhismo reprimido | A partir dos anos 1940 | Apesar da proibição nos anos 1930 em todo o país (BRASIL, 1932), apenas na década seguinte se intensificou a repressão, na sequência da constatação de controle insuficiente relatada por Farias (1943). |
| Maconhismo bandeiroso | A partir dos anos 1970 | O estilo das pessoas que usavam maconha passou a constituir um modo de vida, descrito por Cavalcanti (1998) como “maconhismo bandeiroso”. Este estilo perdura em alguns indivíduos e grupos, animando a troça carnavalesca “Segura a Coisa”, por exemplo. |
| Maconhismo terapêutico | Fase I – séc. XIX Fase atual – desde 1970 | O surgimento e a primeira era da homeopatia no Brasil foi marcada pelo uso terapêutico de maconha. Avanços recentes nas ciências da saúde humana ratificam o que homeopatas difundiam muito antes, bem como apontam novos potenciais terapêuticos da planta. |

| Denominação | Surgimento | Referências |
|----------------------|-------------------|--|
| Maconhismo legalista | A partir de 2007 | As discussões sobre mudança legislativa acontecem na região, pelo menos, desde 2007. Fortemente marcadas pela Marcha da Maconha (iniciada em Recife no ano 2008), essas discussões mantiveram uma fachada de respeito a todo o ordenamento jurídico-institucional em que se inseriam. |
| Maconhismo eleitoral | A partir de 2008 | Apesar de nem todos os ativistas da Marcha da Maconha de Recife terem usado a pauta da “legalização da maconha” em campanhas eleitorais, lideranças locais do PSOL que se envolvem nessas reivindicações têm levado a questão para os programas eleitorais desde 2008. |
| Antiproibicionismo | A partir de 2016 | Poucos anos após o fim do questionamento ao direito de propor alterações às normas relativas ao tema (STF, 2011), instaurou-se uma crise política nacional que fez com que alguns protagonistas da organização da Marcha da Maconha em Recife adotassem a “desobediência civil” como <i>slogan</i> e buscassem fortalecer a associação do MMM com ativistas e movimentos sociais que operam nas fronteiras da legalidade. Assim, o ano de 2016 parece consolidar uma reforma que estava em curso desde a mudança para o “corredor dos movimentos”, demonstrando uma grande ampliação das reivindicações e, sobretudo, mais identidade com outros movimentos sociais. |

Fonte: BRANDÃO, 2017

TERCEIRA: MUDANÇAS E RISCOS

Aproximando do final deste relato de pesquisa, é possível afirmar que as transações com maconha na região enfocada têm uma longa história de moralização, na qual alguns antecedentes e os primeiros organizadores da Marcha da Maconha chegaram a reforçar estigmas e contribuir para a consolidação de uma moral excludente. Porém, o progresso da associação do consumo de maconha com uma identidade socialmente “normal” deu condições para que os marchadores alterassem sua performance, mudando-lhe os símbolos e reconhecendo uma nova moral que inclui algumas transações com maconha e muitos de seus consumidores como parte do enquadramento normal na região. Assim, pode-se dizer que a planta, seu consumo e muitos de seus consumidores foram inseridos ou reinseridos no quadro moral da sociedade local, mas ainda se encontram à margem do quadro da lei nacional. Outras transações, como produção, beneficiamento e comércio continuam distantes da aparência normal.

Além disso, em Recife, o recente deslocamento da Marcha da Maconha do “lugar de maconheiro” para o “corredor dos movimentos” atesta uma identificação maior de seus organizadores com outras causas e o compartilhamento de responsabilidades com outros coletivos de ativistas sociais.

Contudo, as mudanças são acompanhadas de muitos riscos. Há um risco genérico de enquadrar na legislação nacional apenas uma transação (o consumo) com uma única droga (a maconha), subestimando o potencial de outras transações e reforçando-lhes o estigma e a criminalização. Há o perigo de contribuir para a reforma da propriedade do problema da maconha e sua reinserção no domínio de uma medicina que, progressivamente, tem setores voltando a demandar monopólio profissional sobre a prescrição de transações com esta planta e seus derivados. Por outro lado, há também uma ameaça de centralização dos benefícios econômicos em grandes grupos industriais interessados na produção, beneficiamento e distribuição de derivados da planta. E ainda há no interior do Movimento Marcha da Maconha

uma disputa pelos sentidos da reivindicação coletiva que lhe dá nome: segmentos pioneiros deste Movimento se opõem à ampliação da causa e reivindicam um retorno às origens exclusivamente maconhistas, enquanto alas inovadoras proclamam sua maior identificação com uma pauta de direitos humanos que se alastram sobre as transações com qualquer substância, afirmando que a Marcha da Maconha se tornou maior que a maconha e ratificando a identidade desta manifestação com a causa feminista.

O que está por vir nesta performance de reivindicação coletiva é, obviamente, incógnito, mas está instaurado na arena nacional da maconha um tensionamento entre concepções médicas, interesses capitalistas e direitos individuais. No quadro restrito da Marcha da Maconha em Recife, o que se constata é uma contraposição de interesses: de um lado, há tendências de ampliação das demandas desta Marcha e sua consequente identificação com outros movimentos sociais; no outro extremo, destaca-se o interesse de parte dos ativistas em fazer este movimento voltar ao “lugar de maconheiro” e se restringir novamente a questões especificamente relativas à maconha.

FINAL

A metáfora teatral, que remonta a Shakespeare e à Antiguidade Clássica, mas é notadamente tematizada em sociologia por Goffman, teve uma importância central nesta pesquisa porque embasou o reconhecimento de que no teatro e na vida cotidiana atores diversos transitam em papéis distintos que se estendem da audiência ao protagonismo, passando também pela crítica. Empreguei esta metáfora porque ela me parece corresponder ao modelo de arena que na sociologia da ação coletiva foi sistematizado por Cefaï (1996), mas vem sendo tematizado desde os anos 1960 na abordagem de reivindicações de mudanças por sociólogos formados em Chicago [como Gusfield (1963)] e por brasileiros contemporâneos, como os que se reuniram na publicação organizada por Cefaï et al. (2011). Vale lembrar que no teatro também se representam lutas.

Contudo, a atuação em teatro é reservada a profissionais que trabalham com representação. O papel do público no mundo do teatro também é muito limitado. Devido a estas duas questões (profissionalização do ator e limitação do papel do público teatral), escolhi um desdobramento dessa metáfora, apresentado em termos de “estudos da performance”. Este desdobramento é um dos muitos caminhos que se abrem a partir das veredas do teatro e ele foi empregado para embasar a atenção, descrição e análise que dediquei ao Movimento Marcha da Maconha e suas atividades em Recife. O que se apresenta em performance é reconhecidamente diferente a cada repetição do ato performático. Além disso, o público tem papel decisivo para o desenvolvimento de qualquer performance coletiva.

Assim, neste texto, tentei descrever e analisar a performance realizada na arena que estou chamando “da maconha”. Trata-se de uma performance visando a convencer¹⁸⁴ que a solução performada por antiproibicionistas é melhor que outras no que tange ao problema da maconha. O sucesso desta performance depende não somente do que é dito e feito em seu nome, mas também das emoções que ela provoca na busca do convencimento. Por isto, a apresentação de pessoas doentes na arena da maconha aparece como um valor importante para as Marchas enfocadas: é emocionante ver e ouvir falas e gestos de quem ganhou novos potenciais de vida a partir do tratamento com produtos derivados de maconha. Isto é capaz de afetar atores, espectadores, “espect-atores” e ainda quem não está diretamente envolvido com a performance, mas é informado sobre ela pela mediação de terceiros.

As mudanças observadas em pessoas que não acompanham a Marcha da Maconha demonstram a emergência de uma nova moral da história e uma relativa “reversão do estigma” associado a esta planta e seus usuários, mas – além disso – também foi possível perceber muitas mudanças entre os próprios marchadores e organizadores das performances enfocadas. Tratam-se de mudanças de diversos tipos. Por um lado, houve alteração e reversibilidade de responsáveis pelo processo

184 Ressalto a diferença que reportei entre “convencer” e “persuadir” com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2009 [1958]).

– o que caracteriza a trajetória iô-iô destes ativistas. Por outro lado, notei mudanças substanciais que apontam a ampliação da causa para um terreno bem mais vasto que o da maconha. Observada em período mais recente, a ampliação da causa para o terreno antiproibicionista ainda não tem elementos suficientes para identificar o que é eficaz para a produção da mudança social. Portanto, as principais mudanças que ultrapassam marchadores e organizadores e foram tematizadas ao longo deste texto são aquelas que dizem respeito à maconha que deu origem ao movimento analisado e à pesquisa em tela.

Abordando a Marcha da Maconha de Recife sob esta perspectiva da performance de reivindicação coletiva de mudanças sobre um problema público, espero ter conseguido demonstrar que por melhor que fossem os argumentos mobilizados pelos sujeitos que organizam, realizam e defendem a Marcha da Maconha em Recife, o que dizemos não é suficiente para explicar a vitalidade e continuidade ininterrupta desta manifestação desde seu surgimento na cidade, em 2008. É preciso unir o dito com o feito para poder comunicar e, sobretudo, para gerar alguma possibilidade de convencimento. Dessa união, podem nascer vários produtos: um livro, por exemplo, resulta tanto de um saber dizer quanto de um saber fazer. No caso específico, a união do dito e feito produziu uma performance de reivindicação coletiva que teve seu sucesso assegurado pela verossimilhança dos atos e discursos performados. Isto ampliou a capacidade de difusão dos *performers* e fusão do público da Marcha da Maconha de Recife, contribuindo para sua continuidade ininterrupta.

A difusão dos *performers* protagonistas desta Marcha incluiu eventuais colaborações com seus principais antagonistas, gerando uma fachada performática legal, pacífica e ordeira que foi manejada de modo verossímil. Em uma fase de “ameaças”, esta fachada favoreceu a fusão de espectadores, permitiu manter algum nível de respeito e confiança entre antagonistas, mas também deu lugar a contendas no interior do Movimento Marcha da Maconha. Tais contendas se resolveram parcialmente com o afastamento de alguns protagonistas e a emergência de novos responsáveis pela organização da performance em um contexto

em que ela estava fortalecida pela vitória do MMM na cúpula judiciária (STF, 2011). Após a decisão do STF em favor do direito de manifestação dos marchadores da maconha, a continuidade da manifestação em nível local se diversificou e teve sua pauta progressivamente ampliada em uma época de crise política no país – o que leva alguns ativistas a se aproximar da noção de “desobediência civil” e inaugura um novo modo de empreender a performance na cidade. Esta nova fase, aqui denominada de “reinvenção” é o momento que está sendo atualmente vivido no contexto dos movimentos pela reforma das normas relativas a drogas no país. Na reta final desta pesquisa, em 2016, a realização do I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas demonstrou que o Movimento Marcha da Maconha vivencia uma fase de ampliação que o leva da maconha para o antiproibicionismo, passando por um caminho de desobediência em que há bastante destaque para uma perspectiva feminista de comunicação e ação.

Há ainda muitos riscos e incertezas para o movimento que foi maconhista e se tornou antiproibicionista. Pesa sobre ele, uma história de fachadas bem manejadas por organizadores, marchadores e, eventualmente, alguns de seus antagonistas; mas a diversidade dos interesses e significados atualmente envolvidos pode levar à ruptura do aparente bem-estar que reina entre marchadores de alas tão distintas quanto as que têm se organizado em Recife nos últimos anos.

Isto posto, parece-me apropriado concluir com a afirmação de que o quadro de ação da Marcha da Maconha foi ampliado, alastrando-se por muitas outras substâncias e práticas atualmente proscritas. Porém, este quadro é progressivamente emoldurado por uma noção de desobediência civil que responde a interesses de muitos ativistas, mas também reflete alterações do quadro nacional que afastam da noção de normalidade qualquer ação coletiva em espaço público com objetivo de promover mudanças sociais. Em outras palavras: a Marcha da Maconha se tornou maior que a maconha e a reivindicação coletiva está se aproximando de um quadro de desobediência civil no Brasil contemporâneo. Neste quadro, a presença de mulheres feministas influencia bastante o desenvolvimento ainda nascente do movimento

antiproibicionista. Apesar da influência feminista contribuir para a associação de antiproibicionistas com outros movimentos sociais, ela aponta uma reversão da invisibilização de gênero, ofuscando em certa medida a participação de homens nessa história.

Por tudo isso, a desobediência e o feminismo que impactam a reinvenção da Marcha da Maconha podem aproximar seus agentes de uma noção de resistência em que o diálogo e a eventual colaboração com antagonistas não são mais reconhecidos como possíveis e, portanto, há um risco de isolamento em uma cultura alternativa e paralela à ordem instituída que aponta níveis crescentes de intolerância às reivindicações de mudança. Caso se concretize essa ideia, serão bastante reduzidas as possibilidades instituintes de incidência do Movimento sobre a moral que determina as normas legais e sociais.

REFERÊNCIAS

As notícias veiculadas por órgãos de imprensa (tanto grandes empresas de comunicação quanto sites e blogs alternativos) estão referenciadas ao longo do texto, em notas de rodapé. As músicas, charges e imagens citadas também foram referenciadas à medida que foram mencionadas.

Assim, apresento a seguir as demais referências bibliográficas e audiovisuais que empreguei ao longo da pesquisa e citei nesta Tese. Estas referências foram divididas em quatro categorias que separam documentos de Estado, documentos supranacionais, recursos audiovisuais e a bibliografia geral que se espalha por diferentes campos de conhecimento, mas – sem surpresa – concentra-se em ciências humanas e sociais.

Bibliografia geral

ABBOTT, Andrew. *The system of Professions – an essay on the division of expert labor*. Chicago: Chicago University Press. 1988.

_____. Écologies liées: à propos du système des professions. In: MENGER, Pierre-Michel (dir.). *Les Professions et leurs sociologies – modèles théoriques, catégorisations, évolutions*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2003. p. 29-50

ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria. Museu da Psiquiatria Brasileira:grandes nomes. José Lucena. s/d. Disponível em: <http://www.museudapsiquiatria.org.br/grandes_nomes/exibir/?id=3>. Acesso em: 21 de abr. 2013.

ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro [publicado originalmente em Gazeta de Notícias do Rio, 21, 22 e 23 de Novembro de 1882]. In: Ensaios e Estudos (Crítica e História). Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguet, 1931. p. 193-218

ADIALA, Júlio César. Drogas, medicina e civilização na primeira República. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2011.

AGIER, Michel. La ville, la rue et le commencement de la politique. Le monde rêvé de Chloé. In: Multitudes, 2004/3, n. 17, p. 139-146

ALBUQUERQUE, Martinho de Sousa e. Carta a Martinho de Melo e Castro, ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos. Pará, 23/03/1784. Coleção Negócios de Portugal, conjunto documental Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Códice 99, volume 5 (Arquivo Nacional).

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-89

_____. *Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy*. In: ALEXANDER, J., GIESEN, B., MAST, J. L. (ed.). *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 29-90

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios de policiais brasileiros no ano de 1997. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ANDERSON, Elizabeth. *Dewey's Moral Philosophy*. In: ZALTA, N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2014 Edition) [online]. Disponível em:<<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/dewey-moral/>>. Acesso em: 12 de out. 2016.

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. [1963]

AUSTIN, John L. *How to do things with words – The William James Lectures delivered at Harvard University*. London: Oxford University Press, 1962.

BARBOSA, Oscar. O vício da diamba. In: BRASIL, 1958. [original 1928] p. 29-44

BARBOSA, Antônio Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1998.

BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. Chuva de Papéis – Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BATESON, Gregory. *Steeps to an ecology of mind. Collected essays in Anthropology, Psychiatry, evolution, and epistemology.* Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BATISTA, Nilo. A penalização do prazer. In: SABINA, 1985. p. 107-117

BECKER, Howard S. *Outsiders. Studies in the sociology of deviance.* New York, The Free Press of Glencoe, 1963. [citado a partir de ed. francesa: *Outsiders.* Paris: Métailié, 1985]

_____. *Art worlds.* Bekerley, Los Angeles: University of California Press, 1982.

_____. *History, culture and subjective experience. An exploration of the social bases of drug induced experiences.* In: _____ et al. (eds.). *Institutions and the person.* Chicago: Aldine, 1968. p. 272-292

_____. Conferência: A Escola de Chicago. In: Mana, n.2, v.2, 1996. p. 177-188

_____. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. [1998]

BENET, S. *Early diffusion and folk uses of hemp.* In: RUBIN, V. *Cannabis and culture.* The Hague, Paris: Mouton Publishers, 1975.

BENTO, Cláudio Moreira. Real Feitoria do Linhocâhamo do Rincão do Canguçu, 1783-89. Canguçu: Prefeitura Municipal. 1992.

BIGGS, Michael. *Size Matters: The Problems with Counting Protest Events.* Sociology Working Papers Paper Number 2015-05. Oxford: University of Oxford, Department of Sociology, 2015.

BLANCHET, A., GOTMAN, A. *L'enquête et ses méthodes: l'entretien*. Paris: Armand Colin, 2010 (2e. ed.).

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism – Perspective and Method*. Bekerley: Prentice-Hall, 1969.

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 2^a edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOITEUX, Luciana. *Drugs and prisons: the repression of drugs and the increase of the brazilian penitentiary population*. In: METAAL, P., YOUNGERS, C. *Systems Overload - Drug laws and prisons in Latin America*. Amsterdam/Washington: Transnational Institute / Washington Office Latin America, 2011. p. 30-38

_____, PÁDUA, João Pedro. A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de Janeiro: Coletivo de Estudos Drogas e Direito (CEDD), 2013. Disponível em: <<http://drogasyderecho.org/assets/proportionalidad-brasil.pdf>>. Acesso em: 07 de abr. 2014.

BONFITTO, Matteo. Entre o ator e o performer: alteridades, presenças, ambivalências. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2013.

BONEMY, Helena. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BORGES, Antonádia et al. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. In: Sociedade e Estado, vol. 30, n. 2, maio-agosto 2015. p. 347-369

BORRECA, A. *Political dramaturgy: a dramaturgy's (re)view*. In: The Drama Review, 37, 1, Summer, 1993.

BOTELHO, Adauto, PERNAMBUCO FILHO, Pedro. Vicios Sociaes Elegantes: cocaína, ether, diamba, opio e seus derivados, etc. Estudo clinico, medico-legal e prophylatico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

BOURDIEU, Pierre. *La mort du sociologue Erving Goffman. Le découvreur de l'infiniment petit*. In: Le Monde, 04 de dezembro de 1982.

_____. *Ce que parler veut dire. Économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982b.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. *La “politique de jeunesse” sous le signe de la participation populaire dans le Pernambouc, Brésil*. Paris: EHESS. Mémoire de Master 2, mention Sociologie Générale (Dir.: D. Cefäï), 2011.

_____. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. In: 28^a Reunião Brasileira de Antropologia – GT 60: Psicoativos: Lei, normas, rituais, usos do corpo, performances, movimentos sociais e etnicidade. São Paulo: ABA, 2012.

_____. A “reversão do estigma” na Marcha da Maconha em Recife. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia – GT 16: Movimentos Sociais na Atualidade. Salvador: SBS, 2013.

_____. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 7, N. 4, 2014. p. 703-740.

_____. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. In: Revista da Biologia, vol. 13(1). São Paulo: USP, 2014. p. 1-10.

_____. Medo, fetiche e espetacularização na política de juventude em Pernambuco. In: Estudos de Sociologia, v. 1, n. 22, 2016. p. 145-182

BRECHT, Bertolt. *A respectable wedding*. London: Methuen Ltd, 1978. [1919]

_____. *Man equals man*. [Translate by Gerhard Nellhaus and Bertolt Brecht]. N/I. [Também citado a partir da versão francesa *Homme pour homme*. Paris: L'Arche, 1955] [1926]

_____. Poemas 1913-1956. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. In: Política & Sociedade, Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011. p. 51-73

BRITISH MEDICAL ASSOCIATION. *Therapeutic uses of cannabis*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1998.

BURKE, Kenneth. *Performance and Change*. In: _____. *Attitudes Toward History*, vol. 1., 1935. p. 95-207.

BURTON, Richard F. *Exploration of the Highlands of the Brazil*. 2 volumes. London: Tinsley Brothers, 1869.

BUTLER, Judith. *Performative Acts and Gender Constitution: an essay in phenomenology and feminist theory*. In: *Theatre Journal*, Vol. 40, No. 4 (Dec., 1988). p. 519-531

CADENA, Paulo Henrique Fontes. Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2011.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. Meio século de combate, diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981.

CARBALLO, Francisco et al. *Performing Cultural Sociology: a conversation with Jeffrey Alexander*. In: *European Journal of Social Theory*, 11(4), 2008. p. 523-542

CARLINI, Elisaldo. A história da maconha no Brasil. In: _____. Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina. São Paulo: CEBRID. p. 4-13. 2005.

_____. Pesquisas com a maconha no Brasil. In: *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.32(I), 2010. p. 3-4

CARNEIRO, Henrique Soares. Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Uma breve história dos estudos sobre a maconha no Brasil. In: *Estudos Universitários*, vol. 28, n. 9. Recife: UFPE, 2011. p. 79-91

_____. A militância antiproibicionista no Brasil. In: *Movimento – crítica, teoria e ação*. Ano 1, vol. 1, n. 1. Porto Alegre, 2016. p. 129-135

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 2 vol.

CAVALCANTI, Bruno César. Danças e bandeiras: um estudo do maçonismo popular no nordeste do Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de. Drama, ritual e performance em Victor Turner. In: Sociologia & Antropologia, vol. 3, n. 6, Julho-dezembro de 2013. p. 411-440

CEBRID, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Boletim CEBRID, n. 52, Abril, Maio, Junho 2004.

_____. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país 2005. E. A. Carlini (supervisão)[et. al.]. São Paulo: CEBRID/UNIFESP, 2006.

CEFAÏ, Daniel. *La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques*. In: Réseaux, 14, 75, 1996. p. 43-66

_____. *Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste*. In: _____. JOSEPH, I. (dir.). *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-81

_____. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.

_____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: Dilemas, v.2(4), 2009, p. 11-48.

_____. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. In: Lua Nova, n.79, 2010, p.71-110.

_____. *Codifier l'engagement ethnographique?* In: _____. (dir.). *L'engagement ethnographique*. Paris: Ed. EHESS, . p. 493-512

_____. *Mondes sociaux*. In: SociologieS. Dossiê: *Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations*. [online]. 2015. Disponível em: <<http://sociologies.revues.org/4921>>. Acesso em: 08 de jun. 2016.

_____ et al. (orgs.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011.

_____, TERZI, Cédric (dir.). *L'expérience des problèmes publics*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2012.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP n° 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.

CHAVES, Cristine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra.: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COC [Casa de Oswaldo Cruz] / FIOCRUZ. Instituto Homeopático do Brasil (1843). In: Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, s/d. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/insthombr.htm#historico>>. Acesso em: 27 de jan. 2013.

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1891-1940)*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

_____. *Crowds without a master: a transnational approach between past and present*. In: FocaalBlog, November 2014.

_____. Por que chamar o século vinte de “século dos chefes”? In: Sociologia e Antropologia, v. 05, n. 03, setembro-dezembro 2015. p. 963-981

COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações campesinas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CORRÊA, Manuel Pio. Fibras texteis e cellulose. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Imprensa Nacional, 1919.

_____. Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926.

COSTA, Álvaro Mayrink da. Da necessidade de reformar as leis. In: SABINA, 1985. p. 95-105

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. São Paulo: Modus Faciendi e Fundação Odebrecht, 1996.

D'ARAÚJO, Gervásio. Homens e ratos. In: SABINA, 1985. p. 33-38

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccione. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DELMANTO, Júlio. Camaradas caretas. Drogas e esquerda no Brasil após 1961. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2013.

DEWEY, John. *Democracy and Education*. The Middle Works, vol. 2. SIU Press, 1916 [1976].

_____. *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt and Co., 1927. [citado a partir de edição francesa: *Le public et ses problèmes*. Paris: Gallimard (collection Folio Essais), 2010.]

_____. *Trois facteurs indépendants en matière de morale*. In: *Bulletin de la société française de philosophie*, 30. 1930. p. 118-27

_____. *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris: PUF, 1993. [1938]

_____. *My Philosophy of Law*. In: Julius Rosenthal Law Foundation (ed.). *Credos of Sixteen American Scholars*. Boston: Boston Law Books, 1941. p. 73-85

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, vol. VIII (suplemento), 2001. p.823-838

DÓRIA, José Rodrigues da Costa. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. Trabalho apresentado no II Pan American Scientific Congress, Washington, 27 dez. 1915. [Reimpresso: Brasil, 1958, p. 1-14]

DOWNS, Anthony. *Up and Down with Ecology – the 'Issue-Attention Cycle'*. In: The Public Interest, v.28, 1972. p. 38-50

ELIAS, Norbert. *Mozart: portrait of a genius*. Berkeley: University of California, 1993.

ESCOBAR, José C. Arturo, PERRELLI, Jaqueline Galdino A., FRAZÃO, Iracema da Silva, UCHÔA, Roberta (org.). Saberes e práticas profissionais: a experiência do Centro Regional de Referência sobre Drogas de Pernambuco. Recife: Editora UFPE, 2015.

ESCOHOTADO, Antonio. Historia general de las drogas. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

FARIAS, Roberval Cordeiro de. Relatório apresentado aos senhores membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. Salvador: CNFE, 1943. [Reimpresso: Brasil, 1958, p. 105-113]

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: Cadernos de Campo, n. 13, 2005. [1990]

FIALHO, Vânia et alli. Espaços compartilhados e práticas vividas: cartografia social e espaços de mobilização no bairro de Santo Amaro – Recife/PE. In: Iluminuras, v. 16, n. 37, jan/jun. 2015. p. 212-241

FIORE, Maurício, VELHO, Gilberto. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política – entrevista concedida por Gilberto Velho a Maurício Fiore. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (orgs.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: UDUFBA, 2008. p. 123-139

FONSECA, Guido. O submundo dos tóxicos em São Paulo: séculos XVIII, XIX e XX. São Paulo: Resenha Tributária, 1994.

FORTES, Luís Roberto Salinas. Retrato calado. São Paulo: Cosac Naify, 2012. [1988]

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. História da maconha no Brasil. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo, OLIVEIRA, Euclides Benedito. Das penas na legislação antitóxicos: sugestões para o aperfeiçoamento do sistema. In: Revista de Informação Legislativa, v. 12, n. 45, jan./mar. 1975. p. 3-34

FRASER, Nancy. *Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente*. In: Revista Ecuador Debate, n. 46, 1999.

FREIDSON, Eliot. *Professional Powers*. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1986.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. 48^a ed. São Paulo: Global Editora, 2003. [1933]

_____. Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Universitária, 1960.

_____. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GABEIRA, F. A maconha. São Paulo: Publifolha, 2000.

GAMSON, William. *Goffman's Legacy to Political Sociology*. In: Theory and Society, 14, 5, 1985. p. 605-622

GASTALDO, Édison (org.). Erving Goffman, desbravador do cotidiano. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, n. 68, outubro/2008 [Dossiê Goffman]. p. 149-153

GINZBURG, Carlo. *The cheese and the worms: the cosmos of a sixteenth-century miller*. Maryland: Routledge, 1980.

GLEDHILL, Sabrina. Manuel Querino: um pioneiro no combate ao racismo científico (atualizado em 10/05/2008). Comunicação pessoal. 2008. Disponível em: <<http://mrquerino.blogspot.fr/>>. Acesso em: 18 de fev. 2013.

GOMES, Carla, SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. In: Revista Sociedade e Estado - Volume 29, Número 2, Maio/Agosto 2014. p. 433-447

GOFFMAN, Erving. *Symbols of Class Status*. In: British Journal of Sociology, 2, 1951. p. 294-304.

_____. *The presentation of self in everyday life*. Anchor Books, 1959.

_____. *Asylums - Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Anchor Books, 1961.

_____. *Behavior in public places: notes on social organization of gatherings*. New York: The Free Press, 1963.

_____. *Relations in public: microstudies of the public order*. New York: Basic Books, 1971. [Também citado a partir da versão francesa *La mise en scène de la vie quotidienne. Les relations en public*. Paris: Les éditions de Minuit, 1973.]

_____. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974 [citado a partir de edição brasileira: Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012] [Também citado a partir da versão francesa *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les éditions de Minuit, 1991.]

_____. *Forms of talk*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2008.

GOLD, Raymond. *Jeux de rôles sur le terrain: observation et participation dans l'enquête sociologique*. In: CEFAÏ, D. (dir.). *Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte (Coll. Recherches, série Bibliothèque du M.A.U.S.S.), 2003. [1958]

GONÇALVES, Cristhovão Fonseca. Na Central da Capital: entre drogas e o Pacto - etnografando a criminalização das drogas e a cultura policial na sinfonia do Pacto pela Vida no Grande Recife. Dissertação (Mestrado em Direito). Recife: UNICAP, 2016.

GOODE, E. *Drugs in american society*. New York: MacGraw-Hill, 1993.

GROSS, N. *Pragmatism, Phenomenology, and Twentieth-Century American Sociology*. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Sociology in America – A History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

GROtenhermen, Franjo. *Cannabis en Médecine* [trad. *Hanf als Medizin*]. Sélestat: Éditions Indica, 2009. [2004]

GUSFIELD, Joseph R. *Symbolic crusade. Status politics and the American Temperance Movement*. University of Illinois Press, 1963.

_____. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago and London: The University of Chicago Press. 1981.

_____. *Performing Action: Artistry In Human Behavior and Social Research*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000.

_____. *Significations disputées: contester la propriété et l'autorité des problèmes sociaux*. Trad.: Cedric Terzi, Daniel Cefäï. In: CEFAÏ, D., TERZI, C. (org.). *L'expérience des problèmes publics*. Paris: EHESS, 2012. [1989] p. 113-132

HABERMAS, Jürgen. *Strukturwandel der öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer kategorie der bürgerlichen gesellschaft*. Neuwied am Rhein: Hermann Luchterhand Verlag, 1962.

HANHEMANN, Samuel. (1834/1921). *Materia Medica Pura* [Trad.: Robert Ellis Dudgeon, Richard Hughes]. New Delhi: B. Jain Publishers. 1921. [1834]

HENMAN, Anthony. *War on drugs is war on people*. In: *The Ecologist*, Cornwall, v. 10, n. 8-9, oct./nov. 1980. p. 282-289

_____. A guerra às drogas é uma guerra etnocida: um estudo do uso da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão. In: HENMAN, A., PESSOA JUNIOR., op. cit., 1986. p. 91-116

_____, PESSOA JUNIOR, O. (Org.). Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha. São Paulo: Ground, 1986.

HERER, Jack. *The emperor wears no clothes*. Van Nuys: Ah Ha Publishing, 1985.

HOUTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008, p. 149-160.

HUTCHINSON, Harry William. Patterns of marihuana use in Brazil. In: RUBIN, Vera (ed.). *Cannabis and Culture*. The Hague, Paris: Mouton, 1975. p.173-183

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. Sobre o Vício da Diamba. Anais Paulista de Medicina Cirúrgica. São Paulo. v. IX, n. 12. 1918. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.15-24]

ISRAEL, Liora, GROS DIDIER, Jean. *John Dewey et l'expérience du droit. La philosophie juridique à l'épreuve du pragmatisme*. In: Tracés, 27. 2014. p. 163-180

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio de maconha, na região submédio São Francisco. Relatório Final – Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. Brasil: SENASP/ANPOCS, 2006.

_____, FRAGA, Paulo César Pontes. Plantios ilícitos de ‘cannabis’ no Brasil: desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. In: Dilemas, v.4(1): 11-39, 2011.

JAMES, William. *The principles of psychology*. Vol. II. London: Macmillan and Co., 1891.

JASPER, James M. *The art of moral protest: culture, biography and creativity in social movements*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1997.

_____, MCGARY, Aidan. *The identity dilemma – social movements and collective identity*. Philadelphia, Rome, Tokyo: Temple University Press, 2015.

JOAS, Hans. Pragmatismo. In: BOTTOMORE, Tom, OUTHWAITE, William (eds.). Dicionário do pensamento social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 598-600.

_____. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999. p. 127-174

JOSEPH, Isaac, GRAFMEYER, Yves. *L'École de Chicago: naissance de l'éologie urbaine*. Paris: Flammarion, 2004. [1994]

KARAM, Maria Lúcia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (orgs.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: UDUFBA, 2008. p. 105-120

_____. Internação compulsória: liberdade é escravidão? Palestra na Semana da Luta Antimanicomial de Pernambuco, promovida pelo Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial – Libertando Subjetividades. Recife, maio/2013. [documento para apresentação oral, não publicado]

KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1970. (2nd ed. enlarged)

LABATE, Beatriz Caiuby, FIORE, Maurício, GOULART, Sandra Lucia. Introdução. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (orgs.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: UDUFBA, 2008. p. 23-38

LABIGALINE, E. et al. *Therapeutic use of cannabis by crack addicts in Brazil*. In: Journal of Psychoactive Drugs, v.31(4), 1999. p. 451-455

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2^a ed. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

LEVENE, R. *Investigaciones acerca de la Historia económica del Virreinato Del Plata*, vol. II. Buenos Aires: Ateneo, 1952.

- LEWIS, J. D., SMITH, R. L. *American Sociology and Pragmatism: Mead, Chicago Sociology, and Symbolic Interaction*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LINNAEI, C. *Species plantarum*. Holmiae: Impensis Laurentii Salvii, 1753.
- LLOSA, Mario Vargas. *Pantaleón y las visitadoras*. Barcelona: Seix-Barral, 1973.
- LOURAU, René. A análise institucional. Petrópolis: Vozes, 1975.
- LUCENA, José. Os fumadores de maconha em Pernambuco. Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife. Ano 4, n.1, p.53-96. 1934. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.207-238]
- _____. Alguns novos dados sobre fumadores de maconha. Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife. Ano 5, n.1-2, p.197-207. 1935. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.79-84]
- _____. Maconhismo e alucinações. Revista de Neurobiologia. Recife. v.2, p.110-120. 1939. [Reimpresso: Brasil, 1958, p.91-98]
- _____. Maconhismo e Alucinações. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Rio de Janeiro. Vol. 1, n.8, p.218-228. 1950.
- _____. Súmula dos estudos brasileiros sobre alterações mentais no maconhismo agudo e crônico. Revista de Neurobiologia. Recife. Tomo 21, n.1, p.14-26. 1958.
- _____. Canabismo e reações delituosas. Anais da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, vol. 28-29, p.129-152. 1968.
- _____. Algumas mudanças atuais do estilo de dependência de drogas. Revista de Neurobiologia. Recife. Vol. 50, n.2, p.69-88. 1987.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. In: Ciência & Saúde Coletiva, Abr. 2007, vol. 12, n. 2, p.399-407
- LUZ, Madel Terezinha. Arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis, 1996.
- MACRAE, Edward. A antropologia e o uso de drogas: a questão da maconha. Temas Imesc, São Paulo, v. 3, 1986. p. 195-202

_____; SIMÕES, Júlio de Assis. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____; VIDAL, Sérgio. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. São Paulo - SP: Revista de Antropologia, 2006, vol.49, n. 2. p. 645-666.

MAGALHÃES, Raul Francisco. Crítica da razão ébria: reflexões sobre drogas e a ação imoral. São Paulo: Annablume, 1994.

MAGGIE, Yvonne. Ocidente, maconha e misticismo. In: SABINA, 1985. p. 63-67

MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e Relações Raciais: o Convênio Columbia University/Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950. In: Cadernos de Campo – Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP. São Paulo, v.18, n.18, jan./dez. 2009. p.257-271

MALCHER-LOPES, Renato. Canabinoides ajudam a desvendar aspectos etiológicos em comum e trazem esperança para o tratamento de autismo e epilepsia. In: Revista da Biologia, vol. 13(1). São Paulo: USP, 2014. p. 43-59

_____, RIBEIRO, Sidarta. Maconha, cérebro e saúde. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

MARCANDIER, M. Tratado sobre o canamo. Lisboa: Of. Simão Thaddeo Ferreira. 1799. [1758]

MARCOLIN, Neldson, ZORZETTO, Ricardo. Entrevista: Elisaldo Carlini – O uso medicinal da maconha. Pesquisa FAPESP. São Paulo, n. 168, fev. 2010. p. 8-13.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Dossiê Goffman: apresentação. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, n. 68, outubro/2008 [Dossiê Goffman]. p. 135-136

MATHIEU, Lilian. *Repères pour une sociologie des croisades morales*. In: *Médecine & Hygiène – Déviance et Société*, v.29(1), 2005. p. 3-12

MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society*. MORRIS, C. W. (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1934.

_____. *The Philosophy of the Act*. MORRIS, C. W. (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1938.

_____. *The Individual and the Social Self*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MELLO, Jarbas Pernambucano de. A maconha em Pernambuco. In: FREYRE, Gilberto (Org.). Novos Estudos Afro-brasileiros. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988/1937. [p. 185-191]

MELLO, Marco Antonio da Silva et al. Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa. In: CEFAÍ, D. et al. (orgs.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011. p. 479-515

MELLO, Sylvia Leser de. Psicologia e profissão em São Paulo. São Paulo: Ática, 1983.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. Desafios éticos e políticos no vídeo Vida Estelita, subjetividades políticas em devir. In: Galaxia (São Paulo, Online), n. 32, p. 52-64, ago. 2016.

MELUCCI, Alberto. *The Process of Collective Identity*. In: JOHNSTON, Hank and KLANDERMANS, Bert (ed.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 41-63

MENZ, Maximiliano Mac. Os escravos da Feitoria do Linho Câñhamo: trabalho, conflito e negociação. Afro-Ásia. Salvador, vol. 32. 2005. p. 139-158

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1945].

MIRANDA, Flávio Henrique Furtado de. Legalização e regulamentação da maconha – um breve estudo da importância desse debate para o Brasil. Monografia (Pós-Graduação em Administração Legislativa), Senado Federal – Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Brasília: Senado Federal – ILB, 2015.

MIRANDA, Humberto da Silva. Meninos, moleques, menores... faces da infância no Recife – 1927-1937. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFRPE, 2008.

MIRANDA NETO, Manoel José de. A utopia possível: uma experiência de desenvolvimento regional, séculos XVII e XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro. Rio de Janeiro, ano 171, n. 447, 2010. p. 95-143

MISSE, Michel. Sociologia e criminalização. In: SABINA, 1985. p. 49-62

_____. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1997. p. 93-116

_____, VARGAS, J. D. *Drug use and trafficking in Rio de Janeiro: some remarks on harm reduction policies*. In: *Vibrant: virtual Brazilian anthropology*, Brasília, DF, v. 7, n. 2, 2010. p. 88-108

MORAES, Alexandre José de Mello. Physiologia das paixões e affecções. Rio de Janeiro: Dous de dezembro, 1854.

_____. Phytografia ou Botânica Brasileira Applicada à Medicina, às Artes e à Indústria. Rio de Janeiro: Garnier, 1881.

MORAES, Maria de Lourdes de. Os primórdios, fundação, os primeiros tempos da Escola de Serviço Social de Pernambuco. In: Cadernos de Serviço Social (edição especial). Recife: UFPE, 1990. p. 12-23

MORAES FILHO, Evaristo de. Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: SIMMEL, G. Georg Simmel: sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 34, org. Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983. p. 7-44

MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O., op. cit., 1986. p. 117-130.

MUNDIM, P. S. Das rodas de fumo à esfera pública: o discurso de legalização da maconha nas músicas do *Planet Hemp*. São Paulo: Annablume, 2006.

MUTZENBERG, Remo. Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: UFPE, 2002.

_____. Afirmação da política e movimentos sociais. In: MARTINS, Paulo Henrique; MATOS, Aécio; FONTES, Breno (orgs). *Limites da democracia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 125-150

NASCIMENTO, Bruno Marcelo Mendonça. *A Escola de Psiquiatria do Recife: fundação e primeira sucessão – de Ulysses Pernambucano a José Lucena*. Dissertação (Mestrado em Neuropsiquiatria). Recife: UFPE, 2007.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia-SP: Ateliê Editorial; Londrina-PR: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

NERY FILHO, Antônio et al. *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Adriano. *As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Recife: UFPE, 2006.

OTERO, Lorena. *Das ruas ao Supremo Tribunal Federal: a criminalização da Marcha da Maconha no Brasil*. Monografia (de Iniciação Científica). São Paulo: FGV/Escola de Direito, 2013.

ORTA, Garcia da. *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1563/1891.

ORTIZ, Renato. *A procura de uma sociologia da prática*. In: BOURDIEU, Pierre. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PADILHA, Helena Maria Barros. *História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: UFPE, 2008.

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. 3^a ed. Porto: Âmbar, 2005.

PAMPLONA, Fabrício. *Quais são e pra que servem os medicamentos à base de Cannabis?* In: Revista da Biologia, vol. 13(1). São Paulo: USP, 2014. p. 28-35

PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

PASSETTI, Edson. Das “fumeries” ao narcotráfico. São Paulo: Educ, 1991.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'argumentation: La nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 2009. [1958]

PESSOA JUNIOR, O. A liberação da maconha no Brasil. In: HENMAN, A., PESSOA JUNIOR, O., op. cit., 1986. p. 147-163

PFAUS, Guillaume. *Drogues et ethnologie au Brésil: débats publics et productions intellectuelles*. Lyon: Université Lumière Lyon II, 2002.

PINHO, Álvaro Rubim de. *Social and medical aspects of the use of cannabis in Brazil*. In: RUBIN, V. (Ed.). *Cannabis and culture*. Chicago: Mouton, 1975. p. 293-302

POGREBINSCHI, Tamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. In: Revista Sociologia Política, 23, nov. 2014. p. 43-53

PORTO, Elizabet. NEDEQ: o tratamento dos dependentes químicos. In: Movimento Médico. Recife: CREMEPE, n. 20, Ano VIII, set/out/nov 2011. p. 34-35

QUÉRÉ, Louis. *Le travail des émotions dans l'expérience publique. Marées vertes en Bretagne*. In: CEFAÏ, Daniel, TERZI, Cédric (dir.). *L'expérience des problèmes publics*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012. p. 135-162.

QUERINO, Manuel Raimundo. A raça africana e os seus costumes na Bahia. In: Annaes do 5º Congresso Brazileiro de Geografia, 1916. v.2. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1916.

_____. Costumes africanos no Brasil. [Vol. 15, Bibliotheca de divulgação scientifica, sob a direcção de Artur Ramos]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso por uma cultura filógina. In: São Paulo em Perspectiva, v.15, n.3, jul./set 2001. p. 58-66

RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, Rossana Carla. Casas do Meio do Caminho: um relato da experiência de Recife na busca da atenção integral à saúde dos usuários de álcool, fumo e outras drogas. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

RAMOS, Luiz Fernando. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. Drama em cena. São Paulo: Cosac Naify, 2010. (p. 7-16)

RAMOS, Ubirajara. Tá todo o mundo enganado! Olinda: Babecco, 2014.

REBOUL, Olivier. O *slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.

RESISTE, Coletivo Recife. O que o Estado, a polícia e a ordem têm a ver com a Marcha da Maconha? In: Recife Resiste, 23/05/2011, 2011. Disponível em: <<https://reciferesiste.wordpress.com/2011/05/23/o-que-o-estado-a-policia-e-a-ordem-tem-haver-com-a-marcha-da-maconha/>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

RICOEUR, Paul. *The model of the text: meaningful action considered as a text*. Social Research, v. 38, 1971. p. 529-62

_____. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983.

RITZER, George. Teoría sociológica contemporanea. 3^a ed. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España, 1987.

ROBERTS, Brian. *Biographical research*. Buckingham: Open University Press, 2002.

ROBINSON, Rowan. *The great book of hemp*. Rochester, Vermont: Park Street Press, 1996.

_____. O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

ROCCO, Rogério. O que é legalização das drogas. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Movimento Ocupe Estrelita: capital cultural e estrutura de sentimentos na interface entre a política e a cultura. Trabalho apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015. (mimeo)

RODRIGUES, Thiago. Política e drogas nas Américas. São Paulo: Educ/FAPESP, 2004.

RONCA, Paulo Afonso Caruso. Com-vivendo-com-a-maconha. São Paulo: Moraes, 1987.

RUBIN, Vera (ed.). *Cannabis and Culture*. The Hague, Paris: Mouton. 1975.

SABINA, Maria (Org.). Maconha em debate. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Marcello Martins dos. Os vícios da lei: estudos sobre o controle do uso de drogas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Juiz de Fora: UFJF, 2011.

SANTOS, Victor. A legalização da ‘Marcha da Maconha’ em São Paulo. In: Vaidapé, 05/05/2014. [Online] Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2014/05/a-legalizacao-da-marcha-da-maconha-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 13 de out. 2016.

SARNEY, José. Pesquisa sobre a pesca de curral na Ilha de Curupu. São Luís: Revista de Geografia e Estatística, 1953.

SCHECHNER, Richard. *Between Theater and Anthropology*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press, 1985.

_____. *Performance theory*. New York: Routledge, 1988.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____, LUCKMANN, Thomas. *The Structure of the Life World*. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. O acaso não existe: entrevista de Evaldo Cabral de Mello a Lília Schwarcz e Heloísa Starling. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello. Belo Horizonte e São Paulo: Ed. UFMG e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 151-183

SCOTT, Gregory. *The poetics of performance: the necessity of spetacle, music and dance in Aristotelian tragedy*. In: KEMAL, Salim, GASKELL, Ivan (eds.). *Performance and Authenticity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SILVA, Adriano da Nóbrega, LIMA, Pedro Garrido da Costa, TEIXEIRA, Luciana da Silva (coord.). Impacto econômico da legalização da cannabis no Brasil. Estudo abril/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath da et al. Erving Goffman e a ação coletiva: contribuições do conceito de “molduras interpretativas” para o estudo de movimentos sociais. *Paper GT16 - Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos*. Salvador: SBS, 2013.

SILVA, Marcos Leandro da. Prevenção às drogas: análise da literatura brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Maceió: UFAL, 2015.

SILVA, Rubens Alves. (2005). Entre “artes” e “ciências”: as noções de performance e drama no campo das ciências sociais. *Horizontes Antropológicos*, 11/24, p. 35-65.

SILVA, Técio Lins e. A maconha e a lei. In: SABINA, 1985. p. 119-127

SILVEIRA, Dartiu Xavier da, MOREIRA, Fernanda Gonçalves. *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. São Paulo: Atheneu, 2006

SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. In: *Política & Trabalho*, v. 12. João Pessoa, 1996, p. 10-14.

_____. Georg Simmel: sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 34, org. Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Alberto. Os Andradas. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922. [consulta a partir da versão digitalizada com grafia atualizada e reprodução das imagens originais. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0184z.htm>>. Acesso em: 08 de ago. 2016.]

SOUSA, Luís de Vasconcellos e. Relação instructiva e circunstaciada para ser entregue ao seu successor. Rio, 20 de agosto de 1789. [Reproduzido na Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, tomo 4, 1842. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de J. P. da Costa. n. 13, abril de 1842 (p. 3-42) e n. 14, julho de 1842 (p. 129-167)]

SOUTHIER, Diane. O campo discursivo sobre drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 2016.

SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus, 2008.

SPICER, L. *Utilisations historiques et culturelles du cannabis et le "débat sur la marijuana" au Canada*. Comité Sénatorial Spécial sur les Drogues Illicites. Bibliothèque du Parlement, 2012.

STRAUSS, Anselm. *A Social World Perspective*. In: DENZIN, N. (ed.). *Studies in Symbolic Interaction*, vol. 1. Greenwich, CT: JAI Press, 1978. p. 119-128.

SWANK, Eric; CLAPP, John D. *Some Methodological Concerns When Estimating the Size of Organizing Activities*. In: Journal of Community Practice, Vol. 6, Iss. 3, 1999. p. 49-69

SZASZ, T. *Our right to drugs: the case for a free market*. New York: Praeger, 1992.

TABOSA, Neco (org.). O Fino da Massa. Recife: Livrinho de Papel Finíssimo Editora, 2009.

_____. O Fino da Massa 2. Recife: Livrinho de Papel Finíssimo Editora, 2010.

_____. Jornais tendenciosos: o desserviço da cobertura da marcha da maconha do Recife. In: OmbudsPE, 04/05/2010, 2010b.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009. [1998]

TCHEKOV, Anton. A gaivota: comédia em quatro atos. São Paulo: Cosac Naify, 2014. [1897]

TEIXEIRA, João Gabriel L.C.. Análise Dramatúrgica e Teoria Sociológica. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1998, vol.13, n.37. p. 89-100

THOMAS, William I., THOMAS, Dorothy S. *The child in America: Behavior problems and programs*. New York: Knopf, 1928.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, 1998 [1971]. p. 150-202.

_____. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles. *Speaking your mind without election, surveys, or social movements*. In: Public Opinion Quarterly, 47, 1983. p. 461-478

_____. Movimentos sociais como política. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010. [2009] p. 133-160

TORON, Alberto Z. Alguns Aspectos Sócio-Jurídicos da Maconha. In: HENMAN, A., PESSOA JUNIOR, O., op. cit., 1986. p. 131-146

TOURAIN, Alain. *La voix et le regard*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

TSCHUDI, J. J. von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. [do original *Reise in Brasilien*. Saint Gallen, 1840]

TURNER, Victor. The Forest of Symbols. Aspects of Ndembu Ritual. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

_____. *The Ritual Process*. Chicago: Aldine, 1969.

_____. *Introduction*. In: _____. *From ritual to theatre: the human seriousness of play*. New York: PAJ Publications, 1982.

_____. *Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience*. In: TURNER, Victor, BRUNER, Edward M. (orgs.). *The anthropology of experience*. Urbana: University of Illinois Press, 1986. p. 33-44

_____. *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications, 1987.

UCHÔA, Roberta (org.). *Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

VALENÇA, Tom. *Consumir e ser consumido, eis a questão! (parte II) outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo*. 2010. 230 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

VELHO, Gilberto. Nobres e anjos: um estudo de tóxico e hierarquias. 1975. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975. [publicado em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas]

_____. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: _____. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. O consumo da cannabis e suas representações culturais. In: SABINA, 1985. p. 39-47

_____. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. In: *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 38, 2002. p. 9-17

_____. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, n. 68, outubro/2008 [Dossiê Goffman]. p. 145-148

VELLOSO, José Maria da Conceição. Colecção de memórias inglezas sobre a cultura e commércio do linho canamo tiradas de differentes authores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brazil. Lisboa: Of. Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

VIDAL, Sérgio. A regulamentação do cultivo de maconha para consumo próprio: uma proposta de redução de danos. In: NERY FILHO, A. N. et al. *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 61-96.

WAGLEY, Charles, GALVÃO, Eduardo. *The tenetehara Indians of Brazil: a culture in transition*. New York: Columbia University Press, 1949.

WEBER, Silke. Formação docente e projetos de sociedade. BPAE – v.23, n.2, mai./ago. 2007. p.181-198

WEHLING, Arno. Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande do Sul. [Comunicação apresentada à Comissão de História Econômica, do Simpósio Comemorativo da Restauração do Rio Grande] Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976), vol. I, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. 1979. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/conj_portuguesa.htm#_ftn51>. Acesso em: 13 de mai. 2012.

WILLIAMS, Raymond. Drama em cena. São Paulo: Cosac Naify, 2010. [1954]

YOSHIMA, Samy Abud; ELIAS, Gabriel Santos. O mercado de cannabis no Brasil. In: Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas, 14 de junho, 2016. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/artigo-o-mercado-de-cannabis-no-brasil-2/>>. Acesso em: 12 de set. 2016.

ZASK, Joel. *Présentation de l'édition française - La politique comme expérimentation*. In: DEWEY, J. *Le public et ses problèmes*. Paris: Gallimard, 2001. [citado a partir da ed. 2010 - Collection Folio Essais]

Documentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros – incluindo leis, resoluções e decisões judiciais

ALEPE, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei 11.064, de 16 de maio de 1994. Dispõe sobre a substituição progressiva dos Hospitais Psiquiátricos por rede de atenção integral à saúde mental... Recife: ALEPE, 1994. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/>>. Acesso em: 27 de ago. 2016.

_____. Relatório final da CPI do Narcotráfico. Recife: Diário Oficial do Estado, 2000.

ALESP, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto 12.800, de 8/07/1942. Aprova as diretrizes gerais e programas de ensino para as Escolas Práticas de Agricultura. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação. 1942. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1942/decreto%20n.12.800,%20de%2008.07.1942.htm>>. Acesso em: 18 de fev. 2013.

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada n.17, de 06/05/2015. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA, 2015. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/upload/noticia/1/arquivo/170615163439-SES-MT-A-rdc-anvisa-17-2015---importacao-canabidiol.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. 2016.

_____. Resolução da Diretoria Colegiada n.66, de 18/03/2016. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA, 2016. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=317687>>. Acesso em: 14 de ago. 2016.

BRASIL. República Federativa do. Decreto 20.930, de 11/01/1932. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=32155>>. Acesso em: 09 de set. 2013.

_____. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Maconha, coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. 2a ed. 1958. [1951]

BUARQUE, Cristovam. Parecer à Sugestão n. 08, de 21/11/2014. Brasília: Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2014. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116101>>. Acesso em: 14 de ago. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão: 296.3.53.O. Data: 28/10/2009. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/L.O&nuQuarto=58&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHoraarioQuarto=15:54&sgFaseSessao=GE&Data=28/10/2009&txApelido=PAULO%20TEIXEIRA,%20PT-SP>>. Acesso em: 06 de abr. 2016.

CARVALHO FILHO, Alípio. Despacho Processo 001.2009.109617-1, 24/04/2009. Recife: 2a Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes, 2009.

PERNAMBUCO, Governo de. Decreto 39.201, de 18 de março de 2013. Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares – PROGRAMA ATITUDE. Recife: Governo de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.ero=39201&complemento=0&ano=2013&tipo=TEXTOORIGINAL>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

_____. Pacto pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública. Recife, CEPE / Secretaria da Casa Civil, 2007. Disponível em: <<http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/portalpe/pacto-pela-vida>>. Acesso em: 10 de set. 2012.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do. Lei Municipal 17.400, de 28/12/2007. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/17400/>>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

_____. Lei Municipal 17.732, de 29/08/2011. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/17732/>>. Acesso em: 24 de set. 2016.

_____. Roteiro – Passeio ciclístico Recife lugar de memória. Recife: PCR, s/d. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/RoteiroPasseioCiclistico.pdf>>. Acesso em: 06 de out. 2016.

STF. Supremo Tribunal Federal do Brasil. Inteiro Teor do Acórdão – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 187 Distrito Federal. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2011.

Relatórios e acordos supranacionais

CE – Comunidade Europeia. Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o sector do linho e do cânhamo. Bruxelas, Comissão das Comunidades Européias, 16 de março de 2006. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihmlang=pt&lng1=pt,fr&lng2=cs,-da,de/el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,mt,pl,pt,sk,sl,sv,&val=423752:cs&page>>. Acesso em: 11 de ago. 2013.

COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma. 2011.

LEAGUE OF NATIONS. *The International Opium Convention, signed at The Hague, January 23, 1912*. In: League of Nations Treaty Series. Germany et al.: League of Nations, 1922. p. 188-239

_____. *Deuxième Conférence de l'opium convention, protocole, acte finale, signés à Genève le 19 février 1925. League of Nations Second Opium conference: convention, protocol, final act, signed at Geneva on February 19th, 1925.* Geneva: League of Nations, 1925.

UN. United Nations. *Single Convention on Narcotic Drugs*. New York: United Nations, 1961.

Filmes e recursos audiovisuais

ANDRADE, Fernando Grostein de. Quebrando Tabu. São Paulo: Espaço Filmes, 2011.

ARAUJO, Tarso, ERICHSEN, Raphael. Ilegal – A vida não espera. São Paulo: Superinteressante / 3filmgroup.tv, 2014.

BABENCO, Hector. Pixote, a lei do mais fraco. São Paulo: Embrafilme / HB Filmes, 1981.

EVANS, Raymond. *Hemp for Victory*. United States: Department of Agriculture, 1942.

FREIRE, Paulo. Última entrevista. Entrevista a Luciana Burlamaqui. São Paulo: TV PUC São Paulo, 17 de abril de 1997. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Ul90heSRYfE>>. Acesso em: 26 de ago. 2016.

GUTERRES, Alex, MUTZENBERG, Dimas, NAVARRETE, Leandro (dir.). Recicannabis. Recife: Se7e Filmes, 2008.

TV NOVA. Programa Pedro Paulo na TV, edição de 15/05/2009. Tema: Marcha da Maconha. Convidados: Alípio Carvalho Filho (Juiz TJ-PE), Andréa Karla Maranhão (Promotora MP-PE), Cristina Mendonça (Gestora da ONG Casa de Passagem) e Neco Tabosa (Divulgador da Marcha da Maconha).

APÊNDICE

RESUMO EXPANDIDO EM FRANCÊS

Le dit, le fait et le perçu : controverses, performances et changements dans l'arène de la marijuana

Cette recherche a pour point de départ l'hypothèse que les transactions de cannabis sont un objet d'intérêts, de discours et d'actions très divers qui traversent quasiment toute l'histoire du pays et qui de nos jours sont confrontées à de nombreuses controverses par le biais desquelles les acteurs impliqués postulent la reconnaissance d'une autorité à guider ce qui se fait autour de ce sujet. Cette quête de reconnaissance se fait de différentes manières, mais cette recherche se concentre sur les performances publiques de revendication collective de modifications des normes légales et sociales vis-à-vis du cannabis. J'ai observé de telles performances dans la ville de Recife (Brésil) dans des manifestations organisées, réalisées et promues sous le nom de Mouvement Marche de la Marijuana (MMM – *Movimento Marcha da Maconha*). Le choix du lieu de l'enquête est dû au fait que cette ville n'a pas connu d'entraves juridiques ou de la part des forces de l'ordre contre la réalisation des Marches de la marijuana depuis leur première édition en 2008.

Tout au long du processus de cette recherche doctorale la question de la compréhension des raisons de la constance de ces marches s'est posée. Dans un premier temps, j'ai procédé à une large révision bibliographique qui a permis de mettre en évidence une importante production sur le cannabis à diverses époques et dans différents domaines scientifiques,

notamment ceux en relation avec l'économie, la santé publique, le droit et l'organisation sociale. Cette révision bibliographique n'a pas été guidée par une volonté de démonstration d'érudition du chercheur, ni par la quête obsessive d'une genèse ou des origines. Mais, elle a été la seule manière rencontrée pour rendre compte et analyser des controverses déjà anciennes et qui ont contribué à l'émergence de changements des normes relatives au cannabis¹⁸⁵. Les controverses sur ce thème comportent des étiquetages, des accusations, des plaidoyers, des contre-accusations et la criminalisation de certains de ceux qui s'engagent en faveur du thème. La littérature sur le sujet met en évidence une grande diversité d'acteurs, d'arguments et de formes de problématisation. L'un des premiers résultats de l'enquête a permis d'identifier que dans le processus de dispute d'autorité vis-à-vis du sujet, la marijuana est devenue un « problème public » et s'est constituée en arène.

Selon le pragmatisme de John Dewey (1927), les « problèmes publics » sont des faits qui font que certaines personnes se sentent affectées par ces derniers et décident de prendre part à des initiatives en vue de trouver des solutions, commençant à enquêter sur les causes, les effets, les responsables et les possibilités de changement. Alors, les intéressés font en sorte que leurs opinions atteignent le plus grand nombre possible de personnes. Un problème de telle nature peut affecter les personnes de manière directe ou indirecte, par le biais de dommages vécus ou au travers de risques auxquels une grande partie de la société est exposée par le fait qu'il existe d'autres personnes engagées dans des situations envisagées comme étant préjudiciables.

La révision bibliographique a permis de mettre en exergue que cette plante a été associée à divers projets de développement économique et de santé au cours des XVIII^{ème} et XIX^{ème} siècles, puis a accédé à la condition de problème au Brésil, notamment à partir du début du XX^{ème} siècle. L'analyse de certains auteurs qui se sont penchés

185 Sous cet angle, et en tenant compte de l'ampleur de la production académique sur ce sujet, je considère qu'il serait redondant de disserter à propos de l'histoire de cette drogue dans le monde. Pour une vision générale, et exhaustivement documentée, de l'histoire des drogues, on peut consulter Escohotado (2008) ; et pour l'histoire spécifique du cannabis, de nombreuses références sont disponibles. Pour ceux désireux de s'approfondir sur le sujet, voir les travaux de Robinson (1996).

sur la question du cannabis au Brésil m'a fait percevoir la constitution d'une « arène publique » (CEFAÏ, 1996), phénomène qui ne s'est pas produit subitement, mais qui a été élaboré par de nombreuses personnes durant plusieurs centaines d'années. Dans la phase où le thème devient un problème, des médecins allopathes ont influencé l'adoption d'une législation prohibitive qui guide l'action juridique et policière jusqu'à aujourd'hui. Cependant, les conceptions de ces dits « hommes de science » sont progressivement contestées.

À la suite de la prohibition, établie légalement sur l'ensemble du territoire brésilien au début des années 1930 (BRASIL, 1932), les rapports des médecins avec les autorités nationales et étrangères ont contribué à la recrudescence de lois et à la multiplication des pénalités. Durant les décennies suivantes, la répression s'est accrue. Ce qui a paradoxalement été suivi par une multiplication des résistances, qui depuis les années 1970 vont occuper de plus en plus l'espace public et vont former une base de support sur laquelle se développent les controverses contemporaines. Cette base est appréhendée comme une métaphore agonistique et dramaturgique, que l'on nomme ici arène publique de la marijuana, dans laquelle se jouent des querelles et des performances qui se disputent la reconnaissance d'autorité sur le sujet. La notion d'« arène publique » est alors employée dans son double sens de « lieu de combat » et de « scène de performance », comme le signale Daniel Cefaï (2002). Cet auteur fait remarquer que certains concepts d'autres écoles de pensée qui traitent de l'action des publics ne rendent pas compte des deux aspects que cette notion englobe¹⁸⁶.

À la suite de la re-démocratisation du Brésil, l'interaction entre des personnes portant de « nouveaux » intérêts au cannabis a conduit à la formation de groupes qui cherchent à changer les cadres et les dispositions administratifs et institutionnels, juridiques, politiques, sociaux et économiques, en faveur d'un dépassement des préjugés liés aux transactions de cette substance. Sur ce sujet, il existe des travaux

186 Comme par exemple la notion d'« espace public » (HABERMAS, 1962) qui sous-estime la dimension dramaturgique, ou la notion de « champ » qui insiste sur la dimension de dispute, comme l'avait déjà fait remarquer Renato Ortiz (1983, p.21) à propos de l'œuvre de Bourdieu.

artistiques remarquables regroupant de nombreux individus pour exprimer leurs contestations. Cependant, l'attention de l'analyse que je développe porte sur l'organisation et la réalisation des Marches de la Marijuana à Recife au début du XXI^{ème} siècle, ainsi que sur les articulations de connaissances et d'actions dans les domaines professionnels de la santé, des forces de l'ordre et des sciences juridiques et sociales. À partir de la Marche de la Marijuana, il a été possible de reconnaître ce que Mutzenberg (2008) affirme à propos de l'impossibilité d'une « volonté unique » au sein d'un mouvement social. J'ai constaté ainsi que de nombreuses disputes se jouent au sein du MMM.

Cette enquête sur la Marche de la Marijuana a été réalisée en cherchant à comprendre sa dimension moralisante. Cela découle de la conception de l'action des marcheurs qui sous-tend une morale selon laquelle le fait de « normaliser » les transactions de marijuana serait profitable à l'ensemble de la société. L'effet de normalisation est entendu ici au sens d'Erving Goffman (1971), comme un processus d'accroissement de l'apparence normale par la répétition d'un même type d'expérience. Développée à partir du MMM à Recife, je considère que cette action moralisante, les réactions et les changements dans lesquels ses activistes sont engagés font aussi partie de l'objet de cette recherche.

J'étudie les rapports des marcheurs avec leurs opposants, mais principalement les rapports qu'ils établissent entre eux en vue d'une réforme et afin que leur cause se développe. Ces questions sont notamment traitées dans la troisième partie de cette thèse. L'intérêt porte alors sur l'ensemble des moyens employés par les marcheurs pour rendre compréhensible et, dans une certaine mesure, acceptable leur morale vis-à-vis de la marijuana. L'action moralisante de cette Marche se fait principalement au travers de moyens performatifs, ce que je tente de mettre en évidence tout au long de ce travail. Au fur et à mesure que les buts du Mouvement sont partiellement atteints, il élargit ses horizons, reformule ses buts et se réinvente au milieu des tensions dues aux changements mis en place.

Le travail de recherche s'est déroulé entre 2012 et 2016, en plusieurs étapes comprenant la révision bibliographique, l'ethnographie des performances de revendication collective et l'analyse de trajectoires

d'individus importants pour la prolifération des controverses, l'organisation des manifestations revendicatives et la configuration de changements contribuant à la normalisation de certaines transactions de marijuana dans la région. Cette recherche a été codirigée par Daniel Cefäï et Remo Mutzemberg, enseignants-chercheurs au sein des deux institutions auxquelles je suis lié en tant que docteurant en régime de cotutelle internationale de thèse en sociologie. D'un côté, je suis inscrit à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) depuis décembre 2011. De l'autre, je suis inscrit auprès du Programme de Troisième Cycle en Sociologie (PPGS) de l'Université Fédérale du Pernambouc (UFPE) de manière formelle depuis le mois d'avril 2013, moment qui marque l'intensification de l'observation participante sur le terrain de recherche. À l'EHESS, les relations les plus fortes se sont développées dans les activités du Centre d'Études des Mouvements Sociaux (CEMS), où Daniel Cefäï est membre statutaire.

Les élections municipales de l'année 2016 au Brésil marquent la fin de la période d'observation participante, réalisée en ayant pour objectif une ethnographie des performances de revendication collective. Englobant deux périodes d'élections municipales, l'enquête a permis d'établir un nombre significatif d'éléments comparatifs des campagnes menées par deux organisateurs de la Marche qui m'intéresse ici, qui ont concouru à des mandats électifs de conseillers municipaux de la ville de Recife en 2012 et en 2016. Malgré l'absence d'altération législative relative au sujet pendant cette période, les différentes répercussions de cet engagement revendicatif durant les campagnes électorales de ces deux candidats indiquent qu'il y a eu des changements par rapport aux normes sociales et que certaines transactions de cannabis se sont rapprochées de ce qui est considéré comme étant « normal » dans la région. De la sorte, la question de la régulation étatique des transactions de cannabis a gagné de l'espace au sein des plateformes des campagnes électorales.

Remarquons que : 1) la sociologie pragmatiste des problèmes publics, les études sur la performance, les travaux d'Erving Goffman, ainsi que d'autres sociologues et historiens qui traitent des problèmes d'ordre moral qui affectent la vie en société jalonnent ce travail ; 2) une grande révision bibliographique sur le thème du cannabis au Brésil a

été indispensable afin de rendre compte de la teneur et de l'étendue des controverses à propos du cannabis, ainsi que pour identifier les modes de production et de reconnaissance des savoirs qui marquent les divers cycles d'attention prêtée à cette plante ; 3) la plus grande partie de cette recherche porte sur les performances réalisées par des personnes agissant pour un but commun avec qui j'ai développé une intense relation durant la période d'observation participante ; et finalement, 4) cette thèse aborde les changements perçus tout au long de l'enquête, que ce soit par rapport aux trajectoires des agents enquêtés, ou à propos de la performance de revendication collective visant à la normalisation des transactions de marijuana dans la région. Ces divers facteurs justifient le titre de ce travail qui évoque « Le dit, le fait, et le perçu » par l'analyse des « controverses, performances et changements dans l'arène de la marijuana ».

La thèse est composée de quatre parties qui portent respectivement sur les références théoriques et méthodologiques, les controverses, les performances et les changements vis-à-vis du cannabis au Brésil, plus spécifiquement dans la ville de Recife. Le dernier volet, qui est dédié aux conclusions, vise à présenter de manière synthétique les principaux résultats de cette recherche.

La première partie discute le cadre théorique et méthodologique qui a guidé ce travail. Ensuite, j'essaie de suivre un cours plus chronologique des thèmes analysés. La seconde partie se penche sur un temps plus long et plus éloigné du présent. La troisième partie se concentre sur la période de réalisation des Marches de la Marijuana à Recife (2008-2016). La quatrième partie aborde des considérations en relation avec le futur. Néanmoins, chaque partie comporte des digressions et quelques détours socio-historiques importants pour la compréhension de leurs éléments constitutifs.

Après une réflexion sur les théories et la méthodologie, j'explique ce que j'entends par « marijuana » (« maconha »), puis je procède à une identification des divers intérêts que la littérature scientifique sur le sujet au Brésil propose. Pour cela, je suis les pistes tracées par Hutchinson (1975). Ce dernier postule l'existence de trois cycles d'attention à la marijuana pour ce territoire spécifique. En continuant cette réflexion sur une période postérieure aux travaux de cet auteur, j'ai identifié un

quatrième cycle. Je tente d'ailleurs de démontrer qu'actuellement ces quatre cycles opèrent en concomitance. La multiplicité et la simultanéité des intérêts ont récemment accru la publicisation des transactions de marijuana. À la fin de la seconde partie, je mets en exergue les arguments qui corroborent l'existence actuelle d'un complexe « cadre » (au sens de Goffman [1974]), renforçant l'hypothèse selon laquelle la question regroupe les caractéristiques d'un « problème public » tel que Dewey (1927) le théorise. L'analyse d'une histoire longue des controverses permet de démontrer que le monopole au sujet de ce problème (longtemps exercé par des médecins allopathes) a été brisé. Tout comme elle a permis de mettre en évidence les chemins sinués qui ont conduit à redonner une « apparence normale » (GOFFMAN, 1971) à certaines transactions de marijuana dans la région étudiée. Cette partie démontre aussi que l'arène dans laquelle se présente ce problème n'a pas été formée par décret ou « du jour au lendemain », comme si elle était le résultat de l'assemblage de différents blocs préformatés. En fait, l'arène de la marijuana s'est développée au Brésil au milieu de tensions et de disputes, de manifestations d'intérêts et de plaisir, de discours et de gestes qui impliquent des personnes qui font partie de cette présentation et qui assument différents rôles.

La troisième partie de cette thèse étudie les personnes qui organisent, réalisent, accompagnent et défendent les performances de la Marche de la Marijuana à Recife, ainsi que les scènes, les scénarios, les répertoires, les coulisses et les conditions de production de ces performances. Cette partie est basée sur une observation participante des manifestations revendicatives et sur des entretiens semi-dirigés. Elle s'attache à retracer la genèse du groupe qui organise ces Marches, qui a commencé ses actions sous le nom de Collectif Marche de la Marijuana – Recife (*Coletivo Marcha da Maconha – Recife*), puis est passé à s'identifier sous celui de Collectif Antiprohibitionniste du Pernambouc (*Coletivo Antiprobacionista de Pernambuco – CAPE*). Il s'agit d'une partie plus longue et descriptive qui cherche à exposer ce qui a été dit et fait durant ces marches à Recife au cours de la période analysée. Dans cette partie et dans celle qui suit, j'assume un récit plus personnel dans lequel le rôle participant du chercheur est pris en compte, révélant une écriture à la première personne du singulier qui démontre un engagement dans

les processus décrits. L'idée est de démontrer la dimension moralisante de ce type de revendication, ainsi que l'importance des trajectoires de certains individus qui ont joué un rôle de premier plan dans cette histoire. Pour cela, des perceptions issues de l'observation participante des manifestations et des rencontres qui ont contribué à leur réalisation sont rapportées, tout en s'appuyant aussi sur des informations issues des entretiens et sur des données récoltées auprès d'autres sources documentaires (notamment dans la presse régionale).

Cette troisième partie analyse aussi la constitution d'une identité collective des organisateurs des Marches de la Marijuana à Recife, qui prend forme dans le propre processus d'organisation, de réalisation et de défense de ces manifestations. Il est utile de souligner que cette identité n'est pas immuable, mais qu'elle est constamment modifiée et prend de nouvelles significations au fur et à mesure que ses promoteurs se rendent compte d'autres aspects avec lesquels ils sont en relation.

Au travers d'une analyse de ce qui a été décrit, et en prenant en considération le cadre théorique dans lequel cette recherche s'inscrit, ainsi que l'ample bibliographie référencée tout au long de ce travail, la quatrième partie prétend clore la discussion en envisageant les changements qui se sont produits au cours de la brève histoire de revendication collective nommée Marche de la Marijuana à Recife. En se recentrant sur une préoccupation plus analytique, j'essaie de synthétiser une compréhension sur la manière dont l'action coopérée de divers individus forme et reforme l'identité qui a marqué cette Marche en tant qu'action collective et qui a eu comme effet positif de protéger les sujets individuels qui se sont engagés dans son organisation. Malgré des disputes internes au sujet du sens à attribuer à l'action, sa dimension moralisante est plutôt en lien avec les progrès en vue de la normalisation des transactions de cannabis. Cependant, l'arène est toujours porteuse de risques liés aux intérêts et pratiques conflictuelles qui persistent dans les performances. Nonobstant, cette partie de la thèse développe l'hypothèse d'une consolidation récente du mouvement antiprohibitionniste dans la ville de Recife, où de manière singulière se note une association des leaders avec le féminisme et l'idée de « désobéissance civile ».

Cette socio-histoire n'a pas laissé de côté l'analyse de la commodité dont certains leaders faisaient preuve à mettre en avant ou à omettre leur participation à cette expérience. D'ailleurs, le propre recours à la figure de « leader » n'ignore pas l'aspiration du Mouvement Marche de la Marijuana à organiser et à réaliser son action de manière horizontale et décentralisée¹⁸⁷. Mais, dans un souci de cohérence avec les données issues de l'observation participante, des aspirations du MMM et des références théoriques dans lesquelles s'inscrit cette thèse, la figure de « protagoniste » se révèle être la plus adéquate pour rendre compte de l'action de « marcheurs » qui agissent au premier plan et possèdent une forte capacité à influencer le rôle d'autres acteurs. Ces protagonistes ne sont pas à confondre avec des leaders autocrates, et amènent cette expérience à se rapprocher de ce qui serait une situation intermédiaire entre les « chefs » du XX^{ème} siècle décrits et analysés par Yves Cohen (2013 ; 2015) et les « *crowds without masters* » observées par le même Yves Cohen (2014) lors des manifestations telles que celles des « *Jornadas de junho* » (« Journées de juin ») réalisées lors de l'année 2013 au Brésil.

La circulation de certains de ces protagonistes par différents espaces, porteurs des mêmes revendications qui peuvent prendre diverses formes, plus ou moins adaptées selon la situation, s'avère être l'une des compétences les plus importantes pour que certains organisateurs se soient constitués en tant que leaders des mobilisations et qu'ils soient reconnus comme tel par d'autres membres du collectif, ou par des organismes de presse, ou encore par les autorités étatiques. Ces organisateurs produisent des résonances entre les espaces qu'ils fréquentent et les autres acteurs et spectateurs qu'ils atteignent. Ainsi, ils jouent un rôle analogue à celui de traducteur – en conséquence duquel ils deviennent des sortes de porte-parole du collectif et diffusent des éléments des performances étudiées.

Un autre aspect qui relève de l'observation des performances de revendications collectives consiste en la fusion d'une partie du public dans le spectacle de la participation. Il s'agit d'une fusion partielle, réversible, transitoire, temporaire, mais qui demeure très importante, car elle indique

187 Voir la charte des principes du Mouvement Marche de la Marijuana. Disponible sur : <http://blog.marchadamaconha.net/>. (Page consultée le 02/09/2016)

la possibilité par laquelle les « marcheurs de la marijuana » parviennent à communiquer leurs demandes et à générer de l'identité avec d'autres acteurs.

Au cours de l'enquête, l'ordre moral relatif au sujet s'est modifié, et le thème de la marijuana a de nouveau été rattaché à la notion de « remède », sortant du cadre stigmatisant de vice « morbide », comme le dirait José Lucena (1987), ou « dégénéératif », selon José Dória (1915). De la sorte, même si jusqu'en 2016 on ne note pas de changements significatifs en ce qui concerne l'ordre légal, certaines transactions de cannabis se rapprochent de ce que Goffman (1971) nomme « apparence normale ». Ainsi, il est devenu de plus en plus rare que le simple fait de consommer du cannabis aboutisse à des sanctions juridiques pour l'individu. Un ancien chef de police de la région, colonel retraité de la police militaire de l'État du Pernambouc, m'a confié : « Je n'enverrai pas un policier contrôler quelqu'un seulement parce qu'il fume un joint.¹⁸⁸ » Presque dix ans après cette déclaration, il semble que ce genre d'affirmation se soit répandu au sein des corporations policières qui ont l'impression, selon le colonel, de « remuer du vent » (« *enxugar gelo* »)¹⁸⁹. D'un autre côté, parallèlement à la normalisation de la marijuana dans la région, il y a un alignement des cadres intermédiaire et global où

188 En portugais : « *Não vou mandar um policial abordar ninguém só porque tá fumando um baseado.* » Cette affirmation est tirée d'un échange informel entre l'ancien chef de police et le chercheur, lorsque les deux étaient collègues de travail au sein d'un service de sécurité rattaché au ministère de la Justice en 2008. Ce militaire faisait référence plus spécifiquement aux jeunes habitants de la capitale du Pernambouc qui parfois se rassemblaient dans le quartier nommé *Recife Antigo*, et entre diverses activités de loisirs en profitait pour fumer du cannabis.

189 Cette impression n'est pas l'apanage des cadres supérieurs de la police comme l'atteste cette déclaration d'un gendarme engagé dans une grève en 1997 dans un État voisin, la Paraíba : « J'ai arrêté un mec qui fumait de la marijuana. [...] Malheureusement, une fois j'ai croisé un jeune homme de 17-18 ans [qui grâce à son âge ne pouvait pas être incarcéré] en possession d'une cigarette de marijuana, un accro. J'ai demandé au lieutenant de ne pas le filmer, mais il m'a répondu de le filmer pour qu'il apprenne. Résultat : le jeune a été filmé, sa mère l'a expulsé du domicile familial, il a perdu son emploi dans un parc, et six mois plus tard, je l'ai arrêté pour vol à main armée. » En portugais : « *Eu prendi um cara que estava fumando maconha. [...] Infelizmente, encontrei, certa vez, um rapaz de 17-18 [que devido à idade não podia ser preso] com um cigarro de maconha, era viciado. Pedi ao tenente para não filmar, mas ele disse: vai filmar para esse safado aprender. O resultado: o rapaz foi filmado, a mãe o expulsou de casa, perdeu o emprego num parque e, seis meses depois, eu o preendi assaltando a mão armada* » (ALMEIDA, 2010, p. 359).

la plante et les produits qui en sont dérivés sont à nouveau objets de dispute d'intérêts médicaux et économiques, représentant un risque de formation d'un nouveau monopole sur le sujet.

Sans se centraliser sur les modifications de la posture de la part des forces de l'ordre, cette partie de la thèse analyse certains changements de posture des organisateurs et des Marches de la Marijuana à Recife. Cela est accompli au travers de l'analyse de l'émergence du féminisme dans l'organisation et la réalisation des « marches », de la disparition d'un sous-groupe connu sous le nom de « *Segura a Lombra* » (« Tiens le *Trip* ») et des cas d'organisateurs qui se sont présentés en tant que candidats aux élections municipales (pour le poste de conseiller municipal) durant la période où l'enquête a été menée (durant les années électorales de 2012 et de 2016). Le changement de posture d'un député de l'Assemblée du Pernambouc affecté par la performance des « marcheurs » et par l'articulation nationale d'antiprohibitionnistes des diverses régions du pays réunis à Recife pour la réalisation du 1^{er} Rassemblement National des Collectifs et Activistes Antiprohibitionnistes (I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas – I ENCAA) sont aussi des éléments analysés dans cette partie, où un rôle fondamental des activistes du Pernambouc dans l'articulation d'un mouvement antiprohibitionniste national est postulé.

Les conclusions présentent de manière synthétique trois résultats de l'enquête. La première porte sur les controverses historiques relatives au cannabis dans le pays. La deuxième aborde les performances en relation avec le sujet et postule l'existence de plusieurs « cannabismes » (« *maconhismos* ») et d'un seul mouvement antiprohibitionniste. La troisième conclusion met en exergue les changements observés pendant la période d'observation participante, principalement à Recife, mais sans perdre de vue la perspective du cadre national dans laquelle la Marche de la Marijuana s'inscrit. Il s'agit d'un cadre de croissante normalisation de certaines transactions de cannabis, mais où l'on décèle la persistance de nombreux risques. Finalement, on reprend la dimension de combat présente dans la notion d'arène et des éléments permettant d'affirmer que la « performance réussie » de la Marche de la Marijuana est celle qui combine la « fusion » du public avec la « diffusion » des performeurs.

Cette combinaison contribue à réformer l'encadrement des transactions avec cette drogue dans la région. Actuellement, la disposition à agir sous le signe de la « désobéissance civile » et la montée du féminisme produisent les nouveautés qui concluent cette recherche.

La fin de cette histoire n'est pas à charge d'un personnage individuel, mais il faut bien connaître les personnages afin de comprendre leurs actions et les contextes dans lesquels ils agissent. À partir de cela, il est possible d'établir de manière prospective une perception de l'histoire. Toutefois, la seule certitude est le doute, comme le signalait déjà Descartes. C'est ce qui constitue le thème central de la conclusion de cette recherche, qui ne laisse pas beaucoup de marge pour avancer de nombreuses assertions quant à l'avenir des transactions de cannabis au Brésil. Cependant, il est permis d'énoncer que l'ordre moral vis-à-vis de ce sujet est en train de changer et cette thèse permet surtout d'affirmer que les performances de revendication collective sont également en pleine mutation.

De manière générale, les conclusions proposent une synthèse d'une histoire longue du cannabis au Brésil (première conclusion) et analysent le processus de mutation d'une revendication collective qui passe de la « place du fumeur de marijuana » au « couloir des mouvements sociaux » dans la ville de Recife entre 2008 et 2016 (deuxième conclusion). Ce processus de changement comporte des risques qui peuvent conduire à des résultats bien différents de ce que prétendent les organisateurs des Marches de la Marijuana (troisième conclusion). Finalement, l'enquête a permis de mettre en exergue que le changement de normes ne dépend pas exclusivement de ce qui est dit sur le sujet, mais aussi de ce qui est fait et de la manière dont les personnes se sentent en essayant de modifier le cadre dans lequel la question est posée. Le processus de changement est en corrélation directe avec la progression de l'apparence normale de ce qui est dit et de ce qui est fait vis-à-vis de situations qui sont en cours de réalisation et représentent une transgression de normes légales ou sociales, ou du moins prétendues comme telle. La conjugaison de ce qui est dit et fait constitue la propre performance qui, dans ce cas, produit plus de changements et conduit à l'hypothèse qui rapproche la Marche de la Marijuana à Recife d'un acte de « désobéissance civile » très influencé par des perspectives féministes (conclusion finale).

Finalement, cette thèse contient cet appendice en français, où je propose une introduction sur l'objet de l'étude et sur l'organisation du texte, et où je développe une synthèse de la réflexion sur les théories et les méthodes qui ont influencé la recherche, générant les conditions nécessaires pour présenter les conclusions de la recherche, à la fin de ce texte.

Théories et méthodes

Les théories et méthodes sont à l'enquête ce que les ingrédients et les recettes sont aux omelettes. « On ne fait pas d'omelette sans casser des œufs » et sans avoir quelques pistes à propos de la préparation. Il en va de même pour une thèse de doctorat, on ne peut pas la réaliser sans acquérir de connaissances, ni sans tenter d'appliquer des procédures ratifiées dans des expériences précédemment menées par d'autres chercheurs. En ce qui concerne les omelettes, les recettes ne sont, ni plus ni moins, qu'une référence d'expériences considérées comme réussies selon l'avis d'un certain nombre de dégustateurs. Les ingrédients sont toutes sortes d'éléments qui sont incorporés dans le processus de préparation d'un plat déterminé. Évidemment, d'autres connaissances, expériences et intérêts, ainsi que les disponibilités et contraintes du cuisinier entrent en ligne de compte pour la réalisation de sa tâche. Pourtant, l'analyse des structures et des circonstances qui opèrent sur l'action culinaire n'apparaît généralement pas dans les livres de recettes.

Bien qu'il ne s'agisse pas d'une recette, il est important de noter que cette thèse a aussi la prétention de briser quelque chose, puisqu'elle s'essaie à découper le cadre des revendications collectives relatives au cannabis à Recife afin de révéler la multiplicité et la simultanéité des éléments qui le composent. En outre, cette thèse prétend rendre compte des nombreuses caractéristiques de ces éléments et tente de décrire les moyens par lesquels ils s'associent dans la composition de la Marche de la Marijuana à Recife.

Ainsi, dans cette thèse, sont employés des ingrédients du pragmatisme, de l'analyse socio-historique des problèmes publics, de la métaphore théâtrale en sociologie, de l'économie morale et identitaire, et aussi de ce que l'on pourrait nommer de « performance réussie ». Tout au long de cette enquête, j'ai essayé de suivre des procédures employées

dans des œuvres souvent issues des recherches rassemblées sous le nom d'École de Chicago. D'autres structures et circonstances ont aussi pesé sur mon action en tant que chercheur, mais la plupart des réflexions à propos de ces dernières ont été reportées dans un autre document nommé « quasi-journal », du fait que j'ai réalisé que cela n'était pas central pour la thèse, tout comme les conditions de travail du cuisinier importent peu pour celui qui est à la recherche d'un livre de cuisine.

Le legs pragmatiste : perspectives et perception d'expérience

Commençons par l'ingrédient pragmatiste de l'enquête qui prend appui sur la notion d'expérience chez Dewey (1993 [1938], p. 511) pour affirmer la place centrale de l'idée de « conséquence » des expériences. Or, Dewey (1993 [1938], p. 511) postule que « le sens des choses réside dans les conséquences qu'elles produisent quand elles sont en interaction avec d'autres choses spécifiques¹⁹⁰ ». Pour cet auteur, même ce qui précède l'expérience peut être affecté par elle. L'individu et le milieu sont des conditions nécessaires pour que se réalise une expérience quelconque. Ils lui sont donc antérieurs, mais peuvent aussi être altérés par sa réalisation. La précédence est, dans ce cas, une question vide de sens, tout comme la réflexion à propos de l'individualisme et du communautarisme chez Dewey. Comme il l'a précisé vers la fin de sa vie, en postulant que « [...] l'expérimentalisme est plus profond que n'importe quel autre "isme" » (DEWEY, 1950 cité par ZASK, 2001, p. 64).

Dans la théorie de l'éducation de Dewey, l'importance de l'expérience est bien connue. Cependant, sa théorie politique met aussi en exergue l'expérimentation. Comme le signale Pogrebinschi (2014), la production de cet auteur dépasse largement les domaines de la philosophie, de l'éducation et de la psychologie ; étant aussi prolixe en théorie politique avec des œuvres telles que le petit essai intitulé « Le public et ses problèmes » (DEWEY, 2010 [1927]). En abordant un univers bien plus large que l'enfance et le quotidien scolaire, Dewey (2010 [1927]) énonce ce qu'il entend par ce qu'est le public,

¹⁹⁰ En anglais : « *the significance of things resides in the consequences they produce when they interact with other specified things.* » Traduit par nos soins, comme tous les extraits référencés en portugais, anglais et espagnol dans la bibliographie.

les différences entre le public et le privé, la nature et les modes de résolution des problèmes publics. À propos de cet ouvrage, il convient, en premier lieu, de souligner que sa notion de public met en évidence une grande diversité d'acteurs : « [...] tous ceux qui sont tellement affectés par les conséquences indirectes de transactions qu'il est jugé nécessaire de veiller systématiquement à ces conséquences » (DEWEY, 2010 [1927], p. 95). Les transactions de Dewey ne sont pas une catégorie juridique transposée à la philosophie politique. Il aborde les transactions comme étant l'ensemble des expériences où il y a nécessairement un changement des concernés, que ce soit des sujets de l'interaction ou des éléments de l'environnement où ils se trouvent. Lorsque les transactions affectent exclusivement ceux qui sont directement engagés, il s'agit de transactions privées pour Dewey. Ainsi, la distinction entre le public et le privé n'est pas la même que celle qui sépare l'individuel et le social. Cette différence n'est pas non plus à confondre avec les acceptations de l'État ou de l'étatique, tout comme elle est éloignée de notions telles que l'audience, l'auditoire ou les spectateurs. Même des actes privés peuvent avoir des conséquences sociales, puisque les transactions réalisées par plus d'une personne (même en privé) comportent des caractéristiques sociales et « [...] peuvent être socialement précieuses à la fois par leurs conséquences indirectes et par l'intention directe qui y a présidé » (DEWEY, 2010 [1927]). Ainsi, il n'y a pas nécessairement de rapports de cause à effet entre le caractère privé d'un acte et le développement de conséquences non sociales ou antisociales. Mais son contraire est obligatoirement vrai : toutes les transactions publiques ont des conséquences sociales. Les sujets directement engagés dans des transactions deweyennes éprouvent forcément leurs effets directs, mais souffrent aussi de l'un ou de plusieurs de leurs effets indirects. Le public, comme tel, est à la fois acteur et spectateur de changements qu'il passe à observer de manière systématique à partir du moment où il les perçoit. Dewey signale des pistes pour la recherche de ce qui devient public en ces termes :

[...] nous devons commencer par les actes qui sont accomplis, non par les causes hypothétiques de ces actes, et considérer leurs conséquences. Nous devons aussi mobiliser l'intelligence, ou

l'observation des conséquences *en tant que* conséquences, c'est-à-dire en connexion avec les actes dont elles procèdent. [...] Nous prenons donc notre point de départ dans le fait objectif que les actes humains ont des conséquences sur d'autres hommes (DEWEY, 2010 [1927], p. 91).

Puis, Dewey considère la perception des conséquences comme étant la condition de la différenciation entre le privé et le public en ces termes :

[...] certaines de ces conséquences sont perçues, et leur perception mène à un effort ultérieur pour contrôler l'action de sorte que certaines conséquences soient assurées et d'autres, évitées. [...] Dans cette distinction, nous trouvons le germe de la distinction entre le privé et le public. Quand les conséquences indirectes sont reconnues et qu'il y a un effort pour les réglementer, quelque chose ayant les traits d'un État commence à exister (DEWEY, 2010 [1927], p. 91).

Ainsi, le critère décisif pour démarquer les différences entre le privé et le public n'est pas fixé par des principes ontologiques, légaux ou gouvernementaux, mais se configure au milieu des circonstances où l'expérience s'accomplit.

En suivant ce cheminement théorique, on peut comprendre qu'il existe deux types de transactions de cannabis, celles d'ordre privé et celles qui correspondent aux caractéristiques du public chez Dewey. L'analyse de la littérature scientifique à propos du cannabis au Brésil révèle que la répercussion des diverses opinions aboutit à des controverses sur le sujet et contribue à la définition des modes de régulation des transactions – qui au-delà d'affecter les propres agents directement concernés – produit des effets dans la vie de personnes et d'endroits qui n'ont jamais été mêlés directement à la question. En considérant, en outre, l'existence de sujets

qui perçoivent les conséquences de l'actuelle régulation des transactions de cannabis comme étant dommageable, dénoncent ce mal supposé, produisent une communication multiréférentielle (pas uniquement discursive) pour un public qui inclut des individus directement et indirectement affectés, organisent et réalisent des actions de revendication de changement, on perçoit une publicisation controversée du cannabis demandant des solutions qui sont constamment proposées par différents acteurs de l'arène où se jouent les controverses.

Mais celui qui parle de pragmatisme reconnaît la perspective de ce dont il parle. Il ne s'agit pas seulement de comprendre l'expérience de revendication comme étant une réinvention constante¹⁹¹, mais

191 Cela ne revient pas à nier l'existence d'intervalles où les actions sont réalisées de manière « normale » (pour le dire comme Goffman, 1971) ou bien en mode de « pilotage automatique » (BECKER, 2007 [1998]). Or, Schutz et Luckmann (1973) affirment que le « *taken for granted* » domine le « monde de la vie quotidienne » ; ce qui permet, par exemple, que les personnes utilisent un ascenseur sans réfléchir à la manière dont il fonctionne, ni à la façon dont ils devraient agir en cas de panne. L'attitude réflexive sur la constante réinvention de l'expérience, comme le remarque Becker (2007 [1998]), n'est mobilisée que dans des situations particulières qui peuvent être considérées comme étant des problèmes. En revenant à la métaphore de l'ascenseur, on peut déduire à partir d'elle que pratiquement personne ne se demande comment il fonctionne à chaque fois qu'il y accède : Est-ce qu'il y a des courroies, des pistons ou d'autres technologies mécaniques ? Comment ses portes s'ouvrent-elles ? Qu'est-ce que ses boutons activent exactement ? Comment peut-on ouvrir ses portes en cas de panne ? Pourtant, lorsqu'un problème se manifeste, n'importe quelle personne peut très vite élaborer ce genre de questionnements. Et même plus, celui qui reste bloqué dans un ascenseur en panne peut se mettre en action, seul ou avec d'autres partenaires du problème. Cette action n'est pas toujours cohérente vis-à-vis de l'enchaînement logique qui va de la réflexion à l'action, mais parfois dans une conjecture où l'on retrouve le binôme action/réflexion en mode simultané, ou même encore dans une forme inversée qui va de l'action vers la réflexion, puis revient sur l'action jusqu'au moment où sa propre habileté, la technologie de l'équipement ou les responsables de la manutention du service font que l'ascenseur reprenne le cours normal de son fonctionnement et permette l'ascension ou la chute de celui qui était momentanément infortuné. L'expérience publique et la vie, de façon générale, se présentent de manière analogue à celle du passager de l'ascenseur. Les périodes de fonctionnement « normal » dominent la vie quotidienne, mais ce sont les pannes qui stimulent la réflexion. Un ascenseur qui est la plupart du temps en panne n'est pas supportable, tout comme l'est une vie entière de réflexion. Les personnes pensent davantage lorsque les choses sortent de leur cadre habituel. Mais, en général, ils agissent en mode de « pilote automatique » et réinventent leurs formes d'agir dans le propre processus d'action.

d'indiquer sa propre perception comme étant l'une parmi d'autres dans le champ des possibilités. Ici, la référence indique un autre penseur bien connu des pragmatistes : Mead.

À la fin du XIX^{ème} siècle, lorsque Dewey assume ses fonctions au sein de l'Université de Chicago, George Herbert Mead le rejoint en tant que collègue au sein du département de philosophie, qui restera longtemps associé au département de sociologie de cette prestigieuse institution. Il participe à l'expérience pédagogique menée par le couple Dewey à Chicago, et restera rattaché à cette université durant plus de trente années, jusqu'à sa mort en 1931. Il développe de nouvelles approches pour le behaviorisme, et est connu jusqu'à aujourd'hui comme l'un des fondateurs de la « psychologie sociale » (LEWIS et SMITH, 1987). En outre de ses contributions à la psychologie, à la philosophie et aux théories de la communication, Mead s'implique également beaucoup dans la formation de sociologues qui seront connus plus tard comme membres de la première génération de l'École [de sociologie] de Chicago. Quelques-uns de ses anciens élèves sociologues ont rassemblé leurs notes prises lors de ses cours pour publier un ouvrage posthume (MEAD, 1934), qui répond pour une grande partie de sa durabilité dans la tradition écrite académique selon Ritzer (1987, p. 66).

C'est dans cet environnement intellectuel que Mead va développer une notion très importante pour l'enquête qui nous intéresse ici, il s'agit de l'idée de « perspective » qui est en relation directe avec sa théorie de l'acte. Il établit quatre phases de l'acte humain, que l'on peut traduire comme : l'impulsion, la perception, la manipulation et la consommation (MEAD, 1938). N'étant pas disposées de manière linéaire, ces phases constituent le processus élémentaire de l'action humaine car, selon Mead (1938), les individus agissent sur la base de stimuli sensoriels desquels vient l'« impulsion » ; puis, les mêmes stimuli parviennent à la « perception » de ce qui se passe et, *in continuum*, pose les conditions de réflexion s'appuyant sur le bagage individuel et sur les possibilités de « manipuler » ce qui se passe pour mieux comprendre, décider et enfin « consumer » un acte. Dans cette

complexe théorie des phases de l'acte humain se trouvent deux notions chères à cette recherche.

L'une des notions de la « théorie de l'acte » de Mead motive même le choix du titre de cette thèse, puisqu'elle indique la « perception » comme étant quelque chose qui va au-delà de ce qui est dit et fait ; qui maintient des rapports avec les stimuli sensoriels, en découle même, étant généralement associée plus à la vision, mais qui n'est – comme le démontre Mead (1938) – qu'un produit composé d'un ou de plusieurs stimuli ressentis¹⁹². Sans constituer une critique de cette théorie, il est à noter que la perception mobilise aussi une dimension intuitive associée tant aux sens qu'aux émotions et à la cognition réflexive. On ne peut percevoir que ce qui, d'une certaine manière, affecte celui qui perçoit et qui génère en lui une réflexion plus ou moins profonde et durable.

Ensuite, il faut souligner que la notion meadienne de « perspective » est employée ici à partir de ce que Mead nomme de « nature objective des perspectives ». Selon cet auteur,

[...] les perspectives ont une existence objective [...] la perspective n'est pas subjective. En d'autres termes, elle est toujours dans un monde perceptible dans lequel croît ce qui est subjectif. Le subjectif est cette expérience de l'objet qui a lieu dans l'individu lorsque la réalité de l'objet, au moins sous certains aspects, ment (MEAD, 1938, p. 114).

192 Cela renvoie également à la postulation de Merleau-Ponty (1945, p. 40), au sens de reconnaître la perception comme étant ce qui « inaugure et fonde la connaissance » par l'intersection des sens et des expériences. Mais, il s'éloigne beaucoup de l'obsession de nier la logique cartésienne, et surtout kantienne, objet des premières pages de l'œuvre de Merleau-Ponty (1945). La phénoménologie de Merleau-Ponty insiste sur le fait que l'expérience existe en dépit de la réflexion faite sur elle. De la sorte, le projet de Mead n'est pas analogue à celui de Merleau-Ponty qui est à la recherche du « moment décisif de la perception : celui d'un monde *vrai* et *exact* » (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 85), qui précède la perception elle-même. Mead ne semble pas se préoccuper de l'ordre de succession entre l'expérience et la perception. Au contraire, il y a, pour lui, une perspective de simultanéité.

Mead (1938, p. 124) précise ce qu'il comprend par « objet » et du rapport de ce dernier avec sa notion de perspective : « [...] un objet est une expérience dans laquelle il y a une relation définie et récurrente entre l'expérience passée de l'organisme et ses attentes futures. [...] Toute une configuration d'objets liés les uns aux autres constitue une perspective ». Durant les premières décennies du XX^{ème} siècle, l'auteur soutient que les caractéristiques d'un objet dépendent de l'environnement et de la structure où il se trouve. S'appuyant sur la postulation kantienne sur les couleurs, il affirme, par exemple, que la qualité « bleue » n'existe que pour des organismes physiologiquement aptes à reconnaître le « bleu ». Pourtant, tout comme Peirce, Mead soutient qu'un animal ne peut concevoir quelque chose comme étant bleu, seulement si l'environnement lui offre des choses capables de refléter le bleu dans le spectre optique. De la même manière, la dureté d'une pierre est une condition pour que quelqu'un fasse l'expérience de la dureté de ladite pierre. Il est alors facile de comprendre que l'herbe, dans la perspective d'une vache, est vue comme un aliment, et que la même soit perçue par un habitant d'une grande ville comme quelque chose de beau et de vert, qui doit être arrosé, fertilisé, ou même tondu.

Cette notion de perspective, tout comme celle de perception, est importante pour cette étude, ce qui justifie encore deux remarques à son propos. En premier lieu, il est important de reconnaître que cette thèse ne constitue qu'un seul produit de la perspective, ou des différentes perspectives, d'un chercheur. Ce qui ne signifie pas que j'ai inventé tout seul mon récit. Selon la théorie de l'acte de Mead, j'ai recueilli des indices à partir des stimuli ressentis sur mon terrain d'enquête. Tout comme j'ai capturé certaines choses des environnements académiques auxquels je suis rattaché. Ainsi, le compte rendu de cette recherche sous la forme de thèse comporte aussi des inventions d'autres personnes. Mais, il incombe au chercheur de percevoir ces inventions avec ses propres sens, ses affects, ses émotions, jusqu'à les manipuler (au sens meadien) à l'aide d'un bagage théorique et méthodologique, qui l'a guidé dans ses choix de mots pour représenter les perceptions et d'un ordre pour ranger le récit l'enchainement de son récit. Je suis donc le seul responsable pour

ce qui est exposé, et je reconnaiss ce travail comme étant un point de vue sur un problème. Tout comme je comprends que cela implique la possibilité d'existence d'« angles morts » qui représentent des lacunes qui ne pourront être comblées que par d'autres interprétations. La notion de perspective contribue à situer cette thèse dans un contexte des études présentées actuellement comme étant des productions post-modernes, post-coloniales ou post-anthropologiques ; dans lesquelles on ne suppose pas que les enquêtés sont passifs face aux chercheurs, ou incapables de produire des impressions sur le problème étudié¹⁹³. La thèse est une interprétation de la perspective du chercheur qui cherche à répondre aux normes de la production académique en sociologie, mais elle n'a pas l'intention d'épuiser le problème analysé ; en outre de reconnaître que « Toute manière de voir constitue également un mode de non voir » (BURKE, 1935, p. 49).

193 En ce sens, la philosophie et les sciences sociales africaines représentent une référence épistémologique importante. En analysant la production philosophique, Hountondji (2008, p. 151) affirme que « [...] les auteurs partaient du principe que les Africains n'avaient pas conscience de leur propre philosophie et que seuls les penseurs occidentaux, qui les observaient de l'extérieur, pouvaient tracer un cadre systématique de leur savoir ». Ce point de départ s'applique à de nombreuses sciences qui, de manière générale, semblent partir de l'idée que les Africains n'avaient pas de « conscience », c'est-à-dire qu'ils ne connaissaient pas leur propre savoir et qu'ils dépendaient de l'interprétation exogène du colonisateur pour en prendre connaissance. De nombreux intellectuels africains se sont insurgés contre cette épistémologie colonisée. Hountondji, lui-même, a proposé un dépassement de cette pratique scientifique qu'il nomme « l'extraversion » : c'est-à-dire la production de savoirs tournés vers l'Occident et publiés en langues étrangères (principalement en anglais et en français). En anthropologie aussi les critiques se sont multipliées et l'hypothèse de l'altérité est remise en question. Comme l'affirme Borges et al. (2015), à propos de l'œuvre d'Archie Mafeje, on suppose une « ontologie combative » (qui s'appuie sur des « ethnographies endogènes ») qui ne soit pas guidée par des séparations disciplinaires exogènes. Plus qu'interdisciplinaire, la post-anthropologie de Mafeje doit être « indisciplinée », selon Borges et al. (2015, p. 360). De la sorte, ce qui se produit comme connaissances africaines, telles que celles de Hountondji et Mafeje, est une science indisciplinée qui se réalise non seulement sur les bases de faits et de discours, mais à la frontière de connaissances endogènes qui réunissent des éléments distincts pour donner sens à ce qui se vit. Ce travail est, sous de nombreux aspects, influencé aussi par cette épistémologie qui cherche à dépasser la grande objectivation qui dissocie le « moi » et l'« autre », le « chercheur » et les « enquêtés ». Plus loin, je tenterai de démontrer que ladite objectivisation séparatrice est obsolète par rapport au développement de cette recherche spécifique.

En second lieu, la notion de perspective de Mead est très importante car elle est liée directement à la conception de l'objet. Selon Mead (1938, p. 132-133), « Les objets sont constitués à l'intérieur de perspectives » et « un objet n'est objectif que dans la perspective d'une communauté. » L'interdépendance de ces notions atteste que toute perspective a une dimension déterminée par le caractère objectif de la situation éprouvée par une ou plusieurs personnes. En ce sens, Mead prend ses distances avec un raisonnement classique de la sociologie française selon lequel les « faits sociaux » ont une nature particulière et peuvent être considérés comme des « choses » qui préexistent à l'expérience d'enquête. Dans cette enquête, la perspective mise en avant est celle du chercheur. Sauf en ce qui concerne le corpus bibliographique, l'analyse de trajectoires individuelles et quelques données issues d'entretiens ou d'articles de presse ; ce qui est analysé ici, est le produit de la propre expérience d'interaction du chercheur avec des éléments situés de l'enquête. Cette posture est cohérente avec la théorie ethnographique contemporaine et, comme nous venons de le démontrer, s'inscrit dans la conception meadienne de « nature objective des perspectives », cadre théorique important pour l'histoire et la pratique de la sociologie.

Les performances et la rupture de propriété d'un problème public

Au sujet de l'usage des métaphores qui accompagnent cette enquête, on remarque que l'ordre discursif est habituellement assez traditionnel et routinier en sciences sociales. Il en existe pourtant un autre, que l'on pourrait nommer « théâtral ». C'est en référence à cet ordre théâtral que nous essayons de mettre en exergue les caractéristiques complémentaires de ce qui est dit et fait par des organisateurs et « marcheurs » des manifestations étudiées. Bien que rare, je remarque que la sociologie accorde une certaine place à cet ordre, qui permet de rendre compte d'aspects qui n'émergent pas dans l'ordre discursif, oral ou écrit, en ayant des finalités narratives, argumentatives ou rhétoriques.

Au Brésil, la notion de « rituel » est l'une des clés analytiques employée par ceux qui cherchent à comprendre un ordre d'action qui ne soit pas uniquement discursif. La référence aux travaux de Victor Turner (1967 et 1969) est quasiment incontournable. Cette notion est utilisée aussi bien dans des études sur les campagnes électorales (BARREIRA, 1998), ou encore dans une thèse sur une autre « marche » revendicative de droits : la Marche nationale pour la réforme agraire, l'emploi et la justice, organisée par le Mouvement des Paysans Sans-Terre et analysée par Chaves (2000). Il y a aussi ceux qui affirment analyser en même temps ce qui est dit et ce qui est fait, comme Comerford (2000). Pourtant, même chez Comerford (2000), le dit et le fait semblent être dissociés dans le récit comme s'ils provenaient de « provinces¹⁹⁴ » différentes. J'ai essayé, ici, d'enquêter sur les manifestations revendicatives en considérant le dit et le fait comme faisant partie d'un même ordre que nous nommerons dorénavant « ordre de la performance ». Dans la performance, nous pouvons constater l'effet d'actions de dimension gestuelle (dont la perception demande principalement le sens de la vue), ainsi que de discours (perçus principalement par l'ouïe), et d'autres encore qui deviennent perceptibles par la médiation de connaissances, de sens et d'émotions.

Le choix de la métaphore d'ordre performatif est dû à une série de facteurs. En premier lieu, il y a l'hypothèse de Gusfield qui rappelle que la métaphore déplace un bagage d'un point à un autre,

[...] afin de surprendre, montrer des similitudes où par convention il y a des différences et de l'indifférence. Des poètes l'emploient à des fins

194 Alfred Schütz développe le concept de « provinces limitées de signification » à partir d'une discussion établie par William James sur l'existence de différents « ordres de réalité ». Selon James (1891), chaque ordre de réalité correspond à un « sous-univers », parmi lesquels il nomme le monde des sens ou des choses physiques, celui de la science, celui des relations idéales, celui des « idoles de la tribu », et les mondes surnaturels. Cependant, Schütz (1979, p. 248-249) insiste sur la dimension de l'expérience au détriment de l'ontologie qui sous-tend la discussion de James et préfère la diffusion d'un autre terme où il reconnaît : « un ensemble de nos expériences [se] [...] constituent en tant que provinces limitées de signification. »

esthétiques. Des scientifiques l'utilisent pour combler l'écart entre leurs réflexions et les connaissances populaires. Des spécialistes en sciences sociales ont recours à son usage pour découvrir des significations et des perspectives que l'action rend possibles (GUSFIELD, 2000, p. 4).

Une vaste discussion pourrait être faite à propos de chacun de ces usages de la métaphore performative, et aussi de l'association entre drame, rituel et performance (telle que le développe Turner [1986 et 1987], par exemple). Cependant, l'un des centres d'intérêt réside, ici, sur la manière dont Gusfield problématise l'alcool au volant aux États-Unis ; sujet qu'il aborde en prenant largement appui sur les pistes tracées par le critique littéraire Kenneth Burke. Un autre centre d'intérêt est la pertinence de l'œuvre de Goffman en ce qui concerne la sociologie de l'action collective.

Les limites de l'approche rituelle sont dues à une dynamique réduite. Les rituels répondent à des logiques prédéterminées, et semblent plus proches du discours perlocutoire et de l'acte cérémoniel – bien que Turner (1969) insiste à les différencier –, cristallisent des habitudes transmises sur plusieurs générations. En bref, les rituels ne se réinventent pas du jour au lendemain. La performance, au contraire, peut être comprise comme étant la propre dynamique de l'invention. Elle se rapproche des *happenings*, des interventions artistiques éphémères, des *sit-ins*, de l'*escracho*¹⁹⁵ et du charivari, par exemple. Dans la perspective

195 Les actes connus au Brésil sous le terme « *escracho* » sont des manifestations collectives aux abords de résidences de militaires retraités qui ressemblent aux charivaris. Ce genre de « concert où se mélangent les sons discordants et bruyants d'ustensiles de cuisine entrechoqués, de crêcelles, de cris et de sifflets, qu'il était d'usage d'organiser pour montrer une certaine réprobation devant un mariage mal assorti ou la conduite choquante d'une personne », selon la définition du dictionnaire du Centre Nationale de Ressources Textuelles et Lexicales. Disponible sur : <http://www.cnrtl.fr/lexicographie/charivari>. (Page consultée le 22/02/2016). Ces deux types de manifestations sont proches car elles sont réalisées dans des espaces publics pour dénoncer des problèmes envisagés par certains comme étant d'ordre privé. Notons la différence avec les « *panelaços* », ces concerts de casseroles des classes moyennes brésiliennes lors des transmissions nationales des discours de Dilma Rousseff (la présidente déchue en 2016). Les premiers types de manifestations se passent dans la rue, tandis que l'autre se limite généralement aux balcons de quartiers plus aisés.

analytique adoptée ici, la notion de performance semble plus propice pour rassembler le dit et le fait dans un même ordre de réalisation, où la présence d'un public a une importance décisive.

Erving Goffman, Howard Becker et Joseph Gusfield ont été étudiants à Chicago à la fin des années 1940, et ont donc été formés par la « vieille garde » de l'École de Chicago. De ces trois auteurs fondamentaux pour cette étude, l'œuvre de Gusfield est la seule qui n'a pas été traduite en portugais (ainsi que peu et récemment en français), ce qui explique qu'il soit un sociologue peu répandu dans l'investigation sociologique lusophone (et française). Ce qui me semble justifier quelques notes d'introduction sur son œuvre avant de mettre en lumière ses différences à propos de la métaphore théâtrale chez Goffman.

Tout d'abord, remarquons que Gusfield est un sociologue qui a traité le thème de la drogue, ou du moins qui s'est dédié à l'étude des relations entre une drogue (l'alcool), le comportement humain et les prises de positions politiques qui découlent de ces rapports. Il tente de démontrer la réduction du caractère « naturel » ou « normal » de certaines situations définies comme étant opposées au « bien commun » et qui donc « devrai[en]t être éradiquée[s] ou atténuee[s] par l'action publique » (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 113). C'est ce genre de situation que Gusfield nomme de « problème social ». Dans sa perspective, le contrôle des transactions d'alcool aux États-Unis est un sujet récurrent de ses recherches. L'intérêt de Gusfield (1981 ; 2012 [1989]) semble être de comprendre comment une configuration déterminée de significations relatives à un type de situation devient incontestable. C'est pour cette raison que la notion de « propriété du problème » est centrale et s'aligne sur les travaux de Dewey (1927), comme en atteste l'extrait suivant :

« Être propriétaire » d'un problème (GUSFIELD, 1981), c'est se voir investi de la reconnaissance et des obligations [...] d'attention et de crédibilité [...]. « Être propriétaire » d'un problème social, c'est détenir l'autorité d'énoncer qu'une situation est « problématique » et de proposer ce qui pourrait être fait pour y remédier. C'est avoir le pouvoir

d'orienter et de diriger l'organisation des ressources – les lois, les opinions, les moyens d'application, les biens et les services – pour contribuer à la résolution du problème. [...] Au XIX^{ème} et au début du XX^{ème} siècle, les églises protestantes étaient les principales « propriétaires » du problème de l'alcool. Elles ont perdu ce statut ou ont dû le partager avec des institutions médicales, gouvernementales et universitaires. Les industries de bière, de vin et des spiritueux ont tenté de faire disparaître la propriété du problème avec des slogans comme « La faute est dans l'homme, pas dans la bouteille » (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 118-119).

Lorsque les significations d'un problème sont contestées et disputées, la « propriété » est menacée. Au fur et à mesure que la contestation grandit et gagne de la publicité, il est possible que l'état de consensus moral associé à la propriété du problème se rompe. En cas de rupture, il n'y a personne en condition d'« articuler, de définir et de contrôler des situations d'une façon qui soit acceptable pour l'ensemble de la société » (GUSFIELD, 2012 [1989], p. 128). Selon Gusfield (1981), cette rupture est accomplie par des opérations dramatiques, narratives et rhétoriques. Cette triple opération simultanée qui met en scène, décrit et cherche à convaincre ou à persuader¹⁹⁶, démontre que l'auteur est attentif aux articulations discursives, mais aussi aux gestes. Disons pour résumer que Gusfield s'intéresse à la performance qui caractérise la publicisation d'un problème par différents angles, capables d'ébranler le consensus d'ordre symbolique sur lequel s'appuie la propriété.

196 Convaincre et persuader sont différents moyens de gagner une dispute discursive. Leurs différences sont mises en évidence par Perelman et Olbrechts-Tyteca (2009 [1958]), à partir de la tradition aristotélicienne. Les deux représentent une victoire d'une forme particulière de comprendre une question. L'étymologie aide à comprendre l'action de « vaincre avec d'autres personnes » comme étant propre à l'idée de « convaincre » ; tandis que la notion « d'amener quelqu'un à suivre une opinion » est liée à la « persuasion » et ne découle pas nécessairement du partage de compréhensions.

Par la suite, Gusfield (2012 [1989]) va élargir son raisonnement vers d'autres aspects qui dépassent largement le cadre de l'alcoolisme, en faisant référence à l'entrée de certaines conditions dans le champ du droit et de l'action publique. Les exemples sont nombreux : les handicaps physiques, les femmes, les enfants, les homosexuels, les personnes en privation de liberté, les toxicomanes, etc. Gusfield (2000) approfondit l'analyse de la dimension performatique du processus de dispute de significations qui rend possible la rupture de la propriété d'un problème public. Il considère tout le comportement humain comme relevant de la performance, révélant des « similitudes entre des actions planifiées ou mises en scène du monde de l'art [...] et la performance non-théâtrale » (GUSFIELD, 2000, p. 2). Tout en reconnaissant l'influence des premiers travaux de Goffman, Gusfield commence à prendre ses distances avec cette phase goffmanienne à cause de la préoccupation réservée au « management des impressions » des acteurs par eux-mêmes. Pour Gusfield (2000), ce n'est qu'à une époque ultérieure que Goffman (1974 et 1981) va élaborer conceptuellement quelque chose qui le rapproche de ses analyses et de celles de Kenneth Burke. Cette distance vis-à-vis de Goffman est due à la prétention de Gusfield à comprendre les significations de l'action aussi bien de ceux qui réalisent une performance que de ceux qui y assistent, puisque la performance « crée l'occasion et l'opportunité pour que celui qui la voit l'interprète en termes et compréhensions décalés ou en contradiction avec les intentions de l'auteur » (GUSFIELD, 2000, p. 6). Ainsi, à la différence des premiers travaux de Goffman, Gusfield s'intéresse au public et ne reste pas attaché à la quête de la compréhension des acteurs ; il s'intéresse au jeu, tandis que Goffman se préoccupe plus des joueurs.

Dans cette perspective, la théorie contemporaine de la performance, telle qu'elle est développée par des anthropologues comme Richard Schechner (1988), est aussi importante pour cette recherche. La distinction du public des performances que propose Schechner (1988), entre « public intégral » et « public accidentel », permet de problématiser la capacité d'un public à s'aligner avec un

ou plusieurs aspects du contenu et de la forme présentés. Le « public intégral » possède cette capacité, tandis que le « public accidentel » correspond au modèle moyen du public de théâtre, qui ne cherche pas à accéder aux coulisses, ne diffuse pas ce qu'il assiste, ne discute même pas à propos de la performance lorsque la présentation se termine.

En synthèse, la notion de performance utilisée ici rassemble des éléments tirés du monde du théâtre et déjà bien établis en sociologie. La performance inclut des dimensions du geste et du texte développées sur une scène qui dispose de nombreuses ressources périphériques telles que des coulisses, des vestiaires, des rideaux, des lumières, des sons, etc. Elle est alors l'ensemble des éléments mobilisés pour l'accomplissement d'un acte capable d'altérer le comportement des performeurs et de l'audience. La performance, même si elle est de plus en plus fréquente, maintient encore une distance par rapport à la vie quotidienne. On parle de plus en plus de performance dans d'autres contextes, comme dans les sports ou dans le monde des affaires, dans lequel il est fréquent qu'au Brésil on fasse la référence à une certaine « performance du marché ». Dans les arts contemporains, elle est employée en référence à la production d'œuvres constituées par le propre processus d'interaction entre des artistes et leurs publics. Ce sens de la performance artistique est le plus riche pour l'analyse de l'objet de cette enquête. Tout comme au théâtre, la performance des arts contemporains ne s'accomplit qu'en présence d'un public. Lorsqu'il n'y a pas de public, il peut y avoir des répétitions, des essais, des préparations, des entraînements ou autre chose encore ; mais pas de performance, car elle dépend d'un public.

Remarquons aussi le fait que ce public performatif n'est pas le même que le public de théâtre. Il n'est pas attendu du public de la performance ce que Goffman (2012 [1974] p. 169) attribue comme attentes vis-à-vis de l'audience de théâtre dont « on ne peut demander que de l'attention, de la considération et le paiement des billets d'entrée ». La performance – au-delà des pièces de théâtre – demande un « public intégral » qui contribue au développement du spectacle. Les actions et les réactions du public sont décisives pour la réalisation

de la performance¹⁹⁷. Il est attendu bien plus que de l'attention et de la considération de la part du public d'une performance ; tout comme il est souvent dispensé de payer l'entrée. La performance inclut aussi la possibilité de mettre les « émotions au travail », comme nous le verrons à propos de la synthèse de l'émotion chez Dewey que propose Quéré (2012).

La notion de performance semble la plus adéquate pour analyser l'acte de revendiquer en « marche » en tant que réalisation théâtrale d'un scénario et de rôles déterminés de façon très dynamique au travers d'accords éphémères qui orientent performers et spectateurs sur une scène qui n'établit pas de barrières physiques entre les uns et les autres, et où les rôles s'hybrident, rendant la figure du « marcheur » similaire à celle d'un « spect-acteur » (BOAL, 1999)¹⁹⁸. Ce néologisme marque

197 Un exemple de réaménagement du cours de la performance qui découle de l'intervention du public est fourni par Marina Abramović, qui est restée immobile pendant six heures dans une salle d'exposition, avec 72 objets que le public pouvait utiliser pour intervenir sur son corps. Selon Bonfitto (2013, p. 1256), « Parmi les objets disposés sur la table, se trouvait un revolver chargé à balles réelles, une rose, un flacon de parfum, une clochette, des chaînes, des épingle, des ciseaux, des stylos [...] , l'exploration du risque et de la perte de contrôle se fait au travers de la liberté totale accordée au public, qui pouvait agir de la manière dont il l'entendait. Les dynamiques comportementales déployées par le collectif de personnes présentes au Studio Morra ont varié de l'extrême délicatesse à l'agressivité la plus brutale. Les épines de la tige de la rose sont utilisées pour la griffer, provoquant des saignements, la lame de rasoir est aussi utilisée pour la couper, et son sang est littéralement sucé par des membres du public ; ses vêtements sont déchirés et l'arme chargée de balles est mise dans ses mains et pointée en direction de sa tête, avec son doigt sur la détente. À un moment donné, la performance est interrompue par les organisateurs, préoccupés par les développements pouvant surgir de la montée constante de la violence manifestée par le public ». Il s'agit de la dernière performance de la série *Rhythm*, réalisée par l'artiste en 1974, dans la ville de Naples.

198 Tel un intrus dans ce territoire bibliographique, le théoricien brésilien du théâtre Augusto Boal est omis dans les textes mentionnés qui portent sur le théâtre ou sur la médiation entre le théâtre et les sciences sociales. Pourtant, la notion de « spect-acteur » qu'il emploie dans ses *Jeux pour acteurs et non-acteurs* (BOAL, 1999), même si elle ne reconnaît pas, au public de théâtre, la pleine capacité d'interpréter différents rôles, met en exergue certaines circonstances où le public peut être « dupé », pour utiliser un terme de Goffman (1974), et interpréter sans savoir qu'il interprète. Sur la base de cette métamorphose du rôle du public, Boal développe le « théâtre invisible » ; mais il tente (avec le « théâtre forum ») de surmonter la duperie du public en invitant des membres du public à prendre part aux spectacles traitant de divers modes d'oppression pour changer la fin de la pièce. Nombre de ces expériences sont décrites dans le texte mentionné (BOAL, 1999), et celles développées en France, en Suisse et en Italie (lorsque l'auteur vivait en situation d'asile politique en Europe), méritent notre attention.

le caractère hybride entre le spectateur et l'acteur, en mettant l'accent sur la dimension active de celui qui expérimente une présentation théâtrale.

En outre, raisonner en termes de performance dépasse les frontières du rituel, dont la réalisation répond à des routines et à des contraintes dans les relations entre ses agents. La notion de représentation, à son tour, contient une dimension de faux-semblant : celui qui interprète, sait qu'il interprète, connaît son rôle, et comment l'interpréter, a reçu une formation dans cet objectif. La représentation (ou mise en scène, comme on dit au théâtre) est un acte de professionnels. On dit couramment que les personnes présentent : les étudiants présentent leurs travaux, les travailleurs se présentent au travail, des inconnus sont présentés les uns aux autres, les journalistes de télévision présentent les journaux télévisés, les scientifiques présentent leurs résultats de recherche, les romans présentent des histoires, etc. La représentation est réservée au monde professionnel du spectacle ; même lorsqu'il s'agit d'une représentation validée des élections (généralement dans ces cas, les personnes représentées ne sont pas consultées pour ratifier une mise en scène au nom du collectif qui est représenté). Comme cette thèse porte sur un « monde réel » dans lequel les personnes contestent, revendentiquent et proposent, la tentative consiste à décrire et à analyser des présentations (en tant que performances) observées au cours de diverses éditions des Marches de la Marijuana à Recife, sous le prisme d'une vaste bibliographie réunie autour de la catégorie « *perform studies* » en sciences sociales et en études théâtrales¹⁹⁹.

Il convient d'ajouter la remarquable contribution du « *cultural sociologist* » Jeffrey Alexander, qui propose l'idée de « performance réussie », genre de performance qui « dépend de l'habileté à convaincre d'autres personnes que la performance est vraie » (ALEXANDER, 2006,

199 Ici, je ne prétends pas embrasser l'ensemble de ces études. Par exemple, je ne mentionne pas les analyses des études féministes des actes de « performativité du genre » (BUTLER, 1988) qui – en s'appuyant sur une compréhension particulière d'une théorie des actes, réunissant Mead, Merleau-Ponty et Husserl – aborde la question du « genre » comme étant une construction déterminée par le comportement humain.

p. 33). Le « programme fort » d'Alexander indique que la performance réussie est capable de générer la « re-fusion » de la collectivité engagée car elle se rapproche de la notion de « quasi rituel » (« *ritual-like* »). Les postulations de cette thèse pondèrent le modèle proposé par Alexander en termes de réussite de la performance, notamment en ce qui concerne une catégorie présente dans ce modèle : la « fusion », ici comprise comme étant l'effet d'une performance sur ceux qui sont initialement affectés par elle en tant que spectateurs, mais qui jouent un rôle plus important que la plupart des publics, ce qui est analogue à l'idée d'« efficacité » sur le « public intégral », comme Schechner (1988) le développe dans sa théorie de la performance. Néanmoins, les notions de « *de-fusion*²⁰⁰ » et de « *re-fusion* » du modèle proposé par Alexander ont été laissées de côté au profit de l'idée de « diffusion » qui constitue la « réussite » ou le « succès » des performers.

En observant la fusion et la diffusion des performances dans la Marche de la Marijuana, j'ai essayé de comprendre ce qui faisait son succès et son efficacité. La fusion est ce qui lie des formateurs et des spectateurs. Tandis que la diffusion²⁰¹ est apparue au cours de l'enquête comme une notion utile pour exprimer les capacités disponibles chez certains des performers à ajuster leurs paroles et leurs gestes en fonction des différentes scènes et publics devant lesquels ils se présentent. Ces deux caractéristiques sont les clés de la réussite des performances observées.

200 Dans le modèle d'Alexander, la « *de-fusion* » est l'effet contraire de la fusion, que l'on pourrait traduire par l'idée de « désagrégation ». D'un autre côté, son idée de « *re-fusion* » a le même effet que celui de fusion, mais il s'observe seulement à la suite d'un phénomène de désagrégation.

201 Comme l'a bien observé Bringel (2011, p. 57), « La notion de “diffusion” a une longue trajectoire dans les études sur les mouvements sociaux aux États-Unis, et elle est utilisée par Tarrow (2005 ; 2010) comme faisant partie de ces éléments et mécanismes qui permettent de comprendre comment des discours, des demandes, des expériences et des répertoires de revendication se propagent dans différents lieux, dans certains cas extrêmement distants les uns des autres. » Ainsi, la pertinence de la « *contentious politics* » est à nouveau notable en ce qui concerne l'angle d'approche des pratiques abordées dans ce travail. Selon Tarrow, il existe trois principales formes de diffusion : relationnelle (avec une interaction humaine directe), non-relationnelle (qui passe par la médiation des médias, par exemple) et par l'entremise de tierces-personnes. Dans l'action des « marcheurs », ces trois formes de diffusion peuvent être observées.

L'usage de ces idées suit encore, ici, une perspective métaphorique. Il n'est donc pas attendu que la fusion génère une dissolution complète des parties en un tout homogène ; mais plutôt qu'elle soit capable d'insérer de nouveaux spectateurs dans la Marche, qui continueront à tracer leurs propres trajectoires individuelles, bien qu'intégrés au sein d'une cause collective. D'un autre côté, la diffusion permet de comprendre des possibilités pour que les activistes atteignent des publics qui n'ont pas l'habitude d'être à l'endroit où se déroule la Marche, mais qui sont affectés par les performances. Les performances des « marcheurs » qui diffusent les idées de la Marche de la Marijuana dans d'autres lieux semblent différentes – à tel point qu'il n'est pas aisément d'identifier des éléments communs – de ceux utilisés pendant les Marches ; mais c'est justement cette capacité d'adaptation qui élargit les possibilités de « *transportation* » et qui permet qu'une même cause affecte des publics très différents.

Malgré une référence répandue qui lui attribue une origine supposément anglaise, notons que le terme « performance » est formé par la juxtaposition et la dérivation des termes latins « *per* » et « *forma* », renvoyant à une étymologie qui lie les notions de forme et d'action. Cela se rapproche de l'importante hypothèse pragmatiste selon laquelle quelque chose est créé au cours d'une action. Le terme « performance » résulte justement de l'association du préfixe « *per* », qui indique le moyen par lequel on fait quelque chose, avec la racine « *forma* », qui indique les limites qui donnent une configuration particulière à un corps. Turner (1982, p. 13-14) reconnaît des origines françaises à ce terme : « parfournir » qui veut dire « compléter ». D'ailleurs, Agier (2004, p. 146) rappelle l'ancien français « performance », qui vient de « parformer » qui signifie « accomplir, exécuter ». Les langues latines – comme le portugais, le français, l'italien et l'espagnol – ne possèdent pas un verbe directement associé à cette idée, tandis que l'anglais détient le verbe « *to perform* », dont la conjugaison indique clairement l'idée de produire quelque chose au cours du propre processus de production. Ce n'est pas un hasard que ce verbe soit présent dans le propre titre du dernier ouvrage de Gusfield (2000). *To perform* est un acte que l'on pourrait traduire par quelque

chose comme « performer » (en tant que verbe). Cependant, on cherche généralement des alternatives pour les néologismes, épargnant ainsi aux traducteurs de longs développements sur la morphogenèse des langues. En espagnol, par exemple, ce verbe peut être traduit par la propre idée de « faire », comme procède Carballo (2008) en référence à l'œuvre de Jeffrey Alexander. La traduction portugaise de Williams (2010 [1954]) considère le terme comme synonyme de « scène » (« *cena*²⁰² »). Dans cette thèse, l'idée de « performer » apparaît sous les traits de « présenter », « développer », « accomplir », « exécuter », « effectuer » ou encore « réaliser » ; mais parfois le néologisme « performer » est conjugué tel quel en raison de la richesse des significations qu'il porte en lui.

Lorsqu'on effectue une performance, plus ou moins de choses sont dites. Il n'y a pas de relations d'incompatibilité, d'exclusion mutuelle ou de prééminence du dit sur le fait, ou vice-versa. C'est dans cette perspective que la plus grande partie de ce travail (partie III) se dédie à la description des performances des « marcheurs » – et occupe aussi la plus grande partie du « quasi-journal » d'enquête –, objet principal de cette recherche. Il est attendu d'un travail d'analyse d'un problème public, étudiant les performances sous la perspective présentée, qu'il permette de surmonter le fétiche sociologique du soupçon qui suppose une incontournable présence de quelque chose au-dessus, en dessous ou derrière, qui déterminerait le cours d'une action. Ainsi, cette thèse essaie d'éviter l'obsession de ce que beaucoup de sociologues nomment en termes de « structure ». D'un autre côté, je postule que l'action collective n'est pas limitée aux apparences : l'enquête se concentre sur ce qui est fait, en essayant de comprendre qui, quoi, quand, où, pourquoi, avec qui, contre qui et comment cela est fait. Au travers de ces questions, j'espère faire connaître les contraintes structurelles, mais aussi la dimension

202 Le problème des traductions en langue portugaise est connu depuis longtemps dans le monde de la sociologie. Le sens des termes traduits est parfois altéré. Un exemple classique (GASTALDO, 2008, p. 150) est celui du terme « *presentation* » de Goffman, qui a été traduit en portugais par « *representação* » (« représentation »). Dans cette même traduction, on peut souligner aussi la réduction de la notion de « *self* » à « *eu* » (« je »), altérant considérablement le sens du terme, vu que le « je » ne représente qu'une partie de la notion de « *self* ».

d'agence qui pousse les performeurs, les spectateurs, ainsi que d'autres collaborateurs à prendre part aux actes et aux discours qui se succèdent dans un temps et un lieu donnés. Les questions du « comment » ou des « apparences » ne représentent qu'une dimension de l'analyse des performances ; surtout que l'on sait, depuis Goffman (1959, p. 70), que : « [...] bien que les gens soient en général ce qu'ils ont l'apparence d'être, leur apparence pourrait bien, néanmoins, avoir été habilement arrangée » (GOFFMAN, 1987 [1959], p. 72).

L'action collective et les mouvements sociaux : entre émotions, morale, cadres et connaissances

En quittant la scène des performances, il est à noter qu'il n'y a pas de mouvements sociaux sans « action collective²⁰³ ». Cette notion est employée car elle est plus ample et exempte de l'adoption précipitée des perspectives de « lutte des classes²⁰⁴ » et de « conflit²⁰⁵ » qui s'immiscent dans les théories des nouveaux mouvements sociaux et de la politique contestataire. Adopter cette perspective ne revient pas à nier les dimensions de contestation ou de dispute, mais exprime la préoccupation envers l'observation et la description avant de classifier et d'analyser. Nous pouvons remarquer aussi que l'identité collective d'un mouvement social est souvent formée et reformée au long d'expériences concrètes, perceptibles, qui peuvent donc être décrites

203 Afin d'être en cohérence avec la révision bibliographique brésilienne sur les mouvements sociaux : « Un mouvement social est toujours l'expression d'une action collective et découle d'une lutte socio-politique, économique ou culturelle » (GOHN, 2008, p. 14).

204 Selon Touraine (1978, p. 104) : « Le mouvement social est la conduite collective organisée d'un acteur de classe luttant contre son adversaire de classe pour la direction sociale de l'historicité dans une collectivité concrète. »

205 Selon Tilly (2010, p. 136), les mouvements sociaux sont « une forme spécifique de politique contestataire – contestataire au sens que les mouvements sociaux impliquent l'élaboration collective de revendications qui, en cas de succès, entreraient en conflit avec les intérêts d'autrui ; politique dans le sens que des gouvernements, d'un type ou d'un autre, figurent d'une certaine forme dans ce processus, que ce soit comme demandeurs, cibles des revendications, alliés de ces cibles, ou moniteurs de la dispute. »

et analysées. Dans ces expériences d'action collective, comme le note Jasper (1997, p. 101), « les émotions, la morale et les connaissances sont inséparables. »

Les personnes qui forment les mouvements sociaux peuvent partager certaines caractéristiques depuis la naissance ou à partir du processus de développement de leurs actions dans le mouvement social. Ce partage constitue une identité collective. Dans le cas analysé, j'ai cherché à identifier les éléments de ce processus d'identification qui forme un ensemble d'expériences en perpétuel changement. D'un côté, l'ensemble révèle des lignes de continuités, mais le Mouvement Marche de la Marijuana est aussi passé par de la diversité et du changement au long de ses dix années d'existence à Recife. Ce qui permet de nuancer les théories qui énoncent des caractéristiques *a priori* sans lesquelles il n'y aurait pas de mouvement social. Des reconnaissances et des usages de l'identité collective en conformité avec des situations où ses membres s'engagent et par rapport aux expectatives qu'ils nourrissent ont été observés. J'ai tenté de ne pas rester limité à une analyse en termes d'identité et de mouvement social, et à ces fins, j'ai suivi le cheminement tracé par Cefaï (2007) à partir du legs pragmatiste de Dewey et de Mead, se concentrant sur le concept de « société de publics », où la notion de « publics » correspond aux :

[...] processus d'association, de coopération et de communication qui émergent sans cesse, de façon transversale aux sphères d'expérience [...], soucieuse en même temps de la tension entre individu et collectif, entre institution et émergence, entre intérêt et signification, entre contexte et action. Une réflexion moins préoccupée de poser l'unité d'un sujet politique, d'en identifier la structure de classe ou d'en recenser les ressources de mobilisation que de pointer des foyers d'expérimentation et de communication, de repérer des lieux de critique et de conflit, de faire

connaître et de rendre intelligibles des moments de configuration de problèmes publics (CEFAÏ, 2007, p. 466).

Cette recherche tente de suivre une théorie de l'action collective que pointe Cefaï (2007) à partir d'approches telles que 1) le legs de la sociologie de Chicago ; 2) les théories de l'action rationnelle et de la mobilisation des ressources ; 3) la théorie des (nouveaux) mouvements sociaux ; et 4) les hypothèses de Goffman à propos de l'analyse de situations. Sans avoir l'intention de recenser la vaste bibliographie qui compose ce cadre théorique, notons que son application évite les écueils d'analyses excessivement rationalistes, utilitaristes et stratégiques. Les pôles des approches que Cefaï (2007) pointe, sont les principales références de cette observation participante au sein de la Marche de la Marijuana à Recife.

Venons-en maintenant à un aspect souvent méprisé dans les études scientifiques, la dimension émotionnelle qui traverse la vie quotidienne des personnes et des mouvements sociaux. D'après Dewey (cité par QUERÉ, 2012, p. 135), « Il faut qu'un problème soit senti pour pouvoir être énoncé. »

En s'appuyant sur une dizaine de textes de Dewey et en procédant à la révision d'autres études sur la « configuration émotionnelle », Louis Quéré établit un agenda d'enquête à propos des « émotions dans l'expérience publique », qui ne se limite pas à la gestion des émotions. De la manière dont le présente Quéré, la nature objective de la pensée pragmatiste émerge des émotions dans la théorie deweyenne, en servant de base à la critique des arguments subjectivistes qui pointent l'émotion comme n'ayant pas une nature objectivement située. Il est impossible de séparer une émotion de ses « référents objectifs », ni de la situation qui la suscite.

Revenons à l'exemple de l'ascenseur en panne pour démontrer que les émotions suscitées par une situation donnée ne permettent pas d'établir des parallèles et des frontières nettes entre raison, action et émotion. Ainsi, comme les perspectives, les émotions possèdent

une nature objective établie à la fois par le sujet et son ambiance situationnelle, tout comme par les ressources dont il dispose. Quéré (2012) remarque l'usage que Dewey fait du terme « fonction », dans son sens mathématique qui n'établit pas de rapports causaux, mais une relation entre différents éléments. Alors, l'ascenseur et le fait qu'il ne fonctionne pas de la façon habituelle sont des aspects en relation avec les émotions, dans cette situation où l'ascenseur est en panne et des personnes s'y trouvent coincées. Cependant, dire que des facteurs ne sont qu'en relation, ne veut pas dire qu'ils n'ont pas d'importance. Pour Dewey, d'après Quéré (2012, p. 146) :

[...] l'émotion est plus particulièrement suscitée par le caractère « problématique » d'une situation : elle est une réponse à l'incertain et au douteux, au précaire et à l'ambigu [...] Elle peut aussi bien paralyser que susciter un rassemblement d'énergie pour agir sur les conditions environnantes, à la recherche d'un résultat préféré ou privilégié.

L'indétermination d'une situation est alors particulièrement capable de susciter de l'émotion, des raisonnements, des recherches, des découvertes, des décisions, etc. La relation entre des aspects si différents est déterminante pour agir ou ne pas agir. Pour comprendre et imaginer des issues à des problèmes publics, Dewey nous invite à réunir deux aspects séparés dans la modernité : raison et émotion. Les logiques de marché et de guerre, sur lesquelles reposent de nombreuses études d'inspiration rationaliste ou marxiste, ne prennent pas en considération la dimension émotionnelle de l'action collective, la réservant uniquement à des approches subjectivistes. Pourtant, dans la pratique, ce que l'on voit lors de manifestations sociales, ce sont des personnes mues par de nombreuses choses, y compris des émotions. L'observation participante réalisée dans cette enquête s'est aussi inspirée de cette perspective objective de la pertinence émotionnelle dans l'action.

Tout au long de cette enquête, j'ai été actif auprès de ceux qui avaient comme objectif commun de changer certaines normes relatives au cannabis, dans le but de comprendre ce qu'ils faisaient et la manière dont ils procédaient en vue de convaincre les autres. Cette conviction découle de la montée de la valeur positive de l'objectif défendu au sein de l'échelle morale de la société locale, désignée ici par le terme « moralisation ». Ainsi, malgré la large connaissance accumulée sur les mouvements sociaux dans le monde occidental, j'ai été sur le terrain, non pas pour classifier l'expérience dans une perspective théorique quelconque, mais plutôt en quête de la compréhension de la manière dont agissaient les personnes avec qui j'ai partagé beaucoup de mon temps au cours de ces dernières années. Sur des sujets controversés, la moralisation résulte de la dispute entre groupes opposés, au sein d'un processus qui mobilise des arguments, des performances, des sentiments et des émotions qui rendent possible la production de ce que Gusfield (1981) nomme de « propriétaires du problème ».

Ainsi, il est important de réservé une place dans cette réflexion théorique pour aborder des usages coutumiers, des modes d'action partagés, des performances individuelles et collectives habituelles, des conventions respectées par la majorité et des normes établies dans des dispositifs juridiques et administratifs qui ont une valeur positive au sein du corps social dans lequel ils se manifestent. En général, ces éléments sont en concurrence pour l'affirmation d'un ordre moral légitimé par de grands groupes sociaux. Cet ordre moral est ici présenté à partir du pragmatisme de Dewey (1927 ; 1930 ; 1941), mais aussi par le biais d'autres sources telles que : 1) la progression des usages coutumiers jusqu'aux normes morales et légales, d'après la lecture de Thompson (1998) lorsqu'il aborde les actions collectives de l'Angleterre du XVIII^{ème} siècle en refusant de se rendre à la conclusion simpliste de certains analystes qui expliquent ces manifestations par le simple fait de la présence de personnes affamées. Pour Thompson, la faim peut être un point de départ, mais jamais l'aboutissement d'une analyse appropriée de problèmes si divers que ceux qui ont été réunis sous le terme « émeutes de la faim ». 2) L'application hétérodoxe des concepts de « croisade »

morale (BECKER, 1985 [1963]) ou symbolique (GUSFIELD, 1963 ; 1981), qui représentent des approches novatrices par rapport aux problèmes des transactions de drogues. Bien que cette hétérodoxie ne soit pas totalement novatrice, comme Mathieu (2005) le remarque à propos du fait que l'entreprise moralisatrice peut être appliquée à l'étude des processus de quête de changements. Plus précisément pour ce qui concerne les drogues, Santos (2011) utilise également la métaphore d'« entreprise morale » pour désigner les Marches de la Marijuana. Et finalement, 3) la déclaration que des partisans locaux de la Marche de la Marijuana ont fait part au chercheur, selon laquelle cet événement avait « *encaretado*²⁰⁶ ».

Pour Dewey (1930 ; 1941), à partir de sa synthèse sur le droit, la morale est comme une sorte de déterminant de l'action. Ce qui ne nie pas le caractère dynamique de la morale. Dewey (1941), affirme que le droit est une « activité » et une « interaction » entre humains. Comme le démontrent Israel et Grosdidier (2014, p. 163) à propos de l'approche deweyenne sur le droit :

Insister sur la notion d'activité permet de souligner que ce qui compose le droit, ce ne sont pas des faits – au sens durkheimien, pourrait-on dire – mais des processus, des choses qui se passent, qui ne sont ni finies ni stables et dont il faut prendre en compte l'épaisseur temporelle, la durée.

En ce sens, Dewey délivre une métaphore importante pour la compréhension de la continuité entre les coutumes et les normes. Il s'agit de considérer le droit comme une rivière.

La vallée, dans ses relations avec la campagne environnante, ou comme « configuration du terrain », est le fait primaire. Le courant pourrait être comparé aux processus sociaux, et ses diverses

206 Ce qui est proche de l'idée de prendre un tour plus conservateur.

vagues [...] Les berges, comparables aux coutumes, sont stables, ce sont des situations constantes qui limitent et aussi dirigent le cours du courant (DEWEY, 1941, p. 78-79)²⁰⁷.

Pourtant, le cours d'une rivière n'a pas de stabilité absolue. Il y a des périodes pluvieuses et d'autres de sécheresse qui changent, plus ou moins naturellement, les berges de la rivière. Un grand nombre d'interventions humaines sont aussi capables d'altérer la direction et le volume d'une rivière ou d'un fleuve, comme par exemple ce qui se passe actuellement au Brésil avec le projet de transposition du São Francisco.

Ainsi, pour Dewey, le droit est une forme de transposition des coutumes aux règles, ou comme le postulent ces deux spécialistes de la sociologie et de la philosophie du droit :

La règle juridique est donc quelque chose qui évolue nécessairement, non seulement sous la pression des événements que sont les transformations macro-sociales, mais aussi plus quotidiennement du fait de son inscription à l'intérieur même des pratiques sociales. Le droit est dès lors quelque chose comme une effectuation, une pratique située qui ne se comprend que dans son environnement mais qui a également des effets sur celui-ci (ISRAEL et GROSDIDIER, 2014, p. 167).

Au-delà du caractère situé du droit, Dewey (1941, p. 78) avertit que ce mot rassemble des idées telles que des « règles juridiques », des « produits législatifs », des « activités administratives » et des « décisions judiciaires » mises en opération par les choix de personnes qui développent le rôle de juge et qui mettent en pratique ce qu'on appelle le droit. Comme toute décision humaine, les décisions des juges sont prises sur la base de perceptions, le stock de connaissances

207 D'après la traduction établie par Israel et Grosdidier (2014, p. 166).

et la capacité de manipulation effective des éléments qui forment un cas. Dans ce contexte décisionnel qui, en droit, est en lien avec une tradition connue en tant que « réalisme juridique », qui est envisagée par l'article d'Israel et Grosdidier (2014). Dans cette enquête, je retiens de cette discussion la dimension morale du droit comme conséquence de l'action sociale.

Pour Dewey (1930), trois aspects forment la morale. D'abord, le type télologique, c'est « faire le bien pour le bien », ce qui correspond à l'idée selon laquelle un individu bien informé et bien intentionné ne peut faire et ne peut désirer que du bien. Il s'agit de la rencontre de connaissances avec des croyances et des désirs de manière directement proportionnelle. Ensuite, il y a la morale de type déontologique où se pose la suprématie d'un aspect universel qui renvoie au raisonnement du type de l'« impératif catégorique » kantien. C'est donc une morale ontologiquement déterminée et transcendante. Finalement, il postule un troisième type de morale, celui de la vertu dans laquelle les valeurs du bien ne sont pas fixées par avance, mais répondent à une dynamique par le biais de laquelle la morale se modèle elle-même.

La réflexivité morale chez Dewey souligne la dimension télologique et surtout celle de la vertu pour comprendre les éléments moraux de l'action humaine (ANDERSON, 2014). Dewey refuse une théorie de la morale comme impératif transcendental et nous invite à penser l'action quotidienne et le droit à partir d'une théorie de la morale dans laquelle le « bien » est la base qui permet de projeter le « bien commun » dans le présent et l'avenir. La morale n'est donc pas un présupposé statique et conservateur des pratiques traditionnelles ; elle est dynamique et objective (dans le sens que Mead attribue à la notion d'« objectivité »).

La réflexion que mène Thompson (1998 [1971]) sur les « émeutes de la faim » reconnaît la présence de la faim dans ces expériences. De la même façon, je ne nie pas que dans les Marches de la Marijuana, il existe des raisons, des motifs, des discours et des pratiques en relation avec le cannabis. Mais je postule que la performance des « marcheurs » est orientée par beaucoup d'autres questions, qui vont

bien au-delà de ce qui l'a rendu connue. L'observation et l'analyse mises en place au cours de l'enquête permettent d'affirmer que n'importe quelle justification prise isolément se révèle totalement insuffisante pour comprendre les conditions d'émergence et de continuité ininterrompue des manifestations observées à Recife.

Thompson (1998 ; 1998 [1971]) reconnaît le manque d'ordre matériel comme un élément de l'action collective. Mais son analyse ne se limite pas à ce point. Il présente plusieurs facteurs qui entrent en ligne de compte dans la victoire des pauvres lors des émeutes de la faim dans l'Angleterre du XVIII^{ème} siècle. De nombreux aspects de son analyse se réfèrent à l'ordre moral paternaliste à l'œuvre à l'époque dans les relations économiques. Le modèle que Thompson (1998 ; 1998 [1971]) appelle « économie morale » est opposé dans ses travaux à celui qui révèle une tradition naissante en économie, et qu'il nomme « économie politique » ou « économie de marché ».

En synthèse, on peut affirmer que Thompson (1998; 1998 [1971]) étudie des événements normalement présentés en tant qu'« émeutes de la faim » à partir d'une description et d'une analyse dans une perspective qui reconnaît :

[...] une forme très complexe d'action populaire directe, disciplinée et avec des objectifs bien établis [...] [qui] avait pour base une vision traditionnelle cohérente des normes et des obligations sociales, des fonctions économiques propres à différents groupes de la communauté, qui, prises ensemble, permettent de dire qu'elles constituent l'économie morale des pauvres. Le non-respect de ces présupposés moraux, aussi bien que la privation réelle, était la raison habituelle pour l'action directe (THOMPSON, 1998 [1971], p. 152).

Ainsi, Thompson ne centre pas son analyse sur la faim, bien qu'il la prenne en compte dans son analyse. De la même manière, je n'ai pas comme objectif de centrer mon analyse sur le cannabis, mais il demeure un sujet incontournable dans une étude qui cherche à comprendre ce que les personnes font pour défendre des transactions de cette plante et de ses dérivés. Ici, le cannabis est comme un pont (au sens de SIMMEL, 1996) qui sert à analyser des circonstances par lesquelles des personnes arrivent aux endroits où ils peuvent affirmer leurs connaissances à propos du problème et présentent des propositions de solution. Ces endroits sont organisés par de complexes présupposés d'autorité, de responsabilité et de reconnaissance qui constituent l'encadrement moral dans lequel les « marcheurs » sont à la fois encadrés et encadrants. L'influence recherchée chez Thompson n'ambitionne pas la transposition anachronique de l'économie morale des pauvres anglais du XVIII^e siècle à la situation étudiée, mais elle permet de trouver un mode d'investigation qui semble utile à la quête de ce qu'il y a de moral dans la revendication collective des marcheurs de la marijuana à Recife en plein début du XXI^e siècle.

En passant à la sociologie des processus qui visent au changement de l'ordre moral, remarquons d'abord la récente révision du concept et des pratiques de « croisade morale » proposée par Mathieu (2005) en révélant la possibilité d'application de ce dispositif analytique à un vaste ensemble de revendications qui essaient d'altérer les modes de contrôle hétéronomes. Il est pertinent de considérer que, non seulement, ceux qui agissent pour des motivations conservatrices peuvent entreprendre une croisade morale, mais aussi tous les groupes en quête de consolidation de normes valables pour l'ensemble d'une société. D'après Mathieu (2005), entreprendre une croisade morale est une situation analogue à la « protestation morale » chez Jasper (1997) et signifie faire des efforts pour la reconnaissance sociale de certaines valeurs comme étant universellement valables. Des aspects archaïques du comportement social ont été étudiés à partir de cet angle d'approche, mais son application peut être utile à l'analyse de nombreux phénomènes sociaux.

Santos (2011) a appliqué les outils théoriques de Becker (1963) et de Gusfield (1981) dans son analyse sur l'influence des « passions morales » dans les lois actuelles relatives aux drogues au Brésil. La « passion » et le « vice » moral sont des influences qui vont contre ce que Santos appelle « perspective rationnelle ». Parmi les conclusions de son enquête sur la législation brésilienne sur les drogues (en particulier sur cinq : la marijuana, le tabac, l'alcool, l'ayahuasca et la *salvia divinorum*), il remarque l'action des entrepreneurs moraux, de la manière suivante :

Nous avons observé que, quel que soit le biais de la législation qu'ils visent à construire, les acteurs opèrent toujours de la même manière. Les multiples vérités officielles à propos de la marijuana, dès les premières interdictions du XX^e siècle jusqu'à la récente articulation anti-prohibitionniste, ont toutes été construites de manière similaire [...] Ainsi, l'organisation des marches comme la « Marche de la Marijuana » ne diffère de celles promues par la Ligue *Anti-Saloon*, qui a favorisé l'interdiction de l'alcool aux États-Unis, que par le contenu de la législation que la demande avait pour but de construire, mais elles sont équivalentes par rapport à l'objectif de création d'une norme légale pour l'usage d'une drogue (SANTOS, 2011, p. 97).

En accord avec le raisonnement de Santos (2011) par rapport à l'action moralisatrice entreprise au cours des Marches de la Marijuana, l'affirmation de Becker (1985 [1963], p. 171) vaut la peine d'être notée : « Les normes sont le produit de l'initiative de certains individus, et nous pouvons considérer ceux qui prennent de telles initiatives comme des entrepreneurs de morale ».

D'autres sociologues ont employé la métaphore des croisades pour discuter le processus de développement et d'adoption de nouvelles

normes. L'analyse de Gusfield (1963) sur la *Woman's Christian Temperance Union* en est un bon exemple. Gusfield a employé le terme « croisade symbolique » pour analyser l'action des femmes chrétiennes contraires à toute transaction de boissons alcoolisées. Becker (1963), à son tour, fait référence à la « croisade morale » anti-marijuana pour étudier l'action d'autres groupes religieux. Becker (1985 [1963], p. 172) note que : « Celui qui participe à ces croisades n'a pas seulement le souci d'amener les autres à se conduire "bien" [...] Il croit qu'il est bon pour eux de "bien" se conduire ». Les performances accomplies par ces acteurs collectifs dans d'autres arènes ont diffusé les controverses, amplifié leur visibilité et audience, en altérant de manière significative son importance. Les groupes religieux étudiés par Gusfield et Becker ont établi leurs positions de façade à partir desquelles ils ont demandé des mesures très rigoureuses par rapport aux contrôles des transactions d'alcool et de marijuana aux États-Unis. L'apparence sous laquelle ils se montraient a rendu possible l'évaluation positive de l'abstinence d'alcool et d'autres drogues. Tout cela agrandit la signification politique du débat. Dans cette enquête, l'une des hypothèses est que les performances du Mouvement Marche de la Marijuana contribuent à la production d'une place pour le cannabis dans l'ordre moral de la région étudiée.

Au cours de cette enquête, j'ai essayé d'identifier les bordures et de décrire le cadre auquel j'ai participé, tout comme j'ai cherché à révéler les encadrements (per)formés par l'action des organisateurs et des « marcheurs » – ce qui inclut des éléments du contexte dans lequel se passe l'expérience, mais cela garde aussi une intense relation avec une histoire des objets et des sujets engagés. Cela prend appui sur la vaste notion de « *frame*²⁰⁸ » de Goffman (1991 [1974]). Ce mot qui dénote à la fois le contenant et le contenu d'un cadre, a été repris par Goffman (1991 [1974]) à partir de l'ouvrage de Bateson (1972), dans lequel il affirme avoir trouvé le terme « dans un sens voisin de celui que j'entends lui donner » (GOFFMAN 1991 [1974], p. 15).

208 Traduit ici par « cadre » et par « bordure ».

Ce qui s'étend dans et sur les bords d'un cadre peut être considéré comme étant un message utile en tant qu'ordre d'organisation de la perception de l'observateur. D'après Bateson (1972, p. 193), cela signifie « accorder de l'attention à ce qui est dedans et ne pas prêter attention à ce qui est dehors ». Dans cet extrait, Bateson fait référence à une sorte de méta-communication qu'il a identifiée entre des animaux qu'il a observés dans un zoo. Il affirme que ces animaux ont la capacité d'émettre des signes capables de faire leurs pairs différencier la lutte, du jeu de lutte. Goffman n'a pas analysé d'animaux non humains, mais il a repris le terme « *frame* » pour étendre son approche à l'analyse des situations en affirmant que :

[...] toute définition de situation est construite selon des principes d'organisation qui structurent les événements – du moins ceux qui ont un caractère social – et notre engagement subjectif. Le terme de « cadre » désigne ces éléments de base. L'expression « analyse de cadres » est, de ce point de vue, un mot d'ordre pour l'étude de l'organisation de l'expérience (GOFFMAN, 1991 [1974], p. 19).

Dans cette perspective, les cadres peuvent être identifiés dans l'action d'un individu, mais sont aussi perceptibles au cours de l'interaction. Pour les analyser, il faut souligner un certain nombre d'aspects pertinents de l'expérience, car la même séquence de gestes et de sons peut provoquer quelque chose de totalement différent si elle a lieu entre des partenaires ou des adversaires, au travail ou dans les loisirs, à la maison ou dans la rue, en public ou en privé.

Des travaux de Goffman (1973 [1971]), j'emprunte aussi la notion d'« apparence normale » pour essayer de comprendre la progression de la tolérance vis-à-vis de la marijuana dans la Marche de la Marijuana à Recife. Ce processus de progression de l'apparence normale est nommé « normalisation ». En rappelant la racine

commune avec la notion de norme juridiquement ou socialement constituée, notons que Goffman (1973 [1971], p. 228) affirme que pour un individu : « les apparences normales signifient qu'il n'y a aucun danger à poursuivre les activités en cours ». Ainsi, ceux qui organisent, réalisent et qui marchent lors des manifestations étudiées démontrent que l'encadrement de la consommation de marijuana comme étant quelque chose de « normal » a progressé de manière importante et que l'acte de fumer de la marijuana ne semble plus être une performance à haut risque pendant la Marche de la Marijuana. Ce processus de normalisation de l'usage (fumer) de marijuana est lié à une évaluation positive de la marijuana dans l'échelle morale de la société affectée par les performances des « marcheurs ». Le sujet a fait son entrée dans des programmes électoraux, permettant une diffusion des manifestants et la fusion de nouveaux acteurs à la performance de revendication collective. Et, surtout, il a fait en sorte que l'acte de fumer de la marijuana soit de plus en plus toléré dans différents quartiers de la ville. Malgré cette progression normalisante de certaines transactions de marijuana, des risques continuent d'être observés, discussion menée en particulier dans la partie IV de cette thèse.

L'immersion dans le terrain

En ce qui concerne les méthodes, le travail s'aligne sur des références issues de l'interactionnisme symbolique, d'auteurs tels que Herbert Blumer, Raymond Gold et Howard Becker. L'inspiration analytique tire aussi ses sources des études en sociologie des problèmes publics et d'une histoire « à rebrousse-poil ». L'enquête de terrain dépasse intentionnellement des frontières disciplinaires en cherchant à accroître la participation du chercheur dans le processus analysé. Cet engagement tente de suivre les recommandations de base de Blumer (1969, p. 86) qui avertit que « Pour comprendre le processus d'interprétation, le chercheur doit prendre le rôle de l'acteur dont il se propose d'étudier le comportement. »

Pour le dire de manière plus simple, j'ai essayé de faire comme Becker (1985 [1963], p. 107), lorsqu'il explicite ce qu'il entend « par observation participante, c'est-à-dire en partageant le travail et les loisirs » de ceux que l'on étudie. Pourtant, il me semble important de noter que j'appartiens à une cohorte générationnelle différente de la majorité des enquêtés, beaucoup de nos goûts et plaisirs sont différents. La routine n'a favorisé des rencontres occasionnelles que sur une période de deux ans pendant laquelle j'ai travaillé pour une mairie de la région, occupant une fonction de gestion de la politique locale relative aux drogues. Donc, la plupart des rencontres entre enquêteur et enquêtés sont des artefacts du double engagement dans les activités d'enquête et d'activisme social. À certains moments, les quêtes avaient beaucoup de réciprocité (comme, par exemple, lorsque les organisateurs de la Marche ont invité le chercheur à s'exprimer durant une audience publique auprès du conseil municipal de Recife sur l'usage médical de la marijuana, en 2013 ; ou bien après quatre ans d'interactions, au moment où le Collectif de Recife cherchait à élargir sa lutte antiprohibitionniste à toutes les transactions de drogues et au pays entier).

Les moments de réciprocité étaient donc plutôt liés à un moment de postulation d'une position centrale du Collectif du Pernambouc dans le débat national antiprohibitionniste. Alors, les demandes des enquêtés se sont élargies ; appels téléphoniques en soirée, commandes de textes et interviews à propos de questions discutées au sein du Réseau National de Collectifs et d'Activistes Antiprohibitionnistes (RENCAA), créé en 2012 à Rio de Janeiro et plus connu à partir de 2016 à l'occasion de la I^{ère} Rencontre Nationale des Collectifs et d'Activistes Antiprohibitionnistes (ENCAA), qui a eu lieu à Recife en 2016. Pourtant, il est à noter que l'acceptation mutuelle de ces deux types d'acteurs réunis dans l'enquête a produit une sorte d'empathie qui nous rapproche de la condition d'amis, avec qui, il est vraiment possible de partager des loisirs qui ne sont pas liés au travail.

Notons que la législation brésilienne interdit explicitement l'usage de drogue telle que la marijuana, et que les normes sociales locales sont aussi réticentes à l'étude de pratiques qui demeurent

classifiées comme illégales²⁰⁹. J'ai donc essayé de m'en tenir au plan délicat de n'exposer dans la thèse que des aspects de l'expérience qui sont les plus pertinents pour la compréhension des moyens par lesquels les manifestants agissent sans pour autant dépasser la condition de respect du principe éthique fondamental de ne pas nuire à ceux sur lesquels porte l'enquête (CEFAI, 2010). Il est ainsi important de mettre en avant que l'on a évité de décrire certains actes qui ont eu un rôle dans la reconnaissance du chercheur auprès des enquêtés, mais qui pourtant peuvent faire l'objet de questionnements à propos de l'adéquation à la législation nationale et aux normes sociales locales. Cette précaution est présente dans plusieurs études, comme le remarque l'anthropologue Gilberto Velho²¹⁰ qui a enquêté sur des actes illicites accomplis par de jeunes consommateurs de cannabis et de cocaïne à Rio de Janeiro dans les années 1970. Pourtant, l'idée de maintenir un registre systématique des expériences vécues en situation d'enquête a traversé toute la période

209 Au Brésil, l'acte de fumer du cannabis est un type d'infraction dit « contraventionnel » (« *infração de menor potencial ofensivo* »), régit par la loi 11343/2006. La sanction de cet acte ne prévoit pas de privation de liberté, mais l'application de peines dites « alternatives » (« *penas alternativas* »). La différence entre « fumer » et « trafiquer » produit de grandes différences vis-à-vis de la nature des sanctions associées à chacune de ces transactions pénales, et il n'y a pas de critères objectifs dans la législation brésilienne pour qualifier ces deux actes. De sorte qu'une même quantité de cannabis peut être considérée comme étant propre à la « consommation personnelle » dans une situation déterminée, ou comme relevant du « trafic » dans de nombreux autres cas. Dans la pratique, la condition physique, financière et discursive de celui qui est en possession de la drogue, tout comme les circonstances du flagrant délit, de la confiscation et du conséquent enregistrement par les autorités compétentes, constituent un premier jugement auquel sont soumises les personnes arrêtées pour ces raisons. L'hypothèse de « faux flagrant délit » perpétré par des autorités n'est pas rare ; c'est-à-dire des situations où des gens arrêtés postulent que des autorités ont rajouté une certaine quantité de substance illégale dans les biens personnels afin de justifier un premier enregistrement des autorités qualifiant la saisie en tant que trafic. Ce thème est l'objet d'un récent mémoire de master en droit (GONÇALVES, 2016) basé sur l'observation des activités pratiquées par des policiers et des personnes en garde à vue au sein la *Central de Plantões da Capital* (organisme rattaché à la police civile de l'État du Pernambouc, situé dans la ville de Recife). Certains des interdits relatifs aux recherches anthropologiques portant sur les transactions de cannabis sont abordés par MacRae et Vidal (2006).

210 Au cours d'un entretien avec le sociologue Maurício Fiore (VELHO et FIORE, 2008).

du doctorat qui culmine dans ce texte et qui a conduit à l'élaboration parallèle d'un document nommé « quasi-journal », qui thématise des situations expérimentées sur le terrain et des *insights* du chercheur.

Sans avoir aucune prétention de publication, ce quasi-journal est aussi organisé en quatre parties :

[...] la première [...] est un compte-rendu des rapprochements initiaux de ce thème dans ma propre vie. [...] Puis, je dédie une partie plus grande à mes propres rapprochements en tant que chercheur vis-à-vis de l'endroit de l'enquête, des acteurs ou des institutions engagés dans le processus étudié. La troisième partie est une réflexion sur la définition du projet de recherche, qui passe par trois ou quatre différentes intentions pour enfin devenir une étude approfondie sur un seul cas [...] Finalement, la quatrième partie – la plus grande – comporte des registres sur des situations d'enquête au cours des années pendant lesquelles j'ai accompagné la Marche de la Marijuana à Recife (quasi-journal, p. 5-6).

Ainsi, j'espère justifier le choix de réserver l'analyse de la trajectoire du chercheur à un endroit spécifique, qui est celui d'un document plus intime qui a pour but d'offrir un appui à la réflexion et à l'écriture de la thèse. Le quasi-journal est un grand ensemble formé par huit cahiers ou blocs-notes, plusieurs milliers de photographies, des centaines d'heures d'enregistrements audio et aussi quelques dizaines d'heures d'enregistrements vidéo, qui révèlent de nombreuses caractéristiques de l'action étudiée.

La trajectoire de l'observation participante révèle d'abord ma préoccupation à justifier ma présence et à annoncer certaines des ressources que j'employais, tel qu'un smartphone qui jouait à la fois le rôle d'enregistreur numérique et d'appareil photographique. Le quasi-

journal révèle aussi les stratégies que j'ai élaborées pour négocier ma présence et l'usage de mes instruments de travail, même si cela n'a jamais été nécessaire. Le suivi de la Marche en 2012, la première année effective de l'enquête de terrain, a été une vraie course dans laquelle j'essayais d'écouter, de sentir, de percevoir, de prendre des notes et des photographies, tout comme d'enregistrer quelques extraits sonores de ma perspective du cortège : après avoir pris des notes à l'arrière les manifestants (à l'endroit prévu pour la concentration initiale de la manifestation), j'ai littéralement couru vers la ligne de front de la Marche pour enregistrer d'autres impressions, avant d'« envahir » un centre commercial afin de regarder la déambulation d'en haut (sur une passerelle du centre commercial qui relie son bâtiment principal à un autre qui sert de garage). D'en haut, aux côtés de spectateurs de circonstance, j'ai essayé d'enregistrer quelques opinions de ceux qui n'étaient présents que pour faire leurs courses du dimanche et qui se sont trouvés face à une mobilisation. Le grand nombre de registres pris de « l'intérieur » de la Marche, en plein milieu des manifestants, est notable. L'année suivante, un réseau de relations externes a été mobilisé, rendant possible l'appui de deux amis résidant dans une autre ville, et qui se sont disposés à faire le voyage, à accompagner l'expérience et à prendre des photographies et des enregistrements audiovisuels à des points analogues à ceux que j'avais couvert un an plus tôt.

Par la suite, mon attention s'est progressivement tournée vers les processus d'organisation qui précèdent la manifestation et les actions et réflexions qui lui succèdent. J'ai aussi constaté l'inexistence du besoin de stratégies de présentation et de négociation d'usage des outils de recherche pendant les rencontres avec les « enquêtés ». Il n'y a plus eu d'invitation d'agents externes pour enregistrer des impressions sur la Marche. Après deux ou trois années d'enquête, tous ceux qui occupaient le rôle d'organisateur de cette manifestation me traitaient déjà comme quelqu'un qui les étudiait, mais qui était aussi un « *brother* », un « *parceiro* » (partenaire), qui pouvait aussi être appelé

de « *bicha*²¹¹ » sans embarras. À un tel niveau d’interaction, le geste de pointer une caméra ou un enregistreur vers un organisateur n’a plus beaucoup de similarité avec le même geste effectué par une personne externe au processus d’organisation de la Marche de la Marijuana à Recife.

Durant toute la période de l’enquête de terrain, allant de 2012 à 2016, ma participation aux activités d’organisation et de réalisation de cette Marche a eu pour but de rendre possible la compréhension de la manière dont les organisateurs agissent et interagissent entre pairs, avec les autres marcheurs et avec des personnes qui ne les suivent pas dans les marches mais qui démontrent un certain intérêt envers la manifestation. Cette compréhension s'est faite au travers de mon insertion dans l'interaction étudiée. De cette façon, enquêter sur des marcheurs séloigne de l'habituelle grande division entre enquêteur et enquêtés, rendant compréhensible, par exemple, la façon dont des défenseurs de l'évolution de la réglementation des transactions de cannabis agissent de manière particulière sur les différentes scènes dans lesquelles leurs revendications peuvent produire des effets notables.

Au cours cette quête de compréhension, j'ai aussi été incité à agir, et en réponse à ce genre d'appel, j'ai participé à la majorité des actes et des discours auxquels j'ai été invité. C'est pourquoi l'observation participante est centrale dans la méthodologie de cette enquête. Les activités que j'ai accompagnées ont élargi la réflexion sur des questions telles que : Comment les activistes décident-ils de la forme, du contenu et du lieu où ils présentent leurs demandes ? Comment tirent-ils parti de leurs relations familiales et amicales pour exposer leurs revendications ? De quelle manière et dans quelle mesure leurs précédentes expériences contribuent à l'organisation de leurs tactiques et stratégies pour proposer

²¹¹ Ce terme, qui demande aussi des éclaircissements en portugais, est une dénomination vulgaire appliquée en général à des hommes homosexuels. Cependant, au cours de l'enquête, j'ai constaté un usage intime et amical, qui s'étend entre des individus indépendamment de leur genre et de leurs pratiques sexuelles. Comme me l'a confié l'un des organisateurs de la Marche, se référer aux autres par le terme « *bicha* est une forme de démontrer de la solidarité avec un secteur opprimé » (Eduardo Nunes, lors d'une interaction informelle avec le chercheur, en 2015).

des alternatives de solution au problème de la marijuana ? Dans quelles circonstances, comment, pourquoi, avec qui, contre qui et avec quels arguments les activistes de la Marche de la Marijuana se présentent-ils dans l'espace public pour défendre leur cause ? En outre de marcher, que font-ils durant la Marche ? Quels sont les changements observables dans cette Marche, ainsi que pour les personnes qui s'y engagent et dans la société comme un tout ? En essayant de répondre à ces questions, l'enquête a suivi un chemin fondé sur la participation active du chercheur aux expériences vécues par des personnes auprès desquelles il a mené la recherche.

Les entretiens exploratoires ont été réalisés en 2011 et 2012 avec des défenseurs de l'évolution de la réglementation des transactions de cannabis, qui ont permis de mettre en évidence une réceptivité mutuelle entre les activistes et le chercheur. La poursuite de l'enquête après la convention de cotutelle internationale de thèse avec l'UFPE, signée en 2013, a été accompagnée d'une intensification des rapports avec les sujets étudiés et de la participation systématique aux réunions du Collectif Marche de la Marijuana à Recife, où je me suis engagé dans l'organisation du Front des Drogues et des Droits de l'Homme du Pernambouc (*Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos*) et dans la formation du Collectif Antiprohibitionniste du Pernambouc (*Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco*).

Les cinq années de recherche ont assuré une relation de proximité et d'interaction avec des autorités publiques et des activistes, me permettant de jouer des rôles qui naviguent entre la participation et l'observation, comme le postule Gold (2003 [1958]) en référence aux multiples rôles sociaux des chercheurs dans des interactions visant à la réalisation de leurs enquêtes de terrain.

Les relations avec les enquêtés ont permis d'établir des liens similaires à ceux que Becker (1985 [1963]) maintenait avec les artistes qui fumaient de la marijuana, et qui étaient à la fois ses collègues de travail et les sujets de son enquête, qui portait sur le développement des carrières de musicien et de fumeur de marijuana à Chicago. Il y a aussi des similarités avec les relations entretenues par Velho (1975) avec de

jeunes consommateurs de drogues à Rio de Janeiro, dont il a étudié les interactions amicales. Cependant, comme cette enquête porte sur des modes de revendication collective, le chercheur s'éloigne de certaines limites déontologiques qui traversent les recherches de ceux qui ont étudié la production (IULIANELLI, 2006 ; IULIANELLI et FRAGA, 2011), le marché (BARBOSA, 1998) et les usages (CAVALCANTI, 1998 ; MACRAE et SIMÕES, 2000 ; VELHO, 1975) de marijuana au Brésil.

Entre les limites qui séparent l'« observation pure » de la « participation pure », et naviguant entre les multiples rôles identifiés par Gold (2003 [1958]), il a été possible de comprendre que le Mouvement Marche de la Marijuana au Brésil est formé par des gens qui organisent des manifestations homonymes en conformité avec le modèle établi par la *Global Marijuana March*, dont la première édition s'est tenue dans la ville de New York en 1998. La Marche est la principale manifestation du mouvement qui a pris ce nom et qui, pour le dire de manière rapide, vise à sensibiliser la population sur les besoins de discuter des alternatives à la répression des transactions de cannabis. Depuis 1999, ces manifestations se sont multipliées, en arrivant au Brésil par la ville de Rio de Janeiro, où a eu lieu la première de ces manifestations dans le pays en 2002.

La question de l'internationalisation de cette initiative pourrait à elle seule constituer une recherche doctorale, puisque les impacts des changements relatifs au cannabis dans un pays peuvent avoir des répercussions sur des pays voisins, en altérant des schémas de production, de distribution et de consommation de la plante. En outre, la collaboration des acteurs internationaux et la circulation des idées et des pratiques au-delà des frontières d'un pays contribuent à l'augmentation du répertoire d'arguments et d'actions du mouvement étudié. Cependant, cette question représente un objet pour une autre enquête. Pour l'instant, ce que l'on problématise, c'est la manière dont le cannabis est encadré dans différents cycles d'attention d'une histoire nationale sur la longue durée ; et plus particulièrement, comment il est « performé » dans l'organisation et la réalisation d'expériences locales de revendication collective de courte durée, qui continuent jusqu'à aujourd'hui. Le lieu choisi pour la réalisation de la recherche est la ville

de Recife, capitale de l'État brésilien du Pernambouc, dans la macro-région *Nordeste* du pays. La première manifestation reconnue comme étant une édition de la Marche de la Marijuana dans cette ville, s'est déroulée en 2008, réunissant des organisateurs sous le nom de « Collectif Marche de la Marijuana – Recife ». Une succession de changements a été observée depuis le début des manifestations, mais il s'agit de la seule ville au Brésil où cette Marche s'est déroulée avant même la décision de la Cour suprême de justice du Brésil reconnaissant la légalité de la Marche de la Marijuana et de n'importe quelle manifestation d'opinion analogue à celle-ci (STF, 2011).

L'analyse biographique (ROBERTS, 2002) est employée dans le but de comprendre la trajectoire de vie, les contraintes socioéconomiques et les conditions de circulation des idées de certains auteurs des premières controverses sur le cannabis au Brésil ; elle est aussi une référence importante pour la compréhension de l'action des organisateurs des mobilisations revendicatives, en particulier de ceux qui ont joué les premiers rôles des différentes périodes de l'histoire de ces revendications collectives. Cette méthode a été utilisée parallèlement à l'observation participante et aux entretiens.

À propos de cette méthode d'analyse biographique, notons qu'elle ne postule pas le développement de trajectoires linéaires, consistantes et constantes des individus étudiés. Elle n'est pas non plus basée sur une seule source d'information. Dans ce cas, les trajectoires présentées ont été retracées rétrospectivement par le chercheur sur la base de l'observation participante, de l'analyse de documents produits par des tiers (des écrits et des productions audiovisuelles), tout comme d'informations récoltées lors d'entretiens avec les protagonistes de cette histoire.

Une première étape d'entretiens, déjà mentionnée sous l'appellation d'« entretiens exploratoires », a été réalisée en 2011 et en 2012. La deuxième a été accomplie en 2016, en ayant comme but spécifique de récolter des informations biographiques. Tout cela s'est déroulé dans la région métropolitaine de Recife, la plupart du temps dans la propre capitale du Pernambouc ; mais aussi dans les villes de Jaboatão dos Guararapes et d'Olinda, à la convenance des personnes interrogées.

Les derniers entretiens ont permis de former un cadre semblable à celui établi vis-à-vis des premiers auteurs qui ont écrit sur ce sujet dans le pays. Dans ces cadres, je mets en exergue quelques aspects notables des trajectoires personnelles, comme les liens familiaux et l'importance que ces gens ont dans les cadres professionnels et politiques dans lesquels ils sont insérés.

La fréquentation des enquêtés m'a permis d'approfondir mes connaissances sur leurs trajectoires et d'élaborer un compte-rendu plus détaillé que pour les acteurs de l'arène de la marijuana du passé. Cette disparité ne porte pas préjudice à l'analyse puisque le centre d'intérêt principal de l'enquête concerne l'action contemporaine des revendications collectives pour des changements de normes relatives au cannabis, et non les controverses historiques sur le sujet. Pour les fins de cette enquête, les informations sur les trajectoires de vie des auteurs des siècles passés me semblent être suffisantes pour démontrer leur insertion et leur influence dans les différents cycles d'attention sur le thème du cannabis au Brésil.

La méthode biographique est une étude marquée par l'objectivation de la vie d'un seul individu. Remise à jour en historiographie par le remarquable travail de Carlo Ginzburg (1980), qui à partir de l'analyse des pratiques et des idées d'un meunier persécuté durant l'Inquisition au cours du XVI^{ème} siècle, dans la région italienne du Frioul, révèle beaucoup de la culture des classes populaires qui vivaient à cette époque dans cette région, et révèle également des indices sur l'organisation des villes dans l'Europe préindustrielle où les moulins occupaient une place très spéciale. La méthode biographique est aussi une puissante ressource analytique pour la sociologie. Comme on peut le constater, par exemple, dans l'œuvre de Norbert Elias (1993) sur la trajectoire de Mozart, dont la compréhension du musicien dépend certainement de la capacité de rendre compte de son action individuelle, mais qui est aussi liée à la « configuration » dans laquelle il a vécu, en particulier les contraintes et les possibilités que son époque et ses conditions lui offraient comme possibilités de choix.

Dans le domaine spécifique de la sociologie des professions, la méthode d'analyse biographique influence aussi le travail de célèbres chercheurs tels que Freidson, fils d'immigrants russes juifs installés aux États-Unis qui – après une formation en sociologie à l'université de Chicago aux côtés de Strauss, Goffman, Becker et Gusfield – trouve une niche de recherche dans la sociologie de la médecine, dans laquelle il est amplement reconnu. Il a contribué à ratifier le caractère décisif de l'action des individus dans la transmission et l'application de connaissances.

Finalement, il est à noter que ce travail n'a pas suivi scrupuleusement un manuel unique de méthodes de recherche qui interdirait, par exemple, la demande d'informations spécifiques auprès des enquêtés – ce qui a été fait à maintes reprises, tant dans des interactions informelles, que lors de moments plus rituels du type qu'inspire la qualification d'« entretien semi-dirigé » (BLANCHET et GOTMAN, 2010). Ce travail ne peut pas être directement qualifié sous l'étiquette de l'interactionnisme symbolique, de l'histoire naturelle ou de l'écologie humaine ; tout comme ces références n'ont pas de liaison stricte entre elles. Mais, ce travail relève certainement d'une préoccupation pragmatiste, agissante dans toutes les perspectives sociologiques présentées. En synthèse, on peut dire que cette enquête a cherché à comprendre comment se sont produites les actions étudiées, quels sont les rôles joués par ses différents exécutants et par le public affecté, ainsi que les rapports des actions entre elles et avec le monde dans lequel elles sont insérées.

Des conclusions

De toute les choses certaines,
La plus certaine est le doute
(BRECHT, 1955 [1926])

Issu du drame *Homme pour homme* (*Mann ist Mann*), cet extrait fait partie de la complexe histoire d'un personnage qui essaie de se faire passer pour un autre et qui finit par être exécuté. Il s'agit d'une phase de transition du Brecht « anarchiste » vers un marxisme

enthousiaste envers les promesses communistes. Cette pièce de théâtre peut être analysée en association avec une autre qui lui est précédente, nommée *La Noce chez les petits bourgeois* (*Die Kleinbürgerhochzeit* – BRECHT, 1919), dans laquelle il n'y avait pas de marge pour des alternatives. L'apparente joie d'une fête de mariage disparaît lorsque les interactions entre les invités se déroulent et font tomber leurs masques. Dans ce mariage, l'individu s'anéantit. À la fin de la fête, il ne reste plus grand-chose au-delà de la honte. Alors, il semble que Brecht ne voyait pas d'alternative au prolétariat. Pourtant, la pièce suivante dépeint un « nouveau monde » qui est celui du communisme.

Les deux pièces portent sur des situations de doute ressenties par la majorité des lecteurs et des spectateurs, donnant envie de solutionner des problèmes tels que la manière dont un docker s'entremèle dans une aventure donquichottesque dans la pièce de 1926, ou la raison pour laquelle les fiancés n'abrégent pas la célébration dans la pièce de 1919. Pourtant, dans le monde de la fiction, l'avenir est du ressort de l'auteur. Dans le monde réel, les choses ne sont pas exactement comme cela. En dépit du dévouement à la quête d'une fin univoque pour l'histoire, comme chez Brecht (1955 [1926], p. 51), le plus souvent, il y a une impossibilité de restreindre l'expérience à une seule version :

J'ai parlé à beaucoup de gens, j'ai entendu
Beaucoup d'opinions de toute sorte.
Beaucoup de gens disaient de beaucoup de choses :
c'est sûr et certain,
Mais revenant sur leurs pas ils changeaient
d'opinion
Et de cette opinion nouvelle ils disaient aussi : c'est
certain.

Cela sert à illustrer que la fin d'une histoire n'incombe pas à un seul des personnages ; il est important de les connaître, et d'essayer de comprendre leurs actions et les cadres dans lesquels elles ont lieu.

Ainsi, il est possible, de manière prospective, d'avancer une perception sur l'histoire ; mais, le plus sûr est toujours le doute. La fin de cette thèse ne permet pas de faire ressortir des certitudes quant à l'avenir des transactions de cannabis au Brésil, mais confirme que l'ordre moral relatif au sujet est en train de changer et les conclusions de l'étude permettent notamment d'affirmer que les performances de revendication collective qui portent sur ce changement sont aussi en mutation.

Ici, faute de place, les données et les discussions présentes dans la thèse ne peuvent pas être toutes reproduites puisque ce texte n'est qu'un résumé. Donc, les points principaux que les conclusions de l'enquête ont permis d'établir sont repris. De manière générale, ces conclusions synthétisent une longue histoire de controverses autour du cannabis au Brésil (première conclusion). Et, de manière plus spécifique, le processus de transformation d'une revendication collective qui occupait la « place du *maconheiro* » (fumeur de marijuana) et qui est passée au « couloir des mouvements sociaux » dans la ville de Recife entre 2008 et 2016 est exposé (deuxième conclusion). Ce processus porte en lui des risques qui peuvent conduire à des résultats assez différents de ceux que prétendent les organisateurs de la Marche de la Marijuana (troisième conclusion). Finalement, la recherche donne à percevoir que le changement de normes ne dépend pas seulement de ce que l'on dit à propos d'un sujet, mais aussi de ce que l'on fait et de ce que l'on sent et ressent.

Le processus de changement évolue en relation directe avec la progression de l'apparence normale de ce que l'on dit et de ce que l'on fait par rapport à une situation prétendue ou déjà pratiquée en contradiction avec les normes légales et / ou sociales. La conjonction entre le dit et le fait constitue la performance qui, dans ce cas, change beaucoup et amène à la postulation d'une réinvention en cours qui rapproche la Marche de la Marijuana à Recife d'un acte de « désobéissance civile » très influencé par des perspectives féministes (conclusion finale).

Première conclusion : quatre ou cinq siècles d'histoires du cannabis au Brésil

Les hypothèses identifiées à partir de l'analyse de la littérature constatent une longue histoire du cannabis au Brésil. Il est présent dès l'arrivée des Européens sur le sol américain. C'est l'un des rares points d'accord entre ceux qui ont écrit sur le sujet²¹². Il y a donc un certain accord sur l'origine exogène de cette plante, introduite au Brésil à la même époque que la colonisation européenne, qui a imposé le transfert forcé d'Africains pour travailler en tant qu'esclaves dans le Nouveau Monde.

Si l'on en croit l'hypothèse selon laquelle des Noirs soumis à des conditions inhumaines ont réussi à amener et à diffuser au Brésil, la plante qu'ils employaient pour des usages récréatifs et rituels, le cannabis est présent dans ce territoire depuis le XVI^{ème} siècle. Pourtant, si l'on considère les sources documentaires qui attestent de la culture du cannabis à des fins industrielles, on vérifie que l'histoire de la diffusion de la marijuana dans le territoire brésilien est un peu plus courte, et qu'elle n'aurait commencé qu'au siècle suivant, après l'expansion du projet de colonisation du Nouveau Monde mené par les jésuites.

En dépit de ces controverses, je présente une brève synthèse de l'histoire du cannabis au Brésil, en prenant comme références quelques faits historiques remarquables et les principales caractéristiques de la diffusion de la plante dans le territoire national. Le tableau suivant a été élaboré à partir de ces points.

212 À l'exception de Mott (1986, p. 119) qui préconise une étude paléobotanique pour répondre à cette question.

Tableau 7: Des faits, des périodes et des caractéristiques de la diffusion de la marijuana au Brésil

| Fait remarquable | Période | Principales caractéristiques |
|---|------------------------------------|---|
| Esclavage noir | À partir du XVI ^e | Usage récréatif et rituel par des Africains |
| Missions jésuites | À partir du XVII ^e | Culture et traitement à des fins textiles |
| Fermes royales et usine de chanvre (<i>Feitoria Real do Linho-Câñhamo</i>) | Fin du XVIII ^e | Exploitation par la Couronne Portugaise à des fins industrielles (notamment pour la production des cordes) |
| Diffusion de l'homéopathie | Vers la moitié du XIX ^e | Usage médical |
| Racisme scientifique | Tournant de siècle XIX-XX | Très forte association avec la culture noire et diffusion des prétendus dommages à la santé physique et morale des usagers de marijuana. Début du problème de la marijuana au Brésil et de la diffusion des controverses sur le sujet. |
| Ère Vargas | À partir des années 1930 | Prescription allopathique de remède juridique : criminalisation des transactions de cannabis partout dans le pays (BRASIL, 1932). Diffusion du problème. |
| Régime Militaire | À partir de 1964 | Élévation des sanctions et intensification de l'appareil répressif, dont l'effet paradoxal est la propagation de la marijuana comme symbole de résistance à la dictature. |
| Contemporanéité | Dès la fin des années 1970 | <ul style="list-style-type: none"> • Défaillance du système prohibitif criminalisant : excès des procédures judiciaires, surpopulation pénitentiaire, sélectivité punitive etc. • Diffusion de nouvelles drogues • Emérgence des études à propos du potentiel économique et thérapeutique du cannabis • Revendications populaires |

À propos de cette brève chronologie, signalons l'association de cette plante à la région *Nordeste* du pays, qui est devenue très répandue dans le cadre du racisme scientifique, expressément mis en place dans les travaux pionniers de Dória (1915).

Deuxième conclusion : de plusieurs cannabismes jusqu'à l'antiprohibitionnisme

Une vaste littérature sociologique pointe que la consolidation démocratique dans le pays, à partir de la fin des années 1970, a été accompagnée de l'expansion de l'espace pour l'expression des différences et des conflits (SADER, 1988 ; DOIMO, 1995). Dans ce cadre de redémocratisation et d'augmentation de la participation populaire, le territoire du Pernambouc a été reconnu comme étant la principale zone de production nationale de marijuana. L'accès d'un nouveau gouvernement à la tête de l'État du Pernambouc en 2007 a été marqué par des discussions sur l'avenir de la région. Le programme de sécurité publique, intitulé « Pacte pour la Vie » (« *Pacto pela Vida* »), a amené le débat sur la marijuana au sein du gouvernement, en révélant l'importance de cette question qui avait déjà été discutée par des députés, des opérateurs du droit et des scientifiques au cours de l'année 2000 à l'occasion du travail d'une Commission Spéciale d'Investigation Parlementaire dédiée à la question du narcotrafic (ALEPE, 2000 ; IULIANELLI et FRAGA, 2011). Malgré le fait que le « Pacte pour la Vie » n'ait assuré aucun engagement de la part du gouvernement vis-à-vis de changements sur le sujet, les rencontres de planification de ce « Pacte » ont révélé un respect mutuel qui a permis l'expression de controverses issues de trois pôles relatifs au cannabis : celui de la déviance qui doit être éradiquée de la société ; un autre focalisé sur l'intérêt économique et sur le droit individuel du citoyen bien informé de décider s'il doit ou non en consommer ; et, finalement, celui qui met en avant le potentiel thérapeutique des dérivés de cette plante.

La réalisation d'une réunion à propos de la légalisation du cannabis au siège du Parti des Travailleurs (PT) au Pernambouc et le colloque ayant pour thème « La marijuana au Brésil », qui s'est tenu au sein des deux universités fédérales de Recife, sont les dernières activités

qui caractérisent la phase des « précédents » de la Marche de la Marijuana à Recife. Cette phase a duré jusqu'à la fin de l'année 2007.

La première Marche de la Marijuana au Pernambouc a lieu en 2008 dans la ville de Recife, sans aucune tentative d'entrave judiciaire ou policière. Dès cette époque, cette Marche se répète au moins une fois par an dans la ville. L'une des principales caractéristiques capable d'assurer cette continuité est la disposition de plusieurs marcheurs à jouer des performances en conformité avec l'ordre juridique et, d'un autre côté, leur remarquable objection à assumer auprès des autorités des responsabilités qu'ils ne pourraient pas prendre en charge, comme celle d'empêcher les gens de fumer de la marijuana. Ainsi, ils ont joué une performance vraisemblable de manifestation d'opinion en conformité avec la législation locale et nationale. Cela a contribué à la fusion de certains sujets qui se sont joints à la Marche, d'abord en qualité de spectateurs, mais qui ont pris des rôles plus importants dans la réalisation de la performance. Ces marcheurs sont momentanément transposés dans la condition de performeurs dans des trajectoires en « va-et-vient ». Parfois, le mouvement de « va-et-vient » s'interrompt et quelques individus demeurent dans une condition durable de performer de cette Marche. Cette rupture génère de la fusion de la part du public, en rendant possible le renouvellement du protagonisme, et favorisant, par conséquent, la vitalité du mouvement.

La phase de cette Marche nommée « menaces » s'étend entre 2008 et 2011. Il s'agit de l'époque des rencontres entre les premiers protagonistes de cette histoire et quelques-uns de leurs principaux antagonistes : les autorités de l'État. La victoire de cette période réside dans le fait d'avoir trouvé des points communs entre ces acteurs si différents. La conformité de leurs idées a assuré un encadrement de la Marche de la Marijuana dans une condition de légitimité ordonnée, légale et pacifique. Alors, les performances individuelles des protagonistes se sont adaptées à des situations de contestation dans lesquelles ils s'engagent, mais leur habileté rhétorique et la vraisemblance de leurs actes rendent possible le développement de niveaux significatifs de confiance entre des antagonistes sans néanmoins faire tort à la cause qui mobilise les marcheurs.

Avec la fin des menaces, à partir de 2012, de nouveaux sujets se font remarquer dans l'organisation des performances et additionnent

d'autres activités dans la phase nommée « confirmation », qui s'étend de 2012 à 2015. Parmi les nouveautés, un colloque commence à être réalisé tous les ans afin de discuter des questions relatives aux politiques en matière de drogues, et aussi l'organisation de discussions au sein de divers quartiers de la ville qui sont davantage affectés par le problème. Cette action a attiré des agents d'autres régions de l'État du Pernambouc en collaborant à une rénovation de l'identité collective qui élargit le répertoire thématique et le rayon d'action du mouvement. C'est ainsi que le Collectif Marche de la Marijuana à Recife devient le Collectif Antiprohibitionniste du Pernambouc (CAPE), et la cause qui mobilise ses membres passe à rassembler tous les types de drogues.

Dans ce contexte de réforme et d'expansion, le CAPE essaie d'influencer une discussion qui dépasse largement les frontières de l'État du Pernambouc et le sujet de la marijuana. Cela inaugure une nouvelle phase, ici nommée « réinvention », qui débute en 2016 ; et, qui peut être représentée par la simple phrase exposée sur une bannière en tête de cortège lors de l'édition de la Marche locale de cette même année : « La Marche de la Marijuana est plus grande que la marijuana » (« *A Marcha da Maconha é maior que a maconha* »). En pleine réinvention, les antiprohibitionnistes de plusieurs régions du Brésil se sont rendus à Recife pour organiser et réaliser la 1^{re} Rencontre Nationale des Collectifs et des Activistes Antiprohibitionnistes (I ENCAA), ce qui a été possible notamment grâce à l'effort des activistes liés au CAPE. Ils ont trouvé de l'appui auprès d'organismes du gouvernement national, de mairies régionales, d'ONG et surtout de l'Université Fédérale du Pernambouc qui a accueilli l'événement et mis à disposition de l'espace pour que des participants puissent se loger. Ainsi, ce premier ENCAA a eu lieu à Recife, du 24 au 26 juin 2016, avec la participation de plus de 400 activistes en provenance de 19 unités fédératives du Brésil et aussi de quelques observateurs étrangers. Lors du dernier jour de cette rencontre a eu lieu l'édition annuelle de la Marche de la Marijuana à Recife, dont la grande nouveauté était le « *maconhaço* », c'est-à-dire fumer de la marijuana en groupe sur une grande avenue locale pendant la manifestation.

Cette histoire de la Marche de la Marijuana à Recife montre encore que les sujets engagés dans son organisation ont bien changé : d'abord on trouvait plutôt des jeunes militants de partis de gauche accompagnés d'un

journaliste ; puis, pendant la phase de confirmation, la présence de jeunes non affiliés à des partis politiques devient notable, surtout de tendances anarchistes qui essayaient de marquer le mouvement en tant qu'anarchiste ; finalement, il y a l'émergence de nouveaux protagonistes qui décident de rompre avec la logique légaliste qui avait traversé toute l'histoire précédente du mouvement au Pernambouc. Par la suite, des actes de désobéissance civile ont été proposés, comme la consommation collective de marijuana en plein milieu de l'avenue Conde da Boa Vista pendant la Marche de 2016.

Cette réinvention a lieu à un moment de graves changements nationaux ; une crise économique et politique qui s'étend en menant des secteurs conservateurs de la société brésilienne à postuler l'impeachment (procédure de destitution) de la présidente de la République ; ce qui a été accompli en août 2016 et qui a installé au pouvoir un homme politique qui répond à de nombreuses accusations de corruption et ne dispose pas de la légitimité populaire assurée par le vote direct des électeurs. En parallèle, il y a un cadre de menaces croissantes contre les libertés individuelles et contre beaucoup de droits durement conquis dans le passé récent. Alors, comme l'a dit l'un des nouveaux protagonistes de la Marche de la Marijuana : « il ne nous reste que la désobéissance » (entretien avec Fernando Ribamar, daté du 03/09/2016).

La Marche passe alors d'une identité « ordonnée, légale et pacifique » à la « désobéissance civile ». L'invitation des organisateurs de la Marche à allumer des bougies pendant la réalisation de la parade n'a pas beaucoup de similitudes en 2015 et 2016. En 2015, cette invitation ne représente qu'un geste symbolique en hommage aux victimes de la guerre contre les drogues. Les manifestants ont allumé des bougies de paraffine préalablement acquises par les organisateurs pour être disposées autour du monument « Torture Jamais Plus » (« *Tortura Nunca Mais* »), tandis que des activistes de la lutte anti-asile (*luta antimanicomial*²¹³) lisaien une motion

213 La lutte anti-asile (*luta antimanicomial*) est un mouvement social qui vise la réforme des services psychiatriques au Brésil. S'inspirant d'expériences italiennes du milieu du XX^e siècle et faisant partie d'un cadre plus ample de re-démocratisation, le mouvement s'est consolidé à la fin des années 1970 et continue jusqu'à aujourd'hui la poursuite de ses objectifs ; parmi lesquels se distingue l'intention de substituer les internements de longue durée, qui isolent les patients de la vie de famille et de la société en général. Pour une synthèse de l'histoire de ce mouvement, on peut consulter Lüchmann et Rodrigues (2007).

de rejet envers la « guerre contre la drogue, les pauvres et les fous ». En 2016, la même invitation (« allumez vos bougies en mémoire des victimes de cette guerre ») n'a pas été suivie d'un moment de silence, de gestes solennels, de distribution de bougies de paraffine ; mais, elle a été reçue par la foule par de nombreuses cigarettes de marijuana allumées en même temps, et de nombreuses personnes se sont retrouvées en train de fumer du cannabis en plein croisement de l'avenue Conde da Boa Vista avec la rue da Aurora, perturbant la circulation et suivant ensuite sa marche dans le sens inverse du trafic automobile. Il s'agit du déjà mentionné « *maconhaço* ».

La réalisation de ce « *maconhaço* » ne serait peut-être pas possible si la Marche n'avait pas vécu sa phase « ordonnée, légale et pacifique ». Peut-être cela se serait-il déroulé de manière différente si l'ordre institutionnel n'avait pas été vu comme menacé, à ce moment où la présidente de la République était presque déchue du poste pour lequel elle avait été légalement élue. Mais, le fait est que la Marche de la Marijuana est devenue plus grande que la marijuana, et elle commence à rassembler des demandes de plusieurs mouvements sociaux, depuis les homosexuels, prostituées, sans-abri jusqu'aux malades en phase terminale, en passant par les mouvements étudiants et les partis politiques. Ainsi, on peut comprendre le Mouvement Marche de la Marijuana comme sortant de la « place du *maconheiro* (fumeur de marijuana) » dans la société pour entrer dans le « couloir des mouvements sociaux ». Ce déplacement est en cours partout au Brésil, et l'adhésion des activistes à l'ENCAA démontre qu'une grande partie des organisateurs des Marches de la Marijuana sont en accord avec l'idée que cette Marche a débordé sa demande initiale.

Tel un exercice de synthèse, j'ai établi des points qui aident à la compréhension de la succession de nombreux intérêts autour de la marijuana qui ont contribué à l'émergence du mouvement antiprohibitionniste dans la région. Chaque ensemble d'intérêt est appelé du terme « cannabisme » (« *maconhismo* »). Mais, il faut avertir qu'il ne s'agit pas de l'intoxication par le cannabis, maladie répertoriée dans le *corpus* de la « classification internationale de maladies (CIM-10) » sous cette dénomination (et sous le code T40.7). Le cannabisme n'est ici qu'un ensemble d'intérêts pour le cannabis dont l'intense relation permet de les regrouper dans un même groupe.

Tableau 8: De plusieurs cannabismes jusqu'à l'antiprohibitionnisme au Pernambouc

| Désignation | Début | Références |
|---|--------------------------|--|
| Cannabisme populaire | Indeterminé | La consommation de marijuana est mentionnée par le célèbre Gilberto Freyre (1933 ; 1937 ; 1960 ; 1963) comme étant une pratique courante depuis des temps immémoriaux chez les couches populaires du <i>Nordeste</i> du pays. |
| Cannabisme scientifique | À partir des années 1930 | Gilberto Freyre (1933) décrit son expérience de consommation en rapportant les effets de cette drogue alors très répandue dans la région <i>Nordeste</i> , selon lui. Lucena (1934 ; 1935) décrit la méthode d'enquête qu'il a employée pour étudier les effets de la marijuana. La base de sa méthode repose sur l'observation directe et la propre expérience de consommation de cigarettes de marijuana. |
| Cannabisme réprimé | À partir des années 1940 | Malgré l'interdiction légale sur tout le territoire brésilien depuis le début des années 1930 (BRASIL, 1932), ce n'est que dans la décennie suivante qu'on assiste à l'intensification des mesures répressives, suite à la constatation de Farias (1943) qui postule l'insuffisance des contrôles à l'époque. |
| Cannabisme explicit (<i>bandeiroso</i>) | À partir des années 1970 | Le style de vie des personnes qui consomment de la marijuana, sans s'efforcer de cacher cette pratique, décrit par Cavalcanti (1998) comme étant un style de vie qu'il nomme de « <i>maconhismo bandeiroso</i> » (« cannabisme explicite »). Ce style est présent chez des individus et des groupes, comme on peut le retrouver dans le groupe carnavalesque nommé « <i>Segura a coisa</i> » (« Tiens le truc »). |

| | | |
|--------------------------|--|--|
| Cannabisme thérapeutique | Phase 1 - XIX ^e Phase actuelle : depuis 1970 | <p>Les débuts de l'homéopathie sont marqués par l'usage thérapeutique de cette plante.</p> <p>Récemment, les sciences de la santé humaine ratifient ce que les homéopathes diffusent depuis longtemps. De nouvelles possibilités thérapeutiques sont aussi identifiées.</p> |
| Cannabisme légaliste | À partir de l'année 2007 | <p>Les discussions à propos de changements législatifs à propos de la marijuana sont en cours depuis 2007. Parmi d'autres facteurs, cela est influencé par les Marches de la Marijuana qui maintenaient une façade et un discours de respect face à l'ordre juridique et institutionnel en demandant des changements.</p> |
| Cannabisme électoral | À partir de l'année 2008 | <p>Usage de l'idée de « légalisation » de la marijuana par des activistes à Recife au cours des campagnes électorales régionales. Dans la région, son usage le plus remarquable est fait par certains leaders du PSOL (Parti socialisme et liberté – <i>Partido Socialismo e Liberdade</i>) depuis 2008.</p> |
| Antiprohibitionnisme | À partir de l'année 2016 | <p>Quelques années après la fin du questionnement juridique sur le droit de revendiquer des changements de normes relatives à la marijuana (STF, 2011), une crise politique nationale s'instaure, amenant certains organisateurs de la Marche à Recife à adopter la désobéissance civile comme un slogan et à entretenir l'association du MMM avec des activistes d'autres mouvements sociaux qui opèrent aux frontières de la légalité. L'année 2016 semble donc consolider une transformation qui démontre l'expansion des demandes, et surtout l'identification avec d'autres mouvements.</p> |

Troisième conclusion : changements et risques

À partir de l'étude d'une vaste bibliographie et de l'observation de l'action pro-cannabis durant quelques années, il est possible d'affirmer que les transactions de cannabis ont une longue histoire au Brésil et que les premiers activistes organisateurs des Marches de la Marijuana à Recife ont d'abord renforcé une morale d'exclusion de certains usagers de cette plante. Cependant, la progression de l'association de la consommation de marijuana à l'idée de « normalité » a établi les conditions pour que les « marcheurs » de cette région changent leur performance en altérant leurs symboles et en reconnaissant une nouvelle morale qui englobe des transactions de cannabis et nombre de ses consommateurs comme faisant partie d'un encadrement normal dans la région. Alors, il est possible de dire que la plante, sa consommation et ses usagers ont été insérés ou réinsérés dans le cadre moral de la société locale. Mais, ils sont toujours en dehors du cadre de la loi nationale. D'autres transactions de cannabis, comme la production, le traitement et le commerce restent éloignées de l'apparence normale.

En outre, le récent déplacement de la Marche de la Marijuana à Recife, du quartier du « vieux Recife » (*Recife Antigo*) vers la place du Derby en passant par l'avenue Conde da Boa Vista, est à noter. Ce déplacement atteste l'identification de ses organisateurs avec d'autres causes et le partage de responsabilités avec d'autres collectifs d'activistes sociaux. Le nouveau parcours est presque le même que celui des manifestations qui supportaient la présidente déchue en 2016, de la Gay Parade, des exclus qui marchent le 7 septembre, de ceux qui réclament la réforme foncière et de nombreux mouvements sociaux progressistes.

Les changements sont accompagnés de risques. Il y a le risque de n'encadrer qu'un seul type de transaction de cannabis au sein de la législation nationale, ce qui sous-estime le potentiel d'autres transactions et renforce la stigmatisation et la criminalisation. Il y a le danger de faire ressurgir un propriétaire du problème de la marijuana et de l'insérer à nouveau dans les domaines de la médecine, qui progressivement revient demander le monopole professionnel sur la prescription de transactions

de cette plante et de ses dérivés. Il y a encore la menace de centralisation des avantages économiques par des grandes entreprises intéressées par la production, le traitement et la distribution de produits dérivés de la plante. Et, finalement, à l'intérieur du propre mouvement, reste la dispute des sens de la revendication : des pionniers qui s'opposent à l'expansion de la cause et réclament un retour aux origines se limitant à la question de la marijuana ; tandis que des secteurs innovateurs proclament un agenda des droits de l'homme qui se propage sur les transactions avec toutes les substances. Ces derniers sont justement ceux qui postulent que la Marche de la Marijuana représente maintenant une cause bien plus large que la réglementation des transactions de marijuana ; ils forment la première ligne de l'organisation de la Marche et ratifient l'identité de cette manifestation avec la cause féministe.

L'avenir de cette performance de revendication collective est sûrement inconnu, mais il est également certain que persiste la tension à l'intérieur du mouvement et au sein de l'arène nationale de la marijuana, entre conceptions médicales, intérêts commerciaux et droits individuels. Dans le cadre spécifique de la Marche de la Marijuana à Recife, force est de constater que la dispute entre des tendances d'expansion et d'identification avec d'autres mouvements sociaux, et, à l'autre extrême, l'intérêt de quelques pionniers à ce que le mouvement se concentre à nouveau sur la « place du *maconheiro* (fumeur de marijuana) » et sur des questions spécifiques en relation avec la marijuana.

Conclusion finale

La métaphore théâtrale qui remonte à Shakespeare et à l'antiquité classique, notamment thématisée en sociologie par Goffman, a eu une importance centrale dans cette recherche, car elle permet de comprendre que dans le théâtre, ainsi que dans la vie quotidienne, différents acteurs naviguent entre plusieurs rôles qui vont de spectateur à protagoniste en passant aussi par celui de critique.

J'ai choisi cette métaphore parce qu'elle semble être adéquate au raisonnement en termes d'arène, notion systématisée par Cefaï (1996) en

sociologie de l'action collective, mais qui a été thématisée dès les années 1960 pour l'analyse de revendications menée par des sociologues formés à Chicago – tels que Gusfield (1963) et Becker (1985 [1963]) – et par des sociologues et anthropologues brésiliens contemporains – comme ceux réunis dans la publication dirigée par Cefaï (2011). Pourtant, la mise en scène au théâtre est réservée aux professionnels de la représentation. Le rôle du public dans le théâtre est très limité. À cause de ces questions (professionnalisation de l'acteur et limitation du rôle du public théâtral), j'ai choisi de d'étendre cette métaphore aux « études de la performance ». C'est l'un des chemins ouverts à partir des sentiers du théâtre, et il a été employé pour guider l'attention, la description et l'analyse que je dédie au Mouvement Marche de la Marijuana et à ses activités à Recife. La performance diffère à chaque présentation de l'acte performatif. En plus, le public a un rôle décisif dans le développement des performances.

Alors, j'ai essayé dans cette thèse de décrire et d'analyser la performance réalisée dans l'arène que j'ai appelée « de la marijuana ». Il s'agit d'une performance qui vise à convaincre²¹⁴ que la solution performée par des antiprohibitionnistes est la meilleure. Le succès de cela dépend non seulement de ce qui est dit et fait, mais aussi des émotions ressenties. Ainsi, la présentation de personnes malades sur l'arène de la marijuana apparaît comme une valeur importante pour les marches étudiées : il est passionnant de voir et d'entendre des mots et des gestes de celui qui a gagné « une nouvelle vie » grâce au traitement avec des produits dérivés du cannabis. Cela peut affecter les acteurs, les spectateurs, les « spect-acteurs », et même ceux qui ne sont pas directement impliqués dans la présentation, mais qui en sont informés par la médiation de tiers.

Les changements observés chez des personnes qui n'accompagnent pas la Marche démontrent l'émergence d'un nouvel ordre moral et d'un relatif « renversement du stigmate » associé à cette plante et à ses usagers. Mais, il a été aussi possible de percevoir beaucoup des changements parmi les marcheurs et les organisateurs des

214 Voir la différence entre « convaincre » et « persuader » que j'ai établie plus haut à partir de Perelman et Olbrechts-Tyteca (2009 [1958]).

performances étudiées. Il s'agit de différents changements. D'un côté, il y a la rotation de responsables – qui caractérise la trajectoire yo-yo de ces activistes. D'un autre côté, j'ai remarqué des changements importants dans l'expansion de leur cause vis-à-vis de l'antiprohibitionnisme.

À la fin de cette enquête, j'espère avoir pu démontrer qu'aussi pertinents que soient les arguments déployés par les individus qui organisent, dirigent et défendent la Marche de la Marijuana à Recife, ce qu'on dit ne suffit pas à expliquer la vitalité et la continuité ininterrompue de cet événement depuis sa création en 2008. Il faut rassembler le dit et le fait pour arriver à communiquer, et surtout afin de pouvoir générer des possibilités de convaincre. De cette jonction, peuvent découler de nombreux produits ; comme un livre, par exemple, résulte d'un savoir dire aussi bien que d'un savoir faire. Dans le cas spécifique analysé ici, la jonction du dit avec le fait produit une performance de revendication collective dont le succès a été assuré par la vraisemblance des actes et des discours performés. Cela augmente la capacité de diffusion des performeurs et de fusion du public de la Marche de la Marijuana à Recife, tout en assurant sa continuité.

La diffusion des performeurs de cette Marche inclut quelques épisodes de collaboration avec leurs adversaires, générant une façade performative ordonnée, légale et pacifique qui a été manipulée de façon vraisemblable. Dans la phase des « menaces », cette façade a favorisé la fusion de spect-acteurs et a permis de conserver un certain niveau de respect et de confiance entre des antagonistes ; mais, elle a aussi donné lieu à des disputes au sein du Mouvement Marche de la Marijuana. Ces disputes ont été partiellement résolues avec l'éloignement de certains protagonistes et aussi par l'émergence de nouveaux responsables pour l'organisation de la performance dans un contexte de renforcement, dû à la victoire judiciaire du mouvement auprès de la Cour Suprême nationale (STF, 2011). Après la décision du STF en faveur du droit de manifestation, la continuité de la Marche au niveau local s'est progressivement enrichie et diversifiée dans une époque de crise politique qui amène des activistes à assumer une pratique qui les rapproche de la notion de « désobéissance civile » et qui inaugure une nouvelle performance dans la ville.

Vers la fin de cette recherche, en 2016, la réalisation de l'ENCAA et du « *maconhaço* » durant l'édition annuelle de la Marche à Recife démontrent que le Mouvement Marche de la Marijuana vit une phase d'expansion en direction de l'antiprohibitionnisme, en passant par une voie de désobéissance où on remarque une perspective féministe d'action et de communication.

Il existe encore des risques et de l'incertain pour ce mouvement qui a été cannabique et qui devient antiprohibitionniste. Il porte une histoire de façades bien gérées par ses organisateurs et, éventuellement, par certains de leurs adversaires ; mais, la diversité des intérêts et des significations qui sont actuellement présentes peut conduire à une rupture du bien-être apparent qui règne entre des marcheurs si différents que ceux qui se rassemblent à Recife au cours de ces dernières années.

Ainsi, il est possible de conclure ce texte avec l'affirmation d'un cadre d'action plus large de la Marche de la Marijuana. Maintenant, ce cadre comprend de nombreuses substances et pratiques actuellement proscribes. À cause de cela, on peut attester que cette Marche est devenue plus grande que la marijuana. La présence de femmes féministes influence beaucoup le développement du mouvement antiprohibitionniste. Pourtant, il est à noter une certaine offuscation de la participation des hommes dans cette histoire. Les nouveaux protagonistes pointant des épisodes très récents dont la présence des féministes est bien notable.

Alors, la désobéissance et le féminisme qui marquent la réinvention de cette Marche peuvent rapprocher leurs agents d'une notion de résistance où le dialogue avec des antagonistes n'est plus possible, et risquent d'isoler l'expérience dans une culture alternative et parallèle à l'ordre institué, dont les niveaux d'intolérance sont croissants. Si cela se concrétise, la possibilité d'incidence du mouvement sur la morale qui détermine les normes légales et sociales sera très réduite.

Título Dito, Feito e Percebido: controvérsias, performances
e mudanças na arena da maconha

Organizador Marcílio Dantas Brandão

Projeto Gráfico/Capa
Revisão de Texto Organizador

formato 15,5 x 22,0 cm
fontes Aharoni, Minion Pro
papel Offset 75g/m² (miolo)
Triplex 250 g/m² (capa)

tiragem
Impressão e Acabamento



978-85-415-1103-2

9 788541 511032